

Proposta Técnica Final

Maio 2010



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER

Equipa

Coordenação Geral

António Fonseca Ferreira

Teresa Almeida

Paula Santana

Paula Cristina Cunha

Apoio à Coordenação

Carlos Pina, Elisa Vilares, Linda Irene Pereira, Marta Alvarenga, Marta Luis

Colaboração

António Magalhães, António Pereira da Silva, Davide Gonçalves, Fátima Carriço, Leonor Cintra, Sérgio Tomás, Vital Rosário

Coordenação das Equipas Sectoriais

José Félix Ribeiro – Cenários de Desenvolvimento

Jorge Gaspar – Esquema do Modelo Territorial e Cultura

Jorge Malheiros - Demografia

Sérgio Barroso e José Manuel Simões – Sistema Urbano, Equipamentos e Habitação

Álvaro Nascimento – Economia

Luís Correia da Silva – Turismo e Lazer

Francisco Avillez – Agricultura e Florestas

Hipólito Bettencourt – Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental

Pedro Beja – Conservação da Natureza e Biodiversidade

Vasco Pimenta – Energia

José Luís Zêzere – Riscos e Protecção Civil

Fernando Santana – Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Resíduos

José Manuel Viegas - Sistema de Transportes

António Gaspar – Tecnologias de Informação e Comunicação

Luísa Nogueira – Qualidade do Ar

João Afonso – Coesão Social

Teresa Rosa – Sistema de Indicadores

Francisco Bruno Soares – Programa de Execução

Maria do Rosário Partidário – Avaliação Ambiental Estratégica

Índice de Figuras	6
Índice de Quadros.....	7
Siglas e Acrónimos.....	8
Introdução	11
1. Enquadramento	12
1.1. Fundamentos da Alteração do PROTAML	12
1.2. Enquadramento e âmbito	14
2. Conteúdo Material e Documental	16
Capítulo I – Visão para a Região	17
1. Síntese do Diagnóstico	18
2. Do Cenário à Visão.....	23
3. Visão Estratégica	25
Contexto	25
Opções Estratégicas de Base Económica	25
Domínios de Implementação da Visão.....	28
Domínio A. “Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo”	28
Domínio B. “Polinucleação e Compactação”.....	30
Domínio C. “Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza”	32
Domínio D. “Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social”	35
Domínio E. “Governabilidade e Governação”	37
Capítulo II – Modelo Territorial	38
1. Sistemas Estruturantes.....	39
1.1. Sistema Urbano.....	39
A. Principais Espaços Urbanos	40
B. Sistema de Centralidades	41
C. Sistema Urbano Metropolitano	44
1.2 - Sistema Económico.....	46
A. Indústria I&D e Serviços.....	46
B. Logística	49
C. Agricultura e Florestas	51
D. Pescas e Aquicultura	54
E. Turismo e Lazer	55
F. Cultura.....	63
G. Tecnologias de Informação e Comunicação	66

H. Energia.....	67
1.3. Sistema Ambiental.....	70
1.3.1. Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental.....	70
1.3.2. Constituição da REM.....	71
A. Rede Primária.....	73
B. Rede Secundária.....	74
C. Rede Complementar.....	76
1.3.3. Recursos Hídricos.....	78
1.3.4. Litoral.....	80
1.3.5. Paisagem.....	82
1.3.6. Riscos e Protecção Civil.....	86
1.4. Sistema de Mobilidade e Acessibilidades.....	90
2. Esquema Global do Modelo.....	103
2.1. O que é o Modelo Territorial.....	103
2.2 As Alterações ao Modelo Territorial.....	103
3. As Unidades Territoriais.....	106
UT 1 – Estuário do Tejo.....	109
UT 2 – Lisboa Cidade.....	110
UT 3 – Espaço Urbano Norte e Poente.....	114
UT 4 – Parque Natural Sintra Cascais.....	119
UT 5 – Lezíria do Tejo.....	121
UT 6 – Norte Agro-Florestal.....	122
UT 7 – Arco Ribeirinho Sul.....	126
UT 8 – Área Central da Península de Setúbal.....	130
UT 9 – Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra.....	133
UT 10 – Setúbal – Palmela.....	136
UT 11 – Nascente Agro-Florestal.....	139
UT 12 – Estuário do Sado.....	142
UT 13 – Faixa Marítima (12 Milhas).....	143
Capítulo III – Normas Orientadoras.....	146
1 Normas Gerais.....	147
2. Normas Específicas por Domínio de Intervenção.....	156
Domínio A. Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo.....	156
Domínio B. Polinucleação e Compactação.....	179
Domínio C. Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza.....	204
Domínio D. Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social.....	249
3. Normas Específicas por Unidade Territorial.....	266

Capítulo IV – Sistemas de Monitorização e Avaliação	290
1. Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão	291
1.1. Princípios	291
1.2. Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão	291
1.2.1. Missão e Atribuições	291
1.2.2. Órgãos	292
1.2.3. Regulamento da EMAG.....	293
2. Indicadores-chave.....	293
Anexos	CCXCVIII
Anexo I – Fichas de Caracterização das Áreas Primárias da REM	CCXCVIII
Anexo II – Fichas de Caracterização das Áreas Secundárias da REM	CCC
Anexo III – Cartas do Património.....	CCCXXIX
Anexo IV – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	CCCXXXIV

Índice de Figuras

Figura 1 - Área territorial de intervenção do PROTAML	15
Figura 2 – Centros Urbanos Polivalentes	41
Figura 3 – Pólos Especializados	42
Figura 4 – Aglomerações Urbanas Estruturadoras	44
Figura 5 – Sistema Urbano Metropolitano	46
Figura 6 – Grandes concentrações Económicas	48
Figura 7 – Áreas de Desenvolvimento Agrícola e Florestal	53
Figura 8 – Esquema do Turismo e Lazer	56
Figura 9 – Hierarquia de Pólos Culturais Metropolitanos	65
Figura 10 – Esquema da Rede Ecológica Metropolitana	72
Figura 11. Esquema da Rede Estruturante Primária	73
Figura 12. Esquema da Rede Secundária	75
Figura 13 – Rede Complementar – Áreas Vitais	76
Figura 14 - Sistemas de Aquíferos e Principais Cursos de Água da AML	78
Figura 15 – Paisagens Notáveis da AML	83
Figura 16 – Carta multiriscos da AML	88
Figura 17 – Sistema de Mobilidade e Acessibilidades	92
Figura 18 – Subsistema Rodoviário	95
Figura 19 – Logística e transportes de Mercadorias	101
Figura 20 – Localização do NAL na Península de Setúbal	103
Figura 21 – Esquema Global do Modelo Territorial	105
Figura 22 – Unidades e Subunidades Territoriais	108
Figura 23 - Serra da Carregueira	CCC
Figura 24 – Salinas de Alverca e do Forte da Casa	CCCII
Figura 25 – Lagoas do Poceirão	CCCIII
Figura 26 – Terra dos Caramelos	CCCIV
Figura 27 – Pinhas da Marquesae Formas	CCCV
Figura 28 – Esteiros do Seixal e Coima	CCCVI
Figura 29 – Esteiros da Moita e Baía de Sarilhos	CCCVIII
Figura 30 – Tapada e Vales de Mafra	CCCX
Figura 31 – Mata Nacional da Machada	CCCXII
Figura 32 – Parque Florestal de Monsanto	CCCXIII
Figura 33 – Pinhais de Sesimbra	CCCXIV
Figura 34 – Vulcões de Mafra, Sintra e Loures	CCCXV
Figura 35 – Matos de Almeirinhos, Bucelas e Arruda dos Vinhos	CCCXVI
Figura 36 – Lezíria do Tejo	CCCXVII
Figura 37 – Várzea de Loures e Vialonga	CCCXIX
Figura 38 – Montados de Rio Frio	CCCXXI
Figura 39 – Montados de Santo Estêvão	CCCXXIII
Figura 40 – Montados de Água Moura	CCCXXV
Figura 41 – Montados de Palmela	CCCXXVII
Figura 42 – Carta do Património – AML (por freguesia)	CCCXXX
Figura 43 – Carta do Património – Lisboa (por freguesia)	CCCXXXII
Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo	CCCXXXIV

Índice de Quadros

Quadro 1 - Relação entre as Actividades e o Esquema do Turismo e Lazer (Cfr. Figura 8).....	58
Quadro 2 – Produtos Turísticos e Motivações Prioritárias, segundo UT	60
Quadro 3 – Qualificação do solo urbano.....	151
Quadro 4 – Critérios de Qualificação do Solo Rural	152
Quadro 5 – Áreas de salvaguarda, protecção e operacionalização	155
Quadro 6 – Indicadores-Chave do PROTAML.....	297
Quadro 7 – Legenda de Carta do Património – AML	CCCXXXI
Quadro 8 – Legenda de Carta do Património – Lisboa.....	CCCXXXIII

Siglas e Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica	DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
AC	Administração Central	DGPA	Direcção Geral de Pescas e Aquicultura
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line (comunicação digital em banda larga)	DL	Decreto-Lei
AE	Auto-estradas	DOC	Denominação de Origem Controlada
AEP	Área Estruturante Primária	DOP	Denominação de Origem Protegida
AES	Área Estruturante Secundária	DPH	Domínio Público Hídrico
AFN	Autoridade Florestal Nacional	DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental	DR	Decreto Regulamentar
AinA	Avaliação de Incidências Ambientais	DRAP	Direcção Regional de Agricultura e Pescas
AL	Administração Local	DRC	Direcção Regional de Cultura
AH	Aproveitamento Hidroagrícola	DRE	Direcção Regional de Economia
AML	Área Metropolitana de Lisboa	DRENNO	Delimitação da REN a Nível Operativo
AMT	Autoridade Metropolitana de Transportes	ECDAP	Entidade competente para decidir das acções ou projectos
AMTL	Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa	EDP	Electricidade de Portugal SA
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações	EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ANA	Aeroporto de Lisboa SA	EGAASAR	Entidade Gestora de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil	EMAG	Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão do PROTAML
ANSR	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	EMGPP	Entidade Municipal Gestora do Parque Público
APA	Agência Portuguesa de Ambiente	ERPVA	Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental
APL	Administração do Porto de Lisboa	EMT	Entidade Municipal de Turismo
APS	Administração do Porto de Sines	EN	Estrada Nacional
APSS	Administração do Porto de Setúbal	EO	Esquema de Ordenamento
ARH	Administrações de Região Hidrográfica	EOT	Espaços de Ocupação Turística
ATN	Áreas de Turismo Náutico	EP	Estradas de Portugal SA
ARS	Administração Regional de Saúde	ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal	ERIP	Entidades Representativas de Interesse Público
AVF	Alta Velocidade Ferroviária	ERT	Entidade Regional de Turismo
AVT	Área de Vocação Turística	FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
CBD	<i>Central Business District</i> (Núcleo Central de Negócios)	GNR	Guarda Nacional Republicana
CC	Comissão Consultiva	HCP	<i>Health Cluster Portugal</i>
CDDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	I&D	Investigação e Desenvolvimento
CE	Comunidade Europeia	IBA	<i>Important Bird Areas</i> (Zona Importante para as Aves)
CEP	Corredor Estruturante Primário	IC	Itinerário Complementar
CES	Corredor Estruturante Secundário	ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
CD	Carta Desportiva	IDP	Instituto de Desporto de Portugal
CDN	Carta de Desporto da Natureza	IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
CF	Código Florestal	IFAP	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas
CM	Câmara Municipal	IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
COS	Carta de Ocupação do Solo	IGP	Indicação Geográfica Protegida
CP	Caminhos de Ferro Portugueses, E.P	IGP	Instituto Geográfico Português
CS	Carta Social	IGT	Instrumento de Gestão Territorial
CSM	Carta Social Municipal	IH	Instituto Hidrográfico
CTA	Campo de Tiro de Alcochete		
DGA	Direcção Geral das Artes		
DGAE	Direcção Geral das Actividades Económicas		
DGADR	Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural		
DGEG	Direcção Geral de Energia e Geologia		

IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
IM	Instituto Meteorológico	PEERSAMLCF	Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da AML e Concelhos Limitrofes
IMTT	Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres	PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
INAG	Instituto da Água	PGF	Plano de Gestão Florestal
INE	Instituto Nacional de Estatística	PIB	Produto Interno Bruto
INIR	Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias	PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
IP	Itinerário Principal	PIER	Plano de Intervenção em Espaço Rural
IPSM	Índice de Privação Sócio Material	PIOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
IPTM	Instituto Português e dos Transportes Marítimos IP	PLH	Plano Local de Habitação
IPSS	Instituição Pública de Solidariedade Social	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio
JM	Junta Metropolitana	PMEs	Pequena e Média Empresa
LBPOTU	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo	PME	Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil
LVT	Lisboa e Vale do Tejo	PMIF	Plano Municipal de Intervenção Florestal
MAI	Ministério da Administração Interna	PMM	Plano Municipal de Mobilidade
MADRP	Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas	PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
MARL	Mercado de Abastecimento da Região de Lisboa	PMRR	Plano Municipal de Redução do Ruído
MAOT	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território	PO	Programa Operacional
MC	Ministério da Cultura	POAP	Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	POAAP	Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
MDN	Ministério da Defesa Nacional	POE	Plano de Ordenamento do Estuário
MEID	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento	OTLIS	Operadores de Transportes da Região de Lisboa
MFAP	Ministério das Finanças e Administração Pública	POEM	Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo
MJ	Ministério da Justiça	POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
ML	Metropolitano de Lisboa	POOCAM	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra
MOPTC	Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações	POOCCFJB	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela – Forte de São Julião da Barra
MS	Ministério da Saúde	POOCCSS	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado
MST	Metro Sul do Tejo	POPA	Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico
MTSS	Ministério do Trabalho e Segurança Social	POPNA	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida
NAER	Novo Aeroporto, SA	POPNSC	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais
NAL	Novo Aeroporto de Lisboa	POPPAF	Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida Arriba Fóssil
NDT	Núcleo de Desenvolvimento Turístico	POR	Programa Operacional Regional
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	PORL-PRU	Programa Operacional Regional de Lisboa-Parcerias para a Regeneração Urbana
OE	Orçamento de Estado	PORNES	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado
OEBT	Opção Estratégica de Base Territorial	PORNET	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
OpF	Operadores Ferroviários	POS	Padrões de Ocupação do Solo
OU	Operação Urbanística	POT	Plano Operacional de Transportes
OVT	Oeste e Vale do Tejo	POT	Programa Operacional Temático
PAQC	Produto Agrícola de Qualidade Certificada	PP	Plano de Pormenor
PARP	Plano Ambiente de Recuperação Paisagística	PPL	Plano Portugal Logístico
PAT	Programa de Acção Territorial	PRN	Plano Rodoviário Nacional
PAZVT	Programa de Acção para a Zona Vulnerável do Tejo		
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica		
PBHRO	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste		
PDM	Plano Director Municipal		
PDU	Plano de Deslocações Urbanas		

PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente	RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal	RSECE	Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios
PROMAR	Programa Operacional de Pescas	RSI	Rendimento Social de Inserção
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território	RTET	Rede Transeuropeia de Transportes
PS	Plano Sectorial	SEJD	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto
PSP	Polícia de Segurança Pública	SIC	Sítio de Interesse Comunitário
PSRN	Plano Sectorial da Rede Natura 2000	SNS	Serviço Nacional de Saúde
PT	Pólo Turístico	SPDPCTAL	Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa
PU	Plano de Urbanização	SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
PVCRNAP	Programa de Visitação e Comunicação da Rede Nacional de Áreas Protegidas	SWOT	<i>Strengths, weaknesses, opportunities, threath and tendencies</i> (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional	TC	Transporte Colectivo
RA	Relatório Ambiental	TCSP	Transporte Colectivo em Sítio Próprio
RAN	Reserva Agrícola Nacional	TdP	Turismo de Portugal
RAVE	Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	TER	Turismo no Espaço Rural
RCCTE	Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios	TH	Turismo de Habitação
RCM	Resolução do Conselho de Ministros	TI	Transporte Individual
RDFCI	Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
REFER	Rede Ferroviária Nacional, EP	TN	Turismo da Natureza
REM	Rede Ecológica Metropolitana	TTT	Terceira Travessia sobre o Tejo
REN	Rede Eléctrica Nacional	UE	Unidade de Execução
REN	Reserva Ecológica Nacional	UT	Unidade Territorial
REP	Rede Estruturante Primária	U&CI	Universidades e Centros de Investigação
RES	Rede Estruturante Secundária	VAB	Valor Acrescentado Bruto
RJUE	Regime Jurídico de Urbanização e Edificação	ZEC	Zonas Especiais de Conservação
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial	ZPE	Zona de Protecção Especial
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo	ZEIT	Zona de Especial Interesse Turístico
RM	Regulamento Municipal	ZIF	Zona de Intervenção Florestal
RMUE	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação		

Introdução

1. ENQUADRAMENTO
2. ÂMBITO TERRITORIAL
3. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL

1. Enquadramento

1.1. Fundamentos da Alteração do PROTAML

Razões e Premissas de Alteração do PROTAML

A mudança de localização do Novo Aeroporto de Lisboa da Ota, na margem Norte do Tejo, para o Campo de Tiro de Alcochete, na Península de Setúbal, determinou a necessidade de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), em vigor desde Abril de 2002. Simultaneamente, a decisão de um conjunto de outros grandes investimentos, com particular incidência na Península de Setúbal - Plataformas Logísticas, Alta Velocidade, empreendimentos turísticos, Arco Ribeirinho Sul – reforçam os fundamentos e a urgência de alteração do PROTAML.

Estes investimentos estruturantes perspectivam mudanças significativas na relação margem norte / margem sul, reforçando-se o potencial das actividades económicas e imobiliárias na Península de Setúbal e, também, a intensificação das relações entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral (particularmente Sines) e Alentejo Central (Eixo Vendas Novas/Évora).

Também a dinâmica espacial das actividades económicas e a emergência de novas tendências associadas às vantagens competitivas da AML sugerem que se proceda a uma reavaliação dos recursos económicos endógenos, capazes de potenciar a actividade produtiva e susceptíveis de afectar os padrões de especialização e o posicionamento na cadeia de valor em actividades fundamentais para o desenvolvimento da região.

Dada a natureza e sensibilidade ambiental da Península de Setúbal, a intensificação da urbanização requer a adopção de princípios de ordenamento claros e eficazes que, propiciando a instalação de novas actividades, a criação de emprego e residência, evitem a fragmentação territorial e a destruição dos valiosos recursos naturais e ambientais: o aquífero, o montado, os matos e a floresta mediterrânica, os solos as e produções agrícolas e pecuárias.

A proposta de alteração do PROTAML, tendo presente as recomendações do relatório do LNEC que fundamentou a decisão de alteração da localização do NAL, baseia-se em duas opções fundamentais: 1) crescimento urbano polarizado em torno dos aglomerados existentes; 2) alargamento das áreas de protecção integral ou parcial.

Por último, num momento em que se colocam novos desafios à escala global, o PROTAML, que resultará deste processo de Alteração, deverá preparar a Região para a civilização pós-carbono, consagrando medidas e normas de sustentabilidade relativas a Recursos Hídricos, Energia, Alterações Climáticas, Biodiversidade, Ar/Ruído, Protecção do Solo.

Razões para a alteração do PROTAML

- Mudança do NAL para o CTA
- Projecto de Alta Velocidade
- Plataformas Logísticas
- 3ª Travessia do Tejo (Chelas–Barreiro)
- Regeneração do Arco Ribeirinho Sul
- Globalização e Internacionalização
- Reforço da sustentabilidade
- Aprovação PNPOT / QREN /ENDS

Implementação do PROTAML 2002

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa encontra-se em vigor desde 2002, o que confere alguma maturidade à sua implementação e, consequentemente, permite uma avaliação do processo suportada numa experiência consolidada num trabalho entre a CCDR-LVT e as Câmaras Municipais, desenvolvido no âmbito do acompanhamento dos PMOT.

Considerando que nos encontramos num quadro de Alteração do PROTAML, importa sublinhar, por um lado, os principais aspectos positivos e as oportunidades que resultam da aplicação do Plano. Por outro lado, não devemos perder de vista algumas dificuldades e ameaças que se colocaram, e colocam, à implementação do PROTAML.

A aprovação do PROTAML em 2002 constitui um **aspecto positivo marcante**, pois desde essa data a CCDR-LVT possui uma estratégia territorial para a AML, que enquadra a sua actuação em matéria de ordenamento do território.

Este Plano criou um quadro de referência para o trabalho com os municípios que, ancorado na transposição das orientações do PROTAML, permitiu uma abordagem mais sistematizada e a obtenção de consensos em torno de opções de ordenamento do território.

Apesar da importância que resulta da aprovação do PROTAML, o documento apresenta alguns aspectos menos positivos e que da sua aplicação se assumem como **pontos fracos**: a) Grau demasiado subjectivo e generalista das normas em geral e das de ordenamento do território, em particular; b) Documento com alguma complexidade de leitura e interpretação, nomeadamente em termos dos normativos e na articulação com a estratégia definida para a AML.

A estes constrangimentos acresce o dinamismo urbanístico da AML que, em algumas dimensões, se poderá posicionar como **ameaça** à concretização da estratégia preconizada pelo PROTAML, fundamentalmente através de: a) Forte pressão sobre as Áreas Vitais; b) Risco de dispersão acentuada do povoamento.

A Alteração do PROTAML cria um quadro de **oportunidades** que permitirá, de um modo integrado, a correcção dos aspectos mais frágeis do Plano e o envolvimento dos municípios na elaboração do documento e na sua posterior implementação.

As Medidas Preventivas do Novo Aeroporto de Lisboa constituem igualmente uma oportunidade, pois numa área sujeita a fortes pressões, em resultado dos grandes projectos previstos, estas garantem alguma tranquilidade ao processo de planeamento.

Principais Dinâmicas Territoriais entre 2002 e 2009

As dinâmicas territoriais registadas desde a publicação do PROTAML foram antecipadas por este Plano, mormente no que concerne à compactação de algumas áreas urbanas menos consolidadas e à afirmação de um conjunto de pólos que robusteceram o potencial de policentrismo da Área Metropolitana de Lisboa. Em contrapartida, não foi possível suster, em várias frentes, tanto na Península de Setúbal, como na Grande Lisboa, o processo de fragmentação e dispersão urbanas, não obstante algumas acções de sucesso por parte das autarquias municipais. O automóvel individual, em correlação com o expressivo crescimento das infra-estruturas rodoviárias, foi o principal suporte deste dinamismo.

Por outro lado, apesar dos esforços conjuntos do Estado e das Autarquias, ainda persistem importantes nucleações de *habitats* precários ou muito degradados, assim como áreas de habitação social em processo de declínio.

As áreas industriais desactivadas têm uma forte representação na AML, com particular expressão na Península de Setúbal, de Almada a Alcochete e no concelho de Setúbal, bem como no eixo Sacavém – Vila Franca de Xira, no concelho da Amadora e em situações pontuais de outros concelhos da Grande Lisboa, casos de Oeiras, Odivelas, Loures e Lisboa. Entre 2002 e 2009 a situação da maior parte destes “pousios industriais” não se alterou significativamente, não se tendo operado um processo mimético relativamente à zona de intervenção, o que levou, a partir dos anos 90, à realização do Parque das Nações, na zona oriental de Lisboa.

No que respeita à Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA), apesar de algumas acções “erosivas”, o modelo de 2002 permanece válido e a sua consolidação exequível, devendo esta constituir um objectivo maior do PROTAML, tanto na Península de Setúbal, como em Lisboa Norte.

A expansão urbanística e a intrusão menos cuidada de infra-estruturas, sobretudo as rodoviárias em áreas rurais, exerceu uma forte pressão no sector agro-florestal, para o qual se propunha como estratégico no PROTAML 2002 a sua estabilização.

De salientar, no entanto, que apesar do efeito se ter traduzido nalgum enfraquecimento do sector e desvalorização paisagística, verificou-se a consolidação de vastas áreas com elevada rendibilidade das actividades agrícolas e florestais que contribuíram para a salvaguarda da Protecção e Valorização Ambiental da região, nomeadamente na sustentabilidade do património e recursos naturais (paisagem, água, solo, biodiversidade). Daí a necessidade de intervenção em várias frentes, de modo a acautelar as várias dimensões (económica, social, cultural e ambiental) do ainda rico património de espaços agrícolas e florestais. A agricultura na AML não constitui apenas uma reserva estratégica para o seu abastecimento, mas dá também um importante contributo para a economia regional e nacional.

Foi no domínio dos *Transportes e Logística* que o PROT 2002 menos resistiu às transformações estruturais que entretanto se verificaram na AML. Por um lado, porque se geraram várias disfunções com a excessiva expansão do uso do transporte individual, induzidas pela convergência de diversos factores - oferta de infra-estruturas rodoviárias, modelo de ocupação e de urbanização, dispersão de actividades económicas, alterações nos valores sociais/culturais. Por outro lado, pela ausência de uma visão e de uma **praxis** no que concerne ao sistema de transportes na AML, quer para pessoas quer para mercadorias: a inexistência de uma entidade metropolitana de transportes e a incontrolada dispersão das actividades por todo o território da logística, são as duas dimensões maiores do desastre económico, urbanístico e ambiental.

1.2. Enquadramento e âmbito

Enquadramento legal

O processo de alteração do PROTAML é enquadrado pela Lei de Bases de Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, na sua actual redacção) e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção).

Neste enquadramento legal, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento central de referência, constituindo a cúpula estratégica do sistema de gestão territorial e assegurando a integração e sistematizando os contributos das diversas políticas de incidência territorial para a concretização dos objectivos estratégicos e específicos do ordenamento do território nacional. Para além desse instrumento, o PROTAML é enquadrado pelos demais instrumentos de gestão territorial em vigor no seu território de abrangência e envolvente.

O PROTAML é ainda enquadrado por um conjunto de estratégias, políticas, programas e planos de índole nacional com incidência territorial e por convenções e resoluções de índole europeia e internacional com incidência territorial às quais Portugal aderiu.

Âmbito territorial

O PROTAML abrange as NUT III Grande Lisboa e Península de Setúbal, incluindo os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, integrando nesse território uma população de 2,75 milhões de habitantes distribuídos por uma superfície de 2 944 km².

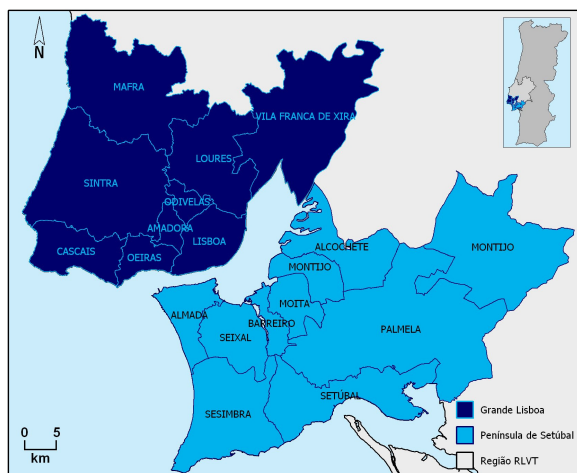


Figura 1 - Área territorial de intervenção do PROTAML

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) caracteriza-se pela centralidade administrativa derivada da inclusão da capital nacional no seu território de abrangência e pela dinâmica social, económica e cultural que fazem dela a região com os melhores indicadores de desempenho nestas áreas em Portugal.

O território da AML faz parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que abrange ainda as NUT III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo.

Assim, na lógica de integração da AML com o espaço envolvente, a alteração deste PROT obedece à articulação com o PROTOVT, quer no que respeita às novas propostas formuladas ao nível sub-regional da AML, quer num documento estratégico integrado a desenvolver para o conjunto da região. Está ainda articulado com o PROT para a Região do Alentejo em fase final de elaboração.

2. Conteúdo Material e Documental

O PROTAML é constituído por um documento fundamental que consubstancia o Plano, estando estruturado em cinco capítulos, com os seguintes conteúdos:

- Introdução – contém os fundamentos de alteração do PROTAML enquadramento legal, institucional e estratégico, descreve o âmbito territorial e o conteúdo material e documental;
- Capítulo I – Visão para a Região – contém a síntese do diagnóstico estratégico e apresenta a visão que traduz a ambição da Região a longo prazo, fundamentada pelas análises de natureza estratégica e prospectiva e explicitada nos objectivos estratégicos de desenvolvimento regional, em estreita articulação com a *Estratégia Regional Lisboa 2020 para a AML* e os Eixos estratégicos, que traduzem as grandes opções de desenvolvimento da região e enquadram as intervenções preconizadas para os principais sistemas com expressão territorial;
- Capítulo II – Modelo Territorial – traduz as grandes linhas de intervenção das políticas com expressão espacial, descreve o quadro de desenvolvimento territorial estabelecido para o futuro, constituindo referência espacial para a concretização dos objectivos estratégicos e sendo composto por:
 - o Esquema Global – apresentação integrada dos sistemas estruturantes;
 - o Unidades Territoriais – sub-espacos relevantes em termos operacionais para os quais se definem estratégias específicas de intervenção;
 - o Sistemas Estruturantes – inclui o Sistema Urbano e Competitividade, o Sistema Ambiental e o Sistema de Mobilidade e Acessibilidades;
- Capítulo III – Normas Orientadoras – definem as orientações e directrizes que devem orientar a actuação das entidades públicas na prossecução da estratégia do PROTAML, distinguindo: Normas Gerais; Normas por Domínio;
- Capítulo IV – Avaliação e Monitorização – fornece orientações para as acções de monitorização e avaliação da execução do PROTAML

O PROTAML é acompanhado pelo Relatório Ambiental e por um Relatório complementar que consiste na síntese do enquadramento estratégico da Região. Este inclui a informação de base e complementar e contém elementos com interesse para a compreensão das propostas do PROT, designadamente, a avaliação da aplicação do PROTAML de 2002, o aprofundamento das estratégias sectoriais e respectivos textos descritivos e justificativos, a análise prospectiva (cenários de desenvolvimento e perspectivas demográficas) e o programa de execução e financiamento que lista as acções, investimentos e projectos estruturantes para a Região, respectivos meios, fontes de financiamento a realizar pelas entidades públicas responsáveis e um calendário de execução tendo em vista a concretização da estratégia de ordenamento e desenvolvimento proposta e o estabelecimento de uma relação directa com o sistema de monitorização e gestão.

Capítulo I – Visão para a Região

1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO
2. DOS CENÁRIOS À VISÃO
3. VISÃO ESTRATÉGICA

1. Síntese do Diagnóstico

O diagnóstico estratégico da área Metropolitana de Lisboa, em termos sintéticos (metodologia SWOT – T), apresenta-se da seguinte forma:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da população da AML tendencialmente superior à média nacional • Concentração de potencial humano (população activa comparativamente mais qualificada que a média nacional), recursos financeiros e tecnológicos relevantes para a economia do conhecimento • Especialização da formação do ensino superior e tecnológica • Qualidade de vida da população residente na AML acima da média nacional • Aumento significativo dos equipamentos colectivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo, com uma intervenção crescente e mais eficaz de outros promotores que não o Estado • Reflexos positivos da crescente imigração multi-cultural • Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem de águas residuais, bem como boa regulação dos sistemas em alta e taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos superior à média nacional • Ambiente de inovação particularmente intenso comparativamente ao total nacional • Desenvolvimento dos parques de Ciência e Tecnologia • Dinâmica económica regional assente num conjunto de sectores muito diversificado, conjugado com a sedeação e a “densidade” dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico • Produtividade com uma clara superioridade face à média nacional • Concentração de equipamentos e das principais infra-estruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa (aerportos, portos, plataformas logísticas) • Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de actividades económicas portadoras de valor • Beleza singular de Lisboa, cidade capital, e de um conjunto de núcleos urbanos com enorme riqueza e 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população residente, embora a um ritmo mais lento que o resto do país • Desequilíbrios demográficos internos, em termos de dinâmicas de crescimento e envelhecimento • Reduzidos níveis de investimento na frequência de ensino para além da escolaridade obrigatória, debilidades na oferta de ensino profissional e tecnológico, desarticulação e sub-financiamento da rede de escolas de ensino profissional e insuficiente articulação entre as estruturas culturais e o sistema escolar • Diminuição do rendimento das famílias • Elevado índice de pobreza e condições de vida degradadas • Deficit de equipamentos considerados estruturantes, e que serão, no futuro, determinantes para satisfazer novas tendências da procura turística • Desordenamento urbanístico e territorial, ocupação fragmentada do território, existência de zonas desqualificadas e de bairros clandestinos, degradação do parque habitacional dos bairros sociais e desertificação dos centros históricos • Níveis ainda insuficientes, face à UE25, de recursos humanos e volume de despesas em I&D, reduzida eficiência na transferência de tecnologia, reduzida colaboração empresas/universidades e escasso peso de empresas com financiamento para inovação • Carências no sistema de ensino básico e secundário e insuficiência na produção científica universitária • Fragilidade do tecido empresarial nacional no financiamento e no investimento em projectos estruturantes e em parcerias público-privadas, bem como no apoio à cultura e ao desporto • Insuficiente clarificação das centralidades do sistema urbano, da sua hierarquização, bem como das articulações físicas e funcionais entre os vários pólos • Desvalorização, abandono e degradação dos espaços rurais e desqualificação e desestruturação dos espaços urbanos • Reduzida dimensão física das explorações agrícolas e

<p>diversidade, grandes âncoras referenciadoras dos estuários e “frentes ribeirinhas”, as costas atlânticas, e um conjunto vasto, único e muito rico de áreas classificadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Persistência de sistemas agrícolas e florestais compatíveis com os objectivos de conservação da natureza e níveis de competitividade e rendimento relativamente elevados • Localização privilegiada da AML, com uma situação de cruzamento central no eixo atlântico e periférica relativamente à Europa, o que lhe confere um posicionamento de singular cosmopolitismo • Rede de infra-estruturas artísticas, culturais e desportivas e experiência na organização de eventos de dimensão internacional; progressiva modernização tecnológica do sector cultural; internacionalização das actividades artísticas e culturais • Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril-Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística • Existência de um património histórico, cultural e arquitectónico com características únicas, de valor e projecção nacional e internacional, sobre o qual têm recaído nos últimos anos um acréscimo significativo de acções de salvaguarda • Centralidade relativamente ao acesso às redes de transporte e distribuição de gás natural e energia eléctrica • Potencial energético endógeno significativo, particularmente solar, mas também em energia das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e biogás • Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental proporcionando uma oferta rica e diversificada, património e recursos paisagísticos, história e modernidade • Elevados níveis de biodiversidade • Rede de transportes relativamente desenvolvida e com boa cobertura da população • Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (Região capital) 	<p>tecido empresarial agrícola relativamente envelhecido</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevada dependência energética do exterior • Elevada dependência de combustíveis fósseis ou de electricidade gerada com base nestes, baixo índice de eficiência energética e falta de cultura energética e ambiental • Adopção lenta das medidas de eficiência energética e da utilização das energias renováveis, quer por empresas quer por indivíduos • Reduzido aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para atracção de novos fluxos de turismo, insuficiente manutenção de importantes componentes do património histórico, arquitectónico e cultural e carência de condições para uma “vivência” turística ao ar livre • Concentração de elevado nível das emissões de poluentes atmosféricos, incluindo partículas, com origem nos combustíveis fósseis, em particular na circulação rodoviária • Desarticulação dos meios de transportes público e excessivo recurso ao transporte individual, com insatisfação na mobilidade para e dentro da área central de Lisboa • Déficit de liderança e visão política à escala metropolitana, bem como escassa participação dos agentes sociais e económicos
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Forte dinâmica de atracção e de concentração populacional e habitacional, com 47% das entradas registadas de população estrangeira a nível nacional • Imigração multicultural crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural • Áreas industriais desactivadas que desfrutam de localizações de excelência e que podem ser requalificadas e direccionadas para novas utilizações • Progressiva multiplicação de actividades de serviços que se deslocalizam para regiões que possuam características culturais e disponibilidade de mão-de-obra qualificada • Revitalização sócio-urbanística de alguns espaços urbanos consolidados • Reutilização de águas residuais tratadas para fins menos nobres • Incremento das despesas em I&D, em percentagem do PIB • Elevado potencial como rótula geo-estratégica Norte-Sul e Europa-Atlântico • Reformas nos sectores de logística e transporte de mercadorias, construindo uma plataforma atlântica • Desenvolvimento de novos projectos estruturantes, como o Novo Aeroporto de Lisboa, Projecto de Alta Velocidade ou a Terceira Travessia do Tejo, com impactos no emprego e na economia regional e nacional • Alteração do paradigma energético e impactes nos transportes, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras (redes inteligentes, micro produção térmica, iluminação eficiente, mobilidade eléctrica e mobilidade sustentável) • Potencial efeito dinamizador do aproveitamento do potencial energético endógeno e do aumento da eficiência energética na actividade económica, investigação e desenvolvimento, emprego, bem como nos edifícios • Forte impulso do Estado com a promoção de normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou de incentivos à adopção de energias renováveis • Potencial da região como destino turístico de excelência no turismo cultural, desportivo e náutico, que permite desfrutar em segurança e ao longo de todo o ano, numa área geograficamente concentrada e de fácil acesso, um conjunto único de património 	<ul style="list-style-type: none"> • Regime demográfico fortemente ancorado em movimentos migratórios, onde é significativa a componente de incerteza que, de forma inequívoca, permita perspectivar a sua evolução • Aumento do desemprego e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho de pessoas com qualificações médias e superiores • Problemas de pobreza e exclusão, níveis muito baixos de ensino, altas taxas de insucesso e abandono escolar, aumento do desemprego (sobretudo dos mais jovens) e agravamento das condições de acesso a alguns serviços básicos • Políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, potenciando riscos de conflito social • Crescente fragmentação urbana e social do tecido metropolitano, conducente a fracturas sócio-urbanísticas, ao surgimento de novas clivagens sociais e à polarização das formas de apropriação e de vivência da cidade • Assimetrias territoriais nas condições de acesso a determinados equipamentos colectivos, designadamente, ao nível dos equipamentos de saúde, e às redes de equipamentos desportivos e culturais de proximidade • Pressão urbanística crescente sobre os solos com aptidão agrícola e florestais ainda existentes • Problemas crescentes de poluição dos solos e dos recursos hídricos da região • Agravamento da erosão costeira e das ameaças à actividades económicas concentradas nos estuários, no quadro da subida do nível do mar • Aumento descontrolado da actividade turística, designadamente da procura da faixa litoral, das áreas rurais e florestais para actividades de lazer e recreio, promovendo o aumento da construção urbana e de infra-estruturas em áreas sensíveis • Rápido crescimento da AML, que poderá conduzir a uma saturação dos sistemas de gestão de resíduos • Aumento da concorrência inter-regional (Europa do Sul e de Leste), no que respeita à atracção de empresas estrangeiras tecnologicamente avançadas, riscos de deslocalização de empresas de capital estrangeiro e de escoamento da mão de obra qualificada para o exterior • Destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza e biodiversidade no âmbito do desenvolvimento de

<p>histórico, cultural, natural e humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescente procura de produtos "naturais" e actividades de lazer em espaço rural e valorização da tradição e genuinidade associada aos produtos rurais • Aumento da procura de pescado associado às condições naturais da região para a expansão da aquicultura • Perspectivas de afirmação, na cidade de Lisboa, de um cluster centrado nas indústrias criativas, propiciador da emergência de um ambiente criativo 4T • Emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais desempenha um papel preponderante • Aparecimento de novos públicos, com maiores graus de exigência, potenciando a geração de iniciativas de valorização e animação artística e cultural, com grande qualidade e regularidade • Progressivo aumento da esperança média de vida e da disponibilidade de tempos livres, que potencia a opção pela fruição de actividades de lazer e recreio, de actividades culturais e artísticas • Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a cobertura da população e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual • Equipamentos estruturantes (NAL, transporte de alta velocidade e terceira travessia do Tejo), que configuram uma oportunidade para promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao nível regional, nacional e até mesmo internacional 	<p>novos projectos estruturantes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subida dos preços da energia, constante ameaça de escassez e os riscos para o meio ambiente • Aumento da concorrência de outros destinos turísticos de idêntico perfil, tanto de "short ou long haul", falta de capacidade de resposta para melhorar as condições de qualidade do destino e, em consequência, para evidenciar a sua competitividade • Forte concorrência de outros destinos congêneres na Europa ou emergentes • Progressivo enfraquecimento da posição portuguesa, em termos culturais e artísticos, no quadro do recente alargamento da União Europeia • Dificuldade em assegurar uma maior projecção e visibilidade externa dos actores, agentes e organizações associadas à actividade cultural e artística (não obstante a crescente aposta na internacionalização) • Água proveniente fora dos limites administrativos da AML e demasiado dependente de um ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode • Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na região e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública • Alterações climáticas, os efeitos e impactes que poderão provocar cuja extensão e gravidade não são completamente conhecidas • Aumento da criminalidade e inerente incremento da insegurança
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tendências positivas	Tendências negativas
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos pertinentes para a economia do conhecimento • Políticas de desenvolvimento e aprofundamento da integração da cadeia de valor • Evolução da cobertura da Região com infra-estruturas e equipamentos vários • Acréscimo significativo, nos últimos anos, no número de acções centradas na salvaguarda e valorização do património cultural • Progressiva internacionalização das actividades artísticas e culturais (embora ainda insuficiente) • Crescimento do número global de turistas em todo o mundo, em especial a médio e longo prazo, e manutenção dos países industrializados da Europa (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e França) como grandes mercados emissores de fluxo turístico • Aumento da procura de experiências de turismo diversificadas e genuínas, de segmentos como “city & short breaks”, náutica de recreio e turismo náutico, golfe turístico, turismo residencial, ecoturismo e turismo de natureza e maior preferência por destinos considerados “amigos” do ambiente, da natureza e do envolvimento das comunidades • Novos projectos estruturantes propiciadores do aumento de área classificada e de uma gestão mais eficaz de áreas sensíveis • Instrumentos de ordenamento já em vigor e em elaboração promotores de uma protecção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis • Crescente sensibilização da população para os impactos económicos, ambientais e geopolíticos da utilização de energia • Sensibilização para as questões da governabilidade e governância dos territórios e do ambiente • Ciclo continuado de planeamento e gestão estratégica da região, sob coordenação técnica da CCDR-LVT 	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência das carências do sistema de ensino e formação profissional • Agravamento das desigualdades nos rendimentos e precariedades sociais • Abandono crescente das actividades de produção agro-florestal mais extensivas • Expansão urbanística promovendo a ocupação de áreas intersticiais, interrompendo e alterando os corredores ecológicos • Desenvolvimento urbano acelerado e essencialmente expansivo conduzindo a uma grande dispersão das implantações residenciais e das actividades, à rápida transformação da envolvente rural e à intensificação e alargamento da amplitude dos movimentos pendulares diários • Abrandamento da actividade económica a nível global, declínio da confiança dos consumidores e das empresas, e diminuição dos consumos das famílias, com a consequente redução da estadia média e gastos médios dos turistas • Aumento da concorrência a nível mundial e evolução desfavorável da taxa de câmbio, com alguns destinos emergentes a oferecer qualidade a menor preço, designadamente ao nível do turismo de sol e praia e residencial • Novos projectos estruturantes propiciadores de destruição, fragmentação e ocupação com novas edificações e pólos urbanísticos em áreas ecologicamente sensíveis • Alteração expressiva da maior parte dos habitats por acção humana, pressão que se mantém e tem tendência crescente, sobretudo devido à edificação e a determinadas práticas agrícolas e florestais, bem como aumento da actividade humana em áreas sensíveis • Desenvolvimento de fenómenos de marginalidade e insegurança

2. Do Cenário à Visão

Foi considerado o **Cenário Antecipação¹ na elaboração da Visão**, com as necessárias adaptações para ter em conta decisões já assumidas quanto a grandes infra-estruturas.

CENÁRIO “ANTECIPAÇÃO”		
COMPACTAÇÃO & PREVENÇÃO	MITIGAÇÃO <i>HARD</i> & INOVAÇÃO	CONECTIVIDADE, VARIEDADE & CRIATIVIDADE
<p>Conteúdo Básico</p> <ul style="list-style-type: none"> • A AML, para além das suas funções de principal pólo terciário no mercado “doméstico”, afirma-se como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Um pólo europeu de serviços - incluindo indústrias criativas, serviços às empresas (serviços de valor acrescentado e prestados à distância), serviços logísticos, turismo de elevada qualidade e serviços de saúde, com aposta no turismo de saúde e bem estar, na instalação de centros de formação de empresas multinacionais e de clínicas de prestígio internacionais ○ Um espaço de actividades de base industrial mais intensivas em competências e conhecimentos, sendo exemplos as comunicações e electrónica, o sector automóvel (mobilidade eléctrica e híbrida) e a engenharia naval e oceânica ○ Uma plataforma de integração e serviços associadas às multinacionais de economia emergentes, nomeadamente da Ásia, incluindo uma vertente de centros de competência e de I&D • A AML vê fortemente reforçada a sua conectividade global, por via de infra-estruturas, serviços e operadores globais, quer associados ao transporte aéreo quer ao transporte marítimo intercontinental e de curta distância; a combinação de um aeroporto com grande terminal de carga aérea e portos de águas profundas próximos e a Plataforma Logística do Poceirão, fará da Península de Setúbal uma região atractiva para investimento em indústrias (montagens, etc.) • A mobilidade deverá ser resolvida a partir da combinação das redes em modo ferroviário (com a rede do metro a ganhar maior conexão entre as linhas actuais), com a criação de operadores rodoviários actuando à escala da AML e renovando por completo as suas frotas (incluindo uma componente de veículos híbridos e eléctricos), com a constituição de nós de interface comuns a todos os operadores e, ainda, com a multiplicação da oferta de soluções individuais de mobilidade, incluindo em modos suaves • A intervenção na área energética centra-se na mudança nas redes de abastecimento energético nas zonas de maior concentração populacional, no sentido da electricidade distribuída; em termos de mobilidade urbana deverá ser dada primazia à redução das necessidades de mobilidade por recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação e à mobilidade urbana centrada na revisão completa do 		

¹ Cfr. Texto completo dos Cenários, no Relatório Complementar

quadro actual de operadores de transporte público rodoviário e suas áreas de intervenção

- Neste Cenário assiste-se, na margem Norte da AML, a uma recentragem do crescimento urbano na cidade de Lisboa e em centros em seu redor (ex: Oeiras, Sintra, Cascais, Amadora, Loures, Vila Franca / Alverca), com forte aumento da densidade urbana. Haverá uma forte implantação de actividades de serviços geradoras de emprego em Lisboa e nos referidos centros que a rodeiam, reduzindo significativamente os movimentos pendulares. O regresso de população à cidade de Lisboa não ficará limitado ao segmento de maiores posses. No concelho de Lisboa, e em torno da Portela, surgirá uma nova localização para serviços a oferecer no mercado internacional
- A margem Sul capta um conjunto de actividades metropolitanas na área do Conhecimento, Saúde e Cultura/Lazer e atrai um conjunto de actividades de serviços e de indústrias tecnologicamente mais sofisticadas, beneficiando da proximidade do Novo Aeroporto de Lisboa
- As questões da sustentabilidade levam a intervenções profundas na organização do território por razões que se prendem com a prevenção de riscos ambientais; neste Cenário assiste-se a uma realocação gradual de actividades estratégicas e de concentrações residenciais localizadas em zonas de maior risco e sem condições de resiliência para zonas mais seguras da AML (afastamento das zonas ribeirinhas e dos leitos de cheia e das zonas de maior risco sísmico)
- A AML oferece uma variedade de oportunidades de emprego com elevada qualificação, ao mesmo tempo que absorve recursos humanos libertados de actividades em declínio graças à multiplicação de serviços associados à eficiência energética, às novas soluções de mobilidade e à manutenção urbana, bem como a serviços de proximidade

3. Visão Estratégica

Contexto

A Área Metropolitana de Lisboa ocupa uma posição singular no espaço europeu. Capital política e cultural, grande pólo turístico, que concentra os principais recursos científicos e tecnológicos de Portugal, bem como os serviços avançados, a região desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e para a competitividade externa do país.

Mas essa responsabilidade apresenta-lhe hoje um correspondente desafio, de se afirmar internacionalmente como uma região exportadora de serviços e produtos exigentes em inovação e criatividade.

Em termos regionais, os projectos e as políticas deverão subordinar-se a uma visão policêntrica para a AML, por forma a alcançar um desenvolvimento harmonioso do território, aproveitando as especificidades dos activos regionais – e.g. Interculturalidade, prevalência de recursos naturais, mão de obra qualificada, rede de transportes, entre outros – e preconizando acções geradoras das transformações desejáveis que permitirão alcançar os objectivos da Visão.

“No horizonte de 2020 a ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA transformar-se-á numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidades europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atractiva pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos.

A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócioterritorial, a valorização da diversidade étnica e cultural, a competitividade internacional e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região.”

Estratégia Regional Lisboa 2020

Opções Estratégicas de Base Económica

As opções estratégicas de base económica para a AML orbitam em torno de quatro vectores que reflectem as vantagens competitivas regionais, os grandes investimentos públicos em termos de infra-estruturas em curso e projectadas – NAL, Alta Velocidade Ferroviária e plataformas logísticas – e as dinâmicas de crescimento dos pólos especializados de serviços e I&D. Perspectiva-se uma aposta forte: nos transportes e logística; em conhecimento/ investigação, inovação e indústrias criativas; na economia do mar; e no aprofundamento da terciarização e exportação de serviços, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento dos clusters emergentes da saúde e do turismo.

Transportes e logística

Numa leitura espacial das actividades económicas na AML, é de referenciar o futuro **efeito polarizador exercido pelo Novo Aeroporto de Lisboa e pela plataforma do Poceirão**, que permitirá desenvolver os projectos de regeneração do Arco Ribeirinho Sul e atenuar as fragilidades do tecido económico de base industrial no sector Alcochete/Montijo/Palmela/Setúbal. A fileira logística beneficiará também destes grandes investimentos estruturantes e vê-se neste sector a oportunidade para construir uma plataforma Atlântica de relevância europeia e global, que potencie as mudanças em curso na indústria dos transportes de passageiros e, sobretudo, de mercadorias, que atraia novas actividades, que dê maior ênfase às questões da eficiência energética, da sustentabilidade ambiental e da conectividade entre os diferentes modos, que constituem, por seu lado, uma das principais debilidades internas.

Nesta perspectiva, os investimentos em novas infra-estruturas deverão ser aproveitados para promover a empregabilidade e as capacidades profissionais instaladas; valorizar a ligação entre as plataformas logísticas e os diferentes modos de transporte, tanto ao nível das infra-estruturas (estações inter-modais) como na gestão operacional, visando a sua sustentabilidade económica, a longo prazo; valorizar as potencialidades logísticas para o desenvolvimento de um pólo de indústrias integradoras/de montagem (light industry assemblers); e assegurar a continuidade da ligação destes sectores ao conhecimento e à investigação científica e tecnológica, em particular nas áreas de maior inovação. Neste contexto, a AML deve aproveitar os grandes projectos previstos para se afirmar como uma metrópole sustentável em diálogo equilibrado com a natureza e o ambiente.

Conhecimento/ investigação, inovação e indústrias criativas

A segunda opção estratégica apresenta a **inovação como elemento chave para a internacionalização e para a competitividade** da região de Lisboa. A AML tem um nível médio de qualificação da mão-de-obra superior à média nacional e, nesse sentido, é possível desenvolver acções que visem o aprofundamento da sociedade da informação, nomeadamente através da garantia de infra-estruturas de apoio à inovação, com especial ênfase na dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos factores de competitividade.

Na margem Norte as actividades de serviços prestados às empresas têm registado um grande crescimento, utilizando de forma intensiva recursos humanos com nível de qualificação superior à média regional e nacional. Lisboa continua a destacar-se pelo seu papel motriz, concentrando uma parte importante dos pólos de investigação e desenvolvimento, dos serviços financeiros e dos serviços às empresas. A recomposição espacial destas actividades, com a emergência de novos centros no Parque das Nações e na área Benfica-Telheiras, constitui uma oportunidade para a afirmação internacional da capital.

Os concelhos de Oeiras, Sintra e Cascais, que num primeiro momento beneficiaram da desconcentração e relocalização produtiva na AML, continuam a destacar-se pelo dinamismo das actividades económicas e da criação de emprego, podendo orientar as suas estratégias para o aprofundamento da fixação de indústrias de base tecnológica e de conhecimento. No mesmo sentido, os concelhos de Amadora, Loures, Vila Franca de Xira e Mafra beneficiam hoje de novas infra-estruturas de acessibilidade, que deverão aproveitar para intensificar os processos de regeneração das áreas industriais obsoletas, criando condições mais atractivas para a captação e para o surgimento de actividades inovadoras, que renovem o seu tecido económico.

Os efeitos esperados do aprofundamento da sociedade de informação e da dinamização das indústrias ligadas à I&D são difusos e deverão incidir em toda a AML. Contudo, podem ser definidas políticas de base municipal, com o objectivo de ancorar os projectos em determinados espaços. Ganha especial relevo a possibilidade de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das actividades de I&D, em zonas deprimidas, com a finalidade de fomentar o empreendedorismo e o potencial de crescimento endógeno. Nos concelhos de maior tradição industrial, a mão-de-obra qualificada constitui um importante activo que, se acompanhada por uma política de apoio à investigação, pode conduzir ao empreendedorismo e a projectos de inovação tecnológica que proporcionem a renovação do tecido industrial e a emergência de novas actividades competitivas. Na margem Sul, principalmente no eixo Almada-Seixal-Barreiro, com a regeneração em curso do Arco Ribeirinho Sul, espera-se o desenvolvimento de soluções que permitam reforçar as condições favoráveis ao aparecimento de indústrias de base tecnológica e do conhecimento. De igual modo, o Madan Parque e outros projectos já existentes dentro da mesma tipologia podem servir de âncoras para uma dinâmica de aproximação dos indicadores económico-sociais da Península de Setúbal aos da Grande Lisboa. Ao mesmo tempo devem desenvolver-se acções em toda a AML que reforcem as infra-estruturas e as instituições de apoio à inovação, com o objectivo de expandir os sectores estratégicos inseridos na sociedade do conhecimento, que permitem exercer um efeito de atracção internacional sobre os recursos humanos mais qualificados.

Economia do mar

Como terceiro vector, a posição Atlântica da AML e a extensão e riqueza dos seus estuários constituem **vantagens competitivas específicas no que respeita à economia do mar**, que devem ser valorizadas tendo em vista o desenvolvimento da região. É urgente, neste caso, um reordenamento do espaço marítimo e fluvial, para coordenar e articular as múltiplas actividades económicas aqui desenvolvidas, no sentido de assegurar a sua compatibilização: turismo, energia, transportes marítimos e fluviais, aquicultura, pesca e exploração dos leitos marinhos. O investimento em I&D e o alargamento e promoção das actividades económicas que utilizam os recursos do mar e dos estuários do Tejo e do Sado, são condições fundamentais para reforçar a competitividade internacional da AML, que terá igualmente reflexo nas opções e políticas de ordenamento do território.

Aprofundamento da terciarização e exportação de serviços

Finalmente, as tendências recentes mostram **níveis de terciarização acentuados**, que estão reflectidos na fatia cada vez maior que os serviços às populações vêm a tomar no total das actividades económicas da AML, parcialmente em resposta ao envelhecimento da população e ao aprofundamento dos movimentos turísticos. A crescente capacitação destes serviços faz com que os desafios do envelhecimento populacional e do aumento da esperança de vida sejam uma oportunidade para reforçar o desenvolvimento de clusters emergentes no sector terciário, como as actividades ligadas ao turismo e à saúde, enquanto indústrias de exportação de serviços com grande potencial de valor acrescentado. A sua associação ao ensino superior, à investigação e à inovação, podem ainda constituir factores de desenvolvimento das actividades culturais, relacionadas com a indústria do conhecimento – e.g., indústrias criativas – capazes de atrair capital humano com elevados níveis de qualificação, nacional e internacional, incluindo dos países de língua oficial portuguesa.

Domínios de Implementação da Visão

Em sintonia com estas opções, a Visão Estratégica para a Área Metropolitana de Lisboa responde aos quatro imperativos que são hoje consensuais no conceito abrangente de Desenvolvimento Sustentável – **Competitividade, Sustentabilidade Ambiental, Equidade e Governabilidade**, que devem inspirar as propostas de ordenamento do PROT-AML.

Consideraram-se **Cinco Domínios**² para implementação da Visão:

- A. Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo**
- B. Polinucleação e Compactação**
- C. Sustentabilidade Ambiental e Sintonia com a Natureza**
- D. Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social**
- E. Governabilidade e Governação**

Estes Cinco Domínios são apresentados com as principais transformações e exigências para a concretização da **Visão Estratégica**; posteriormente, desenvolvem-se em vinte Linhas de Acção, com objectivos-chave, metas e normas orientadoras para implementação³.

Domínio A. “ Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo”

A estratégia de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa, no horizonte 2020, tem que colocar a internacionalização como um dos seus principais objectivos, e, sobretudo, de o fazer de uma forma acertada com o tempo e o espaço das acções a desenvolver. Para a AML o objectivo estratégico da internacionalização deve ser o de (re) qualificação das funções desempenhadas à escala nacional, ibérica, europeia e mundial, construindo vantagens competitivas duradouras através de escolhas pragmáticas e especializadas. Trata-se de aumentar a sua capacidade de gerar e atrair actividades de maior valor acrescentado, geradoras de melhor inserção na rede das Metrópoles europeias, com a consciência de que a conectividade internacional, a disponibilidade e a atracção de recursos humanos qualificados e criativos e a existência de um clima de negócios atractivo à escala mundial são factores chave para atingir essa requalificação.

² **Os Domínios** são espaços topológicos, podendo ser identificados também como Eixos Estratégicos, que permitem lógicas de concordância e coordenação, integrando um conjunto de **Linhas de Acção** conexas, convergentes e complementares, que visam a **implementação dos objectivos da Visão**.

³ Cfr. Capítulo III

Principais transformações e exigências:

As novas infra-estruturas previstas para o território (NAL, TTT, AVF, Plataformas Logísticas) constituirão uma oportunidade para reforçar a **dimensão Euro-Atlântica da região**, ao mesmo tempo resultando num factor de coesão nacional, na medida em que esses projectos serão capazes de produzir efeitos positivos sobre a competitividade das outras regiões de Portugal.

Deverá ser promovida a **consolidação das infra-estruturas chave da conectividade internacional da Região** – portos, aeroportos, plataformas logísticas, telecomunicações e modos de transporte terrestre, articulados entre si e com a restante rede nacional e internacional e competitivos no seu funcionamento.

O capital humano da AML é um importante activo que, através do reforço das políticas de apoio ao ensino superior, à investigação e ao desenvolvimento, conduzirá ao incremento de projectos de inovação tecnológica que proporcionem a renovação do tecido industrial e a **emergência de actividades competitivas** nos clusters existentes e em novos sectores.

A AML, enquanto território de cruzamento de culturas, deverá **reforçar a aposta nas indústrias criativas** – não apenas as indústrias das artes e dos conteúdos audiovisuais e publicitários, mas de todas as actividades onde a criatividade é o elemento distintivo – as ciências, a arquitectura, a moda, a música, o design gráfico e o design de produção e a informática – isto é, das áreas que são capazes de gerar novas ideias e conceitos, criando tendências de consumo, porque o desenvolvimento económico consolida-se nas cidades cosmopolitas e com maior qualidade de vida, as quais apresentam uma atmosfera urbana propícia à promoção do talento e da inovação.

A AML deverá ser reconhecida a nível mundial como um **destino turístico seguro, atractivo e competitivo**, com oferta diversificada de *short & city breaks* de motivação cultural, turismo de negócios, desportivo (golfe, náutica de recreio e actividades equestres), equipada com *resorts* integrados, de saúde e de natureza, capazes de satisfazer a procura internacional exigente e de elevados rendimentos, através de uma qualificada prestação de serviços.

Linha de Acção A1 Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais

Objectivos-chave

- Intensificar os fluxos internacionais de passageiros e mercadorias
- Diminuir o tempo de distância ao centro da Europa

Linha de Acção A2 Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade

Objectivos-chave

- Potenciar as capacidades instaladas de ensino superior, investigação e inovação tecnológica
- Atrair talentos criativos e artísticos de todo o mundo
- Renovar o tecido industrial associado ao conhecimento, inovação e cultura

Linha de Acção A3 Consolidar a AML como destino turístico

Objectivos-chave

- Aumentar a atractividade turística internacional da AML
- Reforçar a região como destino privilegiado para o turismo de negócios, turismo cultural, turismo desportivo, turismo da natureza

A região deverá apostar na diversidade e na especialização da sua base económica, em especial a partir dos seus recursos endógenos, **desenvolvendo as potencialidades competitivas do território natural – agrícola, florestal, marítimo e paisagístico**, com enfoque na procura das soluções ecologicamente mais equilibradas e no capital simbólico associado às Descobertas e ao Mar.

A região deverá promover as actividades da pesca e aquicultura, desenvolvendo o consumo e a exportação, através do reforço das condições da indústria transformadora, num quadro de adequação às exigências de qualidade alimentar e de **utilização sustentável dos recursos do mar**.

Deverá ser promovida a **consolidação das infra-estruturas chave da conectividade internacional da Região** – portos, aeroportos, plataformas logísticas, telecomunicações e modos de transporte terrestre, articulados entre si e com a restante rede nacional e internacional e competitivos no seu funcionamento.

A **promoção de excelente conectividade digital**, incluindo cobertura extensiva em infra-estruturas de banda larga e serviços competitivos, inovadores e internacionalizados, deverá ser assegurada de forma a garantir a competitividade internacional, particularmente dos pólos de excelência da AML (Parques de Ciência e Tecnologia, Parques Empresariais, Pólos Logísticos e Pólos Universitários).

Linha de Acção A4

Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas

Objectivos-chave

- Aumentar a visibilidade internacional do Património Natural e Cultural
- Transformar a AML num pólo de exploração e investigação do Mar

Linha de Acção A5

Modernizar a base industrial e os serviços

Objectivos-chave

- Garantir uma excelente conectividade digital, no meio empresarial e particularmente nos pólos de excelência da AML.
- Investir na logística de transformação

Domínio B. “Polinucleação e Compactação”

A Área Metropolitana de Lisboa deve adoptar um novo modelo territorial de desenvolvimento que se aproxime mais dos princípios da **cidade compacta** (maior aposta na multi funcionalidade enquanto oferta conjunta de localizações de residência, trabalho e serviços, maior importância atribuída à reabilitação e qualificação dos espaços construídos existentes, contenção do crescimento urbano extensivo, etc.) e da **polinucleação** (complementaridade interna, emergência de novas centralidades, organização mais sistémica), estreitamente associados ao investimento em corredores de transporte público com maior capacidade de captação de utilizadores, assumindo-se como uma **Metrópole, em duas margens**, em torno do estuário do Tejo.

Principais transformações e exigências desejáveis

A região deverá apresentar um território urbano mais compacto e polinucleado, estruturado por **idades multifuncionais** conectadas por eixos de transporte público atractivos, adequadamente dotados de infra-estruturas, equipamentos e de espaços abertos de lazer e desafogo, contrariando as tendências actuais de edificação dispersa e fragmentação urbana.

As dinâmicas induzidas pelas grandes infra-estruturas previstas constituem uma oportunidade para a **reconversão urbana de áreas obsoletas ao longo das margens do Estuário do Tejo**, preservando-se o território fora dos perímetros urbanos.

A reabilitação do edificado existente deverá ser uma prioridade, de forma a impulsionar a revitalização demográfica de Lisboa e a valorização funcional e económica de outros centros urbanos.

O desenvolvimento urbano deverá privilegiar os espaços já urbanizados, promovendo a regeneração dos núcleos existentes e a colmatação e densificação dos espaços bem servidos por transporte público.

As áreas urbanas menos densamente ocupadas deverão ser objecto de uma **intervenção integrada e sustentável**, que garanta a qualificação e consolidação dos espaços urbanos e a preservação dos espaços naturais, agrícolas e florestais.

Tendo em conta o actual sistema de transportes e o crescimento da mobilidade, torna-se necessário desenvolver **a rede de transportes públicos em sítio próprio** que se assuma como a espinha dorsal da estruturação do território, ganhando competitividade face ao transporte individual e visando uma repartição modal mais equilibrada e eficiente.

Linha de Acção B1

Dinamizar o modelo policêntrico

Objectivos-chave

- Aumentar a atracção internacional de Lisboa
- Reforçar as funções nas aglomerações urbanas estruturadoras

Linha de Acção B2

Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

Objectivos-chave

- Re-orientar as procuras urbanas para a reabilitação de áreas urbanas existentes
- Reforçar e diversificar a oferta de áreas infra-estruturadas para actividades económicas

Linha de Acção B3

Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais

Objectivos-chave

- Consolidar e valorizar os aglomerados rurais
- Contrariar a edificação dispersa
- Promover um povoamento rural nucleado e estruturado

A região deverá tirar partido da infra-estrutura de bilhética da AML, para **aprofundar a intermodalidade e para desenvolver serviços inovadores de mobilidade**.

Linha de Acção B4

Reforçar a conectividade regional

Objectivos-chave

- Melhorar a articulação das políticas, planeamento e gestão da mobilidade
- Suportar a mobilidade intra-regional numa rede de transportes públicos que seja eficiente, inovadora e segura

Domínio C. “Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza”

A Área Metropolitana de Lisboa deve assumir, decididamente, o **paradigma do desenvolvimento sustentável** através da promoção de estratégias económicas ambientais (eco-eficientes), atraindo novas oportunidades de mercado e investimentos, favorecendo uma maior eficácia de recursos. Neste contexto, e possuindo a AML uma fatia substancial dos recursos de I&D do todo nacional, são particularmente relevantes as sinergias existentes entre investimentos na eficiência energética dos edifícios, rede eléctrica e de iluminação pública, na mobilidade eléctrica e no aumento da produção energética distribuída, e a capacidade de internalizar parte substancial desses investimentos, através da consolidação de um cluster industrial ligado ao sector das energias renováveis, com importantes consequências na criação de emprego qualificado e no aumento das exportações.

Sendo a AML a principal zona consumidora de energia no país, a prossecução de objectivos de aumento de eficiência energética têm consequências particularmente relevantes na redução da dependência energética face ao exterior, assim como na promoção da diminuição de emissões de GEE, no âmbito dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas.

O paradigma do desenvolvimento sustentável tem, ainda, como corolário a inversão da actual tendência de urbanização expansiva com forte concentração nas zonas suburbanas e litorais. Ao forte crescimento desordenado há que contrapor a protecção de recursos fundamentais, como os solos, as águas subterrâneas, as zonas ribeirinhas e a faixa litoral, bem como valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológico, paisagístico, cultural e geo-económico, corporizados nas áreas protegidas, Rede Natura 2000 e nos monumentos nacionais.

O modelo territorial a adoptar neste período deve garantir o funcionamento sistémico e sustentável dos sistemas hídricos e das estruturas ecológicas, preservando o potencial ecológico e de biodiversidade do território regional. Deve apostar também no funcionamento sistémico das redes e infra-estruturas de mobilidade que promovam a multimodalidade, inter-conectividade e a conectividade internacional, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética.

É também necessário que as intervenções públicas ao nível da provisão de infra-estruturas e equipamentos colectivos evoluam do ciclo da cobertura para o ciclo da eficiência, qualidade e segurança dos serviços prestados.

Principais transformações e exigências

A região deverá **valorizar os seus recursos territoriais e patrimoniais únicos**, corporizados na Rede Natura, na Paisagem Cultural e nas Áreas Protegidas.

A Rede Ecológica Metropolitana deverá ser concretizada e consolidada, através da implementação da Estrutura Ecológica Municipal em todos os Concelhos da AML, suportada em soluções adequadas aos valores e objectivos em presença e aceites pelos vários actores, mediante uma regulação flexível e abertura conceptual a diferentes processos e alternativas técnicas.

A importância da riqueza ambiental e paisagística do território da AML deverá ser reforçada, pela dinamização e qualificação de espaços verdes de proximidade, indispensáveis para a qualidade de vida dos habitantes, coesão social e para a competitividade urbana.

Deverão intensificar-se as **medidas de protecção, valorização e regeneração dos Recursos Naturais**, numa óptica de gestão integrada do território da AML e da sua valiosa zona costeira, garantindo, desta forma, o funcionamento dos sistemas naturais. O aquífero do Tejo/Sado deve ser considerado uma reserva estratégica da Região, pelo que é essencial garantir a preservação da quantidade e qualidade da água nele contida.

Deverá ser assegurada a salvaguarda dos **solos com reconhecida aptidão agrícola e florestal, através da articulação** com a estratégia de desenvolvimento para o sector, valorizando a produção ambientalmente orientada e uma ocupação do solo que seja compatível com a preservação da biodiversidade e o ordenamento do espaço rural.

A exposição aos riscos naturais, tecnológicos e ambientais deverá ser **acautelada** na região, com prioridade para as acções que visem evitar e mitigar os factores que atentam contra a segurança de pessoas e bens e os valores ambientais em risco, considerando especialmente as preocupações relacionadas com as alterações climáticas.

Linha de Acção C1 Garantir o funcionamento da Rede Ecológica Metropolitana

Objectivos-chave

- Preservar a Biodiversidade
- Aumentar os espaços verdes e de utilização colectiva

Linha de Acção C2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

Objectivos-chave

- Garantir a qualidade do aquífero do Tejo/Sado
- Regeneração ambiental dos solos contaminados
- Diminuir a pressão sobre as frentes marítima e estuarina

Linha de Acção C3 Utilizar e valorizar os recursos numa óptica de sustentabilidade

Objectivos-chave

- Preservar os solos de maior valor agrícola e florestal
- Incrementar de modo sustentável as actividades de pesca e aquicultura
- Salvaguardar a produção animal garantido a qualidade ambiental e a compatibilidade dos usos
- Conhecer, conservar e valorizar o património geológico

Linha de Acção C4 Evitar e mitigar riscos

Objectivos-chave

- Reduzir a exposição da população a riscos naturais, tecnológicos e ambientais

A região deverá **utilizar as novas exigências de sustentabilidade** e instrumentos associados (mercados de licenças de emissão de GEE), como alavanca de inovação e atracção, constituindo-se a AML um território de investigação e de desenvolvimento de soluções tecnológica e organizativamente avançadas a nível mundial, e contribuindo para a geração de valor no tecido económico nacional.

O **aumento da eficiência na utilização de energia**, com particular ênfase nos edifícios residenciais, de serviços e públicos, assim como na rede de iluminação pública, promoverá a diminuição global do consumo de energia.

A **penetração da micro-geração de energia** (solar térmica, solar fotovoltaica, micro-eólica), contribuirá para a diminuição do consumo e emissões associadas à utilização de energia fóssil, assim como para o aumento da eficiência no transporte e distribuição de energia eléctrica.

Assegurar a promoção de **políticas de mobilidade mais sustentáveis** que visem uma melhor utilização de cada modo e a transferência modal do TI para o TP e modos suaves, contribuindo para a redução do consumo de energia, assim como das emissões, associados à mobilidade.

Promover a **integração de modos suaves de mobilidade** que cumpram não apenas a função de lazer mas também de transporte, garantindo condições de conforto e segurança atractivas.

A região deverá tirar partido das tecnologias de informação e comunicação, no sentido de reduzir as necessidade de deslocação, de melhorar a informação disponível, de **aprofundar a intermodalidade e de desenvolver soluções inovadoras de mobilidade**.

A região deverá conseguir uma **gestão dos recursos hídricos mais eficiente**, assegurando a resolução plena das exigências de qualidade e do sistema de abastecimento, passando do paradigma da cobertura ao ciclo da eficiência.

Deverá ser **promovido o tratamento e a valorização dos efluentes** e sua internalização no território metropolitano.

Linha de Acção C5

Investir na sustentabilidade energética como alavanca da inovação e competitividade

Objectivos-chave

- Reduzir a dependência de fontes energéticas fósseis
- Reduzir a dependência energética do exterior, aumentando a segurança do aprovisionamento
- Aumentar a eficiência energética e a capacidade exportadora de alta intensidade tecnológica baseada nas energias renováveis e na eficiência energética

Linha de Acção C6

Potenciar uma mobilidade mais sustentável

Objectivos-chave

- Reduzir a emissão de poluentes atmosféricos
- Aumentar a eficiência energética nos transportes
- Integrar os modos suaves de mobilidade na cadeia de viagem

Linha de Acção C7

Melhorar o saneamento ambiental da região

Objectivos-chave

- Preservar a qualidade da Água e aumentar a eficiência do abastecimento
- Aumentar a eficiência no consumo de água
- Reduzir o volume de resíduos destinados a aterro

Domínio D. “Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social”

A coesão social no próximo decénio deverá passar, essencialmente, por um investimento na “Qualificação das Pessoas”, na “Qualificação dos Espaços Públicos” e na construção da “Cidade de Proximidade”, atribuindo especial relevância à criação das melhores condições de acesso à saúde, ensino, formação e aprendizagem ao longo da vida, sem as quais não poderão funcionar, em toda a sua potencialidade, os mecanismos de mobilidade social que são cruciais para coesão.

Mas é também necessário preparar a cidade para uma maior capacidade de integrar e apoiar em especial uma população idosa em crescimento e para o bom acolhimento da diversidade social e cultural, que é cada vez mais o apanágio da AML. Torna-se particularmente relevante o enfoque na requalificação urbana, nos espaços públicos, nos equipamentos de proximidade, etc, através de processos integrados e participados de intervenção que fomentem uma coexistência positiva na cidade e aumentem a sua democraticidade interna. Acredita-se que a cidade é o espaço colectivo de pertença a todos os cidadãos que aí têm de encontrar condições e oportunidades para a sua realização pessoal, social, política e económica. Na diversidade das culturas e modos de vida a cidade deve permitir a todos, e a cada um, um espaço de pertença simbólica mas também de enraizamento material em condições de qualidade e acessibilidade, aquilo que é hoje o bem-estar urbano de uma cidade moderna.

É na diversidade das funções urbanas – trabalho, lazer, cultura e convivência – e na diversidade social e cultural, apanágio dos tempos modernos, que a cidade encontra a sua verdadeira dimensão cosmopolita e cada um se sente com o “direito à cidade”.

Principais transformações e exigências

A **coesão sócio-territorial** será assegurada eliminando os bairros de alojamentos não clássicos, ainda existentes, e combatendo o declínio de bairros socialmente segregados, assegurando níveis elevados de mobilidade e de acessibilidade aos equipamentos, requalificando os espaços residenciais mais degradados, sobretudo em termos de espaço público e infra-estruturas de apoio.

Deverá ser promovida a **reabilitação do edificado existente**, em especial nos centros cívicos e históricos, preservando o património histórico e natural, possibilitando o acesso indiscriminado de qualquer população, combatendo a desertificação e o envelhecimento destas áreas.

Linha de Acção D1

Melhorar as condições e acesso à habitação

Objectivos-chave

- Eliminar os alojamentos não clássicos
- Regenerar de forma integrada os bairros de habitação social
- Investir na reabilitação urbana em detrimento da construção nova para habitação

A AML deverá ser um **território coeso e qualificado**, capaz de oferecer aos seus habitantes maior qualidade de vida: áreas de residência com identidade e urbanidade; serviços e equipamentos de proximidade; segurança; espaços públicos de fruição e convivialidade.

O território deverá **reforçar a integração da população**, não só através da dinâmica do mercado de trabalho mas também ao nível educacional, formativo e cultural, capazes de promover uma coexistência positiva, o direito de cidadania e a interculturalidade.

A **qualificação e a qualidade de vida da população residente e presente** deverá ser assegurada através do acesso, fruição e bem-estar em todas as áreas de suporte à vida social, generalizando o acesso à Sociedade de Informação e do Conhecimento, de forma a combater a info-exclusão.

Através de soluções inovadoras e organizativas será possível estabelecer um quadro de **solidariedade inter-geracional, intercultural e de respeito pela diversidade**, capaz de preservar e manter o património multicultural fruto de uma história própria.

A região promoverá o **incremento dos laços de identificação das populações com as memórias dos lugares**, através de elevadas exigências ao nível das intervenções arquitectónicas, no projecto dos espaços públicos e na reabilitação do património edificado, bem como na promoção das diferentes culturas existentes e na realização de eventos relevantes.

Será assegurado o aumento dos **níveis de conforto e de segurança do espaço público**, através do desenho urbano (vigilantes naturais), da limpeza das ruas e fachadas dos edifícios, da iluminação das vias e espaços públicos, da sinalética, etc..

Linha de Acção D2

Estimular a vida de proximidade

Objectivos-chave

- Promover a oferta de equipamentos e serviços de proximidade e a equidade no seu acesso
- Uma população mais activa, saudável e segura
- Promover o desenvolvimento social urbano, a interculturalidade e o sentido de pertença ao Lugar

Linha de Acção D3

Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

Objectivos-chave

- Investir no desenvolvimento cultural da população
- Promover actividades culturais de pequena e grande escala
- Valorizar a memória colectiva e o património cultural tendo em conta as diferentes culturas

Linha de Acção D4

Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados

Objectivos-chave

- Apostar na regeneração dos centros cívicos e históricos
- Valorizar o habitat construído, em especial o de valor histórico
- Valorizar e preservar a paisagem rural e natural
- (Re)Criar espaços públicos seguros, limpos e confortáveis

Domínio E. “Governabilidade e Governação”

A implementação das opções estratégicas enunciadas pressupõe a definição de políticas complementares de âmbito nacional e regional e, em particular, **carece de um quadro de governação metropolitana** suficientemente claro para articular os diferentes interesses locais, discutindo-os no contexto do objectivo prioritário de uma AML poli-nucleada e com um tecido socioeconómico mais equilibrado.

Perante os problemas de governabilidade com que se depara a região, a experiência demonstra que devem ser introduzidas reformas progressivas no desenho institucional, em simultâneo com práticas inovadoras nos domínios do planeamento e da identificação com a escala metropolitana.

As principais transformações desejáveis neste Domínio passam assim por duas ideias-chave e outras medidas em termos de enquadramento regulamentar, coordenação e governança:

- **Promoção de uma governação inovadora e participada**, com base no crescimento do capital social regional, num quadro de competências tendencialmente mais estabilizado e numa estratégia territorial bem compreendida pelos diferentes actores públicos e privados, na qual o Governo Electrónico poderá desempenhar um papel importante, na simplificação administrativa, na transparência democrática e no aprofundamento da cidadania.
- **Construção de uma liderança política voluntária**, que emerge da cidade de Lisboa e se desenvolve nas duas margens, que seja capaz de mobilizar recursos e concretizar projectos supra-municipais, com o apoio da Administração Central.

Em termos de enquadramento regulamentar e de mercado,

- Proceder à reformulação da fiscalidade que incide sobre o sector fundiário e imobiliário e à revisão dos códigos regulamentares das operações de urbanização.

Em termos de Coordenação a nível da Administração Central,

- Articular a elaboração dos planos de ordenamento com as principais decisões sobre os equipamentos e as infra-estruturas de transporte (Autoridade Metropolitana de Transportes) que influenciam claramente as dinâmicas territoriais, subordinando essas decisões a opções técnicas claras e consensualizadas relativas ao modelo de ordenamento pretendido para o território.

Em termos de Governação Metropolitana,

- Dotar a Junta Metropolitana de mais competências no âmbito do planeamento e da gestão estratégica e operacional, que permitam uma racionalização integradora das diferentes opções municipais, bem como de competências reforçadas de contratualização, com a CCDR e a administração central, nos domínios chave da governação metropolitana.
- Reforçar o papel central da CCDR na integração de políticas sectoriais, para que exerça com eficácia as suas competências de coordenação e avaliação dos projectos, conferindo maior eficiência e celeridade aos processos e assegurando a sua realização em adequados termos técnicos e legais.
- No que concerne à melhoria da governança, as Câmaras Municipais devem reforçar o seu papel liderante, desempenhando uma função catalisadora e dinamizadora de projectos de impacto local / supra-municipal e assegurando também a articulação entre os esforços públicos e privados, em ordem à concretização de um efectivo desenvolvimento.

Capítulo II – Modelo Territorial

1. SISTEMAS ESTRUTURANTES
2. ESQUEMA GLOBAL DO MODELO
3. UNIDADES TERRITORIAIS

1. Sistemas Estruturantes

1.1. Sistema Urbano

O processo de alteração do PROTAML encontra especial justificação no facto de estarem programados projectos reestruturadores do território metropolitano. Estes investimentos exigirão respostas adequadas do sistema urbano de modo a promover um desenvolvimento mais compacto, contrariando-se o padrão extensivo e fragmentado que tem caracterizado a AML nas últimas décadas, e conferindo-se prioridade à requalificação e à reabilitação urbana, conforme estabelecem o PNPOT, a ENDS e a Estratégia Regional Lisboa 2020. Esta preocupação é tão mais pertinente quanto a AML continua a apresentar-se como a principal aglomeração urbana do país..

A dinâmica urbana verificada, estruturada pela cidade de Lisboa, pelos eixos radiais tradicionais, pelo subsistema de centralidades do Arco Ribeirinho e pela aglomeração Setúbal-Palmela, evidenciou quatro linhas principais:

- › Perda de vitalidade demográfica de alguns espaços urbanos consolidados, com destaque para Lisboa;
- › Alastramento das áreas consolidadas para espaços naturais contíguos;
- › Urbanização fragmentada incluindo extensas áreas urbanas de génese ilegal (AUGI);
- › Intensificação da edificação dispersa nas áreas rurais.

A edificação de áreas residenciais em localizações progressivamente mais periféricas originou não só o comprometimento de solos agrícolas e florestais, como um recuo na utilização do transporte público e a extensificação dos movimentos pendulares, gerando consumos energéticos incompatíveis com os actuais objectivos de sustentabilidade.

A inversão desta tendência e a concretização de uma forma urbana mais compacta, geradora de maior vitalidade dos espaços urbanos centrais e promotora de uma mobilidade mais racional, deverá ser alcançada, tanto com um maior condicionamento da edificação em áreas agro-florestais, como pela regeneração dos tecidos urbanos consolidados, nomeadamente daqueles que apresentam maiores densidades populacionais e funcionais e melhores níveis de serviço de transporte público.

A criação de contextos funcionalmente mais densos assume idêntica relevância para a dinamização económica, nomeadamente das centralidades tradicionais. Por outro lado, a compactação e consolidação das grandes concentrações de actividades económicas permitirá obter ganhos de competitividade, melhorando-se o desempenho energético e resolvendo-se as disfuncionalidades do sistema logístico. ..

O crescente protagonismo económico da generalidade dos concelhos metropolitanos e a recomposição do sistema urbano tem sido lenta e incapaz de desfazer os desequilíbrios existentes entre as duas principais unidades – a Grande Lisboa e a Península de Setúbal –, no que respeita ao acesso aos bens públicos e às condições para geração de riqueza.

A superação das iniquidades, que teimam em marcar a AML, deverá ser alcançada através de prossecução de princípios de eficácia e de eficiência na modelação territorial da oferta de equipamentos e serviços públicos. Para tal, deverá consolidar-se e intensificar-se a estruturação policêntrica através do reforço do

protagonismo funcional dos núcleos vertebradores, em particular das áreas urbanas com grande densidade populacional e melhor servidas pelos modos de transporte pesado e pelo reforço dos meios de gestão em rede que permitam aprofundar as complementaridades.

Finalmente, a construção de uma metrópole como um espaço fértil para o intercâmbio geracional, social e cultural, promotora da inclusão e da geração de oportunidades de vida, deverá suportar-se numa forma urbana que potencie as relações sociais. Este objectivo deverá ser conquistado a partir da reconstrução de um quadro de vida de proximidade. A aposta em áreas urbanas multifuncionais, densas e compactas, geradoras de menores mobilidades, de melhor desempenho dos equipamentos sociais e de maior interacção e vitalidade sociocultural deverá ser a linha estruturadora da concepção do sistema urbano metropolitano.

A. Principais Espaços Urbanos

A ocupação urbana do território metropolitano fez-se de forma acelerada, expansiva e fragmentada, muito induzida pela força motriz de Lisboa e quase sempre apoiada nos principais corredores de acessibilidade e transporte. Mas também muito impulsionada por políticas municipais de urbanização e de investimento público em equipamentos e serviços colectivos, bem como por operações urbanísticas de génese ilegal.

Como corolário desse processo, a AML caracteriza-se actualmente por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de ocupação e edificação:

- **Áreas urbanas consolidadas** – Surgem associadas, na Margem Norte, à cidade de Lisboa e aos desenvolvimentos urbanísticos tentaculares emanados a partir da capital e, na Margem Sul, à coalescência de assentamentos humanos nas margens ribeirinhas do Tejo e a impulsos urbanísticos da cidade de Setúbal. Tratam-se de espaços integrados no sistema metropolitano de transportes públicos em sítio próprio com grande relevância populacional e funcional, pontuados por áreas urbanas críticas e por espaços em perda ou com usos obsoletos. Importa fortalecer, redinamizar e integrar estes espaços, promovendo a sua qualificação através de processos vários: da reconversão e reabilitação urbanística à gentrificação dos centros históricos;
- **Áreas urbanas fragmentadas** – Correspondem à mais extensa área de desenvolvimento do fenómeno urbano na AML, sendo resultado do alastramento não programado, especialmente descontínuo e fortemente desarticulado dos espaços urbanos. Nesta extensa “coroa” localiza-se uma parte significativa dos mais de mil e duzentos aglomerados habitacionais que compõem as AUGI e que constituem um dos principais desafios urbanísticos dos municípios. A contenção destas áreas, a sua estruturação e integração no sistema de mobilidade constituem objectivos prementes que deverão orientar as políticas urbanas na próxima década;
- **Áreas de edificação dispersa** – A edificação dispersa e de baixa densidade em contextos predominantemente agro-florestais constitui um dos principais fenómenos de urbanização recente da AML e um dos principais problemas em termos de ordenamento do território. Fortemente impulsionado pelo transporte individual, atinge particular expressão no interior da Península de Setúbal, um dos territórios que estará mais exposto às dinâmicas económicas e construtivas geradas pela TTT e pela construção do NAL.

B. Sistema de Centralidades

A armadura de centros urbanos da AML é relativamente frágil, não tanto no quadro do país, mas tendo em vista o seu funcionamento em rede e a capacidade de competir no mundo global. Desde logo, porque a generalidade das centralidades urbanas apresentam limiares populacionais relativamente reduzidos. Depois, por não estarem dotadas de equipamentos/serviços capazes de satisfazer as necessidades quotidianas e de amarrar vivências locais.

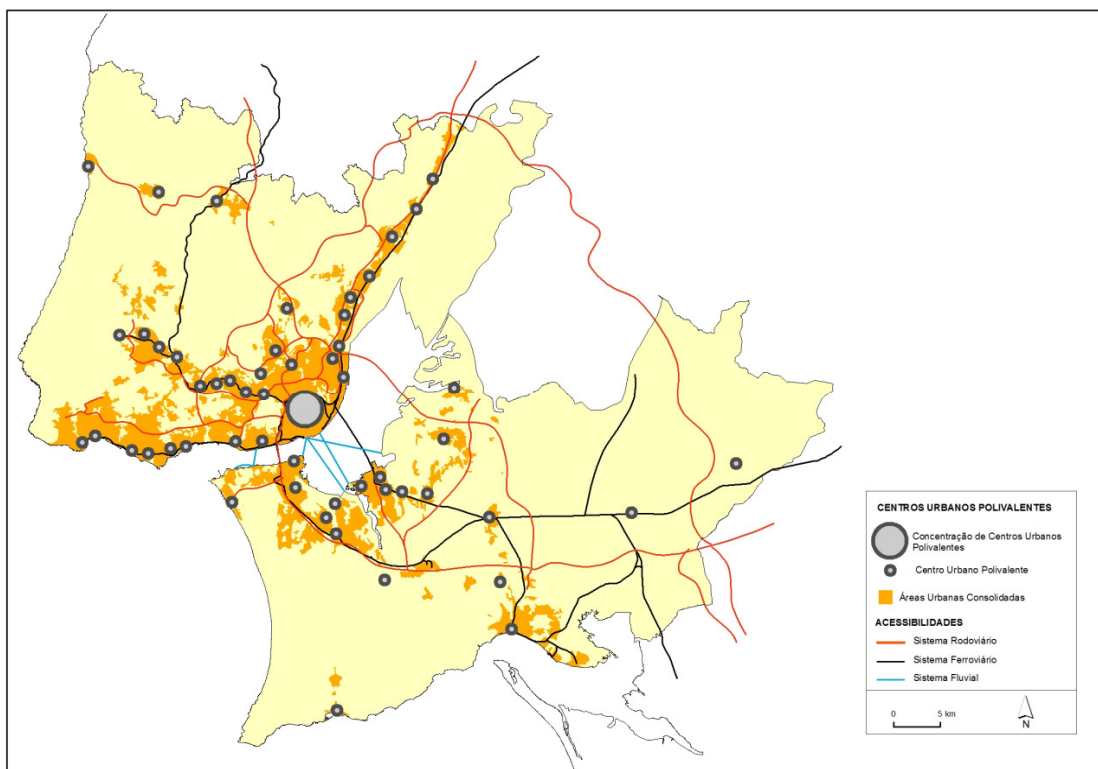


Figura 2 – Centros Urbanos Polivalentes

Neste contexto, importa robustecer a rede urbana metropolitana, suportada em centros urbanos multifuncionais, dotados de equipamentos e serviços com expressiva irradiação territorial e fortemente integrados no sistema metropolitano de transportes em sítio próprio.

Do diagnóstico efectuado, resultou a identificação de trinta e quatro centros urbanos polivalentes, considerando-se a cidade de Lisboa como uma aglomeração de centros urbanos polivalentes, cuja relevância demográfica e funcional e o grau de centralidade conferidos pelos serviços de transporte público fazem com que devam desempenhar um papel estruturador do espaço metropolitano.

Os pólos especializados no contexto da AML são espaços urbanos onde se concentram actividades económicas de dimensão regional, com potencial polarizador ao nível do emprego e/ou da atracção de consumidores. Esta rede de pólos constitui actualmente a armadura da estruturação económica metropolitana concentrando actividades de diferente natureza.

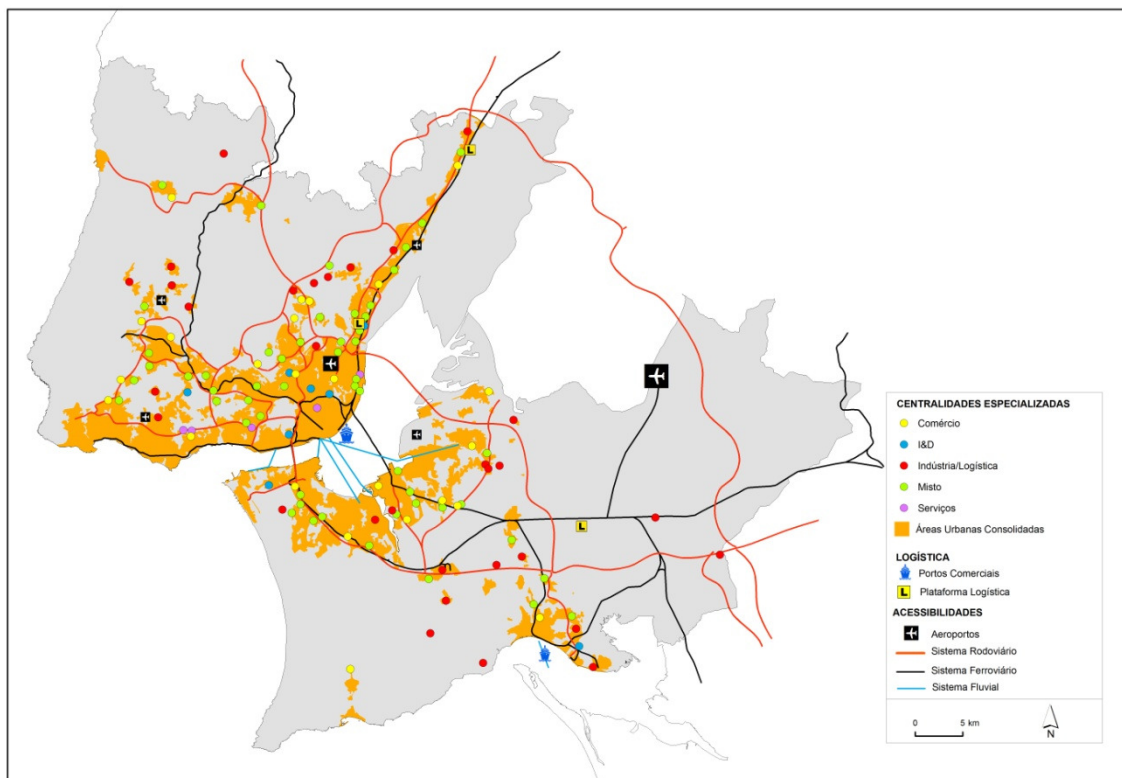


Figura 3 – Pólos Especializados

Numa perspectiva mais fina, dentro das opções estratégicas e tendo em conta a especialização funcional dos pólos, podemos considerar cinco categorias em função do sector das actividades instaladas: I&D, casos do Taguspark, do Madan Park e dos campus universitários; Indústria e Logística, por exemplo, a Autoeuropa, a zona industrial do Alto de Colaride, a zona industrial de Pêro Pinheiro, as áreas logísticas de Castanheira do Ribatejo, Passil e Poceirão; Comércio, definido pelas novas grandes concentrações comerciais como o Freeport Outlet, o Dolce Vita Tejo, o Sintra Retail Park, entre outros; Serviços, que correspondem a parques empresariais e de negócios como o Lagoas Park ou a Quinta da Fonte; e, finalmente, os pólos de Usos Mistos nos quais se verifica coexistência de diferentes tipologias de actividades como na zona de Algueirão-Mem Martins ou da Beloura.

O conceito de centralidade urbana, numa metrópole com espaços densamente urbanizados e coalescência de manchas de edificado ainda pouco maturadas, tende a perder algum significado conceptual. Efectivamente, em muitas áreas da AML não é perceptível a forma urbana de muitos lugares.

Na Margem Norte, a expansão urbana fez-se, essencialmente, numa etapa inicial apoiada nas infra-estruturas ferroviárias e em torno das estações onde emergiram diversos centros urbanos materializando uma estruturação tentacular que irradiou a partir de Lisboa, em direcção a Vila Franca de Xira, Sintra e Cascais. Numa segunda fase, beneficiando do desenvolvimento do transporte rodoviário a expansão deu-se para Norte e para os espaços intersticiais, a um tempo, alargando e consolidando os corredores tradicionais e algumas centralidades periféricas, e, a um segundo tempo, originando situações urbanas fragmentadas, na sua maioria de génese ilegal.

Esta expansão foi acompanhada pela deslocalização de actividades económicas para fora da cidade de Lisboa, permitindo a criação de núcleos polarizadores de emprego e rendimento, nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, que registaram nos últimos anos assinaláveis dinâmicas de criação de empresas e atracção de emprego qualificado. Esta tendência, remete para Lisboa um papel de maior relevo na terciarização da economia, nomeadamente nas oportunidades de crescimento nas actividades ligadas ao terceiro sector – ainda que não exclusivamente – de que se destacam a cultura e os serviços colectivos às populações

Por outro lado, no limite Norte da AML, onde predominam extensas áreas agro-florestais, é de assinalar a recente composição de um eixo estruturado por três aglomerações: Ericeira, Mafra e Malveira/Venda do Pinheiro.

No Arco Ribeirinho da Margem Sul avulta a importância de Almada, cidade que no contexto da AML desempenha um papel funcional de crescente polivalência nos domínios residencial, serviços colectivos e emprego industrial e, também, da mesma forma, núcleo impulsor da emergência e gravitação de outras pequenas centralidades na envolvente. Barreiro e Seixal são outras concentrações urbanas com razoável robustez funcional e de indução e amarração de outras nucleações urbanas. Montijo e Alcochete são claramente dois centros em expansão e diversificação (com realce para o primeiro), beneficiando do facto de, desde 1998, estarem servidos por uma das duas travessias do Tejo na zona do Estuário.

No interior da Península de Setúbal importa realçar duas situações que futuramente poderão conformar centralidades urbanas importantes. Por um lado, temos a enorme mancha urbanizada que se estende desde Fernão Ferro à Quinta do Conde (e que se prolonga já na direcção de Azeitão). Por outro lado, temos o Pinhal Novo cuja sustentabilidade e atractividade tem assentado no desenvolvimento e valorização das novas acessibilidades ferro e rodoviárias.

No extremo Sul da AML, destaca-se a cidade de Setúbal, que por força do seu posicionamento granjeou força autónoma e tornou-se num dos principais centros urbanos da AML, quer do ponto de vista populacional, quer funcional. É de realçar, no entanto, que nos últimos anos se incrementou consideravelmente a interacção física e funcional entre Setúbal e Palmela, compondo um subsistema urbano que tenderá a prolongar-se em direcção ao Pinhal Novo, ao mesmo tempo que se deu uma maior integração deste sistema no contexto metropolitano. Este aprofundamento relacional decorre das indústrias de base exportadora – nomeadamente no sector automóvel – que se instalaram mais no interior da região e que necessitam de uma plataforma logística que lhes permita desenvolver adequadamente o negócio internacional. O porto de Setúbal e a sua integração nos planos de uma rede logística mais articulada criam um efeito potenciador desta evolução.

Mais a ocidente localiza-se a vila de Sesimbra que, embora seja sede de concelho, continua a ser um pequeno centro urbano, muito marcado pelo aproveitamento das oportunidades do desenvolvimento turístico, ainda que com grandes restrições físicas e urbanísticas.

A leitura das articulações físicas e funcionais existentes entre as diversas centralidades que pontuam o território metropolitano permitiu identificar um conjunto de aglomerações urbanas estruturadoras compostas por centros urbanos polivalentes e por pólos especializados com diferentes graus de integração, contiguidade e interacção.

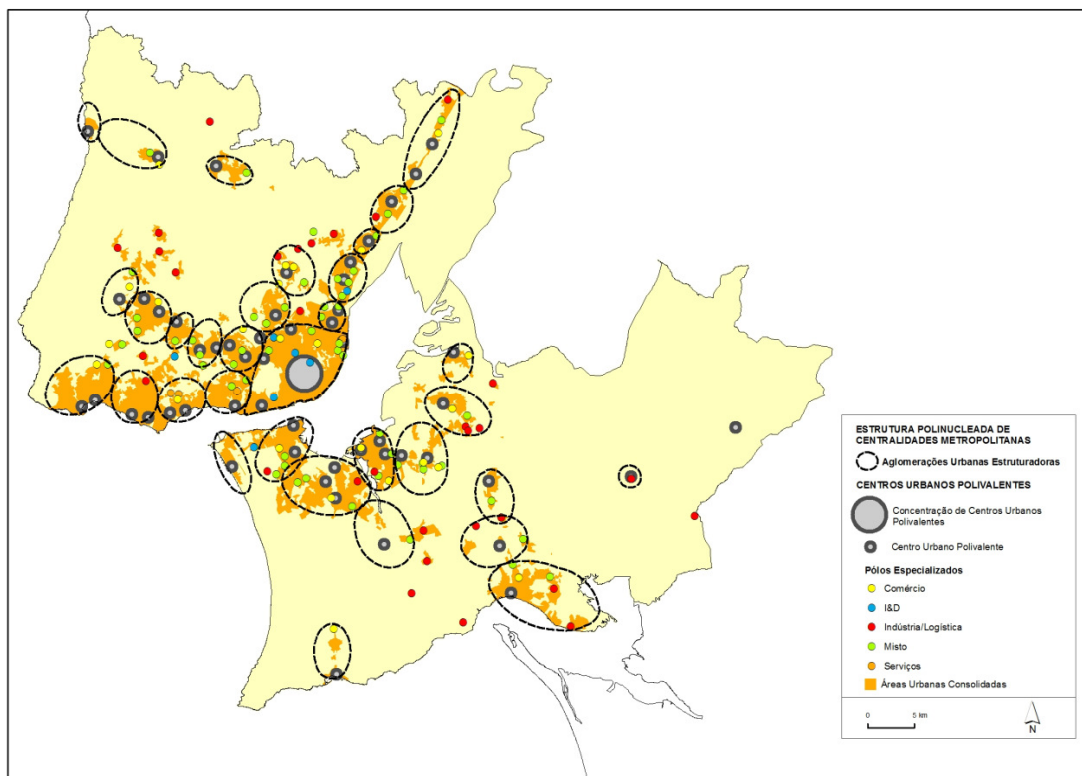


Figura 4 – Aglomerações Urbanas Estruturadoras

Estas aglomerações constituem a base da proposta de definição do sistema urbano metropolitano. Apesar da maioria dos pólos especializados se apresentarem na dependência directa de um centro urbano polivalente, contribuindo para a conformação e sustentação de aglomerações urbanas, em algumas situações surgem de forma isolada no território (casos do *Taguspark*, *MARL* ou do *Dolce Vita Tejo*), funcionando como centros de emprego ou de consumo com relativa autonomia, apresentando, contudo, capacidades de amarração de novas actividades e, nalguns casos, de novos desenvolvimentos urbanísticos.

C. Sistema Urbano Metropolitano

Estrategicamente, o sistema urbano metropolitano deverá evoluir para «uma cidade de cidades», definida por princípios de hierarquização e de complementaridade que permitam aprofundar a tendência policêntrica. Deverá, por isso, procurar-se o reforço da polivalência funcional dos principais centros urbanos, potenciando a dinâmica e atractividade das principais polarizações com especialização económica e valorizando os efeitos de aglomeração de centralidades urbanas que mantêm entre si proximidade física e uma significativa interacção espacial.

O sistema urbano fundamental deve estruturar-se e sustentar-se em torno de quatro níveis de aglomerações urbanas, cuja coesão, massa crítica e capacidade polarizadora resultam da agregação de centralidades próximas e com significativa interdependência. Há ainda que considerar o papel estruturador de várias polarizações de carácter económico, umas baseadas em actividades de I&D, outras em concentração de unidades industriais e logísticas e, outras ainda, conjugando várias actividades e serviços e, por isso, designadas de mistas.

- **Nível 1:** Cidade de Lisboa – A mais importante centralidade urbana da AML, com grande potencial de polarização que decorre da sua dimensão em termos demográficos e de emprego, da concentração de equipamentos e serviços de nível superior e da centralidade conferida pelo sistema de transportes metropolitano;
- **Nível 2:** Integra doze aglomerações urbanas (Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira) que resultaram da coalescência física de várias nucleações. Pese embora algumas diferenças em termos de capacidade de polarização, de *per si*, cada uma delas apresenta um carácter funcional polivalente e apreciáveis níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços. Tratam-se de aglomerações urbanas cuja potenciação e integração no sistema urbano metropolitano deve sustentar-se em modos de transporte público, preferencialmente em sítio próprio, e numa boa rede de interfaces multimodais de transportes.
- **Nível 3:** Integra dezasseis aglomerações urbanas, com destaque para as cinco sedes de concelho (Alcochete, Mafra, Moita, Palmela e Sesimbra), para as aglomerações urbanas que estruturam áreas consolidadas definidas pelo caminho-de-ferro (Aigualva-Cacém, Algés/Carnaxide/Linda-a-Velha, Algueirão-Mem Martins, Alverca, Carcavelos, Corroios, Queluz/Massamá e Sacavém), para além de pequenas aglomerações que deverão funcionar como resposta estruturadora às dinâmicas territoriais da sector Norte da AML (Malveira-Venda do Pinheiro) e da Península de Setúbal (Pinhal Novo e Quinta do Conde);
- **Nível 4:** Integra seis pequenas aglomerações, duas delas deverão desempenhar um papel estruturador das dinâmicas de lazer e turismo associado à fachada Atlântica (Ericeira e Costa da Caparica), duas com desenvolvimento sustentado no caminho-de-ferro e nas actividades industriais por ele induzidas (Sta. Iria de Azóia e Póvoa de Sta Iria) e, por último, Poceirão e Pegões pela maior aptidão que apresentam para acolher e estruturar as dinâmicas geradas pelo NAL.

Importa sublinhar que a hierarquia proposta apresenta uma resposta voluntarista de estruturação das dinâmicas geradas pelas futuras grandes infra-estruturas da Península de Setúbal, nomeadamente com aposta em centralidades como a Quinta do Conde, o Pinhal Novo, o Poceirão e Pegões. Esta opção deverá ser acompanhada de medidas de forte contenção da edificação nos espaços agro-florestais e da consolidação dos núcleos rurais mais próximos do NAL, como Foros do Trapo e Faias, a Norte e Lagameças e Algeruz, a Sul.

A configuração proposta para o sistema urbano realça a importância de um funcionamento em rede. Identificam-se, por isso, as articulações internas já consolidadas e as que carecem de robustecimento, sob uma visão solidária e cooperativa do desenvolvimento territorial, explorando complementaridades e ganhos de escala que permitam ampliar a eficiência dos investimentos públicos. Neste contexto, importa relevar a importância de desenvolver uma gestão urbana articulada e integrada no quadro dos principais subsistemas metropolitanos, nomeadamente: Amadora/Sintra; Algés/Oeiras/Cascais; Odivelas/Loures; Sacavém/Vila Franca de Xira; Algés/Amadora/Odivelas/Loures; Arco Ribeirinho; Setúbal/Palmela/Pinhal Novo/Montijo.

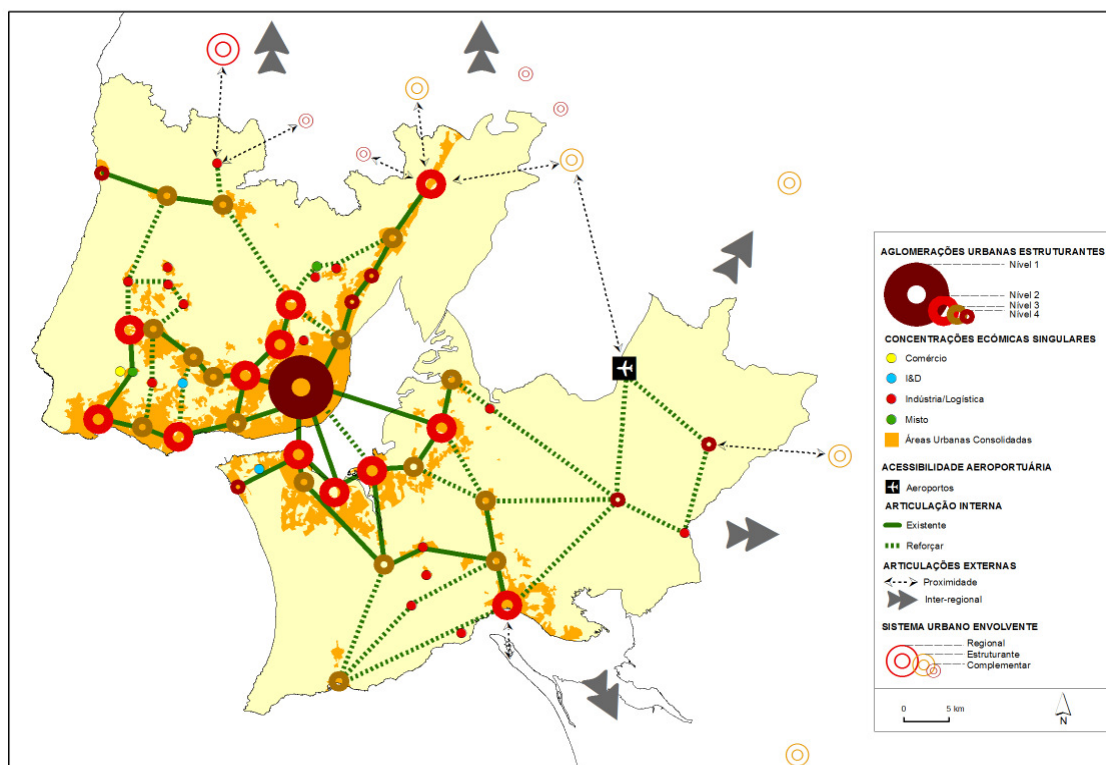


Figura 5 – Sistema Urbano Metropolitano

No quadro das articulações inter-regionais que o espaço metropolitano estabelece com o território envolvente, importa desenvolver mecanismos de concertação com as centralidades urbanas próximas, como Torres Vedras, Alenquer/Carregado, Benavente/Samora Correia, Coruche e Vendas Novas, tanto mais quanto alguns dos principais projectos que motivam a alteração do PROTAML terão tantos ou mais impactes sobre estes espaços.

1.2 - Sistema Económico

A. Indústria I&D e Serviços

O sistema económico da AML caracteriza-se por grandes concentrações económicas e por pólos especializados singulares, distribuídos por toda a região. As principais concentrações formam efectivos “clusters territoriais” estruturados a partir de pólos de actividade, em quatro categorias: os parques de investigação e desenvolvimento e as aglomerações industriais, de serviços e mistas.

Do diagnóstico regional, assinala-se o desequilíbrio socioeconómico entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, do qual ressaltam dinâmicas de crescimento diferenciadas. A margem Norte tem registado uma evolução positiva do PIB e do emprego, enquanto que na margem Sul o tecido industrial tem estado mais exposto às alterações ditadas sobretudo por dificuldades competitivas à escala internacional, recentemente agravadas pelo cenário de crise.

Por outro lado, a desarticulação territorial entre os locais de emprego e de habitação traduz-se em elevados movimentos pendulares em toda a região. Na margem Sul, apenas o município de Palmela apresenta um indicador de “oferta de emprego sobre a população residente” capaz de suscitar algum efeito de atracção e de rivalizar com os concelhos da margem Norte. Ao nível da localização do emprego por conta de outrem, a cidade de Lisboa responde por mais de 50% de toda a AML, exercendo um forte efeito polarizador que se estende pelos eixos de desenvolvimento em direcção a Oeiras e Sintra. Assim, agregadamente, enquanto que na distribuição da população residente a Península de Setúbal se situa em torno dos 30 % da AML, nela se localiza apenas cerca de 15% do total de emprego.

Esta dicotomia aparece também vincada nos padrões de especialização regional. Tomando a AML como um todo, regista-se a preponderância das actividades ligadas ao sector terciário, com destaque para o comércio, as actividades imobiliárias, os serviços às empresas e o sector financeiro. A desindustrialização é patente em todo o território, embora mais significativa na margem Sul, onde os procesos de re-engenharia na cadeia de valor têm levado ao surgimento de um grande número de pequenas empresas, que coexistem com unidades industriais de maior dimensão.

Neste sentido, do ponto de vista do ordenamento do território, é necessário encontrar um caminho que seja capaz de resolver os problemas de desarticulação funcional – que impõem um custo de contexto que não é negligenciável – aproveitando o investimento feito em novas infra-estruturas e em benefício da qualidade de vida, ao mesmo tempo que se propõem incentivos para a reconversão de algumas actividades económicas para segmentos de mercado com vantagens comparativas à escala internacional, onde seja possível criar maior valor acrescentado e, logo, fomentar o emprego e o rendimento.

Importa assim realizar-se uma leitura da distribuição espacial dos principais pólos de actividade económica e projectar as tendências de desenvolvimento futuro, em linha com as opções estratégicas já identificadas no capítulo da Visão.

A cidade capital apresenta a principal concentração do sector terciário. Ao longo do eixo Baixa-Marquês de Pombal-Avenidas Novas e, mais recentemente, no sector Luz-Benfica, localiza-se a “Área Central de Negócios” da AML. Esta integra também vários centros universitários e de I&D e uma ampla e diversificada oferta cultural que tem suscitado o desenvolvimento de indústrias criativas e a instalação de uma oferta hoteleira qualificada. Por seu lado, o Parque das Nações tem vindo a consolidar-se como um dos principais pólos terciários da AML com efeitos de arrastamento, tanto em direcção ao interior da cidade (Poço do Bispo, Olivais e Alta de Lisboa) como das áreas de fronteira com os concelhos vizinhos.

Na margem Sul, na expectativa dos grandes investimentos em curso (NAL, TTT, Alta Velocidade Ferroviária e Plataforma Logística do Poceirão, entre outros), os pólos de actividade económica são mais espaçados no território e beneficiam hoje de uma melhor conectividade nos corredores de acessibilidade pesada, das duas linhas ferroviárias e dos principais eixos rodoviários.

No âmbito da regeneração dos grandes espaços industriais tradicionais de Almada, Seixal e Barreiro, o Arco Ribeirinho Sul constitui-se actualmente como uma área estratégica para acolher os empreendimentos económicos despoletados pelo NAL. A existência de mão-de-obra qualificada e o empreendedorismo que se regista nestes concelhos permite perspectivar que a reciclagem das infra-estruturas industriais deverá gerar a emergência de novas centralidades regionais, dotadas de actividades económicas com maior capacidade de exportação, nos sectores criativos, no turismo e na saúde.

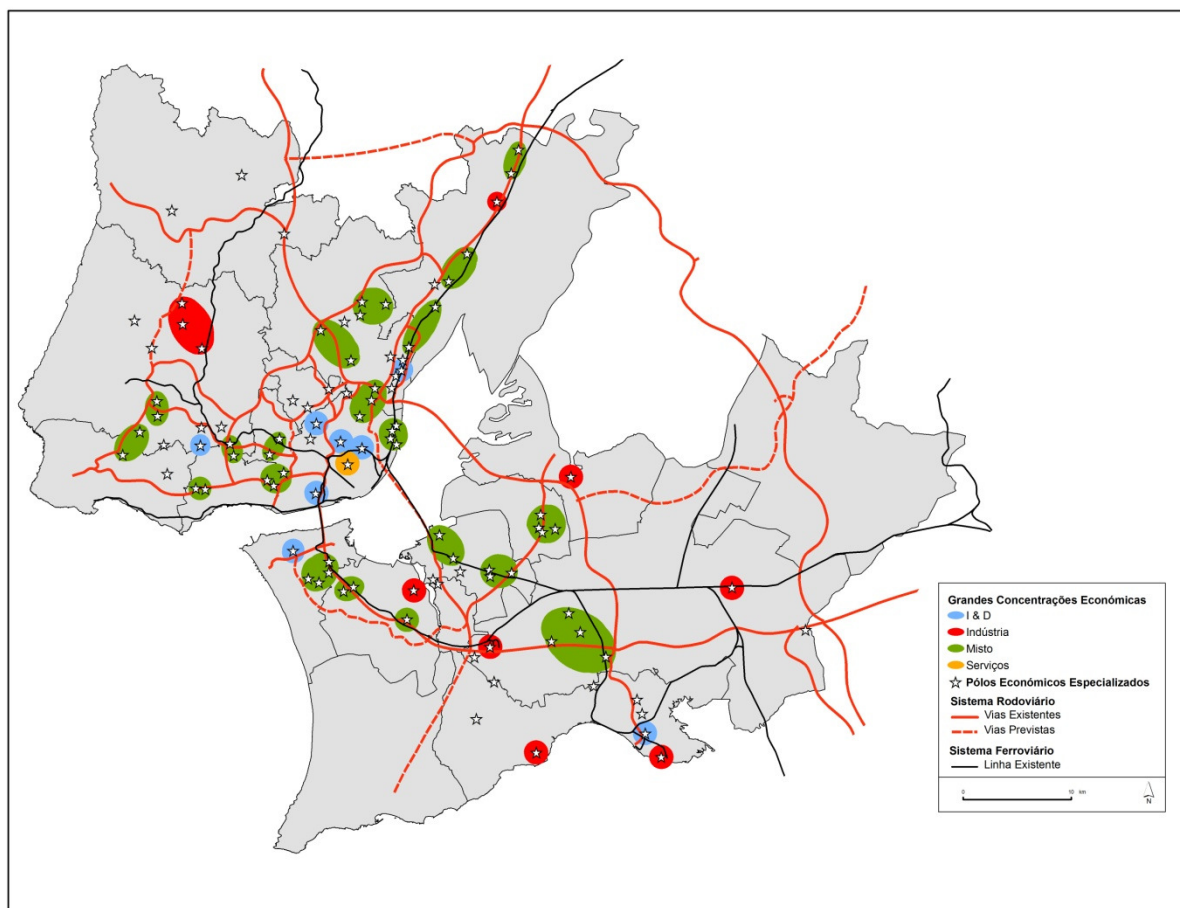


Figura 6 – Grandes concentrações Económicas

No interior da Península, para além do crescimento em torno do cluster automóvel que se estabeleceu entre o Seixal e Palmela, devem também dar-se condições favoráveis para o aparecimento de novas indústrias de base tecnológica, apoiadas nas capacidades de investigação e inovação presentes no Madan Parque. No mesmo sentido, a cidade de Setúbal tem a oportunidade de se revelar como um pólo aglutinador das externalidades induzidas pelos projectos estruturantes, considerando o desenvolvimento das actividades portuárias, em estreita ligação com a melhoria das acessibilidades ao *hinterland*, o ordenamento da logística e a renovação da frente marítima, assumindo um papel líder no desenvolvimento do cluster do mar.

Em linha com as opções do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, promovido pela Associação de Municípios, a sub-região deve afirmar-se de forma mais independente, aproveitando os recursos endógenos, através da organização em cluster dos segmentos de especialização, da integração do tecido empresarial em redes de cooperação, do aprofundamento da internacionalização e da qualificação da pequena iniciativa empresarial.

Já na margem Norte, as dinâmicas de crescimento económico são mais complementares, com um elevado número de inter-dependências municipais. Nas áreas urbanas imediatamente adjacentes a Lisboa,

ressaltam as articulações estruturadas entre os parques empresariais de comércio e serviços (Miraflores / Linda-a-Velha, Carnaxide, Alfragide, Serra de Carnaxide e Venda Nova-Falagueira) e nos sectores industriais e de logística (Prior Velho, Camarate e Sacavém), que beneficiam de uma alta densidade residencial, de diversidade socio-cultural e de várias modalidades de transporte público.

Por seu lado, a Norte dos concelhos de Amadora, Odivelas e Loures, com a melhoria das infra-estruturas de acessibilidade, aparecem também oportunidades de fixação de novas actividades, embora seja um território pautado por zonas de transição menos articuladas do ponto de vista espacial, caracterizado por uma baixa densidade de ocupação e maior presença das actividades agrícolas. O desenvolvimento estará assim, neste caso, mais dependente das dinâmicas locais, podendo os municípios reforçar a potencialidade de sinergias comuns e evitar concorrências desnecessárias.

O eixo de Vila Franca de Xira é marcado pelas conhecidas barreiras físicas criadas pelas principais infra-estruturas em direcção ao Norte do país, sendo o território privilegiado da logística, em crescimento e renovação com a criação da plataforma de Castanheira do Ribatejo. Os esforços desenvolvidos no sentido da qualificação do espaço urbano poderão ser compensados com a atracção de actividades de menor impacte ambiental e maior capacidade tecnológica que reconvertam as antigas unidades industriais.

De igual modo, a componente ambiental e paisagística constitui-se como o património do concelho de Mafra e da parte rural de Sintra, onde os pólos especializados em sectores em profunda transformação – indústria alimentar e da construção – devem conseguir integrar-se no modelo de ocupação territorial, em benefício do desenvolvimento local e das actividades turísticas.

Finalmente, em complemento à cidade central, os eixos urbanos em direcção a Poente formam as áreas que actualmente mais estimulam a economia metropolitana e a competitividade internacional da região, pela sua dinâmica de criação de emprego, densidade populacional e de poder de compra, estando embora sujeitas a desigualdades no seu interior. Esse crescimento encontra-se suportado nos parques de negócios (Quinta da Fonte, Lagoas Parque) e de I&D (Tagus Park), em articulação com actividades logísticas de apoio e serviços avançados, quer nos domínios do conhecimento e da inovação (campus universitários do IST e da UCP) ou nos equipamentos sociais, escolares e de saúde.

O sistema apresentado configura-se assim como a primeira aproximação ao mapa das actividades da AML, que poderá motivar os diferentes decisores a localizarem os principais projectos de interesse metropolitano, a concretizar em parceria com os agentes sociais e económicos.

B. Logística

O facto de o principal investimento, público e privado, esperado nos próximos anos para a região estar concentrado na logística e nos transportes, com a construção de novas plataformas e de importantes infra-estruturas, leva a que este seja um campo particularmente relevante para reforçar a competitividade da região. Destaca-se a construção do Novo Aeroporto de Lisboa, a Rede de Alta Velocidade, a articulação dos Portos de Lisboa e Setúbal, a Plataforma Logística do Poceirão e as outras plataformas inter-modais de transportes de mercadorias e passageiros, existentes e programadas.

As novas infra-estruturas de transporte e logísticas terão um efeito assinalável sobre o nível e a distribuição espacial do emprego e das actividades económicas conexas com o sector de transportes, que importa mencionar. A localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete produzirá efeitos – alguns deles já

sentidos e visíveis na pressão urbanística – sobre os concelhos vizinhos no que respeita à relocalização de actividades económicas e que pode ser utilizado como um factor de desenvolvimento sub-regional da Península de Setúbal, com destaque para os concelhos de Palmela e Setúbal.

O ordenamento das plataformas logísticas e a estruturação de um sistema inteligente de transporte são, assim, considerados neste PROTAML como uma oportunidade para construir uma plataforma Atlântica de dimensão europeia e global, que potencie as mudanças em curso na indústria dos transportes de passageiros e, sobretudo, de mercadorias, que dão maior ênfase às questões de eficiência energética, sustentabilidade ambiental e conectividade entre os diferentes modos, que constitui, por seu lado, uma das principais debilidades internas.

No mesmo sentido, a existência de capacidade endógena instalada, que se comprova pelo aumento de actividade económica na classe de transportes, armazenagem e comunicações, aconselha a uma forte aposta na produtividade deste sector e no reforço da sua especialização competitiva. Nesta perspectiva, os investimentos em novas infra-estruturas devem ser usados para promover a empregabilidade e as capacidades profissionais instaladas no cluster da Auto-Europa, na Portela, nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e nos Portos de Lisboa e Setúbal.

Em resultado, é possível reforçar os factores de competitividade internacional da AML no domínio dos transportes e logística, criando pontos de amarração que potenciam o desenvolvimento de novas actividades na cadeia de valor e permitem desempenhar um efeito de arrastamento sobre o emprego e o rendimento da região.

Visando o desenvolvimento económico integrado da AML, deve-se valorizar a ligação entre as plataformas logísticas e os diferentes modos de transporte, tanto ao nível das infra-estruturas (estações inter-modais) como na gestão operacional. O sistema logístico da região deve subordinar-se ao programa governamental Portugal Logístico (2006) que identifica 4 grupos de plataformas – urbanas-nacionais; portuárias; transfronteiriças; e regionais – cuja articulação é a peça chave para o reforço da competitividade, ao mesmo tempo que contribui para a coesão nacional.

Em termos globais, a AML dispõe assim de uma oportunidade para ocupar um lugar central no reordenamento da rede logística e dos fluxos de transporte nacionais, articulando a actividade portuária e ferroviária, fomentando a intermodalidade e expandindo o alcance da área de influência até Espanha. Em termos de posicionamento competitivo regional, podem ser criadas condições para atracção do investimento industrial e contribuir para o desenvolvimento mais harmonioso do território nacional, ao mesmo tempo que os portos marítimos se posicionam como portas de entrada e de saída privilegiadas na direcção do Atlântico, suportando o comércio externo nacional e europeu.

O desenvolvimento do NAL deve ser utilizado como instrumento para resolver os problemas de fragilidade no tecido económico produtivo em algumas unidades territoriais da margem Sul, potenciando a vocação exportadora da sua base industrial e desenvolvendo pólos de emprego especializado associado ao transporte e à logística.

Em concreto, na AML a “plataforma portuária” de Bobadela/Sobralinho, em ligação com a plataforma da Castanheira do Ribatejo, o CCA da Portela e o Porto de Lisboa, e o projecto da “plataforma urbana – nacional” do Poceirão (próxima do Porto de Setúbal e do futuro aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de

Alcochete), devem ser utilizadas para potenciar às actividades económicas de raiz exportadora, os serviços de transporte internacional de passageiros e de mercadorias e as actividades de turismo.

Todavia, as opções territoriais relacionadas com estas actividades devem ainda ter em consideração as “Portas Logísticas Norte e Este da Área Metropolitana de Lisboa”, definidas no PROT OVT, respectivamente, para as áreas de Samora Correia / Porto Alto (em articulação com o NAL e Poceirão) e Carregado / Ota (em articulação com a Castanheira do Ribatejo), aproveitando as sinergias proporcionadas pela recente travessia sobre o Tejo – Ponte das Lezírias.

Finalmente, numa lógica de sustentabilidade económica de longo prazo e da construção de uma vantagem competitiva no sector de transportes à escala nacional e internacional, deve-se assegurar a continuidade da ligação destes sectores ao conhecimento e à investigação científica e tecnológica, com particular destaque para as áreas de maior inovação, tais como a minimização de impactes ambientais, a utilização de fontes de energia renováveis e a gestão eficaz dos canais de distribuição dentro e para fora de Portugal.

C. Agricultura e Florestas

As actividades agrícolas, florestais e afins assumem uma importância decisiva no âmbito da AML em consequência da sua potencial contribuição para:

- Criação de riqueza;
- Reforço e diversificação do tecido económico e social das unidades territoriais, com uma dinâmica predominantemente agro-florestal;
- Valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas onde se localizam.

De acordo com o modelo territorial proposto para as áreas agrícolas e florestais são, fundamentalmente, quatro as áreas de desenvolvimento agrícola e florestal que se admite constituírem a matriz de base territorial do desenvolvimento futuro deste tipo de actividade económica (Figura 7).

A Área Agrícola e Florestal a Norte da AML (I), ocupada predominantemente por espaços orientados para a produção hortícola, vitícola e frutícola e a bovinicultura de leite e avicultura, integrando parte da área de intervenção do Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Grande da Pipa (Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo) . A Pêra Rocha (DOP) e os Vinhos DOC de Carcavelos, Colares e Bucelas constituem os principais produtos de qualidade certificada desta zona. Trata-se de uma área que abrange, no essencial, os concelhos de Mafra, Sintra e Loures e que, do ponto de vista florestal, integra três das sub-regiões homogéneas estabelecidas pelo PROFAML - Serra de Sintra, Floresta Oeste Litoral e Região Saloia - e que se caracteriza pelas múltiplas funções que desempenha.

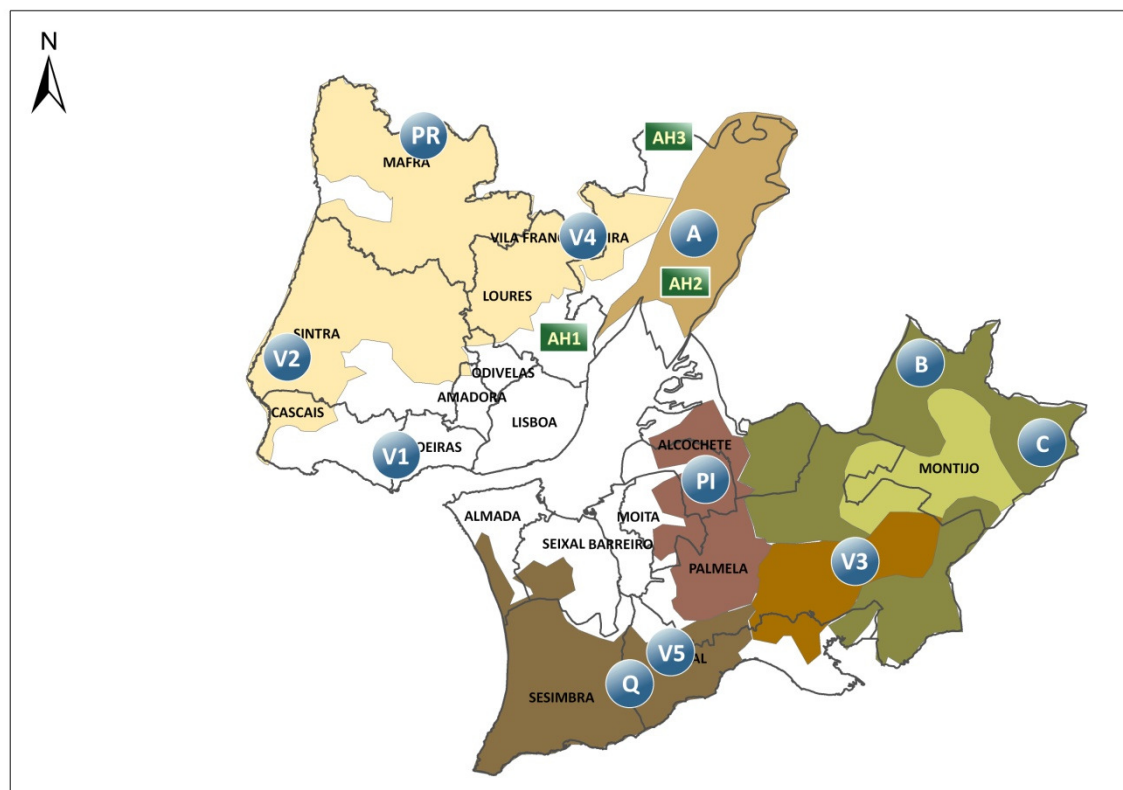
A Área de Agricultura de Regadio da Lezíria do Tejo (II), coincide na sua maior parte com o Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo). Esta obra de rega, de defesa e de drenagem é de relevante importância para a sustentabilidade produtiva dos solos e sustentabilidade e promoção dos

sistemas de produção agrícolas, bem como para a protecção do recurso solo e água. Trata-se de uma área com grandes potencialidades no âmbito dos sistemas de agricultura economicamente competitivos, orientados para a horticultura e horto-fruticultura para frescos e transformados, para forragens e pastagens destinadas a bovinicultura de leite e de carne, à qual se encontra, ainda, associada a sub-região Lezíria do Tejo identificada no PROFAML. O Arroz Carolino das Lezírias do Tejo (IGP) assume um lugar privilegiado no contexto dos produtos de qualidade certificada.

A **Área Florestal da Península de Setúbal e da Serra da Arrábida (III)**, corresponde, no essencial, às sub-regiões homogéneas do PROFAML designadas por Península de Setúbal e Arriba Arrábida, cujas funções e objectivos futuros estão identificados na respectiva legislação. Nesta zona integram-se as áreas dedicadas aos Vinhos de Setúbal (DOC) e Palmela (DOC) e aos Queijos de Azeitão (IGP), de grande importância para a Região.

A **Área Agrícola e Florestal a Nascente da AML (IV)** que, dada a sua heterogeneidade agro-ecológica e sócio-estrutural, se deve subdividir em quatro diferentes sub-áreas territoriais.

- A **área hortícola, florícola, de bovinos de leite e de suinicultura (IVa)** dos concelhos de Alcochete, Moita e Montijo, cuja dinâmica económica actual é muito significativa e cujo futuro poderá vir a ser posto em causa se não for devidamente enquadrado por incentivos sectoriais e normas de ordenamento adequadas às especificidades sócio-económicas e ambientais da zona;
- A **área de produção vitícola dos concelhos de Palmela e Setúbal (IVb)** cujos Vinhos DOC (Setúbal e Palmela) integram uma fileira que assume uma importância fundamental para o desenvolvimentos socioeconómico destes territórios;
- A **área de policultura dos concelhos de Palmela e Montijo (IVc)** baseada em culturas anuais associadas com culturas permanentes, que constituem uma componente importante dos rendimentos dos produtores agrícolas da região, predominantemente agricultores a título parcial;
- A **área de floresta multifuncional e pecuária extensiva (IVd)** integrando importantes manchas de montado de sobro e de eucalipto e que se baseia em sistemas agro-silvo-pastoris predominantemente orientados para a produção de bovinos das raças Mertolenga, Charneca e Alentejana, cuja carne está classificada como DOP. Esta área, que integra a quase totalidade da mancha florestal dos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela, corresponde à sub-região homogénea da Charneca delimitada PROFAML.



I	Área agrícola e florestal a Norte da AML
II	Área de agricultura de regadio da Lezíria do Tejo
III	Área florestal da Península de Setúbal e da Serra da Arrábida
IVa	Área hortícola, florícola, de bovinos de leite e de suinicultura dos concelhos de Alcochete, Moita e Montijo
IVb	Área de produção vitícola dos concelhos de Palmela e Setúbal
IVc	Área de policultura dos concelhos de Palmela e Montijo
IVd	Área de floresta multifuncional e pecuária extensiva

A	- Arroz Carolino (IGP)
B	- Carne Mertolenga e Charneca (DOP)
PR	- Pêra Rocha (IGP)
V	- Vinhos (DOC)
Q	- Queijo de Azeitão (IGP)
PI	- Pecuária Intensiva
C	- Cortiça
AH1	- Aproveitamento Hidroagrícola de Loures
AH2	- Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria VFX
AH3	- Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Grande da Pipa

Figura 7 – Áreas de Desenvolvimento Agrícola e Florestal

Importa, ainda, salvaguardar as **áreas agrícolas e florestais em contexto urbano**, não só pela sua importância económica, ambiental e paisagística, como também pela sua contribuição para a qualidade dos sistemas urbanos em que se encontram integradas. Assumem, neste contexto, particular relevância as áreas envolventes do Aproveitamento Hidroagrícola de Loures (Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo) pelo papel que desempenham no desenvolvimento da actividade agrícola da várzea e na protecção dos recursos solo e água.

Na AML, as indústrias agro-alimentares e florestais assumem especial importância na competitividade das diferentes áreas de desenvolvimento identificadas, dado que, no primeiro caso, são grandes utilizadoras de

produtos agrícolas regionais e, no segundo, absorvem a grande fatia da oferta daquele sector primário, contribuindo, de forma indirecta, para colocar nos mercados esses bens.

Salienta-se, também, a aposta na expansão, reabilitação e modernização do regadio como fileira estratégica, através, principalmente, da consolidação das áreas já existentes, dada a forte aptidão desta Região para o desenvolvimento da agricultura de regadio. Neste âmbito, importa realçar o Aproveitamento Hidroagrícola de Loures que, estando localizado na UT3 - Espaço Urbano Norte e Poente, importa salvaguardar, assim como os aspectos de horticultura adjacentes.

A estratégia territorial visa, ainda, a promoção de iniciativas para o desenvolvimento de serviços rurais, dentro e fora das explorações, dada a pequena dimensão da maioria das explorações agrícolas e a grande importância já hoje nelas assumida pelos respectivos rendimentos de origem não agrícola, constituindo um complemento decisivo para a viabilização futura da generalidade das actividades de produção agrícola.

Nas áreas da AML onde a dimensão física das explorações agrícolas é mais elevada, é indispensável o desenvolvimento de acções especificamente orientadas para a viabilização e diversificação dos sistemas agro-silvo-pastoris, sem as quais se assistirá a um progressivo abandono dos solos em causa, tornando assim mais frágeis as suas possibilidades de virem a resistir quer às pressões exercidas por outras actividades económicas que com elas venham a concorrer do ponto de vista da ocupação e uso dos solos da Região, quer aos incêndios florestais.

Para além do incremento das actividades agro-silvo-pastoris, deverá igualmente incentivar-se uma adequada gestão dos espaços florestais. Assim, a floresta regional deve ser planeada conforme as orientações previstas no Plano Regional de Ordenamento Florestal da AML, que se traduzem, por um lado, numa visão de uma floresta diversificada, com espaços florestais estabilizados e explorados de uma forma sustentável, e, por outro, em espaços florestais centrados em lógicas de fileiras e preparados para alcançar objectivos de gestão multifuncional.

D. Pescas e Aquicultura

As pescas e a aquicultura são actividades económicas determinantes para a produção e o consumo alimentar, que respondem à grande procura no mercado nacional e assumem posições competitivas à escala internacional. A AML, pela sua posição geográfica, dispõe de um grande potencial no desenvolvimento das actividades ligadas à pesca e à aquicultura.

Contudo, a pressão que recentemente se tem exercido sobre a costa em áreas tradicionalmente afectas à pesca e potencialmente à aquicultura constitui um entrave ao seu desenvolvimento. Importa, pois, compatibilizar estas actividades económicas com a presença de outras estruturas portuárias de recreio e de lazer, bem como delimitar os espaços de conflito (transportes marítimos e fluviais, produção de energia, exploração de fundos marinhos) e garantir a reprodução e manutenção do ecossistema.

Relativamente à actividade piscatória, é necessário assegurar a existência de portos e locais de desembarque com as necessárias condições para acostagem e desembarque em segurança para profissionais e embarcações, bem como instalações em terra com as necessárias condições higieno-sanitárias. Em particular, é urgente modernizar as infra-estruturas e áreas de reserva necessárias para o desenvolvimento da pesca nos portos existentes, como na Trafaria, na Ericeira, em Setúbal e em Sesimbra.

A aquicultura constitui uma actividade com grande potencial estratégico de expansão que importa desenvolver de modo a combater o elevado défice de produção de pescado face ao consumo e a corresponder às exigências de sustentabilidade socioeconómica e ambiental. Deste modo, é fundamental identificar e estabelecer nas áreas ribeirinhas, estuarinas e lagunares as áreas prioritárias para a instalação e ampliação desta actividade.

E. Turismo e Lazer

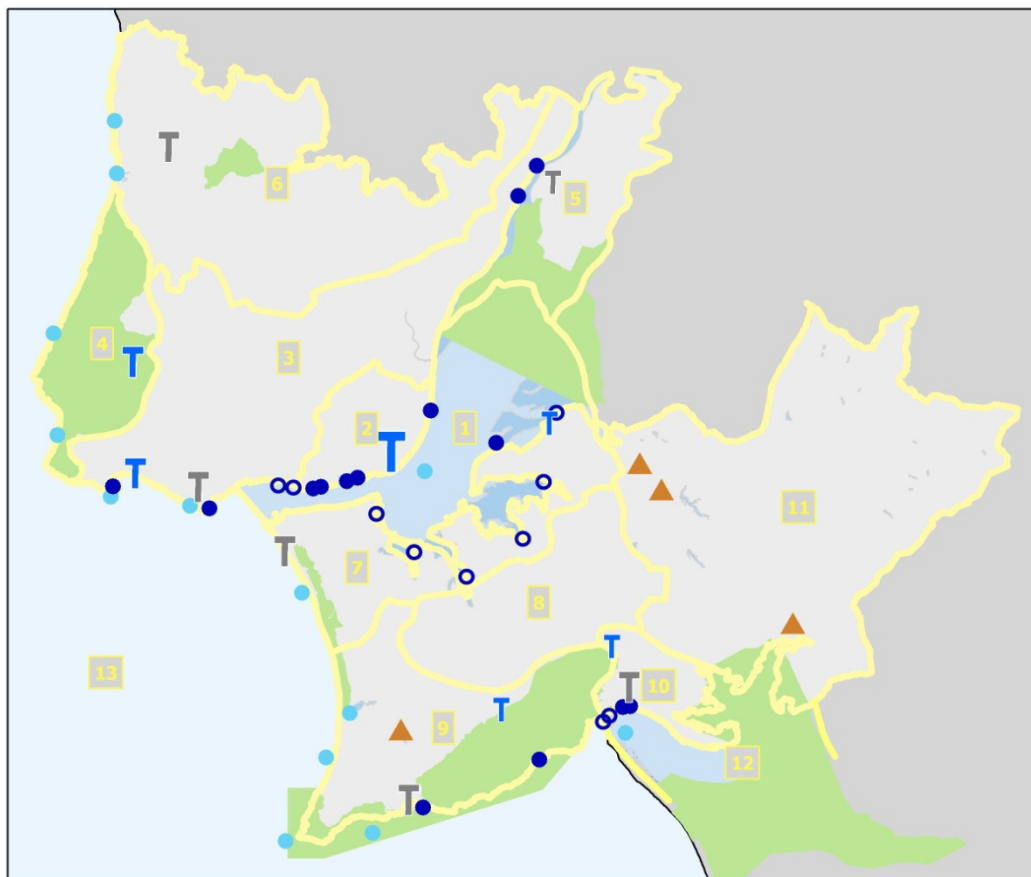
A expressão das actividades relacionadas com o Turismo e Lazer no modelo territorial reflecte a dimensão e o papel estratégico que se espera que estas possam assumir no contexto de um novo paradigma de desenvolvimento económico e social da AML. Deseja-se que tal possa ser conseguido através de um aproveitamento e uso mais sustentado e sustentável dos recursos do território, sem perder de vista os principais aspectos e referências identitárias e modos de expressão cultural, de forma a que possam contribuir positivamente para atenuar os actuais desequilíbrios internos da região, nomeadamente entre Lisboa cidade - capital e território envolvente na margem Norte do Tejo, e na Península de Setúbal.

O Esquema do Turismo e Lazer, representado na Figura 8 procura referenciar, em termos gerais, as áreas e/ou localizações onde actualmente se concentram ou preferencialmente se devem planear ou projectar futuramente a implantação de infra-estruturas, construções, equipamentos e serviços de apoio ao Turismo e Lazer na AML.

Nessa Figura, são identificados os Pólos Turísticos (PT), as Áreas preferenciais para o Turismo de Natureza (TN), as Áreas ou localizações preferenciais para o Turismo Náutico (ATN) que actualmente se consideram mais relevantes e/ou com maior potencial de afirmação futura no território da AML. Na mesma não foram identificadas ou delimitadas as Zonas de Especial Interesse Turístico (ZEIT), por razões que decorrem da respectiva definição. Sem prejuízo das localizações que venham a ser posteriormente identificadas, estão em curso projectos de empreendimentos turísticos do tipo resort/conjuntos turísticos para as Matas Sul de Sesimbra, Eixo Rio Frio / Barroca d'Alva e Zambujal (Palmela), que poderão vir a integrar NDT.

Os Pólos Turísticos (PT) são aglomerados urbanos, que se reconhece possuírem um conjunto diversificado de recursos naturais e paisagísticos, de património histórico e arquitectónico edificado, ou de matriz cultural e humana, que lhe conferem ou podem vir a conferir uma capacidade acrescida real e/ou potencial de atracção de turistas nacionais e estrangeiros, e, como tal, constituírem destinos turísticos. Tais áreas integram ou podem vir a associar diversas tipologias da oferta de alojamento turístico e, desta forma, constituem-se como localizações preferenciais para a concretização de investimento público e privado em novos empreendimentos de alojamento, animação, entretenimento e apoio à visitação turística⁴. Os PT, pelo número e diversidade de equipamentos e serviços que colocam à disposição de residentes permanentes, residentes temporários, turistas e visitantes, configuram também centralidades de apoio, tanto de carácter local, como da sua área de influência directa.

⁴ Na representação gráfica do Esquema de Turismo e Lazer diferenciam-se os PT em três níveis de acordo com uma avaliação realizada do seu nível actual e potencial de recursos, dimensão instalada de oferta, intenções de investimento e viabilidade de crescimento da mesma, e conseqüente capacidade competitiva para atrair visitantes e turistas. Os PT foram diferenciados em "consolidados" (C) e "emergentes" (E), em função da sua actual condição e/ou do potencial de desenvolvimento que já revelam para uma afirmação futura enquanto áreas de significativa vocação ou mesmo de destinos turísticos.



Pólos de Desenvolvimento Turístico

- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3
- Consolidado
- Emergente

▲ **Núcleos de Desenvolvimento Turístico**

Locais de Interesse para o Turismo e Desportos Náuticos

- Apoios à navegação de recreio (infraestruturas existentes)
- Apoios à navegação de recreio (infraestruturas a criar)
- Locais para a prática de desportos náuticos

■ **Áreas Preferenciais para o Turismo da Natureza**

■ Limite das Unidades Territoriais

- 1 - Estuário do Tejo
- 2 - Lisboa Cidade
- 3 - Espaço Urbano Norte e Poente
- 4 - Parque Natural Sintra-Cascais
- 5 - Lezíria do Tejo
- 6 - Norte Agro-Florestal
- 7 - Arco Ribeirinho Sul
- 8 - Área Central da Península de Setúbal
- 9 - Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra
- 10 - Setúbal/Palmela
- 11 - Nascente Agro-Florestal
- 12 - Estuário do Sado
- 13 - Faixa Marítima (12 milhas)

Figura 8 – Esquema do Turismo e Lazer

As ZEIT, ajustam-se, em termos territoriais, ao conceito de “micro centralidade turística”⁵. Nestas áreas de especial vocação, atractividade e habitual concentração da estadia ou da visitação turística, podem vir a ser considerados sistemas especiais de incentivo ao investimento e implementados programas ou projectos tendentes à protecção e valorização dos recursos patrimoniais (naturais, arquitectónicos e do edificado, históricos e culturais) de relevância para o turismo, bem como iniciativas específicas ou localizadas, orientadas para a melhoria das condições de usufruto e visitabilidade, nomeadamente no que se refere à referenciação de percursos de circulação pedonal ou através de meios ligeiros de transporte, estacionamento de autocarros, informação e sinalização, iluminação, mobiliário urbano, segurança, etc.

As Áreas Preferenciais para o Turismo na Natureza poderão também ser objecto de delimitação de ZEIT. Nestas poderão ser concebidos e implementados programas especiais de requalificação ou valorização dos recursos da natureza e de protecção da biodiversidade, desde que integrem valências de reforço da informação turística e da viabilização de condições de visitabilidade e usufruto para o lazer e turismo na natureza, de forma sustentada e sustentável.

Os NDT constituem a figura que enquadra os novos empreendimentos turísticos a instalar fora de perímetros urbanos com excepção dos Estabelecimentos Hoteleiros, de Turismo no Espaço Rural, de Turismo de Habitação, de Turismo da Natureza e os Parques de Campismo e Caravanismo. Pretende-se que estes projectos/empreendimentos contribuam simultaneamente, para a consolidação da AML como destino turístico, ampliando a oferta turística através da criação de um mix diversificado de produtos de alojamento devidamente suportados e integrados com estruturas de animação e entretenimento, e para a valorização do território rural, aliando a concretização e exploração do empreendimento turístico à conservação e recuperação dos valores naturais e à manutenção das actividades e usos agrícolas e florestais do território onde se localiza. Deste modo, os NDT integram os empreendimentos turísticos a instalar, bem como as áreas envolventes afectas a usos agrícolas e florestais e a funções de protecção ambiental e conservação da biodiversidade integrados na sua área de intervenção.

O tipo de empreendimento turístico enquadrável nos NDT é exclusivamente o conjunto turístico (*resort*), caracterizado por empreendimentos turísticos de baixa densidade de ocupação de solo, sujeito a uma gestão integrada, podendo conjugar diversas tipologias ou modalidades de alojamento, serviços e equipamentos desportivos, culturais e de lazer, mantendo a unidade funcional e urbanística num espaço qualificado no qual os edifícios se distribuem no terreno dispondo de áreas verdes envolventes. A sua localização não deve ser determinada em PDM, excepto quando previsto por Plano de Pormenor ou de Urbanização, mas poderá ser prevista nas Áreas de Vocação Turística (AVT) delimitadas no solo classificado como rural.

As AVT constituem áreas identificadas em cada território concelhio suficientemente alargadas, permitindo uma oferta diversificada de solo no qual é possível o aparecimento de um ou mais NDT. Elas constituem perímetros que actuam supletivamente sobre a classificação e qualificação do solo rural, garantindo condições ambientais e paisagísticas adequadas à localização de *resorts* de turismo residencial, nomeadamente excluindo ocupações e usos incompatíveis, tais como instalações pecuárias, extracção de inertes, depósitos de combustíveis, áreas industriais e logísticas, aterros sanitários, parques de sucatas ou indústrias isoladas.

⁵ Ex: Belém, Baixa - Chiado, Parque das Nações em Lisboa, área de Sintra classificada Património da Humanidade pela UNESCO, Castelo de Palmela e envolvente, Tapada de Mafra/Palácio Nacional de Mafra, etc.

As ATN são localizações referenciadas nas frentes ribeirinhas e costas atlânticas da AML, que apresentam condições excepcionais para a prática de desportos náuticos, para o desenvolvimento de actividades marítimo - turísticas, e para a expansão do Turismo Náutico em geral.

As Áreas Preferenciais para TN integram o espaço delimitado pelo conjunto de Áreas Protegidas no território da AML⁶ e constituem locais privilegiados para uma visitação turística organizada e para o usufruto de actividades de lazer passivo ou activo na natureza.

O Turismo Rural deve localizar-se em espaços nos quais continuam a predominar as actividades de produção agrícola e/ou florestal em explorações de maior ou menor dimensão⁷, às quais se pode associar a visitação e estadia de turistas em alojamento.

Designação	Localização
i) Pólo Turístico de Nível 1 Consolidado	Lisboa cidade
ii) Pólos Turísticos de Nível 2 (C) Consolidados	Eixo Estoril-Cascais; Sintra
iii) Pólos Turísticos de Nível 2 (E) Emergentes	Oeiras, Eixo Mafra-Ericeira, Costa da Caparica, Setúbal, Sesimbra
iv) Pólos Turísticos de Nível 3 Consolidados	Alcochete, Palmela, Azeitão
v) Locais com interesse para Turismo Náutico e Desportos Náuticos	
<u>Navegação de Recreio e Marítimo-Turística</u> (infra-estruturas existentes)	Marina de Cascais; Marina de Oeiras; Doca de Pedrouços/Bom Sucesso; Doca de Belém; Doca de Santo Amaro; Doca de Alcântara; Marina do Parque das Nações; Núcleos de Recreio de V.F.Xira; Porto de Recreio de Sesimbra; Portinho da Arrábida, Doca do Clube Naval de Setúbal; Doca das Fontainhas
<u>Navegação de Recreio e Marítimo-Turística</u> (localizações preferenciais, para além das existentes)	Frente ribeirinha de Algés/Cruz Quebrada; Frente ribeirinha de Alcochete; Frente ribeirinha do Montijo; Frente ribeirinha da Moita; Frente ribeirinha do Barreiro; Frente ribeirinha do Seixal; Frente ribeirinha de Almada; Frente ribeirinha de Setúbal
<u>Desportos Náuticos</u>	Litoral de Mafra; Praia Grande; Praia Grande do Guincho; Baía de Cascais; Praia de Carcavelos; Estuário do Tejo; Costa da Caparica; Lagoa de Albufeira; Litoral de Sesimbra; Parque Marinho da Arrábida; Rio Sado
vi) Áreas preferenciais para a visitação e lazer na Natureza	
Tapada de Mafra; Parque Natural de Sintra – Cascais; Parque Natural da Arrábida; Reserva Natural do Estuário do Tejo; Reserva Natural do Estuário do Sado; Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.	

Quadro 1 - Relação entre as Actividades e o Esquema do Turismo e Lazer (Cfr. Figura 8)

No Esquema de Turismo e Lazer que integra o modelo territorial (Figura 8) não será desejável representar localizações muito específicas ou delimitar áreas do território mais ou menos alargadas de especial vocação ou potencial para a instalação de empreendimentos turísticos e equipamentos de apoio às actividades de

⁶ Parques Naturais de Sintra–Cascais e da Arrábida, Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Estuário do Sado, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica e ainda a Tapada de Mafra.

⁷ Em muitos locais da AML estas explorações são habitualmente conhecidas por “Quintas”.

visitação, entretenimento e bem-estar. Estão nestes casos Áreas de Vocação Turística a delimitar e aquelas que demonstram potencial, condições e/ou vocação para instalação de empreendimentos de Turismo de Saúde e Bem-Estar, parques temáticos, campos de golfe, centros equestres, estabelecimentos termais e de talasso e vinoterapia, academias desportivas, centros de convenções e de exposições, e ainda, de equipamentos destinados a favorecer a atracção e facilitação do “touring cultural”, a saber, museus, anfiteatros fechados ou ao ar livre, centros culturais, teatros, etc.

É contudo útil referenciar, a cada subunidade do modelo territorial, os produtos turísticos e motivações consideradas prioritárias, de modo que, em sede de instrumentos de ordenamento de território (PMOT e PEOT) que futuramente venham a ser elaborados ou sujeitos a alteração ou revisão, possam encontrar enquadramento e viabilidade intenções de investimento e projectos, públicos ou privados, que, pelas suas características diferenciadoras, de qualidade, inovação e sustentabilidade, contribuam decisivamente para melhorar a atractividade e aumentar a competitividade do destino AML.

Unidades Territoriais	Proposta de Oferta de Turismo e Lazer - Motivações prioritárias
1. Estuário do Tejo	<u>Desportos Náuticos, Navegação de Recreio, Marítimo-Turística, Turismo de Natureza</u>
2. Lisboa Cidade	<u>City & Short Breaks, Turismo de Negócios, Turismo e “Touring” Cultural, Cruzeiros Turísticos, Navegação de Recreio, Desportos Náuticos e Marítimo -Turística, Turismo de Saúde e Bem Estar. Lazer Urbano</u>
3. Espaço Urbano Norte e Poente	<u>Golfe, Sol e Mar, Desportos Náuticos, Navegação de Recreio, Turismo de Negócios, Turismo Equestre, Enoturismo e Gastronomia, Turismo de Saúde e Bem Estar, Turismo no Espaço Rural, Lazer Urbano</u>
3a. Sintra/Terrugem/Pero Pinheiro/Sabugo	Turismo em Espaço Rural, Turismo Equestre
3b. Serra da Carregueira	Turismo de Natureza, Turismo Equestre, Turismo de Saúde e Bem Estar, Golfe
3c. Casal de Cambra-Famões	Sem vocação turística relevante ⁸
3d. Carriche/Prior Velho	Sem vocação turística relevante ⁸
3e. Várzea de Loures-Vialonga	Sem vocação turística relevante ⁸
4. Parque Natural Sintra-Cascais	<u>Turismo e “Touring” Cultural, Turismo de Natureza, Sol e Mar, Desportos Náuticos, Turismo em Espaço Rural, Turismo Equestre, Enoturismo, Gastronomia e Turismo de Saúde e Bem Estar</u>
5. Lezíria Grande	Turismo na Natureza, Turismo no Espaço Rural, Turismo Equestre, Marítimo -Turística
6. Norte Agro-Florestal	6 - Sol e Mar, Turismo Residencial, Turismo de Natureza, Turismo no Espaço Rural, Golfe, Desportos Náuticos, Turismo Equestre, Enoturismo, Gastronomia e Turismo de Saúde e Bem Estar
6a. Eixo Mafra-Ericeira	<u>Turismo Cultural, Sol e Praia, Desportos Náuticos, Turismo Residencial, Turismo no Espaço Rural, Enoturismo e Gastronomia, Turismo de Saúde e Bem Estar</u>
6b. Tapada de Mafra e Envolvente	Turismo na Natureza, Turismo Cultural
6c. Eixo Malveira/Venda do Pinheiro	Turismo de Negócios, Turismo Residencial, Turismo de Saúde e Bem Estar
6d. Parque dos Vulcões	Turismo em Espaço Rural, Turismo na Natureza
7. Arco Ribeirinho Sul	<u>Sol e Mar, Turismo Residencial, Desportos Náuticos, Marítimo-Turística, Serviços de Apoio à Navegação de Recreio, Turismo na Natureza, Turismo de Negócios, Turismo Religioso, Turismo de Saúde e Bem Estar, Ecoturismo, Gastronomia</u>
8. Área Central da Península de Setúbal	Sem vocação turística relevante ⁸

⁸ Não determina que não existam ou que não possam vir a ser localizados novos empreendimentos turísticos e de lazer.

Unidades Territoriais	Proposta de Oferta de Turismo e Lazer - Motivações prioritárias
9. Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra	<u>Turismo na Natureza</u> , <u>Turismo Residencial</u> , <u>Golfe</u> , <u>Enoturismo</u> , <u>Marítimo-Turísticas</u> , Turismo em Espaço Rural, Gastronomia, Turismo de Saúde e Bem Estar ⁹
9a. Sesimbra/ Santana	<u>Turismo na Natureza</u> , <u>Marítimo-Turísticas</u> , Turismo no Espaço Rural, Desportos Náuticos
9b. Terras de Azeitão	<u>Turismo Residencial</u> , <u>Golfe</u> , <u>Turismo na Natureza</u> , <u>Enoturismo</u> , Turismo em Espaço Rural, Gastronomia, Turismo de Saúde e Bem Estar
9c. Matas de Sesimbra e Seixal	<u>Turismo Residencial</u> , <u>Golfe</u> , <u>Turismo na Natureza</u> , <u>Enoturismo</u> , Turismo em Espaço Rural, Sol e Praia, Desportos Náuticos, Gastronomia, Turismo de Saúde e Bem Estar
10. Setúbal – Palmela	<u>Marítimo-Turísticas</u> , <u>Enoturismo</u> , <u>Golfe</u> , Gastronomia, Turismo de Negócios, Turismo Residencial, Desportos Náuticos, Turismo de Cruzeiros
11 Nascente Agro-Florestal	<u>Turismo Residencial</u> , <u>Golfe</u> , <u>Enoturismo</u> , Turismo de Saúde e Bem estar, Turismo na Natureza, Turismo no Espaços Rural, Turismo de Negócios
11a. Agrícola Interior	<u>Turismo Residencial</u> , <u>Golfe</u> , <u>Enoturismo</u> , Turismo de Saúde e Bem estar, Turismo na Natureza, Turismo no Espaços Rural
11b. NAL	Turismo de Negócios
12. Estuário do Sado	Turismo na Natureza, Desportos Náuticos, Marítimo -Turísticas
13. Faixa Marítima	Mar Oeste Norte - <u>Desportos Náuticos de ondas</u> Mar Sul de Cascais- <u>Desportos Náuticos</u> , Navegação de Recreio, Marítimo -Turística Mar Oeste Sul - <u>Desportos Náuticos de ondas</u> Parque Marinho - <u>Mergulho</u> , Vela e Canoagem, Marítimo -Turística

Quadro 2 – Produtos Turísticos e Motivações Prioritárias, segundo UT

Para concretizar um objectivo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para a região no horizonte 2020, do “cluster” Turismo e Lazer, importa que fique expressa a prioridade e o interesse em privilegiar que o expectável aumento da capacidade de oferta de alojamento e entretenimento turístico se concentre nos PT, nos perímetros urbanos e nos NDT.

Sem prejuízo da preocupação na viabilização de várias tipologias de alojamento e de equipamentos de entretenimento turísticos para dar resposta aos diferentes segmentos de procura, nos PT deve ser concedida especial prioridade a projectos de recuperação ou reabilitação de património histórico e arquitectónico classificado ou de interesse municipal, de edifícios de relevante traça arquitectónica, e sua consequente afectação a alojamento turístico de qualidade, de “charme”, ou de luxo, e ainda a equipamentos de entretenimento e apoio complementar às actividades turísticas ou de visitação.

Nos PT em que sejam delimitadas ZEIT ou em centros urbanos e respectivas envolventes que se destacam e diferenciam por referências históricas e monumentalidade, deverá ser concedida prioridade a programas específicos e localizados de recuperação e conservação de fachadas e interiores de monumentos e de edifícios de traça relevante, à valorização de espaços públicos e jardins, e à viabilização de áreas pedonais, ciclovias, miradouros, esplanadas, etc., por forma a atrair e potenciar os “city & short breaks” e o “touring” de motivação cultural.

⁹ No Parque Natural da Arrábida, apenas Turismo na Natureza e Turismo no Espaço Rural

Esta aposta é também decisiva para o aumento da competitividade do Turismo de Negócios na AML, sem prejuízo da já reconhecida necessidade de construção de um novo centro de congressos na cidade de Lisboa.

Nos PT de reconhecida vocação balnear, justifica-se a continuação da aposta na melhoria das condições para o usufruto mais ordenado das praias e áreas envolventes, com ênfase na disponibilização de mais e melhores apoios de praia, construção de esplanadas, acessos, parques de estacionamento, no investimento no paisagismo e iluminação exterior, e no reforço da informação e segurança dos utentes, nacionais e estrangeiros, em terra e nos planos de água.

Esta representação reflecte também a provável continuação e mesmo o reforço da tendência de forte apetência de procura, por nacionais e estrangeiros, pela aquisição de residência de férias e lazer em Portugal e, em especial, no território da AML, para usufruto temporário e/ou prolongado, seja em unidades de alojamento uni ou plurifamiliares em empreendimentos localizados em pólos turísticos, seja em empreendimentos turísticos de tipo *resort*/conjuntos turísticos, localizados preferencialmente fora dos perímetros urbanos e, desejavelmente, em NDT.

É expectável que a construção de novos campos de golfe no território da AML esteja também amplamente associada ao desenvolvimento de *resorts* em NDT, integrando a oferta de entretenimento complementar dos empreendimentos turísticos a disponibilizar nestes Conjuntos Turísticos. Tal não obsta que possa também ser viabilizada a construção de campos de golfe fora de *resorts* turísticos, em especial numa perspectiva de aumento da oferta de campos de acesso público, a jogadores nacionais e estrangeiros. Em qualquer caso, a construção de novos campos de golfe na AML deve ter em consideração a evolução previsível da procura de mercado para este produto, e ter subjacentes garantias de disponibilidade de água para rega, desejavelmente provenientes da recolha de águas pluviais e de águas residuais tratadas, assegurando a sustentabilidade ambiental e, se possível, a respectiva certificação de qualidade.

De facto, o território da AML e, em especial, alguns dos municípios da margem Norte do Tejo e da Península de Setúbal, reúnem todas as condições para satisfazer plenamente as exigências deste tipo de procura.

É também desejável que se tire partido da construção da “Europa Social”, em especial do rápido aumento do número de “reformados” nos países economicamente mais desenvolvidos, e do aumento dos padrões de exigência em termos de qualidade e segurança na prestação de serviços de saúde e assistência médica, promovendo uma maior articulação entre as unidades hospitalares e clínicas especializadas na AML e as entidades e empresas que desenvolvem actividade no sector do Turismo e Lazer, de forma a criar uma efectiva e competitiva oferta de “produto” e da conseqüente emergência de um “cluster de Turismo de Saúde e Bem-Estar” na região.

Pela importância decisiva para o reforço da competitividade do destino AML, deverão ser aproveitados os atributos deste território que permitem potenciar, em larga escala, os desportos náuticos e as actividades de Turismo Náutico, beneficiando das actuais tendências de crescimento de mercado, e permitir que, no horizonte 2020, a AML se constitua como área de excepção para o desenvolvimento e consolidação de um “cluster” competitivo de actividades do mar ligadas ao turismo e ao lazer.

Para isso, será fundamental promover: (i) o melhor aproveitamento das frentes ribeirinhas, designadamente de infra-estruturas portuárias e de apoio à náutica de recreio; (ii) a articulação entre as entidades envolvidas

neste tipo de actividade, (iii) a estruturação da oferta de recursos e atracções, infra-estruturas e equipamento, (iv) utilização equilibrada e sustentável dos Estuários do Tejo e do Sado.

É também desejável a criação e o lançamento de “novos” produtos turísticos a desenvolver no conjunto das áreas protegidas e das áreas rurais, nas quais se incluem também as “quintas” tradicionais e as explorações vitivinícolas com vocação e potencial para o Turismo e Lazer, em geral associados ao usufruto da natureza e da paisagem e ao consumo de produtos agrícolas naturais de tradição e qualidade certificada ou reconhecida.

Para que seja possível balizar e monitorizar os ritmos de crescimento da oferta de alojamento de turismo e lazer ao longo do período de vigência do PROTAML, define-se um Limiar de Capacidade de Alojamento (LCA) em número de camas turísticas.

Limiar de Capacidade de Alojamento em número de camas turísticas (LCA)

O LCA constitui um referencial indicativo do eventual acréscimo de áreas de solo afectas a usos turísticos, decorrente das intenções de investimento na implantação ou expansão de empreendimentos de tipo *resort*/conjuntos turísticos, vocacionados em especial, mas não só, para a oferta de turismo residencial, e aplica-se apenas aos NDT integrados nas AVT a delimitar futuramente nos PDM.

Não serão consideradas para efeitos do LCA, as camas turísticas relativas aos empreendimentos que, à data de entrada em vigor do PROTAML, estejam enquadrados por Plano de Pormenor ou de Urbanização publicado, ou tenham sido objectivo de licenciamento válido e eficaz.

Não será também considerada para efeitos do LCA, o número de camas que venha a ser atribuível a nova oferta de alojamento em Pólos Turísticos (PT) e em perímetros urbanos na AML. Também não será contabilizado para o mesmo efeito, o número de camas em estabelecimentos hoteleiros isolados e em nova oferta de tipologias TER, TN e em “*bungalows*” de parques de campismo.

Os LCA para as diferentes NUT III da AML, no horizonte 2020, são:

Grande Lisboa	25 000 camas
Península de Setúbal	50 000 camas
TOTAL DA AML	75 000 camas

A evolução dos LCA referente às NUT III da AML será objecto de monitorização anual (EMAG) e sujeita a avaliação quinzenal durante o período de vigência do PROTAML, da qual poderá decorrer a decisão de:

- i) Manter ou aumentar o LCA da respectiva NUT III em termos absolutos;
- ii) Redistribuir o número total de camas definido para as diferentes NUT III e para os diferentes municípios, em função da respectiva % de utilização à data;

Cabe à Estrutura de Monitorização, Acompanhamento e Gestão do PROTAML, no âmbito do Turismo e Lazer, a incumbência e responsabilidade de:

- Promover o consenso entre as autarquias locais na distribuição e afectação dos LCA das diferentes NUT III por município;
- Monitorizar e avaliar a evolução da execução dos LCA, com vista ao seu eventual ajustamento e redistribuição, com base no ritmo de licenciamento de camas turísticas e na previsível execução no terreno de novos empreendimentos das diferentes tipologias apontadas;
- Monitorizar a eventual caducidade de autorizações e licenciamentos de projectos turísticos em NDT não iniciados ou não concretizados de acordo com os prazos acordados e reafectar as camas turísticas assim recuperadas.

Cabe às autarquias locais acordar na distribuição e afectação total ou parcial dos LCA das NUT III por município.

F. Cultura

A Cultura desempenha actualmente um papel fundamental na afirmação da AML ao nível nacional e internacional, concorrendo decisivamente para o desenvolvimento económico e social da região. No contexto nacional, a AML destaca-se como o território mais rico e atractivo em produtos culturais e em espectadores e usufrutuários.

Enquanto elemento estruturante do Modelo Territorial, a Cultura, nas suas múltiplas vertentes, deverá contribuir para aumentar a competitividade da AML, potenciando a sua diferenciação, valorização e reconhecimento, projectando uma imagem de qualidade no contexto nacional e internacional. Paralelamente, importa estimular a emergência do turismo cultural enquanto um dos produtos mais sustentáveis deste território. Neste quadro, o património construído pode e deve assumir-se cada vez mais como um bem económico, gerador de riqueza, pelo que importa reforçar a sua centralidade actuando de forma focalizada sobre alguns dos atributos fundamentais da sua competitividade.

O diagnóstico estratégico realizado evidenciou a crescente dimensão e valorização do investimento na inovação e na criatividade e nas denominadas “actividades criativas” na AML. Concomitantemente, verifica-se uma crescente aposta no desenvolvimento de acções de salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes na AML.

A partir deste referencial importa que nos próximos anos se anime este processo, reforçando políticas/acções de continuidade que incrementem o protagonismo atribuído à cultura. Para a sua prossecução, no âmbito da Alteração do PROTAML, deverão ser adoptadas e estimuladas diversas opções estratégicas:

- Transformar a AML num território de excelência para a fixação e expansão das actividades criativas, através da dinamização de espaços e de equipamentos desactivados, que potenciem o aparecimento de pólos de criatividade, produção e consumo cultural, alguns dos quais sob a forma de centros/pólos culturais inusitados;
- Consolidar e revalorizar a oferta museológica e patrimonial da AML, através da protecção e qualificação dos recursos patrimoniais;

- Afirmar e desenvolver a produção de eventos de grande notoriedade pública, devendo promover-se a densificação de uma temporada regular de eventos performativos e espectáculos de música, de teatro, de dança e de circo, potenciando a atractividade natural da cena nocturna lisboeta e em particular da zona ribeirinha;
- Valorizar as actividades culturais e os valores patrimoniais, enquanto factores de coesão e de aprofundamento de identidades, promovendo as indústrias culturais como actividades geradoras de emprego e de valor económico quantificável;
- Reforçar a centralidade atribuída ao Turismo Cultural no contexto das prioridades estratégicas para o desenvolvimento do Turismo, assumindo os recursos patrimoniais e culturais e as indústrias criativas como vectores estratégicos.

A definição do Modelo Territorial e das suas premissas de base, devem salvaguardar e espelhar esta realidade sectorial e contribuir para a sua plena concretização.

Desde logo, a promoção do policentrismo na AML, da qualificação da “cidade das cidades”, decorre, entre outras, da capacidade de explorar e potenciar a natureza multipolar:

- Da oferta e produção cultural e artística;
- Do património histórico-cultural construído (de excelência e singularidade reconhecida – inúmeros monumentos nacionais e imóveis de interesse público) – Figura 42 – Carta do Património – AML (por freguesia) e Figura 43 – Carta do Património – Lisboa (por freguesia), em Anexo;
- Das indústrias criativas e culturais (em plena afirmação e consolidação na AML, como o comprovam os valores do emprego e das empresas);
- Complementarmente, da oferta de diversas tipologias de eventos e espectáculos (de visibilidade e notoriedade nacional e internacional).

Mediante a leitura da capacidade de oferta destes vectores e de uma visão prospectiva do aproveitamento das oportunidades que cada território dispõe, é possível estabelecer uma hierarquia concelhia, nomeadamente das suas centralidades principais, em torno do sector e do seu contributo para o desenvolvimento da competitividade da AML e do reforço do policentrismo regional.

No topo da hierarquia, como principal centralidade (de nível 1), surge Lisboa. A Cidade de Lisboa possui 50,3% dos equipamentos culturais e 48,4% do património classificado (Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesses Público), representa 48,9% dos estabelecimentos e 52,3% do emprego nas denominadas indústrias criativas e representa 37,8% dos grandes eventos e espectáculos realizados na AML.

Num segundo nível, surgem três concelhos da Margem Norte (Sintra, Cascais, Oeiras) e três concelhos da Margem Sul (Setúbal, Almada e Seixal). Destaque para Sintra, possuindo 11,8% do património classificado e 6,6% dos equipamentos culturais, bem como 9,5% das indústrias criativas, e Setúbal, com 6,1% dos eventos e espectáculos e 4,8% dos valores patrimoniais classificados merecem uma especial relevância.

No nível 3, enquadram-se os concelhos de Mafra, Loures, Odivelas, Amadora, Vila Franca de Xira, Barreiro, Montijo, Palmela e Sesimbra. São concelhos com alguma relevância em termos da realização de eventos e espectáculos de âmbito supra-concelhio/regional e com uma razoável dotação de equipamentos culturais e de relevante património classificado.

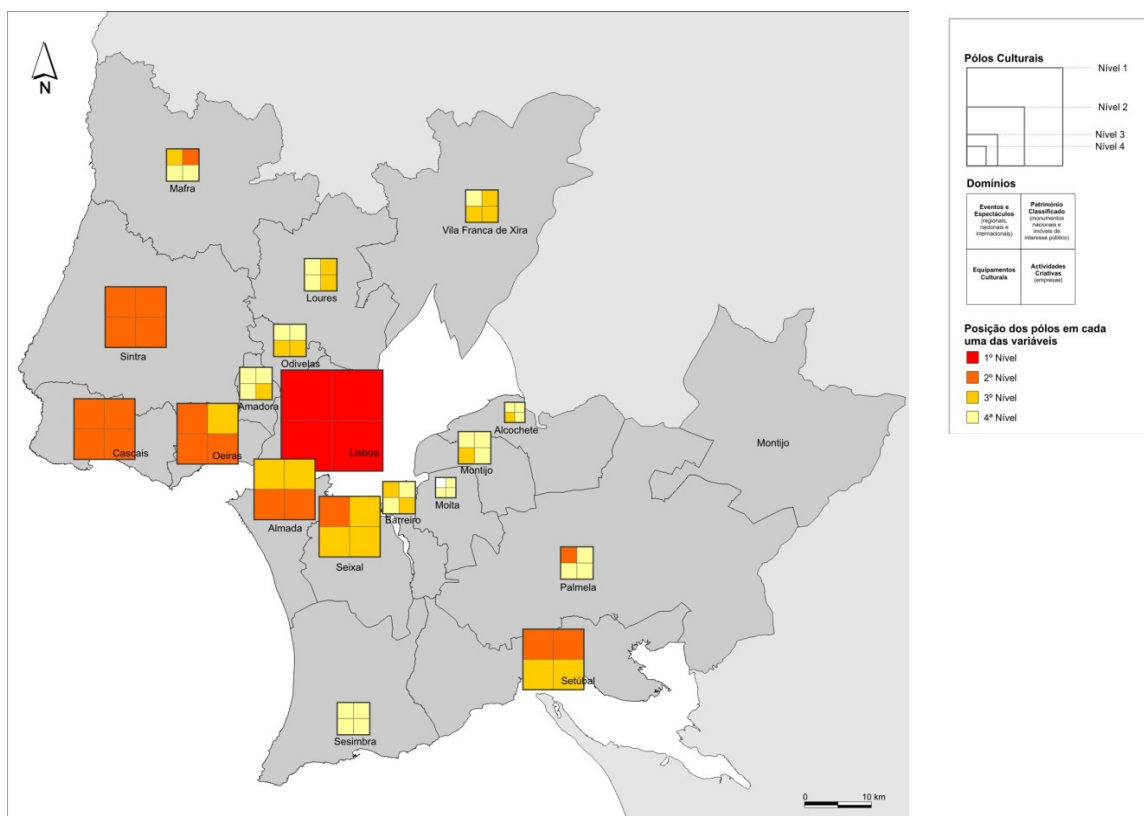


Figura 9 – Hierarquia de Pólos Culturais Metropolitanos

Finalmente, enquanto centralidades de nível 4, apontam-se Alcochete e Moita. Nestes dois concelhos, as diversas variáveis em causa são muito pouco representativas no contexto regional, encontrando-se, por exemplo, a aposta nas indústrias criativas e culturais e na realização de grandes eventos e espectáculos, ainda numa fase muito embrionária e incipiente.

As actividades criativas, traduzidas em indústrias e em produtos, são instrumentos-chave para a valorização territorial e para a dinamização e regeneração de espaços urbanos, nomeadamente de áreas industriais obsoletas de grande dimensão.

É possível aproveitar a diversidade cultural local e os projectos empresariais e públicos existentes ligados à inovação e ao conhecimento para qualificar a mão-de-obra e capitalizar a reconversão das áreas com tecido socioeconómico fragilizado ou fortemente exposto aos riscos do ciclo económico.

Encontram-se diversos exemplos na AML de locais/espacos com características únicas para a localização de intervenções/acções conducentes à criação de pólos, como por exemplo: a Siderurgia Nacional (no Seixal); a Quimiparque (no Barreiro), o Ginjal (em Almada); a Fundação de Oeiras; a SOREFAME (na Amadora); algumas indústrias da pedra desactivadas/abandonadas (em Pêro Pinheiro – Sintra).

As múltiplas oportunidades que estes e outros espaços oferecem para o desenvolvimento de actividades criativas, enquanto vector do desenvolvimento económico e social da região, estão consideradas na hierarquia.

G. Tecnologias de Informação e Comunicação

A AML tem uma localização estratégica em termos de telecomunicações. Em primeiro lugar, é um nó da rede mundial de cabos submarinos de telecomunicações, os quais são responsáveis por mais de 95% do tráfego internacional, com a maioria das amarrações em Sesimbra. Adicionalmente a AML conta com uma estação terrestre de comunicações por satélite, em Sintra, a qual complementa a via submarina. Em segundo lugar, a AML é o nó central da infra-estrutura nacional de telecomunicações, confluindo nesta região as redes de todos os operadores de telecomunicações. Complementarmente confluem também na AML uma série de outras redes (rodoviária, ferroviária, eléctrica, gás, água, etc) que são usadas para encaminhar cabos de telecomunicações, aumentando o número de rotas alternativas de penetração no território.

Acresce que esta região apresenta os melhores indicadores a nível nacional em termos de cobertura e utilização dos serviços de telecomunicações.

A AML aloja inúmeras empresas do sector e conta com uma mão-de-obra altamente qualificada. A existência de diversas escolas de referência nacional e internacional permite garantir também a formação inicial e contínua de especialistas neste domínio.

A implementação da Visão cria dois grandes desafios na óptica TIC: (i) o suporte e reforço à competitividade da AML; (ii) a garantia da equidade no acesso à Sociedade da Informação e do Conhecimento.

As TIC são claramente uma ferramenta de competitividade num mundo cada vez mais globalizado e desmaterializado. O território da AML apresenta diversas vantagens competitivas de natureza infra-estrutural que foram acima referidas e que devem ser usadas na promoção da região e na atracção de empresas, particularmente das que façam uso intensivo de telecomunicações. O facto de ser um nó da rede mundial de cabos submarinos de telecomunicações deve ser particularmente sublinhado.

As empresas só poderão ser competitivas se usarem, pelo menos, instrumentos semelhantes aos dos seus concorrentes. Importa pois garantir que os pólos mais competitivos da AML em termos internacionais, os pólos de excelência, sejam dotados de infra-estruturas de telecomunicações avançadas e que os serviços associados sejam disponibilizados a um preço razoável, o que só será possível garantindo um ambiente de concorrência na oferta dos mesmos. Consideramos como pólos deste tipo os Parques de Ciência e Tecnologia, Parques Empresariais, Pólos Logísticos e Pólos Universitários.

A Administração Pública (Central e Local) deve também contribuir para baixar os custos de contexto, aumentando a competitividade do território, simplificando os seus processos e recorrendo a soluções de Governo Electrónico. Pode também promover uma melhor mobilidade, fomentando soluções inovadoras como o teletrabalho ou novas formas de mobilidade e de intermodalidade, tirando partido da infra-estrutura existente na OTLIS, para suportar formas de taxação e de bilhética inovadoras.

No entanto, existe o risco de nem todos poderem tirar partido da Sociedade da Informação e do Conhecimento. A infoexclusão pode surgir por duas razões: por ausência de infra-estrutura física ou por motivos socioeconómicos. A AML é certamente a zona do país onde as limitações infra-estruturais têm menor expressão, mas é necessário garantir que, sendo identificadas, são adequadamente corrigidas. A inclusão da Internet de Banda Larga no Serviço Universal de Telecomunicações será um contributo fundamental neste domínio. A minimização da infoexclusão por motivos socioeconómicos deverá ser feita no terreno, pelas autarquias e instituições de apoio e desenvolvimento social.

H. Energia

A próxima década será de grande transformação nas formas de exploração, aproveitamento e utilização de energia. Sendo incontroversa a insustentabilidade da actual fonte predominante de energia utilizada, de base fóssil, assiste-se a uma aceleração na investigação e desenvolvimento, assim como na adopção e implementação, de novas tecnologias que estão gradualmente a substituir as tradicionais. Fenómenos como a transição dos transportes para modo eléctrico, o aproveitamento em larga escala de energia eólica e solar, e a crescente descentralização da produção de energia, possível devido à emergência das chamadas *smart grids*, estão a transformar decisivamente o panorama energético mundial.

Por outro lado, é cada vez maior a consciência individual e colectiva das consequências ambientais do consumo de enormes quantidades de energia, não só directamente, por exemplo na mobilidade e climatização, mas também indirectamente, através da incorporação dos consumos inerentes à produção de alimentos ou de bens de consumo que importamos.

Estas alterações constituem riscos, mas sobretudo enormes oportunidades para Portugal e para a AML. Investimento adequadamente canalizado pode continuar a aprofundar a liderança tecnológica do país em sectores chave como o aproveitamento de energia eólica ou a mobilidade eléctrica, mas também noutros ainda emergentes, como geração de energia solar, das ondas e geotérmica de baixa entalpia, com profundas consequências na transformação da economia do país para um modelo assente em criação e exportação de tecnologia com alto valor acrescentado.

Paralelamente, a tomada de consciência das consequências ambientais do nosso actual modelo de desenvolvimento traduz-se numa oportunidade sem paralelo para a implementação e aproveitamento de sistemas de mobilidade e transporte mais eficientes, como o automóvel eléctrico, a ferrovia de alta velocidade, ou os modos suaves, assim como na adopção generalizada de práticas arquitectónicas e urbanísticas compatíveis com edifícios mais eficientes, e formas organização espacial compatíveis com menores necessidades de deslocações pendulares diárias.

Finalmente, sendo Portugal e a AML desprovidas de recursos energéticos fósseis, possuem potencial de recursos endógenos renováveis, dos quais se destaca o solar, eólico, hídrico e das ondas. Este facto permite perspectivar um futuro com maior produção em grande escala assente nestes recursos; a incorporação de elementos produtivos de energia em micro e mini escala em ambiente urbano, próximo dos ou nos locais de maior consumo, será uma realidade cada vez mais presente.

Energia Eólica

A AML possui um potencial eólico assinalável, embora parte substancial não seja aproveitável, pois coincide com os Parques Naturais Sintra-Cascais e da Arrábida.

Apesar destas limitações, a zona da Grande Lisboa (sobretudo os concelhos de Sintra, Loures e Mafra), apresentam um potencial eólico dos mais significativos do país, que se prolonga pelo litoral da região Oeste e Vale do Tejo. O distrito de Lisboa possuía já em Dezembro de 2009 uma potência instalada de 313 MW, encontrando-se 28 MW adicionais em construção, sendo à data o quinto distrito com maior potência eólica

instalada. Note-se, no entanto, que grande parte do potencial aproveitado no distrito de Lisboa faz parte da NUT Oeste e Vale do Tejo.

Energia das Ondas

A faixa costeira, fronteira Oeste dos concelhos de Cascais, Sintra e Mafra possui potencial de energia das ondas assinalável, que importa contextualizar. De facto, a costa Atlântica ao longo destes concelhos engloba uma extensão de cerca de 45 km cujo potencial é dos mais altos no território nacional, extensão essa que já contempla as incompatibilidades existentes com rotas de navegação e acesso a portos, passagem de cabos submarinos, restrições ambientais, actividade piscatória, e zonas reservadas para exercícios militares. Estima-se uma potência do recurso de 30 MW/km, uma taxa de aproveitamento exequível de 15%, e admite-se que 20% daquela extensão de costa ficará reservada para corredores de navegação. A energia eléctrica passível de aproveitamento com base nesta estimativa excede 1700 GWh/ano, quase 20% do consumo da Grande Lisboa em 2008 (cerca de 13,5% do consumo da AML no mesmo ano). Salienta-se que esta zona identificada como de grande potencial de energia das ondas se prolonga por mais cerca de 26 km, até Peniche, o que representa um potencial adicional superior a 1000 GWh/ano.

Energia Solar

Portugal usufrui de exposição solar abundante em todo o seu território continental, no contexto Europeu. A AML em particular é banhada por 1800 a 1950 kWh/m²/ano, energia passível de aproveitamento directamente sob a forma de calor, ou para permitir gerar entre 1350 a 1450 kWh por cada kW de potência eléctrica solar fotovoltaica instalada, por ano.

O aproveitamento directo sob a forma de calor é economicamente viável, com tempos de amortização inferiores a 5 anos, e potencial para reduzir até 70% da factura energética com aquecimento de águas sanitárias em habitações com exposição solar adequada. A conversão em energia eléctrica através de painéis fotovoltaicos depende ainda de tarifas bonificadas para permitir amortização do investimento inicial em prazos razoáveis (actualmente 5 a 7 anos); no entanto, a tendência sustentada de diminuição de preço deste tipo de sistemas tem potenciado o aumento da sua adopção, e tenderá a aumentar a competitividade económica de electricidade gerada desta forma ao longo dos próximos anos. Assim, o aproveitamento de energia solar para produção eléctrica, quer seja em instalações de pequena dimensão em edifícios residenciais, quer seja em centrais de média dimensão associadas a consumidores industriais ou para venda directa à rede, tenderá a aumentar, encontrando condições naturais propícias em toda a AML.

Biomassa/Biogás

A biomassa passível de aproveitamento energético provém de várias fontes:

- Materiais vegetais florestais resultantes de limpezas, podas ou abates, ou aproveitamentos posteriores de resíduos da indústria de transformação da madeira e da produção do papel;

- Materiais vegetais agrícolas provenientes de podas, palhas de colheitas cerealíferas cascas de frutos secos, resíduos de vinificação e outras agro-industriais, caroço de azeitona, etc;
- Efluentes de origem animal provenientes da pecuária intensiva;
- Produção de biogás através da digestão anaeróbia da componente orgânica das
- Águas residuais e dos RSU;

A valorização energética da biomassa tem esbarrado em obstáculos relacionados com a sua natureza distribuída no território e a dificuldade da sua recolha de forma economicamente viável. Este problema pode ser parcialmente debelado potenciando a utilização de biomassa para produção de calor em instalações industriais ou agrícolas de pequena/média dimensão, ou em edifícios de utilização pública como piscinas municipais, aproximando assim os locais de consumo dos locais de origem da biomassa. Por outro lado, a produção eléctrica com base na queima de biomassa deve ser implementada através de unidades de média dimensão cuja área de implantação seja rica em biomassa aproveitável.

No contexto da AML, as unidades territoriais onde o aproveitamento de biomassa possui maior potencial são as UT Norte e Nascente Agro-florestais e a UT Lezíria do Tejo, mas também as UT Parque Natural Sintra-Cascais e Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra, embora aqui num contexto de subordinação a objectivos de preservação e protecção dos espaços naturais.

Relativamente à produção de biogás com origem em águas residuais ou em RSU, esta terá maior expressão nas zonas mais densamente povoadas, como é o caso da Cidade de Lisboa, a sua envolvente urbana em ambas as margens (Espaço Urbano Norte e Poente e Arco Ribeirinho Sul) e o seu prolongamento a Sul pela Área Central da Península de Setúbal. No entanto, este tipo de aproveitamento energético é viável em qualquer ETAR ou aterro sanitário, permitindo uma redução substancial dos seus custos de exploração, obtendo-se ao mesmo tempo benefícios ambientais importantes pela diminuição da quantidade de resíduos produzidos.

A utilização de biogás, biomassa residual de origem agrícola e florestal, assim como com origem em espécies produzidas expressamente para o efeito, ou de energia das ondas e das marés contribuirão também para a geração mais distribuída de energia eléctrica, embora em escala consideravelmente maior do que a do utilizador/produzidor individual.

1.3. Sistema Ambiental

1.3.1. Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental

A materialização das orientações dos eixos estratégicos, em particular do eixo – “Sustentabilidade e sintonia com a natureza” tem como linha de acção fundamental a concretização na AML de um conjunto de territórios com funções ecológicas dominantes. Estes territórios são estruturantes e fundamentais para o modelo de desenvolvimento urbano sustentável da AML.

A elevada qualidade e diversidade do território metropolitano decorre da existência de espaços com elevado grau de biodiversidade e qualidade paisagística, cujas características têm permitido manter disponíveis recursos significativos. A AML possui um património natural devidamente classificado que lhe confere um potencial único como área metropolitana qualificada. Poucas metrópoles do mundo possuem dois Parques Naturais no seu interior e duas Reservas Naturais localizadas em estuários, como é o caso do Tejo e do Sado.

Há contudo ameaças que decorrem da existência de conflitos entre os fenómenos da urbanização e os espaços agro-florestais, naturais e silvestres. Se nas áreas classificadas estes fenómenos estão relativamente contidos e controlados, no restante território existem conflitos de usos que devem ser articulados com os valores ambientais na sua proximidade.

A concretização de uma rede de espaços que materializem ou dêem suporte a uma Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, ERPVA, constitui um factor decisivo na qualificação do modelo de desenvolvimento da AML. Esta estrutura deve ser constituída por espaços multifuncionais onde a coerência e a compatibilidade de usos diferenciados e os valores da biodiversidade sejam preponderantes.

Na ERPVA assumem particular relevância para além dos espaços naturais, as áreas agrícolas e as áreas florestais, que deverão ser apoiados no sentido da manutenção da sua competitividade económica e do reforço da estabilidade da sua área de influência e dominância territorial. As áreas agrícolas (26%) e as áreas florestais (22%) representam um importante e limitado recurso metropolitano que contribui para a qualidade da paisagem e a sua sustentabilidade e integram desta forma o modelo global de ocupação do solo na AML, e contribuindo decisivamente para a competitividade da região. São um bom exemplo deste tipo de recursos as áreas de montado, a lezíria do Tejo e as áreas agrícolas e florestais dos concelhos da AML Norte e da Península de Setúbal.

Os objectivos fundamentais da ERPVA passam, assim, pela manutenção e valorização dos principais recursos naturais, dos valores paisagísticos regionais e das áreas agrícolas e florestais da AML que a integram e, pela sua articulação com as restantes áreas e funções do território, de modo a garantir o funcionamento global dos sistemas numa lógica integradora das actividades.

A concretização da ERPVA no território metropolitano é efectuada através da Rede Ecológica Metropolitana (REM), incluindo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas e pelas áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional, na Reserva Ecológica Nacional e no Domínio Público Hídrico.

A REM é constituída por uma rede hierarquizada de territórios, concretizada num conjunto de áreas e corredores ecológicos, que se articulam entre si, com o sistema urbano e com as unidades territoriais no seu conjunto.

A REM tem funções de conectividade e continuidade ecológica e nos seus territórios devem prevalecer, perante outras, as funções ou usos que promovam a manutenção ou a melhoria da biodiversidade ecológica local e regional. Para esta rede deverão ainda contribuir factores ambientais decisivos para a estabilidade e qualidade metropolitana, tais como os recursos hídricos, o recurso solo e o recurso paisagem, os quais devem ser promovidos na AML de uma forma articulada. A gestão correcta destas áreas deve também contribuir para a prevenção e redução dos riscos naturais e para integração de modelos decorrentes do desenho urbano.

1.3.2. Constituição da REM

Os objectivos e critérios que conduziram à delimitação e à estruturação da REM, incluída no PROT-AML 2002, mantêm-se no essencial. Os estudos elaborados no decorrer deste processo de alteração do PROT, ao nível dos padrões de ocupação do solo, da conservação da natureza e biodiversidade, dos riscos e dos recursos hídricos reforçam a importância das áreas incluídas na REM em 2002, assim como a sua pertinência na actualidade.

Em termos globais, a REM demonstrou ser um instrumento relevante no suporte e acompanhamento de decisões de ordenamento do território tanto ao nível local como regional. Os objectivos de conservação da natureza e biodiversidade são concretizados através da REM, permitindo que a protecção e valorização ambiental possam ser de igual modo relevantes e integradas de forma eficaz nas propostas de ordenamento para a AML.

A transposição da REM para os PDM, não tendo sido generalizada, permitiu o ajustamento de conceitos e práticas na abordagem das questões ecológicas em áreas metropolitanas através de uma metodologia inovadora em articulação com os diferentes níveis de planeamento à escala municipal e regional.

Estando os conceitos que serviram de base à REM estabilizados, importa actualizar, desenvolver e ajustar os mecanismos e os instrumentos que conduzam à sua concretização no território, em particular, os IPT. É ao nível municipal, através de PMOT, que a REM deve ser concretizada através da integração de parte significativa dos seus territórios nas Estruturas Ecológicas Municipais (EEM), sem prejuízo das opções urbanísticas habilitadas com título bastante. O ajustamento de escalas, limites e conteúdos, assim como a identificação dos valores ecológicos em presença, devem ser aspectos mais estudados e aprofundados no âmbito dos PMOT, no sentido de incluir nestes instrumentos os diferentes sistemas ecológicos incluídos na REM e articular a sua gestão com as estratégias e programas de desenvolvimento urbanístico.

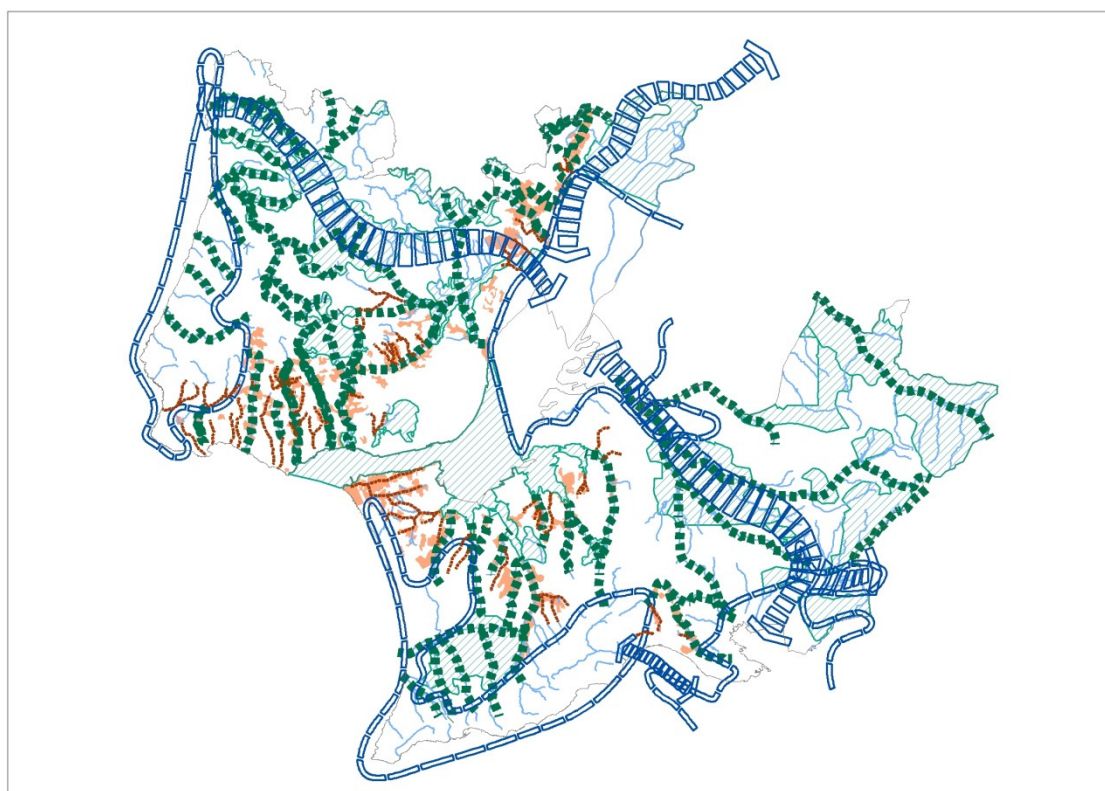
Neste sentido, foram reavaliadas delimitações e actualizados os critérios de dimensão e importância relativa das áreas, através da avaliação das propostas dos PDM, de Estratégias Municipais e de estruturas já concretizadas no terreno.

Há assim, territórios que integram outros níveis hierárquicos da REM, nomeadamente Corredores Vitais que passaram a ser considerados como Corredores Estruturantes Secundários ou Áreas Vitais que assumem, agora, a dimensão de Áreas Estruturantes Secundárias, face às dinâmicas urbanísticas entretanto instaladas na AML.

Procedeu-se a uma melhor delimitação das Áreas Vitais no sentido de aferir mecanismos de perequação que conduzam à sua viabilidade urbanística e permitam a concretização das orientações e directrizes do PROTAML.

Em termos gerais, a REM continua a ser parte fundamental do Modelo Territorial para a AML e um elemento essencial para o funcionamento e desenvolvimento equilibrado e sustentável do território metropolitano.

A REM constitui-se como uma rede ecológica de âmbito regional e inter-municipal, concretizada num conjunto de áreas e corredores ecológicos organizados em três níveis hierárquicos de acordo com a sua importância e contributo na estruturação ambiental do território metropolitano: Rede Primária, Rede Secundária e Rede Complementar. A cada um destes três níveis estão associadas orientações estratégicas, directrizes e medidas com diferentes níveis de exigência, em termos de ordenamento e gestão do território, articuladas com as questões e dinâmicas urbanísticas que ocorrem no seu interior e áreas envolventes.



- Área Estruturante Primária
- Corredor Estruturante Primário
- Área Estruturante Secundária
- Corredor Estruturante Secundário
- Área Vital
- Corredor Vital

Figura 10 – Esquema da Rede Ecológica Metropolitana

A Figura 10– Rede Ecológica Metropolitana, apresenta o esquema da REM para a AML, cuja referência geográfica é indicativa e sem escala cartográfica. As orientações substantivas para a sua concretização no território estão incluídas nas Normas Orientadoras deste PROT e devem ser transpostas e adaptadas aos instrumentos e decisões de planeamento de âmbito regional, local e inter-municipal.

A. Rede Primária

Constitui a estrutura central da REM com funções ecológicas dominantes, abrangendo os territórios da AML onde os valores ecológicos e as prioridades de conservação são relevantes a nível nacional e internacional. É composta por: **Áreas Estruturantes Primárias (AEP)** e pelos **Corredores Estruturantes Primários (CEP)**.

As **Áreas Estruturantes Primárias** incluem as Áreas Classificadas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas e as áreas da Rede Natura 2000 designadas no âmbito das Directivas Aves e Habitats (Directivas Comunitárias 79/409/CEE e 92/43/CEE), que se descrevem no Anexo II – Fichas de Caracterização das Áreas Primárias da REM.

Estas áreas são abrangidas por instrumentos de gestão territorial nos termos da legislação em vigor. No entanto, o PROTAML recomenda que, em particular nas suas áreas de fronteira ou com as que se relacionem mais fortemente, sejam avaliados os impactes das decisões de alteração de uso do solo que possam afectar a estrutura ou a biodiversidade dessas áreas protegidas.

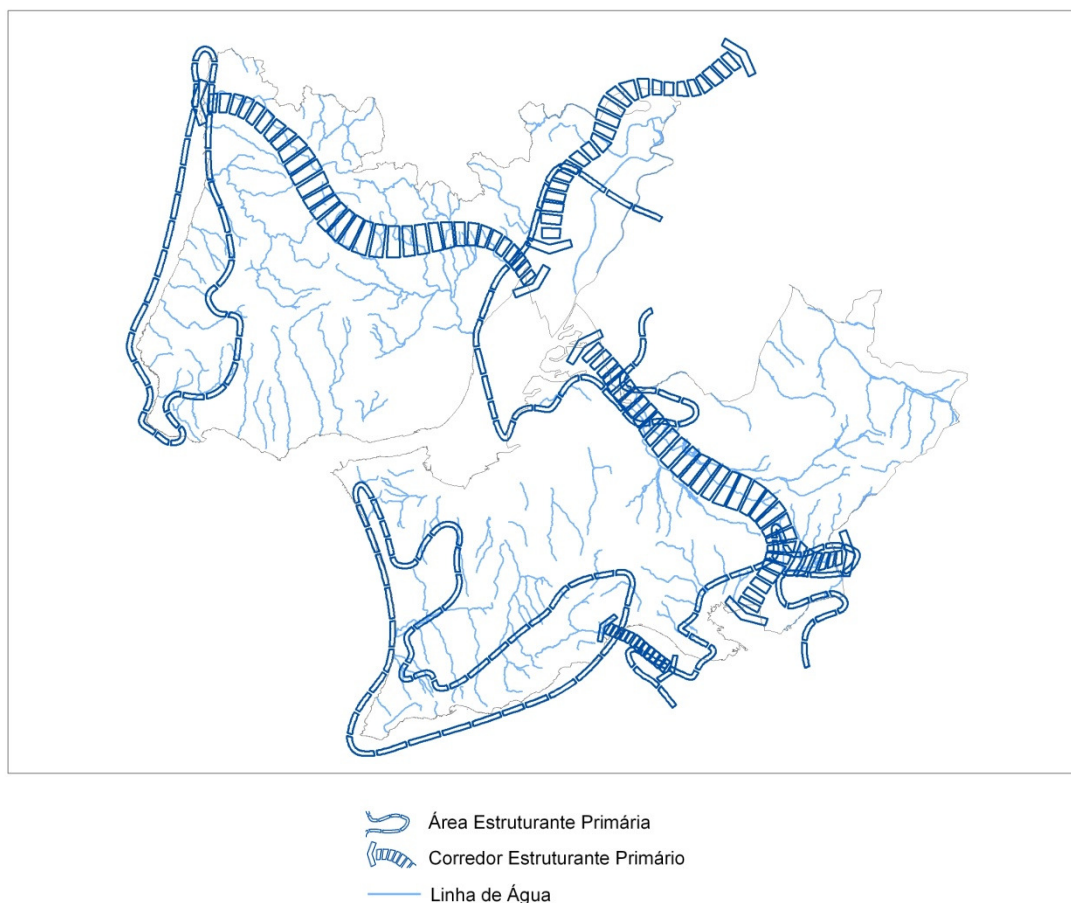


Figura 11. Esquema da Rede Estruturante Primária

Nas áreas da Rede Natura, não incluídas em áreas classificadas, deverão ser promovidas acções ou actos de planeamento e gestão que configurem modelos globais de ocupação, onde os valores ambientais estejam articulados com as funções urbanas que algumas destas áreas também assumem nos modelos de desenvolvimento local.

Os **Corredores Estruturantes Primários** estabelecem a interligação e conectividade ecológica entre Áreas Estruturantes Primárias. Estabelecem também a conectividade com os territórios envolventes - as regiões Oeste e Vale do Tejo e com a região do Alentejo. Estes corredores constituem áreas de ligação entre os diferentes sistemas ecológicos, promovendo a conectividade regional, em particular para a fauna e para a transferência e troca de energia entre diferentes sistemas ecológicos, garantindo a sua consistência e sustentabilidade.

Estes corredores devem ser entendidos como as áreas preferenciais para as trocas entre ecossistemas, favorecendo a biodiversidade, constituindo simultaneamente espaços de desafogo e decompressão do sistema urbano, favorecendo o desenvolvimento dos fenómenos naturais. A sua dimensão, conteúdo e delimitação deve ser assim, desenvolvida ao nível municipal e inter-municipal.

As principais ligações estabelecidas por estes corredores ocorrem entre o Estuário do Tejo e o do Sado, entre estes e as orlas marítimas e o Litoral.

No interior, o corredor do Vale e leito do Tejo constitui o elemento central e mais importante do ponto de vista ecológico, integrando naturalmente o espaço da lezíria e as margens do vale.

A REM inclui, assim, os seguintes Corredores Estruturantes Primários: Litoral – Estuário do Tejo; Vale do Tejo; Estuário do Tejo – Estuário do Sado.

B. Rede Secundária

O segundo nível hierárquico é concretizado através de um conjunto de importantes territórios que integram **Áreas Estruturantes Secundárias (AES)** e **Corredores Estruturantes Secundários (CES)**. Esta rede inclui áreas e espaços de natureza muito diversa, livres de funções urbanas ou edificação significativa, mas com funções determinantes na AML a nível ecológico, paisagístico ou produtivo.

As áreas são estruturalmente diferentes dos corredores, estando estes últimos associados no essencial a funções hidrológicas decorrentes dos vales e das linhas de água permanentes ou temporárias que os suportam. Todos estes espaços e territórios desempenham uma função importante no estabelecimento de transições entre a rede primária e a rede complementar.

Os valores fundamentais que determinaram a identificação destes territórios decorrem de funções dominantes diversas associadas a áreas florestais, agrícolas, linhas de água, vales encaixados, baixas aluvionares e áreas estuarinas. Estas funções são importantes a nível regional e municipal, tanto na configuração e qualificação do modelo urbano, como no controlo de cheias, na qualificação paisagística destes territórios, podendo ainda servir de suporte a espaços para o recreio e lazer das populações.

As Áreas Estruturantes Secundárias englobam áreas de elevado valor ecológico, relevantes para o território metropolitano, decorrentes dos estudos dos padrões de ocupação do solo e da conservação da natureza e biodiversidade (Anexo II – Fichas de caracterização das Áreas Estruturantes Secundárias da REM), cujos limites e valor de conservação devem ser objecto de estudo e delimitação detalhada ao nível municipal ou intermunicipal para a sua integração nas Estruturas Ecológicas Municipais.

Na margem Norte da AML, as áreas mais importantes são a área florestal da Serra da Carregueira, o Parque Florestal de Monsanto, a várzea de Loures, as matas de Mafra e Malveira, as áreas dos vulcões de Mafra, Sintra e Loures, e ainda as encostas arborizadas dos vales das principais ribeiras do concelho de Mafra e a parte não classificada da Lezíria e do Estuário do Tejo.

Na península de Setúbal, assumem particular relevância as áreas dos esteiros e baixas aluvionares que drenam para o Tejo, em particular, os do Seixal, Coima, Moita e Baía de Sarilhos. São também áreas importantes as lagoas do Poceirão, a Mata Nacional da Machada, os Pinhais de Sesimbra, e ainda os Pinhais da Marquesa, Formas e Espanholas e Terra dos Caramelos. Destacam-se também as áreas florestais dos concelhos de Palmela e Montijo Interior, em particular as áreas de montado que estabelecem a transição para a região do Alentejo.

Nas áreas urbanas mais centrais, em particular no Arco Ribeirinho Sul, deve ser dada especial atenção aos remates das áreas urbanas com estes espaços e a continuidade ecológica através de valas ou linhas de água que as acompanham. Nalguns casos representam os espaços críticos para a transição e conectividade entre sistemas ecológicos dos diferentes níveis, constituindo simultaneamente espaços de transição entre sistemas urbanos desordenados, fragmentados ou compactos.

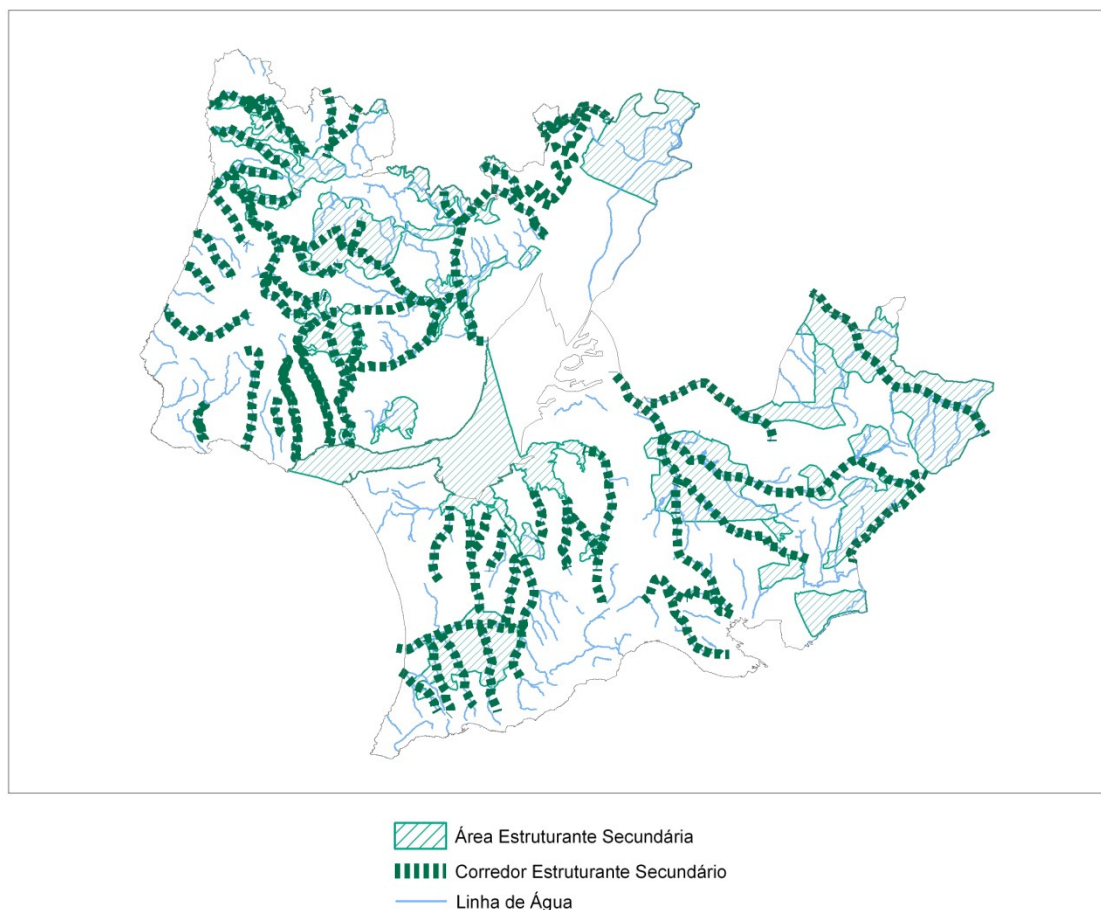


Figura 12. Esquema da Rede Secundária

Os **Corredores Estruturantes Secundários** acompanham, na sua maioria, as linhas de água, os vales e respectivas margens, com maior importância regional, permitindo as ligações hídricas e ecológicas. As áreas atravessadas por estes recursos hídricos devem merecer uma atenção especial nos PMOT, garantindo que a concretização das propostas incluídas nesses planos não aumentam o risco de cheias ou põem em causa o normal funcionamento dos seus regimes hídricos.

Os CES procuram estabelecer ligações entre os diferentes níveis da REM, estabelecendo uma estrutura em rede que promove a conectividade e a transferência de fluxos de fauna e flora ao nível do território metropolitano.

C. Rede Complementar

O terceiro nível hierárquico da REM define-se como uma Rede Complementar de espaços, localizados no interior de áreas urbanas compactas ou fragmentadas, que deverão desempenhar funções determinantes na qualificação e desenvolvimento dos modelos urbanos já concretizados. A Rede Complementar integra **Áreas Vitais (AV)** e **Corredores Vitais (CV)**.

As **Áreas Vitais** têm por base os espaços livres de ocupação edificada integrados no interior de áreas urbanas compactas ou fragmentadas (Espaços Vazios sem Construção na classificação dos Padrões de Ocupação do Solo). Estas áreas comportam funções ecológicas dominantes e, pela sua localização e dimensão, exercem funções críticas no desenvolvimento e requalificação urbana.

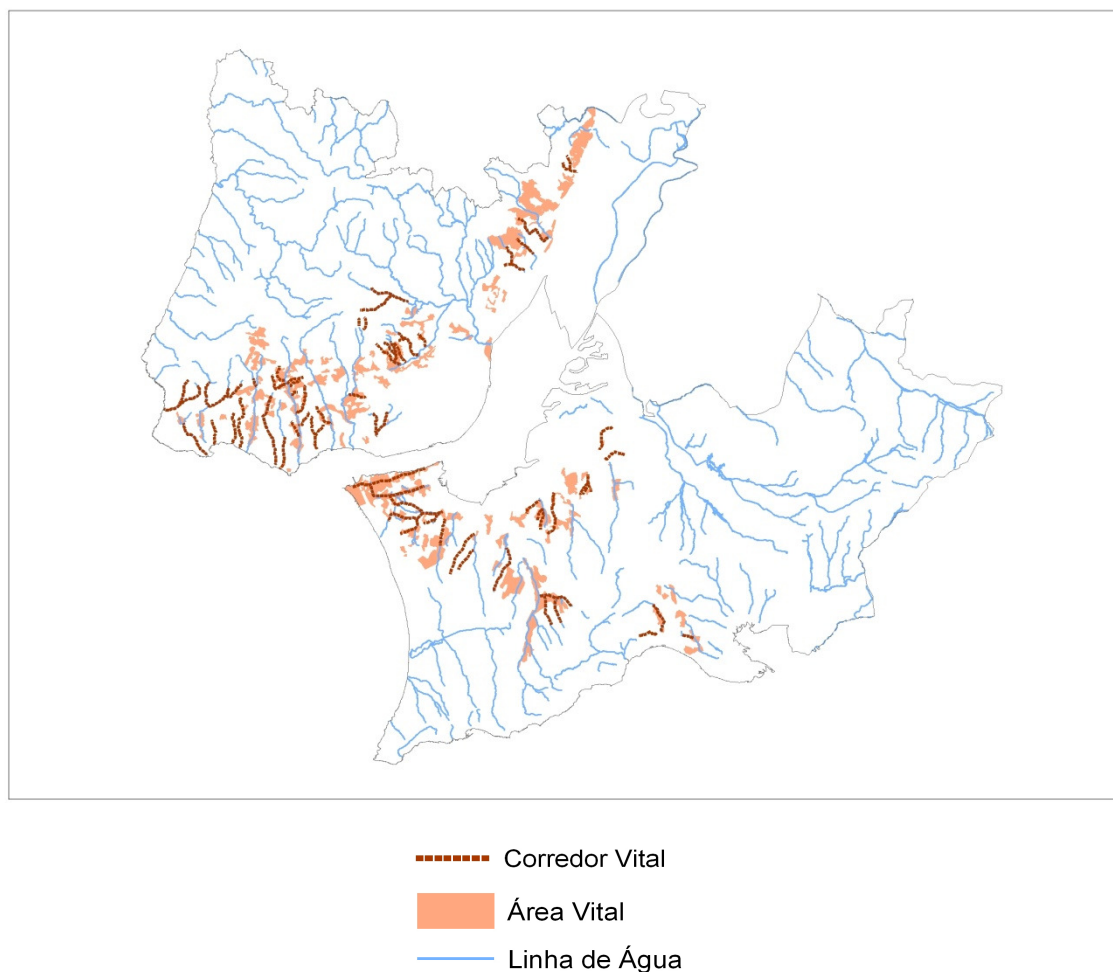


Figura 13 – Rede Complementar – Áreas Vitais

Mantêm-se, no essencial, os critérios que levaram à classificação das AV do PROT-AML 2002, e reforça-se a urgência e o carácter crítico destas áreas no sentido de serem encaradas como áreas-chave no modelo urbanístico da AML e decisivas para o conforto e sustentabilidade ambiental das populações que residem na sua proximidade.

Os **Corredores Vitais** representam ligações e espaços lineares parcialmente ou ainda livres de ocupação edificada, de dimensão crítica ou residual, apoiados em linhas de água ou de drenagem natural, de menor nível hierárquico na rede hidrográfica. Os CV poderão exercer funções de desafogo e estar disponíveis para contribuir para a concretização de espaço público urbano não edificado.

Ao longo destes CV ocorrem situações já identificadas de estrangulamentos, pontuais ou contínuos, tamponamento de linhas de drenagem que deverão merecer por parte dos municípios uma atenção especial, justificando acções de requalificação urbanística destes espaços.

O PROTAML de 2002 incluía um conceito inovador que designava como AV e CV, um conjunto de espaços de dimensão variável mas claramente com importância e urgência na sua integração de forma sustentável nos modelos de crescimento urbano das áreas edificadas mais centrais ou compactas.

Os estudos de alteração do PROTAML permitiram reavaliar o conjunto dos espaços vazios sem construção, as AV e os CV concretizados no espaço metropolitano. Foram assim revistas a identificação e delimitação das AV, mantendo os espaços vazios de localização mais central e menos periférica, eliminando as áreas já edificadas ou comprometidas, assim como áreas sem dimensão relevante. Algumas AV e CV foram integrados na Rede Secundária assumindo, assim, funções mais importantes na REM.

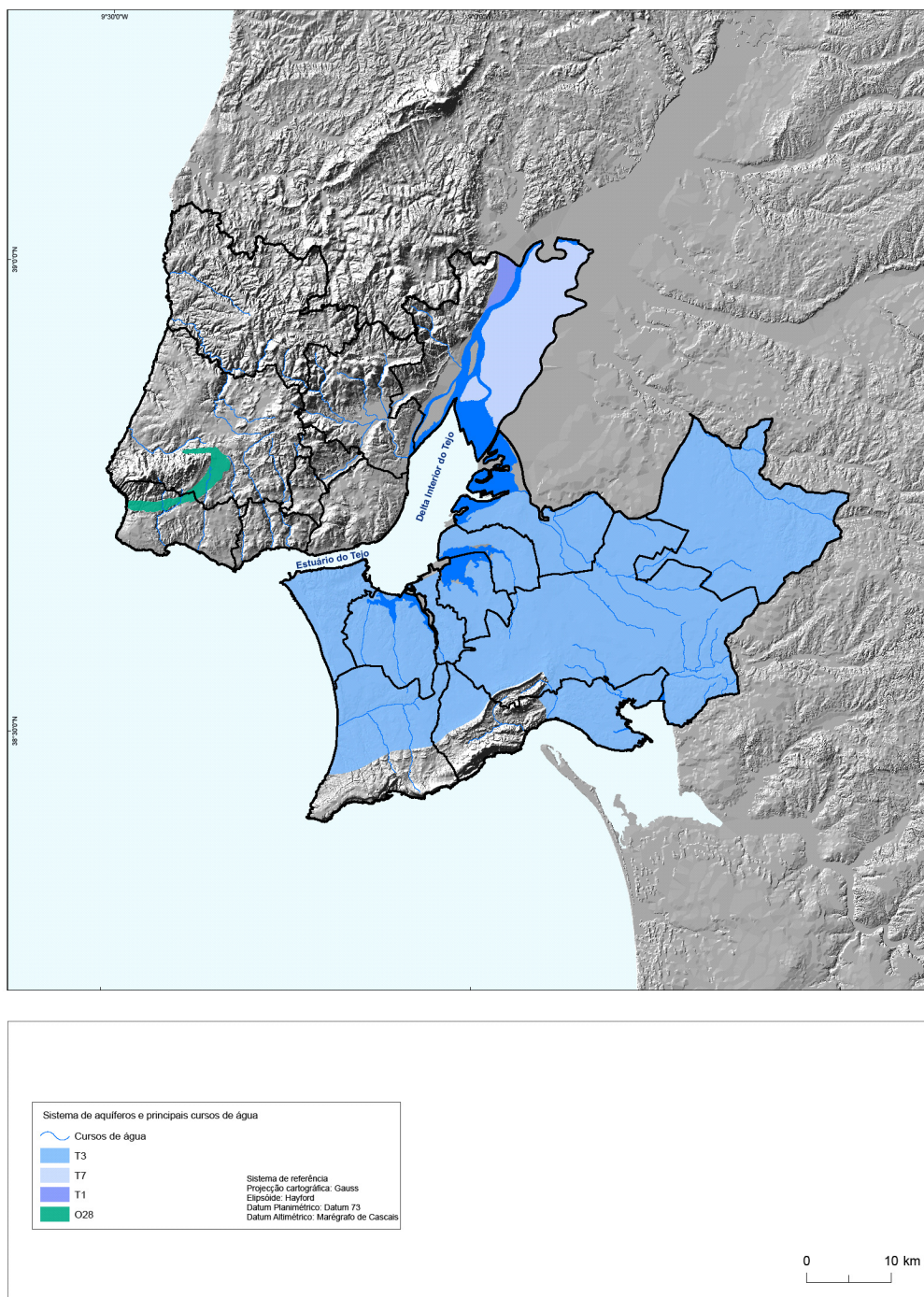
A Rede Complementar concretiza-se no território quando os municípios transpuserem para as suas EEM as orientações do PROTAML. As AV e os CV deverão ser articulados nos modelos de desenvolvimento urbano, em sede de PMOT, integrando as funções ecológicas e urbanísticas, concretizando áreas predominantemente não edificadas e satisfazendo carências urbanas de espaço público.

A identificação como AV de uma determinada parcela do território deve conduzir a uma abordagem urbanística global que articule as propostas que incidem sobre essas áreas nos PMOT, de acordo como as orientações e directrizes do PROTAML¹⁰.

¹⁰ Cfr. Capítulo III

1.3.3. Recursos Hídricos

A água sob as suas diferentes formas constitui um recurso estratégico na Área Metropolitana de Lisboa. O oceano, os estuários, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos assumem uma dimensão que os colocam ao nível dos recursos fundamentais para a sustentabilidade regional (figura 14).



T3 – Aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; T7 – Aquífero dos aluviões do Tejo;
 T1 - Aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; O28 – Aquífero de Pizões-Atrozela

Figura 14 - Sistemas de Aquíferos e Principais Cursos de Água da AML

O oceano configura um recurso ainda pouco explorado com valores significativos quer sob o ponto de vista do seu conhecimento e preservação, quer relativamente ao seu aproveitamento para actividades como a pesca e aquicultura, os transportes, o recreio e desportos náuticos, a biotecnologia e a energia, para além de constituir um valor paisagístico notável junto ao litoral.

Os recursos hídricos superficiais incluem cursos de água com dimensão nacional, como o Tejo e o Sado, e com dimensão regional e local, como as ribeiras que drenam para os dois estuários e as Ribeiras do Oeste que drenam para o Atlântico. A gestão destes recursos constitui um objectivo determinante para o Plano, no sentido da sua recuperação do ponto de vista da qualidade e da depuração das áreas mais afectadas pelas actividades humanas. Todavia, pela especificidade do recurso, cabe aos Planos de Bacia Hidrográfica em vigor na AML (PBH do Tejo, PBH das Ribeiras do Oeste e PBH do Sado) e aos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (previstos na Lei da Água) a gestão, protecção e valorização ambiental e social das águas ao nível das bacias hidrográficas, visando a compatibilização das utilizações do recurso com a sua disponibilidade.

Os recursos hídricos subterrâneos (Figura 14) têm escala internacional pela dimensão estratégica que apresentam, em especial, quatro sistemas aquíferos: Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; Aluviões do Tejo e Pizões-Atrozela. Esta partilha de aquíferos implica, ao nível territorial, uma cuidadosa gestão integrada destas importantes reservas de água subterrânea.

O alastramento da urbanização, observado nas últimas décadas na Península de Setúbal, bem como o previsível alargamento das áreas impermeabilizadas, com a localização na margem sul do novo aeroporto internacional de Lisboa, põem em risco a infiltração da água na zona vadosa e, como tal, a recarga e renovação das reservas de água do sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda. Acresce a esta situação o aumento previsível da pressão humana sobre este sistema, quer devido a novas captações de água, quer ao risco de contaminação das suas reservas de água pelas diversas actividades humanas.

No sentido de proteger este sistema aquífero da poluição causada por nitratos de origem agrícola, foi designada a Zona Vulnerável do Tejo, (cujos limites constam da Portaria n.º 1366/2007).

A água é um dos recursos naturais mais importantes de qualquer região, que importa preservar e gerir de forma sustentável, acautelando a sua qualidade e quantidade. A AML apresenta uma dissimetria espacial bem marcada nesta matéria, entre os concelhos da margem norte do Tejo e os da margem sul. Na margem norte, os municípios são abastecidos na sua quase totalidade, em alta, pela EPAL, por água proveniente de fora dos limites administrativos da AML e demasiado dependente de um ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode. O abastecimento de água na AML é proveniente, sobretudo, das captações superficiais de albufeira de Castelo de Bode e de Valada do Tejo e das captações subterrâneas localizadas nas nascentes dos Olhos de Água do rio Alviela, nas Lezírias e nas captações subterrâneas de Ota, Alenquer, Valada, Quinta do Campo, Espadanal e, como reserva, o Pólo do Carregado.

Na margem sul, os municípios são abastecidos por captações subterrâneas no sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda.

Perante este cenário, e do ponto de vista do ordenamento do território, a gestão dos recursos hídricos na AML deverá considerar como prioridade estratégica: (i) à escala regional, diminuir a excessiva dependência de um ponto de abastecimento de água para os concelhos da margem norte do Tejo (albufeira de Castelo do Bode, 67 %); (ii) monitorizar as captações de água dos sistemas aquíferos, no sentido de evitar a sobre-

exploração das suas reservas; (iii) às escalas regional e municipal, continuar a política de melhoria progressiva de tratamento das águas residuais tendo em vista a diminuição da contaminação das águas superficiais e subterrâneas; (iv) promover a reutilização de águas residuais tratadas, bem como o aproveitamento de águas pluviais, como contributo para a diminuição da captação de água; (v) à escala municipal, salvaguardar áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos (incluídas na REN) no sentido de garantir a renovação das suas reservas de água e de evitar a sua contaminação. Esta última prioridade constitui um enorme desafio para os municípios da margem sul do Tejo, que possuem vastas áreas dos respectivos territórios sobre o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, e que são dele dependentes.

Sendo os recursos hídricos assumidos claramente como valor estratégico a proteger, o PROTAML confere especial atenção à sua preservação. Igualmente, num contexto de sustentabilidade ambiental, a AML deve adoptar soluções para usos sustentáveis da água, quer na reabilitação das redes de rega ou de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, quer assumindo a possibilidade de serem estudadas e valorizadas as utilizações de águas depuradas em usos públicos e privados compatíveis.

1.3.4. Litoral

A zona costeira é um elemento marcante da identidade regional com elevada sensibilidade ecológica e paisagística que deverá ser equacionada numa perspectiva integrada e valorizada no âmbito do planeamento e das várias decisões sobre a ocupação e uso do solo, promovendo-se nestes espaços a salvaguarda e promoção da paisagem, dos recursos e valores naturais, e a gestão dos riscos em articulação com a sua utilização e fruição pela população.

A AML sente directa ou indirectamente a presença ou influência do mar e dos estuários, na paisagem, nos modos de vida das populações, nas actividades económicas, na organização do povoamento, na gastronomia e no património cultural e edificado.

O litoral da AML estende-se por uma linha de costa extremamente diferenciada, marcada nalguns troços por arribas elevadas e abruptas, por plataformas costeiras agricultadas e por areais extensos e atractivos de actividades de turismo e lazer, sendo pontualizado por ocorrências geológicas e geomorfológicas de elevado valor cénico e paisagístico que marcam profundamente a imagem do litoral da região, como os Cabos da Roca, Raso e Espichel, “boca do inferno”, Arriba Fóssil da Costa de Caparica e Lagoa de Albufeira, bem como as serras de Sintra e Arrábida.

Apresenta uma diversidade paisagística e ambiental notável, alternando zonas densamente humanizadas com paisagens que mantêm intactas as suas características naturais, e um conjunto de praias com uma procura muita intensa ao longo de grande parte do ano. Para esta diversidade contribuem, para além do Parque Natural de Sintra - Cascais (PNSC), do Parque Natural da Arrábida (PNArr) e da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica (APPAFCC), outras áreas sujeitas a um estatuto especial de protecção e gestão.

Na zona costeira da AML apresenta troços com um povoamento intenso e contínuo, (destacando-se o troço entre Cascais e a Costa da Caparica) com importantes centros urbanos a nível nacional e dois portos de grande relevância.

No litoral da AML estão em vigor os POOC de Alcobaça – Mafra, Sintra – Sado e Cidadela de Cascais – Forte de S. Julião, que não incluem as áreas afectas à administração portuária, estando em curso a definição de procedimentos para proceder à sua revisão, tendo por objectivo uma abordagem integrada de toda a área litoral envolvida, com vista ao correcto ordenamento da orla costeira e à respectiva gestão.

Integrados na zona costeira, mas com especificidades próprias, encontram-se os estuários do Tejo e do Sado que fazem parte da paisagem, cultura, e vivências da Área Metropolitana de Lisboa constituindo importantes reservas naturais (Reserva Natural do Estuário do Tejo e Reserva Natural do Estuário do Sado), as quais num futuro próximo deverão ser objecto de Plano de Especial de Ordenamento do Território.

A crescente procura, ocupação e utilização dos recursos desta zona costeira tem originado situações de desequilíbrio com ocupação desordenada do território muitas vezes em zonas de risco ou de elevada fragilidade ecológica e ambiental, criando alterações significativas sobre o meio e os ecossistemas, em alguns casos com graves consequências ao nível da dinâmica sedimentar costeira, destruição de habitats, perda de biodiversidade, destruição da qualidade da paisagem e alteração da qualidade das águas.

Neste âmbito, um dos problemas que assume especial relevo é a erosão costeira, com a consequente perda de território e constante ameaça às edificações, sendo ainda agravado pelos riscos associados às alterações climáticas e à elevação do nível do mar, e a pressão urbanística sobre os recursos.

Considerando a importância em se promover uma gestão integrada da zona costeira em articulação com diversas políticas sectoriais, foi aprovada a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira que estabelece um referencial estratégico de enquadramento à gestão global, integrada e participada da zona costeira de forma a garantir condições de sustentabilidade ao seu desenvolvimento.

O modelo do PROTAML integra a visão desta estratégia, assumindo a zona costeira como um “bem litoral” e preconiza uma gestão assente nos princípios da precaução face aos riscos, da conservação dos recursos e da natureza e da compatibilidade de usos, num quadro de ordenamento e gestão sustentável e competitiva da zona costeira.

Neste sentido, têm particular relevância a compatibilização da ocupação urbana com os valores naturais e culturais e o factor risco, através do estabelecimento de medidas de salvaguarda, a correcção das disfunções territoriais, como sejam as construções em zonas sensíveis, em terrenos do domínio público ou em zonas adjacentes necessárias ao uso público da orla costeira, a requalificação das áreas degradadas e o reforço dos níveis de protecção visando uma efectiva salvaguarda de valores significativos do património natural. Assume, ainda, grande relevância a requalificação e ordenamento das diversas praias de acordo com a sua capacidade de utilização, criando condições de recreio e lazer associadas às suas potencialidades turísticas, acautelando as condições que permitam usufruir deste troço de costa com a devida segurança.

Em consonância, o modelo do PROT e as normas orientadoras para o Litoral assentam numa diferenciação entre: a margem, que corresponde até à faixa de território com largura de 50 metros a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais; a orla costeira que se estende por 500 metros no sentido de terra a partir da linha que limita a margem, onde o mar exerce directamente a sua acção; a restante zona

costeira que se desenvolve entre os 500 metros e os 2 km, que engloba a porção de território influenciada directa e indirectamente em termos biofísicos pelo mar; e a faixa litoral que abrange territórios de alguma forma influenciados pela presença do mar, podendo estender-se entre os 2 km e os 5 km, dependendo das características geomorfológicas e da ocupação humana.

Assim, o PROTAML define orientações e directrizes no sentido da restrição das ocupações na margem e orla costeira e do seu condicionamento na restante zona costeira, sendo também estabelecidas restrições de ocupação nas orlas estuarinas.

Na formulação do modelo territorial propõe-se o reforço de padrões elevados de qualidade ambiental e paisagística da zona costeira da AML através de: uma gestão integrada e intermunicipal e de um processo interactivo e contínuo de planeamento estratégico garantindo a segurança de pessoas e bens, infra-estruturas, acessibilidades, qualidade ambiental, urbanística e paisagística, articuladas com os valores económicos, ambientais e com os recursos territoriais.

Sendo a salvaguarda e valorização do património natural e paisagístico em presença e a gestão dos riscos questões de importância primordial para as zonas costeiras, importará ainda garantir a integração destes espaços na vida e na economia metropolitanas, considerando a grande diversidade de recursos que importa potenciar e valorizar, numa lógica de complementaridades e de compatibilização sustentável dos usos e actividades económicas, bem como de uma adequada distribuição territorial dos projectos.

Uma estratégia que vise valorizar a Água e as Frentes de Água no espaço metropolitano exige, contudo, uma clara convergência e concertação de estratégias, políticas, projectos e procedimentos das diversas entidades que tutelam e intervêm nestes espaços, sendo a questão institucional uma questão central do processo de gestão e transformação destas áreas.

1.3.5. Paisagem

Actualmente a paisagem é considerada um elemento determinante na definição de políticas e desenvolvimento de estratégias territoriais, na medida em que reflecte as relações estabelecidas ao longo do tempo entre factores naturais e humanos. Segundo a Convenção Europeia da Paisagem, a paisagem desempenha um conjunto de funções de interesse público ao nível ambiental e ecológico, mas também ao nível social e económico. A preservação do seu perfil e a valorização do seu carácter contribuem para a identidade regional e nacional.

Numa região com as características naturais e paisagísticas da AML, onde os processos de alteração da paisagem são rápidos, é fundamental integrar, no modelo de desenvolvimento territorial do PROTAML, orientações que contribuam para a preservação e valorização do seu elevado valor natural e cultural. Neste contexto, identificaram-se as principais unidades de paisagem da AML, as quais possuem um carácter único, não só pelas suas características naturais, mas também por constituírem bons exemplos histórico-culturais da relação entre o homem e o território.

Estas paisagens incluem territórios únicos na AML com características notáveis que são determinantes na qualificação territorial, sendo também um recurso favorável ao desenvolvimento económico. Para além de um conjunto de áreas de paisagem natural que constituem exemplos de rara beleza ainda pouco afectados pelas actividades humanas, como os Estuários do Tejo e do Sado e a Serra da Arrábida, é também possível

encontrar na AML paisagens que constituem exemplos culturais notáveis da adaptação humana no território ao longo do tempo.

A delimitação das principais paisagens decorre de critérios biofísicos, culturais e paisagísticos, isolando áreas no território metropolitano com características únicas, conferindo a este uma grande diversidade paisagística e patrimonial.

As diversas condições geomorfológicas determinam a existência de paisagens tão diversas como a Lezíria do Tejo, a Serra de Sintra, o mosaico agro-florestal do Norte, ou as extensões de Charneca da margem Sul.

A ocupação humana confere novos elementos e valores paisagísticos ou, quando desajustada ou desordenada, destrói os valores das paisagens pré-existentes. É o que se passa nas paisagens dos subúrbios, em particular, nas Unidades Territoriais Espaço Norte e Poente e Área Central da Península de Setúbal, onde se justificam intervenções e preocupações paisagísticas determinantes na requalificação do espaço urbano ou na qualificação do espaço em fase de urbanização.

A metodologia utilizada na abordagem destas questões está expressa no cartograma de identificação e delimitação das principais paisagens notáveis da AML (Figura 15 – Paisagens Notáveis da AML), cuja referência geográfica é indicativa e sem escala cartográfica. A delimitação é aproximada e será importante detalhá-la em posteriores IGT (nomeadamente PDM), e definir critérios ou estratégias de intervenção ou preservação dos valores destes territórios.

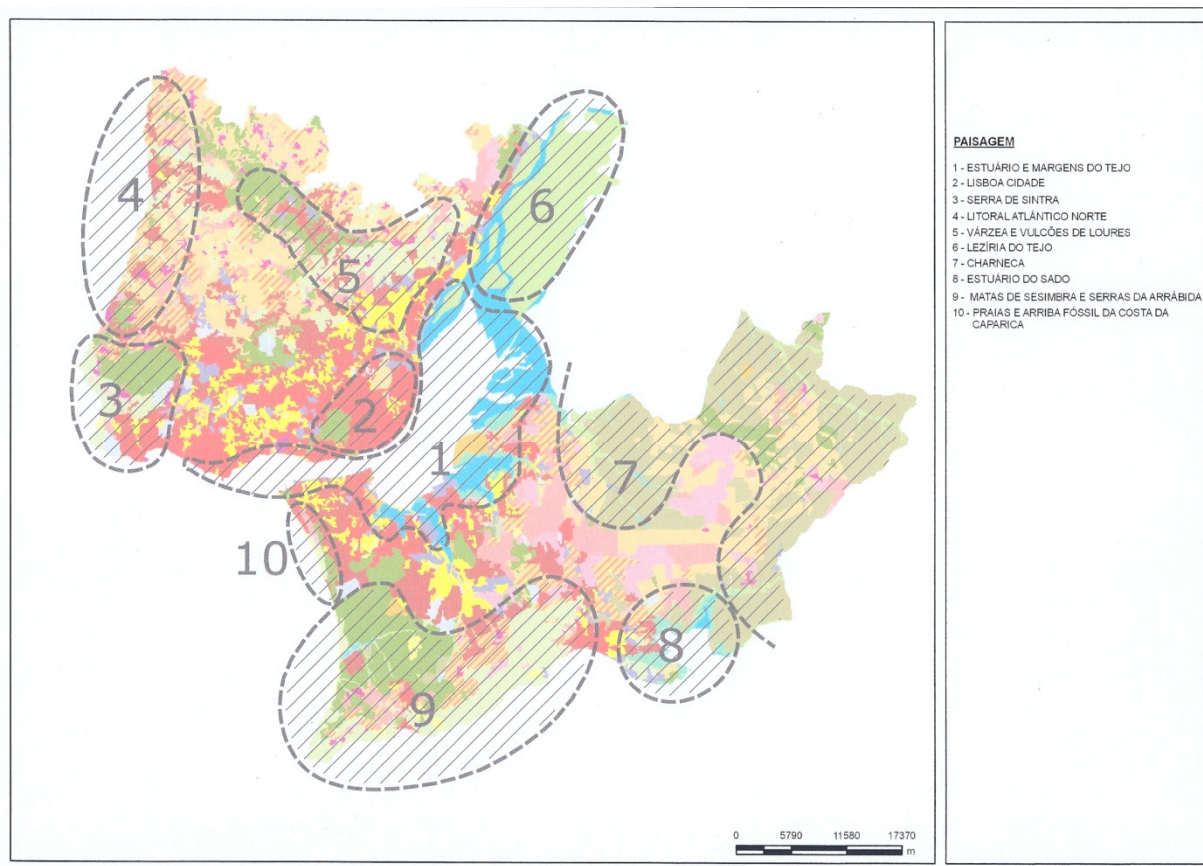


Figura 15 – Paisagens Notáveis da AML

1. Estuário e margens do Tejo

O estuário constitui a paisagem mais notável e central da AML, o referencial das populações e elemento natural de identidade local.

Todas as grandes acções de implantação de infra-estruturas, equipamentos ou grandes áreas de desenvolvimento urbano devem ter em atenção os valores paisagísticos globais e locais em presença, os quais deverão condicionar as soluções urbanísticas ou arquitectónicas dos principais projectos de desenvolvimento.

As margens do Estuário representam a paisagem mais vista do território da AML e, aquela que constitui a mais forte referência para as populações ribeirinhas e metropolitanas. É nas margens do Tejo que se configuram os limites da paisagem humanizada e o seu contacto com o delta. Em particular na margem sul, os esteiros representam transições e sub-espacos determinantes na sua configuração.

2. Cidade de Lisboa

É o referencial urbano nacional e a sua localização e dimensões conferem-lhe o estatuto de paisagem urbana única e notável no território nacional.

O seu centro histórico, as colinas de Lisboa e a zona ribeirinha constituem referências do maior valor paisagístico e força cultural com grande impacto turístico na região da AML.

O contacto com o rio e suas margens tem vindo nos últimos tempos a beneficiar de intervenções qualificadoras, que devem continuar, garantindo a manutenção ou requalificando os valores paisagísticos e culturais em presença.

3. Serra de Sintra

Constitui o referencial de paisagem de maior valor paisagístico e cultural, pois trata-se de uma paisagem construída pelo homem e protegida por lei. A Serra de Sintra sempre inspirou poetas e artistas e os seus valores continuarão a ser motivo de investimento e intervenção da Administração Pública.

A principal ameaça a esta paisagem decorre dos incêndios florestais, pelo que se recomenda a afectação de meios e recursos à prevenção desta catástrofe natural, de forma eficaz e contínua ao longo do tempo.

A área litoral atlântica, o Guincho e a Baía de Cascais completam esta grande unidade com valores paisagísticos de carácter único na AML.

4. Litoral Atlântico Norte

A morfologia do terreno, a profunda presença humana e a proximidade ao mar configuram uma paisagem única com valores associados ao exercício de diversas funções no território, como é o caso da agricultura de pequena propriedade que compartimenta e organiza o território.

Os núcleos urbanos, aldeias e vilas constituem unidades com valores patrimoniais que importa preservar. Estes aglomerados não devem ser desenvolvidos como subúrbios da área urbana central que reproduzam erradamente modelos de ocupação edificada dispersa ou concentrada decorrentes de soluções urbanísticas e arquitectónicas desqualificadas.

É uma área a necessitar de estudos e intervenções urgentes na área da paisagem, em especial nas componentes que decorrem da actividade agrícola e da evolução, organização e crescimento dos seus pequenos aglomerados urbanos.

O turismo, a segunda ou primeira residência, com carácter disperso ou concentrado e o crescimento dos núcleos urbanos, sem critérios urbanísticos e paisagísticos constituem as principais ameaças a esta paisagem única e com muito interesse em toda a AML.

A ocupação edificada deverá ser objecto de estudos e definição de regras quanto à volumetria e às cérceas, em particular na edificação isolada à parcela, ou nos loteamentos urbanos, quando localizados na envolvente de aglomerados tradicionais.

5. Várzea e Vulcões de Loures

Unidades morfológicas muito diversas, as várzeas de Loures e Vialonga e os montes e elevações derivadas de formações vulcânicas configuram paisagens muito interessantes e que justificam cuidados especiais à escala metropolitana.

O conjunto de áreas urbanizadas e a sua inserção na paisagem, assim como as áreas industriais ou de equipamentos metropolitanos, deverão produzir soluções que decorram da sua correcta integração na paisagem.

6. Lezíria do Tejo

A AML é muito rica em paisagens contrastantes e a lezíria constitui um exemplo de paisagem diversa das restantes, mas com valores e características únicas na AML.

A baixa aluvionar, inundável, totalmente dedicada às actividades agrícolas é um valor inquestionável que deveria manter as suas características dominantes.

Particular atenção deverá ser dada às ocupações na margem norte e aos atravessamentos por grandes infra-estruturas, garantindo a minimização dos seus impactes paisagísticos.

7. Charneca

As áreas florestais constituem um património paisagístico com expressão territorial na AML. Tal como algumas áreas de pinhal na margem Norte e Sul, as grandes extensões de montado de sobro no interior sul, representam paisagens únicas com valores e características muito diversas das restantes. Organizam-se em paisagens florestais mas com forte presença de actividades agrícolas e com enorme potencial para áreas do recreio e lazer. Há, no entanto, que garantir que a sua participação na componente florestal da AML se mantém de forma dominante e que as ocupações previstas não impliquem alterações significativas aos valores e características paisagísticas em presença, dominados pela escala da planície e do sobreiro como elementos centrais.

Os modelos de ocupação de infra-estruturas, equipamentos e áreas de lazer e recreio devem ser acompanhados de estudos paisagísticos detalhados onde estas questões sejam avaliadas.

8. Estuário do Sado

Ainda que a AML possua uma pequena área integrada no Estuário do Sado, as relações paisagísticas da AML com o estuário são determinantes e devem ser valorizadas nos modelos de ocupação ribeirinhos.

O desenvolvimento da cidade de Setúbal deve ter em atenção as relações paisagísticas com as margens e o estuário do Sado no limite da AML sul.

9. Matas de Sesimbra e Serra da Arrábida

Assumindo importância na margem Sul, como a Serra de Sintra na margem Norte, a Serra da Arrábida e as matas de Sesimbra constituem um património paisagístico de inegável e inigualável valor, estando actualmente classificadas como áreas com valores ecológicos e paisagísticos relevantes.

Há contudo que garantir, nos modelos de ocupação e desenvolvimento das actividades económicas, localizadas no seu interior ou na sua envolvente, que os valores paisagísticos em presença se mantêm, ou as actividades não são susceptíveis de induzir impactes relevantes. Todas as propostas de ocupação urbanística fora dos perímetros urbanos deverão ser objecto de estudos paisagísticos detalhados, onde estas questões sejam abordadas.

10. Praias e Arriba Fóssil da Costa da Caparica

Representando um dos principais espaços lúdicos e destinado às actividades de recreio da AML, as praias da Costa da Caparica associadas à Arriba Fóssil (área já classificada pelo seu valor natural e paisagístico) constituem um património relevante na AML que importa preservar, integrando os modelos de desenvolvimento, ou requalificando os espaços já construídos.

A requalificação das praias da Costa da Caparica está em curso e esta tipologia de acções deverá ser alargada a outros espaços, no sentido da qualificação dos valores em presença, e em particular da Arriba Fóssil.

1.3.6. Riscos e Protecção Civil

O território da AML encontra-se exposto a um leque variado de perigos, que inclui (

Figura 16): (i) Perigos naturais (ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais, como sismos, tsunamis, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações); (ii) Perigos tecnológicos (ocorrências decorrentes da actividade humana que potenciam acidentes, tais como acidentes industriais e no transporte de substâncias perigosas); (iii) Perigos ambientais (ocorrências em que se combinam os resultados de acções continuadas da actividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais, tais como os incêndios florestais e a contaminação de aquíferos).

A perigosidade sísmica na AML é elevada, devido não só à proximidade de estruturas activas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S (que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais), mas também, à falha (ou zona de falhas) do vale inferior do Tejo. A susceptibilidade sísmica é elevada ou muito elevada em 74% do território regional, observando-se as situações mais desfavoráveis em Alcochete, Vila Franca de Xira e Montijo.

A geração de tsunamis associados a eventos sísmicos com epicentro no mar, mas também a movimentos de vertente e erupções vulcânicas submarinas, pode ter consequências devastadoras nas áreas costeiras. Os principais focos potenciais geradores de maremotos correspondem a três zonas sísmicas localizadas a SW da AML. A susceptibilidade à inundação por tsunami   elevada em 6,6% do território da AML, constituindo pontos críticos as costas baixas arenosas e os estuários do Tejo e do Sado, com destaque para as zonas ribeirinhas dos concelhos de Alcochete, Moita, Barreiro, Almada e Seixal.

Os movimentos de massa em vertentes com expressão significativa na AML correspondem, sobretudo, a deslizamentos e desabamentos. Tendo como referência o cruzamento dos dois principais factores condicionantes da instabilidade das vertentes (declive e geologia), verifica-se que este tipo de perigo tem uma incidência relevante em 9% da área total da AML. No entanto, a reparti o espacial dos movimentos de massa é bastante desigual, sendo mais relevante em Mafra, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira e Setúbal, onde a área susceptível varia entre 11% e 34% dos respectivos territórios concelhios.

Os trocos de litoral da AML submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa, com destaque para o sector Caparica – Cova do Vapor. Os sistemas costeiros de arriba e de praia – arriba, presentes na parte norte da AML (Mafra e norte de Sintra), são também bastante susceptíveis   erosão litoral, que se manifesta por movimentos de massa de tipo desabamento e deslizamento.

A AML está sujeita à ocorrência de cheias progressivas e cheias rápidas. As cheias progressivas verificam-se no Rio Tejo que, durante as cheias de maior magnitude, invade os fundos de vale dos seus afluentes originando o fenómeno das “cheias de jusante”. A  rea inundável por este tipo de cheia corresponde a cerca de 12% do território da AML e as situa es mais desfavoráveis observam-se em Vila Franca de Xira, Alcochete e Moita ( reas inundáveis por cheias progressivas compreendidas entre 27% e 70% dos respectivos territórios concelhios). As cheias rápidas afectam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentra o, podendo ser mortíferas, especialmente nas áreas densamente urbanizadas e com ocupa o indevida dos leitos de cheia. As cheias rápidas afectam principalmente as pequenas bacias hidrográficas da Grande Lisboa, entre os concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira (e.g., Ribeira de Pedrulhos, Rio Safarujo, Rio do Cuco, Rio Lizandro, Ribeira de Colares, Ribeira das Vinhas, Ribeira da Lage, Ribeira de Barcarena, Rio Jamor, Rio Trancão, Rio Silveira, Rio Grande da Pipa). Na Península de Setúbal destaca-se a Ribeira do Livramento, no concelho de Setúbal. Os fundos de vale inundáveis por cheia rápida representam, apenas, 1,5% da área total da AML. No entanto, em Odivelas e Loures estas áreas correspondem a mais de 10% dos respectivos territórios concelhios, enquanto em Oeiras e Mafra esse valor é respectivamente de 3,4 e 3,8%.

Os incêndios florestais ocorrem todos os anos na AML e constituem o maior risco das florestas, com graves consequências ambientais e socio-económicas. Cerca de 18,5% do território da AML apresenta uma susceptibilidade elevada ou muito elevada aos incêndios florestais. As situa es mais desfavoráveis verificam-se em Mafra, Loures, Sintra e Setúbal, onde a área susceptível ao fogo florestal varia entre 25% e 54% dos respectivos territórios concelhios.

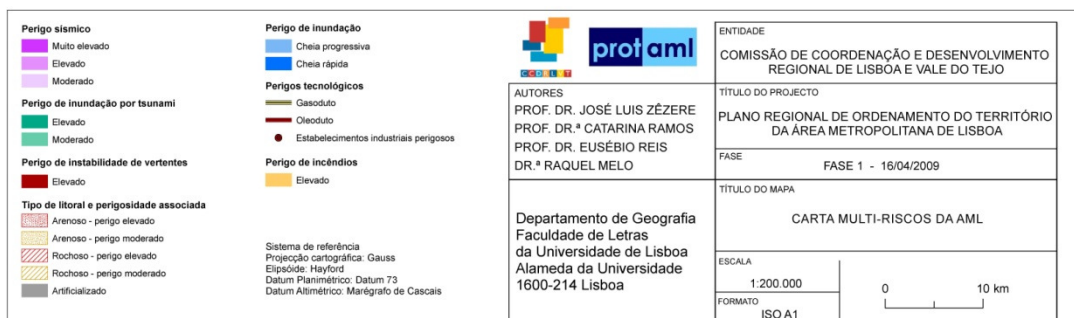
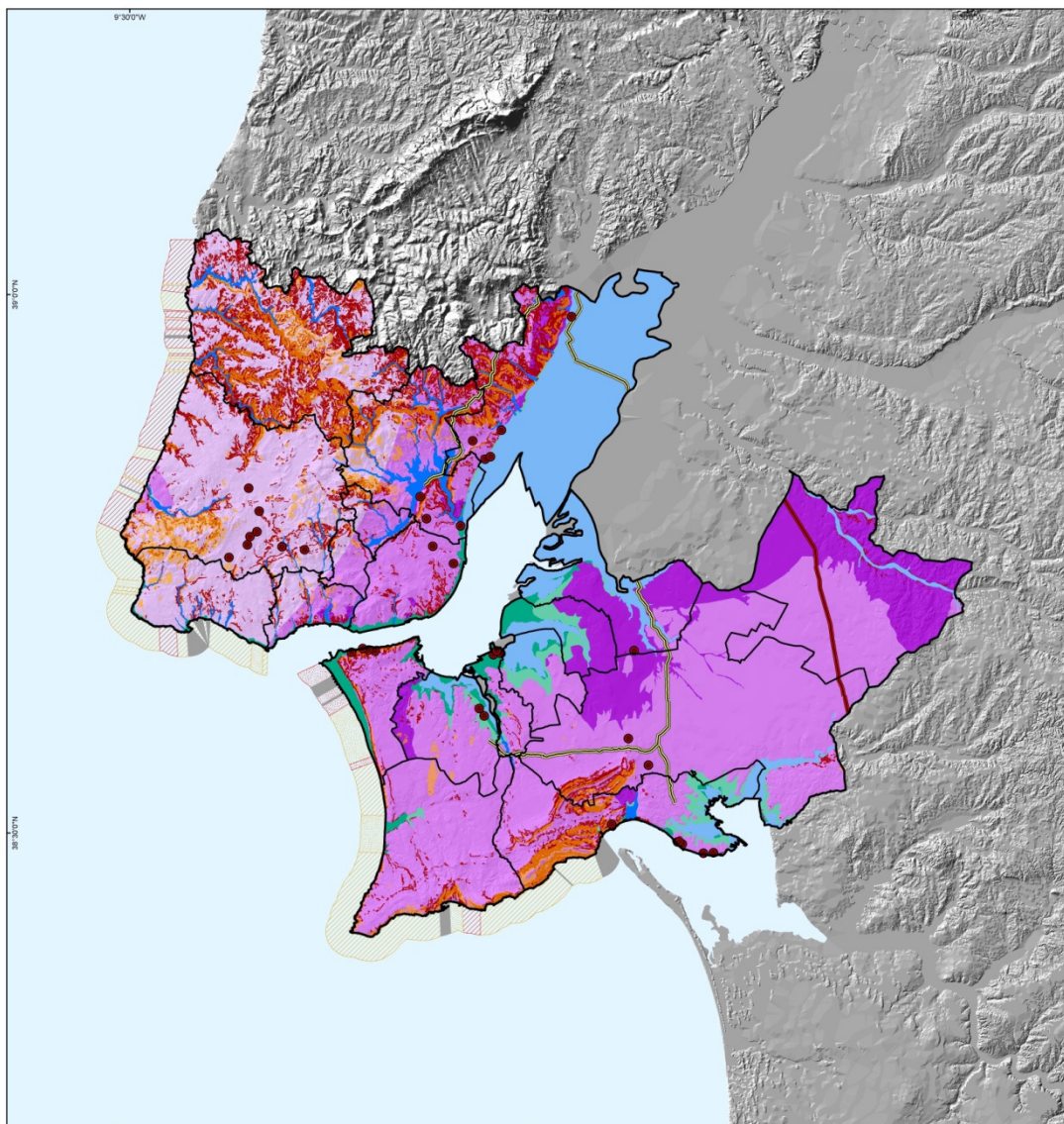


Figura 16 – Carta multiriscos da AML

A AML possui quatro sistemas aquíferos, três detríticos (T1 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; T3 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; T7 - Aluviões do Tejo) e um cársico na Orla Ocidental (O28 – Pizões-Atroz). O sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda destaca-se pela importância

estratégica nacional, visto que (segundo dados do LNEC, 1995) integra 53% das reservas de águas subterrâneas extraíveis em Portugal continental. Os sedimentos terciários não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial, largamente representados na Península de Setúbal, apresentam um grau elevado de vulnerabilidade.

A AML é a região do país onde se assiste à maior concentração de estabelecimento industriais com potencial para gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, destacando-se os estabelecimentos de produtos químicos e de combustíveis. As situações mais desfavoráveis observam-se em Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro e Setúbal. Paralelamente, verifica-se o atravessamento do oleoduto nos concelhos do Montijo e Palmela. Os atravessamentos do gasoduto em alta pressão têm uma expressão territorial relevante nos concelhos de Loures, Vila Franca de Xira, Palmela e Alcochete.

Em suma, os objectivos para a região no domínio da prevenção e gestão de riscos, têm subjacente a salvaguarda da prevenção e minimização dos efeitos e actividades perigosos, garantindo o direito à segurança das populações e dos bens e à qualidade do ambiente. Em conformidade, a orientação estratégica de base territorial no domínio dos Riscos e da Protecção Civil consiste em Evitar ou Mitigar os Riscos, particularmente nas situações que podem implicar a perda de vidas humanas e/ou elevados prejuízos materiais.

Nos territórios perigosos identificados na AML, que não se encontram ocupados por estruturas e infra-estruturas, deve prevalecer a regra de Evitar o Risco. Esta opção estratégica tem subjacentes os princípios da precaução e prevenção e é assumida por razões de eficácia e de economia. Com efeito, as medidas preventivas de carácter não estrutural são, geralmente, as mais eficazes e mais baratas, no quadro do ordenamento do território.

Nos casos em que existem situações consumadas de exposição aos riscos, e quando o carácter extensivo da distribuição espacial dos fenómenos perigosos (e.g., risco sísmico) inviabiliza o “Evitar do Risco”, deve prevalecer a regra de Mitigar o Risco. As medidas de mitigação devem ser decididas caso a caso, com base em análise de custo – benefício. Por outro lado, estas medidas devem ser adoptadas prioritariamente para situações de risco classificadas como inaceitáveis ou intoleráveis.

1.4. Sistema de Mobilidade e Acessibilidades

Tal como definido nas Orientações Gerais para a Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (2006, SEOT), o sistema de mobilidade e acessibilidades contempla as redes de transportes e logística que suportam os fluxos de pessoas e bens dentro da região e com o exterior, devendo nele ser incluídos e identificados os projectos âncora (indutores de desenvolvimento e de organização territorial) que se consideram determinantes para a concretização dos objectivos estratégicos de desenvolvimento.

Apesar desta delimitação de âmbito, as políticas de mobilidade e acessibilidade devem ser entendidas num contexto mais amplo que relacione a qualidade de vida, a vitalidade económica e o acesso às oportunidades, assumindo-se como imperativos da procura de soluções a implementar, a promoção de princípios base de eficiência, sustentabilidade e equidade.

Tomando como referência estes princípios e as orientações de política constantes dos principais documentos estratégicos nacionais, designadamente no PNPOT, bem como a visão estratégica defendida para a Região, emergem como principais desafios / orientações específicas no domínio das acessibilidades, mobilidade e transportes para o PROTAML, os seguintes:

- A melhoria da conectividade da Região com o Exterior, tirando partido dos grandes investimentos previstos (NAL, AVF, plataformas logísticas, caminhos de ferro, ...) e assegurando a articulação destas infra-estruturas, entre si e com as já existentes, por forma a potenciar sinergias;
- O estabelecimento de conectividade intra-regional que fomente um funcionamento mais polinucleado da AML e um ordenamento mais compacto, para o qual é fundamental a articulação entre políticas de usos de solo e de transportes, por forma a que as infra-estruturas desempenhem o seu papel promotor de desenvolvimento equilibrado, minimizando processos de alastramento da suburbanização, geradores de maiores desestruturações do território e incrementadores dos problemas de mobilidade;
- A promoção de soluções de transporte mais sustentáveis, procurando uma repartição modal mais equilibrada e uma melhor utilização de cada modo, o que implica medidas quer ao nível da melhoria da atractividade do TP (Transporte Público), quer no sentido de desencorajar o uso excessivo do TI (Transporte Individual), quer ainda actuações que promovam soluções intermédias de transporte e/ou indutoras da utilização mais racional do automóvel, tirando partido nomeadamente das tecnologias de informação e comunicação;
- A promoção de uma mobilidade fomentadora da valorização das vivências urbanas e da coesão social, o que passa, fundamentalmente, por actuações na hierarquização da rede rodoviária e desenho urbano para garantir a preservação de ambientes urbanos seguros e tranquilos e por actuações ao nível da integração dos modos suaves (marcha a pé e bicicletas) na cadeia de viagens.

As duas primeiras orientações / linhas de acção têm uma tradução importante ao nível das infra-estruturas de transportes e acessibilidades (e conseqüentemente uma expressão gráfica no sistema de acessibilidades e mobilidade), as duas outras, não menos importantes, têm tradução ao nível das lógicas de actuação e dos instrumentos de gestão, traduzindo-se como tal, fundamentalmente, em normas orientadoras.

De salientar que, quando se listam os principais problemas associados ao sistema de transportes públicos metropolitanos¹¹, emergem sempre como aspectos mais marcantes a inexistência **de um Plano Metropolitano de Mobilidade e Transportes**, que aborde de forma integrada estas questões e evite as decisões avulsas, e a **falta de uma Autoridade Metropolitana de Transportes actuante**, com atribuições claras aos níveis estratégico e tático que possa realizar, além da contratualização dos serviços de TP numa lógica integrada, as suas funções de liderança estratégica a nível das opções de mobilidade na AML, abrangendo todos os modos de transporte. Nestes termos, não pode deixar de ser uma proposta / recomendação do PROTAML o reforço e consolidação da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL), através do desenvolvimento e implementação dos instrumentos de planeamento e gestão que lhe estão adstritos.

Também não poderá deixar de merecer especial atenção nas propostas do PROT a necessidade de conter os fluxos de tráfego rodoviário por razões de eficiência (congestionamento) e de sustentabilidade (emissões), sem perda da qualidade global na mobilidade. Neste âmbito urgem medidas / recomendações no sentido de dotar a região de alternativas de transporte público eficientes e de qualidade, favorecer a inovação nas opções de mobilidade e de promover uma melhor gestão da mobilidade, tirando partido da instalação de sistemas inteligentes de transportes, das políticas de estacionamento e do uso dos preços como instrumentos de gestão da procura. Será também instrumental a criação/expansão de uma rede de vias cicláveis, conjugando a escala intra e inter-municipal, de forma a promover os modos suaves para deslocações de curta/média distância, onde estes se afiguram alternativas competitivas de deslocação.

Na figura 17 apresentam-se as redes de transportes que enformam o sistema de acessibilidades e mobilidade a considerar no modelo territorial do PROTAML. Genericamente, o sistema proposto assenta na rede de infra-estruturas físicas existentes e previstas e ainda num conjunto de propostas que visam melhorar a conectividade inter e intra-região, tirando partido dos grandes investimentos previstos e da antecipação dos seus efeitos na reconfiguração do território metropolitano.

¹¹ Dispersão e incoerência das medidas tomadas no domínio da mobilidade e transportes pelos múltiplos agentes públicos; insuficiência e má qualidade na intermodalidade; inadequação dos sistemas de informação e de bilhética; desadequação da oferta à procura; etc.

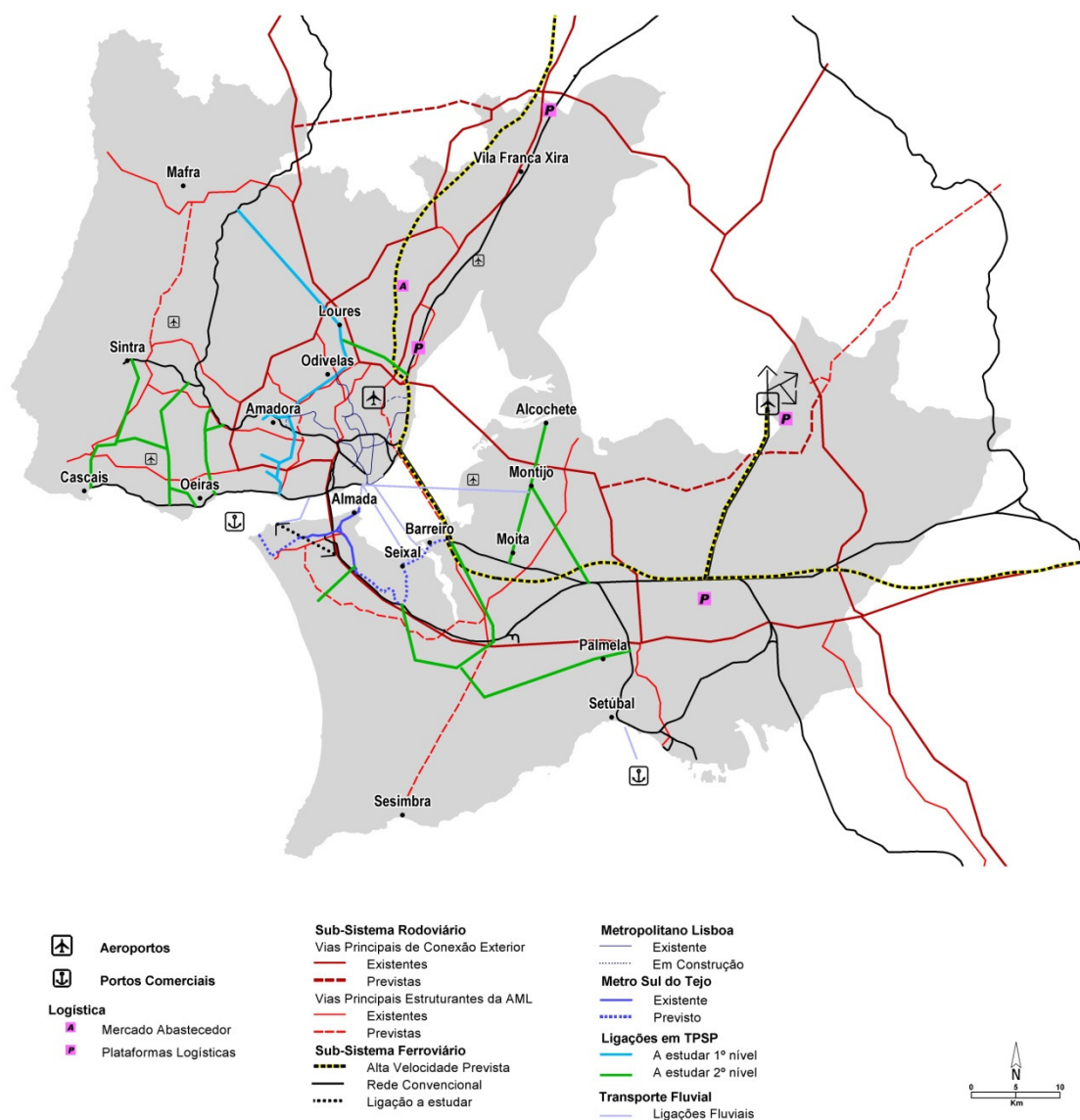


Figura 17 – Sistema de Mobilidade e Acessibilidades

As principais apostas ao nível do sistema de mobilidade, são:

- Garantir a realização e boa articulação das grandes infra-estruturas de conectividade supra-regional previstas (NAL, AVF, Sistema Portuário e Logístico);
- Desenvolver o transporte ferroviário, por forma a que este se possa assumir como a espinha dorsal da estruturação do território metropolitano, aproveitando os investimentos previstos (fecho do anel ferroviário e embebedimento da Linha de Cascais na Linha de Cintura);
- Assegurar a expansão do MST de modo a cobrir novas áreas de expansão que se antevê venham a consolidar-se e por forma a dar-lhe dimensão de rede;
- Assumir um conjunto de eixos transversais de TPSP (Transporte Público em Sítio Próprio), fundamentais para a estruturação das linhas de desejo actualmente mal atendidas e para a revitalização

da procura dos modos públicos (sempre com a preocupação de garantir tecnologias compatíveis, evolutivas e adaptadas à procura e respeitando critérios de sustentabilidade ambiental e energética);

- Assegurar o fecho da malha rodoviária e melhorar a articulação entre as vias de grande capacidade e a rede local de distribuição, de modo a promover uma redistribuição mais eficiente dos fluxos.

De cada um dos subsistemas que o compõem, importa ressaltar:

Subsistema Aeroportuário:

Assegurar a prossecução do plano de expansão do Aeroporto da Portela, no sentido de poder responder com níveis de qualidade de serviço no mínimo razoáveis à procura existente e prevista, bem como concluir as obras de expansão do Metropolitano de Lisboa até esta infraestrutura, de modo a inverter a actual situação de adução exclusiva por modo rodoviário;

Assegurar que o NAL disponha de condições operacionais adequadas em termos de segurança e ambientais e ajustadas ao desenvolvimento dos segmentos de negócio estratégicos de passageiros e carga, com elevados níveis de acessibilidade, privilegiando os modos e soluções de transporte mais sustentáveis (designadamente a ferrovia, sendo que esta deve contemplar a possibilidade de evolução das ligações ferroviárias, de modo a minorar as necessidade de transbordo e permitir futuras ligações);

Para as restantes instalações aeroportuárias existentes na AML (aeródromo de Tires e bases aéreas de Alverca, Montijo e Sintra) importa, sobretudo, assegurar que tenham as características adequadas às funções que desempenham, antecipando-se que o aeródromo de Tires possa vir a reforçar o seu papel como instalação de segunda linha de âmbito regional de apoio ao tráfego de aviação comercial, de negócio e turismo, e o aeródromo de Alverca possa sustentar o desenvolvimento do cluster de serviços aeronáuticos no eixo de Vila Franca de Xira.

Subsistema Marítimo – Portuário:

O desenvolvimento do sistema portuário da AML deve ser equacionado num contexto de complementaridade entre os portos de Lisboa, Setúbal e Sines, tal como definido nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário, sendo fundamental assegurar a sua inserção nos grandes corredores multimodais de acesso a Espanha e ao interior do continente Europeu, bem como às plataformas logísticas para potenciar a actividade portuária e expandir a sua área de influência;

Devem-se desenvolver estudos de acessibilidades rodo-ferroviárias e fluviais que permitam melhorar a articulação dos Portos com as plataformas logísticas da AML, procurando minimizar os conflitos entre tráfego de veículos pesados e ligeiros e promovendo soluções de transporte mais sustentáveis;

Com a expansão prevista do terminal de Alcântara, a possibilidade de utilização de outras instalações através do recurso a barcaças, a capacidade instalada e prevista no Porto de Setúbal e os investimentos em curso no porto de Sines, não se antevê a necessidade de apostar noutras localizações para a expansão deste segmento de carga, no horizonte do PROT. Todavia, deve-se manter como reserva a possibilidade de aproveitar a Trafaria como alternativa à expansão do Porto de Lisboa a mais longo prazo, na medida em que dispõe de condições naturais únicas. Esta opção pressupõe, simultaneamente, a melhoria das acessibilidades terrestres a este local, através da

construção de um ramal de ligação ferroviário de ligação à rede ferroviária nacional, o qual deve potenciar as ligações à plataforma logística do Poceirão, e uma ligação rodoviária do terminal portuário à CRIPS/IC32, devendo para tal ser desenvolvidos os estudos de acessibilidades de suporte e reservados os espaços canais necessários.

Subsistema Rodoviário:

Com a construção das infra-estruturas previstas para os próximos anos, a AML disporá de uma rede de grande capacidade bastante completa: as principais vias de conexão da região com o exterior incluem 5 corredores radiais (IC1/A8, IP1/A1, IC3/A13, IP7/A6 e IP1/A2), os quais se articulam entre si através do IC11 que, com a construção da ligação prevista entre Carregado e Pêro Negro, fechará o anel de amarração das auto-estradas de penetração em Lisboa, facilitando a redistribuição do tráfego de atravessamento Norte - Sul e Este - Oeste, sem obrigar ao atravessamento de áreas mais densamente urbanizadas da AML;

Este anel exterior de atravessamento da AML é complementado por um anel interior que integra, na margem Norte, o IC18/CREL/A9 e, na margem Sul, o IP7/A2 e IP1/A12, o qual assegura simultaneamente um papel de distribuição do tráfego inter e intra-regional;

A completar as vias principais de conexão inter-regional, inclui-se ainda o IC3/A33 que liga o anel exterior formado pelo IC11 ao anel interior que integra a IP1/A12 e através da qual será assegurado o acesso directo ao NAL;

As restantes vias principais de alta capacidade, complementam os eixos atrás descritos, funcionando, fundamentalmente, como estruturantes do território da AML. Neste âmbito destacam-se, como projectos estruturantes previstos para o horizonte do Plano, o fecho do IC17/CRIL (em fase de conclusão) e a construção do IC32/CRIPS, os quais, juntamente com o IC30/A16 recentemente construído, são fundamentais para o fecho das circulares de redistribuição dos fluxos entre os eixos radiais de penetração em Lisboa e para a melhoria das conexões inter-concelhias potenciadoras do modelo mais policêntrico. Como eixos radiais previstos destacam-se a TTT e o prolongamento do IC21 a Sesimbra, vias que, sendo fundamentais para a melhoria das acessibilidades da AML, podem constituir-se também como motores de processos de suburbanização e alastramento da dispersão urbana, que importa acautelar, designadamente, através da correcta inserção no território e amarração à rede de âmbito local;

Para além das vias previstas para o horizonte do Plano, sugere-se que sejam também contempladas as seguintes intervenções adicionais:

- Continuação do IC30 para Norte por forma a ligar à A21 (auto-estrada Ericeira-Mafra-Malveira);
- Manutenção estratégica da reserva do espaço canal para a eventual construção da quarta travessia rodoviária do Tejo, no eixo Algés – Trafaria;

Não obstante o desenvolvimento da rede viária de nível superior, subsistem problemas ao nível da rede de distribuição primária e secundária, regional e municipal, a qual se encontra muitas vezes desajustada da sua função, pondo em causa o cabal aproveitamento das potencialidades conferidas pela rede rodoviária nacional;

Neste âmbito é, fundamental: (i) levar a cabo o desenvolvimento de um esquema de infra-estruturas rodoviárias regionais da AML que assegurem a acessibilidade entre pólos de geração de tráfego próximos e destes à rede de auto-estradas, o qual deverá integrar as estradas nacionais e regionais previstas no PRN, bem como outras vias que assumam funções equivalentes, propondo a sua classificação, (ii) contemplar a definição de um programa de variantes e circulares que garantam níveis de serviço e de segurança adequados aos fluxos existentes e expectáveis e (iii) equacionar a criação de nós intermédios nas vias de grande capacidade de modo a melhorar a distribuição dos fluxos e minimizar os percursos realizados sobre a rede local;

Face às fortes transformações esperadas para a margem sul, decorrentes dos impactos dos grandes investimentos públicos (NAL, Plataforma Logística do Poceirão e sua articulação com o Porto de Setúbal, TTT, Arco Ribeirinho) e da matriz deficitária da rede viária existente, ainda marcada por um carácter rural, deverá ser dada prioridade ao estudo da rede regional da Península de Setúbal, assumindo fundamentalmente a óptica de fortalecimento das relações internas.

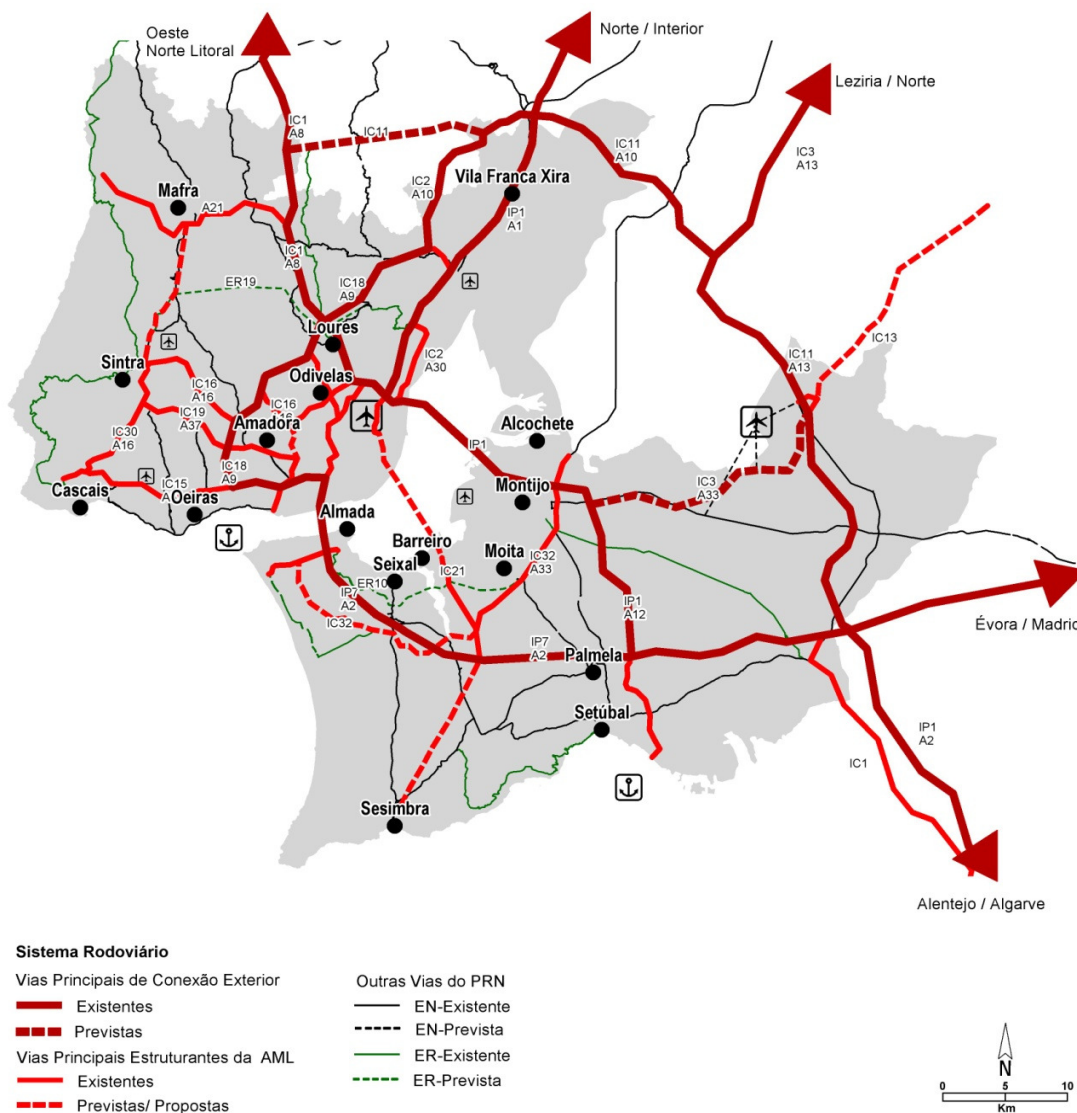


Figura 18 – Subsistema Rodoviário

Subsistema **Ferroviário**:

Neste subsistema distinguem-se as infra-estruturas para alta velocidade ferroviária (AVF, a ser construída em bitola internacional / standard UIC), que têm relevância no estabelecimento de ligações de âmbito nacional de longo curso e de transporte internacional, e para a qual importa assegurar boa articulação com as outras infra-estruturas de transportes, e a rede ferroviária convencional (em bitola ibérica), que assumirá, cada vez mais, um papel estruturante nas ligações de âmbito regional e suburbano;

A estação de AVF da Região de Lisboa, a instalar na Gare do Oriente, tem asseguradas boas conexões com as restantes redes de transporte público pesado, designadamente, com a rede ferroviária convencional e com a rede de metropolitano, esta última, francamente melhorada com o prolongamento da linha vermelha entre a Alameda e São Sebastião. Tem associado um terminal rodoviário o que facilita a articulação com serviços rodoviários de transporte de passageiros, havendo que garantir que este é gerido de forma eficiente para garantir bons níveis de atendimento e de qualidade de serviço;

Fruto da opção de não construir de raiz uma ligação ao NAL, que evite a necessidade de transbordo por parte dos fluxos provenientes de Este (Évora – Madrid) e futuramente de Sul através da Linha Évora – Faro – Huelva, está prevista a construção de uma “estação de interface ferroviário” na zona do Poceirão, na qual se prevê a transferência de passageiros entre serviços ferroviários. Ainda que esta estação tenha um papel auxiliar, com uma oferta reduzida de circulações com paragem, deverá ser avaliada a possibilidade e interesse desta estação poder servir a procura existente na margem Sul (seja ao nível dos serviços de AV e Longo Curso, seja ao nível de serviços regionais que facilitem o acesso e egresso de trabalhadores da Plataforma Logística), garantindo-lhe um acesso público compatível;

Importa ainda assegurar uma monitorização dos potenciais de procura provenientes de Sul e Este com destino ao NAL, por forma a implementar atempadamente a solução prevista de supressão da necessidade de transbordo;

Na ferrovia convencional, os investimentos previstos – designadamente, a construção da TTT que permitirá articular a Linha do Alentejo / Praias do Sado com a Linha de Cintura e com a Linha do Norte, fechando o anel ferroviário metropolitano, e a modernização da Linha de Cascais com a sua ligação à Linha de Cintura – bem como as opções de investimento na margem Sul, abrem novas perspectivas de organização da oferta de transportes ferroviários com serviços diametrais / transversais que, passando por Lisboa, conectam os pólos secundários da AML, promovendo uma conectividade intra-regional fomentadora do policentrismo e compactação;

A criação de novos serviços de ligação ao aeroporto e entre as margens Norte e Sul do Tejo, promovidos pelo fecho do anel ferroviário, bem como o projecto de expansão do Terminal de Alcântara e o aumento de procura esperado para a linha de Cascais, imporão o aumento das solicitações sobre a Linha de Cintura que importa avaliar, seja ao nível da capacidade de carga deste eixo, seja ao nível dos impactos na perturbação dos serviços de passageiros que a percorrem ou que lhe são conexos;

Ainda que as intervenções previstas para a Linha de Cintura, designadamente a quadriplicação do troço Areeiro - Braço de Prata e o desnivelamento do nó de Alcântara, garantam à partida a capacidade de transporte necessária para assegurar os tráfegos de passageiros e mercadorias expectáveis, importa equacionar, numa perspectiva de longo prazo, na qual se pretende um incremento assinalável da quota de

mercado do transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, soluções alternativas que assegurem a redundância da rede e a manutenção de níveis de serviço de elevada fiabilidade e qualidade. Neste termos, deverão ser **estudadas** alternativas à Linha de Cintura, que tenham em consideração:

- A necessidade de revitalização da ligação ferroviária do Oeste, desviando-a do seu traçado actual na zona da Malveira e trazendo-a directamente para Loures e Lisboa, tal como sugerido no PROT-OVT. Assume-se, todavia, que esta intenção deverá ser equacionada como uma oportunidade de constituição, a longo prazo, de um eixo ferroviário mais estratégico que viabilize a ligação Torres Vedras – Setúbal, articulando com a rede do Metropolitano de Lisboa, e que ligue, de preferência, à Ponte 25 de Abril, de modo a evitar a zona mais pressionada da Linha de Cintura¹². Dada a necessidade de servir este eixo, proporcionando melhor acessibilidade e um serviço ao futuro hospital de Loures, a proposta de curto - médio prazo é a de uma oferta de TPSP, a qual poderá no futuro evoluir para esta oferta ferroviária, se se vier a verificar a sua necessidade e exequibilidade;
- A importância da existência de uma ligação ferroviária entre as linhas de Cascais e de Sintra que permita a ligação à actual linha do Oeste (a melhorar), assegurando funções de transporte de mercadorias (na sua ligação à Linha do Oeste) e possibilitando o rebatimento de passageiros entre as duas linhas;
- A possibilidade de fecho da circular com uma ligação ferroviária do novo eixo de Loures à Linha do Norte, com passagem pela zona logística do MARL, servindo fundamentalmente mercadorias e assegurando a articulação a Norte da linha do Oeste com a linha do Norte.

Por último, é de referir que, para a revitalização do transporte ferroviário de passageiros, para além da intervenção nas infra-estruturas e no material circulante, é também indispensável melhorar as condições de funcionamento e de adução às interfaces, seja ao nível da dotação de espaços próprios de *Park&Ride*, seja por via do desenvolvimento da intermodalidade / integração com outros modos de TP que permitam aumentar a área de influência das linhas de caminho de ferro, seja ainda através da garantia de condições confortáveis e seguras em modos suaves.

Subsistema **Metropolitano de Lisboa:**

Dever-se-á assegurar o reforço da configuração em rede do Metropolitano de Lisboa, tendo em conta que se trata de um modo de transporte adaptado para transporte de massas com elevadas frequências ao longo de todo o seu período de exploração e não ao transporte suburbano, cujas procuras se concentram maioritariamente em períodos de ponta limitados. Como tal, deve desenvolver-se, essencialmente, dentro do concelho de Lisboa, garantindo uma maior articulação entre linhas e proporcionando ganhos de conectividade que possibilitem uma melhor optimização de percursos.

¹² A solução de ligação directa à Linha de Cintura é menos interessante na medida em que fomenta uma menor articulação com a rede de metropolitano (servido consequentemente menos destinos e população) e não permite criar uma alternativa / redundância à Linha de Cintura, infraestrutura que se antevê venha a ser mais pressionada com o aumento de novos serviços que respondam às novas ligações de passageiros entre a margem Norte e a margem Sul.

Subsistema Metro Sul do Tejo:

O Metro Sul do Tejo tem actualmente 3 linhas em funcionamento (Cacilhas – Universidade; Cacilhas – Corroios e Corroios – Pragal) que correspondem à 1ª fase de implementação do projecto. Estão previstas uma 2ª fase (Corroios – Fogueteiro) e uma 3ª fase (Fogueteiro – Seixal e Seixal – Barreiro), ainda sem calendarização, e já estudada a ligação da actual linha Corroios – Universidade à Costa da Caparica;

O desenvolvimento destes projectos deve ser articulado (quer em termos de faseamento da obras, quer no que se refere à integração urbana) com a construção do novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, a construção da terceira travessia do Tejo e o conjunto de outras iniciativas interligadas com estes investimentos, designadamente, o projecto do Arco Ribeirinho Sul, de modo a assegurar uma efectiva afirmação dos transportes na supressão das necessidades de mobilidade;

Não obstante serem prioritárias as fases contratuais previstas, defende-se o estudo do reforço da rede MST com a sua expansão a territórios densamente urbanizados da Costa da Caparica e, eventualmente, da Planície Central, possibilitando uma melhor integração entre os territórios da Margem Sul e a sua articulação com os sistemas de modos pesados que asseguram as conexões com Lisboa e a margem Norte (estações de comboio e terminais fluviais).

Subsistema Transporte Fluvial:

Historicamente, o transporte fluvial tem assegurado a mobilidade de passageiros entre as margens Norte e Sul do Tejo na AML, tendo sido o motor de desenvolvimento de muitos centros urbanos da margem Sul. O seu papel estratégico é incontestado, quer como elemento essencial do sistema de mobilidade assente no transporte público, quer por razões segurança no estabelecimento das ligações entre as margens Norte e Sul do Tejo;

Com o desenvolvimento de outras infra-estruturas de transporte e com o envelhecimento populacional e perda de importância económica das áreas envolventes dos terminais fluviais, este modo tem vindo a perder relevância, sendo fundamental a aposta na revitalização do emprego e habitação nos territórios do Arco Ribeirinho e da Baixa de Lisboa para a sua sustentação e desenvolvimento. As infra-estruturas existentes não apresentam problemas (as estações fluviais e a frota têm vindo a ser renovadas), embora seja necessário melhorar a acessibilidade terrestre às estações na margem Sul e garantir a integração física e lógica das redes;

No sentido de antecipar os impactes associados à construção da TTT e à expansão do MST, deve-se repensar o papel estratégico do transporte fluvial à luz da restante oferta de serviços de transporte público e dos investimentos previstos para as frentes ribeirinhas Norte e Sul do Tejo, equacionando novas ligações intra e inter-margens e explorando a viabilidade de novos tipos de serviços com embarcações mais ligeiras e mais rápidas;

No estuário do Sado, com os investimentos turísticos em curso em Tróia, é expectável um aumento de vitalidade do transporte fluvial, devendo ser avaliada a possibilidade de realocação do terminal fluvial de modo a promover uma melhor articulação com o caminho-de-ferro e, assim, o estabelecimento de cadeias de viagem em TP. Nesta decisão há que integrar também as perspectivas de desenvolvimento do porto de Setúbal e de salvaguarda ambiental do estuário do Sado.

Subsistema de Transportes Públicos em Sítio Próprio:

A designação de transportes públicos em sítio próprio (TPSP) enquadra um vasto conjunto de soluções de transporte público¹³ que têm em comum o facto de circularem em boa parte do seu percurso em espaço canal reservado. As tecnologias deverão ser equacionadas, ligação a ligação, em função das procuras existentes e potenciais e de critérios de eficiência económica, energética e ambiental;

É fundamental a integração dos diferentes projectos previstos para que o conjunto seja coerente e possa evoluir de forma integrada, com o mínimo de custos de investimento possível, evitando a multiplicação de tecnologias incompatíveis, com os correspondentes encargos fixos. A pertinência destas ligações tem levado a que os municípios de *per si* dinamizem a implementação de projectos de TPSP. Estes projectos devem merecer a atenção urgente da Autoridade Metropolitana de Transportes, de modo a que seja assegurada a sua integração numa óptica de projectos intermunicipais;

As propostas TPSP em função do seu grau de prioridade são:

Corredores a estudar 1º nível:

- Ligação Mafra – Loures – Lisboa, a qual visa dotar o corredor de expansão urbana da A8, hoje exclusivamente sustentado no modo rodoviário, de um modo de transporte público competitivo. Na análise deste corredor deverá atender-se à área de influência do novo Hospital de Loures e equacionar-se a eventual evolução para uma oferta ferroviária assente na constituição de um eixo diametral Torres Vedras – Setúbal, com a alteração do actual percurso da linha do Oeste;
- A circular Algés – Falagueira / Amadora – Odivelas – Loures, que promove a estruturação das relações transversais entre vários municípios da 1ª coroa suburbana, permitindo ainda a articulação entre os eixos ferroviários e de metropolitano de penetração em Lisboa;

Corredores a estudar 2º nível:

- A ligação Paço de Arcos – Tagus Parque – Massamá / Cacém, que estrutura um eixo de desenvolvimento urbano que se tem vindo a consolidar e que dá continuidade ao Sistema Automático e Transporte Urbano de Oeiras (SATUO). Nos estudos a desenvolver deverão ser equacionadas soluções que incrementem a viabilidade e sustentabilidade do sistema já instalado;
- A ligação transversal Carcavelos / Oeiras – Rio de Mouro, a qual estrutura um eixo transversal de desenvolvimento urbano já densamente ocupado e carente de soluções de transportes públicos eficientes;
- A ligação Cascais – Alcabideche – Sintra, que promove a ligação entre os centros urbanos de Cascais e Sintra, estruturando, no seu troço inicial, um território de elevada ocupação urbana;
- O prolongamento Loures – Sacavém, ligação que fecha a circular exterior da 1ª coroa de Lisboa e que permite ligar dois importantes núcleos populacionais do concelho de Loures;

¹³ Que podem ser Comboio, Metro Ligeiro, Eléctrico rápido, Eléctrico sobre pneus (*trolley bus*), Autocarro de grande capacidade / *Bus Rapid Transit*, APM's (*Automated People Movers*), etc.

- Ligação Corroios – Vale de Milhaços / Sobreda - Charneca de Caparica, cujo objectivo é servir uma área densamente urbanizada e que importa articular melhor com o modo ferroviário;
- Ligação Fogueteiro – Pinhal dos Frades – Quinta do Conde – Penalva, a qual visa estruturar um território cuja génese ilegal levanta dificuldades de mobilidade e para o qual existem perspectivas de consolidação e densificação;
- Ligação Penalva – Santo António da Charneca – Vale da Amoreira – Lavradio (nova estação do Barreiro), que articula o eixo anterior com a 3ª fase do MST e com a nova estação do Barreiro (Gare Sul);
- A ligação Quinta do Conde – Palmela, a qual se poderá constituir como um eixo de estruturação da planície central, para a qual se antevê a consolidação e densificação da urbanização;
- A ligação Alcochete – Montijo – Moita, articulada com a ligação Montijo – Pinhal Novo, potenciando a articulação entre os pólos principais urbanos da zona Norte do Arco Ribeirinho e as principais infra-estruturas de transporte pesado de passageiros da AML.

Subsistema Logística e Transportes de Mercadorias:

Num contexto de crescente globalização da economia, a criação de plataformas logísticas, articuladas com infra-estruturas de transporte vocacionadas para o transporte de mercadorias de longo curso (tipicamente portos marítimos e comboio) e com fácil acesso aos mercados de destino final, assume especial importância para o desenvolvimento económico. No sentido de ordenar e promover as actividades logísticas a nível nacional, foi definida uma rede nacional de plataformas logísticas das quais duas se localizam na AML e que correspondem à plataforma logística do Poceirão, vocacionada como grande centro de distribuição, e à plataforma logística de Bobadela / Castanheira do Ribatejo, a qual apresenta dois pólos separados, cerca de 24 km, e que têm funções de apoio ao Porto de Lisboa;

Para além destas plataformas, integra ainda a rede nacional de plataformas logísticas o Centro de Carga Aérea do Aeroporto da Portela, recentemente construído, prevendo-se também áreas para este efeito no NAL;

Todas estas infra-estruturas apresentam boas condições de acessibilidade, tanto rodoviária como ferroviária, e ligações privilegiadas aos portos marítimos da região, tornando-se atractivas para a instalação de actividades económicas de raiz exportadora. Em termos esquemáticos: os portos de Lisboa e Setúbal encontram-se bem posicionados para se afirmarem como elos da cadeia logística mundial, e a plataforma logística do Poceirão, através da linha de AV Lisboa - Madrid, possibilitará o escoamento de mercadorias em bitola europeia até Madrid, enquanto não estiver operacional a ligação ferroviária de mercadorias através dos Pirineus, e posteriormente, com a construção desta ligação, até ao centro da Europa;

Destaque para necessidade de desenvolver o transporte fluvial de mercadorias (contentores e granéis agro-alimentares) no Estuário do Tejo como forma de sustentar o modelo de organização territorial policêntrico do porto de Lisboa e melhorar a sua articulação com as plataformas logísticas, reduzindo deste modo o tráfego rodoviário e os impactes ambientais a ele associados;

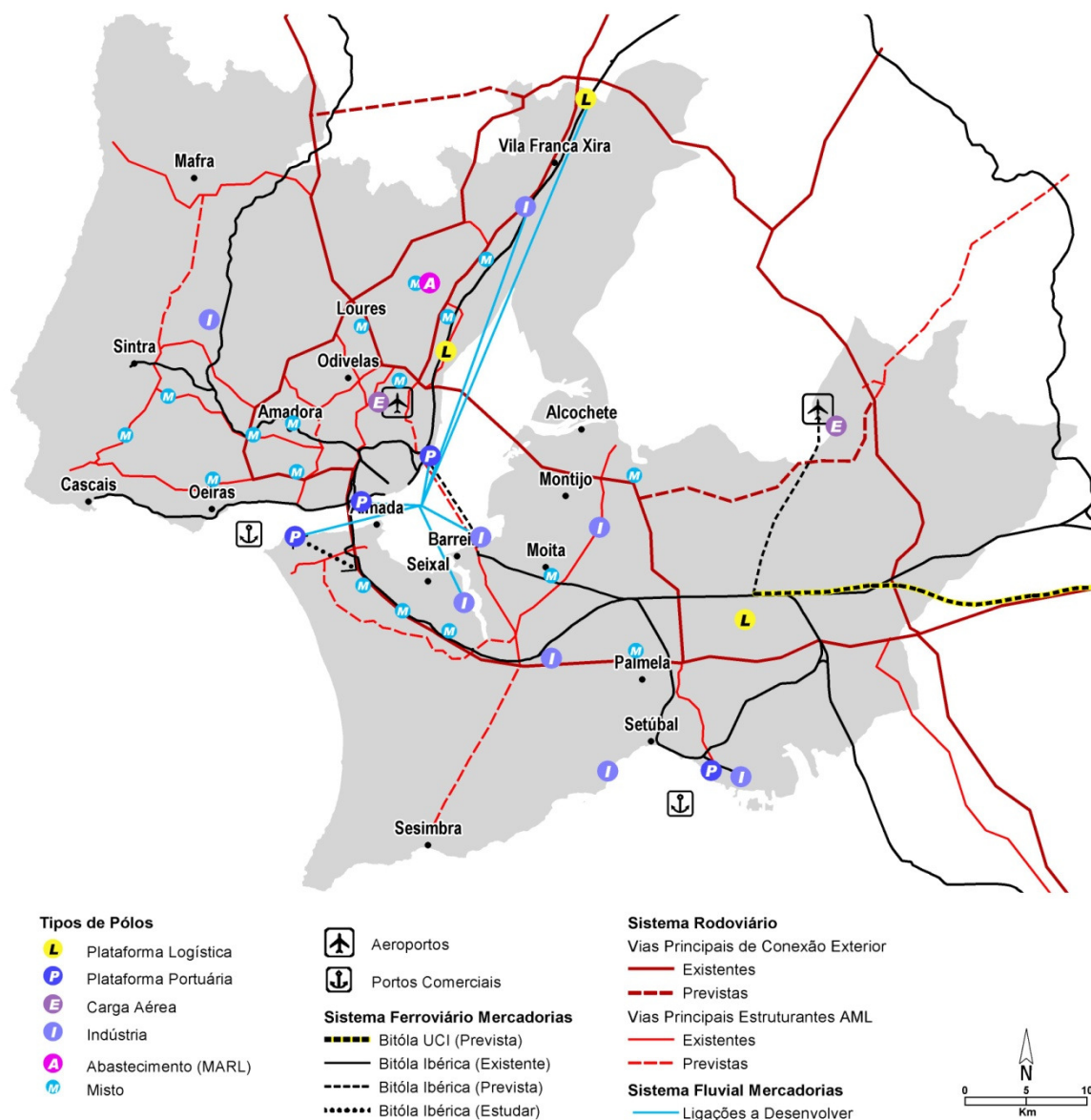


Figura 19 – Logística e transportes de Mercadorias

Para além das plataformas logísticas nacionais, é ainda de referir a existência de boas condições de acessibilidade no complexo industrial da Siderurgia Nacional, promovidas pela ligação ferroviária desta zona à estação Ferroviária de Coina e pela criação, nos terrenos da Siderurgia, de uma estação de triagem que permitirá compor/decompor todas as circulações que aí têm origem ou destino. Também no projecto de desenvolvimento da Quimiparque estão previstas zonas de concentração das actividades industriais e de logística que poderão ser facilmente servidas por modo ferroviário, bem como pelos modos rodoviário e marítimo/fluvial;

Assinala-se ainda como grande infraestrutura de abastecimento da região de Lisboa, o MARL, que se localiza em Tojais, Loures, e que é actualmente servido exclusivamente por modo rodoviário, propondo-se

neste PROT o estudo de viabilidade técnica e económica de um ramal ferroviário que melhorará as condições desta localização para o acolhimento de outras actividades logísticas;

Deverá igualmente explorar-se uma maior articulação do pólo industrial Terrugem / Montelavar / Pêro Pinheiro com o modo ferroviário, tirando partido da revitalização do actual traçado da Linha do Oeste;

Também à escala urbana as preocupações com o transporte de mercadorias e a logística urbana devem ser equacionadas, no sentido melhorar a sua eficiência e sustentabilidade ambiental e de minimizar os seus impactos na circulação, estacionamento, degradação do espaço público e segurança;

A este nível recomenda-se, no âmbito das competências municipais, o desenvolvimento de estudos que permitam identificar as zonas mais problemáticas (tipicamente, as áreas centrais, onde a intensidade das actividades económicas é acentuada e os conflitos com outras formas de vivência urbana mais prementes) e a identificação e implementação de medidas que forcem ou encorajem os operadores a alterar o seu comportamento, actuando, designadamente, ao nível da regulamentação da circulação e estacionamento e da organização do abastecimento urbano.

2. Esquema Global do Modelo

2.1. O que é o Modelo Territorial

O Modelo Territorial deve oferecer ao mesmo tempo e de forma sinóptica, uma leitura do presente e uma projecção do futuro. Deve permitir ver as grandes tendências e as possíveis excepções portadoras de novas tendências; deve eliminar ou “alisar” as “rugosidades” do território, de modo a que se destaquem os aspectos mais decisivos para o Ordenamento do Território. Deve permitir a definição de um GUIÃO para o futuro: flexível, amovível e ajustável.

2.2 As Alterações ao Modelo Territorial

O esquema de modelo territorial traduz um conjunto de ajustamentos ao modelo de 2002, necessários, por um lado, pelas dinâmicas territoriais que se observaram no presente decénio e, por outro lado, pelas alterações que são expectáveis na sequência da localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) e das novas acessibilidades terrestres, rodoviárias e ferroviárias, incluindo a nova travessia do Tejo entre Lisboa e o Barreiro (Figura 20)

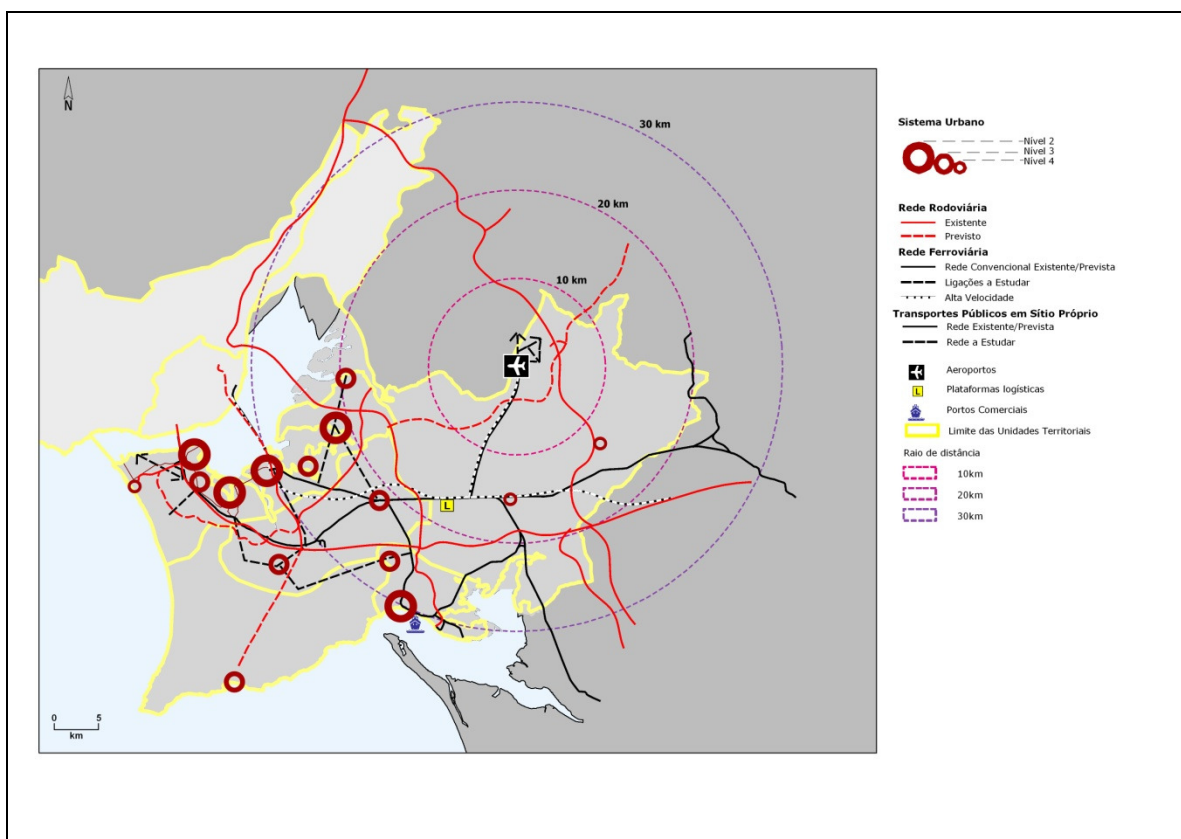


Figura 20 – Localização do NAL na Península de Setúbal

Importa assim, urgentemente, aproveitar as oportunidades que poderão decorrer dos grandes investimentos públicos e privados, que vão ter lugar na AML, para tornar este território mais rico, mais coeso e mais competitivo: o NAL, a Alta Velocidade Ferroviária (AVF) e a Terceira Travessia do Tejo (TTT).

Para isso, é necessário corrigir as disfunções, não descurando as articulações a várias escalas e oferecer, também a diferentes escalas, as condições infra-estruturais para que os grandes investimentos consigam os seus objectivos.

As alterações visam importantes melhorias nas acessibilidades externas e internas, que vão permitir: expressivos ganhos de produtividade e o robustecimento do tecido económico; o melhor ordenamento do território; o incremento do bem-estar da população; a maior eficácia energética; em suma, um desenvolvimento sustentável.

Em consonância com a Visão Estratégica enunciada, o Modelo Territorial, evidencia uma clara separação entre espaços urbanos e espaços predominantemente florestais e agrícolas, traduzida na delimitação das unidades territoriais.

O sistema urbano é marcadamente polinucleado e hierarquizado, apontando-se como objectivo a afirmação de um conjunto de cidades de nível imediatamente abaixo de Lisboa, que devem constituir ao mesmo tempo centralidades ao nível do emprego e da oferta de bens e serviços, e espaços de vida e de identidade no interior da Área Metropolitana: de Cascais a Setúbal, de Almada a Vila Franca de Xira, de Mafra a Sesimbra, as populações devem ter a possibilidade de aprofundar uma relação de identificação com as “suas” cidades, ao mesmo tempo que devem ser reforçados os laços identitários com a cidade-mãe (a Metrópole) e o todo que é a AML.

Em várias situações, as cidades tenderão a “assimilar-se” aos territórios administrativos, concelhos ou conjuntos de freguesias. Este processo é já claro em casos como Amadora ou Odivelas, e tende a aprofundar-se nos de Almada, Barreiro, Oeiras e Cascais. Note-se, que os concelhos de Amadora, Odivelas e Barreiro têm superfícies inferiores à que está destinada para o NAL, respectivamente 26, 23 e 33 k m² para 34 k m² deste.

O sistema urbano, com os ajustamentos que agora são propostos, vai permitir não só uma melhor localização das actividades económicas que o suportam – indústria, comércio, serviços, logística e turismo – como a sua distribuição harmoniosa, mitigando as conflitualidades na ocupação do território, que constituem ainda uma barreira ao desenvolvimento sustentável da AML.

A transformação profunda que se propõe no paradigma do transporte de pessoas e mercadorias, ou seja, uma aposta no transporte público em sítio próprio e em particular no modo ferroviário contrariando o excessivo uso do automóvel privado individual, implica alterações nas prioridades de investimento público: entende-se que devem prevalecer, de acordo com procuras existentes ou expectáveis, os transportes públicos em sítio próprio, com primazia para o comboio, o metro, o metro ligeiro ou outros modos correspondentes, adequados às procuras.

Em termos operativos para o curto e médio prazo deverão ser privilegiadas as operações de regeneração e de reabilitação urbana, tendo em conta a sua necessidade e o seu potencial para o desenvolvimento económico, social e urbanístico da AML. De resto, em vários municípios estão em curso ou programados PMOT, nomeadamente planos de urbanização e planos de pormenor, cujo principal objectivo reside na recuperação urbanística de áreas afectadas por diversas disfunções, em particular as que resultaram de processos de crescimento urbano de génese ilegal.

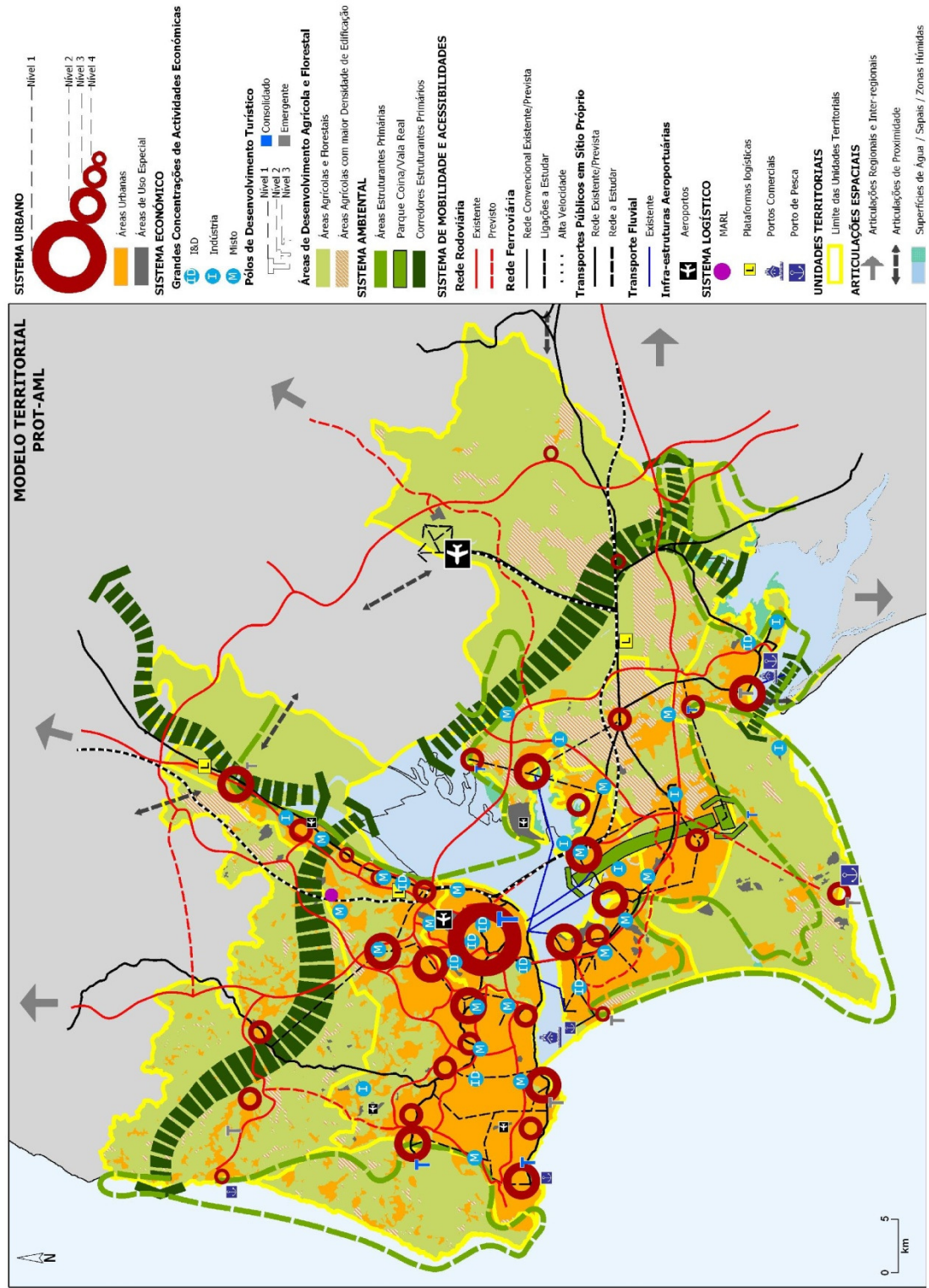


Figura 21 – Esquema Global do Modelo Territorial

3. As Unidades Territoriais

As unidades territoriais (UT) definidas no PROTAML, em 2002, revelaram-se de grande utilidade, não só no processo de aplicação deste instrumento, como na identificação das dinâmicas territoriais. Por isso, se entendeu que o conceito deve ser mantido, nos termos em que foi consignado no documento de 2002:

“Os estudos de caracterização e diagnóstico desenvolvidos, designadamente o inventário territorial – levantamento dos padrões de ocupação do solo, permitiram fundamentar a identificação de 17 unidades distintas que constituíram a base do modelo territorial e que dele são parte integrante.

Estas unidades territoriais foram delimitadas com base em critérios de intervenção e prefiguram territórios com características próprias que devem ser equacionados em conjunto.

Em termos de composição interna, estas unidades encerram, consoante os casos, áreas com padrões de ocupação do solo razoavelmente homogéneos, perfeitamente individualizados e identificáveis no território da AML, ou conjuntos de áreas com padrões de ocupação distintos, que por si só constituem subunidades territoriais, para as quais, ao nível metropolitano, faz sentido uma abordagem conjunta e uma intervenção integrada.”

Entretanto, as dinâmicas territoriais já assinaladas nas suas grandes linhas, e em particular a consolidação do processo de urbanização, nas vertentes física, económica, social e cultural, tanto na Grande Lisboa, mormente nos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira, como na Península de Setúbal, sobretudo no Arco Ribeirinho e na área central, sugerem que há vantagens em reduzir o número das unidades territoriais, para que continuem a responder da melhor forma aos objectivos que as instituíram. Esta redução resultou essencialmente da conglomeração das unidades de 2002 e, nalguns casos, de ajustamentos de fronteira.

Assim:

- a) Man
- b) tiveram-se inalteradas, ou praticamente inalteradas, as seguintes unidades territoriais: Estuário do Tejo (1), Estuário do Sado (2), Lezíria do Tejo (16), Arrábida – Espichel – Matas de Sesimbra (10);
- c) Eliminou-se a unidade Carregado/Ota/Azambuja (14), espaço que não faz parte da AML;
- d) Individualizou-se o espaço do Parque Natural de Sintra – Cascais, dotado de instrumentos de ordenamento do território, conducentes à sua consolidação enquanto área protegida, resultando da junção da unidade Serra de Sintra (11), com parte da unidade Litoral Atlântico Norte (12);
- e) Da junção do espaço Interior Norte Agrícola (13), com o remanescente do espaço Litoral Atlântico Norte (12), constituiu-se uma unidade designada por Norte Agro-Florestal;
- f) A unidade Nascente Agro-Florestal (15) passa a integrar os principais espaços agro-florestais da Unidade Espaço de Transição Nascente (9);

- g) A unidade Lisboa – Centro Metropolitano, passou a ser definida pelos limites do concelho de Lisboa, marcando assim a individualidade do fenómeno cidade de Lisboa;
- h) As unidades 3, 4 e 8 passam a constituir uma entidade única, caracterizada por processos urbanísticos diversos, em que se contrapõem centros urbanos / cidades a várias situações de fragmentação, mas com necessidades de regeneração, implicando uma estratégia de conjunto;
- i) O “Arco Ribeirinho Sul” é alargado de modo a incluir o espaço urbano de Alcochete, bem como espaços agrícolas a proteger nesse contexto urbano; é feito ainda um ajustamento de molde a articular o IC32 com o futuro nó do Fogueteiro, permitindo uma solução global que ao mesmo tempo viabilize o corredor ecológico que da Baía do Seixal se prolonga até à Lagoa de Albufeira.
- j) O remanescente da unidade Espaço de Transição Nascente (9) e a unidade Planície Interior Sul (7), passaram a constituir uma só unidade, para a qual é proposto um papel chave no reordenamento da Península de Setúbal: aproveitando os impactos das novas infra-estruturas, em particular do NAL e do caminho-de-ferro, deve proceder-se ao desenho de uma estratégia de reordenamento urbano, fomentando a articulação com Setúbal/Palmela e com o Arco Ribeirinho.
- k) A envolvente marítima (12 milhas) da AML passa a constituir uma nova unidade territorial: “Faixa Marítima”.

Na presente proposta mantém-se o objectivo de conter as manchas de ocupação urbana e salvaguardar, através de adequadas opções de ordenamento, os espaços menos urbanizados, quer pelo domínio das actividades agrícolas e florestais, quer pelo estatuto de áreas protegidas assentes nos valores ambientais e paisagísticos.

Assim, das dez unidades territoriais de natureza terrestre (excluem-se os estuários do Tejo e do Sado e a faixa marítima), cinco representam 61% da superfície total da AML e uma população que em 2001 era de 144 801 (5,4%) e que no ano 2021 se estima em 228 000 habitantes, ou seja, 7,2% do total; isto significa que em 39% da superfície, viviam, em 2001, 2 517 000 habitantes (94,6%); em 2021, viverão cerca de 2 940 000 habitantes (92,8%).

Releva-se a necessidade de definir intervenções integradas bem delimitadas, nas unidades e subunidades, em áreas muito carentes de regeneração e reabilitação urbana e ambiental do Arco Ribeirinho Sul, como a Siderurgia e o Quimiparque. Há também a mesma necessidade em algumas áreas de alto valor agro-florestal e paisagístico que estão ameaçadas por disfunções do sistema urbano.

Na descrição das Unidades Territoriais são destacados os aspectos mais relevantes que levaram à sua delimitação, bem como as Opções Estratégicas a adoptar, vertidas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial.

- UNIDADES TERRITORIAIS**
- 1 - ESTUÁRIO DO TEJO
 - 2 - LISBOA CIDADE
 - 3 - ESPAÇO URBANO NORTE E POLENTE
 - 3-A - SINTRA - TERRUGEM/PERO PINHEIRO/SABUGO
 - 3-B - SERRA DA CARREQUEIRA
 - 3-C - CAMEÇAS-CASAL DE CAMBRÁ-FRANÇOS
 - 3-D - CARDEIRINHOS VELHO
 - 3-E - VARZEZA DE LOURES - VIALONGA
 - 4 - PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS
 - 5 - LEZIRIA DO TEJO
 - 6 - NORTE AGRO-FLORESTAL
 - 6-A - EITO MARA-BENCEBA
 - 6-B - ÁREA FLORESTAL - TAPAGA DE IMPRA E ENVOLVENTE
 - 6-C - EITO MALVEIRA/VEREDA DO PINHEIRO
 - 6-D - PARQUE DOS VILÕES
 - 7 - ARCO RIBERDOINHO SUL
 - 8 - ÁREA CENTRAL DA PENINSULA DE SETÚBAL
 - 9 - ARRAIADA ESPICHEL/MATAS DE SESIMBRA
 - 9-A - SESIMBRA/SANTANA/CABO ESPICHEL
 - 9-B - TERRAS DE AZEITÃO
 - 9-C - MATAS DE SESIMBRA E SEDVAL
 - 10 - SETÚBAL/PALMEIRA
 - 11 - INCERTE AGRO-FLORESTAL
 - 11-A - AGRICOLA INTERIOR
 - 11-B - MAL
 - 12 - ESTUÁRIO DO SADO
 - 13 - FAIXA MARÍTIMA (12 VILHAS)
- Padrões de Ocupação do Solo - Subdivisão**
- AAA-Áreas de Baixas Altitudinarias
 - AAE-Áreas Agrícolas com Edificação Dispersa
 - AG-Áreas Agrícolas
 - AEC-Áreas Edificadas Compactas
 - AED1-Áreas Edificadas Dispersas1
 - AED2-Áreas Edificadas Dispersas2
 - AEF-Áreas Edificadas Fragmentadas
 - AER - Núcleos em Espaço Rústico
 - AET - Áreas Edificadas Turísticas
 - EYC-Espacos Vazios em Construção
 - EYS-Espacos Vazios sem Construção
 - AFH-Povoamentos Florestais de Sobreiro e/ou Azinheira
 - AFO-Povoamentos Florestais
 - AGA-Áreas de Llagos
 - AGR-Cursos de Água
 - AHS-Zonas Húmidas e Sapais
 - ASH-Matos
 - DNS-Dunas
 - EQU-Complexos Desportivos
 - EQM-Marinhas
 - IEC-Industria Extractiva
 - IFA-Instalações Aeroportuárias e Ferroviárias
 - IFM-Instalações Militares
 - IFP-Portos
 - INC-Grandes Superfícies Comerciais
 - IND- Industria, Armazenagem, Comercio e Logística
 - PRP-Praias

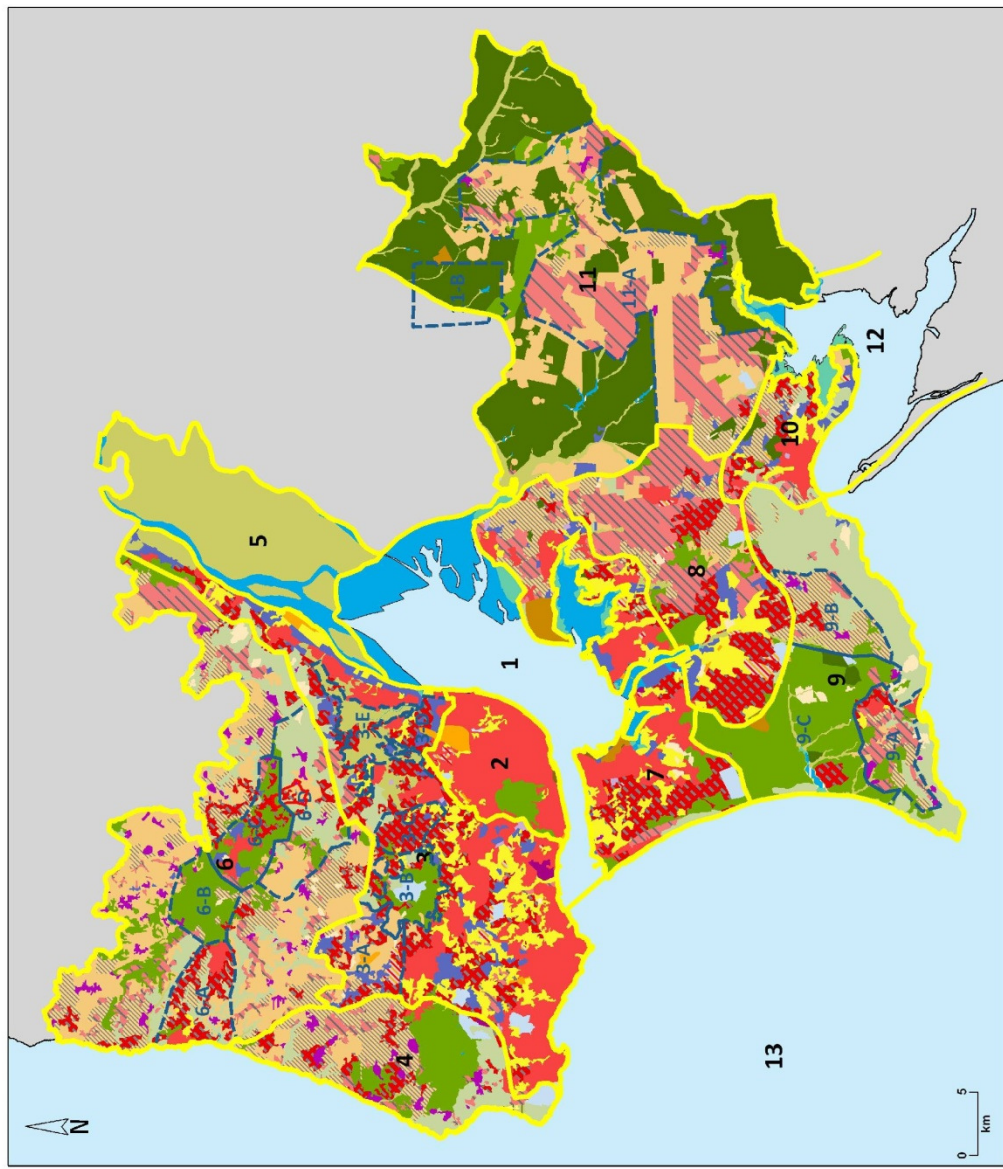


Figura 22 – Unidades e Subunidades Territoriais

1) Aspectos mais relevantes

- Importância estratégica para a conservação da natureza e biodiversidade;
- Relevância de diversas valências económicas;
- Conflitos e ameaças decorrentes da presença de usos e funções diferenciadas, por vezes de difícil compatibilização;
- Requalificação e reconversão urbanística de algumas áreas da margem sul do Estuário;
- Carência de um Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo;
- Exposição a perigos sísmicos e susceptibilidade à inundação por tsunamis.

2) Enquadramento

No âmbito do PROTAML a unidade territorial do Estuário do Tejo integra o plano de água, as zonas húmidas e sapais, devendo as intervenções nas orlas do estuário serem articuladas e integradas com as acções a desenvolver nas unidades territoriais adjacentes.

O Estuário é uma área de importância estratégica para a conservação da natureza, tanto ao nível metropolitano, como ao nível nacional. Os seus valores naturais decorrem, em particular, da sua dimensão e diversidade funcional, da riqueza florística e faunística e, de um modo geral, da variedade de ecossistemas que nele ocorrem e que estão classificados como Zona de Protecção Especial (ZPE) para a avifauna e Sítio de Importância Comunitária (SIC) (PTCON0009) – também classificado como Sítio RAMSAR, abrangendo um total de 44609 hectares. Esta área é abrangida pelo Plano de Ordenamento da Reserva do Estuário do Tejo em vigor, para além do Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo.

Para além do seu extraordinário valor paisagístico e ambiental, o Estuário do Tejo tem importantes valências económicas: para as actividades portuárias, para o transporte fluvial, para a reprodução piscícola e povoamento da faixa costeira, para o desenvolvimento da aquicultura (peixe, moluscos), salicultura e para a náutica de recreio. Em todo o caso, não existe um levantamento exaustivo das actividades e do seu valor económico, tendo em atenção a avaliação dos conflitos, os valores de uso alternativos e a definição de prioridades.

No Estuário do Tejo persistem comunidades piscatórias, que importa enquadrar nos processos de ordenamento e desenvolvimento, valorizando a sua dimensão económica e cultural. Concomitantemente, o Estuário tem condições para o desenvolvimento de actividades económicas e de recreio e lazer, importantes para a afirmação da AML, e para funcionar como elemento aglutinador e estruturador do desenvolvimento de uma área metropolitana em duas margens.

Actualmente, existem conflitos e ameaças decorrentes da multiplicidade de usos ribeirinhos, do seu funcionamento como meio receptor da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, bem como de funções localizadas na envolvente urbana, nomeadamente as associadas a actividades industriais e a funções portuárias, que importa conhecer, avaliar e perspectivar. Neste quadro, o ordenamento integrado do Estuário constitui uma

prioridade, sendo que em sede de Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo estes serão alguns dos vectores-chave a equacionar.

De acordo com o Despacho n.º 21020/2009 do MAOT, “A elaboração do plano de ordenamento do estuário do Tejo irá constituir uma sede privilegiada de discussão de opções de ordenamento e gestão em torno de um estuário de relevância supranacional, entre os vários actores que sobre ele actuam e usufruem, para uma efectiva abordagem integrada e sustentável de gestão da água e dos usos com ela conexos.”

Finalmente, sublinhe-se que o Estuário do Tejo está exposto a um perigo sísmico elevado ou muito elevado, apresentando ainda uma elevada susceptibilidade às cheias e à inundação por tsunami.

3) Opções Estratégicas¹⁴

- Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como princípio a preservação da sustentabilidade;
- Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar;
- Assegurar a concretização dos objectivos estratégicos no projecto “Arco Ribeirinho Sul”, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística;
- Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas;
- Promover um ordenamento territorial das margens do estuário adequado ao risco sísmico e à susceptibilidade à inundação por tsunami

UT 2 – Lisboa Cidade

1) Aspectos mais relevantes

- O cosmopolitismo da Cidade de Lisboa assenta na forte concentração de serviços financeiros e de serviços às empresas, no ensino superior, ciência e desenvolvimento, na consolidação e qualificação da actividade turística, na afirmação das actividades criativas e na modernização portuária;
- A cidade de Lisboa concentra funções supranacionais tanto do sector público, como do privado
- Aumento das intervenções de qualidade no domínio da regeneração urbana, na frente ribeirinha, em sectores do centro histórico e em vários bairros;
- Persistência de fenómenos de exclusão social e pobreza;
- Melhoria de algumas redes de transporte (metropolitano, comboio, autocarro) bem como da intermodalidade, embora subsistam lacunas e disfuncionalidades no sistema de acessibilidades, tanto externas como internas;

¹⁴ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

- Elevado número de edifícios em ruína ou em avançado estado de degradação, a que acresce um acentuado declínio funcional e infra-estrutural, em alguns sectores do centro histórico;
- Abandono e degradação do espaço público em alguns sectores da Cidade;
- Envelhecimento e declínio demográfico;

2) Enquadramento

Esta unidade corresponde ao concelho de Lisboa, com os seus 85 Km² e, em 2001, uma população residente de 564 657 habitantes; ou seja, 6 443 hab/km². O cenário intermédio das projecções demográficas aponta, para 2021, uma população residente de 569 670, a que acresce um elevado número de turistas e visitantes.

Principal centro urbano da AML, capital do País e uma das capitais da União Europeia (aqui se localizam duas importantes agências desta organização), em Lisboa concentram-se equipamentos e serviços do nível mais elevado, tanto do sector público, como do privado.

Após ter perdido peso de capitalidade com o fim das Colónias em 1975, Lisboa tem vindo a recuperar, não só pelo seu papel no âmbito da União Europeia, como pelo facto de constituir uma das capitais da Comunidade dos Países Lusófonos.

Os factos referidos e a sua localização atlântica, conferem a Lisboa um papel relevante enquanto nó de transportes e de telecomunicações.

O desenvolvimento económico e social dos últimos decénios e, em particular, desde a integração de Portugal na União Europeia, acelerou o crescimento do sector terciário na economia da capital, provocando também a deslocalização de algumas entidades, públicas e privadas, não só para outros concelhos da AML, como para outras cidades do País. Mas uma parte expressiva desse impacte operou-se no interior do concelho de Lisboa, o que se traduziu no alargamento e nas especializações internas do Núcleo Central de Negócios (CBD). Este núcleo define-se hoje por um arco que, partindo de Alcântara, atinge a Segunda Circular até à Rotunda do Relógio, descendo até à frente ribeirinha pela Avenida Marechal Gomes da Costa, que tem atraído nos últimos anos várias funções provenientes do anterior núcleo central. Na realidade, o Núcleo Central estende-se actualmente para Nascente (Parque das Nações) e Poente (Junqueira-Belém). Por outro lado, nos últimos anos, verificou-se uma tendência assinalável de localização de terciário superior a Norte da Segunda Circular, mormente no sector Carnide-Telheiras-Lumiar. Se tivermos em conta que a principal expansão urbanística em curso na Cidade, o empreendimento da Alta de Lisboa, também irá atrair actividades do terciário superior, mormente na envolvente das novas estações do Metropolitano, é de considerar que todo o Concelho de Lisboa se constitua numa área de negócios, administração, comércio e serviços, com elevado potencial exportador. O facto de se organizar de forma mais desconcentrada e tendencialmente com núcleos especializados, irá melhorar o funcionamento da cidade e, por aí, contribuir para uma acrescida competitividade.

A libertação do espaço aeroportuário da Portela permitirá não só consolidar a actual estratégia de ordenamento a Norte e Nascente, como abrirá novas oportunidades nos domínios do desenvolvimento

económico, social, cultural e ambiental. Tal processo implicará uma visão integrada e acções concertadas com os municípios vizinhos de Loures e de Odivelas.

Desde 2002 que a Cidade de Lisboa tem observado algumas transformações notáveis no sentido do reforço da sua base económica, da modernização urbanística, da funcionalidade, da coesão social e do cosmopolitismo. Neste contexto, destacam-se os seguintes factos:

- Crescimento do turismo internacional de qualidade;
- Afirmção nacional e internacional no domínio das actividades criativas;
- Modernização, clarificação e consolidação de um modelo portuário, baseado em três áreas de negócio: contentores, granéis alimentares e cruzeiros;
- Renovação da infra-estrutura e da produção no âmbito das universidades e da investigação científica;
- Consolidação do projecto urbanístico do Parque das Nações, já uma referência internacional no domínio da regeneração urbana;
- Libertação da frente ribeirinha de actividades e infra-estruturas obsoletas, criando espaços livres para lazer e instalação de infra-estruturas e equipamentos correlativos do processo de modernização da cidade;
- Afirmção e consolidação dos serviços financeiros e de apoio às empresas;
- Alargamento da rede do metropolitano e melhoria nas ligações ferroviárias a outros concelhos da AML e a algumas cidades exteriores à Região;
- Regeneração progressiva de sectores do centro histórico, implicando processos de modernização da infra-estrutura, de actualização da oferta de bens e serviços e reabilitação/reconstrução de edificações, com um peso crescente da função residencial – Chiado, Bairro Alto, São Bento, Politécnico, Madragoa, Estrela, Campo de Ourique, Alcântara, Santo Amaro, Ajuda, Belém, na parte Ocidental; Castelo, Alfama, Mouraria, Graça e Bairro das Colónias, a Nascente;
- Abertura de um expressivo número de unidades hoteleiras, em diferentes sectores da cidade, resultando na sua maior parte de novas edificações, mas abrangendo ainda um número elevado de casos de reabilitação de edifícios degradadas, com valor patrimonial, quer arquitectónico, quer urbanístico.

Não obstante permanecem por resolver problemas graves para o processo de desenvolvimento sustentável, mormente:

- Os focos de exclusão social e pobreza;
- As disfuncionalidades do sistema de transportes, maioritariamente sustentado no transporte automóvel individual e num stock de autocarros e táxis ainda envelhecido;
- O abandono e degradação do espaço público em geral e dos passeios das ruas e alguns jardins em particular;
- A existência de um elevado número de edifícios em ruína, mormente em bairros históricos e noutras áreas com valor patrimonial-cultural;

- Uma bem diagnosticada situação de declínio funcional e infra-estrutural na Baixa Pombalina, a solicitar medidas urgentes, não obstante alguns sinais de regeneração, particularmente existentes no domínio da hotelaria, em resposta às crescentes solicitações da procura turística;
- A “regeneração” desintegrada e casuística na área-chave da afirmação de Lisboa-Capital: a cidade que se desenvolve entre 1880 e 1920 e que comporta segmentos tão vitais como: Avenida da Liberdade e adjacentes (até ao Rato e Bairro Camões); Avenidas Novas, até à Praça de Espanha e Entrecampos; eixo da Almirante Reis e pequenos bairros adjacentes apesar de algumas reabilitações levadas a cabo;
- A ocorrência de cheias urbanas em algumas zonas da cidade, decorrentes de estrangulamentos na rede de drenagem.

Nas intervenções de ordenamento do território e urbanismo deverá ser tido em conta o facto da Cidade de Lisboa apresentar uma susceptibilidade sísmica elevada, a que acresce nalgumas situações um potencial moderado de instabilidade de vertentes. A faixa ribeirinha está sujeita a inundações por tsunamis, que tem expressão em cerca de 9% da área da UT.

3) Opções Estratégicas¹⁵

- Reforçar o protagonismo internacional de Lisboa e os seus factores de atractividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura;
- Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um factor de competitividade;
- Revitalizar funcional e demograficamente a Cidade de Lisboa, atraindo novos segmentos populacionais;
- Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado;
- Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a intermodalidade;
- Concretizar o conceito “Lisboa, Cidade de Bairros” promovendo a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, a valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade;
- Intensificar o processo de modernização e afirmação da actividade portuária;
- Aumentar a resiliência ao risco sísmico.

¹⁵ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

1) Aspectos mais relevantes

- Potencial para o aprofundamento do policentrismo, a partir dos pólos existentes sobre os eixos servidos por transporte público (necessidade de assegurar a ampliação das áreas de influência do transporte ferroviário);
- Presença de espaços com valor estratégico no âmbito da logística e alternativas de transporte aéreo;
- Processo de regeneração em diferentes fases de desenvolvimento;
- Existência de vários loteamentos com características de oferta turística, com forte expressão na ocupação do território;
- Presença de relevantes corredores ecológicos, associados à rede hidrográfica;
- Existência de extensões significativas com cobertura florestal ou com matos e de um número expressivo de espaços agricultados, de produção competitiva, ou potencialmente agricultáveis, que importa valorizar, qualificar e salvaguardar no processo de ordenamento;
- Sistema de transportes marcado por diversas fragilidades, nomeadamente alguma falta de integração das componentes do sistema e carências de transportes públicos, em parte associadas à falta de limiares de procura;
- Existência de unidades industriais dispersas, sem um padrão de localização bem definido e sem obedecer às orientações no âmbito do ordenamento do território;
- Persistência de bairros de alojamentos não clássicos;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos (cheias rápidas, instabilidade de vertentes, concentração de estabelecimentos industriais perigosos...).

2) Enquadramento

Esta unidade territorial resulta de três unidades propostas no PROTAML (2002), já identificadas.

Cobrindo cerca de 498 km², apresentava, em 2001, uma população de cerca de 1 290 000 habitantes, projectando-se, para 2021, um valor de cerca de 1 547 000 habitantes.

No que respeita à delimitação, privilegiaram-se dois factores de leitura objectiva e, por isso, simplificável:

1. a existência de um processo de transformação que claramente obedece a uma lógica de urbanização generalizada – que já ocorre em mais de ¾ do território desta unidade;
2. o recurso a limites naturais bem marcados na fisiografia: assim, a frente aquática (Tejo, estuário e oceano) define (com Lisboa) os limites a Nascente e a Sul; a Poente o limite é dado pelo Parque Natural de Sintra-Cascais, já de si escolhido com base em critérios discriminantes, testados ao longo de vários anos; a Norte optou-se, na sua maior extensão, pelo limite marcado pela segunda linha de costeiras a Norte de Lisboa, em grande medida ocupada com matos, apesar da existência de alguns pequenos loteamentos ilegais; a Nor-Noroeste o limite é estabelecido entre o conjunto de relevos de natureza vulcânica que se estende do Cabeço de Montachique ao interior da freguesia

de Almargem do Bispo; a Noroeste, o carácter urbano-industrial da freguesia de Pêro Pinheiro, bem como do extremo Sul das de Montelavar e de Terrugem, levaram a colocar estes espaços na UT 3.

A delimitação proposta resulta da necessidade de, por um lado, estabelecer limites claros aos complexos processos de urbanização em curso na envolvente imediata de Lisboa e, por outro lado, definir um conjunto coerente de acções tendentes a uma regeneração integrada dos vários segmentos da mancha suburbana da AML-Norte – segmentos esses que não obstante os conteúdos sociais, económicos, infra-estruturais e culturais diferenciados, estão fortemente correlacionados entre si.

O desejável processo de regeneração encontra-se em diferentes fases de desenvolvimento. Embora todos os municípios apresentem casos interessantes de reabilitação/regeneração urbana, mormente nas respectivas sedes de concelho (Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira), o processo encontra-se mais avançado no sector ocidental, nomeadamente no concelho de Oeiras que atraiu um número significativo de empresas de tecnologia avançada, bem como de populações de renda média e média alta, ao mesmo tempo que antecipou a reconversão de bairros degradados.

Oeiras evidencia um modelo interessante de município - cidade (polinucleada), o que foi possibilitado pela dinâmica económica e social e facilitado pela pequena superfície do concelho (46 km²). Um tal modelo poderá ser replicado em concelhos com idêntica dimensão e densamente urbanizados, como Cascais, Amadora, Odivelas nesta mesma unidade e Almada, Seixal ou Barreiro, no Arco Ribeirinho Sul.

O Espaço Urbano Norte e Poente caracteriza-se pela existência de três eixos que, apoiados em linhas ferroviárias, se estruturaram e consolidaram promovendo centros urbanos dispostos linearmente: eixo de Vila Franca de Xira a Sacavém; eixo Amadora-Sintra; eixo Algés-Cascais. A Linha do Oeste, que liga Torres Vedras a Malveira e ao Cacém, não teve a mesma capacidade para ancorar um processo de desenvolvimento urbano, tendo as polarizações urbanas ocorrido tardiamente e por impulso do transporte automóvel.

Assim, o espaço que se estende desde o eixo de Sintra ao eixo de Vila Franca de Xira está menos estruturado, com ocupação urbana fragmentada, em que as principais nucleações correspondem a Odivelas e a Loures e suas envolventes imediatas. Todavia algumas áreas de génese ilegal estão recuperadas ou em vias de recuperação, passando por processos de infra-estruturação e de consolidação e densificação, como em Famões, Casal Cambra, Idanha-Belas-Dona Maria-Caneças. Mais complexa é a situação de alguns aglomerados de génese ilegal na vertente norte das Costeiras de Lisboa, da Encosta da Luz a Vale do Forno e, daqui, a Unhos e até Sacavém.

Dispersas por toda a unidade e sem um padrão de localização bem definido, ocorrem várias e por vezes extensas concentrações de unidades industriais e de outras actividades económicas, na maior parte dos casos sem obedecerem a qualquer tipo de preocupação de ordenamento.

Os loteamentos com características turísticas, têm uma forte expressão em termos de ocupação do território, particularmente no sector ocidental, entre os eixos de Algés-Cascais e de Amadora-Sintra, sendo ainda de relevar o Belas Clube de Campo, que se situa num contexto menos urbano, embora envolvido por vários conjuntos de génese ilegal, com maior ou menor densidade de edificação.

Entre outras dimensões do património cultural que ocorre por toda a unidade, releva-se a importância do património cultural edificado, que nalgumas situações necessita de acções urgentes de classificação, de recuperação e de reutilização.

Nesta unidade territorial destaca-se ainda um conjunto de espaços com valor estratégico no âmbito da logística e alternativas de transporte aéreo: o Mercado Abastecedor de Lisboa (MARL), o Aeródromo de Alverca, incluído no complexo industrial de material aeronáutico, os aeródromos da Granja do Marquês e de Tires e as plataformas logísticas da Bobadela e da Castanheira do Ribatejo. Neste contexto, deve sublinhar-se a necessidade de levar a cabo uma avaliação e, a partir daí, um conjunto de propostas de ordenamento para os inúmeros espaços com funções logísticas que estão dispersas por toda a unidade, desde Alcabideche a Vialonga, de Pêro Pinheiro ao Prior Velho, de Alverca a Sintra (Mem Martins, Cabra Figa, Abrunheira, Cacém, Algueirão, etc.), bem como ao longo do eixo Odivelas-Malveira na UT 6.

Aliás, em antecipação aos investimentos programados em grandes infra-estruturas de logística e transportes, a unidade tem vindo a registar efeitos ao nível de uma maior actividade relativa nas indústrias ligadas à construção e aos transportes.

O sistema de transportes apresenta algumas das principais fragilidades deste vasto território, diferenciáveis mas igualmente relevantes nos seus vários subespaços: a carência de transportes públicos em sítio próprio de natureza concêntrica – todas as ligações pela ferrovia implicam passar por Lisboa; a falta de limiares de procura em muitos espaços urbanizados ou em urbanização implica uma revisão nos processos de ordenamento de pormenor, bem como no licenciamento casuístico de loteamentos.

No que concerne ao sistema urbano, os pólos existentes sobre os eixos com serviço ferroviário têm um grande potencial para o aprofundamento do policentrismo na AML, importando agora promover a sua melhor articulação com os espaços intersticiais urbanisticamente fragmentados. Particularmente crítica é a falta de pólos estruturantes no sector Noroeste (Terrugem/ Montelavar/ Pêro Pinheiro/ Sabugo) e na área mais densa do sector central desta unidade: Casal Cambra-Caneças-Dona Maria.

Nesta unidade persistem extensões apreciáveis, com cobertura florestal ou com matos, que urge avaliar e integrar no processo de ordenamento, tendo em vista a sua valorização florestal e a melhor utilização num contexto urbano, que se pretende qualificar. Particular atenção e acções concretas e consequentes de ordenamento devem ser orientadas para os espaços com significado no contexto da Rede Ecológica Metropolitana, que poderão, em várias situações, constituir os elementos ordenadores do processo de regeneração/recuperação urbanística.

Esta unidade, que integra o Aproveitamento Hidroagrícola (AH) de Loures (Cartografia em Anexo IV Figura 1 Figura 44), inclui um número significativo (pelo papel económico, social e ambiental que pode desempenhar) de espaços agricultados de produção competitiva, ou potencialmente agricultáveis, que do mesmo modo importa avaliar e salvaguardar no processo de ordenamento urbano: a Várzea de Loures-Vialonga e os espaços de horticultura adjacentes; os trechos de produção vinícola que persistem nos concelhos de Vila Franca e Xira, de Oeiras e de Cascais; alguns trechos de solos basálticos de elevado potencial.

É de particular interesse a salvaguarda da obra de defesa e enxugo da várzea de Loures e promoção da sua área beneficiada constituída por solos de elevada capacidade produtiva agrícola. Neste sistema é também conveniente a preservação das áreas rurais envolventes, pelo seu contributo em termos agrícolas e de gestão hídrica.

Todo este território é atravessado por corredores ecológicos que devem ser integrados nos IGT e concretizados como áreas de valor ecológico significativo no contexto urbano, como são os vales das ribeiras e linhas de água mais importantes.

A Unidade integra o Sítio Classificado Granja dos Serrões e de Negrais e o Monumento Natural de Carenque, cuja prioridade de preservação importa acautelar. Particularmente importante é a Serra da Carregueira que, com outras áreas florestais da sua envolvente, deverá constituir o núcleo de um futuro Parque Florestal a norte do eixo Amadora-Sintra.

Trata-se de uma Unidade Territorial com algumas fragilidades no que concerne aos riscos naturais: apresenta a situação mais desfavorável na AML no que respeita à susceptibilidade à ocorrência de cheias rápidas, nomeadamente nas bacias hidrográficas das ribeiras das Vinhas, Laje e Barcarena, e dos rios Jamor, Trancão, Silveira e Grande da Pipa. A instabilidade das vertentes tem expressão significativa em cerca de 10% da superfície da UT e há uma susceptibilidade alta ou muito alta aos incêndios florestais em 24% do território. A UT apresenta a maior concentração de estabelecimentos industriais perigosos, contabilizando 15 destas unidades.

3) Opções Estratégicas¹⁶

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as aglomerações urbanas estruturadoras;
- Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com ligações de transporte público em sítio próprio;
- Consolidar as principais áreas de concentração de actividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML;
- Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas;
- Ordenar e estruturar o território da área intersticial dos eixos consolidados de Cascais e Sintra;
- Contextualizar os espaços agrícolas e florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano;
- Estimular o robustecimento do turismo, em especial na dimensão hoteleira e de serviços de apoio.
- Assegurar uma ocupação do território adequada à susceptibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos.
- Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana.

¹⁶ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

1) Aspectos mais relevantes

Subunidade 3-A Sintra/Terrugem/Pêro Pinheiro/Sabugo

- Presença de valores patrimoniais relevantes;
- Recente melhoria do quadro de acessibilidades rodoviárias;
- Promiscuidade de usos;
- Progressivo abandono e degradação dos espaços de extracção e transformação de pedra natural.

Subunidade 3-B Serra da Carregueira

- Necessidade de compatibilizar usos diversificados: turismo, infra-estruturas militares, floresta;
- Relevância regional em termos ecológicos (extensão da mancha florestal e presença de importantes cursos de água);
- Necessidade de promover, valorizar e salvaguardar estes recursos ecológicos;
- Presença de áreas urbanas fragmentadas e loteamentos clandestinos.

Subunidade 3-C Caneças/Casal de Cambra-Famões

- Diversidade e riqueza patrimonial, que importa preservar e valorizar;
- Assegurar que as operações integradas de regeneração urbana (em curso ou a desenvolver), abordem e centrem as suas intervenções nas diversas componentes do desenvolvimento sustentável;
- Persistência de alguns focos de desordenamento urbano (ausência de edificação em alguns loteamentos condiciona a implementação de processos de compactação e densificação).

Subunidade 3-D Carriche / Prior Velho / Unhos

- Território marcado por intervenções integradas de realojamento e uma miscegenação sócio-étnica (relevante concentração de população imigrante);
- Relevante presença de actividades económicas, com destaque para empresas associadas ao transporte e logística, que beneficiam da proximidade do aeroporto;
- Alguns segmentos adquiriram características de “gueto” urbano, com estigmas evidentes de degradação física, funcional e social;
- Presença de extensas áreas de várzea.

¹⁷ Cfr. Normas por Unidade Territorial (Capítulo III). Aí são identificados, para cada Sub-Unidades, os objectivos programáticos essenciais que devem fundar as respectivas opções de planeamento integradas.

Subunidade 3-E Várzea de Loures – Vialonga

- Espaço agrícola e florestal com dimensão significativa no contexto da Área Metropolitana;
- O aproveitamento hidroagrícola de Loures constitui um valor, quer pelo seu potencial agrícola, quer para a gestão de caudais em períodos de cheia, quer para a manutenção da qualidade ambiental da zona;
- Necessidade de promover as actividades agro-florestais, diversificar as actividades rurais e assegurar a fruição paisagística.

UT 4 – Parque Natural Sintra Cascais

1) Aspectos mais relevantes

- Paisagem Cultural classificada Património da Humanidade pela UNESCO
- Um dos valores únicos da AML, pela sua singularidade biofísica, cultural e paisagística;
- Existência de um Plano de Ordenamento de Área Protegida, eficaz, maturado e assumido pelos principais intervenientes (incluindo as populações locais);
- Relevância da actividade turística para a base económica local;
- Progressiva diminuição da relevância agrícola (potencial de afirmação da vinha, se devidamente recuperada);
- Presença de AUGI;
- Ameaças sobre a paisagem no actual quadro da edificação (importância de conter o processo de dispersão);
- Enorme sensibilidade a um conjunto de riscos naturais (incêndios, cheias, erosão costeira, instabilidade das vertentes).

2) Enquadramento

Esta unidade com os seus 144 km² e apenas 23 000 habitantes (no cenário intermédio poderá crescer para 34 000 habitantes no horizonte de 2021) constitui no seu conjunto – Físico, Cultural e Paisagístico – um dos valores da mais elevada excelência na AML. Por isso foi classificada como Parque Natural e uma parte da sua Paisagem, Física e Humana, foi classificada pela UNESCO como património da Humanidade. Contempla o SIC de Sintra/Cascais, integrado na Rede Natura 2000.

Uma vez que a área envolvente à área classificada possui as mesmas características paisagísticas únicas da área incluída no Parque Natural, justificam-se preocupações e regras de ordenamento equivalentes. A

sua integração no Parque poderá ser uma proposta com interesse no domínio do ordenamento do território e da valorização da paisagem.

A Serra de Sintra, incluída no Parque Natural, evidencia grande diversidade e contraste paisagístico, com grande valor geológico, geomorfológico, florístico e faunístico.

Esta Unidade dispõe de um Plano de Ordenamento de Área Protegida e encontra-se ainda parcialmente abrangida no extremo Oeste pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado. O aumento da edificação tem-se verificado sobretudo nos aglomerados, tendo sido em certa medida travado o processo de dispersão.

Necessita de uma nova abordagem ao urbanismo e arquitectura dos núcleos rurais que correm o risco de se transformarem em subúrbios ou descaracterizarem a sua arquitectura rural, transformando-se em áreas de expansão urbana com tipologia e arquitectura desadequadas.

Apresentam-se por resolver situações de áreas urbanas de génese ilegal que contribuem para a descaracterização atrás referida.

Para além de um elevado valor biofísico e paisagístico, com uma rara e diversificada componente cultural, esta unidade representa um extraordinário património social e económico para a AML: porque suporta uma valiosa actividade turística, nacional e internacional, oferece importantes espaços de lazer/praias, campo, montanha, para a população da AML e constitui um espaço com valor agro-pecuário, que importa manter e valorizar, constituindo-se como depositária de marcas que devem ser exaltadas (o vinho de Colares, o pão Salio).

A agricultura, em geral como complemento de outra actividade, tem vindo a ser reduzida, mas ainda tem potencial para recuperar, em particular no capítulo da vinha.

Trata-se de um território muito sensível a um conjunto de riscos naturais cuja monitorização é fundamental: está exposto ao perigo de incêndio florestal, que tem uma expressão elevada ou muito elevada em 44% da superfície; as cheias rápidas têm expressão nos vales da Ribeira de Colares e do Guincho; a instabilidade de vertente é relevante em cerca de 9% da área total e a erosão costeira também tem expressão, ainda que moderada.

3) Opções Estratégicas¹⁸

- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das actividades humanas com a natureza;
- Valorizar e preservar os factores distintivos da atractividade turística de Sintra;
- Identificar e valorizar a Paisagem Cultural de Sintra classificada Património da Humanidade pela UNESCO;
- Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal;
- Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral;

¹⁸ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

- Assegurar a resolução das situações de AUGI ainda existentes.

UT 5 – Lezíria do Tejo

1) Aspectos mais relevantes

- Área agrícola de excelência, resultante da presença de solos de excepcional capacidade produtiva e da disponibilidade de água para rega (culturas intensivas de regadio);
- Tradição de produção pecuária em regime extensivo;
- Potencial de afirmação e consolidação de alguns segmentos turísticos (ecológico e de natureza);
- Sensibilidade a alguns riscos naturais (cheias, inundações por tsunamis, susceptibilidade sísmica).

2) Enquadramento

Esta unidade, praticamente desabitada (37 habitantes, em 2001), tem uma superfície de 205 km² e faz parte do concelho de Vila Franca de Xira.

A Lezíria do Tejo, extremo sul de um espaço muito vasto pertencente ao Vale do Tejo, sobrepõe-se quase na totalidade ao AH da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo), constitui, pelas excelentes condições que proporciona para as culturas intensivas de regadio, uma área agrícola de excelência da AML. Contribuem nomeadamente para essa qualidade, os solos de excepcional capacidade produtiva e a disponibilidade de água para rega. Esta Lezíria é limitada pelos rios Tejo e Sorraia, é uma zona de cotas baixas circundada por um dique com cerca de 62 Km de desenvolvimento, que tem por finalidade a protecção da área das marés e das inundações dos rios Tejo e Sorraia. Na Lezíria Norte encontra-se em desenvolvimento o projecto das redes de rega por pressão, drenagem e viária.

A Lezíria Sul, para além da prática de agricultura de regadio, tem ainda uma tradição de produção pecuária em regime extensivo, em que se destaca o gado bravo (bovino) e, em menor grau, o cavalo de raça. Nesta área foi efectuada a reabilitação do sistema de drenagem existente.

Importa salientar a existência nesta área de uma vasta área agrícola de elevada importância produtiva e ecológica sob gestão pública directa da Companhia das Lezírias, representada na área do presente plano pela Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, mas cuja preservação de todo o conjunto agrícola e florestal se revela essencial como reserva estratégica nacional para o desenvolvimento do conhecimento e inovação em matéria de gestão funcional sustentável, pela sua relevância como elemento estruturante de suporte da qualidade ambiental da AML.

De igual forma, as condições de alagamento que a tornam tão produtiva em termos agrícolas, determinam o seu elevado interesse em termos de valores naturais e a integração da sua parte sul na Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo.

Esta unidade apresenta potenciais conflitos com o Estuário do Tejo, exigindo o estabelecimento de formas de compatibilização entre as práticas agrícolas e os imperativos de preservação do referido Estuário, os quais, na área abrangida pela ZPE (e SIC) e pela Reserva Natural do estuário do Tejo, tem a sua gestão territorial assegurada pelo Plano de Ordenamento da Área Protegida.

As características diversificadas apontadas conferem-lhe, num quadro paisagístico de grande beleza, pelas vistas amplas e pela relação entre a terra e os rios, um inegável valor para práticas de tempos livres que poderão ancorar algum desenvolvimento turístico: ecológico e de natureza.

Por último, sublinha-se a grande fragilidade face a riscos naturais determinantes do ordenamento do território: é completamente inundável em situação de cheia progressiva de elevada magnitude; está sujeita a inundações por tsunamis, embora com uma energia já atenuada pela distância considerável ao litoral; tem uma susceptibilidade sísmica máxima, pois integra-se na zona sismogénica do baixo vale do Tejo, a que acresce uma geologia local desfavorável, que tende a amplificar a intensidade sísmica.

3) Opções Estratégicas¹⁹

- Promover a manutenção da Lezíria do Tejo, como área de excelência para o desenvolvimento da agricultura metropolitana;
- Promover a manutenção da Unidade, como área de excelência para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano;
- Assegurar o aproveitamento para o lazer e recreio no rio Tejo, compatível com os valores ecológicos em presença.

UT 6 – Norte Agro-Florestal

1) Aspectos mais relevantes

- Espaço predominantemente agrícola e florestal;
- Presença de áreas de elevado interesse paisagístico, cultural e geológico;
- Presença de um espaço único na AML: a Tapada de Mafra;
- Atractividade e relevância turística nas vertentes sol e mar, natureza e cultura;
- Tradição na oferta de produtos alimentares de qualidade (vinho, hortaliças pão e queijos);
- Ausência de critérios de qualificação urbanística nos núcleos rurais tradicionais;
- Existência de constrangimentos na ocupação e ordenamento territorial, decorrentes da dispersão de unidades industriais/logísticas, do crescimento desordenado e desqualificado dos núcleos urbanos tradicionais, da progressiva dispersão de

¹⁹ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

residências secundárias por todo o território;

- Fortes pressões urbanísticas na faixa costeira (e espaços rurais envolventes);
- Importância de salvaguardar várzeas aluvionares do Rio Grande da Pipa e de alguns dos seus afluentes;
- Sensibilidade a riscos naturais (incêndios florestais, cheias, erosão costeira, instabilidade das vertentes).

2) Enquadramento

Espaço com dominância agrícola e florestal, cobrindo uma superfície de cerca de 460km². Abrange todo o concelho de Mafra e partes dos concelhos de Sintra, Loures e Vila Franca de Xira. Com uma população estimada em 70 749 habitantes, em 2001, que, segundo o cenário central, poderá atingir os 108 000, em 2021.

Apresenta uma configuração de relevo e de sistema de culturas agrícolas e florestais que lhe dá características próprias. Possui áreas de elevado interesse paisagístico: a paisagem “saloia”, típica do antigo termo de Lisboa e de municípios vizinhos como Cascais, Sintra e Mafra, que importa garantir como elemento de sustentabilidade. Apresenta uma extensa faixa costeira, litoral e marinha, objecto de fortes pressões e com riscos de erosão ambiental importantes, a qual para além de ordenada por um POOC, engloba a parte norte do SIC Sintra-Cascais.

Nesta unidade destacam-se três pólos urbanos, com vocações diferenciadas e que estruturam o sector mais setentrional da AML: Mafra, Ericeira e Malveira.

Mafra, sede de concelho e pólo turístico, com uma base económica diversificada, onde a economia residencial tem vindo a expandir-se, tende a formar um eixo contínuo com a Ericeira, núcleo turístico balnear, com grande atractividade relativamente a Lisboa, mas já com projecção internacional. Importa planear e programar o desenvolvimento urbanístico deste conjunto, na perspectiva de ancorar e controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e os espaços rurais envolventes.

Ericeira, centro turístico e piscatório, com grande valor paisagístico e cultural, constituindo uma referência identitária da AML.

Malveira, que “nasceu” a partir de uma feira de apoio ao abastecimento de Lisboa, atraindo produções agrícolas e pecuárias de grande parte do País. Entretanto, em articulação com Venda do Pinheiro e apoiada na auto-estrada A8, tem vindo a atrair actividades de Lisboa, ao mesmo tempo que cresce a função residencial. A ligação em transporte público em sítio próprio a Lisboa contribuirá para fortalecer a centralidade da aglomeração Malveira – Venda do Pinheiro, no contexto de um bem ordenado eixo Torres Vedras – Lisboa.

No sector mais oriental desta unidade, onde pequenos centros como Bucelas, têm um papel estruturante do espaço rural, distingue-se a vinha de Bucelas, região demarcada que, além do valor económico, oferece condições para ancorar iniciativas de turismo ecológico, articulável com outros produtos, como o património cultural, a natureza e a cinegética.

A ocupação agrícola e a pecuária têm condições para se manter, existindo uma tradição na oferta de alguns produtos de qualidade como o vinho, o pão, as hortaliças, as frutas e os queijos que beneficiam de um

mercado seguro. Todavia existem áreas cada vez mais significativas de ocupação desordenada do território, traduzida na localização dispersa de unidades industriais e de armazenagem, assim como no crescimento desordenado e desqualificado dos núcleos urbanos tradicionais, que põem em causa o seu funcionamento e determinam a necessidade do seu reordenamento.

Nesta unidade territorial localiza-se a maior parte da área do projecto do AH do Rio Grande da Pipa, em fase de elaboração (Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo). Este projecto desenvolve-se nas várzeas aluvionares do Rio Grande da Pipa e de alguns dos seus afluentes, que interessa salvaguardar no processo de ordenamento do território.

A par de alguma agricultura a tempo parcial, em articulação com a ocupação em actividades industriais, comerciais e de serviços, existe uma agricultura orientada para o mercado, com produções valiosas, como são os casos da vinha (Doc Bucelas) e da Pêra Rocha. Ainda tem também peso económico a produção hortícola e alguma pecuária diversificada que apoia produções tradicionais modernizadas, como no caso do queijo (ovelha, cabra e mistura) e da charcutaria.

Esta unidade tem um valioso conjunto de valores geológicos, com potencial turístico-paisagístico. Concomitantemente, o Palácio e a Tapada de Mafra constituem um espaço único na AML, oferecendo, para além da sua importância ambiental e paisagística, actividades turísticas e culturais relevantes.

O grande desafio que se coloca para o “Norte Agro-Florestal” é o da sua valorização enquanto espaço multifuncional em que as várias valências possam coexistir de modo a contribuir para o maior equilíbrio e coesão territorial da AML-Norte. As funções relacionadas com o espaço agro-florestal deverão continuar a ser dominantes e grande atenção deverá ser dada à lógica de localização de actividades económicas e crescimento urbano concentrado ou disperso da edificação.

O Norte Agro-Florestal está exposto a alguns riscos naturais que importa delimitar e monitorizar: incêndios florestais (susceptibilidade elevada ou muito elevada em 56% do território); instabilidade das vertentes (significativa em 32% do território); perigo de cheia rápida nos vales dos rios Sabujo, do Cuco e Lisandro e nas ribeiras de Pedrulhos e do Falcão; erosão elevada nos troços de litoral rochoso (sistemas de arriba e arriba – praia).

3) Opções Estratégicas²⁰

- Assegurar a multifuncionalidade, característica desta Unidade, resultante da coexistência de diversas valências e recursos com elevado potencial de afirmação;
- Promover a produção agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável;
- Controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e conter a edificação dispersa promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais;
- Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspectiva de ancorar e controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e os espaços rurais envolventes;
- Assegurar a valorização e preservação dos factores distintivos da atractividade

²⁰ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

turística, nomeadamente o Palácio Nacional e a Tapada de Mafra;

- Preservar e valorizar as áreas de interesse agrícola e florestal e de conservação da natureza e da biodiversidade.

Subunidades²¹

1) Aspectos mais relevantes

Subunidade 6a – Eixo Mafra-Ericeira

- Importância da actividade turística e serviços associados na base económica local;
- Potencial de afirmação e consolidação enquanto espaço residencial e de desenvolvimento turístico da AML (enorme atractividade sobre Lisboa e já com alguma projecção nacional e internacional);
- Presença de elementos com elevado valor paisagístico;
- Extensa faixa costeira litoral e marinha fortemente pressionada e com riscos de erosão.

Subunidade 6b – Área Florestal – Palácio/Tapada de Mafra e Envoltente

- Espaço singular na AML possui uma enorme relevância cultural, ambiental e paisagística;
- Oferta de relevantes actividades turísticas, de lazer e recreio, bem como de actividades culturais;
- Sensibilidade a alguns riscos naturais, nomeadamente incêndios florestais.

Subunidade 6c – Eixo Malveira – Venda do Pinheiro

- Importância da recente melhoria do quadro de acessibilidades, para a atracção e fixação populacional e de novas actividades económicas;
- Potencial reforço desta centralidade e das pressões urbanísticas sobre o território, com a futura ligação ferroviária a Lisboa.

²¹ Cfr. Normas por Unidade Territorial (Capítulo III). Aí são identificados, para cada Sub-Unidades, os objectivos programáticos essenciais que devem fundar as respectivas opções de planeamento integradas.

Subunidade 6d – Parque dos Vulcões

- Riqueza de valores geológicos em presença, com elevado potencial de aproveitamento turístico e de fruição paisagística.

UT 7 – Arco Ribeirinho Sul

1) Aspectos mais relevantes

- Marcadamente urbano, com elevada concentração populacional e dependência de emprego em relação a Lisboa e outros concelhos da Margem Norte;
- Quadro favorável de acessibilidades e de espaços disponíveis, potencialmente indutores de novas dinâmicas económicas, sociais e culturais;
- Elevado potencial para a captação de actividades a impulsionar pelo NAL;
- Perspectivas de reforço do crescimento populacional, já patenteado nas últimas décadas;
- Importância dos nós das redes de acessibilidades para o desenvolvimento urbano (densificação construtiva na envolvente próxima);
- Importância do segmento turístico “Sol e Mar”, suportado na presença de uma extensa frente com vocação turística - balnear, com praias;
- Relevância da execução do Programa Polis da Costa da Caparica, para a reabilitação da frente urbana balnear e para a qualificação da oferta hoteleira;
- Início do processo de regeneração e renovação urbana dos maiores espaços industriais obsoletos da Margem Sul: Margueira, Siderurgia Nacional e Quimiparque;
- Potencial de arqueologia industrial que pode suportar a oferta de produtos turísticos como “Rota das Indústrias”.
- Progressiva dotação de equipamentos e infra-estruturas estruturantes e criação de emprego qualificado, com impacte na diminuição da dependência relativamente a Lisboa;
- Existência de equipamentos culturais e eventos relevantes, com projecção e notoriedade internacional;
- Existência de espaços naturais com elevado valor paisagístico, de conservação da natureza e biodiversidade;
- Presença de extensas áreas de elevado potencial agrícola;
- Persistência de bolsas de habitação de má qualidade, deficientemente equipadas e infra-estruturadas;
- Problemas de exclusão e segregação social;

- Forte presença da ocupação industrial;
- Obsolescência e decadência de algumas unidades industriais gerando processos de abandono e degradação acentuada, que têm vindo a esbater-se nos últimos anos;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos.

2) Enquadramento

Esta unidade territorial, com uma superfície de 250 Km², abrange seis concelhos ribeirinhos do Tejo, de Almada a Alcochete. Espaço essencialmente urbano consolidado, contava 456 000 habitantes, em 2001. A dinâmica económica, social e cultural que se pretende lançar no Arco Ribeirinho, em resposta ao potencial das novas acessibilidades e dos espaços disponíveis, deverá originar um crescimento populacional significativo nos próximos anos: o cenário intermédio aponta 580 000 habitantes em 2021.

O desenvolvimento urbano do Arco Ribeirinho, da Trafaria a Alcochete, iniciou-se a partir dos locais de acessibilidade fluvial a Lisboa. A construção da Ponte 25 de Abril fomentou uma suburbanização em grande escala no troço ribeirinho de Almada ao Fogueteiro, a nascente da auto-estrada, traduzida no forte crescimento da construção de alta densidade, em tipologias multifamiliares. No sector nascente desta unidade, a ocupação urbana é polinucleada, descontínua e diversificada, existindo núcleos históricos ribeirinhos ainda relativamente conservados e preservados, mas também bolsas de habitação de má qualidade construtiva e arquitectónica, muito congestionadas e deficientemente equipadas e infra-estruturadas, algumas configurando guetos com problemas de exclusão social.

A poente da auto-estrada A2, a área interior do concelho de Almada e de parte do concelho do Seixal, apresenta-se como um espaço urbano caracterizado por uma urbanização extensiva com base em tipologias de moradias, de primeira residência no sector norte e domínio da segunda residência no sector sul. Neste contexto, não será despidendo o facto de existir a Oeste uma grande frente oceânica de praias, recentemente objecto de um projecto de valorização integrada: equipamentos de praia, acessibilidades, arranjos paisagísticos. Também será relevante a existência de saberes associados à cultura e, de uma maneira geral, às actividades criativas, bem como de um conjunto significativo de equipamentos culturais e de eventos bem afirmados no panorama da AML.

Recentemente, a fronteira dos dois distintos modelos de urbanização, marcada pela auto-estrada, tem vindo a diluir-se mediante a progressão da urbanização de maior densidade, para poente da auto-estrada, como é já visível na baixa de Corroios e ao longo do IC20, que liga Almada à Costa de Caparica. A ligação ferroviária a Lisboa tenderá a acentuar este fenómeno.

O espaço Costa de Caparica/Fonte da Telha/Aroeira/Verdizela agrupa um conjunto de áreas urbanas desenvolvidas com base no turismo, recreio e lazer. Trata-se de uma frente com vocação balnear, mas com sensibilidades próprias que têm de ser equacionadas, em particular, com a Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica e com as áreas sensíveis do litoral. O Programa Polis da Costa de Caparica, em fase avançada de implementação, contribuirá para a requalificação da frente urbana balnear e para qualificar a oferta, sobretudo no que concerne a dimensão hoteleira.

Decorrentes de um cenário de crescimento que privilegiou as relações com Lisboa, as conexões internas do Arco Ribeirinho são fracas, processando-se principalmente entre concelhos fisicamente mais próximos – Almada/Seixal, Barreiro/Moita, Montijo/Alcochete. A conclusão do IC32 e a implementação do projecto do metro de superfície criarão condições para o fomento e a consolidação de relações transversais no interior deste território.

Neste conjunto, o concelho de Almada tem vindo a destacar-se num processo de afirmação e de interdependência relativamente a Lisboa, que passa pelo nível dos equipamentos e infra-estruturas e pela criação de emprego.

A implementação do modo de transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril permitiu melhorar significativamente a acessibilidade nas ligações entre as duas margens, constituindo um importante contributo para a afirmação da Margem Sul numa perspectiva de interacção e complementaridade com Lisboa. A travessia Chelas – Barreiro, permitindo o fecho do anel ferroviário, vai contribuir para fortalecer o processo de integração funcional, económico e social.

Com um processo histórico associado a Lisboa, desde a ocupação dos romanos, o Arco Ribeirinho Sul tenderá a reforçar as suas articulações com a área histórica central da cidade de Lisboa. Assim, a regeneração urbana da faixa ribeirinha de Lisboa, mormente do espaço Alcântara - Santa Apolónia deverá acompanhar o processo de regeneração e renovação urbana previsto para o Arco Ribeirinho Sul, no qual se destacam três importantes projectos urbanísticos, que se destinam aos maiores espaços industriais obsoletos da Margem Sul: a Margueira (antigos estaleiros da Lisnave) / Projecto Almada Nascente; o espaço da Siderurgia Nacional, em parte já objecto de instalação de um parque empresarial; e o Quimiparque, na frente ribeirinha Barreiro-Lavradio.

A evolução económica das últimas décadas levou à obsolescência e declínio de muitas unidades industriais que se encontram abandonadas ou em processo de abandono. A alteração dos processos de produção e do tipo de produtos, por um lado, e o incremento dos sectores do comércio e da armazenagem, por outro, imprimiram movimentos de reorganização espacial das actividades e, inerentemente, da oferta de emprego na Península de Setúbal, no sentido geral de deslocalização de actividades do Arco Ribeirinho em direcção às áreas de Coina - Penalva e do eixo Montijo - Setúbal.

A arqueologia industrial, cujo acervo vai do período romano ao século XX deverá ser objecto de um plano estratégico orientado para o turismo e para as escolas. Este plano deverá estender-se a toda a Península de Setúbal.

A elevada qualidade paisagística e a localização central relativamente à Baixa lisboeta permitem propostas ambiciosas para esta Unidade, a acompanhar a melhoria global das acessibilidades terrestres e fluviais, bem como a valorização do Estuário do Tejo no sentido da sua utilização para o lazer/náutica de recreio.

A proximidade ao NAL, o nível elevado de equipamentos sociais, a par de um bom nível de capital humano confere ao Arco Ribeirinho Sul um elevado potencial para a captação de actividades que o NAL deverá impulsionar. Neste quadro, tendo em conta os impactes expectáveis resultantes da proximidade do NAL e o recente desenvolvimento urbano que se verifica no extremo oriental do Arco Ribeirinho, (Montijo, Samouco, Alcochete), a que acresce a “urbanização” de pequenos aglomerados em espaço rural, como sejam Atalaia (Montijo) e Passil (Alcochete) e também nucleações de actividades de logística (Passil), entendeu-se incluir estes espaços no âmbito do Arco Ribeirinho, o que teve como consequência a agregação de uma superfície

muito expressiva de terras agrícolas de elevado valor produtivo, sobretudo no domínio da horticultura. Por isso, importa e estabelecer normas que permitam a sua preservação e valorização económica, num contexto de desenvolvimento urbano integrado que se propõe para a Península de Setúbal e, neste particular, para o Arco Ribeirinho. Os instrumentos de planeamento deverão garantir a manutenção dos valores naturais em presença, solos agrícolas e actividades agro-pecuárias relevantes para o sector, e propor remates urbanos estáveis às áreas urbanas. Os municípios de Alcochete e Montijo devem articular-se no desenvolvimento de acções integradas para este território.

As Terras da Costa, no sopé da Arriba Fóssil, têm um elevado potencial de produção hortícola que deverá ser protegido, valorizando as produções de proximidade e integrando-as numa perspectiva económica e cultural.

Embora com menor expressão territorial, deverá também ser objecto de um tratamento autónomo uma área agro-florestal do concelho da Moita, com uma tradição de pecuária leiteira de elevado rendimento económico. Do mesmo modo, os PMOT deverão delimitar coerentemente estas áreas, com o objectivo de manter este modelo de exploração agropecuária, estabelecendo medidas que permitam a sua permanência sem conflitos de usos e vizinhanças num contexto de crescimento urbano, já em curso e expectável.

No contexto do Arco Ribeirinho Sul assumem particular importância os esteiros e as baixas aluvionares (embora as zonas húmidas e sapais integrem a Unidade Territorial do Estuário) que transversalmente separam as principais áreas urbanas e industriais. Os esteiros, as margens e as baixas aluvionares deverão representar corredores ecológicos e áreas estruturantes, integrando a Rede Ecológica Metropolitana e assumindo funções ecológicas determinantes enquanto espaços naturais e de lazer não edificados. Devem merecer particular atenção o tratamento integrado e/ou a articulação com espaços como o SIC Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira e a ZPE/SIC Estuário do Tejo.

A imagem global do Arco Ribeirinho depende muito desta estratégia, que deverá ainda ser acompanhada pela reabilitação de espaços e áreas com intervenções paisagísticas localizadas na margem fluvial (p.e. as vertentes de Almada viradas para o Tejo constituem espaços naturais de grande valor, constituindo um importante património paisagístico no enquadramento que proporcionam ao rio Tejo e à cidade de Lisboa).

Finalmente, sublinhe-se que o Arco Ribeirinho Sul está sujeito a um conjunto relevante de riscos naturais e tecnológicos: susceptibilidade sísmica elevada e muito elevada; susceptibilidade a inundações por tsunami em cerca de 40% da sua área; inundações no estuário resultantes da acção combinada de vários fenómenos indutores (e.g. cheias, efeitos de maré e sobrelevação de origem meteorológica); intensa erosão costeira, nomeadamente no litoral arenoso (sistema praia-duna); presença de alguns estabelecimentos industriais perigosos, quase todos situados na beira-rio; cerca de 75% do território apresenta vulnerabilidade elevada de contaminação do aquífero da margem esquerda do Tejo.

3) Opções Estratégicas²²

²² As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

- Promover esta Unidade Territorial como a área privilegiada para a regeneração urbana da AML-Sul, direccionando as dinâmicas económicas e urbanas resultantes do NAL para a revitalização e regeneração das áreas industriais obsoletas;
- Promover a qualificação do território, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas degradadas;
- Reconverter as áreas industriais obsoletas ou abandonadas, integrando-as em projectos de requalificação global das áreas ribeirinhas, assegurando a descontaminação de solos e privilegiando a sua utilização para a instalação de novas actividades económicas, em sectores inovadores e com uma posição de relevo no contexto internacional;
- Reforçar a centralidade do Turismo Cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico “Sol e Mar”;
- Salvaguardar as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário;
- Promover a concretização do Parque Coima/Vala Real;
- Promover o ordenamento integrado no extremo oriental da Unidade, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial produtivo;
- Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor.

UT 8 – Área Central da Península de Setúbal

1) Aspectos mais relevantes

- Aptidão para constituir um pólo estruturante de actividade económica, com forte vocação exportadora;
- Recente melhoria das acessibilidades ferroviárias (extensão da Linha Fertagus, de Lisboa a Setúbal);
- Potencial ordenador por efeito da ferrovia na terceira travessia do Tejo;
- Atracção e fixação de população jovem com bons níveis de habilitações e de capacitações profissionais;
- Processo de regeneração urbana em curso nas AUGI de Fernão Ferro – Quinta do Conde, com grande potencial para ancorar um programa de valorização urbana e ambiental;
- Recente regeneração de alguns espaços urbanos de génese clandestina (compactação urbana, infra-estruturação, implantação de equipamentos sociais, comércio e serviços de proximidade);
- Necessidade de reforçar o papel do Pinhal Novo na ancoragem do ordenamento dos espaços envolventes (ocupação urbana desordenada);
- Premência de ordenar o corredor Pinhal Novo – Palmela, marcado pela presença de unidades industriais, espaços de armazenagem e áreas de habitat disperso;
- Riqueza e diversidade de património natural e histórico-cultural;

- Presença de um número significativo de espaços agricultados ou potencialmente agricultáveis, que importa avaliar e salvaguardar no processo de ordenamento urbano;
- Sensibilidade a um conjunto de riscos naturais e tecnológicos.

2) Enquadramento

A área Central da Península de Setúbal abrange uma área de 292km² e em 2001 contava cerca de 91 561 habitantes, estimando-se para 2021 uma população de 143 000 habitantes. Resulta da agregação total ou parcial de dois espaços da versão do PROTAML de 2002: 1) Planície Interior Sul; 2) Espaço de Transição Nascente.

Na realidade, o chamado Espaço de Transição Nascente tinha três componentes: 1. Alcochete, que agora integra “naturalmente” o Arco Ribeirinho, em resultado das dinâmicas territoriais que entretanto se aceleraram no sentido da consolidação urbanística e funcional do Arco Ribeirinho; 2. Pinhal Novo e sua envolvente peri-urbana imediata, que se consolidou com as novas acessibilidades, e cuja centralidade já está a ser reforçada com a melhoria da acessibilidade ferroviária a Lisboa e a Setúbal, processo que se vai acentuar nos próximos anos; 3. Uma componente agrícola, muito ameaçada pelo avanço urbanístico a partir do Pinhal Novo, e também por loteamentos de natureza ilegal.

Neste contexto, pretende-se que Pinhal Novo venha a ancorar o ordenamento dos espaços envolventes em processo de ocupação urbana desordenada e estabelecer uma separação nítida com o espaço agro-florestal nascente que, em boa medida, terá a auto-estrada como limite. As áreas agrícolas a nascente, menos ameaçadas pela onda de urbanização fragmentada, integram a unidade nascente Agro-Florestal.

Também, os investimentos públicos na renovação e reestruturação da rede logística – nomeadamente as plataformas intermodais e o NAL – potenciam o desenvolvimento de actividades produtivas a montante e a jusante da cadeia de valor. O emprego criado no sector e nas indústrias de prestação de serviços às empresas de transporte poderão reforçar o desenvolvimento de uma centralidade na margem Sul, associada a um novo padrão de especialização produtiva, que aproveita a mão-de-obra qualificada e que poderá reduzir a extensão e a amplitude dos movimentos pendulares entre a margem Norte e a margem Sul.

A articulação com a conurbação Palmela-Setúbal constituirá uma força ordenadora no espaço mais desorganizado do interior da Península de Setúbal, desde logo contribuindo para a consolidação do eixo Montijo - Pinhal Novo – Palmela – Setúbal, o que permitirá estabelecer um remate urbano, a nascente e a poente. Neste sentido, é definida uma Área Vital, que terá um papel de “Tampão verde”, a partir dos espaços agro-florestais de dimensão significativa que ainda persistem a poente desse eixo, da Moita até aos limites do Parque Natural da Arrábida (Quinta do Anjo).

O espaço ocidental da unidade teve uma evolução dramática nos últimos 10 anos, com aspectos negativos (os que já tinham sido enunciados no PROT 2002), mas também com aspectos positivos. Os aspectos positivos estão associados, por um lado, à criação de emprego em torno do projecto da AutoEuropa e, por outro lado, à melhoria das acessibilidades, mormente a ferroviária, graças à extensão da Linha Fertagus, de Lisboa a Setúbal.

De entre os elementos positivos deve relevar-se, no plano do ordenamento do território, a compactação de alguns espaços urbanos de génese clandestina, em particular o da Quinta do Conde, de que resultou não só uma adequada infra-estruturação destes espaços, como a implantação de equipamentos sociais, comércio e serviços de proximidade. Correlativamente verificou-se o afluxo de população jovem com bons níveis de habilitações e de capacitações profissionais actualizadas face às procuras.

Importa aproveitar este processo e prosseguir no sentido da consolidação da urbanização, o que significa melhorar a qualidade do espaço urbano, alargar a oferta de bens sociais e materiais, melhorar acessibilidades locais e sub-regionais, defender os importantes valores ambientais que não chegaram a ser destruídos e concretizá-los como espaços públicos não edificadas. Por outro lado é necessário estabelecer a melhor articulação com Fernão Ferro através da adequada integração do Casal do Sapo, Fontainhas e Pinhal do General através dos PMOT competentes.

O polígono Fernão Ferro – Quinta do Conde - Vila Amélia – Penalva - Coina, poderá constituir um espaço urbano exemplar, multipolar e envolvendo um parque natural e urbano, de múltiplas valências, centrado num importante corredor ecológico, e em áreas vitais integrantes da REM, que se estende do Tejo (Praia de Alburrica), pelo Rio Coina e depois pela Vala Real, até ao Parque Natural da Arrábida. Parque/Corredor, que também dispõe de um riquíssimo património histórico - cultural, que vem do período romano até à última arqueologia industrial (siderurgia), passando pelos moinhos de maré da Idade Média, os fornos de formas de “pão de açúcar” e de biscoito, na Mata da Machada, a fábrica de vidro de Coina e as sucessivas obras de hidráulica, que se traduziram na Vala Real, que permitiu a navegabilidade no interior da Península de Setúbal, desde os romanos até ao século XIX.

Neste contexto, a nova aglomeração urbana poderá receber equipamentos de nível metropolitano, mormente nos domínios do ensino superior/universitário e da investigação e desenvolvimento, que terão um efeito de âncora para todo o processo de regeneração urbana, económica e social da Península de Setúbal.

Existe, igualmente, um número significativo (pelo papel económico, social e ambiental que pode desempenhar) de espaços agricultados ou potencialmente agricultáveis que do mesmo modo importa avaliar e salvaguardar no processo de ordenamento urbano, assim como a necessária estruturação dos povoamentos dispersos e fragmentados.

Finalmente, aponte-se a necessidade das intervenções de ordenamento do território terem sempre presente a grande sensibilidade ambiental deste espaço e a incidência de riscos: susceptibilidade sísmica elevada e muito elevada; perigo de inundação por tsunamis em 10% da sua superfície; cheias rápidas podem ocorrer nas ribeiras do Livramento e de Coina; a UT assenta na totalidade no sistema aquífero do Tejo – Sado e a vulnerabilidade à contaminação é elevada em cerca de 95% do território. Sublinha-se ainda a existência de sete unidades industriais perigosas.

3) Opções Estratégicas²³

²³ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas as Normas Orientadoras por Unidade Territorial

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, nomeadamente Pinhal Novo – Quinta do Conde
- Assegurar um eficaz ordenamento do corredor Pinhal Novo – Palmela, incluindo os espaços consignados à indústria e à armazenagem, reforçando a dinâmica das actividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam forte vocação exportadora;
- Promover a estruturação da ocupação fragmentada e dispersa através de projectos de grande impacte na qualificação do território;
- Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e outros ecossistemas mais sensíveis, de grande valor ambiental e produtivo;
- Assegurar a valorização, a promoção e a protecção do relevante património natural e histórico-cultural existente.
- Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água.

UT 9 – Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra

1) Aspectos mais relevantes

- Relevância da Unidade para a Rede Ecológica Metropolitana, pela riqueza e diversidade de elementos naturais em presença;
- Áreas de valor paisagístico, natural e cultural, únicas no contexto da AML;
- Potencial para estruturar alguns perímetros turísticos, de baixa densidade, respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos que marcam o território;
- Perspectiva de melhoria do quadro de acessibilidades existente;
- Sensibilidade elevada a riscos naturais.

2) Enquadramento

A unidade Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra congrega uma vasta área a sudoeste da Península de Setúbal e nela se inserem subunidades autónomas, mas com a característica comum de constituírem espaços fundamentais do ponto de vista natural. São eles a Serra da Arrábida, o Cabo Espichel, as matas de Sesimbra, a área agrícola de Azeitão e o eixo urbano Sesimbra/Santana/Lagoa de Albufeira, que integram a Rede Ecológica Metropolitana, no essencial.

Estende-se por 287 km² e, em 2001, tinha uma população de 29831 habitantes, com uma única aglomeração urbana: Sesimbra/ Santana. As projecções demográficas para 2021 (cenário central) apontam para 56 000 habitantes.

A Serra da Arrábida, classificada como Parque Natural, e o Cabo Espichel correspondem a uma extensa área costeira e serrana compreendendo falésias, marinhas, praias, maquis, garrigues, pastagens, florestas e áreas agrícolas compartimentadas de elevado interesse e diversidade ecológica, constituindo paisagens e zonas únicas incontornáveis na riqueza patrimonial natural da AML. Abrange ainda outras áreas de valor

paisagístico, natural e cultural, único no contexto da AML, como são os casos das Matas de Sesimbra, a que se associa a Lagoa de Albufeira, e as Terras de Azeitão.

A área urbana de Sesimbra/Santana é heterogénea nas suas características urbanísticas, mas constitui, no conjunto, uma área urbanizada predominantemente para fins de turismo, recreio e lazer, essencialmente relacionados com as excelentes condições naturais interiores e litorais. Esta área inclui o porto de Sesimbra, com relevância nacional. Algumas das áreas urbanas que encerra encontram-se desordenadas e deficientemente infra-estruturadas em consequência de processos de urbanização avulsa, em parte de origem ilegal.

A projecção de 56 000 habitantes, para 2021, poderá ser tomada como meta, se a par de um processo de ordenamento de algumas áreas ocupadas de forma anárquica, quer na envolvente de Santana, quer em torno da Lagoa de Albufeira, se verificar o desenvolvimento de alguns perímetros turísticos, de baixa densidade e estruturados no respeito pela preservação dos valores ecológicos e paisagísticos.

Do ponto de vista das acessibilidades, está prevista a continuação do IC21 para sul até Sesimbra, via que melhorará as ligações deste território ao Arco Ribeirinho Sul e a Lisboa e que poderá acarretar pressões urbanísticas desestruturadoras deste espaço que importa controlar.

No sector do sudoeste do Concelho de Sesimbra existe uma situação muito complexa de ordenamento do território, resultante de dinâmicas diversas que se operaram nos últimos 40 anos sobre um povoamento rural atípico, fruto de um processo histórico que remonta aos tempos pré-Romanos.

Assim, na envolvência do latifúndio fundaram-se pequenos povoados, de camponeses e semi-camponeses, alguns ainda evidenciando na toponímia uma matriz islâmica (Azóia, Alfarim, Aiana, Almoinha, Cotovia), com uma agricultura pobre, em grande medida de subsistência, que complementavam com o trabalho na grande propriedade e algumas actividades ligadas ao mar - pesca, apanha de marisco e de algas, nalguns casos com o apoio às peregrinações ao Cabo Espichel e, por fim, o trabalho nas pedreiras.

A este povoamento em pequenos aglomerados veio sobrepor-se uma dispersão, por vezes alinhada ao longo das vias de comunicação, de parcelas com uma frente muito reduzida e uma grande profundidade, não muito diversa da que resultou da subdivisão de baldios em diferentes épocas, mas predominantemente no século XIX e início do século XX.

Este parcelário respondeu nos últimos 40 anos a diferentes tipos de procuras – habitantes de Sesimbra, casas secundárias de habitantes da Grande Lisboa, que adquiriram parcelas rústicas e aí construíram habitações para uso permanente ou para uso secundário. Nalguns casos, promoveram-se pequenos ou pequeníssimos loteamentos, apertados na estreiteza daquele parcelário.

No mesmo período, estende-se até este sector do concelho o mesmo processo de loteamento clandestino que se operou no sector setentrional do concelho (Quinta do Conde, Casal do Sapo...), no Seixal, em Palmela: destacamento de grandes parcelas (20, 30, 100 hectares), e o seu loteamento ilegal, que por vezes ainda originava um segundo loteamento – dos 5000 m² para as poucas centenas de m². Este foi o processo que se operou na Lagoa de Albufeira que atraiu compradores, predominantemente das classes médias de Lisboa que aí construíram, casas secundárias... Seguiu-se, por iniciativa municipal, um processo de recuperação/regeneração, complexo e de resultados diversificados.

Entretanto a Câmara Municipal de Sesimbra tem promovido PMOT para situações específicas e levado a cabo um continuado processo de participação das populações na gestão e no planeamento urbanístico.

Importa agora definir uma intervenção integrada para este sector do concelho de Sesimbra, contemplando o objectivo geral de qualificar este espaço que ainda preserva valores naturais, culturais e paisagísticos importantes.

Por último, sublinhe-se que este é um território muito sensível, que importa proteger de um conjunto de riscos naturais: susceptibilidade sísmica elevada e muito elevada; perigo de inundação por cheia rápida na ribeira de Coina. A Unidade Territorial assenta na totalidade no sistema aquífero do Tejo – Sado (margem esquerda) e a vulnerabilidade à contaminação é elevada em 98,5% da superfície.

3) Opções Estratégicas²⁴

- Concentrar as dinâmicas de crescimento urbanístico na aglomeração Sesimbra / Santana e núcleos urbanos adjacentes;
- Acautelar potenciais constrangimentos e pressões urbanísticas sobre os espaços envolventes/próximos das novas rodovias;
- Promover a estruturação dos perímetros turísticos, respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos em presença;
- Promover a qualificação e estruturação do sector sudoeste do concelho de Sesimbra;
- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística da Arrábida / Espichel e assegurar a manutenção das ligações dos sistemas ecológicos entre as Matas de Sesimbra e o Parque Natural da Arrábida;
- Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração.

Subunidades²⁵

1) Aspectos mais relevantes

Subunidade 9 A – Sesimbra /Santana

- Espaço urbano com componentes diferenciadas, do núcleo histórico de Sesimbra, com uma paisagem urbana de qualidade, apesar de algumas expansões a necessitar melhor integração, aos antigos núcleos rurais da periferia, que ancoraram algum crescimento urbano, aos espaços desordenados, fragmentados ou dispersos, nas áreas de expansão Norte/Poente;
- Importância da área urbana de Sesimbra/Santana, para a actividade turística, de recreio e lazer, nomeadamente no que concerne à hotelaria convencional e à

²⁴ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

²⁵ Cfr. Normas por Unidade Territorial (Capítulo III). Aí são identificados, para cada Sub-Unidades, os objectivos programáticos essenciais que devem fundar as respectivas opções de planeamento integradas.

restauração;

- Presença de um dos principais portos de pesca nacionais.

Subunidade 9 B – Terras de Azeitão

- Riqueza e diversidade paisagística e de valores patrimoniais histórico-culturais;
- Importância da actividade agrícola, especializada na produção de queijo e vinho, que importa preservar e potenciar;
- Crescente procura habitacional (1ª e 2ª residência), com alguns parâmetros de qualidade construtiva.

Subunidade 9 C – Matas de Sesimbra e Seixal

- Única mancha integralmente florestal e contínua no seio da AML;
- Ocupação arbórea de elevado interesse faunístico e florístico, com enorme atractividade e potencial de aproveitamento e utilização para as actividades de recreio e lazer;
- Importância de recuperar e requalificar os ecossistemas da Lagoa de Albufeira;
- Persistência de algumas áreas loteadas e edificadas, degradadas ou de génese ilegal;
- Sensibilidade a diversos riscos.

UT 10 – Setúbal – Palmela

1) Aspectos mais relevantes

- Importância do pólo urbano e industrial de Setúbal no seio da AML Sul;
- A centralidade de Setúbal, decorre de um quadro de acessibilidades bastante favorável e da presença de infra-estruturas e equipamentos de nível superior;
- Relações e articulações com a Região Alentejo;
- Potencial de crescimento industrial orientado para a exportação e conseqüente dinamismo económico, decorrente dos fenómenos de relocalização, renovação e incremento industrial que se observam no interior da Península de Setúbal;
- Premência em desenvolver um pólo de ciência e tecnologia, catalizador da desejada diversificação e modernização da base industrial da Península de Setúbal;
- Potencial de afirmação do cluster do mar, mediante uma aposta forte e consistente na inovação e desenvolvimento das actividades associadas (importância do Instituto Politécnico de Setúbal);
- Relevância da actividade turística na base económica, face à multiplicidade de

recursos e à riqueza e diversidade de valores patrimoniais em presença;

- Importância regional e nacional do Porto de Setúbal;
- Importância agrícola e ambiental da área norte da Unidade;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos.

2) Enquadramento

A unidade de Setúbal-Palmela, em 2001, contava com cerca de 116 520 habitantes estimando-se, para 2021, uma população de cerca de 144 000 habitantes.

A unidade Setúbal – Palmela encerra duas componentes: o pólo urbano e industrial de Setúbal, por razões históricas e de complementaridade funcional naturalmente associado a Palmela, e a área agrícola a norte de Setúbal.

O contexto territorial de Setúbal confere-lhe uma condição periférica face ao centro da AML e, simultaneamente, uma grande centralidade face à acessibilidade que detém nos vários modos de transporte (rodoviário, ferroviário e marítimo), situação que possibilitou a sua consolidação em termos económicos e a dotação em infra-estruturas e equipamentos de nível superior que lhe dão um elevado grau de autonomia funcional e que o elegem como uma centralidade de nível sub-regional dentro da AML e extra regional na sua relação com a região do Alentejo.

O dinamismo económico deste pólo deve-se, em particular, às actividades ligadas ao porto de Setúbal – porto de importância estratégica por si mesmo e pela complementaridade funcional com os portos de Lisboa e de Sines – e a um processo de industrialização muito orientado para a exportação, com potencial de crescimento associado aos fenómenos de relocalização, renovação e incremento industrial dentro da Península de Setúbal.

A especialização industrial tradicional encontra-se fragilizada pela conjuntura internacional desfavorável. Nomeadamente, a orientação exportadora e a dependência do financiamento internacional tornam os riscos associados à manutenção do nível de emprego elevado, quer das próprias empresas viradas para a o mercado externo, quer do grande número de unidades de prestação de serviços especializados que nasceram na sua órbita e que exploram segmentos a montante da cadeia de valor, numa lógica de cluster.

As oportunidades surgem, nomeadamente, com a racionalização do investimento na logística e na indústria de transportes, integrando o Porto de Setúbal numa lógica de “coopetição”²⁶ com os restantes portos da AML (nomeadamente, a sua articulação com o Porto de Lisboa), em articulação com os projectos de plataformas intermodais, que reforçam a vantagem competitiva da AML enquanto porta de entrada e saída de bens e serviços em Portugal e na União Europeia.

Em paralelo, as actividades associadas ao cluster do mar reúnem condições favoráveis para o seu desenvolvimento e para a afirmação de Setúbal como um pólo de inovação e desenvolvimento nos sectores piscícola, aquícola e agro-alimentar, mormente o conserveiro. A concretização deste objectivo deverá ser

²⁶ Conceito que pressupõe uma relação de cooperação entre concorrentes em áreas onde existam interesses comuns ou nacionais.

suportada no reforço da investigação científica e tecnológica com o acolhimento dos serviços localizados na área da antiga Docapesca, em Pedrouços, e pela acção do Instituto Politécnico de Setúbal.

O papel de Setúbal na diversificação e modernização da base industrial da Península deverá ser ainda suportado na criação de um pólo de ciência e tecnologia que tenha um papel catalizador na dinamização e difusão dos processos de inovação, atraindo novos investimentos produtivos em sectores avançados e apoiando a geração de iniciativas empresariais de base tecnológica. A existência de uma bolsa de mão-de-obra residente qualificada – resultado da especialização nas indústrias de cariz exportador no seu interior, ou na proximidade – permite acomodar uma política nesse sentido.

Esta unidade tem fortes relações físicas e funcionais com a Península de Tróia não sendo possível equacionar algumas das questões do seu desenvolvimento sem a considerar.

No seu conjunto, esta unidade encerra um elevado potencial como pólo turístico, apoiado em múltiplos recursos: sol e mar, natureza, história e cultura, dada a sua localização geográfica - entre a Península de Tróia, o Parque Natural da Serra da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Tejo - e as ocorrências patrimoniais históricas que detém bem preservadas, designadamente os centros históricos de Setúbal e Palmela.

A área agrícola norte, em especial as terras marginais do Sado, tem importância não só do ponto de vista agrícola mas também ambiental, designadamente pela manutenção da diversidade biológica e da capacidade dos solos como depuradores das águas.

Em termos ecológicos, esta Unidade integra um conjunto de áreas classificadas relevantes, designadamente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, o SIC / ZPE do Estuário do Sado classificado também como zona húmida de importância internacional (Ramsar). A gestão territorial está já assegurada pelo Plano de Ordenamento em vigor da RNES, assim como pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Finalmente, releve-se que esta Unidade apresenta uma susceptibilidade sísmica elevada e muito elevada e é susceptível a inundações por tsunamis em 32% da sua superfície, na envolvente do estuário do Sado. As cheias rápidas ocorrem na ribeira do Livramento afectando a baixa da cidade de Setúbal. A Unidade Territorial assenta na quase totalidade no sistema aquífero do Tejo – Sado (margem esquerda) e a vulnerabilidade à contaminação é elevada em 88% do território. Por último, integra um elevado número (7) de unidades industriais perigosas.

3) Opções Estratégicas²⁷

- Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística do Sistema Setúbal – Palmela, assim como as relações com os territórios envolventes;
- Reforçar e dinamizar Setúbal / Palmela como um dos pólos estruturadores da Península de Setúbal;
- Afirmar Setúbal / Palmela como centralidade estruturadora das dinâmicas turísticas envolventes;
- Programar adequadamente as necessidades de espaços industriais qualificados, de

²⁷ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

modo a responder com eficácia aos fenómenos de relocalização que se observam no interior da Península de Setúbal;

- Contribuir para a emergência de Setúbal / Palmela como uma importante centralidade cultural/criativa, fomentando a criação de pólos culturais alternativos que aproveitem as áreas industriais desactivadas/abandonadas;
- Consolidar e afirmar o protagonismo económico desta Unidade na AML nas actividades associadas a clusters estratégicos, reforçando as infra-estruturas de I&D;
- Salvaguardar os espaços agricultados, de elevado potencial produtivo, ou potencialmente agricultáveis, bem como os espaços florestais e naturais;
- Intensificar o processo de modernização da actividade portuária;
- Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração.

UT 11 – Nascente Agro-Florestal

1) Aspectos mais relevantes

- Riqueza florestal (montado de sobro) e agrícola (vinha);
- Dimensão ecológica muito forte;
- Importância da localização do NAL no extremo Nordeste, para o ordenamento a promover;
- Quadro de acessibilidades rodoviárias favorável e com perspectivas de melhoria acentuada;
- Existência de áreas de produção vinícola de excelente qualidade e elevada produtividade associada;
- Componente florestal relevante, que importa preservar e valorizar, seja pela dimensão ambiental, seja pela dimensão económica;
- Crescente dispersão das edificações no espaço agrícola;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos;

2) Enquadramento

Abrangendo parte dos concelhos do Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal, esta unidade estende-se por 715 km² e tem uma densidade populacional muito baixa (29 hab/km²), contando cerca de 21 000 habitantes em 2001. O cenário demográfico central, indica para 2021 uma população de 33000.habitantes

A unidade Nascente Agro-Florestal apresenta, como a designação indica, uma forte componente florestal e agrária. No que respeita à primeira, trata-se de uma ocupação relativamente homogénea, assente no essencial num típico montado de sobro, que todavia já apresenta intrusões significativas de áreas de exploração agrícola intensiva de regadio.

As principais manchas agrícolas localizam-se a sul, sendo dominadas pelo cultivo da vinha, quer em explorações de pequena e muito pequena dimensão, quer em explorações bem dimensionadas e mesmo de grande dimensão. A produção vinícola é de excelente qualidade e a produtividade é elevada. A componente exportadora é significativa no contexto nacional. Assim, deverão ser reforçados os mecanismos conducentes à protecção total da vinha nesta unidade.

Parcialmente integrada na ZPE / SIC do Estuário do Tejo, esta unidade possui, além de um importante valor agrícola e florestal, uma dimensão ecológica muito forte, decorrente da convergência de vários elementos relevantes: montado de sobro, protecção que proporciona ao aquífero, condições que oferece à avifauna em termos de habitat e do interesse paisagístico que, de um modo geral, possui. É através desta unidade que se estabelece a ligação ecológica dos Estuários do Tejo e do Sado, uma das ligações estruturantes da Rede Ecológica Metropolitana. O Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo e as orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 são os instrumentos que determinam a gestão territorial daquela AC.

A componente florestal deverá ser vigorosamente preservada, devendo ser criadas condições para a sua manutenção e valorização nas vertentes ambiental e económica.

As áreas agrícolas têm características diferenciadas, que importa valorizar globalmente no sentido de uma sustentabilidade económica, particularmente sensível quando a propriedade é de menores dimensões. A vinha oferece a produção de maior valor económico, social e cultural, mas também apresenta uma tipologia de explorações muito diversificadas, por isso se justifica um bom ordenamento dos espaços vitivinícolas, de que deverá resultar uma melhoria na qualidade dos vinhedos e a valorização da produção. A boa articulação entre a pequena e a grande produção, bem como entre a viticultura e a transformação vinícola, que já se verifica em múltiplas situações, poderá constituir um dos caminhos para a sustentabilidade desta rica mancha de vinha, que contempla a DOC Palmela, incluída na denominação regional Terras do Sado.

A localização do NAL no extremo Nordeste, na Freguesia de Canha – concelho do Montijo, vai ser determinante para as acções de ordenamento a promover. Verificam-se, no entanto, pressões que se não forem devidamente equacionadas e regradas, podem por em causa o seu equilíbrio, designadamente a agricultura de regadio, que tem vindo a expandir a sua área de exploração à custa do montado, e ocupações urbanas extensivas muito específicas, determinadas pela procura de novas formas de habitar que pretendem conciliar o modo de vida urbano com uma localização em espaço rural de grande qualidade ambiental e viabilizadas com base em regras de fraccionamento agrícola ou de ocupação turística.

Admite-se que algumas funções de apoio ao NAL, ou que necessitem de beneficiar da sua proximidade imediata, e que não se adequam à integração no seu perímetro, possam ser localizadas em aglomerados próximos, alguns já fora da AML, outros no seu interior, como são os casos de Taipadas/Canha, de Pegões e Poceirão. Mas os papéis destes dois aglomerados, como os de outros que existem nesta unidade territorial, deverão ser fundamentalmente o de obviar a que aumente a dispersão das edificações no espaço agrícola.

Ademais, o projecto deve ser pensado de forma a incentivar o uso racional do espaço, fomentando o desenvolvimento das actividades económicas que a ele se encontram ligadas noutras unidades territoriais da AML, subordinando-o, aliás, ao objectivo de resolver eventuais fragilidades socio-económicas em determinados espaços, fomentando a utilização dos recursos endógenos – nomeadamente a mão-de-obra residente – e tendo em vista o desenvolvimento harmonioso do território.

Neste quadro, importa controlar o povoamento disperso e salvaguardar a produção agrícola, tendo como base alguns núcleos, como Foros do Trapo e Faias, a Norte e Poceirão, Lagameças, Lau Cajados e Algeruz, a Sul. No caso de Poceirão, além da necessidade de promover alguma expansão urbana de apoio à plataforma logística, é importante que se “aproximem” da aglomeração urbana as populações dispersas não directamente ligadas à agricultura. Importa também “aproximar”/articular empreendimentos de logística, dispersos, da nova plataforma logística.

A norte importa estabelecer articulações com o espaço urbano de Samora Correia/Porto Alto. A sul, a área de Pegões apresenta cruzamentos de redes viárias (ferro e rodo) – com alguma expressão em termos de localização industrial – e a sua acessibilidade será reforçada com a execução do IC11, que se articula com o IP1 e com a Linha do Norte na área do Carregado/Castanheira do Ribatejo, com o IC3 em Samora Correia/Benavente, com o IC13 em Santo Estêvão e com a Linha do Sul-Alentejo. Esta área possui ainda uma boa ligação ao porto de Setúbal, reunindo, assim, as condições para se constituir como pólo de articulação sul da AML com o sul do país e, sobretudo, com o eixo Vendas Novas-Montemor-Évora, prolongando-se para Badajoz e Madrid.

Pegões, na fronteira com o Alentejo poderá ainda, na sequência de um processo de ordenamento articulado com o PROT Alentejo, constituir o centro ordenador de um território vasto, entre Vendas Novas e as polarizações mais periféricas da Península de Setúbal.

Por último, releve-se que este território apresenta algumas vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e ambientais, que decerto aumentarão com a construção do NAL. Trata-se de uma área com susceptibilidade sísmica elevada e muito elevada, determinada pelo quadro macro-sísmico e pela litologia das formações superficiais; assenta na totalidade no sistema aquífero do Tejo–Sado e a vulnerabilidade à contaminação é elevada em cerca de 97% do território. Releva-se ainda o facto de esta unidade territorial ser atravessada por um oleoduto e por um gasoduto de alta pressão.

3) Opções Estratégicas²⁸

- Preservar e valorizar as áreas de montado e de produção agrícola;
- Controlar e monitorizar as dinâmicas de urbanização e edificação resultantes da implantação das infra-estruturas previstas neste território;
- Conter o povoamento disperso, promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras e nos pequenos núcleos rurais;
- Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração.

Subunidades²⁹

²⁸ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes, incluídas nas Normas Orientadoras por Unidade Territorial

²⁹ Cfr. Normas por Unidade Territorial (Capítulo III). Ai são identificados, para cada Sub-Unidades, os objectivos programáticos essenciais que devem fundar as respectivas opções de planeamento integradas.

1) Aspectos mais relevantes

Subunidade 11 A – Agrícola Interior

- Área com características marcadamente agrícolas (relevante extensão vinícola), com ocupação humana dispersa;
- Presença de pequenas propriedades/explorações, progressivamente fragilizadas e incapazes de autonomamente robustecer as suas estruturas produtivas;
- Potencial de afirmação da vertente turística, nomeadamente nos segmentos enoturismo, agroturismo e turismo em meio rural;
- Potencial aproveitamento e qualificação para fins turísticos e residenciais de alguns elementos patrimoniais de elevado valor histórico-arquitectónico (casas de foreiros, casas dos colonos, edifícios burgueses,...).

Subunidade 11 B – Novo Aeroporto de Lisboa

- Recente decisão de localização do Novo Aeroporto de Lisboa neste território (freguesia de Canha – concelho do Montijo);
- Área reservada bastante extensa (33 km²);
- Importância de efectuar um correcto e eficaz ordenamento do território que mitigue os impactes directos, indirectos e induzidos gerados pelo empreendimento.

UT 12 – Estuário do Sado

1) Aspectos mais relevantes

- O Estuário está parcialmente localizado na AML;
- Dispõe de um plano de ordenamento (PO RNES) e está listado como SIC do Estuário do Sado (PTCONN0011), abrangendo uma área de 30.968 hectares;
- Espaço de grande relevância ambiental e ecológica (classificado como Reserva Natural e ZPE da Avifauna);
- Importância de, no seio da Rede Ecológica Metropolitana, assegurar a ligação entre este Estuário e o Estuário do Tejo;
- Sensibilidade a alguns riscos naturais (perigo sísmico e inundação por tsunamis).

2) Enquadramento

Apenas o extremo norte do Estuário do Sado e a parte terminal da Ribeira da Marateca estão inseridas na AML. No âmbito do PROTAML a unidade territorial do Estuário do Sado integra o plano de água, as zonas

húmidas e sapais, devendo as intervenções nas orlas do estuário serem articuladas e integradas com as acções a desenvolver nas unidades territoriais adjacentes.

Tal como o Estuário do Tejo, este também está classificado como Reserva Natural e ZPE da Avifauna e constitui uma área de grande importância ecológica. A complementaridade entre os dois Estuários em termos de habitat da avifauna é bastante elevada, sendo a sua ligação um dos elementos chave da Rede Ecológica Metropolitana.

O ordenamento integrado do Estuário do Sado constitui uma prioridade, tendo como principal orientação estratégica a harmonização do aproveitamento dos recursos naturais em presença com a conservação da biodiversidade dos sistemas estuarinos e através do exercício sustentável das actividades portuária, aquícola e piscatória e náutica de recreio entre outras.

Actualmente, os principais riscos naturais são de natureza sísmica: perigo sísmico elevado ou muito elevado; elevada susceptibilidade à inundação por tsunami, em resultado da baixa altitude e do enquadramento geográfico.

3) Opções Estratégicas³⁰

- Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como princípio a preservação da sustentabilidade;
- Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar;
- Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas, de grande importância para a manutenção do funcionamento e produtividade do ecossistema estuarino;
- Estimular o desenvolvimento de actividades associadas à náutica de recreio.

UT 13 – Faixa Marítima (12 Milhas)

1) Aspectos mais relevantes

- Relevante extensão de costa (189 km);
- Espaço com especial relevância para a conservação da natureza e biodiversidade, no quadro da enorme riqueza ecológica em presença;
- Necessidade de assegurar uma gestão integrada da zona costeira, nomeadamente ao nível de actividades e infra-estruturas;
- Concorrer para a prossecução dos objectivos consagrados no Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

³⁰ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes que detalham as Normas Orientadoras por Unidade Territorial

2) Enquadramento

A AML possui uma costa com extensão de aproximadamente 189 km, de fisiografia diversa, constituída por areais, arribas e estuários. O oceano é a própria razão de ser da AML; a localização e os bons acessos à navegação - Estuários de Tejo e Sado – estão na génese de uma forte relação das populações com o oceano.

A importância do mar para a AML aconselha a inclusão das águas do mar territorial até 12 milhas no âmbito do PROTAML, tendo em vista a necessidade de uma gestão integrada da zona costeira, com explicitação de medidas específicas para actividades e infra-estruturas relativas ao mar.

No âmbito do PROTAML importa distinguir cada um dos domínios e pilares estratégicos identificados pelas diferentes Estratégias Nacionais em particular, a Estratégia Nacional para o Mar e a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira. Por outro lado, é fundamental ponderar as intervenções na faixa costeira de modo a que neste estreito espaço de ligação terra - mar possam ser conciliadas diversas actividades, nomeadamente o transporte, a pesca, a aquicultura, o turismo, a conservação da natureza, a defesa nacional, a produção energética, concorrendo para um correcto ordenamento do território.

A riqueza ecológica desta faixa conduziu à classificação de alguns espaços com especial relevância para a conservação da natureza e biodiversidade, como o Parque Marinho Luís Saldanha (que integra o Parque Natural da Arrábida) ou a zona marinha do SIC Sintra-Cascais. O reconhecimento da importância desta faixa manifesta-se ainda no processo de alargamento da Rede Natura 2000 ao meio marinho, na aplicação da Directiva Estratégica do Meio Marinho (com transposição até 2010), no cumprimento das determinações dos POOC e POAP em vigor e na elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM).

É urgente referenciar os potenciais usos alternativos nas actividades associadas à economia do mar, determinando os valores de cada um para coordenar acções e estabelecer os níveis de incompatibilidade e exclusividade. Em particular, o elevado potencial existente para geração de energia eléctrica a partir das ondas ao largo da costa ocidental, abrangendo os concelhos de Cascais, Sintra e Mafra, imporá, se aproveitado, restrições aos restantes usos que deverão ser compatibilizados com as actividades existentes ou em perspectiva. Não existe actualmente um levantamento que permita identificar quais os melhores usos alternativos deste activo específico, cuja mais-valia se pretende maximizar.

A Estratégia Nacional para o Mar considera que o planeamento e o ordenamento espaciais são as ferramentas de governação promovidas pelas entidades competentes, indispensáveis para assegurar uma visão de conjunto assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, da precaução e da abordagem ecossistémica, através do levantamento e do ordenamento de todas as utilizações existentes e futuras, permitindo dar suporte a uma gestão verdadeiramente integrada, progressiva e adaptativa do oceano e da zona costeira e do desenvolvimento das actividades associadas.

Em estreita articulação com estes princípios, e de modo a cumprir os compromissos internacionais assumidos por Portugal, a Presidência do Conselho de Ministros e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura, através do Despacho n.º 32277/2008, determinou a elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, em fase de realização, tendo por base os seguintes objectivos:

- a) *Efectuar o levantamento de todas as actividades que se desenvolvem nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa, cartografando essas actividades e identificando o respectivo grau de dependência das comunidades locais e delimitar os espaços já consignados;*
- b) *Ordenar os usos e actividades do espaço marítimo, presentes e futuros, em estreita articulação com a gestão da zona costeira;*
- c) *Garantir a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marítimo no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial;*
- d) *Definir os parâmetros de desenvolvimento sustentado de cada actividade e do espaço marítimo em que cada uma se poderá desenrolar;*
- e) *Definir outras actividades passíveis de desenvolvimento a médio e longo prazo;*
- g) *Fomentar a importância económica, ambiental e social do mar;*
- h) *Definir as orientações para o desenvolvimento de indicadores de avaliação do desempenho sustentável das actividades marítimas e respectiva monitorização.*

Neste contexto, cabe ao PROT identificar preocupações de âmbito regional que o POEM deverá considerar, tendo em conta as suas especificidades territoriais e marítimas.

3) Opções Estratégicas³¹

- Promover o planeamento e gestão integrada e intersectorial da faixa marítima e suas orlas;
- Aprofundar o conhecimento em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Planear o aproveitamento sustentável e a compatibilização de potenciais usos e actividades alternativas associadas à economia do mar;
- Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pela Faixa Marítima sejam tomadas tendo como princípio o desenvolvimento sustentável e o incentivo a uma maior relevância económica, ambiental e social do mar;
- Garantir a preservação e recuperação de recursos e ecossistemas ameaçados

³¹ As Opções Estratégicas são concretizadas pelas medidas e directrizes que detalham as Normas Orientadoras por Unidade Territorial

Capítulo III – Normas Orientadoras

1. NORMAS GERAIS
2. NORMAS ESPECÍFICAS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO
3. NORMAS ESPECÍFICAS POR UNIDADE TERRITORIAL

1 Normas Gerais

Condições de Operacionalização

A execução da estratégia e das orientações constantes do PROTAML e a concretização e consolidação do Modelo Territorial definido exigem o investimento e a adopção de um conjunto de condições fundamentais que importa destacar:

- **Explicitação e adopção de uma política de solos** – deve assegurar-se a explicitação e adopção de uma política de solos, tanto ao nível central como local, que suporte a intervenção pública no mercado dos solos e a sua regulação enquanto bem de consumo e factor de produção escasso. A complexidade desta matéria aconselha uma análise aprofundada com vista à produção de um quadro legislativo integrado e coerente, nele incluindo a revisão dos mecanismos fiscais sobre o solo e a edificação, a estruturação das finanças locais, a criação de programas de apoio para a constituição de reservas de solo municipal e as políticas de fraccionamento e reparcelamento fundiário;
- **Compatibilização dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)** – deve assegurar-se o início ou a continuação dos procedimentos de alteração ou revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) da AML e dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor nesta região, assegurando a sua adaptação às orientações e directrizes estabelecidas pelo PROTAML, as quais servirão igualmente de referência aos processos de elaboração ou revisão de Planos Sectoriais que estejam a decorrer. Não obstante estes procedimentos poderem ocorrer de imediato à sua entrada em vigor, a sua natureza determina, na maioria dos seus aspectos e em particular no que respeita aos PDM, a reavaliação global da estratégia de desenvolvimento concelhio e a ponderação alargada das opções de ocupação e uso do solo, quer ao nível da classificação e qualificação do solo, quer da regulamentação, não dispensando deste modo um procedimento de alteração ou revisão desses planos.
- **Coordenação intersectorial** – deve assegurar-se a articulação permanente entre os diferentes serviços das Administrações Central e Municipal, tanto ao nível das tomadas de decisão, como no desenvolvimento dos programas, planos e projectos, de modo a compatibilizar as políticas sectoriais com incidência na organização do território com a estratégia estabelecida pelo PROTAML;
- **Contratualização** – deve incentivar-se modelos de actuação baseadas na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos objectivos e acções definidas pelo PROTAML. O estabelecimento de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de projectos e execução de planos deve ser regulada de forma a acautelar o interesse público, sem prejudicar a iniciativa privada;
- **Participação e sensibilização** – deve garantir-se o reforço da consciência cívica dos cidadãos e o incremento da sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor e importância do ordenamento do território. Neste âmbito, para além do dever de assegurar o acesso à informação e a intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos IGT pelos cidadãos, as entidades da Administração Pública com responsabilidades na gestão do território devem comprometer-se em investir na formação e na

sensibilização, nomeadamente promovendo programas de formação pluridisciplinar em ordenamento e gestão territorial, destinados a profissionais do sector público e privado e a integrar conteúdos neste âmbito em programas ou acções de sensibilização nas escolas;

- **Fiscalização** – deve investir-se na fiscalização rigorosa no território, apoiada por meios e mecanismos que permitam a sua actuação com eficácia, evitando situações de prejuízos irreversíveis. A fiscalização, para além de ter um papel eficaz, actuando de forma célere e exemplar, em situações que possam prejudicar o correcto desenvolvimento do plano, deverá ter também um papel preventivo, no sentido de saber esclarecer as entidades e cidadãos sobre as orientações do PROTAML.

Critérios e Princípios Transversais

A concretização efectiva das orientações e directrizes para os diferentes domínios de intervenção e respectivas linhas de acção dependem de um conjunto de condições transversais aos mesmos que importa relevar como sustentáculo de todo o processo de planeamento.

NG.1 Carta de ocupação do solo

Problemática

- O estudo efectuado com respeito aos padrões de ocupação do solo na AML para o ano de 2007, em comparação com o ano de 2002, revela um conjunto de tendências positivas e negativas no território que importa detalhar e analisar com maior profundidade ao nível do planeamento municipal, de forma a que o processo de classificação e qualificação do solo seja sustentado no conhecimento efectivo do território.

Orientações

- A classificação e qualificação do solo a efectuar no âmbito dos PDM, tem por referência os padrões de ocupação do solo do PROTAML, detalhando, redelimitando e subdividindo as tipologias identificadas, tendo por base uma prévia avaliação tipológica e funcional das mesmas.

Directrizes

Nos procedimentos de revisão dos PDM e em momento prévio à classificação e qualificação do solo municipal, elaborar a planta da situação existente, com a ocupação do solo, nos termos do disposto na alínea b) do 1º ponto da Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro, tendo por referência os padrões de ocupação do solo definidos pelo PROTAML e incluindo as seguintes tipologias de ocupação, que não derrogam os conceitos legalmente existentes:

- Áreas edificadas compactas:** Áreas em que a edificação tem um carácter compacto e contínuo e que possuem uma estrutura consolidada cuja morfologia é definida por uma rede viária hierarquizada e ordenada, diferenciando-as em termos dos níveis de colmatagem, densidade, infraestruturação e estruturação territorial e caracterizando-as quanto às principais funções e dinâmicas. Incluem os conjuntos edificados em espaço rústico com base num espaço nuclear com carácter compacto e contínuo em que a estrutura viária é perceptível e hierarquizada. Correspondem a uma concentração de edificações destinadas a residência e/ou outros usos e funções, afastadas entre si a menos de 50m.
- Espaços vazios sem construção:** Áreas livres de edificação, com dimensão significativa, envolvidas por áreas edificadas compactas, caracterizando-as em termos ecológicos e biofísicos.
- Áreas edificadas fragmentadas:** Áreas edificadas com características urbanas fragmentadas e desqualificadas, que ocorrem tendencialmente na extensão das áreas edificadas consolidadas, onde há uma coexistência de funções e tipologias de edificação com base numa rede viária não estruturada e hierarquizada, deficiente infraestruturação, baixa dotação de equipamentos e espaços públicos e problemas de convivência de usos.
- Áreas edificadas turísticas:** Conjuntos edificados compostos por moradias isoladas, moradias em banda, unidades hoteleiras e equipamentos como piscinas, golfs ou outros, onde se pode observar uma gestão comum do espaço.

- e. **Complexos desportivos:** Unidades ou conjuntos de unidades de instalações desportivas públicas ou privadas, constituindo um conjunto de dimensão significativa destinada à prática de várias modalidades, podendo incluir alojamento para atletas e outros equipamentos conexos.
- f. **Marinas e portos de recreio:** Superfícies de água e infra-estruturas de apoio à actividade náutica, incluindo a área envolvente de apoio à actividade e todos os equipamentos e infra-estruturas a ela associadas.
- g. **Instalações aeroportuárias e ferroviárias:** Espaços afectos a aeroportos e aeródromos, incluindo pistas, edifícios e todos os espaços livres associados a estas infra-estruturas. Inclui também as áreas afectas a estações ferroviárias de grande dimensão, assim como os espaço afectos a estas infra-estruturas.
- h. **Instalações Militares:** Espaços afectos a instalações militares com grande expressão em área ocupada.
- i. **Portos:** Instalações portuárias, incluindo docas, portos de abrigo e todos os edifícios associados a esta infraestrutura.
- j. **Grandes e médias superfícies comerciais:** Elementos edificados isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial associados a grandes e médias superfícies comerciais.
- k. **Áreas de indústria, logística e armazenagem:** Elementos edificados isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial destinados à instalação de empresas, indústria e armazenagem.
- l. **Áreas de agro-pecuária:** Elementos edificados isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial destinados à instalação de unidades de agro-pecuária.
- m. **Áreas edificadas dispersas:** Áreas onde a estrutura agrícola é ainda evidente mas onde a ocorrência de edifícios isolados ou em pequenos grupos, constitui já um padrão importante ou dominante da paisagem. Devem ser diferenciadas em função das densidades do edificado. Inclui as áreas de edificação linear ao longo de vias de comunicação, em estrutura simples ou reticular, para as quais devem ser identificadas as quebras de continuidade e as densidades do edificado. Inclui ainda as áreas edificadas em foros.
- n. **Áreas de baixa aluvionar:** Áreas marginais a linhas de água, de várzea ou de lezíria, associadas a solos de aluvião com elevada produtividade agrícola.
- o. **Áreas agrícolas:** Espaço onde predomina o uso agrícola associado a: a) grandes parcelamentos com cultura arvense intensiva e sem arborização significativa ou áreas ocupadas por policulturas; b) conjunto de parcelas agrícolas onde predominam em grandes extensões pomares, vinhas, horto-frutícolas e olivais; c) conjunto de parcelas agrícolas ou folhas de cultura onde coexistem com culturas arvenses de sequeiro, pomares, vinhas, horto-frutícolas e olivais, em que pode ocorrer arborização periférica da parcela. Agricultura em pequena propriedade que constitui o mosaico agrícola; d) áreas de pastagens sem coberto arbóreo suporte da produção animal extensiva.
- p. **Povoamentos florestais:** Áreas ocupadas por um conjunto de árvores suficientemente homogéneas, sem distinção no que se refere à sua composição, estrutura ou densidade e incluindo as novas plantações.
- q. **Povoamentos de Sobreiro ou Azinheiras:** Formação vegetal onde se verifica o predomínio de sobreiros e/ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, apresentando densidades variáveis.
- r. **Áreas de industria extractiva:** Áreas de exploração de inertes em actividade e antigas áreas a recuperar.
- s. **Áreas de aquicultura e salicultura:** Áreas de exploração de organismos aquáticos e do sal.
- t. **Matos:** Áreas com revestimento herbáceo-arbustivo de espécies de flora climax com pequena altura, podendo ocorrer ao longo das linhas de drenagem natural e encostas adjacentes, maciços arbustivos e arbóreos de maiores dimensões de forma contínua. Evidência das formas do relevo natural e de fenómenos de geomorfologia local. Áreas com percentagem significativa de terrenos sem uso definido, com pedregosidade elevada e ocorrência de muros de pedra.
- u. **Dunas:** Formações de acumulação eólica, cujos materiais de origem são areias marinhas, regularmente revestidas por vegetação herbácea característica deste ecossistema.
- v. **Praias:** Forma de acumulação de areias ou cascalhos de fraco declive, limitada inferiormente pela linha baixamar de águas vivas equinociais e superiormente pela linha atingida pela preia-mar de águas vivas equinociais.
- w. **Áreas Húmidas e Sapais:** Áreas sujeitas a alagamento pelo efeito da maré, normalmente compostas por sapais e zonas intertidais. Cobrem áreas onde o excesso de água domina o ambiente e determina a fauna e a flora. A

linha de água situa-se usualmente pouco abaixo, ao mesmo nível ou ligeiramente acima da superfície da terra e a água pode ser parada, corrente ou dependente da maré.

- x. **Planos e cursos de água:** Zonas alagadas, naturais ou artificiais.

NG.2 Classificação e qualificação do solo

Problemática

- O DR n.º 11/2009, de 29 de Maio estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rural e urbano aplicáveis a todo o território nacional, permitindo assim que, num domínio de elevada complexidade técnica, os PMOT possam dispor de uma base harmonizada de critérios. Face às especificidades regionais do território da AML, importará melhor desenvolver e detalhar as exigências inerentes à qualificação do solo, designadamente ao nível da definição de categorias e sub-categorias.

Orientações

- Harmonizar os critérios de qualificação do solo urbano e rural entre todos os PDM da AML.

Directrizes

1. Em sede de PDM qualificar o solo urbano de acordo com os critérios constantes do Quadro 3,
2. Em sede de PDM qualificar o solo rural de acordo com os critérios constantes do Quadro 4.
3. No âmbito da classificação e qualificação do solo podem ser delimitadas áreas de salvaguarda, protecção e operacionalização que constituirão perímetros em sobreposição gráfica à classificação e qualificação do solo, tendo em consideração os objectivos e critérios constantes do Quadro 5, podendo, contudo, ser estabelecidas outras não consideradas neste quadro
4. As categorias de espaço do solo urbano e rural devem ser ponderadas em função das realidades territoriais do município, podendo ser subdivididas ou definidas outras não consideradas nos quadros. Nestes termos, a correspondência com a classificação COS tem carácter orientador, devendo as delimitações ser afinadas em função de análises mais detalhadas.

Quadro 3 – Qualificação do solo urbano

Categorias de espaço previstas no RJGT		Sub-categorias de espaço	Classificação COS PDM	Tipologias das áreas e critérios de identificação
Espaços urbanizados	Espaços centrais			Áreas que se destinam a desempenhar funções de centralidade para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de actividades terciárias e funções residenciais.
	Espaços residenciais	Áreas consolidadas (Alta / Média / Baixa densidade)	Áreas edificadas compactas	Áreas edificadas compactas em meio urbano que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante. Incluem as áreas comprometidas abrangidas por esses espaços (objecto de actos de licenciamentos válidos e eficazes).
		Áreas a estruturar	Áreas edificadas fragmentadas	Áreas edificadas fragmentadas em meio urbano que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante.
	Espaços de actividades económicas	Áreas Industriais / Áreas de Multiuso / Áreas turísticas	Grandes e médias superfícies comerciais / Áreas de indústria, logística e armazenagem / Áreas edificadas turísticas	Áreas edificadas em meio urbano ocupadas especificamente por actividades económicas industriais, de armazenagem, de serviços, de comércio, de turismo e de logística, com especiais necessidades de afectação e organização do espaço urbano, a manter.
	Espaços de uso especial	Equipamentos / Infra-estruturas	Complexos desportivos / Marinas e portos de recreio / Instalações aeroportuárias e ferroviárias / Instalações militares / Portos	Áreas edificadas em meio urbano ocupadas por grandes equipamentos ou infra-estruturas ou outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo.
	Espaços Verdes	Verde urbano / Verde de protecção e enquadramento	Espaços Vazios sem Construção	Áreas não edificadas em meio urbano que se destinam a garantir o funcionamento dos sistemas e processos biofísicos que asseguram os bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das actividades humanas e os recursos fundamentais de solo e água. Integram ainda outras áreas com valor natural e cultural, as áreas de risco natural, as áreas de protecção de infra-estruturas e de utilizações conflituosas com a fruição urbana, bem os espaços de desafogo do sistema urbano, destinados ao recreio e lazer, desporto e cultura, fundamentais para o conforto climático. Coincidem no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal.
Solo urbanizável	Categorias funcionais se aplicável		(não se aplica)	Áreas com vocação para a urbanização destinadas à expansão urbana, nas suas várias funções, no qual a urbanização é sempre precedida de programação. Podem incluir áreas contíguas aos aglomerados urbanos existentes com edificação dispersa.

Quadro 4 – Critérios de Qualificação do Solo Rural

Categorias de espaço previstas no RJGT		Sub-Categorias de espaço	Classificação COS PDM	Tipologias das áreas e critérios de identificação
Espaços agrícolas ou florestais	De produção	Áreas agrícolas prioritárias de baixa aluvionar	Áreas de baixas aluvionar	Áreas marginais a linhas de água, de várzea ou de lezíria associadas a solos de aluvião com elevada produtividade agrícola, normalmente correspondentes aos leitos de cheia das mesmas e frequentemente classificadas como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, por vezes sujeitas ao regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola.
		Outras áreas agrícolas prioritárias	Áreas agrícolas	Áreas abrangidas pela Reserva Agrícola Nacional, áreas sujeitas ao regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, outras áreas infraestruturadas para regadio e áreas de produção estratégica.
		Outras áreas agrícolas	Áreas agrícolas	Outras áreas onde predomina o uso agrícola ou com vocação para o mesmo.
		Áreas florestais	Povoamentos florestais / Matos	Espaços florestais onde a produção florestal domina ou com aptidão para a mesma.
	De conservação	Áreas florestais	Povoamentos florestais / Matos	Espaços florestais onde domina a funcionalidade de protecção ou conservação.
	De uso múltiplo agrícola e florestal	Áreas agro-florestais de montado	Povoamentos de sobreiro ou azinheiras	Formações florestais onde se verifica o predomínio de sobreiros e/ou azinheiras, associados ou não entre si e com outras espécies, apresentando densidades variáveis.
Áreas agrícolas / florestais		(sem aplicação directa)	Áreas onde coexistem o uso agrícola e o uso florestal em mosaico, sem predomínio evidente de qualquer dos usos	
Espaços afectos à exploração de recursos geológicos	Existentes / A recuperar	Áreas de industria extractiva	Áreas de exploração de inertes licenciadas ou concessionadas e antigas áreas de exploração de inertes a recuperar.	
Espaços naturais		Matos / Dunas / Praias / Arribas / Zonas húmidas e sapais / Planos de Água	Áreas onde as medidas de protecção especial de recursos naturais e a salvaguarda de valores paisagísticos dominam. Incluem as áreas com maior valor natural como tal identificadas nos planos de ordenamento de áreas protegidas, as áreas de ocorrência dos valores naturais nos sítios e nas zonas de protecção especial, de acordo com o plano sectorial da Rede Natura 2000, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, cuja utilização dominante não seja agrícola, florestal ou geológica.	

Categories de espaço previstas no RJGT	Sub-Categorias de espaço	Classificação COS PDM	Tipologias das áreas e critérios de identificação
Espaços afectos a actividades industriais		Áreas de industria, logística e armazenagem	Espaços de instalação de actividades industriais isoladas em meio rural, incluindo aquelas directamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos.
		Áreas edificadas compactas	Núcleos existentes de edificação concentrada em solo rural com funções residenciais e de apoio a actividades localizadas em solo rural, sem escala ou dimensão para integrarem o sistema urbano municipal podendo deter diferentes dimensões e densidades e que correspondem a um aglomerado populacional com uma designação própria, com dez ou mais fogos.
Áreas de edificação dispersa	Extensiva	Áreas edificadas dispersas	Esta categoria tem como base a necessidade de regrar e estruturar as áreas edificadas dispersas e extensivas em solo rural sem arruamentos consistentes nem estruturação definida. A sua delimitação considera o imperativo de selecção das áreas com capacidade de nucleação e de contenção do fenómeno da edificação nas restantes áreas. Engloba as áreas existentes onde o fenómeno tem densidades superiores a 1 fogo/ha, que devem ter uma dimensão de referência de 25 ha.
	Linear	Áreas edificadas dispersas	Áreas existentes de povoamentos lineares ao longo de vias de comunicação com carácter contínuo ou em rede, com tradição histórica no caso dos foros. A sua delimitação atende ao imperativo de contenção deste tipo de povoamento, considerando-se apenas as áreas já edificadas ao longo das vias, mantendo-se os espaços intersticiais como agrícolas, podendo promover-se pontualmente a sua ocupação apenas para efeitos de nucleação e concentração de equipamentos.
Espaços culturais		(sem aplicação directa)	Áreas de património histórico, arquitectónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, conservar e valorizar.
Espaços de ocupação turística		Áreas edificadas turísticas	Espaços afectos ou a afectar a empreendimentos turísticos em meio rural

Categorias de espaço previstas no RJIGT	Sub-Categorias de espaço	Classificação COS PDM	Tipologias das áreas e critérios de identificação
Espaços afectos a actividades agro-pecuárias		Áreas de agro-pecuária	Espaços de instalação de actividades agro-pecuárias.
Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o estatuto de solo rural	Núcleos edificados das Quintas	(sem aplicação directa)	Conjuntos edificados em solo rural com valor patrimonial e cultural com possibilidade de valorização para usos de apoio à actividade agrícola ou actividades associadas de turismo e recreio e lazer. Esta categoria tem carácter excepcional e deverá aplicar-se em situações de evidente interesse e necessidade e desde que salvguarde a manutenção da actividade agrícola da exploração em associação e complementaridade com outras actividades e ainda desde que o programa de intervenção seja valorizador da actividade agrícola mediante comprovativo da entidade competente pela área da agricultura
	Áreas de infra-estruturas existentes e propostas	Complexos desportivos / Marinas / Instalações aeroportuárias e ferroviárias / Instalações militares / Portos	Áreas ocupadas ou destinadas à instalação de infra-estruturas em solo rural, fora dos aglomerados urbanos.
	Áreas de equipamentos existentes e propostas	(sem aplicação directa)	Áreas ocupadas ou destinadas à instalação de equipamentos em solo rural, nomeadamente, parques de campismo, parques desportivos, parques de recreio e lazer.

Quadro 5 – Áreas de salvaguarda, protecção e operacionalização
(Perímetros em sobreposição gráfica à classificação e qualificação do solo)

Tipos de Áreas	Critérios de identificação	Objectivos
Áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal	Áreas e corredores que materializam a EEM	Salvaguarda e valorização das áreas da EEM, em conformidade com os usos dominantes
Zonas de Especial Interesse Turístico	Áreas com elevado potencial de visitação turística	Melhoria das condições de atractividade e visitabilidade
Áreas de Vocação Turística	Perímetros que materializam áreas de vocação para a localização de novos núcleos de desenvolvimento turístico	Garantia da qualidade ambiental e paisagística, vocação e complementaridade de usos e exclusão de usos incompatíveis com a actividade turística
Áreas históricas	Áreas antigas ou históricas em que prevalecem valores arquitectónicos e patrimoniais e/ou arqueológicos a preservar, conservar, reabilitar e valorizar	Salvaguarda e valorização do património
Áreas de recursos geológicos potenciais	Perímetros em que ocorrem recursos geológicos com potencial para a exploração mineira, podendo corresponder a áreas cativas e de reserva	Salvaguarda das áreas com potencial para a exploração de recursos
Áreas de localização preferencial para exploração de energia eólica	Territórios onde existem condições naturais para o aproveitamento do potencial eólico	Garantia da qualidade ambiental e paisagística, vocação e complementaridade de usos
Áreas de localização de unidades agro-pecuárias	Territórios onde existem condições sócio-económicas e ambientais para o desenvolvimento do sector agro-pecuário	Melhoria das condições de infraestruturização e sanitárias
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Áreas a submeter a processos de planeamento específico	Operações de planeamento integrado

2. Normas Específicas por Domínio de Intervenção

Domínio A. Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo

No âmbito do domínio “Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo” foram identificados indicadores-chave que permitem medir os resultados da concretização das Linhas de Acção. As metas reportam-se aos indicadores-chave constantes no Capítulo V: Sistema de Monitorização e Avaliação.

Linhas de Acção

A1. Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais

A2. Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade

A3. Consolidar a AML como destino turístico

A4. Promover a inovação e diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A5. Modernizar a base industrial e os serviços

Metas 2020

- Aumento em 7 Milhões do número de Passageiros aéreos movimentados
- Incremento em 5% da quota de mercado da ferrovia nas deslocações de média e longa distância, nas ligações externas
- Acréscimo de 1,83% em investimento em I&D em função do PIB
- Aumento em 40% o número de empregos gerado pelas actividades criativas e culturais
- Duplicação do número actual de dormidas de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros
- 50% do número de Campos de Golfe certificados pela ISO 14001
- Duplicação da percentagem de agregados domésticos privados com ligação à Internet

A.1. Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais

A.1.1 Aeroporto de Lisboa

Normas Conexas: A.1.2. / A.5.1. / B.1.1. / B.4.2. / C.2.1. / C.2.4. / C.7.4.

Problemática

- Problemas de capacidade e de inserção urbana do actual Aeroporto de Lisboa, que condicionam o desenvolvimento das estratégias de inserção do País na rede global de transporte aéreo
- Construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) no Campo de Tiro de Alcochete como uma medida estratégica para ultrapassar os problemas existentes na Portela mas acarretando um conjunto de outros desafios e impactes no território que importa acautelar

Orientações

1. Desenvolver o projecto do NAL no Campo de Tiro de Alcochete com condições operacionais adequadas em termos de segurança e ambiente e ajustadas ao desenvolvimento dos segmentos de negócios estratégicos de passageiros e carga
2. Assegurar conexões e interfaces de integração do NAL com os restantes modos de transporte que garantam uma maior coerência, integração e competitividade do conjunto das infra-estruturas de transportes

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Continuar o plano de investimentos no aeroporto da Portela por forma a assegurar níveis de qualidade de serviço no mínimo razoáveis, até à entrada em funcionamento do NAL	Projecto / obra	ANA	MOPTC
2. Assegurar que o NAL se encontra construído e operacional quando a capacidade última do aeroporto da Portela estiver esgotada	Projecto / obra	NAER	MOPTC
3. Salvaguardar que o projecto da estação ferroviária dentro do novo aeroporto não inviabiliza a possibilidade de evolução da rede ferroviária, no sentido de, a prazo, permitir futuras ligações directas, quer com a rede de alta velocidade, quer com a rede convencional: para Norte à Linha do Norte e/ou à Linha AVF Porto-Lisboa; para Nordeste à Linha de Vendas Novas; e para Sul e Este, sem transbordo nos serviços de AVF e nos serviços da rede convencional	Projecto	MOPTC	NAER RAVE REFER
4. Minimizar os efeitos da necessidade de transbordo prevista no caso dos passageiros de AVF provenientes de Este e Sul, garantindo condições de conforto e segurança que não afectem as estratégias comerciais do NAL	Projecto	RAVE	MOPTC
5. Estudar a possibilidade de criação, através da rede ferroviária convencional, de uma ligação sem transbordo ao NAL a partir do eixo Setúbal-Palmela e do Alentejo e Algarve, revendo a concordância das linhas no Pinhal Novo	Estudo	REFER	MOPTC

A.1. Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais

A.1.2 Alta Velocidade Ferroviária (AVF)

Normas Conexas: A.1.1. / A.5.1. / B.4.2.

Problemática

- Ligações ferroviárias internacionais obsoletas para pessoas e mercadorias e com problemas de compatibilidade de sistemas com a rede espanhola em bitola europeia
- Para a competitividade do modo ferroviário é fundamental assegurar a interoperabilidade do sistema nacional com o espanhol e europeu, sem rupturas de carga e com reduções importantes nos tempos de percurso, e garantir a boa articulação com as restantes infra-estruturas de transportes (existentes e previstas)

Orientações

1. Implementar as ligações de AVF previstas, assumindo-as como eixos de desenvolvimento nacional que potenciam a integração de Portugal no espaço ibérico e europeu e reforçam a competitividade da fachada atlântica nacional à escala europeia
2. Assegurar que se processa a articulação da rede de AVF com os restantes sistemas de transportes (incluindo rede ferroviária convencional), garantindo uma maior coerência, integração e competitividade do conjunto das infra-estruturas de transportes

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Construir as linhas de AVF previstas, designadamente o eixo Lisboa – Madrid e o eixo Lisboa – Porto – Vigo	Projecto / Obra	RAVE	MOPTC
2. Avaliar o papel da estação de interface prevista no Poceirão como ponto de acesso à rede ferroviária, garantindo-lhe um acesso público rodoviário compatível	Estudo / Obra	RAVE EP/INIR	MOPTC
3. Assegurar a eliminação da necessidade de transbordo nas ligações ao NAL provenientes de Este (Évora e Espanha) e Sul (Algarve – Huelva), quando a procura o justificar	Estudo / Projecto	RAVE	MOPTC
4. Avaliar as fragilidades que decorrem, ao nível do transporte de mercadorias, de ainda não estar assegurada a ligação para leste de Madrid por ferrovia em bitola standard (sobre a rede da AVF)	Estudo	RAVE	MOPTC REFER

A.1. Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais

A.1.3 Sistema Marítimo-Portuário

Normas Conexas: A.3.3. / A.5.1. / B.4.1. / B.4.2. / B.4.6. / C.3.3.

Problemática

- Ausência de estratégias concertadas entre os Portos de Lisboa, Setúbal e Sines que tirem partido da sua proximidade geográfica, racionalizando os investimentos numa óptica de complementaridade e com vista ao aumento da quota nacional de movimentação portuária
- Debilidades de inserção dos portos de Lisboa e Setúbal nos grandes corredores multimodais de acesso a Espanha e ao interior do Continente Europeu, bem como nas ligações às plataformas logísticas existentes e previstas, o que condiciona o seu desenvolvimento

Orientações

1. Potenciar o transporte marítimo, num contexto de complementaridade entre os portos de Lisboa, Setúbal e Sines, tal como definido nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário
2. Promover elevados níveis de articulação entre o sistema portuário e o sistema logístico, favorecendo modos de transporte mais sustentáveis, designadamente o modo ferroviário

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Reforçar o modelo de gestão colaborativa e integrada e garantir a articulação entre os portos de Lisboa e Setúbal, potenciando ganhos para ambas as infra-estruturas e para a região, à luz do Plano Nacional Marítimo Portuário	Medida administrativa	IPTM	APL APSS
2. Estudar as acessibilidades rodo-ferroviárias e fluviais que permitam melhorar a articulação com as plataformas logísticas da AML e o escoamento das mercadorias a partir dos portos de Lisboa e Setúbal, incluindo nomeadamente: <ol style="list-style-type: none"> a) Dinamização do transporte fluvial de mercadorias no estuário do Tejo, com vista a tirar partido das capacidades instaladas e viabilizar o funcionamento polinucleado do porto de Lisboa e o aproveitamento de novas zonas logísticas previstas no arco ribeirinho, designadamente na zona Norte do Barreiro (Quimiparque); b) Melhoria das acessibilidades terrestres à Trafaria, com vista a resolver os problemas hoje existentes e estudo de novas ligações que permitam viabilizar a expansão deste terminal, a prazo, designadamente de um ramal ferroviário de ligação à rede nacional e à plataforma logística do Poceirão; c) Articulação do desenvolvimento do porto de Setúbal com o sistema de transportes ferroviários, promovendo designadamente a ligação directa aos terminais, com o sistema de transportes rodoviários de mercadorias de Setúbal / Palmela e com as áreas industriais e de serviços conexas; d) Estudo das soluções alternativas eficientes de escoamento das mercadorias a partir do terminal de Alcântara, atendendo aos compromissos assumidos de expansão do terminal de carga e garantindo soluções eficientes e sustentáveis e que não ponham em causa as demais funções essenciais dos sistemas rodoviário e ferroviário de suporte 	Estudo	MOPTC	APL APSS APS CM
3. Garantir a reserva de terrenos e de espaços canais adequados que possibilitem uma eventual necessidade de aproveitamento da Trafaria como alternativa à expansão do Porto de Lisboa, a mais longo prazo	PMOT	CM	CCDRLVT APL

A.2. Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade

A.2.1 Redes de Investigação, Inovação e Competitividade

Normas Conexas: A.2.3. / A.4.4. / A.5.1. / A.5.3. / B.1.1. / B.1.2. / B.2.4.

Problemática

- Qualificação dos trabalhadores da AML como um importante activo que, conjuntamente com uma política de apoio a redes de investigação e cooperação entre as empresas, pode conduzir a projectos de inovação tecnológica que proporcionem o crescimento económico e a emergência de novas actividades competitivas associadas aos sectores existentes
- Crescente investimento em I&D na AML, mas ainda insuficiente no âmbito europeu e no contexto de globalização económica
- Necessidade e potencialidades de criação de condições favoráveis à expansão de actividades de I&D e para o subsequente fomento do empreendedorismo e do potencial endógeno

Orientações

1. Promover a cooperação internacional e nacional entre centros de investigação e sua abertura à participação das empresas interessadas
2. Apostar no desenvolvimento de pólos que potenciem efeitos de localização e agregação para atracção de empresas de base científica e tecnológica
3. Apoiar a inovação, diferenciação e especialização produtiva da economia regional, considerando a sua capacidade competitiva
4. Promover o sector universitário de base tecnológica e a transferência de tecnologia para o sector industrial e a articulação e melhoria da relação entre empresas e universidades

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Criar a Agência Regional de Desenvolvimento Tecnológico, com a finalidade de apoiar a inovação de base tecnológica em PME e facilitar o acesso aos serviços de formação, intermediação e financiamento	Medida Administrativa	MEID	MCT CM
2. Prever e promover espaços de incubação onde coexistam indústrias e serviços que fomentem a inovação em ambiente de interacção	PMOT	CM	CCDRLVT MEID, MCT
3. Desenvolver processos e incentivos à transferência de tecnologia, ao empreendedorismo qualificado e à internacionalização das actividades económicas	Incentivos	MEID	MEID, CM, U&CI CCDRLVT
4. Dinamizar estruturas de apoio à investigação, com esquemas de partilha de conhecimento entre as entidades do sector privado, as universidades, politécnicos e o sector público	Incentivos	MCT	MEID, CM, U&CI CCDRLVT

A.2. Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade

A.2.2 Cluster da Saúde

Normas Conexas: B.1.1. / B.1.2.

Problemática

- Crescimento e bom desempenho da investigação científica em biotecnologia e nas ciências da vida em Portugal e potencial de crescimento na AML, considerando os seus recursos humanos e geográficos, para o desenvolvimento de “produtos” relacionados com o sector da saúde
- Perspectiva da AML, no horizonte 2020, vir a ser servida por uma densa e moderna rede de equipamentos hospitalares públicos e privados, e por uma rede de clínicas especializadas em diversas tipologias de intervenção médica e cirúrgica e em tratamentos de recuperação e reabilitação
- Crescente reputação de médicos e equipas médicas portuguesas em áreas como a cirurgia de transplantes, a cirurgia cardiotorácica, a cirurgia vascular, a ortopedia e reabilitação, a cirurgia estética e de emagrecimento

Orientações

1. Articular a prestação de cuidados médicos com a investigação, com especial ênfase na relação entre os investimentos públicos e privados
2. Promover a investigação aplicada em novos fármacos e tecnologias de saúde, potenciando as actividades e a visibilidade global do Health Cluster Portugal (HCP)
3. Avaliar e definir uma estratégia integrada para o desenvolvimento de um “cluster de saúde”, incluindo investigação científica, produção farmacêutica, serviços médico-cirúrgicos e serviços de recuperação e de reabilitação
4. Avaliar as oportunidades, constrangimentos e limitações ao desenvolvimento de um “sub-cluster” de actividades ligadas ao turismo de saúde e bem-estar, recuperação e rejuvenescimento

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Estudar o potencial de estruturação e desenvolvimento da fileira de turismo de saúde, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> a) Identificação dos principais mercados, o perfil da procura potencial, e as tipologias de cuidados e prestações de saúde mais solicitadas; b) Avaliação da capacidade instalada e a instalar na AML em termos de internamento médico, tratamento hospitalar e alojamento, acompanhamento de reabilitação e de bem estar em geral 	Estudo	TdP	MS CM MEID
2. Promover, na envolvente de unidades hospitalares e clínicas especializadas, as condições para instalação de unidades de alojamento com valência de serviços de saúde e assistência médica e de serviços especializados no acompanhamento de intervenções médico cirúrgicas e em recuperação ou reabilitação de doentes	PMOT	CM	MEID TdP MS

A.2. Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade

A.2.3 Cluster das Indústrias Criativas

Normas Conexas: A.2.1. / B.1.1. / B.1.2. / D.3.1. / D.3.2. / D.4.2.

Problemática

- Emergência do cluster das indústrias criativas e condições favoráveis na AML, enquanto região de cruzamento de culturas, para valorizar os seus activos em territórios de criatividade
- Oportunidade de qualificação e regeneração de grandes espaços devolutos no interior de áreas urbanas / industriais de alguns concelhos da AML para gerar ambientes criativos e singulares
- Relevância da facturação das actividades criativas como indicador de competitividade de uma região num contexto de crescimento sustentado da economia do conhecimento

Orientações

1. Assumir a cultura como vector decisivo para o aumento da competitividade da AML e para garantir o seu desenvolvimento sustentável
2. Afirmar na AML, um *cluster* centrado nas actividades criativas e culturais, propiciador da emergência de um ambiente criativo 4T (Tecnologia, Tolerância, Talento, Território)
3. Incrementar significativamente as actividades criativas na cidade de Lisboa, aproveitando/potenciando a proximidade a inúmeras estruturas orientadas para a cultura
4. Apostar no desenvolvimento de projectos inovadores das classes criativas, em articulação com outras iniciativas culturais, de valorização do património edificado e de promoção turística da AML
5. Aproveitar e dinamizar espaços e equipamentos desactivados (armazéns, fábricas, edifícios devolutos,...) que potenciem a criação de pólos culturais alternativos que se assumam como potenciais âncoras turísticas municipais
6. Promover a AML como território exportador de bens e serviços nas actividades criativas e como pólo de atracção de “mão-de-obra” de classes criativas nesta vertente, enfatizando a componente cultural de Portugal, a sua história e as suas relações atlânticas

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover nos espaços e equipamentos desactivados usos compatíveis com a necessidade de incrementar a fixação de agentes culturais (“residências artísticas”), de pólos de empresas criativas, de espaços para criadores e eventos	PMOT	CM	CCDRLVT
2. Apoiar novas formas de parceria público-privada e apostar em parcerias internacionais, gerando maior eficácia e eficiência no aproveitamento dos espaços	Apoio / incentivos, parcerias	Tutela Interministerial	MEID, MC, MTSS MAOT
3. Criar medidas de estímulo ao aparecimento de empresas/indústrias criativas e culturais	Apoio / incentivos	Tutela Interministerial	MEID, MC, MTSS MAOT

A.3. Consolidar a AML como destino turístico

A.3.1 Zonas de Especial Interesse Turístico (ZEIT)

Normas Conexas: A.3.4. / A.4.3. / D.3.1. / D.3.2. / D.3.3. / D.4.2.

Problemática

- Deficientes condições de acolhimento em áreas com elevado potencial de visitação turística, nomeadamente ao nível da informação turística, qualidade do espaço público e oferta de pacotes turísticos integrados
- Desequilíbrio territorial da oferta turística por via da concentração excessiva da oferta de alojamento e entretenimento nas macrocentralidades turísticas de Lisboa, Sintra e Cascais, não obstante o potencial de outras áreas da região

Orientações

1. Criar as condições para tirar partido de localizações que, pelos seus atributos naturais e paisagísticos, pelo seu valor monumental ou simbólico e pelo património histórico construído ou pelos investimentos entretanto realizados, se constituem em zonas privilegiadas para o desenvolvimento turístico e consequente visitação
2. Identificar as áreas com maior potencial de visitação turística e desenvolver acções integradas com vista à melhoria das condições de atractividade e visitabilidade dessas áreas
3. Reforçar a aposta no turismo cultural e no *Touring Cultural*, actuando de forma focalizada sobre alguns dos atributos fundamentais da sua competitividade: identidade, património, atractividade, receptividade e visibilidade

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Delimitar ZEIT que correspondam a áreas com elevado potencial de visitação turística, nelas incluindo as Zonas Turísticas de Interesse definidas pelo PENT, bem como os principais valores do Património Histórico com dimensão nacional e/ou internacional	PDM	CM	TdP EMT ERT ATL
2. Desenvolver uma estratégia de <i>marketing</i> turístico suportada nos principais valores do Património Histórico com dimensão nacional e/ou internacional susceptível de incrementar o número de turistas e visitantes	Campanhas	TdP	CM MEID IGESPAR DG Artes
3. Apoiar a criação de programas e projectos em parceria, vocacionados para o desenvolvimento de acções de promoção centradas na divulgação do Património Histórico da AML	Parcerias	MEID MC	CCDRLVT IGESPAR DG Artes CM

A.3. Consolidar a AML como destino turístico

A.3.2 Turismo Náutico e Náutica de Recreio

Normas Conexas: A.1.3. / C.2.3. / C.2.5. / C.3.3.

Problemática

- Deficiente aproveitamento das condições que a AML dispõe para beneficiar da importância crescente do turismo náutico
- Potencial para dinamização do Turismo de Cruzeiros na cidade de Lisboa (porto de escala e porto de rotação), e na modalidade dos “*cruise and stay*” (viagens de cruzeiro precedidas ou seguidas de estadia num destino específico por algumas noites) em Lisboa e Setúbal
- Deficiente aproveitamento da extensão de frentes ribeirinhas e atlânticas e dos planos de água estuarinos e marítimos para a navegação de recreio, a prática dos desportos náuticos e as actividades marítimo-turísticas
- Dinâmica de crescimento do mercado mundial de turismo náutico, mas acompanhado de aumento da concorrência

Orientações

1. Garantir as condições básicas para afirmar Lisboa como porto de rotação de navios de cruzeiros e Lisboa e Setúbal como destinos “*cruise and stay*”, articulando essa actividade portuária com a estruturação das actividades concorrentes
2. Aproveitar as frentes ribeirinhas para actividades de turismo náutico (navegação de recreio, desportos náuticos e marítimo-turístico), em articulação com a estruturação das actividades concorrentes, potenciando uma utilização sustentável dos estuários do Tejo e do Sado, da frente atlântica e do espaço marítimo adjacente
3. Assegurar a consignação de planos de água para a prática dos diversos desportos náuticos, designadamente ao nível da competição
4. Constituir um *cluster* de actividades relacionadas com os serviços de apoio à navegação de recreio e com as actividades marítimo-turísticas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Garantir a manutenção das condições adequadas para a acostagem e manobra dos grandes navios de cruzeiros que actualmente escalam o porto de Lisboa e construir uma gare marítima em Lisboa com logística de terminal de aeroporto internacional	Obra	APL	CM CCDRLVT IPTM
2. Identificar o lugar que melhor possa constituir-se como “porta marítima de Lisboa”, espaço de “recepção” para o Turismo Náutico	Estudo, Obra	DPP (MAOT)	ARH CCDRLVT IPTM, APL, CML
3. Estudar a possibilidade de aproveitamento de planos de água, zonas marginais e áreas portuárias e industriais degradadas	POE POOC	ARH	APL, APSS CCDRLVT IPTM, CM
4. Articular as estruturas de apoio à náutica com a envolvente urbana	PMOT POOC	CM ARH	CCDRLVT
5. Dinamizar uma rede de centros náuticos na região	POOC POE	ARH	APL, APSS CCDRLVT CM
6. Identificar e demarcar os planos de água e praias utilizados para a prática dos desportos náuticos, promovendo a sua classificação de acordo com a aptidão / interesse turístico, de lazer e de competição	POOC POE	ARH	CCDRLVT INAG, APSS APL

A.3. Consolidar a AML como destino turístico

A.3.3 Núcleos de Desenvolvimento Turístico

Normas Conexas: A.4.2. / C.1. / C.2.1. / C.3.1. / C.3.1. / C.5.2. / D.4.3.

Problemática

- Potencial crescimento na Europa do segmento de turismo residencial inserido em conjuntos turísticos que integrem a oferta de diversas tipologias de unidades de alojamento e equipamentos e valências de entretenimento e animação turística
- Atractividade da AML para este segmento pela excepcional beleza natural do seu território sustentada por um conjunto diversificado de áreas protegidas e por um clima óptimo para a visitação turística e para actividades de recreio e lazer durante todo o ano
- Potencialidades que os conjuntos turísticos inseridos em solo rural devidamente planeados e regulados podem assumir na conserva o da natureza e na estabiliza o das áreas agrícolas e florestais envolventes

Orienta es

1. Criar condi es para que sejam construídos nos municípios da AML, em especial nos da Península de Setúbal, conjuntos turísticos, tirando partido do potencial acréscimo de competitividade decorrente da melhoria de acessibilidades garantida pela constru o do NAL e do TGV e procurando um maior equilíbrio na oferta turística entre a Península de Setúbal e a Grande Lisboa, tanto do ponto de vista do uso e usufruto dos recursos e atributos, como da circula o dos turistas pela região
2. Assegurar o planeamento dos conjuntos turísticos, visando a sua sustentabilidade ambiental, económica e social, um adequado enquadramento paisagístico e o seu contributo para a estabiliza o das áreas agrícolas e florestais onde se inserem e para a conserva o e recupera o dos valores naturais

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplica�o	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Admitir em solo rural, nas áreas identificadas como áreas de Voca�o Turística (AVT), a localiza�o de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT), conformes ao conceito estabelecido no âmbito do Modelo Territorial do PROTAML	PDM	CM	CCDRLVT TdP
2. Identificar no território concelhio as AVT, integrando áreas suficientemente alargadas que permitam uma oferta diversificada de solo e garantam o enquadramento e a valoriza�o paisagística dos empreendimentos turísticos	PDM	CM	CCDRLVT, TdP, ICNB, DRAPLVT, AFN
3. Contratualizar, previamente � revisão do PDM ou de qualquer altera�o com fins de concretiza�o de NDT em solo rural, a distribui�o de capacidade de alojamento definida pelo Modelo Territorial do PROTAML com todas as autarquias da respectiva NUT III	Contrato	CM	EMAG
4. Definir critérios de localiza�o dos NDTI, sob o princípio da concentra�o e nuclea�o dos empreendimentos turísticos	PDM	CM	CCDRLVT, TdP, ICNB, DRAPLVT, AFN
5. Garantir que os NDT integram uma área contínua afecta a objectivos de protec�o e conserva�o dos recursos naturais n�o inferior a 60% da área de interven�o	PMOT	CM	CCDRLVT, ICNB, AFN, DRAPLVT
6. Sempre que a área de interven�o integre áreas REM, a área dentro destas afecta a objectivos de protec�o e conserva�o dos recursos naturais n�o pode ser inferior a 85%, sem prejuízo do estabelecimento de maior restri�o definida pelo ICNB	PMOT	CM	CCDRLVT, ICNB, AFN, DRAPLVT
7. As densidades máximas de camas por hectare nas NDT, calculadas apenas sobre as áreas a afectar a usos turísticos	PMOT	CM	CCDRLVT TdP

(excluindo as áreas a afectar a objectivos de conservação da natureza e/ou usos predominantemente agrícola e/ou florestal), são de 50 camas por hectare para a Península de Setúbal e de 65 camas por hectares para a Grande Lisboa			
8. Desenvolver os NDT com base em Plano de Pormenor	PP	CM	CCDRLVT TdP
9. Qualificar os NDT no âmbito da elaboração dos PP, como Espaços de Ocupação Turística, não sendo permitida a reclassificação do solo rural em solo urbano	PP	CM	CCDRLVT TdP
10. Promover a contratualização entre a CM e o promotor na execução dos NDT, em matéria de elaboração e de execução do plano, e estabelecer as regras de caducidade do contrato e de reversão da qualificação do solo em caso de incumprimento, prevendo a perda do direito de utilização pelo promotor da capacidade de alojamento atribuída	Contrato	CM	Promotores
11. Garantir a conservação e recuperação das áreas naturais inseridas e envolventes aos NDT, promovendo o desenvolvimento de um Plano de Gestão Ambiental a aprovar pela CCDRLVT e a criação de um fundo de reserva participado pelo(s) promotor(es) e entidade(s) gestor(as) do(s) empreendimento(s) turístico(s)	PP	CM	Promotores CCDRLVT ICNB AFN
12. Adoptar critérios e soluções em matéria de ocupação do solo, construção, consumo energético, gestão de resíduos e consumo de água que assegurem a minimização dos impactes ambientais e paisagísticos e que garantam as condições para posterior obtenção de selos e certificação de qualidade e de sustentabilidade ambiental para os empreendimentos turísticos inseridos em NDT	PP	CM	CCDRLVT TdP
13. Não admitir a instalação de edifícios autónomos de carácter unifamiliar para fins turísticos em NDT	PMOT	CM	CCDRLVT TdP

A.3. Consolidar a AML como destino turísticos

A.3.4 Promoção de Oferta Hoteleira e Equipamentos de Apoio ao Turismo

Normas Conexas: A.3.1. / C.7.3. / D.4.2.

Problemática

- AML enquanto destino turístico maduro, considerado seguro, de fácil circulação e com boas acessibilidades aos principais locais de interesse e visitação turísticos, mas com deficit de equipamentos de apoio ao Turismo que permitam reforçar a competitividade do destino
- Actual desinteresse de investidores privados e cadeias hoteleiras globais na aquisição, construção ou gestão de alojamento turístico ou equipamentos de entretenimento e lazer na AML
- Desequilíbrio territorial da oferta turística, dada a concentração excessiva do alojamento e entretenimento em Lisboa, Estoril-Cascais e Sintra
- Dinâmica de crescimento das viagens intra-europeias motivadas pela prática do golfe

Orientações

1. Estimular o investimento privado na hotelaria, em especial através da reabilitação e reconversão de património arquitectónico
2. Posicionar de forma mais competitiva a AML como destino de turismo de negócios face às principais áreas e regiões concorrentes
3. Reforçar as condições para que a AML se constitua como o principal destino de "Golf Short Breaks" e seja internacionalmente reconhecida como um dos melhores destinos de golfe turístico da Europa, promovendo a construção de novos campos de golfe, inseridos em NDT ou isolados, públicos ou privados

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Aprovar um sistema de incentivos para a reconversão de património arquitectónico de interesse municipal ou de edifícios situados em ZEIT em hotéis de qualidade diferenciada, tais como hotéis de charme, <i>boutique</i> hotéis e <i>design</i> hotéis e/ou estruturas de entretenimento e animação turística de vertente cultural, nomeadamente bonificações na edificabilidade ou redução de taxas	PMOT, Apoios Financeiros RM	CM	CCDRLVT TdP
2. Construir um novo centro de congressos na cidade de Lisboa	Obra	ATL	CM
3. Definir condições para o licenciamento de campos de golfe que assegurem: <ol style="list-style-type: none"> a) Prévia demonstração da sustentabilidade económica e financeira do projecto; b) Recuperação e/ou reconversão de áreas degradadas no local ou na envolvente, como medida de compensação ambiental; c) Garantia de disponibilidade a longo prazo de água suficiente, bem como da racionalização da sua utilização, tendencialmente através da reutilização integral de águas residuais tratadas quando estas possam ser disponibilizadas pelas ETAR; d) Integração na paisagem existente, devendo evitar-se impactes significativos na morfologia do terreno e a destruição de características de identidade das paisagens; e) Preservação das espécies locais vegetais e animais protegidas na área e sua envolvente e de áreas contínuas de biótopos capazes de funcionar; f) Utilização preferencial de espécies autóctones e de espécies 	RM ou PMOT	CM	CCDRLVT

<p>características na região na integração paisagística do empreendimento;</p> <p>g) Garantia de condições de boas práticas de construção e exploração, salvaguardando as condições em matéria de gestão de água e resíduos, conservação da biodiversidade e integração paisagística para a posterior obtenção de certificações de qualidade e de sustentabilidade ambiental para os campos de golfe (ISO 14001).</p>			
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

A.4. Promover a competitividade, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A.4.1 Produtos Agrícolas de Qualidade Diferenciada

Normas Conexas: B.3. 4 / C.1.1. / C.2.1. / C.3.1. / C.3.2 / D.4.3.

Problemática

- Existência de Produtos Agrícolas de Qualidade Certificada (PAQC) distintivos da AML relevantes para a capacidade competitiva dos sistemas de produção agrícola e com potencial para o desenvolvimento de actividades turísticas relacionadas e de actividades económicas complementares
- Riscos de pressão urbanística e fragmentação das áreas agrícolas de suporte à produção dos PAQC

Orientações

1. Salvaguardar as áreas agrícolas de suporte à produção dos PAQC
2. Criar condições para o desenvolvimento dos sistemas de produção DOC, DOP e IGP que integram a AML
3. Promover o associativismo e a cooperação entre os profissionais e empresários do sector e o empreendedorismo local associado à transformação e comercialização de produtos regionais e locais

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Salvaguardar as áreas de produção essenciais ao desenvolvimento e expansão dos produtos de qualidade certificada distintivos da região, designadamente: <ol style="list-style-type: none"> a) Queijo de Azeitão (IGP); b) Pêra Rocha do Oeste (IGP); c) Arroz Carolino das Lezírias do Ribatejo (IGP); d) Vinhos: Colares, Arruda DOC (Vila Franca de Xira), Bucelas DOC (Loures), Carcavelos DOC (Cascais, Oeiras), Colares DOC (Sintra), Palmela DOC (Montijo, Palmela, Setúbal, Sesimbra); e) Carne Mertolenga, Charneca e Alentejana (DOP) 	PDM	CM	DRAPLVT
2. Valorizar a produção de PAQC através da sua integração nas iniciativas de desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural	Incentivos	CM	DRAPLVT

A.4. Promover a competitividade, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A.4.2 Produção Agrícola e Florestal

Normas Conexas: NG / A.4.1. / B.3.3. / C.2.1. / C.2.2. / C.2.4. / C.3.1/C.5.3. / C7.1/C7.2/C.7.3. / D.4.3.

Problemática

- Capacidade da actividade agrícola e florestal para funcionar como âncora económica das zonas rurais, potenciando o desenvolvimento de um conjunto de outros sectores e actividades económicas associadas
- Crescentes exigências ambientais e de segurança alimentar na produção agrícola
- Pressão urbanística sobre áreas agrícolas e florestais com elevada importância produtiva e para a manutenção da qualidade ambiental da região em termos paisagísticos e de conservação da natureza e da biodiversidade
- Relevância da produção pecuária intensiva e extensiva para a criação de riqueza e sustentabilidade de extensas zonas rurais da AML
- Necessidade de acautelar na produção pecuária práticas adequadas em termos ambientais, segurança alimentar e bem-estar animal
- Necessidade de acautelar a compatibilidade de usos em territórios com produções pecuárias em funcionamento ou permitidas

Orientações

1. Identificar, com base no PROFAML, os territórios e as espécies florestais melhor adaptadas à função de produção e adoptar as propostas de gestão florestal decorrentes do PROFAML
2. Promover a competitividade das fileiras de produção vegetal, silvícola e pecuária estratégicas a nível regional
3. Salvaguardar as áreas agrícolas e florestais com elevado potencial produtivo
4. Conciliar a actividade económica da produção agrícola e florestal com a sua vocação em matéria de ambiente e o seu papel na manutenção do património material e imaterial das zonas rurais
5. Salvaguardar a possibilidade de permanência e instalação de novas unidades produtivas pecuárias em solo rural, estabelecendo as devidas condições que permitam garantir a qualidade ambiental e a compatibilidade de usos

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Preservar e promover o uso agrícola nos solos com capacidade produtiva, nomeadamente, onde se efectuaram ou se prevê efectuar investimentos significativos, públicos ou privados, ou onde se desenvolvam os sistemas culturais integrados em fileiras estratégicas regionais e/ou de qualidade (frutícolas, hortícolas, culturas industriais, vinha, olival) e os integrados na RAN e em aproveitamentos hidroagrícolas	PMOT	CM	MADRP
2. Estabelecer as condições para a instalação de estufas, especialmente as de elevado investimento por unidade de área, de forma a garantir a expansão sustentável e a salvaguarda da respectiva área de influência	PMOT	CM	MADRP
3. Avaliar e contextualizar os espaços agricultados ou potencialmente agricultáveis no processo de ordenamento urbano	PMOT	CM	MADRP
4. Promover a sustentabilidade das obras de aproveitamento hidroagrícola em exploração (Loures e Lezíria Grande de Vila Franca de Xira) e dos projectos a desenvolver em áreas com potencial agrícola (Lezíria Grande de Vila Franca de Xira e Rio Grande da Pipa)	PRODER	Autoridade de Gestão	CM ARH CCDRLVT DRAPLVT
5. Melhorar os povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva,	PRODER	Autoridade de	CM

maximizando a sua rendibilidade por unidade territorial, aproximando-os dos objectivos produtivos e metas estabelecidas na Estratégia Nacional para as Florestas e no PROFAML		Gestão	AFN
6. Fomentar a expansão do sobreiro e do pinheiro-manso, de forma a consolidar a fileira da cortiça e a promover uma fileira regional centrada na produção do pinhão	PRODER	Autoridade de Gestão	CM AFN
7. Fomentar as zonas de intervenção florestal nas regiões com grande fragmentação da propriedade e que tenham aptidão florestal	ZIF	AFN	
8. Diminuir progressivamente a extensão territorial abrangida por povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alocando-os fora dos sistemas cuja função de conservação de habitats com espécies de flora e fauna protegidos esteja presente e preferencialmente em zonas com maior produtividade	PROFAML	AFN	
9. Promover a adopção de mecanismos de tratamento prioritário dos processos de licenciamento de iniciativas empresariais integradas no contexto das fileiras estratégicas identificadas no âmbito do Plano Estratégico Nacional 2007-13 (PEN)	Regulação	DRAPLVT	CM
10. Definir áreas preferenciais para a localização de novas instalações pecuárias, estabelecendo afastamentos mínimos a áreas urbanas, turísticas ou habitacionais, a outras actividades já licenciadas e equipamentos e infra-estruturas de utilização colectiva	PDM	CM	DRALVT
11. Promover a requalificação ambiental das unidades de produção de pecuária intensiva existentes e a sua compatibilização com os usos envolventes, garantindo a deslocalização de unidades sempre que essa compatibilização não seja exequível	Licenciament o ambiental	DRAPLVT	
12. Requalificar os territórios com elevada carga pecuária intensiva, nomeadamente englobando os sectores e áreas definidas na Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), visando sempre que possível o tratamento colectivo em conformidade com os Planos Regionais de Gestão Integrada (NAP 9 e 11)	PRGI	ECA da ENEAPAI	CCDRLVT ARH DRAPLVT

A.4. Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A.4.3 Diversidade Paisagística e Natural

Normas Conexas: B.3.3. / C.1.1. / C.1.2. / C.1.3. / C.3.2. / D.4.3.

Problemática

- Extraordinária diversidade paisagística e natural como factor de diferenciação e atractividade da AML face a outras áreas metropolitanas europeias
- Diminuição progressiva das áreas silvestres, agrícolas e florestais na AML, muitas vezes com acentuada degradação do valor paisagístico e do potencial turístico
- Fraca ou nula visibilidade das Áreas Protegidas (AP) da AML em contraste com o crescimento acelerado do mercado nacional e internacional de ecoturismo e turismo da natureza
- Potencial contributo da actividade turística compatível com os valores ecológicos para a manutenção de habitats e espécies numa perspectiva de conservação da natureza e biodiversidade
- Insuficiências nas estruturas de informação, assistência e acolhimento dos visitantes e reduzida oferta de alojamento que permita o contacto directo com a natureza

Orientações

1. Assumir a diversidade paisagística e natural como factor decisivo para a competitividade da AML e para o seu desenvolvimento sustentável
2. Apostar numa lógica de planeamento e promoção da visitação turística das AP e espaços naturais integrada e em rede com outras actividades turísticas, garantindo pacotes de visitação mais atractivos e diversificados
3. Dotar as Áreas Protegidas de infra-estruturas, equipamentos e serviços de informação e apoio adequados à visitação
4. Envolver as autarquias, comunidades e empresas locais nas acções de conservação da natureza e de salvaguarda do património e na dinamização das actividades económicas complementares
5. Desenvolver as condições para o usufruto lúdico e pedagógico dos espaços florestais e silvestres

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Integrar a diversidade paisagística e natural da AML como vector de competitividade essencial nas políticas de marketing territorial e de captação de investimentos estruturantes	Campanhas	AICEP	CCDRLVT ICNB
2. Criar, manter e recuperar sinalização de orientação rodoviária e equipamentos informativos relativos à natureza e biodiversidade nas principais portas de entrada de turistas e nos postos de turismo local	Projecto / obra	ICNB	REFER, ANA, EP, CM, TdP
3. Executar as medidas propostas no Programa de Visitação e Comunicação em todas as Áreas Protegidas da AML	PVCRNAP	ICNB	CM
4. Ordenar e regular os usos e actividades turísticas e recreativas nas Áreas Protegidas	POAP, CDN, PMOT	ICNB CM	CM ICNB
5. Assegurar a colaboração das comunidades locais nas acções de conservação da natureza e de salvaguarda do património, na dinamização do turismo e das actividades e desportos de natureza e através da divulgação e valorização dos produtos locais	Articulação	ICNB	CM
6. Promover parcerias estratégicas com entidades públicas ou privadas destinadas a captar apoios, patrocínios ou financiamentos para a gestão das Áreas Protegidas	Parcerias	ICNB	CM Privados
7. Dotar as Áreas Secundárias da Rede Ecológica Metropolitana de infra-estruturas para visitas	Projecto / obra	CM	ICNB, AFN, CCDRLVT

A.4. Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A.4.4 Marcas Turísticas Reconhecidas

Normas Conexas: A.3.1. / A.3.4. / B.1.1. / D.3.2. / D.3.3. / D.4.2.

Problemática

- Lisboa capital, o eixo Estoril/Cascais e a região de Sintra concentram uma parte significativa, quer da oferta (em termos da diversidade de recursos naturais, humanos e de património edificado existentes, e da capacidade de alojamento turístico e entretenimento), quer da procura turística (em termos de número de turistas e de número de dormidas), constituindo-se já como áreas turísticas consolidadas e reconhecidas internacionalmente

Orientações

1. Reforçar as condições de competitividade das zonas de Lisboa capital, eixo Estoril/Cascais e Sintra, ao nível da oferta de produto e de serviços disponibilizada
2. Implementar lógicas criativas, inovadoras e diferenciadoras na oferta de alojamento turístico, entretenimento e lazer
3. Potenciar a reabilitação e valorização do património e da oferta cultural, para associar uma imagem de “destino cultural” a Lisboa e à AML
4. Aproveitar a construção das novas infra-estruturas (NAL, TGV e 3ª Travessia do Tejo), e das novas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para, através do lançamento de novas ideias, projectos e competências, conferir uma “nova” prioridade ao Cluster “Turismo e Lazer”
5. Qualificar os equipamentos de alojamento turístico e de entretenimento e lazer actualmente existentes
6. Investir na formação e capacitação das pessoas, com vista à qualificação dos serviços prestados a visitantes e turistas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Definir estratégias integradas de desenvolvimento turístico de Lisboa capital, do eixo Estoril/Cascais e da região de Sintra	Estudo/ Projectos	CM	TdP, CCDRLVT
2. Construir uma nova oferta de alojamento turístico, inovadora, diferenciada e de elevada qualidade, e de equipamentos de entretenimento, animação e lazer	Estudo	TdP	CM, CCDRLVT

A.4. Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial

A.4.5 Marca “Oceanos e Descobrimentos”

Normas Conexas: A.2.1. / A.3.2. / C.2.3. / C.2.5. / D.3.3.

Problemática

- Potencial da marca “Oceano” como factor crítico de sucesso e elemento diferenciador no Mundo, considerando a história, tradições e posição geográfica da AML
- Oportunidades de exploração do oceano como fonte de recursos, em particular, face à possibilidade de expansão da actual ZEE, e suporte de actividades económicas
- Degradação de alguns ecossistemas marinhos e ausência de informação facilmente acessível sobre os valores e recursos associados ao meio marinho

Orientações

1. Transformar a AML num dos pólos europeus de tecnologias e actividades de exploração e monitorização dos Oceanos, com destaque para as que permitam conhecer e vir a explorar os recursos biológicos, energéticos e minerais subaquáticos, fazendo convergir para esta área pólos de conhecimento existentes
2. Reforçar o Capital Simbólico da AML em torno dos conceitos das Descobertas e Oceanos, através da dotação de redes museológicas, equipamentos culturais e de divulgação científica e de Parques Temáticos
3. Conjuguar as condições existentes na AML para acolher o Turismo Náutico, com a atractividade de Lisboa cidade e dos diversos núcleos urbanos do litoral e frentes estuarinas
4. Apostar na educação, cultura e sensibilização das populações, empresas e instituições tendo em vista a preservação e valorização dos recursos marinhos e dos espaços costeiros.

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Avaliar a possibilidade e condições para a instalação de um parque associado à temática dos Oceanos e descobrimentos, com acesso a infra-estruturas para turismo submarino	Estudo	CCDRLVT	CM, ARH, TdP, ICNB
2. Salvaguardar os espaços utilizados ou susceptíveis de utilização em engenharia naval e oceânica, potenciando a indústria naval e a investigação associada	PMOT	CM	CCDRLVT MEID ARH
3. Promover a adaptação de edifícios ribeirinhos emblemáticos para a constituição de uma rede museológica relacionada com os “Descobrimentos”, a histórica relação dos portugueses com o “mar e os oceanos” e as actividades e embarcações tradicionais dos estuários e frentes de mar	Projecto / obra	MC	APL ARH CCDRLVT IH
4. Criar uma rede de cooperação entre autarquias e empresas de turismo e uma plataforma de informação e comercialização que permita divulgar e oferecer “pacotes turísticos” integrados entre a oferta náutica e os equipamentos associados à temática de oceanos e descobrimentos	Articulação Parcerias público-privadas	TdP	CM Privados
5. Criar um Sistema de Informação Marinho da AML e promover a cartografia e caracterização ecológica da biodiversidade, paisagens e recursos naturais marinhos	Estudo	ICNB	ARH, IH, Centros de Investigação
6. Promover a limpeza e recuperação dos fundos marinhos da AML, especialmente nas Áreas Protegidas marinhas, enquanto elementos fundamentais para garantir a conservação da biodiversidade marinha e estimular o turismo sub-aquático e a exploração sustentável dos recursos naturais marinhos	Projecto / obra	ICNB	Centros de Investigação, CM, ARH, Privados

A.5. Modernizar a base industrial e os serviços

A.5.1 Logística e Transportes

Normas Conexas: A.1.1. / A.1.2. / A.1.3. / A.2.1. / B.2.4. / B.4.1. / B.4.2. / B.4.6.

Problemática

- Efeito assinalável dos investimentos sobre as novas infra-estruturas de transportes e logística previstas para a região sobre o nível de emprego, o desempenho das actividades económicas e as dinâmicas de localização das actividades económicas, com destaque para a Península de Setúbal
- Efeitos consideráveis expectáveis na (re)localização de actividades económicas produzidos pela construção do NAL
- Oportunidade para a construção de uma plataforma Atlântica de dimensão europeia e global orientada para a adaptação às mudanças na indústria dos transportes relacionadas com as questões de eficiência energética, sustentabilidade ambiental e conectividade entre os diferentes modos
- Existência de capacidade endógena instalada, comprovada pelo aumento de actividade económica na classe de transportes, armazenagem e comunicações

Orientações

1. Promover a ligação das plataformas logísticas aos diferentes modos de transporte, ao nível das infra-estruturas e da gestão operacional, visando a eficiência e a sustentabilidade
2. Melhorar as condições oferecidas às empresas e a articulação do sector logístico com a indústria, reforçando a sua competitividade e permitindo o desenvolvimento de novas indústrias de serviços e valências associadas ao sector dos transportes
3. Racionalizar a utilização das plataformas logísticas, com uma estratégia clara de distribuição das actividades pelos diferentes nós da rede, em função do desenvolvimento de uma AML polinucleada, com respeito pelos factores de qualidade de vida e competitividade do território
4. Promover a empregabilidade e desenvolver as capacidades técnicas e profissionais nas indústrias de transportes marítimo, aeronáutico, ferroviário e rodoviário, por exemplo no cluster da Auto-Europa, na Portela, nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e nos Portos de Lisboa e Setúbal
5. Captar conhecimento sobre a indústria de material circulante ferroviário e utilizar a investigação aplicada em áreas de maior inovação, tais como a minimização de impactes ambientais e o recurso a fontes de energia renováveis

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Concentrar a actividade logística na Plataforma Logística de Castanheira do Ribatejo, reforçando a Porta Logística Norte da AML definida no Plano Sectorial Portugal Logístico e tirando partido das acessibilidades rodo-ferroviárias e de transportes fluviais previstas	PMOT	CM	CCDRLVT MEID MOPTC
2. Articular a centralidade de Alverca / Bobadela com a área de actividades do MARL e com a Plataforma Logística de Castanheira do Ribatejo como espaços privilegiados para a implantação de actividades ligadas à indústria e logística	PMOT	CM	CCDRLVT MEID MOPTC
3. Concentrar a actividade logística na Plataforma Logística do Poceirão e no eixo Marateca-Pegões em áreas devidamente planeadas e infraestruturadas, reforçando a Porta Logística Este da AML definida no PROTOVT, a articulação com os portos de Setúbal, Sines e Lisboa e tirando partido das acessibilidades rodo-ferroviárias previstas	PMOT	CM	CCDRLVT MEID MOPTC
4. Monitorizar o desenvolvimento das plataformas logísticas e a evolução urbana do espaço envolvente, em articulação com os municípios	Estudo / avaliação	MOPTC	CCDRLVT MEID CM

5. Promover estudos sobre o ordenamento das plataformas logísticas e a localização das empresas de micro-logística	PDM	CM	APL, APS IMTT MOPTC
6. Promover estudos de organização e desenvolvimento da logística urbana, designadamente nos centros urbanos mais densos	Estudo	CM	AMTL Associações comerciantes
7. Desenvolver e monitorizar as plataformas inter-modais e a sua possível especialização económica, considerando os fluxos de transporte dentro do território nacional e para a Europa	Projecto, avaliação	MOPTC	APL, APS IMTT
8. Monitorizar de forma contínua a relação custo-benefício nos investimentos em infra-estruturas de transporte, acompanhando a sua concretização no terreno	Estudo / avaliação	MOPTC	REFER, RAVE, EP APL, APSS
9. Desenvolver um pólo de competência regional no sector da indústria dos transportes, com base nas unidades já existentes, obtendo sinergias e relevância económica às escalas nacional e internacional	Incentivos	MEID	

A.5. Modernizar a base industrial e os serviços

A.5.2 As TIC e a Competitividade

Normas Conexas: A.2.1. / A.2.3. / B.1.1. / B.1.2. / B.2.4. / B.3.1.

Problemática

- Novo paradigma de competitividade assente no conhecimento e inovação e centralidade do desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação em banda larga nesse contexto

Orientações

1. Promover as vantagens competitivas infra-estruturais da AML nas acções de atracção de empresas que façam uso intensivo das telecomunicações
2. Avaliar sistematicamente, no âmbito de obras de urbanização e de intervenções significativas na via pública, a oportunidade de criar infra-estruturas para alojamento de redes de comunicação electrónica abertas que possam ser partilhadas por vários operadores, segundo o espírito do ITUR.
3. Promover a concorrência entre os vários fornecedores de serviços, de modo a potenciar a qualidade do serviço e a competição tarifária
4. Promover a redução dos custos de contexto, através da simplificação de processos, utilização de soluções de Governo Electrónico pela Administração Pública Local e Central e melhoria da mobilidade na AML, com recurso ao tele-trabalho e a formas inovadoras de tarifação da mobilidade
5. Fomentar a disponibilização de informação base sobre a AML em formato digital
6. Promover o uso das TIC pelas empresas

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover a infra-estruturação plena de pólos de competitividade e tecnologia (Parques de C&T, Pólos Logísticos, Parques Empresariais e Pólos Universitários) e das suas envolventes territoriais	Projecto / Obra	Promotores	CCDRLVT CM Operadores
2. Promover os centros de atendimento integrado (Balcão Único), com atenção especial na saúde e na educação	Projecto	AMA	MS ME
3. Usar a Internet como meio preferencial de comunicação e interacção, particularmente no âmbito do licenciamento urbanístico, criando serviços electrónicos e publicando toda a informação relevante para os cidadãos, empresas e instituições	Serviço Projecto	CM CCDRLVT	MAI
4. Criar redes internas de Banda Larga que permitam reduzir custos de comunicações entre várias instalações municipais	Projecto / obra	CM	
5. Promover o uso das TIC pelas empresas, particularmente das PME e das com potencial exportador	Incentivos	AE	ME MEID

A.5. Modernizar a base industrial e os serviços

A.5.3 As TIC e a Equidade

Normas Conexas: A.2.1. / A.2.3. / B.1.1. / B.1.2. / B.2.4. / B.3.1.

Problemática

- A implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá conduzir a novos excluídos, os info-excluídos, se não forem tomadas medidas adequadas relativamente às populações mais vulneráveis
- A info-exclusão poderá ser provocada por ausência de infra-estrutura ou devido a motivos socioeconómicos.

Orientações

1. Promover a melhoria de acesso à banda larga nas áreas da AML com eventuais problemas de cobertura.
2. Tentar baixar os custos de entrada de novos operadores no território, fomentando a partilha de infra-estrutura, segundo o espírito do ITUR, de forma a criar oferta e concorrência.
3. Garantir a disponibilidade de serviços electrónicos nas zonas mais periféricas.
4. Contrariar a info-exclusão, em particular das populações mais vulneráveis e nas zonas geográficas mais remotas ou das zonas economicamente mais deprimidas.
5. Produzir indicadores sobre o desenvolvimento da Sociedade da Informação abaixo de NUT II, com vista à governação do território segundo este prisma.

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Generalização da cobertura territorial do acesso à Internet de Banda Larga, tanto em extensão como em capacidade e qualidade de serviço	Estudo / Avaliação	ANACOM Operadores	CCDRLVT CM
2. Disponibilizar, em especial nas zonas desfavorecidas, locais para a co-localização de células de comunicações móveis e garantir que as infra-estruturas possam ser partilhadas por diversos operadores de telecomunicações	Projecto / obra	CM	Operadores
3. Usar instalações públicas como pontos de disseminação de banda larga, fixa e sem fios, particularmente em zonas mais desfavorecidas	Projecto / obra	CM	
4. Reforçar a conectividade global das instalações usadas pelo Serviço Nacional de Saúde em particular das mais periféricas, como Centros de Saúde e respectivas extensões	Projecto / obra	MS	

Domínio B. Polinucleação e Compactação

No âmbito do domínio “Polinucleação e Compactação” foram identificados indicadores-chave que permitem medir os resultados da concretização das Linhas de Acção. As metas reportam-se aos indicadores-chave constantes no Capítulo V: Sistema de Monitorização e Avaliação.

Linhas de Acção

B1. Dinamizar o modelo policêntrico

B2. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

B3. Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais

B4. Reforçar a conectividade regional

Metas 2020

- Aumento em 20% população cujo local de trabalho / estudo é a freguesia / concelho de residência
- Crescimento da população nas aglomerações urbanas estruturadoras
- Aumento de freguesias das UT urbanas com densidade populacional > 4000 hab/Km2
- Decréscimo das áreas edificadas fragmentadas
- Incremento em 5% da quota de passageiros / km em transporte público
- Decréscimo de 10% no tempo de deslocação em transporte público entre pólos urbanos sedes de concelho
- Aumento em 20% de utilizadores de transporte público

B.1. Dinamizar o modelo policêntrico

B.1.1 Reforço do Sistema Urbano Metropolitano

Normas Conexas: A.2. / B.2.4. / B.4. / C.6. / D.3.2. / D.4.2.

Problemática

- Insuficiente consolidação das centralidades do sistema urbano metropolitano, da sua hierarquização e da sua articulação física e funcional
- Excessivo desequilíbrio quantitativo e qualitativo na oferta de equipamentos de nível supra-municipal entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal
- Global deficiente dotação de equipamentos colectivos de nível municipal e supra-municipal das Aglomerações Urbanas de nível 2 e 3, prejudicando a equidade de acesso a respostas sociais básicas

Orientações

1. Promover o policentrismo à escala metropolitana, fomentando as complementaridades funcionais e as articulações físicas entre as Aglomerações Urbanas Estruturadoras
2. Estimular o papel nevrálgico de Lisboa na afirmação e internacionalização do sistema urbano metropolitano, atraindo e concentrando funções de maior relevo nos sectores da saúde, do ensino superior, da investigação e desenvolvimento e da cultura
3. Reforçar a competitividade da AML nos domínios da inovação e desenvolvimento suportada numa rede de pólos de ciência e tecnologia definidos pelo Lispolis – Pólo Tecnológico de Lisboa, Almada (Madam Park), Oeiras / Sintra (Tagus Park) e Setúbal
4. Ampliar e qualificar a oferta hospitalar da AML, modernizando as unidades altamente especializadas localizadas em Lisboa, construindo novas unidades hospitalares em Loures, Vila Franca de Xira, Seixal e Sintra e requalificando as unidades do Montijo, Setúbal e Barreiro
5. Consolidar a rede de cuidados continuados, nomeadamente as unidades de convalescença e as unidades de média duração e reabilitação, visando prestar serviços de saúde de qualidade, ajustados às pessoas idosas e a cidadãos em situação de dependência ou de perda de autonomia
6. Reforçar a oferta de equipamentos de apoio ao cidadão com deficiência e/ou com problemas de saúde mental de forma a garantir a sua inserção-social
7. Promover a reorganização e modernização da rede de juízos de grande, média e pequena instâncias das zonas judiciais de «Grande Lisboa Oeste», «Grande Lisboa Este» e «Península de Setúbal», em adequação com a hierarquia urbana proposta no Esquema de Modelo Territorial
8. Dinamizar o ensino superior na AML modernizando os pólos universitários existentes, consolidando o pólo ensino superior militar e policial na Amadora e privilegiando as Aglomerações Urbanas de Nível 2 no quadro do desenvolvimento de novos pólos de ensino superior politécnico
9. Promover a difusão do conhecimento científico, através de uma rede metropolitana de Centros de Ciência Viva
10. Ampliar a rede de equipamentos desportivos de nível superior na AML, consolidando os Centros de Alto Rendimento e assegurando a oferta municipal de uma pista de atletismo, uma piscina coberta de treino/competição e um grande pavilhão desportivo
11. Prever a realocação em Setúbal do pólo de investigação e ciência na área do mar e dos recursos marinhos, actualmente localizado na área de Algés/Pedrouços

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover o ordenamento integrado nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, definindo os princípios, os critérios e as prioridades de regeneração urbana e as formas de articulação entre os vários espaços urbanos	PMOT	CM	ERIP

2. Programar a localização dos equipamentos de nível supra-municipal e municipal nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras de nível 1, 2 e 3 classificadas como tal no Esquema de Modelo Territorial.	PMOT	CM	
3. Promover um estudo que identifique e pondere as várias soluções de uso e ocupação da área afectada ao aeroporto da Portela, avaliando os impactes da deslocalização da infraestrutura aeroportuária e propondo uma estratégia de intervenção coerente com os objectivos do PROTAML	Estudo	CCDRLVT	

B.2. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

B.2.1 Racionalidade e Contenção da Expansão da Urbanização

Normas Conexas: NG / B.2. / B.4. / C.1. / C.2.3. / C.2.4. / C.2.5. / C.4.1. / C.4.2. / C.7.1. / D.1.3. / D.1.4. / D.2.3. / D.4.2.

Problemática

- Dinâmicas aceleradas de urbanização de carácter extensivo, casuístico e indiferenciado, contribuindo para a conformação de territórios marcados por acentuado desordenamento e desqualificação urbanística e paisagística e por grande diversidade morfológica e tipológica das áreas urbanizadas, potenciando modos de mobilidade apoiados no transporte individual
- Elevada pressão urbano-turística sobre os sistemas naturais e rurais, com elevadas consequências e riscos no que concerne à degradação paisagística e ambiental
- Possibilidade de aceleração da tendência para o desenvolvimento da urbanização de forma dispersa e fragmentada por força do desenvolvimento das novas infra-estruturas de acessibilidades / transportes, mormente as previstas para a Península de Setúbal

Orientações

1. Promover o desenvolvimento urbano sob os princípios de reabilitação urbana, de compactação e de fortalecimento das aglomerações urbanas estruturadoras, garantindo-lhes limites coerentes e estáveis, a manutenção de espaços de transição entre aglomerados urbanos e o contraste e alterâncias livres de edificação com usos florestal, agrícola ou natural
2. Estabelecer modelos de uso e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação nos aglomerados urbanos existentes, contrariando a expansão difusa e extensiva e privilegiando a reconversão, reestruturação, reabilitação ou requalificação dos espaços edificados já servidos por transportes públicos, infra-estruturas e equipamentos, em detrimento de proposta de novas áreas de expansão
3. Desenvolver uma adequada hierarquização urbana municipal, devidamente articulada com o sistema urbano regional, integrando um conjunto de núcleos urbanos individualizados e dotados dos equipamentos e serviços adequados à sua posição hierárquica na rede urbana e à sua função específica, no quadro da criação de redes de complementaridades e da polarização do desenvolvimento das áreas rurais
4. Adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano às necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, actividades económicas e outras funções urbanas

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Na qualificação do solo como urbanizado atender ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do DR n.º 11/2009 e ainda às características morfológicas da área edificada existente, considerando: <ol style="list-style-type: none"> a) Como áreas edificadas compactas, as que disponham de uma densidade superior a 7 fogos/ha, tendo por referencia um mínimo de 80 fogos; b) As áreas edificadas em meio urbano ocupadas especificamente por actividades económicas e por infra-estruturas e equipamentos a manter 	PDM	CM	CCDRLVT
2. Nos aglomerados que integrem mais de 30% de fogos identificados por dados do INE ou por inquéritos realizados no âmbito da revisão ou alteração do PDM como destinados a ocupação temporária reconhecidamente associada ao veraneio e ao lazer (para este efeito, as unidades de alojamento em empreendimentos turísticos contam como "fogos"), é admissível a majoração das áreas de expansão urbana em 10%	PMOT	CM	CCDRLVT

<p>3. Para a aferição do grau de aproveitamento e da disponibilidade de áreas urbanas existentes, nos termos da alínea b) do artigo 7.º do referido DR, considerar a possibilidade de reabilitação, renovação, reestruturação e de maior densificação e consolidação urbana, das áreas edificadas compactas existentes e das áreas urbanas fragmentadas, não devendo ser propostas novas áreas de expansão enquanto não for esgotada essa possibilidade para suprir as necessidades existentes e previstas</p>	PDM	CM	CCDRLVT
<p>4. Na proposta de novas áreas de expansão urbana, que venham a ser consideradas necessárias, privilegiar a colmatação e densificação das áreas de edificação dispersa contíguas aos aglomerados urbanos existentes em detrimento da ocupação de áreas maioritariamente livres de edificação com uso dominante agrícola, florestal ou natural</p>	PMOT	CM	CCDRLVT
<p>5. Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, nos termos dos critérios constantes do DR n.º 11/2009 e ainda quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar aglomerados rurais ou áreas afectas a outras tipologias de povoamento em solo rural</p>	PDM	CM	CCDRLVT
<p>6. Estabelecer limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos, através da construção de frentes urbanas qualificadas e da promoção de ocupações e usos com carácter definitivo nas suas zonas envolventes, ligados ao recreio e lazer, à manutenção e valorização dos espaços naturais ou das actividades agrícola ou florestal, no sentido de estabilizar a sua configuração</p>	PMOT	CM	CCDRLVT

B.2. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

B.2.2 Estruturação das Áreas Urbanas Fragmentadas

Normas Conexas: NG / B.2. / C.1. / C.2.2. / C.2.3. / C.2.5. / C.4.2. / C.6. / C.7.1.

Problemática

- Disseminação desregrada de loteamentos urbanísticos em zonas de características rurais e ambientalmente preservadas, dando origem à conformation de territórios sem urbanidade e «sentido de lugar»
- Expansão de novas áreas urbanas de baixa densidade populacional e habitacional, apoiadas na crescente utilização do transporte individual em detrimento do transporte público
- Profusão de núcleos urbanísticos sem limiares de procura que confirmam eficiência económica aos transportes públicos e racionalidade técnica à sediação de diversos equipamentos e serviços de proximidade, prejudicando a equidade de acesso da população aos bens públicos

Orientações

1. Promover a estruturação dos espaços urbanos fragmentados da AML através da contenção da expansão das áreas edificadas e da implementação de processos de reconversão urbanística conducentes à qualificação e consolidação dos tecidos urbanizados, ao aumento da dotação de equipamentos e serviços de proximidade, à preservação e valorização dos espaços vazios conformadores de sistemas ecológicos e à estruturação de uma rede de mobilidade eficaz e hierarquizada, de modo a contribuir para um desenvolvimento territorial mais harmonioso e sustentável

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar e avaliar a magnitude das áreas urbanas fragmentadas e delimitar unidades com concentrações populacionais superiores a 1000 habitantes, de modo a justificar o planeamento integrado de redes de infra-estruturas, equipamentos e transportes públicos	PDM	CM	CCDRLVT
2. Assegurar a estruturação integrada das unidades delimitadas, considerando a necessidade simultânea de: <ol style="list-style-type: none"> a) Densificação dos núcleos urbanísticos de baixa densidade em espaços desestruturados com contiguidade espacial que possam alcançar massa crítica para processos de planeamento integrado b) Definição de uma rede viária devidamente hierarquizada e vertebradora, de modo a alcançar uma mobilidade mais efectiva e sustentável c) Criação de espaços de circulação pedona e ciclável que garantam níveis de segurança adequados aos seus utilizadores d) Dotação de equipamentos, espaços verdes e outros espaços públicos de proximidade, com dimensão adequada, de modo a melhorar a qualidade de vida e a incrementar as vivências das áreas residenciais e) Harmonização espacial dos usos e das actividades, através da nucleação das actividades económicas que geram grandes fluxos de tráfego e outros potenciais incómodos para as populações em espaços próprios e bem servidos por redes de acesso de nível estruturante f) Preservação dos «espaços vitais» e a promoção a implementação de corredores verdes g) Inventariação e protecção das edificações com valor histórico e cultural 	PMOT	CM	CCDRLVT
3. Abranger as AUGI em intervenções integradas de planeamento, incluindo em UOPG os territórios envolventes e conexos	PMOT	CM	CCDRLVT

B.2. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

B.2.3 Programação da Urbanização

Normas Conexas: B.2.1. / C.1.5. / C.2.2. / C.4.2. / C.6. / C.7.1. / C.7.4. / D.1. / D.2. / D.4.

Problemática

- Fragilização da estruturação urbana e acrescida dificuldade na provisão dos equipamentos e infra-estruturas por força da concretização da expansão urbana através do licenciamento casuístico de loteamentos
- Fenómenos de retenção de solo urbano com fins especulativos
- Inibição do desenvolvimento de contratualizações entre a Administração e os particulares e indução da apropriação privada das mais-valias decorrentes da transformação urbanística do solo por força da fraca utilização dos sistemas e instrumentos de programação da urbanização
- Tendência para o incremento acelerado da urbanização dispersa e fragmentada derivado das pressões urbanísticas

Orientações

1. Programar a execução da expansão urbana garantindo um desenvolvimento urbanístico mais coerente e consequente, privilegiando a contiguidade espacial da malha urbana e a articulação funcional dos diferentes espaços urbanos, bem como a adequação da utilização do solo urbano às necessidades existentes e previstas
2. O planeamento e a gestão urbanística devem ser norteados por critérios exigentes de qualidade e de valorização da imagem urbana e do sentido de lugar

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. As áreas a urbanizar e as áreas a reconverter e renovar devem ser programadas com recurso aos instrumentos de execução previstos no sistema de gestão territorial, acautelando:</p> <p>a) a delimitação de uma área com dimensões adequadas que garanta a execução de um desenho urbano coerente e integrado com a envolvente e que integre o solo urbano adjacente inserido na Estrutura Ecológica Municipal;</p> <p>b) a inventariação de bens patrimoniais, bem como dos constrangimentos ambientais e das servidões administrativas e restrições de utilidade pública;</p> <p>c) a avaliação dos impactes no sistema de mobilidade;</p> <p>d) a definição de usos predominantes e de usos complementares que garantam uma repartição das diferentes actividades em função das necessidades e uma mistura de usos compatíveis entre si;</p> <p>e) a definição de um programa de equipamentos e as especificações dos espaços públicos que assegurem a satisfação das necessidades da colectividade;</p> <p>f) a definição das tipologia das construções e das opções urbanísticas e arquitectónicas que garanta o desenvolvimento harmonioso e coerente do espaço urbano;</p> <p>g) a contratualização com os proprietários e investidores interessados que assegure a execução dos objectivos de planeamento e a repartição de benefícios e encargos, nomeadamente em termos de infra-estruturas, equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva e EEM</p>	<p>UE PP PU</p>	<p>CM</p>	<p>CCDRLVT</p>
<p>2. Condicionar, por forma a garantir a continuidade do tecido urbano e a coerência da estrutura urbana, a execução das áreas de urbanização programada à prévia concretização de outra(s) área(s) adjacente(s) considerada(s) mais prioritária(s)</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	<p>CCDRLVT</p>

B.2. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

B.2.4 Concentração das Actividades Económicas

Normas Conexas: A.2.1. / A.5.2. / B.2.1 / B.2.3. / B.4. / C.4.2./ C.5.1. / C5.2. / C.6.4. / D.2.3. / C.7.1.

Problemática

- Disfuncionalidades no sistema logístico e económico promovidas pela actual dispersão e fragmentação das actividades económicas na AML, gerando um incremento dos custos de contexto, uma limitação dos factores de competitividade e de atractividade e inibindo a geração de economias de aglomeração e a existência de estruturas de gestão que contribuam para a qualificação dos espaços económicos
- Existência de actividades económicas industriais e de armazenagem dispersos em solo rural ou integradas em solo urbano com manifestas incompatibilidades com os usos predominantes
- Débil articulação entre as centralidades urbanas polivalentes e os pólos especializados, limitando a geração de ambientes urbanos atractivos para actividades intensivas em conhecimento e em criatividade

Orientações

1. Reforçar a integração dos pólos especializados no sistema urbano metropolitano, melhorando a conectividade física e funcional entre si e entre eles e os centros urbanos polivalentes mais próximos
2. Consolidar e integrar a rede de pólos especializados da AML que sustentam a competitividade económica metropolitana aumentando a sua atractividade, reduzindo os custos de contexto e gerando um meio económico inovador, criativo e flexível
3. Promover a qualificação ou reconversão das áreas empresariais existentes na AML, melhorando a acessibilidade em TP, as infra-estruturas viárias e de circulação em modos suaves, de estacionamento, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia e de recolha de resíduos e efluentes, bem como o enquadramento paisagístico
4. Acautelar a disponibilidade e execução de áreas de actividades económicas adequadas à procura e dotadas de gestão conjunta que garantam ganhos de escala e a minimização das externalidades negativas sobre o ambiente
5. Promover a realocação e o reordenamento das actividades económicas, em coerência com a redefinição dos sistemas viários definindo uma matriz territorial de usos coerente e sustentável

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar, delimitar e programar novas áreas para a localização de actividades económicas devidamente articuladas com os aglomerados urbanos e com a rede de acessibilidades e de transportes públicos, de modo a promover a qualificação e reforço funcional dos pólos especializados da AML	PMOT	CM	CCDRLVT DRELVT EDP ANACOM MEID
2.. Assegurar a execução das novas áreas de actividades económicas de acordo com os seguintes requisitos: <ol style="list-style-type: none"> a) Obedecer aos princípios de urbanização programada b) Garantir a gestão conjunta dessas áreas, preferencialmente através da constituição de Áreas de Localização Empresarial c) Promover uma contratualização com proprietários e empresários de forma a garantir para esses espaços a localização e realocação de indústrias d) Garantir a adequada infraestruturação destas áreas, mormente nos domínios da circulação em modos suaves e viária, estacionamento, saneamento, comunicações, energia e espaços de enquadramento paisagístico e) Garantir a faculdade de transportes públicos regulares e eficazes; 	PU PP UE	CM	CCDRLVT DRELVT EDP ANACOM

<p>f) Garantir uma bolsa de terrenos nestas áreas para possibilitar a realocação de unidades implementadas em locais incompatíveis e/ou de risco</p>			
<p>3. Identificar as edificações existentes onde funcionam actividades económicas, nomeadamente:</p> <p>a) Actividades económicas licenciadas ou não, localizadas em solo urbano ou rural em áreas desadequadas, pela incompatibilidade com os usos predominantes, pelos efeitos negativos significativos no ambiente, por razões de risco para a segurança de pessoas e bens ou com constrangimentos no seu crescimento</p> <p>b) Actividades localizadas em solo rural não licenciadas</p>	<p>Estudo</p>	<p>CM</p>	<p>DRELVT DRAPLVT CCDRLVT</p>
<p>4. Estabelecer prioridades e ponderar mecanismos que permitam a sua realocação e/ou legalização tendo por base os seguintes critérios:</p> <p>a) Adequabilidade da sua localização</p> <p>b) Viabilidade económica e importância para a economia local</p> <p>c) Serviços em infra-estruturas e acessos</p>	<p>PMOT PAT</p>	<p>CM</p>	<p>DRELVT DRAPLVT CCDRLVT</p>

B.3. Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais

B.3.1 Consolidação e Valorização dos Pequenos Aglomerados Rurais

Normas Conexas: NG / A.4.2. / A.5.2. / B.3. / B.4.1. / C.1. / C.2. / C.3. / C.4.1. / C.4.2. / C.7.1. / D.4.3.

Problemática

- Gradual desqualificação dos antigos aglomerados rurais associada a uma crescente perda de vitalidade social e económica das actividades tradicionais
- Acentuado crescimento do povoamento disperso, gerador de disfuncionalidades e externalidades negativas, nomeadamente a descaracterização do meio rural, a afectação do solo rural a usos residenciais em detrimento dos usos agrícolas e florestais para os quais revelam maior aptidão

Orientações

1. Conciliar as estratégias de contenção do processo de edificação dispersa com a valorização e fortalecimento dos pequenos aglomerados rurais, de forma a garantir um povoamento equilibrado e polarizador dos espaços rurais e das actividades económicas locais
2. Garantir que os pequenos aglomerados rurais possam absorver grande parte das procuras de habitação em espaço rural e estruturar o povoamento de amplas áreas periféricas da AML onde predominam os usos agrícolas e florestais
3. Promover a qualificação dos conjuntos edificados e dos sistemas ambientais, a valorização dos elementos patrimoniais e a dinamização das funções económicas associadas às actividades agro-florestais e turísticas
4. Promover a vitalidade social e económica dos territórios rurais marginais da AML

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar, delimitar e qualificar como aglomerados rurais as áreas edificadas compactas localizadas em contextos territoriais predominantemente afectos a funções agrícolas, pecuárias e florestais, que não tenham escala ou dimensão para integrarem o sistema urbano municipal e que correspondam a um aglomerado populacional com uma designação própria, com dez ou mais fogos, e sejam servidos por arruamentos públicos, podendo deter diferentes dimensões e densidades	PMOT	CM	CCDRLVT
2. Desenvolver, ao nível municipal, acções de qualificação habitacional, ambiental, patrimonial, paisagística e de promoção do desenvolvimento económico nos pequenos aglomerados populacionais, tendo em consideração: <ol style="list-style-type: none"> a) Colmatação do edificado, privilegiando a utilização dessas áreas para a localização de habitação e de usos complementares à actividade agrícola, tais como agro-indústrias, comércio e turismo desde que compatíveis com os usos dominantes b) Estruturação da malha edificada c) Valorização da identidade arquitectónica e cénica do conjunto edificado d) Integração paisagística nas formas e escala do relevo e) Dotação funcional tendo em conta a dimensão e hierarquia do lugar f) Infra-estruturação, nomeadamente através de sistemas autónomos ambientalmente sustentáveis g) Harmonização dos usos e actividades do lugar e da área envolvente h) Possibilidade de crescimento restrito em situações excepcionais 	PMOT	CM	CCDRLVT

B.3. Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais

B.3.2 Estruturação das Formas Extensivas de Povoamento Rural

Normas Conexas: NG / A.4.2. / A.5.3. / B.3. / B.4.1. / C.1. / C.2.1. / C.2.3. / C.2.4. / C.2.5. / C.3. / C.4.1. / C.4.2. / C.7.1. / D.4.3.

Problemática

- Existência de extensas áreas de povoamento disperso, gerador de disfuncionalidades e descaracterizações em meio rural, da afectação do solo rural a usos residenciais em detrimento dos usos agrícolas e florestais para os quais revelam maior aptidão, bem como do aumento do recurso ao transporte individual motorizado

Orientações

1. Reconhecendo-se a existência de fenómenos de edificação dispersa em territórios extensos na AML, encontrar soluções que permitam, por um lado, estruturar, nuclear e dotar aqueles espaços em infra-estruturas e equipamentos, no quadro de um contexto rural e, por outro lado, conter a expansão do fenómeno através da definição de regras limitadoras da nova edificação em espaços agrícolas, florestais e naturais

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar e delimitar as áreas edificadas dispersas em solo rural, localizadas em contextos territoriais predominantemente afectos a funções agrícolas, pecuárias e florestais, podendo estas deter diferentes formas, dimensões e densidades, e assegurar a sua estruturação e organização territorial, preferencialmente através da elaboração de um plano de intervenção em espaço rural para a totalidade da área	PDM	CM	CCDRLVT
2. Considerar apenas áreas restritas para efeitos de qualificação como Áreas edificadas dispersas em solo rural, nos termos do definido na alínea b) do n.º 2 do artigo 19.º do DR n.º 11/2009, onde será admitida a colmatação e consolidação da edificação, mantendo-se a restante área afectada às actividades agrícolas	PDM	CM	CCDRLVT
3. Na qualificação como áreas de edificação dispersa, considerar as seguintes subcategorias e critérios: a) Áreas de edificação dispersa extensiva: Esta subcategoria tem como base a necessidade de regrar e estruturar as áreas edificadas dispersas e extensivas em solo rural, sem arruamentos consistentes nem estruturação definida. O critério a utilizar na sua delimitação deve basear-se no imperativo de selecção das áreas com capacidade de nucleação e de contenção do fenómeno da edificação nas restantes áreas. Engloba as áreas existentes onde o fenómeno tem densidades superiores a 1 fogo/ha, que devem ter uma dimensão de referência de 25 ha b) Áreas de edificação dispersa linear: Áreas edificadas ao longo de vias de comunicação com carácter contínuo ou em rede. A sua delimitação deve basear-se no imperativo de contenção e estabilização deste tipo de povoamento, integrando apenas as áreas já edificadas ao longo das vias mantendo-se os espaços intersticiais como agrícolas, podendo promover-se pontualmente a sua ocupação apenas para efeitos de nucleação. Inclui as áreas edificadas em foros	PDM	CM	CCDRLVT
4. Estruturar e regrar as áreas de edificação dispersa tendo em consideração a necessidade de:	PDM PIER	CM	CCDRLVT

<ul style="list-style-type: none">a) Hierarquização da rede viária na globalidade da área, em função das áreas nucleadasb) Dotação funcional de pequenos equipamentos e serviços de apoio nas áreas de nucleaçãoc) Dotação em infra-estruturas devendo ser utilizados sistemas autónomos ambientalmente sustentáveisd) Harmonização espacial dos usos e actividadese) Estabilização do edificadof) Protecção dos solos com potencial de utilização agrícola e salvaguarda da tradição histórica do povoamento, no caso dos foros			
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

B.3. . Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais

B.3.3 Estabilização e Contenção da Edificação Dispersa

Normas Conexas: NG / A.4.2. / A.4.2. / B.3. / C.3. / D.4.3.

Problemática

- Tendência de dispersão do povoamento e progressivo consumo de espaço nas periferias das áreas urbanas e nas áreas rurais e consequentes custos com infra-estruturas e serviços, fragmentação do território e da paisagem, problemas na gestão do combate a incêndios florestais e custos energéticos e ambientais associados ao modelo de mobilidade apoiado essencialmente no transporte individual

Orientações

1. Conter o surgimento de novas áreas de edificação dispersa, concentrando esse tipo de procura em espaços urbanos de baixa densidade, aglomerados rurais e outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e orientando-a simultaneamente para a reabilitação do património edificado já existente

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Nas áreas agrícolas, florestais e naturais condicionar a nova edificação isolada para fins habitacionais dos agricultores ou construções de suporte a actividades económicas valorizadoras do espaço rural a critérios de protecção dos recursos naturais e ambientais e dos valores paisagísticos, bem como a parâmetros de edificabilidade a definir em função de critérios de contenção de fraccionamento da propriedade, tendo por referência a área média dos prédios de cada unidade espacial, e aos seguintes requisitos:</p> <p>a) Interditar a construção de novos edifícios nas áreas naturais e nas áreas florestais de protecção e conservação, com excepção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Edificações ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais - Pequenas infra-estruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal e ao usufruto daqueles espaços por parte da população - Estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural - Infra-estruturas públicas bem como infra-estruturas afectas à Defesa Nacional, desde que não exista alternativa de localização fora dessas áreas <p>b) Interditar a construção de novas edificações nas áreas agrícolas de baixa aluvionar com excepção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Edificações que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola a comprovar por declaração emitida pela entidade competente (Direcção Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo – DRALVT) - Pequenas infra-estruturas e pequenos equipamentos de aproveitamento do potencial ecológico - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural - Infra-estruturas públicas, desde que não exista alternativa de localização fora dessas áreas. <p>c) Proibir a edificação isolada para fins habitacionais, excepto para residência própria e permanente dos agricultores e desde que verificados cumulativamente os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O requerente seja agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação - Não exista qualquer outra habitação no interior da mesma exploração. - Uma área mínima do prédio a definir em PDM, não inferior a 4 hectares - A dimensão mínima de 4 hectares pode ser excepcionada até aos 2 hectares em áreas limitadas de freguesias em que a estrutura fundiária agrícola apresente uma forte presença de pequena propriedade e desde que tal ajustamento não ponha em causa as opções estratégicas e o modelo territorial do PROT e não promova padrões de edificação dispersa. - Os prédios que constituem a exploração agrícola em que se localiza a edificação sejam inalienáveis durante o prazo de 10 anos subsequentes à construção, salvo por dívidas relacionadas com a aquisição 	<p>PDM</p>	<p>CM</p>	<p>CCDRLVT</p>

bens imóveis da exploração e de que esta seja garantia, ou por dívidas fiscais, devendo esse ónus constar de registo na Conservatória de Registo Predial. Este ónus não se aplica quando a transmissão de quaisquer direitos reais sobre esses prédios ocorrer entre agricultores e desde que se mantenha a afectação da edificação ao uso exclusivo da habitação para residência própria do adquirente.

- d) Restringir a instalação de estabelecimentos industriais a casos excepcionais, desde que devidamente comprovado pela entidade competente que a sua localização exige proximidade da produção primária ou que, pela sua natureza técnica e económica haja inconvenientes na sua instalação em zonas industriais;
- e) Admitir as edificações enquadradas nas tipologias legais do TER, TH e TN, bem como Estabelecimentos Hoteleiros de categoria não inferior a 3 estrelas, nos termos das normas enunciadas para turismo em espaço rural;
- f) Admitir a construção ou ampliação de adegas nas áreas das vinhas;
- g) Condicionar a instalação de conjuntos turísticos (resort) às áreas delimitadas como AVT e nos termos da norma referente a NDT;
- h) Regular as instalações de pecuárias e estufas de acordo com as normas enunciadas em domínio próprio;
- i) Definir requisitos de afastamentos mínimos entre pecuárias ou agro-indústrias e edificações para utilização habitacional ou outras utilizações incompatíveis com a proximidade a esses usos;

2. Contrariar a proliferação das redes públicas, recorrendo a sistemas independentes e ambientalmente sustentáveis onde não existam redes previamente construídas	PDM	CM	CCDRLVT
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	----	---------

B.4. Reforçar a conectividade regional

B.4.1 Articulação de Políticas, Planeamento e Gestão da Mobilidade

Normas Conexas: B.1.1. / B.1.2. / B.2. / B.3.1. / B.4.

Problemática

- Ausência de uma prática de liderança estratégica e tática ao nível das opções de mobilidade na AML, abrangendo todos os modos de transporte e a prossecução de princípios de sustentabilidade do sistema de transportes, assentes na promoção do TP e dos modos suaves e seu funcionamento numa lógica multimodal integrada
- Inexistência de estudos integrados e de instrumentos de planeamento do sistema de transportes metropolitano

Orientações

1. Assegurar a actuação conjugada da Administração Central (fiscalidade e grandes infra-estruturas), Municípios (usos do solo, estacionamento, modos suaves) e Autoridade Metropolitana de Transportes (redes TP e regimes de preço na mobilidade) na gestão da mobilidade
2. Minimizar efeito barreira das grandes infra-estruturas lineares de transportes, evitando a fragmentação da rede fundamental de conservação da natureza e acautelando a sua correcta inserção no território

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Consolidar a AMTL, garantindo os recursos necessários para o desenvolvimento das competências que lhe estão adstritas, nomeadamente as que permitirão assegurar uma maior integração e coordenação entre os vários modos de transporte público e destes com as políticas de circulação e de estacionamento e de promoção dos modos suaves	Medida administrativa	MOPTC	MFAP JM
2. Desenvolver os instrumentos de planeamento estratégico e operacional de âmbito metropolitano consignados na legislação em vigor: Plano de Deslocações Urbanas (PDU) e Plano Operacional de Transportes (POT)	PDU POT	AMTL	IMTT CM
3. Desenvolver planos locais (municipais ou intermunicipais) de mobilidade que permitam: <ol style="list-style-type: none"> a) caracterizar os padrões de mobilidade e as linhas de desejo de deslocação; b) equacionar a evolução do sistema de transportes, no sentido de servir as áreas de expansão programadas; c) estabelecer as estratégias de desenvolvimento do sistema de transportes e mobilidade municipal conducentes a um desenvolvimento mais sustentável 	PMM	CM	AMTL
4. Desenvolver mecanismos regulatórios que promovam a articulação entre as políticas de transportes, de ambiente e de ordenamento do território, clarificando a obrigatoriedade do desenvolvimento de planos de mobilidade/deslocações urbanas de âmbito municipal	Regulação	MOPTC MAOT	
5. Desenvolver mecanismos de concertação entre as diferentes entidades promotoras de transportes colectivos (operadores, IPSS, Transportes Escolares, Unidades de Saúde, etc.) no sentido de, em conjunto, reduzir os custos necessários ao provimento dos transportes e de diversificar a oferta de serviços	Articulação	AMTL	CM Operadores IPSS MS
6. Equacionar no âmbito do PDU e do POT o serviço às populações rurais, fixando obrigações de serviço público que garantam padrões mínimos de oferta adaptados às diferentes necessidades	PDU POT	AMTL	CM
7. Promover a mobilidade usando a infra-estrutura de bilhética existente.	Projecto / Obra	AMTL, OTLIS	IMTT, CCDRLT,CM

B.4. Reforçar a conectividade regional

B.4.2 Prioridades de Investimento na Rede Ferroviária

Normas Conexas: A.1.1. / A.1.2. / A.1.3. / A.5.1. / B.1.1. / B.1.2. / B.4.1. / B.4.7. / C.6.1.

Problemática

- Necessidade de novas formas de organização da oferta de transportes ferroviários com serviços diametrais / transversais que, passando por Lisboa, conectem pólos secundários da AML, promovendo uma conectividade intra-regional fomentadora do policentrismo e compactação
- Previsível aumento de solicitações na Linha de Cintura por força dos investimentos previstos e consequente necessidade de acautelar soluções alternativas a longo prazo

Orientações

1. Desenvolver a rede de transporte ferroviário por forma a que esta se assuma como a espinha dorsal da estruturação do território metropolitano, potenciando os investimentos previstos (fecho do anel ferroviário e embebiamento da Linha de Cascais na Linha de Cintura)

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Assegurar a concretização dos investimentos previstos, designadamente o fecho do anel ferroviário metropolitano e a modernização da Linha de Cascais, com a sua ligação directa à Linha de Cintura	Projecto / obra	REFER	RAVE MOPTC AMTL
2. Salvaguardar a compatibilização entre a operação ferroviária de passageiros com a de mercadorias sobre a linha de Cintura, sem por em causa o desenvolvimento de novas ofertas e o aumento da fiabilidade dos serviços de passageiros, indispensáveis à promoção do TP	PDU	AMTL	REFER CCDRLVT CM
3. Estudar a viabilidade de constituição a longo prazo de uma circular ferroviária exterior alternativa à actual Linha de Cintura, no sentido de acautelar a necessidade de reserva de espaços canais	PDU	AMTL	REFER CCDRLVT CM
4. Estudar a viabilidade técnica e económica de construção um ramal ferroviário que permita a ligação do MARL e áreas logísticas conexas à Linha do Norte, eventualmente, integrado na circular ferroviária exterior a estudar através da ligação à linha do Oeste	PDU	AMTL	REFER CCDRLVT CM
5. Estudar o desenvolvimento de lógicas de serviços ferroviários diametrais que facilitem a articulação entre pólos secundários da AML e retirem pressão sobre a Linha de Cintura (ex. Cascais – NAL; Setúbal –Sintra; Sintra – Azambuja)	PDU / POT	AMTL	OpF
6. Construir os acessos ferroviários ao NAL e disponibilizar os serviços que permitam que o modo ferroviário se afirme como principal modo de acesso para diferentes segmentos de procura (passageiros, trabalhadores, serviços)	POT	REFER	OpF MOPTC AMTL

B.4. Reforçar a conectividade regional

B.4.3 Desenvolvimento da Rede do Metro Sul do Tejo (MST)

Normas Conexas: B.1.2. / B.4.1. / B.4.7. / C.6.1.

Problemática

- Necessidade de uma melhor integração entre os territórios da Margem Sul, em particular dos densamente urbanizados e naqueles onde se perspectivam ganhos de dimensão face aos investimentos previstos
- Necessidade de articular os diversos sistemas com os modos pesados que asseguram as conexões com Lisboa e a margem Norte (estações de comboio e terminais fluviais)

Orientações

1. Acelerar a realização dos estudos de viabilidade socioeconómica e fundamentar a concretização da expansão do MST de modo a cobrir novas áreas de expansão que se antevê venham a consolidar-se

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Melhorar a integração do MST no sistema de transportes e mobilidade metropolitana, seja do ponto de vista físico, funcional e tarifário	POT	AMTL	MST
2. Estudar as necessidades de expansão e de reajustamentos dos projectos da rede do MST tendo em atenção a procura já instalada, os projectos de investimentos previstos e o desenvolvimento urbanístico esperado para a margem Sul	PDU	AMTL	CM MST
3. Implementar as 2ª fase (ligação Corroios – Fogueteiro) e 3ª fase (ligação Fogueteiro – Seixal e Seixal – Barreiro) previstas no contrato de concessão do Metro Sul do Tejo, de modo a assegurar a articulação com os projectos da TTT, do NAL e do Arco Ribeirinho Sul	Avaliação, Projecto/obra	MOPTC	AMTL MST CM
4. Desenvolver o projecto de ligação da actual linha Corroios - Universidade à Costa da Caparica, no sentido de dar continuidade ao eixo já existente e suprir as necessidades de procura instalada e flutuante, fomentando a articulação com outros modos de transporte público (comboio e barcos)	Avaliação, Projecto/Obra	MOPTC	AMTL MST CM

B.4.4 Ligações em TPSP
Normas Conexas: B.1.2. / B.4.1. / B.4.7. / C.6.1.
Problemática

- Estruturação do sistema de transportes públicos (TP) direccionado de modo geral para responder aos grandes fluxos suburbanos que acedem à cidade de Lisboa, verificando-se a existência de alguns eixos transversais de mobilidade com expressão visível para os quais são débeis as respostas de oferta de transporte público hoje existentes

Orientações

1. Assumir um conjunto de em Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP), fundamentais para a estruturação das linhas de desejo actualmente mal atendidas e para a revitalização da procura dos modos de transporte público, mantendo como referencial a preocupação de garantir tecnologias compatíveis, evolutivas e adaptadas à procura e respeitar critérios de sustentabilidade ambiental e energética

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir uma estratégia de implementação de eixos em TPSP que salguarde a integração dos diferentes projectos previstos para que o seu conjunto seja coerente e possa evoluir de forma integrada, com o menor custo de investimento possível, evitando a multiplicação de tecnologias incompatíveis, com os correspondentes encargos fixos 	PDU Estudo corredores de TPSP	AMTL	IMTT CM
<ol style="list-style-type: none"> 2. Desenvolver os eixos prioritários (a estudar 1º nível) de TPSP propostos, designadamente: <ol style="list-style-type: none"> a) A ligação Mafra – Loures – Lisboa que visa dotar o corredor de expansão urbana da A8 de um modo de transporte público competitivo, que assegure uma maior sustentabilidade da mobilidade neste eixo e a emergência de novas actividades polarizadoras em Loures (eg. Novo Hospital Regional). Nos estudos a desenvolver deverá ser equacionada a possibilidade de servir este eixo através da alteração do percurso da actual linha do Oeste, criando um novo eixo ferroviário diametral, sem embargo da necessidade de assegurar um conceito evolutivo que permita a implementação de soluções a curto-médio prazo e adequação de forma racional e progressiva da oferta à procura b) A circular Algés – Falagueira / Amadora – Odivelas – Loures, estudada em 2002/2004 pela Carris/ML, aferindo o traçado inicialmente previsto no sentido de contemplar a evolução das opções urbanísticas entretanto tomadas e re-equacionando a tecnologia então proposta, no sentido de facilitar a sua implementação parcelar e de minimizar o custo e tempo necessários à implementação, salvaguardando ainda a eventual migração para tecnologias de maior capacidade 	Estudo PDU PMOT	AMTL CM	Operadores
<ol style="list-style-type: none"> 3. Estudar os seguintes corredores de TPSP, no sentido de pormenorizar a avaliação da sua viabilidade e de promover a reserva de corredores no âmbito dos PMOT: <ol style="list-style-type: none"> a) A ligação Paço de Arcos – Tagus Parque – Massamá /Cacém, que estrutura um eixo de desenvolvimento urbano que se tem vindo a consolidar e que dá continuidade ao Sistema Automático e Transporte Urbano de Oeiras (SATUO); b) A ligação transversal Carcavelos / Oeiras - Rio de Mouro, a 	Estudo PDU PMOT	AMTL CM	

<p>qual estrutura um eixo transversal de desenvolvimento urbano já densamente ocupado e carente de soluções de transporte público eficientes;</p> <p>c) A ligação Cascais – Alcabideche – Sintra, que promove a ligação entre os centros urbanos de Cascais e Sintra, estruturando, no seu troço inicial, um território de elevada ocupação urbana;</p> <p>d) O prolongamento Loures – Sacavém, ligação que fecha a circular exterior da 1ª coroa de Lisboa e que permite ligar dois importantes núcleos populacionais do concelho de Loures;</p> <p>e) Ligação Corroios – Vale de Milhaços / Sobreda - Charneca de Caparica, cujo objectivo é servir uma área densamente urbanizada articulando-a com comboio;</p> <p>f) Ligação Fogueteiro – Pinhal dos Frades – Quinta do Conde – Penalva visando, sobretudo, estruturar um território cuja génese ilegal levanta dificuldades de mobilidade e para o qual existem perspectivas de consolidação e densificação;</p> <p>g) Ligação Penalva – Santo António da Charneca – Vale da Amoreira – Lavradio, que articula o eixo atrás descrito com a 3ª fase do MST e com a nova estação do Barreiro (Gare Sul);</p> <p>h) A ligação Quinta do Conde – Palmela que se poderá constituir como um eixo de estruturação da planície central, para a qual se antevê a consolidação e densificação da urbanização;</p> <p>i) A ligação Alcochete – Montijo – Moita, articulada com a ligação Montijo – Pinhal Novo, as quais visam potenciar a articulação entre os principais pólos urbanos da zona Norte do Arco Ribeirinho e as principais infra-estruturas de transporte pesado de passageiros da AML.</p>			
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

B.4.5 Investimento em Outros Modos Estruturantes de Transporte

Normas Conexas: B.1.1. / B.1.2. / B.4.1. / B.4.7. / C.6.1.

Problemática

- Fragilização do transporte fluvial pelo aparecimento de outros modos concorrentes (designadamente o comboio) e pela evolução socio-demográfica e económica dos territórios ribeirinhos onde se encontram instalados os terminais fluviais, estando o seu futuro muito dependente do que vier a ser o desenvolvimento da Baixa de Lisboa e do Arco Ribeirinho Sul e da forma como estas duas zonas vierem a interagir
- Pressões de expansão do Metropolitano de Lisboa (ML) para territórios periféricos, onde a sua eficiência é menor, já que o metropolitano é um modo de transporte de distribuição urbana em meio denso, adaptado para transporte de massas com elevadas frequências ao longo do seu período de exploração e não ao transporte suburbano, cujas procuras se concentram maioritariamente em períodos de ponta limitados e que ele é tão mais atractivo quanto maior for a conectividade entre as linhas que constituem a sua rede

Orientações

1. Assegurar a manutenção do papel estratégico do transporte fluvial tendo em atenção o desenvolvimento da restante oferta de serviços de transporte público e os investimentos previstos para as frentes ribeirinhas Norte e Sul do Tejo, equacionando o desenvolvimento de novas ligações intra e inter-margens e explorando a viabilidade de novos tipos de serviços com embarcações mais ligeiras e mais rápidas
2. Desenvolver o ML essencialmente dentro do concelho de Lisboa, garantindo uma maior articulação entre linhas e proporcionando ganhos de conectividade que possibilitem uma melhor optimização de percursos
3. Garantir a articulação das linhas do ML entre si e com os outros modos de transporte

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Estudar a viabilidade física e socio-económica de introdução de novos serviços de transporte fluvial que explorem ligações entre cais situados na mesma margem (eg. Montijo – Barreiro – Seixal – Cacilhas, Cais do Sodré – Parque das Nações) e entre pólos hoje não servidos pelo transporte fluvial mas para os quais pode existir procura potencial (eg. Parque das Nações, Algés)	Estudo PDU	AMTL	Transtejo CM
2. Estudar o impacte da realocização do cais do Barreiro face às alterações da rede ferroviária (TTT, Gare Sul e expansão do MST) e do acentuado processo de erosão costeira decorrente das carreiras fluviais que operam no actual cais	Estudo PDU	AMTL	Transtejo CM
3. Concluir as extensões do ML actualmente em curso, designadamente a ligação ao aeroporto da Portela e a ligação à interface ferroviária da Reboleira	Projecto / obra	MOPTC	ML
4. Elaborar um estudo de reforço da conectividade da rede do ML que tenha em linha de conta os estudos realizados pelos outros modos e as directrizes do PDU	Estudo PDU	AMTL	ML CM

B.4. Reforçar a conectividade regional

B.4.6 Investimentos no Sistema Rodoviário

Normas Conexas: A.1.1. / A.1.2. / A.1.3. / A.5.1. / B.1.2. / B.2.1. / B.4.1. / C.6.2. / C.6.3.

Problemática

- A rede rodoviária nacional na AML, através dos itinerários principais e complementares, já assegura boas ligações intra e inter-regionais, ainda que subsista uma dominância de eixos radiais com extremo em Lisboa. As principais fragilidades no sistema rodoviário incidem fundamentalmente ao nível da rede de distribuição primária e secundária regional e municipal, a qual se encontra muitas vezes desajustada da sua função

Orientações

1. Assegurar o fecho de malhas através da construção das vias previstas no PRN
2. A hierarquização da rede rodoviária metropolitana deve responder aos diferentes tipos de ligações e interdependências entre os vários núcleos e aglomerações urbanas, separando-as, sempre que possível, das ligações da AML com o resto do país e as fronteiras terrestres
3. A hierarquização da rede rodoviária deve ter correspondência na capacidade das vias e dos nós, avaliada em função das necessidades decorrentes da recentragem territorial proposta no Esquema do Modelo Territorial, assumindo particular importância o desenvolvimento da rede rodoviária entre o nível nacional e o municipal, infraestrutura essencial à melhoria da acessibilidade na AML e ao cabal aproveitamento das potencialidades conferidas pela rede rodoviária nacional

Diretrizes e Medidas

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Construir as ligações rodoviárias previstas, designadamente: <ol style="list-style-type: none"> a) Acessos rodoviários ao novo Aeroporto de Lisboa (NAL) b) TTT e respectivos acessos rodoviários, incluindo: a ER 10 – Corroios / Seixal; a ligação Seixal / Barreiro; a ER 11-2 – Barreiros – Moita (IC32); o prolongamento do IC21 a Sesimbra e os investimentos necessários na rede viária da cidade de Lisboa c) IC32 – Funchalinho – Coia d) IC11 – Carregado / Pêro Negro e) Acessos rodoviários à Plataforma Logística do Poceirão e à Plataforma Logística de Lisboa Norte 	Projecto / Obra	EP Concessionários CM	INIR
2. Para além das vias previstas para o horizonte do Plano, deve-se considerar as seguintes intervenções adicionais, conforme descrito no modelo territorial: <ol style="list-style-type: none"> a) Continuação do IC30 para Norte por forma a ligar à A21 (auto-estrada Ericeira-Mafra-Malveira); b) Manutenção estratégica da reserva do espaço canal para a eventual construção da quarta travessia rodoviária do Tejo, no eixo Algés – Trafaria 	Estudo / Projecto	INIR EP Concessionárias	CM
3. Definir, ao nível do PDU, um Esquema Director das Infra-estruturas Rodoviárias Regionais com vista a reforçar as ligações intermunicipais e garantir uma distribuição mais eficiente dos fluxos e, ao nível dos PDM, estabelecimento da hierarquia funcional da Rede Viária Municipal, definindo a articulação sub-regional, a ligação entre sectores urbanos e aos equipamentos estruturantes, interfaces e serviços, e actividades geradoras de tráfego. Deverá ser dada prioridade ao estudo da rede regional da Península de Setúbal, assumindo fundamentalmente a óptica de fortalecimento das relações internas à Península de Setúbal.	PDU PDM	AMTL CM	INIR

<p>4. Desenvolver um programa de variantes e circulares de âmbito metropolitano, em consonância com o esquema director de infra-estruturas rodoviárias a desenvolver no âmbito do PDU, por forma a assegurar níveis de serviço adequados e reduzir os índices de sinistralidade, e equacionar a possibilidade de criação de nós intermédios nas vias de grande capacidade que apresentam alternativas viárias (por exemplo, A2 e A1), com vista a minimizar os percursos realizados sobre a rede local, desde que tal não comprometa os níveis de serviço fixados para estes eixos</p>	<p>PDU PDM</p>	<p>AMTL CM EP</p>	<p>INIR</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	---------------------------	-------------

B.4.7 Interfaces de Transportes e Estações Multimodais
Normas Conexas: B.1.2. / B.4. / C.6.1.
Problemática

- Indispensabilidade, para assegurar a melhoria das condições de funcionamento do sistema de transportes metropolitano e incentivar a transferência modal do TI para o TP, de dotação de uma rede de interfaces que promovam o desenvolvimento da integração inter e multimodal na AML
- Dificuldades em assegurar o correcto funcionamento das infra-estruturas existentes derivado da necessidade de concertar a vontade dos diferentes agentes e dos interesses em presença

Orientações

1. Hierarquizar e desenvolver a rede de interfaces metropolitanos, assegurando critérios de ordenamento que promovam as condições de conforto e segurança nos transbordos, a fácil acessibilidade a partir de diferentes modos de transporte, motorizados ou não, e a correcta integração urbana
2. Melhorar as condições de funcionamento e de adução às interfaces, seja ao nível da dotação de espaços próprios de Park&Ride que promovam a transferência do TI para TP (a privilegiar fundamentalmente nos núcleos mais afastados de Lisboa), seja por via do desenvolvimento da intermodalidade / integração com outros modos de TP, nomeadamente de dimensão intermédia, para viabilizar serviços de rebatimento directos e mais rápidos
3. Garantir a eficiência nos transbordos, assegurando a minimização dos tempos de ligação pedonal entre modos e promover a acessibilidade e integração dos modos suaves na cadeia de viagem, disponibilizando estacionamentos para bicicletas seguros e protegidos das condições atmosféricas adversas

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar a rede metropolitana de interfaces de passageiros, devidamente articulada com o estabelecimento de uma rede de parques de estacionamento dissuasores, respectiva hierarquia, objectivos e prioridades de ordenamento com vista a melhorar as suas condições de funcionamento	PDU Estudo interfaces	AMTL	Operadores CM
2. Dar prioridade à Intervenção nas interfaces ferroviárias (enquanto elemento chave do sistema), no sentido de melhorar a acessibilidade dos diferentes modos de transporte, sejam ou não motorizados	PDU	AMTL	CM
3. Integrar as orientações relativas a interfaces e promover a elaboração de Planos/Projectos para o Ordenamento das áreas envolventes das interfaces e respectivas acessibilidades, com o apoio da Administração Central	PMOT	CM	AMTL
4. Estudar a realocização do terminal fluvial de Setúbal no sentido de promover uma melhor articulação com o caminho de ferro e facilitar o estabelecimento de cadeias de viagem em TC, tendo em atenção a estratégia de desenvolvimento do Porto de Setúbal e de salvaguarda ambiental do estuário do Sado, designadamente o constante do "Plano de Acção para a Salvaguarda dos Roazes do Estuário do Sado"	Estudo PDU	AMTL CM	APSS REFER Operadores
5. Avaliar a possibilidade de construção de uma nova estação ferroviária no eixo norte-sul, na zona de Vale das Flores, com o objectivo de diminuir as pressões sobre o Pragal e de aumentar a procura de TP	PDU	AMTL CM	REFER Operadores

B.4. Reforçar a conectividade regional

B.4.8 Investimento nos Modos Suaves de Mobilidade

Normas Conexas: B.4.1. / B.4.6. //B4.7/C.6/ D.2.2. / D.2.3. / D.4.1. / D.4.2.

Problemática

- Insuficiências na concepção da rede viária, não assegurando o conforto e segurança da marcha a pé como meio de mobilidade regular ou de ligação a transportes públicos
- Ausência de integração dos modos suaves de mobilidade (marcha a pé e bicicletas) na cadeia de viagem
- Fraca aplicação dos princípios de desenho urbano universal / inclusivo nos espaços públicos que assegure a mobilidade em segurança e com conforto a pessoas com mobilidade condicionada ou com deficiências sensoriais

Orientações

1. Assegurar a hierarquização da rede rodoviária que permita criar condições para aliviar a pressão sobre a malha local, criando melhores condições de dispersão das cargas pelos eixos de maior capacidade e obtendo em paralelo ganhos significativos de acalmia de tráfego no interior dos bairros
2. Promover a integração dos modos suaves como elementos estruturantes na cadeia de viagem, começando pelos percursos locais e de acesso aos modos públicos motorizados, e fazendo de seguida a integração destas sub-redes locais entre áreas adjacentes, de modo a estabelecer uma rede regional coerente que possa tornar mais competitivas as deslocações em distâncias maiores
3. Assegurar condições de acessibilidade em segurança a pé e de bicicleta aos equipamentos públicos e de proximidade, com particular atenção a pessoas com mobilidade condicionada (crianças, jovens, idosos e a pessoas com deficiência motora ou sensorial)
4. Promover, no âmbito dos processos de requalificação urbana de centros históricos e cívicos, as condições para uma mobilidade pedonal e ciclável com segurança e conforto para toda a população que estimulem a apropriação destes espaços como áreas atractivas para o consumo e lazer

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Assegurar uma correcta hierarquização da rede rodoviária	PMOT	CM	AMTL
2. Adoptar um quadro legislativo, designadamente ao nível do Código das Estradas, de promoção dos “modos suaves” de mobilidade	Legislação	Governo	MOPTC MAOT IMTT DGOTDU
3. Investir na criação de uma rede ciclável intra e intermunicipal, que possa cumprir, não apenas funções de lazer, mas também de transporte, assegurando ligações às interfaces de TP e garantindo o estabelecimento de rede de “autoestradas cicláveis” metropolitana que promova a competitividade da bicicleta em distâncias maiores, com condições de segurança, continuidade, funcionalidade, conforto e qualidade ambiental	PMOT, Projecto	CM, AMTL	
4. Promover a integração da bicicleta nas cadeias de viagem em TP, dotando as interfaces de condições de acesso e estacionamento confortáveis e seguras e, sempre possível, assegurando a possibilidade de seu transporte nos TP	PDU Estudo Interfaces	AMTL	CM Operadores
5. Apoiar projectos à escala dos bairros ou de partes de aglomerado, devidamente enquadrados em Planos de Mobilidade concelhios, promovendo (à escala local) a transferência modal a favor dos modos suaves e dos transportes públicos, nomeadamente, através de: <ol style="list-style-type: none"> a. Regularização das condições de circulação pedonal 	Projecto	CM	AMTL CCDRLVT

<p>(alargamento e protecção de passeios, requalificação do espaço público, pedestrianização, redesenho de intersecções, aumento de tempos de atravessamento, eliminação de barreiras físicas, etc.), para proporcionar melhores condições às deslocações não motorizadas</p> <p>b. Acções de gestão da mobilidade local (pedibus, promoção da marcha a pé pela reorganização da rede de equipamentos de proximidade, etc.), susceptíveis de promover a redução da mobilidade motorizada</p> <p>c. Acalmia de tráfego e redução da circulação automóvel (zonas 30, controlo do acesso e atravessamento de bairros, tarifação do estacionamento/circulação, reforço da fiscalização, etc.), visando reduzir a exposição dos peões aos riscos colocados pelo tráfego automóvel</p> <p>d. Rede ciclável, incluindo estacionamento de bicicletas seguro nos principais equipamentos, preferencialmente no interior dos mesmos</p>			
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Domínio C. Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza

No âmbito do domínio “Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza” foram identificados indicadores-chave que permitem medir os resultados da concretização das Linhas de Acção. As metas reportam-se aos indicadores-chave constantes no Capítulo V: Sistema de Monitorização e Avaliação.

Linhas de Acção

Metas 2020

C1. Garantir o funcionamento da Rede Ecológica Metropolitana

- Manutenção ou aumento da Área ERPVA32 com ocupação e uso do solo favorável à conservação da natureza e biodiversidade

C2. Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

- Áreas de pedreiras em que os recursos geológicos se encontram esgotados, com Plano de Recuperação Paisagística e Ambiental em 100%

C3. Utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade

- Sistemas de produção no sector vegetal superiores ao índice referente ao Continente
- Decréscimo da população residente nas áreas de risco identificadas (inundação por cheia rápida e instabilidade das vertentes)

C4. Evitar e mitigar riscos

- Intensidade em Energia Final seja inferior a 137,4 Tep/M€
- Renováveis no total do Consumo de Energia Final em 31%
- Mobilidade mais eficiente em termos de emissões de GEE

C5. Investir na sustentabilidade energética como alavanca da competitividade

- Cumprimento dos valores limite de qualidade do ar
- Aumento em 100% da taxa de recolha separativa de resíduos
- Decréscimo de perdas de água para valores inferiores a 20%

C6. Potenciar uma mobilidade sustentável

- Aumento em 35% da Reutilização da água residual tratada

C7. Melhorar o saneamento ambiental da região

- Diminuição da exposição ao ruído e cumprimento dos valores limite legais

³² ERPVA – Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, (POS07: Povoamentos florestais de sobreiro e /ou azinheira; Matos; Povoamentos florestais; Áreas húmidas e sapais; Dunas; Áreas agrícolas em baixa aluvionar)

C.1.1 Implementação / Concretização da REM

Normas Conexas: A.4.1. / A.4.2. / C.2. / C.3.1. / C.3.2. / C.3.3. / D.4.3.

Problemática

- Necessidade de preservar as excelentes condições e valores naturais e paisagísticas da AML, ao nível das áreas com importância para a conservação da natureza e biodiversidade, dos recursos hídricos, do solo, das áreas agrícolas, florestais e silvestres e do património geológico de modo a garantir a estabilidade e sustentabilidade ambiental da região
- Limitação dos instrumentos planeamento territorial (IPT) em assegurar a conservação e gestão das áreas com importância ecológica regional e local
- Escassa informação actualizada e facilmente acessível sobre os valores e recursos naturais da AML
- Necessidade de integrar no modelo metropolitano, territórios com funções ecológicas determinantes para a sua qualificação.

Orientações

1. Salvaguardar os valores naturais e paisagísticos com maior expressão na AML através da concretização no território de uma Rede Ecológica Metropolitana (REM), elemento de conectividade ecológica metropolitana, que englobe, as áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas e outras com importância regional e local para a conservação da natureza e biodiversidade, paisagem, património geológico, solos e recursos hídricos
2. Assegurar a implementação da REM nos PMOT, através da sua transposição para a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), adequando a classificação do uso do solo à preservação dos valores em presença, garantido a continuidade dos processos ecológicos à escala inter e intraregional, e também a sua requalificação urbanística
3. Desenvolver e aprofundar o conhecimento dos valores naturais da AML, identificando os recursos hídricos, as áreas agrícolas, florestais e silvestres, os solos e as paisagens notáveis
4. Garantir que os territórios da REM integram utilizações dominantes que privilegiem as funções ecológicas e a sustentabilidade ambiental do sistema urbano

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Delimitar a REM à escala do PMOT, integrando-a na EEM com os devidos ajustamentos de escala e conteúdo, com base em estudos de caracterização que assegurem:</p> <p>a) A identificação e cartografia dos valores naturais e funções ecológicas, nomeadamente recursos hídricos, áreas agrícolas, florestais, silvestres e solos, os quais deverão constituir elementos essenciais na fundamentação das opções de planeamento e gestão desses territórios</p> <p>b) A identificação e cartografia das áreas com maior interesse paisagístico que constituam áreas de Paisagem Notável no território metropolitano, as quais deverão constituir elementos fundamentais nas opções de planeamento e projecto para esses territórios</p> <p>c) A caracterização das dinâmicas urbanísticas e carências em equipamentos e espaços públicos na sua área de influência (área do PMOT)</p> <p>d) A identificação de pontos de estrangulamento, intrusões, interrupções de continuidade ou locais tampão nas áreas e corredores ecológicos, ponderando essas ocorrências nas estratégias urbanísticas municipais e propondo medidas de correcção ou minimização dos seus efeitos negativos</p>	PMOT	CM	CCDRLVT

2. Nas EEM adequar a regulamentação do uso do solo aos objectivos definidos para a REM	PMOT	CM	CCDRLVT
3. Considerar a possibilidade das operações urbanísticas em áreas REM, serem susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, para efeitos de ponderação de sujeição do plano ou programa a avaliação ambiental	PMOT	CM	CCDRLVT

C.1. Garantir o funcionamento da REM

C.1.2 Rede Primária

Normas Conexas: A.4.2. / C.1.5. / D.4.3.

Problemática

- Necessidade de assegurar a preservação na AML de valores ecológicos de importância nacional e internacional e garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala inter-regional
- Crescente fragmentação dos espaços agrícolas, florestais e silvestres no território metropolitano, com consequente diminuição da sua função ecológica e da conectividade entre áreas de elevado valor, designadamente entre Áreas Estruturantes Primárias

Orientações

1. Reforçar o valor e a importância das áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas como parte integrante do Modelo Territorial da AML
2. Garantir um tratamento integrado das Áreas e dos Corredores Estruturantes Primários (AEP e CEP), acautelando usos do solo que promovam a salvaguarda dos valores ambientais e das suas funções ecológicas
3. Privilegiar a manutenção e revitalização nas áreas que constituem os CEP, das áreas naturais, silvestres, agrícolas e florestais, limitando os usos que condicionem a sua funcionalidade ecológica
4. Assegurar que o desenvolvimento das áreas urbanas nestes territórios não põem em causa a continuidade e a função dos principais sistemas ecológicos
5. Contribuir para a aplicação e concretização no território metropolitano das orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Integrar as áreas de Rede Natura 2000 não sujeitas a PEOT, em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, relativamente às quais devem ser estabelecidas regras de qualificação do solo que garantam os seguintes critérios: <ol style="list-style-type: none"> a) Promoção da conservação das espécies e habitats protegidos, incorporando as orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 b) Manutenção dos sistemas silvestres e dos usos florestais ou agrícolas compatíveis com a conservação das funções ecológicas e valores naturais 	PMOT	CM	ICNB CCDRLVT
2. Delimitar e definir regras de qualificação do solo nas áreas abrangidas pelos Corredores Estruturantes Primários, em sede de PMOT integradas na EEM e com base em estudos paisagísticos e urbanísticos globais, detalhados à escala do plano em causa, que: <ol style="list-style-type: none"> a) Identifiquem as áreas, valores e elementos mais importantes do ponto de vista paisagístico e ecológico b) Definam as áreas e os usos do solo que garantam o cumprimento das suas funções ecológicas e que sejam compatíveis com os seus valores, contendo a edificação e privilegiando a sua ocupação por áreas agrícolas, florestais e silvestres, de modo a impedir a destruição ou degradação dos espaços ecologicamente mais importantes e sensíveis c) Identifiquem a existência de estrangulamentos ou descontinuidades e delimitem e qualifiquem as áreas com usos que decorram da dinâmica urbana d) Dêem especial atenção às áreas ocupadas por espécies ou 	PMOT Estudo	CM	CCDRLVT

<p>habitats protegidos pelas Directivas 92/43/CEE e 79/409/CEE, espécies ameaçadas listadas nos Livros Vermelhos produzidos pelo ICNB, cursos de água e a respectiva vegetação ripícola, outras zonas húmidas, afloramentos rochosos, formações florestais dominadas pelas espécies listadas no Artigo 9º do PROFAML e outras áreas sensíveis em termos ecológicos e ambientais</p> <p>e) Deve considerar-se que os CEP têm como dimensão de referência 2 km de largura, ajustável de acordo com os estudos elaborados</p>			
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

C.1.3 Rede Secundária

Normas Conexas: A.4.2. / C.1.1. / C.1.5. / D.4.3.

Problemática

- Necessidade preservar na AML áreas com valores ecológicos e paisagísticos de importância regional e de garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala regional e intermunicipal
- Crescente fragmentação dos espaços naturais do território, com consequente diminuição da conectividade entre áreas de elevado valor ecológico, designadamente entre Áreas Estruturantes Secundárias e Áreas Vitais
- Crescente ocupação por usos desajustados de áreas importantes para a funcionalidade ecológica do território da AML, essenciais na funcionalidade ecológica de áreas agrícolas, florestais, silvestres e recursos hídricos e na prevenção de riscos de cheia

Orientações

1. Assegurar a conservação da estrutura e funcionalidade dos sistemas ecológicos mais relevantes à escala regional
2. Privilegiar a ocupação dos territórios integrados na Rede Secundária por áreas silvestres, agrícolas e florestais, limitando os usos ou ocupações do solo que reduzam o seu valor natural
3. Promover a afectação de territórios das Áreas Estruturantes Secundárias (AES), localizadas na proximidade de áreas urbanas compactas e centrais, a espaços de recreio, lazer com uma utilização compatível com os valores ecológicos, paisagísticos e produtivos em causa.
4. Assegurar continuidade dos processos ecológicos à escala regional e intermunicipal estabelecendo uma rede de Corredores Estruturantes Secundários (CES) entre as diferentes áreas da REM, suportados no essencial pela rede hidrológica

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Delimitar e definir regras de qualificação do solo das áreas abrangidas pela Rede Secundária, em sede de PMOT integrando-as na EEM, com base em estudos paisagísticos globais, à escala do plano em causa, que:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Identifiquem as áreas, valores e elementos mais importantes do ponto de vista paisagístico, ecológico e urbanístico b) Assegurem a estrutura e funcionalidade das AES e CES à escala regional e intermunicipal. c) Garantam como utilização dominante as áreas qualificadas como solo rural, viabilizando ou estabilizando as funções agrícolas, silvestres, florestais e naturais do território d) Identifiquem as áreas susceptíveis de serem classificadas como solo urbano, as quais devem ser compatíveis com as funções ecológicas e paisagísticas das AES e CES e) Identifiquem os espaços e áreas mais sensíveis, designadamente as áreas ocupadas por espécies ou habitats protegidos pelas Directivas 92/43/CEE ou 79/409/CEE, espécies ameaçadas listadas nos Livros Vermelhos produzidos pelo ICNB, cursos de água e a respectiva vegetação ripícola, outras zonas húmidas, afloramentos rochosos, e formações florestais dominadas pelas espécies listadas no Artigo 9º, do Decreto-Regulamentar n.º 15/2006, de 19 de Outubro (PROFAML) 	PMOT	CM	CCDRLVT ICNB ARH AFN

<p>f) Assegurem, no caso dos CES associados a cursos de água, uma largura mínima de 20 metros para cada lado da linha de água para além dos limites legais, extensível sempre que o estudos paisagísticos e os valores hidrológicos e geomorfológicos o justifiquem</p> <p>g) Os CES terão uma largura de referência de 200 metros.</p> <p>h) Admitam a ocorrência de estrangulamentos e descontinuidades por força de edificado existente ao longo dos CES</p>			
<p>2. Nas Áreas Estruturantes Secundárias poderá ser admitida, a título excepcional, desde que não sejam colocadas em causa as funções ecológicas e paisagísticas, a constituição de áreas destinadas à edificação até ao limite máximo de 15% da sua área total (incluindo as áreas edificadas existentes), nas seguintes condições:</p> <p>a) A AES devem ser integradas numa ou mais UOPG relativamente às quais devem ser estabelecidas regras de qualificação do solo que promovam a concentração do edificado e a aplicação de medidas de minimização e compensação, obrigatoriamente associadas a esses usos e actividades</p> <p>b) Excluem-se do cálculo das áreas destinadas à edificação, as áreas de equipamentos de recreio e lazer, designadamente os campos de golfe e ainda as áreas naturais, agrícolas e florestais com carácter de continuidade onde o plano não preveja o fraccionamento da propriedade para fins habitacionais ou turísticos</p>	PMOT	CM	CCDRLVT ICNB ARH AFN
<p>3. Promover a classificação das AES como Áreas Protegidas, de âmbito regional ou local, quando justificável nos termos do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, através das quais os municípios assumam a conservação das áreas naturais mais importantes, aos níveis regional e municipal</p>	Classificação de Área Protegida	CM	CCDRLVT ICNB

C.1. Garantir o funcionamento da REM

C.1.4 Rede Complementar

Normas Conexas: C.1.1. / C.1.5. / D.4.1.

Problemática

- Necessidade de estruturar e integrar, no modelo de organização urbana, um conjunto de espaços considerados vitais à escala intermunicipal e municipal, com importantes funções ecológicas e urbanas enquanto espaços livres de desafogo e de remate urbano dos espaços envolventes
- Carência de desenho, estruturação urbana e de espaços públicos predominantemente não edificados, destinados ao usufruto da população em áreas urbanas compactas e fragmentadas
- Desadequação das propostas incluídas nos PMOT em vigor, justificando a sua revisão e adaptação
- Crescente ocupação edificada ou com infra-estruturas e equipamentos das áreas marginais a linhas de água ou de drenagem natural, provocando risco de cheia ou inundação por estrangulamento ou tamponamento do espaços

Orientações

1. Garantir que as Áreas e Corredores Vitais (AV e CV) se destinam, no essencial, a espaços não edificados que garantam o desafogo urbano, a criação de espaço público e o reequilíbrio ecológico do sistema urbano municipal e intermunicipal
2. Assegurar que as AV são objecto de uma abordagem global, em sede de PU ou PP, que promova a sua organização em torno de um desenho urbano que promova a estruturação urbana e a sua funcionalidade ecológica de forma integrada
3. Garantir espaço e funcionalidade à rede hidrológica de drenagem local, em particular nas áreas densamente ocupadas concretizando os CV
4. Permitir a organização do espaço público de recreio e lazer localizado preferencialmente ao longo das linhas de água ou drenagem natural
5. Integração da Rede Complementar nas EEM

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. As AV deverão ser transpostas para a EEM, em sede de PDM, integrando as categorias de solo rural ou urbano, compatíveis com a sua natureza <ol style="list-style-type: none"> a) Em solo rural deverá assumir as categorias funcionais: espaços agrícolas ou florestais ou espaços naturais b) Em solo urbano deverão integrar a categoria funcional espaços verdes c) Os limites das AV incluídas no PROTAML são indicativos e deverão ser aferidos à realidade territorial. 	PDM	CM	CCDRLVT
2. Enquanto não for efectuada a transposição conforme o ponto 1., nas AV poderá ser admitido, a título excepcional, face a compromissos e estratégias municipais, necessidades de requalificação urbana ou realojamento, a elaboração de um PU ou PP de modo a promover o seu planeamento integrado	PU PP	CM	CCDRLVT
3. A área do PU ou PP, deverá abranger a totalidade da AV, podendo integrar territórios da sua envolvente ou área de influência urbanística, com os quais se relacione	PU PP	CM	CCDRLVT
4. Da AV incluída no PU ou PP, deverá ser afectada: <ol style="list-style-type: none"> a) À EEM uma área com o mínimo 50%, nos termos do ponto 1 b) Na área remanescente da AV, o PU ou PP procederá à 			

classificação do solo	PU, PP	CM	CCDRLVT
5. Sempre que a complexidade e o carácter vinculativo dos compromissos existentes não possa ser resolvida em sede de PU ou PP, de acordo com as orientações dos pontos anteriores, admite-se um mecanismo compensatório. Assim, para além dos 50% (enquanto limite máximo) de área edificável na AV, poderão ser concretizados mais 12,5% no seu interior, desde que igual área seja concretizada no espaço exterior à AV como solo urbano, na categoria de espaço verde. Este mecanismo compensatório é efectuado no interior do Plano	PU PP	CM	CCDRLVT
6. No caso de PU, PP ou operação urbanística, que não abranja a totalidade da AV incluída no município respectivo, o valor referido no ponto 4. passa a ser de 75% de área a incluir em solo urbano como espaço verde	PU PP OU	CM	CCDRLVT
7. As áreas a incluir na EEM, que decorram da delimitação em sede de PMOT dos CES, não são contabilizadas como área a afectar à EEM nos termos do ponto 4	PMOT	CM	CCDRLVT
8. Nas áreas identificadas como Corredores Vitais, deverá ser condicionada a construção de edifícios ou infra-estruturas localizadas a menos de 20 metros dos limites da servidão das linhas de água, em particular nas áreas de génese ilegal	PMOT	CM	CCDRLVT
9. Os PMOT deverão indentificar os pontos de estrangulamento e as causas de degradação dos corredores vitais e propor medidas de requalificação urbanística	PMOT	CM	CCDRLVT
10. Às AV já incluídas na EEM não se aplica o regime de excepção consagrado nos números precedentes	PMOT	CM	CCDRLVT

C.1.5 Estrutura Ecológica Municipal
Normas Conexas: C.1.1 / C.1.1 / C.1.3 / C.1.4
Problemática

- Necessidade de articular à escala local as estruturas ecológicas definidas aos níveis nacional e regional, nomeadamente a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e a Rede Ecológica Metropolitana, e de salvaguardar áreas fundamentais para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade territorial e ambiental ao nível municipal.
- Necessidade de assegurar a coerência intermunicipal das estruturas ecológicas municipais, de forma a favorecer a continuidade dos processos ecológicos entre municípios vizinhos

Orientações

1. A Estrutura Ecológica Municipal deve obrigatoriamente integrar as estruturas ecológicas definidas aos níveis nacional, regional e intermunicipal, bem como os respectivos regimes
2. A Estrutura Ecológica Municipal deve ser articulada em particular entre municípios adjacentes, de forma a garantir a sua coerência e a continuidade

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Integrar na estrutura ecológica municipal: <ol style="list-style-type: none"> a) As áreas incluídas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, incluindo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas e as Áreas de Continuidade (REN, RAN e DPH), de acordo com o regime definido no DL n.º 142/2008, de 24 de Julho b) Todas as áreas da REM, incluindo as áreas primárias, secundárias e vitais, bem como os corredores primários, secundários e vitais, com as devidas adaptações de escala e ajuste de limites c) As áreas sujeitas a regime florestal definidas no PROFAML 	PMOT (EEM)	CM	CCDRLVT ICNB ARH AFN
2. Nas áreas edificadas ou destinadas à edificação, incluir na estrutura ecológica: os espaços verdes, as linhas de água e respectivas formações vegetais ribeirinhas, bem como outros elementos necessários ao equilíbrio das mesmas; Privilegiar os elementos com maior biodiversidade e assegurar a sua limpeza, recuperação ecológica e arranjo paisagístico	PMOT (EEM)	CM	CCDRLVT ARH
3. Restringir a ocupação edificada dos solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana, possibilitando apenas a construção de pequenos edifícios de apoio a actividades de recreio e lazer	PMOT	CM	CCDRLVT

C.2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

C.2.1 Recurso Solo

Normas Conexas: A.4.2. / C.3.1. / C.4.1

Problemática

- Potencial diminuição do nível de desempenho do solo nas suas funções cruciais resultante ou agravada pelas pressões da actividade humana (como práticas agrícolas e silvícolas, actividades industriais, turismo ou desenvolvimento urbano inadequados) que provocam a diminuição da sua fertilidade, a retenção de carbono e da biodiversidade, menor capacidade de retenção da água, interrupção do ciclo gasoso e do ciclo dos nutrientes e uma degradação reduzida dos contaminantes
- Impacto directo da degradação do solo sobre a qualidade da água e do ar, a biodiversidade e as alterações climáticas e potencial risco sobre a saúde das populações e sobre a segurança dos alimentos para consumo humano e animal

Orientações

1. Promover a investigação para colmatar as lacunas do conhecimento do solo e reforçar os alicerces das políticas, em especial no que respeita à diversidade biológica do solo
2. Promover a integração das preocupações relativas ao solo nas políticas sectoriais com possível incidência significativa no solo, em especial a agricultura, o desenvolvimento regional, os transportes e a investigação
3. Identificar os problemas, formas de prevenção da degradação do solo e de reabilitação dos solos contaminados ou degradados

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Intervinentes
1. Delimitar as áreas de risco de erosão hídrica dos solos e as áreas de instabilidade de vertentes	DRENNO	CM	CCDRLVT
2. Evitar a erosão do solo através do fomento de espaços florestais ou silvestres, com a instalação de espécies adaptadas à estação, promovendo a rápida cobertura do solo, com mobilização mínima, adoptando uma estrutura irregular, com uma densidade superior à dos povoamentos em produção	PMOT CF	CM AFN	
3. Identificar e delimitar os locais onde existem problemas graves de diminuição do teor em matéria orgânica e salinização dos solos	Estudo	DRAP	
4. Recuperar solos degradados mediante o fomento dos fenómenos conducentes à formação de solo, através da utilização de espécies pioneiras, técnicas conducentes à mobilização mínima dos solos e utilização preferencial de espécies autóctones, com especial atenção à sua regeneração natural	Projecto	DRAP	
5. Limitar a impermeabilização do solo e, nos casos em que a impermeabilização seja necessária, promover a atenuação dos seus efeitos	PMOT	CM	ERIP ERAE
6. Adoptar medidas adequadas para evitar a contaminação do solo por substâncias perigosas	Regulação	MAOT	
7. Elaborar um inventário dos locais onde existem solos contaminados por substâncias perigosas quando a respectiva concentração represente um risco grave para a saúde humana ou para o ambiente	Estudo	MAOT	
8. Reabilitar os locais contaminados, de acordo com uma estratégia de prioridades.	Projecto	MAOT	

C.2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

C.2.2 Cursos de Água e Zonas Húmidas

Normas Conexas: C.1.5. / C.4.1. / C.4.2. / C.4.3. / C.7.1. / C.7.3.

Problemática

- Alteração e artificialização da morfologia natural de leito e margens, afectação das galerias ripícola e interrupção do *continuum* fluvial com agravamento das condições propícias à ocorrência de cheias, induzidos pela actividade antrópica
- Necessidade de garantir que as massas de água atinjam o bom estado ecológico até 2015 conforme definido pela Lei da Água, assegurando a qualidade estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos associados às águas de superfície e entendendo a morfologia e a galeria ripária como elementos essenciais para a concretização desse objectivo

Orientações

1. Promover o uso sustentável do solo na bacia hidrográfica prevenindo problemas decorrentes da impermeabilização do solo, do agravamento de cheias, do aumento da erosão e do transporte de sedimentos para os cursos de água e garantindo a salvaguarda de pessoas e bens
2. Garantir as condições necessárias à conservação dos valores naturais e da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos
3. Reforçar a consciência cívica e envolver os agentes locais na limpeza e recuperação das linhas de água
4. Potenciar os usos recreativos e de lazer das linhas de água, dos seus leitos e margens, e leitos de cheia, compatibilizando-os com as suas funções ecológicas e hidráulicas

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Garantir o uso sustentável do solo nas zonas ribeirinhas e que seja assegurada a integração dos cursos de água e das suas margens em áreas da Estrutura Ecológica Municipal enquanto importantes corredores ecológicos	PMOT	CM	ERIP ERAE
2. Criar programas de requalificação e valorização das frentes ribeirinhas, favorecendo a fruição da linha de água pela população, nomeadamente através da criação de zonas de estadia e corredores para percursos pedonais, cicláveis e equestres	Projecto / obra	CM	ARH
3. Assegurar adequadas condições de escoamento das linhas de água garantindo: <ol style="list-style-type: none"> a) A não existência de obstáculos no seu leito que concorram para a ocorrência de cheias ou para o seu agravamento b) Que as novas ocupações do solo na sua envolvente não contribuam, através do aumento do caudal escoado, para o agravamento das cheias no local a jusante, ou mesmo a montante 	Projecto / obra PMOT	CM	ARH
4. Permitir apenas o recurso a obras de correcção torrencial e de regularização fluvial quando necessárias para a salvaguarda de pessoas e bens, devendo ser sustentados numa análise custo-benefício, sendo que nas restantes situações deverá manter-se os cursos de água em estado de naturalidade, procedendo-se à sua reabilitação e requalificação	PGRH	ARH	
5. Promover a utilização de técnicas de bioengenharia na recuperação ou regularização de leitos e margens	PGRH	ARH	

6. Estabelecer regras para contrariar a degradação das linhas de água fora de perímetros urbanos, nomeadamente no que se refere à limpeza de linhas de água em áreas agrícolas e à extracção de inertes	PGRH	ARH	DRAPLVT DRELVT
7. Criar programas de reabilitação e requalificação das linhas de água, que integrem também as componentes da despoluição e da desentubagem dos cursos de água, em particular em áreas urbanas ou peri-urbanas, em parceria com as autarquias e/ou com privados, de modo a garantir a sua função hidráulica e ecológica e a permitir o usufruto da população para actividades de recreio e lazer	Projecto / obra	ARH CM	CCDRLVT
8. Fomentar as galerias ripícolas, com acções de manutenção e consolidação vocacionadas para a conservação dos recursos hidrológicos e de habitats específicos classificados, onde a exploração florestal estará subordinada aos princípios da conservação e protecção	PGRH POAP	ARH ICNB	ICNB ARH
9. Assegurar a manutenção das zonas húmidas existentes e promover acções de recuperação de zonas húmidas degradadas, designadamente no caso de sapais, pauis e charcos temporários de reconhecido valor ecológico	PGRH POAP	ARH ICNB	ICNB ARH
10. Potenciar o envolvimento do público, das instituições e agentes locais na implementação e monitorização dos projectos de reabilitação de linhas de água, assim como reforçar a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e capacitação para o envolvimento nos processos de decisão	PGRH	ARH	CM
11. Promover projectos intermunicipais que visem a consolidação das funções ecológicas essenciais dos vales fluviais	Projecto / Obra	CM	ARH

C.2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

C.2.3 Estuários e Orlas Estuarinas

Normas Conexas: A.1.3. / A.3.3. / B.4.5. / C.3.3. / C.4.1. / C.4.2. / C.4.3. / D.4.3.

Problemática

- Existência de grande diversidade, sensibilidade e vulnerabilidade dos ambientes territoriais e estuarinos sujeitos a elevada pressão de usos e de ocupações e a riscos naturais e sociais.
- Possibilidade de subida das águas do mar no médio prazo em consequência das alterações climáticas, com consequências nas orlas estuarinas por força dos efeitos de marés

Orientações

1. Promover a protecção e valorização das águas do estuário e a sua gestão integrada com as águas interiores e costeiras confinantes
2. Promover a protecção e valorização dos sistemas ecológicos de especial relevância para o funcionamento e produtividade dos sistemas estuarinos, nomeadamente as áreas de sapal, os bancos de vasa e as áreas de maternidade (*nursery*) de espécies piscícolas, com valor comercial ou ecológico
3. Potenciar e valorizar a diversidade e complementaridade dos usos associados ao estuário e frentes estuarinas, compatibilizando o desenvolvimento das actividades económicas, nomeadamente portuárias, industriais, turísticas, de transporte e da pesca, com as funções de defesa nacional e as funções de protecção dos valores naturais e as actividades de recreio e lazer, tendo em conta a capacidade de carga do meio
4. Acautelar a salvaguarda de pessoas, de valores naturais e de bens face ao risco de ocorrência de acidentes de poluição e subida do nível médio das águas do mar
5. Reforçar a consciência cívica e envolver os agentes locais nos processos de decisão relacionados com a gestão dos estuários e ocupação das orlas estuarinas
6. Promover o conhecimento científico e técnico, sua sistematização e divulgação pública
7. Promover parcerias público/privadas e desenvolver incentivos financeiros no âmbito de programas que contribuam para a qualificação das frentes ribeirinhas

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Restringir a ocupação edificada fora das áreas urbanas numa faixa da orla estuarina com dimensão adequada, tendo em conta a necessidade de: <ol style="list-style-type: none"> a) Garantir a segurança de pessoas e bens face a situações de risco b) Manter a qualidade dos recursos hídricos c) Salvaguardar os valores naturais e paisagísticos d) Proteger as áreas fundamentais para a conservação da natureza e biodiversidade 	PMOT POE POAP	CM ARH ICNB	CCDRLVT CM ARH ICNB
2. Promover a criação de espaços de utilização colectiva nas frentes estuarinas, nomeadamente zonas de estadia e corredores para percursos pedonais, cicláveis e equestres, em particular na interface entre as áreas urbanas e os espaços naturais estuarinos	Projecto / Obra	CM APL APSS	CCDRLVT ARH Privados
3. Identificar as frentes estuarinas com usos obsoletos e edificação degradada e promover a sua recuperação ambiental e reconversão funcional, privilegiando a diminuição da carga construtiva existente e a introdução de usos de recreio e lazer	PMOT	CM	CCDRLVT ARH APL APSS Privados
4. Preservar e recuperar troços de margem no seu estado natural por constituírem importantes habitats para um conjunto significativo de	PMOT POE	CM ARH	CCDRLVT CM

espécies e por conferirem uma maior resiliência à oscilação do nível das águas e, conseqüentemente, à erosão	POAP	ICNB	ARH ICNB
5. Identificar as actividades antrópicas e respectivos impactes negativos no estuário e orla estuarina, bem como as zonas críticas do ponto de vista de degradação ambiental e destruição de recursos naturais e promover a implementação de medidas de correcção, controlo e minimização dos seus efeitos, bem como a adopção medidas compensatórias para contrabalançar a perda de diversidade biológica e paisagística	POE	ARH	ICNB
6. Dotar as praias de boas condições de uso balnear, regulamentar os acessos, estacionamento e equipamentos de apoio e assegurar a qualidade da água e do areal	POE Projecto / Obra	ARH	CM
7. Identificar áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista no nível médio das águas do mar e propor as medidas adequadas de adaptação	POE	ARH	CCDRLVT ICNB

C.2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

C.2.4 Recursos Subterrâneos Estratégicos

Normas Conexas: C.7.1. / C.7.3.

Problemática

- Existência de recursos hídricos subterrâneos relevantes na AML
- Vulnerabilidade dos recursos hídricos subterrâneos à poluição e à sobre-exploração
- Necessidade de salvaguarda dos recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água, e fundamentais no abastecimento público

Orientações

1. Promover a utilização sustentável dos recursos hídricos subterrâneos, evitando atingir situações de sobre-exploração e beneficiando as actividades económicas, nomeadamente a indústria, o turismo e a agricultura
2. Promover a recuperação e preservação dos recursos hídricos subterrâneos que sejam utilizados para o abastecimento de água para consumo humano, garantindo a protecção da qualidade e quantidade das origens de água
3. Assegurar o funcionamento de sistemas de monitorização adequados às exigências da Lei da Água, permitindo o conhecimento contínuo da evolução do estado quantitativo dos recursos hídricos subterrâneos, bem como da evolução do seu estado químico
4. Assegurar a manutenção de usos compatíveis nas principais áreas de recarga dos aquíferos mais importantes

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Cartografar e caracterizar os recursos hídricos subterrâneos da região e delimitar as áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos	PGRH DRENNO	ARH CM	CCDRLVT
2. Implementar o Plano Nacional de Monitorização das Águas Subterrâneas, permitindo, nomeadamente, efectuar o controlo das concentrações de nitratos nas águas doces e dos micropoluentes orgânicos (em especial os organo-clorados) e avaliar o estado de eutrofização dos meios hídricos	PNMAS	ARH	
3. Regulamentar a utilização dos recursos hídricos subterrâneos de modo a garantir a satisfação das necessidades de água para abastecimento público, rega e actividade industrial, evitando a sua sobre-exploração	PGRH	ARH	
4. Promover o controlo da poluição difusa associada, nomeadamente, à actividade agrícola, campos de golfe e zonas urbanas, mediante a adopção de boas práticas, com particular relevância na Zona Vulnerável do Tejo	PGRH	ARH	
5. Promover a elaboração e implementação do Programa de Acção para a Zona Vulnerável do Tejo	PAZVT	MADRP ARH	
6. Adoptar, na execução de Planos e Projectos, medidas de salvaguarda e minimização dos riscos de poluição dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de maior vulnerabilidade, designadamente nas áreas de recarga de aquíferos	PGRH	ARH	
7. Definir critérios e normas que regulem a captação de água subterrânea nos aquíferos em risco de sobre-exploração	PGRH	ARH	
8. Restringir a execução de novas captações de água subterrânea	PGRH	ARH	

<p>nas zonas costeiras e/ou limitar os volumes de água captados, com vista a controlar a exploração dos recursos hídricos subterrâneos em áreas susceptíveis de ocorrer intrusão salina</p>			
<p>9. Promover a correcta execução, utilização e protecção das captações de água subterrânea, de modo a garantir o bom estado da água e o aproveitamento sustentável do recurso</p>	<p>PGRH</p>	<p>ARH</p>	
<p>10. Definir critérios e normas que assegurem a conservação e protecção dos recursos hídricos subterrâneos, salvaguardando a sua quantidade e qualidade, nomeadamente através da delimitação de zonas onde sejam definidas e aplicadas regras e limitações ao uso desse espaço, condicionado à respectiva autorização, como sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Zonas de protecção especiais para a recarga de aquíferos b) Zonas de protecção especiais em áreas susceptíveis de ocorrer intrusão salina c) Zonas de protecção especiais em áreas onde exista o risco de sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos d) Zonas de protecção das origens de água destinadas ao abastecimento público 	<p>PGRH PMOT</p>	<p>ARH CM</p>	

C.2 Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

C.2.5 Litoral

Normas Conexas: A.1.3. / A.3.3. / B.4.5. / C.3.3. / C.4.1. / C.4.2. / C.4.3. / C.5.1. / D.4.3.

Problemática

- Sistema com elevada fragilidade biofísica, ecológica e ambiental, de vulnerabilidade significativa, sendo necessário adoptar os princípios da precaução face aos riscos, da conservação dos recursos e da natureza e da compatibilidade de usos.
- Possibilidade de subida das águas do mar em consequência das alterações climáticas e consequentes alterações na dinâmica de erosão costeira e aumento de risco sobre pessoas e bens
- Ocupações urbanas intensivas e por vezes desreguladas no litoral e forte atractividade destas áreas, importando regular os diferentes usos de modo a conciliar as actividades em presença

Orientações

1. Promover a gestão integrada da zona costeira da AML, entendida como um processo dinâmico, contínuo e interactivo que contemple a coordenação e a harmonização dos valores ambientais, paisagísticos, económicos e sociais, dando cumprimento à Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, assumindo-se a zona costeira como um bem litoral.
2. Intensificar as medidas de prevenção do risco e protecção da zona costeira, com prioridade para as acções que visem a minimização dos factores que atentam contra a segurança de pessoas e bens, ou contra os valores ambientais essenciais em risco, tendo em conta as alterações climáticas
3. Garantir que qualquer actuação nesta área de elevada sensibilidade ecológica e ambiental tenha como objectivo fundamental a preservação e defesa dos valores ambientais e o equilíbrio dinâmico dos sistemas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Delimitar, de forma geograficamente objectiva, as áreas do litoral que contribuem para a concretização da ERPVA	PMOT POAP POOC	CM, ICNB, INAG, ARH	CCDRLVT CM, ARH ICNB
2. Integrar nos processos de planeamento a ponderação dos valores, recursos e riscos naturais nas áreas do litoral (tendo referência 5 km) , propondo princípios e regras de gestão e controlo dos usos do solo	PMOT PEOT	CM INAG ARH	CCDRLVT CM, ARH ICNB
3. Interditar, na margem das águas do mar, novas edificações, fora de aglomerados urbanos afetados em função do regime de salvaguarda estabelecido no POOC excepto infra-estruturas de apoio balnear e marítimos, em conformidade com os planos especiais de ordenamento do território	PMOT PEOT CM INAG ICNB ARH	CM ARH	CCDRLVT CM, ARH ICNB
4. Interditar, na orla costeira de 500 m, novas edificações fora de aglomerados urbanos afetados em função do regime de salvaguarda estabelecido no POOC excepto infra-estruturas, equipamentos colectivos, instalações balneares e marítimas, instalações de balneoterapia, talassoterapia e desportivas relacionadas com a fruição do mar, que devam localizar-se nesta faixa e que obtenham o reconhecimento do interesse para o sector pela entidade competente, desde que previstas ou compatíveis com o POOC e desde que localizadas fora das áreas de risco	PMOT PEOT	CM INAG ICNB ARH	CCDRLVT CM, ICNB ARH CM
5. Restringir e condicionar a ocupação edificada na zona costeira entre a orla costeira e os 2 km, garantindo que as áreas passíveis de edificação que venham a ser integradas em perímetro urbano ou susceptíveis de configurar espaços de ocupação turística, têm	PMOT PEOT	CM INAG ICNB	CCDRLVT CM, ICNB CM

um carácter excepcional e contribuem, de forma objectiva e fundamentada, para a concretização das funções do corredor litoral			ARH
6. Interditar, na zona costeira entre a orla costeira e os 2 km, a criação de novos aglomerados urbanos e garantir que a ampliação dos perímetros urbanos existentes, quando necessária, deve processar-se de forma a contrariar um crescimento urbano paralelo à costa, devendo garantir-se, ainda, uma adequada integração paisagística do subsequente desenvolvimento urbano	PMOT PEOT	CM INAG ICNB	CCDRLVT CM ICNB CM ARH
7. Interditar novas construções em áreas de risco ou vulneráveis a fenómenos de erosão costeira	CM, INAG, ICNB, ARH	CM, INAG, ICNB, ARH	
8. Regrar a edificação na zona costeira de modo a fomentar a ocupação urbana em forma de “cunha” (estreitar a proximidade da costa e alargar para o interior), bem como assegurar o adequado afastamento da linha de costa, a restrição de acessos paralelos ao litoral, a não obstrução do sistema de vistas, a correcta inserção paisagística e a elevada qualidade urbanística e ambiental	PMOT	CM	ARH
9. Admitir, na orla costeira de 500 m, em coerência com os princípios gerais de requalificação que prevalecem nesta área, a realocação de empreendimentos turísticos degradados existentes, sem aumento de áreas edificadas, sem aproximação relativamente ao mar e sem aumento de frentes de mar, desde que acompanhada de reconversão para empreendimentos turísticos exclusivamente nas tipologias de hotéis de 4 ou 5 estrelas e pousadas	PMOT POOC	CM ARH	ARH CM
10. Controlar a ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa e assegurar que a edificação em áreas especificamente identificadas para o efeito obedeça a critérios de inserção paisagística e qualidade urbanística e ambiental, potenciando o ordenamento e estruturação dos espaços públicos das frentes de mar e frentes ribeirinhas e fomentando a identidade local	PMOT POAP POOC	CM ICNB ARH	ARH, CM ICNB
11. Disciplinar os acessos ao litoral com instalação, se necessário, de sistemas de protecção estrutural e de interdição de acesso	Projecto / obra	ARH	CM ICNB
12. Proteger e preservar os sistemas naturais e biofísicos característicos do litoral, em particular: a) As dunas, que asseguram a protecção das terras marginais contra o avanço do mar, disciplinando o seu atravessamento por pessoas e impedindo a sua ocupação por edificações b) Os cordões de matas litorais, das sebes e dos muros tradicionais de pedra seca que asseguram a protecção dos terrenos agrícolas contra os ventos oceânicos c) A capacidade de acolhimento dos refúgios da fauna migratória (Directiva Aves, Habitats) nomeadamente nas dunas e matas que abriguem endemismos vegetais ou animais ou espécies em risco de extinção	POAP Projecto / obra	ICNB ARH	CM
13. Recuperar áreas degradadas afectas a usos inadequados de sistemas naturais sensíveis de modo a promover a sua requalificação e reduzir os riscos de erosão	Projecto / obra	CM ARH ICNB	
14. Identificar e delimitar ocupações e acções indevidas em áreas de Domínio Público Hídrico e promover a sua realocação programada	POOC	ARH	CM

<p>15. Monitorizar os fenómenos de evolução da orla costeira, estudar de forma sistemática o trânsito sedimentar ao longo da costa e acompanhar a situação ao nível da qualidade da água e das areias, incluindo os sedimentos de fundo em zonas estuarinas e lagunares</p>	<p>Estudo / Avaliação</p>	<p>ARH</p>	
<p>16. Identificar áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista do nível médio das águas do mar e propor as medidas adequadas de adaptação</p>	<p>POOC POAP</p>	<p>ARH ICNB</p>	<p>ICNB, ARH CCDRLVT</p>

C.3 Utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade

C.3.1 Sistemas de Produção Agrícola e Florestal de Suporte à Conservação da Natureza

Normas Conexas: NG / A.4.2. / B.3.3. / C.2.1. / C.2.2. / C.2.4. / C.5.3. / C.7.3. / D.4.3.

Problemática

- Externalidades positivas potenciais da actividade agrícola e florestal na preservação do ambiente e do património material e imaterial e da identidade das populações
- Papel essencial da actividade agrícola e florestal no combate às alterações climáticas através do sequestro de carbono
- Pressão urbanística sobre áreas agrícolas e florestais com elevada importância para a manutenção da qualidade ambiental da região em termos paisagísticos e de conservação da natureza e da biodiversidade

Orientações

1. Conciliar a actividade económica da produção agrícola e florestal com a sua vocação em matéria de ambiente e o seu papel na manutenção do património material e imaterial das zonas rurais
2. Aumentar a área sujeita a gestão florestal sustentável
3. Promover a certificação ambiental das actividades agrícolas e florestais de modo a aumentar o seu valor acrescentado e o seu impacto positivo em termos de conservação da biodiversidade
4. Promover sistemas e práticas agrícolas e florestais com funções relevantes na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade
5. Salvaguardar e valorizar as áreas agrícolas e florestais essenciais para a qualidade ambiental da AML em termos paisagísticos e de conservação da natureza e da biodiversidade

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Alargar a área agrícola sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação de gestão sustentável, de forma a minimizar os impactos negativos significativos no meio envolvente	PRODER	MADRP	
2. Apoiar as actividades agrícolas e florestais com maior importância para a conservação da natureza em áreas de Rede Natura 2000 no quadro do PENDR	PRODER	MADRP	ICNB
3. Diminuir progressivamente a extensão territorial abrangida por povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alocando-os fora dos sistemas cuja função de conservação de habitats com espécies de flora e fauna protegidos esteja presente e preferencialmente em zonas com maior produtividade	PROFAML	AFN	
4. Fomentar a diversidade florestal, diminuindo a extensão de áreas com povoamentos mono específicos e promover a diversificação de produtos florestais, assegurando a reconversão do pinhal bravo e a minimização do risco de incêndio	PROFAML	AFN	
5. Estimular a implementação de técnicas de mobilização dos solos nos montados de sobro e azinho que garantam a não afectação das raízes e da regeneração natural das árvores e das operações de manutenção de forma a proporcionar as adequadas condições de desenvolvimento dos povoamentos	PROFAML	AFN	
6. Implementar programas de prevenção de fogos florestais, de acordo com as boas práticas de condução de povoamentos	PROFAML	AFN	

<p>7. Promover a certificação ambiental das explorações florestais, através da qual seja possível privilegiar os povoamentos irregulares, promover a diversidade na composição dos povoamentos florestais e proporcionar o alongamento da idade dos povoamentos e o surgimento de árvores longevas ou cavernosas, no interior dos sistemas cuja função de conservação de habitats, com espécies de flora e fauna protegidos, esteja presente</p>	<p>PROFAML</p>	<p>AFN</p>	
<p>8. Fomentar a conservação e recuperação dos habitats florestais classificados, através do aproveitamento da regeneração natural destes ecossistemas, do controlo das espécies exóticas com carácter invasor e adoptar normas mínimas de intervenção, favorecendo a diversidade da flora e da fauna, ao nível do povoamento, no intuito da manutenção dos valores objecto de medidas de conservação</p>	<p>Regulação</p>	<p>AFN</p>	<p>ICNB</p>

C.3 Utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade

C.3.2 Turismo em Contexto Rural

Normas Conexas: A.4.1. / A.4.2. / B.4.1. / B.3.3. / D.4.3.

Problemática

- Necessidade de assegurar uma diversificação de rendimentos e de actividades associadas às explorações agrícolas de modo a salvaguardar a estabilização das áreas agrícolas e florestais e a acautelar um povoamento regional equilibrado
- Existência de condições naturais extraordinárias em algumas zonas rurais da AML para desenvolver formas de turismo associadas às explorações agrícolas ou ao recreio e usufruto dos valores naturais e ecológicos

Orientações

1. Potenciar o turismo no espaço rural associado e articulado com a actividade agrícola
2. Desenvolver a Rota de Vinhos de Bucelas, Colares e Carcavelos e a Rota dos Vinhos da Península de Setúbal – Costa Azul, aproveitando o potencial turístico dos vinhos DOC em sinergia com a gastronomia, património e valores naturais da região
3. Identificar localizações, construções ou aglomerados rurais com potencial ou condições para a instalação de unidades de Turismo no Espaço Rural, Turismo de Natureza, Turismo de Habitação e, ainda, de Enoturismo e Agro-Turismo numa lógica de rede regional integrada

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Garantir que os empreendimentos turísticos em espaço rural contribuam para a valorização económica e ambiental e garantam a qualidade arquitectónica e a correcta inserção territorial e paisagística na área respectiva	PMOT	CM	CCDRLVT TdP DRAPLVT
2. Privilegiar a implementação da tipologia de Turismo no Espaço Rural e de Estabelecimentos Hoteleiros em edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico, nomeadamente na reabilitação de “casas de quinta”, “casas senhoriais”, e solares de traça e outras de implantação interessante	PMOT	CM	CCDRLT TdP IGESPAR DRAPLVT
3. Assegurar as condições regulamentares para que as instalações de produção DOC se organizem e adaptem especificamente para o desenvolvimento de actividades de turismo temático	PMOT	CM	DRAPLVT TdP
4. Realizar o levantamento das unidades de alojamento de Turismo no Espaço Rural em funcionamento e respectiva associação a produtos agrícolas e florestais	Estudo / avaliação	CM	CCDRLVT Tdp DRAPLVT
5. Desenvolver um programa de promoção do Turismo no Espaço Rural na AML, associado ao Enoturismo	Programa	JM	TdP TL
6. O programa de intervenção a apresentar para os instrumentos de execução previstos, operações avulsas ou plano de intervenção em espaço rural, é elaborado e incorporado no procedimento de alteração ou revisão do Plano Director Municipal.	PMOT	CM	DRAPLVT
7. Sempre que se justificar, os conjuntos edificados das quintas com valor patrimonial e cultural deverão ser considerados em unidades operativas de planeamento e gestão, abrangendo toda a exploração agrícola em que se inserem e sujeitos a planos de pormenor na sua modalidade específica de Planos de Intervenção em Espaço Rural.”	PIER	CM	DRAPLVT

C.3 Utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade

C.3.3 Pescas, Aquicultura e Salinicultura

Normas Conexas: NG / A.1.3. / A.3.2. / C.2.3. / C.2.5.

Problemática

- Pescas e aquicultura como actividades económicas determinantes para a produção e o consumo alimentar que respondem à grande procura no mercado nacional e assumem posições competitivas à escala internacional pelo aproveitamento dos recursos naturais da AML.
- Pressão urbano-turística sobre a costa e estuários em áreas tradicionalmente afectas à pesca como entrave ao seu desenvolvimento e necessidade de compatibilizar os usos portuários, militares, náuticos e urbanos com o desenvolvimento das pescas e aquicultura
- Existência de conflitos e constrangimento na exploração aquícola (ainda que cumpra com as exigências técnicas, ambientais e de qualidade), quer no uso de espaço quer nas acessibilidades às áreas de produção
- Necessidade de acautelar a sustentabilidade dos recursos naturais disponíveis

Orientações

1. Reforçar a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis, incentivando a inovação no uso de tecnologias de processos de exploração e transformação dos recursos de acordo com a capacidade dos ecossistemas
2. Reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola, incluindo a protecção e reanimação da produção de sal marinho e resolver e contrariar os conflitos e constrangimento no uso de espaço nas acessibilidades às áreas de produção da aquicultura de modo a se atingir um desenvolvimento harmonioso da actividade e uma sustentação alternativa e consistente para as comunidades ribeirinhas
3. Valorizar as comunidades piscatórias locais e assegurar as condições adequadas de desembarque, acostagem e as condições higio-sanitárias em terra
4. Promover o associativismo e a cooperação entre os profissionais e empresários do sector
5. Assegurar a compatibilidade entre a aquicultura e a conservação dos sistemas naturais em que se insere, impedindo a sua instalação em áreas naturais importantes como os sapais, e limitando a reconversão de salinas em aquiculturas

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Modernizar os portos e locais de desembarque, garantindo infra-estruturas e dimensões adequadas para a acostagem e desembarque em segurança e descarga e movimentação em terra, em particular na Trafaria, na Ericeira, em Setúbal e em Sesimbra	PROMAR	DGPA	CM ARH APL APSS
2. Valorizar os portos de Setúbal e de Sesimbra também como portos de desembarque da frota de maior porte	PROMAR	DGPA	CM ARH APSS
3. Delimitar as áreas de aquicultura e salicultura existentes e prioritárias, garantindo espaços para futuras instalações e/ou ampliação das existentes, desde que salvaguardadas as devidas exigências ambientais e a qualidade ambiental	PMOT PEOT	CM ARH	DGPA CCDRLVT ARH ICNB
4. Promover a articulação dos portos de pesca com as lotas, assegurando que esses integrem locais de venda ao público com condições higio-sanitárias	PROMAR	DGPA	CM ARH APL APSS
5. Apoiar a construção e a modernização de unidades industriais visando a introdução de investigação científica, de novas técnicas e de novas tecnologias, a diversificação de produção incluindo novos produtos e novas embalagens, com vista ao aumento do valor	PROMAR	DGPA	CM ARH APL APSS

<p>acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura e à melhoria das condições de higiene, de salubridade e de qualidade dos produtos da pesca e da aquicultura.</p>			
<p>6. Elaborar uma carta de potencial para a aquicultura das áreas estuarinas e litorais, identificando as condicionantes e potencialidades de cada área, nomeadamente em função de interações com outros usos e actividades, presença de ecossistemas sensíveis como os sapais e capacidade de carga dos sistemas ecológicos</p>	<p>POOC / POE POAP</p>	<p>ARH ICNB</p>	<p>ICNB, ARH CCDRLVT DGPA CM</p>

C.3 Utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade

C.3.4 Recursos Geológicos

Normas Conexas: **NG / B.4.1. / C.2.2. / C.7.4. / D.4.3.**

Problemática

- Existência de um património geológico relevante na AML que importa conhecer, conservar e valorizar
- Necessidade de reduzir a dependência externa em matérias-primas para a construção
- Riscos de impactes ambientais relevantes das actividades extractivas em fase de exploração e após desactivação, que importa minimizar ou eliminar

Orientações

1. Promover o conhecimento, conservação e valorização dos recursos geológicos da AML
2. Valorizar os recursos geológicos e promover a sua utilização sustentável, utilizando as melhores técnicas disponíveis de modo a reduzir a dependência externa em matérias-primas
3. Minimizar os impactes ambientais e paisagísticos gerados pelas actividades extractivas, tais como intensidade de tráfego, ruído, poeiras e depósito de escombres

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar e caracterizar as áreas de especial importância no domínio dos recursos geológicos, e o património da geodiversidade, acautelando a sua conservação e valorização	PDM	CM	CCDRLVT DGEG, DGAE/ DRELVT
2. Delimitar rigorosamente as áreas de incidência das actividades extractivas, incluindo as que se encontram em exploração e as áreas de reserva para exploração futura	PMOT	CM	CCDRLVT DGEG DGAE/ DRELVT
3. Regulamentar o uso do solo das áreas com pedreiras em actividade de modo a minimizar os impactes negativos e a promover os impactes positivos, assegurando o enquadramento com a envolvente, nomeadamente em termos de integração paisagística, acessos e circulação de veículos pesados, afastamento ao edificado existente, sistemas de escoamento e drenagem de águas e localização das escombres	PMOT	CM	CCDRLVT DGEG DGAE/ DRELVT
4. Regulamentar o uso do solo das áreas de reserva estratégica ou de expansão das actuais explorações de modo a manter o uso actual do solo ou usos não edificáveis que não inviabilizem a futura exploração do recurso mineral e a salvaguardar a possibilidade de acesso a esses recursos de modo devidamente regulado	PDM	CM	CCDRLVT DGEG DGAE/ DRELVT
5. Promover a recuperação ambiental e paisagística e garantir a reconversão do uso do solo nas áreas em que os recursos geológicos se encontrem esgotados ou se preveja que se venham a esgotar no tempo de vigência do plano	PARP PMOT	DRELVT CM	CCDRLVT ICNB

C.4. Evitar e mitigar riscos

C.4.1 Identificação e Delimitação das Zonas Perigosas

Normas Conexas: **C.2. / C.3.1. / C.7.2.**

Problemática

- Necessidade de conhecer os fenómenos naturais, tecnológicos e ambientais com potencial para gerar danos e de delimitadas as áreas da sua incidência territorial na AML de modo a garantir a gestão eficaz dos riscos no território regional

Orientações

1. Identificar e delimitar as zonas perigosas no território regional para garantir a gestão racional dos riscos na AML

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Delimitar e cartografar as áreas sujeitas a inundações, incluindo as zonas ameaçadas pelo mar (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de inundações por <i>tsunami</i> , estabelecendo os respectivos usos compatíveis	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC
2. Efectuar o zonamento da susceptibilidade sísmica, incorporando os efeitos de sítio e considerando: (i) zonas potenciais de instabilidade de vertentes; (ii) solos brandos, incluindo aluviões e aterros, capazes de alterar as características do movimento sísmico; (iii) zonas adjacentes às falhas activas com potencial para a ocorrência de deformações permanentes; e (iv) zonas susceptíveis à ocorrência de liquefacção	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC
3. Identificar os locais de instabilidade de vertentes responsáveis por situações de risco declarado em áreas urbanas consolidadas ou em consolidação e definir as medidas para a sua estabilização	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC
4. Identificar e cartografar edifícios de armazenamento ou processamento de substâncias perigosas (voláteis, inflamáveis ou explosivos, tóxicas ou reactivas em contacto com a água), gasodutos e oleodutos, vias que permitam a circulação de veículos de transporte de resíduos perigosos, respectivas faixas e condições de segurança.	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC
5. Identificar e cartografar os cones de aproximação às pistas do NAL, e restringir a construção de novo edificado nessas áreas, excepto aquele que se revele imprescindível à actividade aeroportuária	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC
6. Efectuar a identificação das actividades poluentes do solo e a inventariação dos locais contaminados ou sujeitos a contaminação, através das análises químicas adequadas e determinar as concentrações das substâncias presentes no solo de acordo com a legislação em vigor	PMOT	CM	CCDRLVT ANPC

C.4. Evitar e mitigar riscos

C.4.2 Restrições e Regulação da Edificação em Área de Risco

Normas Conexas: C.2.2 / C.2.3 / C.2.5 / C.4.1.

Problemática

- Necessidade de garantir a regra de “Evitar o Risco”, por razões de precaução, prevenção, eficácia e economia nos territórios perigosos identificados na AML que não se encontram ocupados por estruturas e infra-estruturas

Orientações

1. Desenvolver restrições e regulamentos para a edificação em áreas de risco, tomando em consideração o potencial destruidor dos fenómenos perigosos e as características e funções das estruturas a edificar
2. Estudar a implementação de mecanismos de certificação de segurança de imóveis face aos riscos naturais, tecnológicos e ambientais, promovendo a transferência de informação para a população e desincentivando a construção nas áreas perigosas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover localizações fora das áreas inundáveis por cheias rápidas e progressivas, para a instalação de edifícios sensíveis	PMOT	CM	CCDRLVT ARH
2. Promover localizações fora das áreas inundáveis por <i>tsunami</i> , para a instalação de edifícios sensíveis, excepto quando se demonstre, através de estudo específico, a inexistência de soluções alternativas e que não colida com servidões e restrições de utilidade pública em vigor	PMOT	CM	CCDRLVT ARH
3. Interditar a construção de novas edificações em leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, excepto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, não devendo a área de implantação ser superior à anteriormente ocupada e salvaguardando que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da maior cheia conhecida no local	PMOT	CM	CCDRLVT ARH
4. Interditar a construção de novas edificações em área com risco de inundação fora dos aglomerados urbanos, excepto os edifícios indispensáveis à actividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa e desde que não constituam obstáculo à livre circulação das águas	PMOT	CM	CCDRLVT ARH
5. Interditar a construção de novas edificações: <ol style="list-style-type: none"> a) Em vertentes já instabilizadas e nas vertentes com perigo de instabilidade muito elevado, reconhecida como inadequadas para a construção b) Nas vertentes com perigo de instabilidade elevado, excepto quando, através de estudo prévio de conjunto para a totalidade da área potencialmente afectada pela intervenção, sejam comprovadas as condições de segurança estrutural do parque edificado e a edificar 	PMOT	CM	CCDRLVT
6. Interditar a construção de novas edificações nas áreas litorais sujeitas a perigo de erosão elevado, fora dos aglomerados urbanos consolidados ou em consolidação	PMOT POOC	CM ARH	CCDRLVT ARH CM
7. Interditar a construção de novas edificações nas áreas litorais	PMOT	CM	CCDRLVT

<p>sujeitas a perigo de erosão elevado, nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, excepto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, desde que sejam objecto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geomorfológicas, geotécnicas e evolutivas da linha de costa e faixa de risco adjacente, se demonstre claramente que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a sua ocupação e que não colida com servidões e restrições de utilidade pública em vigor</p>	<p>POOC</p>	<p>ARH</p>	<p>ARH CM</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	------------	-------------------

C.4.3 Medidas de Protecção Estrutural e não Estrutural

Normas Conexas: C.2.1 / C.2.2 / C.2.3 / C.2.4 / C.2.5 / C.3.1 / C.4.1.

Problemática

- Relevância de medidas de carácter não estrutural baseadas na informação e na educação para mitigar, no médio e longo prazo, situações consumadas de exposição aos riscos e incrementar a resiliência das sociedades e dos indivíduos expostos ao risco
- Necessidade de garantir medidas de carácter estrutural para redução imediata da vulnerabilidade de estruturas e infra-estruturas, em particular dos “pontos vitais” de primeira necessidade em caso de catástrofe, nomeadamente a rede hospitalar, quartéis de bombeiros e instalações de outros agentes de protecção civil

Orientações

1. Implementar uma cultura de prevenção do risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afectam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade
2. Promover, nas áreas de susceptibilidade sísmica elevada, estudos de avaliação do estado de segurança estrutural anti-sísmica de estruturas e infra-estruturas vitais e dos edifícios dos centros urbanos antigos, e implementar medidas de reforço estrutural
3. Avaliar as situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, repondo a respectiva legalidade, e definir uma faixa litoral de protecção progressivamente livre de construções fixas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Implementar obras de correcção torrencial e regularização fluvial, sustentadas por análise de custo-benefício e com prioridade para as situações de risco que se possam traduzir em ameaça para a vida humana	Projecto / Obra	ARH	CCDRLVT
2. Interditar ou condicionar o acesso aos sectores costeiros instáveis que possam colocar em risco a integridade física de pessoas	PMOT POOC	CM ARH	CCDRLVT ARH CM
3. Implementar nas zonas costeiras e em zonas de risco de cheias e inundações, programas específicos de análise, concepção, relocalização e construção de equipamentos e infra-estruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral ou os impactos continuados nas construções situadas nas zonas de risco de inundação e cheias, justifiquem a demolição das actuais	Projecto / Obra	ARH INAG	CCDRLVT
4. Implementar as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI), previstas na lei, articuladas com os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	RDFCI	ANF	CM CCDRLV
5. Desenvolver programas que permitam a descontaminação dos solos em áreas onde a concentração de substâncias poluentes for considerada acima dos limiares aceitáveis, particularmente no caso de envolverem risco para a saúde e de afectar as actividades humanas, a manutenção do equilíbrio ecológico e da biodiversidade e a contaminação de águas superficiais e subterrâneas	Programa	APA	CCDRLVT ICNB ARS ARH CM

C.4.4 Planos de Emergência e Socorro e Sistemas de Alerta

Normas Conexas: C.2.1 C.2.2 / C.2.3 / C.2.5 / C.4.1 C.4.2 / C.4.3

Problemática

- Relevância dos planos de emergência e socorro e dos sistemas de alerta como instrumentos fundamentais para a gestão dos riscos e necessidade de maximizar a sua eficácia e articulação com as opções de planeamento municipal do território

Orientações

1. Articular os planos de emergência e socorro com os sistemas de alerta, nomeadamente no que respeita às estratégias de evacuação das populações
2. Articular os planos municipais de emergência com as opções de planeamento municipal do território
3. Fomentar a cooperação institucional entre as instituições públicas com vista à implementação de sistemas de alerta para situações meteorológicas e hidrológicas adversas

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Rever os Planos Municipais de Emergência, articulando-os e compatibilizando-os com os PMOT nas questões com relevância territorial, garantindo a salvaguarda das áreas de socorro e de reagrupamento para a população em situações de catástrofe e das acessibilidades aos espaços “seguros”	PME	CM	ANPC CCDRLVT
2. Articular o sistema de previsão meteorológica do IM com as redes de monitorização do INAG, de modo a estruturar e implementar um sistema de alerta para situação de cheia rápida na AML	Articulação	IM e INAG	
3. Definir e divulgar as áreas de socorro e de reagrupamento para a população e salvaguardar as acessibilidades aos espaços seguros, em situação de catástrofe sísmica, em articulação com o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da AML e Concelhos Limítrofes e com os os Planos Municipais de Emergência	PME PEERSAMLCL	CM ANPC	CCDRLVT
4. Validar e aperfeiçoar os planos municipais de emergência, desenvolvendo exercícios de simulação como teste dos aspectos organizativos da evacuação do socorro nas suas variadas componentes	PME	ANPC	CM CCDRLVT

C.5. Investir na sustentabilidade energética como alavanca da inovação e competitividade

C.5.1 Exploração do Potencial Endógeno Renovável

Normas Conexas: **C.2.5. / D.4.3.**

Problemática

- Emissão significativa de gases com efeito de estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis como principal fonte de abastecimento de energia e consequentes contributos para as alterações climáticas
- *Deficit* energético acentuado do país (importação de mais de 85% da energia primária consumida), contribuição significativa para o *deficit* da balança comercial
- Potencial endógeno renovável da região, por explorar, com impacte potencial relevante no deficit da balança comercial nacional e na diminuição de emissão de gases com efeito de estufa

Orientações

1. Prosseguir a tendência em curso de aproveitamento do potencial eólico endógeno, minimizando os impactos paisagístico e ambiental
2. Aumentar a produção de electricidade com base solar fotovoltaica, acompanhando a tendência de descida de preço por unidade de potência instalada com base nesta tecnologia
3. Explorar o grande potencial disponível, ao longo de toda a costa atlântica da Grande Lisboa, de energia das ondas
4. Aproveitar a exploração do potencial endógeno da região AML para potenciar a criação de emprego e a inovação tecnológica associada à exploração destes recursos renováveis

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Definir metas crescentes para a produção de energia eléctrica com origem solar, condicionadas a atingir, por parte desta tecnologia, determinados patamares preço/potência instalada.	ENE	MEID	MAOT, MOPTC
2. Colocar a concurso a instalação de até 150MW de potência eléctrica a partir de energia das ondas ao longo da costa da Grande Lisboa	Concurso	MOPTC	

C.5. Investir na sustentabilidade energética como alavanca da inovação e competitividade

C.5.2 Autoprodução e Eficiência Energética

Normas Conexas: - C.5.1 / C.5.3

Problemática

- Baixa eficiência energética da construção e equipamentos com impacto relevante nos consumos globais de energia e na emissão de gases com efeito de estufa associada a esses consumos
- Padrões recentes mais exigentes de eficiência energética limitada à nova edificação, induzindo um impacto global expectável no consumo energético apenas num horizonte de 20-50 anos
- Impacto importante da baixa eficiência energética dos edifícios na competitividade económica do sector terciário
- Consumo significativo (~10%) de energia no sector público (iluminação e consumo em edifícios públicos)
- Elevados custos de investimento, manutenção e operação da infraestrutura de produção de energia eléctrica derivados da lógica centralizada de fornecimento de energia eléctrica e da necessidade de disponibilidade imediata de capacidade de injeção de potência na rede em situações de pico de procura
- Necessidade de gerir na rede quantidades cada vez maiores de energia eléctrica geradas a partir de fontes renováveis que, por definição, não asseguram disponibilidade constante no fornecimento

Orientações

1. Generalizar a utilização de painéis solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias, e para efeitos de climatização quando possível
2. Aumentar a produção própria de energia nos edifícios, através da microgeração de energia eólica e/ou solar, conforme as condições específicas de cada local
3. Promover a renovação da edificação existente com vista à diminuição do consumo de energia (aumento de eficiência).
4. Promover a autoprodução e a eficiência energética em empreendimentos turísticos e equipamentos de entretenimento, associando ao destino da AML a imagem de “destino verde”
5. Promover o investimento na rede de iluminação pública de forma a aumentar a sua eficiência energética
6. Estimular a adopção de práticas arquitectónicas adequadas ao clima, de forma a diminuir as necessidades de dispêndio de energia para fins de climatização
7. Alterar o paradigma actual de fornecimento de energia eléctrica, para que este preveja também a capacidade de gerir a procura, permitindo distribuir os consumos ao longo dos ciclos diários, diminuir os custos da infraestrutura de produção e fornecimento, diminuindo os consumos totais, os preços, e aumentando a competitividade dos agentes económicos
8. Preparar a rede eléctrica para a necessidade de transportar grandes quantidades de energia ao longo de grandes distâncias, para fazer face à volatilidade das fontes renováveis

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Determinar a obrigatoriedade de instalação, em edificação nova ou sujeita a obras de reconstrução sem preservação da fachada, de painéis solares térmicos com capacidade para fornecer 70% da energia anual consumida no aquecimento de águas sanitárias, em caso de disponibilidade de área e de exposição solar suficiente	RSECE	MAOT	
2. Estimular o aumento da eficiência energética na edificação existente, promovendo a aproximação desta aos padrões já impostos à edificação nova, nomeadamente através de instrumentos fiscais	RSECE	MAOT	

3. Prosseguir e ampliar programa de incentivo à instalação de painéis fotovoltaicos para autoprodução em regime de microprodução de energia eléctrica em edifícios	Incentivos	MAOT	
4. Estabelecer a obrigatoriedade de recepção na rede eléctrica de toda a potência sobejante proveniente de instalações de microgeração para autoconsumo até 100kW	Regulação	MEID	
5. Adoptar um programa para o aumento de eficiência energética nos diversos níveis da administração pública (incluindo iluminação pública), cujos resultados – impacto nos consumo, poupança, emissões de GEE – sejam amplamente divulgados junto dos cidadãos e dos agentes económicos	Programa	MEID	AP
6. Criar um programa de certificação que atribua um selo/marca de eficiência energética que diferencie os empreendimentos turísticos da AML que atinjam padrões de consumo que evidenciem grande eficiência energética	Programa	MEID	AP privados
7. Introduzir mecanismos de remuneração aos fornecedores de energia eléctrica (utilities) que demonstrem ter financiado conversões de edifícios, troca de equipamentos ou outros investimentos em consumidores que resultem em diminuição de consumos e aumento de eficiência com efeitos duradouros	Incentivos	MEID	
8. Implementar um programa-piloto numa localidade com pelo menos 5000 clientes domésticos, para teste da infraestrutura de gestão em tempo real e optimização da procura de energia eléctrica, realizando para tal os investimentos necessários na REN	Projecto / Obra	REN EDP	
9. Publicitar e sensibilizar os utentes para as vantagens da gestão inteligente da procura eléctrica, assim como da eliminação do desperdício na utilização de energia	Informação	MAOT	

C.5. Investir na sustentabilidade energética como alavanca da inovação e competitividade

C.5.3 Valorização Energética da Biomassa

Normas Conexas: **C.2.1. / C.3.1. / C.3.1. / A.4.2.**

Problemática

- Emissão significativa de gases com efeito de estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis como principal fonte de abastecimento de energia e consequentes contributos para o aquecimento global do planeta e para deterioração da saúde pública
- Défice energético acentuado do país (importação acima de 85% da energia consumida), o que contribui significativamente para o deficit da sua balança comercial.

Orientações

1. Promover a valorização energética de resíduos florestais garantindo métodos e critérios de recolha que garantam a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade
2. Promover o reaproveitamento energético dos resíduos orgânicos resultantes da recolha de RSU e das actividades ligadas à pecuária intensiva e do tratamento de águas residuais, garantindo a reciclagem da grande quantidade de resíduos orgânicos e a melhoria das condições ambientais e sanitárias dos pontos de recolha e tratamento

Diretrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover a realização de um estudo para a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal, de forma a possibilitar a competitividade económica deste recurso, quando contemplados os benefícios colaterais relacionados (diminuição de risco de incêndio florestal, diminuição de emissões de gases com efeito de estufa)	Estudo	JM	MADRP ANF ICNB
2. Estimular a adopção de processos de produção de biogás por parte das indústrias agro-pecuárias e alimentar	Incentivos	MEID	MADRP
3. Generalizar a produção de biogás e fertilizante orgânico a partir da matéria orgânica presente nos resíduos sólidos urbanos (RSU) e nos esgotos domésticos nos termos da legislação nacional aplicável	Projecto	MAOT	
4. Identificar e cartografar áreas sensíveis devido ao risco de erosão ou à presença de valores e recursos naturais, onde a remoção da biomassa deverá ser restringida	Estudo	CCDRLVT	ICNB AFN

C.6. Desenvolver soluções potenciadoras de uma mobilidade mais sustentável

C.6.1 Atractividade dos Transportes Públicos

Normas Conexas: B.4.1. / B.4.7 / B.4.8. / C.6.2. / C.6.3.

Problemática

- Necessidade de promoção da utilização do transportes públicos com vista à consolidação de uma política de mobilidade para o desenvolvimento sustentável, assegurando a satisfação das necessidades e interesses de deslocação dos clientes actuais e potenciais, numa perspectiva de economia, conforto, articulação, complementaridade e exploração coordenada de serviços de transportes públicos
- Necessidade de integração das diversas redes de transportes públicos, hoje em parte subordinadas às lógicas de exploração dos respectivos operadores, bem como actuações ao nível de cada um dos diferentes subsistemas de TP no sentido de os tornar mais atractivos e de melhorar a sua eficiência energética e ambiental

Orientações

1. Desenvolver a integração intra e intermodal do ponto de vista: físico (actuando nas interfaces e na adaptação dos veículos), lógico (ao nível dos horários / operação / sistemas de informação ao público) e tarifário (implementando um sistema integrado de bilhética e de tarifário)
2. Melhorar as condições de circulação de operação e exploração dos transportes públicos e o seu desempenho ambiental
3. Desenvolver e promover a imagem de qualidade e segurança do transporte público

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Regulamentar e definir os aspectos necessários à operação de transportes de passageiros, especificando a oferta de serviços públicos de transportes, respectivos custos e seu financiamento e que constitui a base para a gradual e progressiva contratualização dos serviços públicos de transportes	POT	AMTL	IMTT
2. Assegurar o cumprimento de contratos, concessões e autorizações e respectivos programas de exploração, de forma a garantir que os serviços previstos são efectuados com os critérios de qualidade desejados	POT Fiscalização	AMTL	IMTT
3. Melhorar o desempenho operacional dos transportes públicos, intervindo: no reforço e vigilância da rede de corredores BUS, no reordenamento do trânsito viário, na introdução de semaforização prioritária, no reforço da qualidade das paragens e respectivas condições de acesso, etc.	Estudo / Obra	CM	AMTL
4. Desenvolver e implementar o sistema integrado e multimodal de bilhética e tarifário que abranja os diversos modos de transporte público presentes na AML, favorecendo na óptica do utilizador: <ol style="list-style-type: none"> a) a possibilidade de realização de viagens complexas (que envolvam transbordos e diversos modos) de forma cómoda e sem penalização tarifária b) uma percepção clara do preço do título de transporte entre dois quaisquer pontos e que trate de forma o mais equitativa possível todas as viagens, assumindo que a distâncias idênticas deverão corresponder preços idênticos c) a utilização do sistema de transportes num leque de serviços e preços que satisfaçam os diferentes segmentos de utilizadores 	Projecto / Obra	AMTL	IMTT
5. Promover mecanismos de regulação, programação, incentivo e	Regulamento / incentivos	AMTL	IMTT

<p>apoio a: aquisição e renovação de frotas; sistemas de informação ao público e de apoio à exploração; implementação de novas tecnologias e sistemas inteligentes de transportes</p>			
<p>6. Desenvolver um plano de comunicação / marketing que promova a utilização do transporte público e que forneça a informação relevante sobre a rede de forma simples, económica e fiável e que permita uma leitura de forma integrada da oferta de transportes públicos, de modo a facilitar a sua percepção por parte de segmentos não cativos</p>	<p>Informação / comunicação</p>	<p>AMTL</p>	

C.6. Desenvolver soluções potenciadoras de uma mobilidade mais sustentável

C.6.2 Desincentivo ao Uso de Transporte Individual (TI)

Normas Conexas: B.4.1. / C.6.1. / C.6.3.

Problemática

- Excessiva dependência do TI, designadamente em deslocações pendulares, com consequências nefastas a nível da qualidade do ar, emissões de gases com efeitos de estufa, congestionamento dos centros e no consumo de espaço público pelo automóvel em detrimento de outros usos mais qualificados

Orientações

1. Promover uma gestão da mobilidade que vise a transferência modal do TI para o TP e modos suaves, que actuando em complementaridade com as medidas criadoras de alternativas de qualidade, exerça um maior controle sobre a utilização de transporte individual, recorrendo ao criterioso dimensionamento do espaço público afecto à circulação e estacionamento, à imposição de restrições de acesso em determinadas zonas ou horários com base em critérios ambientais ou de incompatibilidade de funções e à utilização do preço como instrumento de gestão da procura
2. Melhorar a eficiência global do sistema através da transferência de verbas do TI para o TC e modos suaves

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Equacionar a delimitação de áreas que devem ser sujeitas a restrições à circulação automóvel e a medidas de acalmia de tráfego, prevendo a definição de zonas residenciais, comerciais e de lazer de circulação condicionada (zonas 30, 20 ou 10 km/h) e/ou zonas de emissões reduzidas	PMOT RM	CM	AMTL
2. Implementar sistemas de gestão, controlo e fiscalização da oferta e procura de estacionamento, designadamente nas áreas centrais dotadas de boas ligações de transporte público	PMOT	CM	AMTL
3. Prever a adopção de índices mínimos e máximos de estacionamento que sejam dissuasores de uma mobilidade fortemente apoiada no TI, adaptados aos níveis de procura e às condições de fluidez de tráfego esperados, mas também à oferta de transporte público existente (ou a criar)	PMOT	CM	AMTL
4. Estudar a necessidade de portagens urbanas e/ou negociar portagens variáveis nos eixos de penetração em Lisboa, tratando de forma idêntica os eixos com missões idênticas	Estudo/ Obra	CM INIR	Concession
5. Estudar a implementação de Vias de Alta Ocupação, em vias estruturantes na AML	Estudo / Obra	INIR	CCDRLVT, APA, IMTT, AMTL, Concessionários, PSP, GNR, ANSR, CM

C.6. Desenvolver soluções potenciadoras de uma mobilidade mais sustentável

C.6.3 Soluções Intermédias e Inovadoras de Transporte

Normas Conexas: **B.4.1. / B.4.7 / C.6.1. / C.6.2.**

Problemática

- Existência de um grupo significativo de pessoas para quem o TP tradicional está demasiado longe das suas preferências, mas que pode facilmente aceitar usar soluções intermédias de transporte cujo nível de eficiência (energético-ambiental e de consumo de espaço urbano) é ainda próximo do TP tradicional

Orientações

1. Promover soluções inovadoras de transporte com vista à flexibilização da operação / exploração dos modos tradicionais de TP (seja autocarro ou táxi) e a uma melhor adaptação da oferta a uma procura com padrões de deslocação mais voláteis no espaço e no tempo, como por exemplo soluções de transporte a pedido, mini-autocarros expressos, taxis colectivos ou partilhados, etc.
2. Promover soluções inovadoras de transporte com vista à optimização da utilização mais racional do TI, seja pela via do incremento das taxas de ocupação ou da partilha da sua utilização de que são exemplos os sistemas de *carpooling* ou de *car-sharing*
3. Tirar partido das tecnologias de informação e comunicação no sentido de reduzir as necessidades de deslocação, incentivando o desenvolvimento do tele-trabalho e tele-comércio, e de melhorar a informação disponível em tempo real com vista a fundamentar a procura de caminhos e alternativas de viagem mais adequadas

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Desenvolver regulamentação que promova a inovação e as soluções baseadas em modos intermédios, revendo o actual quadro legal da actividade de transporte público de passageiros, por forma a levantar as barreiras existentes a estas soluções alternativas	Regulamento	IMTT	
2. Desenvolver um quadro de estímulos à instalação de sistemas inteligentes de transportes que promovam a flexibilização da exploração dos modos tradicionais de transporte público, a utilização partilhada do automóvel e a gestão e renovação de frotas adoptando veículos ambientalmente sustentáveis	Regulamento/ Incentivos	AMTL IMTT	CM
3. Desenvolver um portal de informação sobre o sistema de mobilidade da AML, que integre a informação hoje dispersa sobre a oferta de transportes públicos (disponibilizada pelo Transporlis), sobre as condições de circulação nas vias de comunicação (Estradas de Portugal), sobre o estado e tarifário dos principais parques de estacionamento, bem como outra informação relevante para as opções de deslocação, como por exemplo, a rede ciclável, as iniciativas de <i>car-sharing</i> e <i>carpooling</i> existentes, praças de táxi e locais de rent a car ou rent a bike, experiências de pedibus, etc.	Projecto Serviço	AMTL	Operadores EP CM
4. Estudar soluções de transportes a pedido, apoiadas em modos não tradicionais, em especial para áreas peri-urbanas e rurais cuja população e respectivas necessidades de deslocação não constituam “massa crítica” para soluções de transporte público convencional (ainda que integradas em serviços obrigatórios)	Estudo / Projecto	AMTL	CM Operadores

C.6. Desenvolver soluções potenciadoras de uma mobilidade mais sustentável

C.6.4 Acessibilidade dos Pólos de Atracção

Normas Conexas: B.1.1. / B.1.2. / B.2.3 / B.2.4. / D.2.3.

Problemática

- A decisão de localização de pólos de atracção (sejam eles pólos de emprego terciário ou secundário, grandes equipamentos públicos ou grandes superfícies comerciais) nem sempre tem em conta os níveis de acessibilidade / mobilidade já existentes, especialmente em transporte público, pesando geralmente muito mais na equação a disponibilidade e o preço dos terrenos.
- Existência e tendência de pólos especializados de actividade excessivamente dependentes de soluções individuais de mobilidade, pouco eficientes e sustentáveis ambiental e energeticamente e danosas da coesão social

Orientações

1. Promover a localização dos pólos de atracção em núcleos urbanos existentes, consolidando-os e requalificando-os, e tirando partido das vantagens associadas à multifuncionalidade dos espaços, excepto em situações de incompatibilidade de usos e de claras economias de escala
2. Minimizar, na localização de pólos de atracção, as necessidades de deslocação dos trabalhadores e utentes, apresentando bons níveis de acessibilidade às redes de transportes públicos de maior capacidade

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Promover a elaboração de normas comuns a todos os municípios da AML que definam as condições a observar na localização de pólos de atracção, baseadas em critérios de acessibilidade em transporte público e em modos suaves	PDU	AMTL	CM CCDRLVT
2. Estabelecer, como critério base para a localização de pólos de atracção, adequados níveis de acessibilidade, condicionando sempre que se justifique, por ausência de serviços de serviço de TP ou número de utilizadores esperados, o seu licenciamento à apresentação de estudos de avaliação da amarração ao sistema de transportes existente ou de viabilidade física, operacional e económica de expansão desse sistema de transportes	PMOT	CM	AMTL CCDRLVT
3. Para os pólos de atracção existentes, desenvolver as medidas necessárias para garantir bons acessos em transporte público e modos suaves, bem como mecanismos de racionalização do recurso ao transporte individual	Estudo PMOT	CM	AMTL CCDRLVT
4. Prever no âmbito dos PMOT ou regulamentos municipais a elaboração e aplicação dos Planos de Deslocações de Empresa, integrando os modos suaves e transportes públicos, para a actividade de empresas e instituições com mais de 100 trabalhadores e / ou Planos de Mobilidade para centros empresariais ou parques industriais com mais de 500 trabalhadores, tal como previsto no PNAEE	RM	CM	AMTL CCDRLVT

C.7. Melhorar o saneamento ambiental da região

C.7.1 Cobertura das Redes de Distribuição de Água e Saneamento

Normas Conexas: **B.2.3 / B.3.1 / B.3.2 / C.2.2 / C.2.4**

Problemática

- Deficiente cobertura do serviço de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em alguns municípios da AML
- Risco de saturação dos sistemas de saneamento por manutenção, ou aumento da tendência de crescimento da AML

Orientações

1. Garantir a cobertura universal do abastecimento de água e drenagem de águas residuais, a fiabilidade e a qualidade do serviço, adequando as infra-estruturas e equipamentos às necessidades e às especificidades locais
2. Fomentar a cooperação intermunicipal nas soluções de gestão e manutenção da rede de captação, reserva, recolha e distribuição de água e garantir a sua coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, garantindo economias de escala e ganhos de produtividade e eficiência do serviço
3. Promover a internalização dos custos ambientais na prestação dos serviços de captação e distribuição de água e tratamento de águas residuais de modo a garantir a eficiente exploração dos recursos

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Garantir a identificação, cartografia e registo das infra-estruturas de captação, distribuição e recolha de água e respectivas zonas de protecção	PMOT	CM	CCDRLVT EGAASAR
2. Garantir a interligação entre as margens Norte e Sul do rio Tejo das redes de abastecimento de água, criando uma rede malhada e condições de maior segurança e flexibilidade do sistema	Projecto / Obra	AdP	CM EPAL
3. Estabelecer espaços canais <i>non aedificandi</i> para o futuro desenvolvimento das redes de distribuição de água e saneamento que possibilitem a concretização da expansão urbana programada	PMOT	CM	CCDRLVT EGAASAR
4. Determinar a obrigatoriedade de realização de projectos e implementação de infra-estruturas em áreas de desenvolvimento fora das áreas já dotadas de infra-estruturas com base nas definições das medidas de protecção e conservação dos recursos naturais	RM	CM	EGAASAR
5. Desenvolver soluções eficientes de distribuição de água potável e sistemas autónomos de saneamento em áreas de edificação dispersa e em aglomerados rurais nas quais não se adequa a ligação à rede urbana	RM	CM	EGAASAR
6. Garantir a obrigatoriedade de realização de investimento nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais baseado em níveis de atendimento eficientes dos sistemas nas áreas urbanas não infraestruturadas e novas áreas de expansão urbana	RM	CM	EGAASAR
7. Garantir a obrigatoriedade de realização de investimento nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais baseado em níveis de atendimento eficientes dos sistemas nas novas áreas de investimento estratégico regional e nacional	RM	CM	EGAASAR
8. Promover o controlo e tratamento das águas residuais urbanas, industriais e pluviais no sentido da melhoria da qualidade físico-química da água, permitindo o desenvolvimento sustentável das	Monitorização Tratamento	ARH CM	EGAASAR

comunidades aquáticas e ribeirinhas			
-------------------------------------	--	--	--

C.7. Melhorar o saneamento ambiental da região

C.7.2 Redução da Produção e da Perigosidade dos Resíduos Gerados

Normas Conexas: **C.5.3.**

Problemática

- Excesso de encaminhamento de resíduos sólidos urbanos para aterros sanitários
- Possibilidades de diversificação dos destinos finais para os resíduos sólidos urbanos com consequente potencial aumento de reciclagem
- Crescente consciencialização das populações para a necessidade de separação selectiva dos resíduos

Orientações

1. Fomentar a cooperação intermunicipal na gestão de resíduos, contribuindo para a consecução de economias de escala tendentes para a disponibilização de serviços de qualidade a preço justo, socialmente equitativo e com adequada cobertura da população a servir
2. Fomentar a redução da quantidade de resíduos produzidos, com base no princípio de "Redução, Reutilização e reciclagem", incentivando o eco-consumo e à conservação de recursos
3. Garantir a cobertura universal da recolha de resíduos sólidos urbanos, adequando o serviço e as infra-estruturas e equipamentos às necessidades actuais e futuras considerando as especificidades locais
4. Promover a internalização dos custos ambientais na prestação dos serviços de recolha e tratamento de resíduos de modo a garantir a eficiente exploração dos recursos

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Garantir a identificação, cartografia e princípios relativos à gestão municipal dos resíduos industriais, agrícolas, hospitalares e outros fluxos de resíduos especiais em articulação com legislação especial	PMOT	CM	CCDRLVT
2. Assegurar a reserva de áreas para o tratamento de resíduos e regulamentar as exigências de protecção dessas áreas com o uso do solo na envolvente próxima de modo a garantir a compatibilidade entre usos e a minimização de impactes	PMOT	CM	CCDRLVT
3. Determinar a obrigação de separação selectiva de resíduos nas diferentes actividades económicas actuais e em projectos de implementação de novas áreas de desenvolvimento fora das áreas já dotadas de processo de recolha selectiva com base nas definições das medidas de protecção e conservação dos recursos naturais	RM	CM	CCDRLVT
4. Determinar a obrigatoriedade dos novos projectos ou de alterações e renovações, contemplarem medidas e mecanismos para a redução da produção de resíduos	RM	CM	CCDRLVT
5. Determinar a obrigatoriedade de reciclagem e reutilização de produtos resultantes do processo de demolição de edificações com vista à protecção e conservação dos recursos naturais	RM	CM	CCDRLVT
6. Prever áreas para instalação e funcionamento de recolha e triagem de plásticos da agricultura e acautelar a implantação de unidades de requalificação de resíduos agro-rurais	PMOT	CM	DRAPLVT CCDRLVT

C.7.3 Redução da Quantidade de Água Captada
Normas Conexas: - C.2.2/ C.2.3 / C.2.4 / C.7.1
Problemática

- Aumento do consumo de água e consequente pressão sobre o recurso em resultado da expansão urbana e do aumento actividade económica, impondo a necessidade de se equacionarem diferentes fontes de captação, aproveitamento e abastecimento
- Elevados níveis de perdas nas redes de infraestrutura de captação, tratamento e transporte de água.
- Insuficiente regulação do uso do solo, pois não garante as condições adequadas para a protecção dos espaços existentes e programados de captação e transporte de água e para a concretização de bacias de armazenamento de águas pluviais e de águas residuais tratadas para a futura disponibilização da água

Orientações

1. Fomentar as soluções intermunicipais de gestão e manutenção da rede de captação, reserva, recolha e distribuição de água e garantir a sua coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, garantindo economias de escala e ganhos de produtividade e eficiência do serviço
2. Promover a renovação das redes existentes e a implementação de sistemas de monitorização de perdas nos troços novos ou renovados
3. Desenvolver soluções de aproveitamento de águas pluviais e de águas residuais tratadas para consumo

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Definir e implementar uma estratégia regional para a utilização de água residual tratada para outros fins que não o consumo humano	Estudo PMOT RM	SEA CM	
2. Estabelecer e implementar medidas eficazes de aproveitamentos de águas pluviais para consumo e para controlo da humidade no ambiente humano	RM PAM	CM	
3. Garantir a introdução de sistemas de monitorização de perdas de água nos projectos novos, alterações e renovações de redes de distribuição de água	Avaliação	CM	
4. Determinar a introdução, em projectos novos, alterações e renovações de redes de distribuição de água, de medidas para a redução do consumo do recurso água	RM	CM	

C.7.4 Qualidade do Ambiente Sonoro
Normas Conexas: - B.4.1 / D.2.2
Problemática

- Existência de áreas urbanas na AML às quais se aplicam critérios de qualidade acústica – zonas sensíveis e zonas mistas – e que não cumprem os valores limites de exposição ao ruído ambiente exterior
- Riscos de incompatibilidade entre usos que determinam a classificação da área como zona sensível e fontes de ruído com interesse à escala de análise

Orientações

1. Garantir a articulação das opções de planeamento municipal com a avaliação e acções de correcção das características da componente acústica do ambiente
2. Preservar as características da componente acústica do ambiente e prevenir a proximidade de fontes ruidosas a usos de carácter sensível
3. Corrigir a qualidade do ambiente sonoro das zonas sensíveis e mistas que estejam em violação aos valores limites aplicáveis

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Desenvolver e implementar medidas de redução de ruído que promovam a qualidade do ambiente sonoro nas zonas sensíveis e mistas em violação aos valores limite aplicáveis	PMRR PMOT	CM	CCDRLVT
2. Garantir a articulação dos Planos Municipais de Redução de Ruído (PMRR) com as opções do PDM, demais PMOT em elaboração e planos municipais de mobilidade de modo a tornar efectiva a redução do ruído ambiente	PMRR PMOT	CM	CCDRLVT
3. Identificar as zonas tranquilas e garantir a manutenção de baixos níveis sonoros nestas zonas, restringindo usos de solo de carácter mais ruidoso	PMOT	CM	CCDRLVT
4. Proceder a uma articulação inter-municipal na elaboração de Mapas de Ruído, na elaboração dos PMRR e opções de planeamento para as zonas de fronteira entre municípios	PMOT PMRR	CM	CCDRLVT
5. Acautelar, na regulação dos usos de solo, o afastamento necessário entre usos susceptíveis de determinar a classificação de uma área como zona sensível e fontes sonoras de interesse à escala de análise	PMOT PMRR	CM	CCDRLVT
6. Condicionar a ocorrência de ocupações de carácter ruidoso na proximidade de usos susceptíveis de determinar a classificação de uma área como zona sensível	PMOT PMRR	CM	CCDRLVT
7. Incorporar medidas para a preservação e minimização dos efeitos do ruído nos espaços exteriores	PMOT PMRR	CM	CCDRLVT

Domínio D. Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social

No âmbito do domínio “Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social” foram identificados indicadores-chave que permitem medir os resultados da concretização das Linhas de Acção. As metas reportam-se aos indicadores-chave constantes no Capítulo V: Sistema de Monitorização e Avaliação.

Linhas de Acção

D1. Melhorar as condições e acesso à habitação

D2. Estimular a vida de proximidade

D3. Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

D4. Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitado

Metas 2020

- Erradicação de alojamentos familiares não clássicos (Barracas)
- Projectos de regeneração urbana para 400 000 beneficiários
- Incremento da taxa de reabilitação do parque edificado
- Taxa de cobertura de 35% em creches
- Incremento em 25,4% da taxa de cobertura de equipamentos destinados a idosos
- Incremento em 29% do número de visitantes de museus
- Decréscimo de 0,9% na percentagem de população beneficiária do RSI
- Decréscimo do número de concelhos com Índice de Privação Sócio Material³³ (IPSM) > 0

³³ Índice de Privação Sócio Material agrega: Alojamentos Sobrelotados, Trabalhadores não Qualificados e Taxa de Desemprego

D.1. Melhorar as condições e acesso à habitação

D.1.1 Eliminação dos Bairros de Alojamentos não Clássicos

Normas Conexas: D.1.2. / D.1.3.

Problemática

- Persistência de bairros de Alojamentos não Clássicos (Barracas) em alguns municípios, pese embora o esforço empreendido nos últimos anos para resolver os problemas de acesso à habitação

Orientações

1. Revitalizar os processos de realojamento das populações residentes em alojamentos precários, numa lógica de parceria entre a administração central e local, privilegiando modalidade de alojamento que potenciem a integração social, aproveitem o parque habitacional disponível e promovam a revitalização demográfica de áreas em perda e envelhecidas
2. Realojar as famílias residentes em Barracas, privilegiando a ocupação de alojamentos familiares vagos, utilizando o leque de instrumentos de oferta de habitação a custos controlados
3. Adoptar mecanismos de fiscalização e de resposta rápida relativamente ao aparecimento e recrudescência de focos de Barracas

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar todas as áreas de alojamentos não clássicos e outra habitação precária e proceder a uma avaliação das necessidades de realojamento	PDM	CM	CCDRLVT

D.1. Melhorar as condições e acesso à habitação

D.1.2 Dinamização e Diversificação da Oferta de Habitação a Custos Controlados

Normas Conexas: B.2.1. / D.1.1. / D.1.3.

Problemática

- Elevado número de alojamentos vagos e devolutos na AML e fraca dinâmica do mercado de arrendamento
- Dificuldade de acesso ao mercado de habitação evidenciada pela existência de elevados quantitativos: de famílias a residir em alojamentos precários, de alojamentos sobrelotados; de famílias em alojamentos partilhados; de famílias inscritas para alojamento social
- Baixa representatividade do alojamento público na AML, exceptuando o caso de Lisboa

Orientações

1. Dinamizar o acesso ao mercado habitacional assegurando que pelo menos 10% dos fogos municipais beneficiam de um regime de apoio
2. Promover a elaboração de Programas Locais de Habitação para todos os municípios da AML, identificando as necessidades habitacionais no concelho, estabelecendo objectivos de médio prazo e definindo as formas de actuação articulada dos diversos instrumentos de política
3. Promover a criação de bolsas de alojamento público municipal para arrendamento / aquisição, preferencialmente através da aquisição de imóveis devolutos disponíveis no mercado, e a sua reabilitação
4. Promover, em parceria, a criação de novos estímulos – financeiros, fiscais, organizacionais e de capital de confiança – dirigidos aos proprietários que pretendam colocar fracções no mercado de arrendamento social

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Prever que nos municípios em que pelo menos 10% dos fogos não beneficiam de qualquer regime de apoio, as operações de urbanização e de renovação urbana contenham contrapartidas que viabilizem a prossecução de Habitação a Custos Controlados	PDM	CM	CCDRLVT

D.1. Melhorar as condições e acesso à habitação

D.1.3 Promoção da Reabilitação do Parque Habitacional Público

Normas Conexas: B.2.1. / D.1.1. / D.1.2. / D.2.1 / D.2.2 / D.2.4

Problemática

- Rápido crescimento do parque habitacional público nos últimos anos em resultado da concretização do Programa Especial de Realojamento
- Existência de mecanismos ineficazes de gestão e manutenção do parque habitacional público
- Acentuado estado de degradação dos parque habitacional público, com especial expressão nos grandes conjuntos urbanos de habitação social.
- Intensificação de fenómenos de conflitualidade social nos bairros sociais de iniciativa e propriedade pública

Orientações

1. Definir uma estratégia de regeneração urbana para cada um dos grandes conjuntos de habitação social na AML que considere a sua requalificação física, a revitalização económica e a qualificação social, promovendo uma maior diversidade socioeconómica da população residente de forma a que estes espaços se constituam efectivamente como plataformas de inclusão
2. Desenvolver uma gestão mais eficaz e participada do parque público, monitorizando as formas de ocupação e a adequação dos alojamentos às especificidades dos agregados, assegurando uma cobrança efectiva das rendas, responsabilizando os inquilinos em matéria de conservação do locado e dos espaços comuns dos edifícios
3. Promover a monitorização contínua do edificado público degradado, de modo a definir e ajustar com celeridade os mecanismos de conservação do parque habitacional
4. Desenvolver programas estratégicos integrados de parceria técnica e financeira entre o IHRU e as Câmaras Municipais para a reabilitação de grandes conjuntos de habitação pública

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar as áreas de habitação social e ponderar as necessidades de reabilitação urbana	PDM	CM IHRU Cooperativas	CCDRLVT EMGPP

D.1. Melhorar as condições e acesso à habitação

D.1.4 Promoção da Reabilitação do Parque Habitacional Privado

Normas Conexas: B.2.1 / D.2.1

Problemática

- Elevado número de alojamentos vagos nas freguesias onde o parque habitacional está envelhecido
- Degradação do parque habitacional, nomeadamente nas áreas onde é mais antigo (sedes de concelho e na área central da cidade de Lisboa)
- Expansão urbana na AML caracterizada pelo alargamento e fragmentação dos espaços urbanos em desfavor das áreas urbanas consolidadas que perderam vitalidade social e económica

Orientações

1. Promover a reabilitação do parque habitacional em coerência com os diferentes instrumentos de ordenamento e de planeamento municipal e com a política social dos municípios, estimulando a regeneração e a revitalização dos espaços urbanos consolidados
2. Promover a monitorização contínua do edificado privado degradado, de modo a definir e ajustar com celeridade os mecanismos de reabilitação do parque habitacional
3. Desenvolver operações de reabilitação urbana nas áreas de reabilitação prioritária identificadas em PDM
4. Incentivar a reabilitação do parque habitacional privado, utilizando os vários programas e mecanismos financeiros previstos na legislação, de âmbito nacional, nomeadamente o o Recriph, o Rehabita, o Solarh e o Jessica
5. Promover a dinamização do arrendamento urbano, estimulando a reabilitação de alojamentos, em especial os devolutos, para arrendamento
6. Desenvolver mecanismos de gestão articulada do parque habitacional privado e dos programas públicos, utilizando a oferta disponível como resposta ao arrendamento com apoio público

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar as áreas urbanas a sujeitar a operações prioritárias de reabilitação urbana	PDM	CM	CCDRLVT

D.2. Estimular a vida de proximidade

D.2.1 Alargar e Qualificar a Oferta de Respostas Sociais de Proximidade

Normas Conexas: B.2.2 / B.2.3 / D.4.1

Problemática

- Profundos desequilíbrios no acesso aos equipamentos sociais de proximidade na AML, parcialmente explicáveis pelos diferentes dinamismos e fases do processo de urbanização dos vários concelhos, coexistindo áreas consolidadas e envelhecidas com áreas urbanas recentemente edificadas, com níveis muito diferenciados de ofertas e carências
- Insuficiente empenho da Administração Pública no provimento de respostas para a satisfação das necessidades colectivas de alguns grupos particularmente vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência, situação agravada na última década pela aceleração da desestruturação do modelo de Estado-Providência e pelas mudanças sócio-demográficas e do mercado de trabalho
- Crescente empreendedorismo do designado terceiro sector e do sector privado no incremento da oferta de equipamentos e de serviços sociais de proximidade

Orientações

1. Desenvolver uma cultura de comunidade e de identificação com o lugar suportada no reforço da oferta de equipamentos de proximidade com respostas dirigidas aos jovens, activos e idosos, adequadas às realidades socioeconómicas dos diferentes territórios, impulsionada pelas autarquias em parceria com os vários agentes associativos locais e com apoio da administração central
2. Consolidar a AML no contexto Europeu como um território atractivo de população activa, mormente através da criação de condições favoráveis à integração da mulher no mercado de trabalho e à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar
3. Reforçar a oferta de equipamentos e serviços sociais de proximidade dirigidos ao apoio aos idosos, conferindo prioridade às áreas da AML demograficamente mais envelhecidas, bem como a pessoas portadoras de deficiência
4. Reforçar a oferta de equipamentos sociais de proximidade dirigidos ao apoio à infância e juventude, conferindo prioridade aos territórios pior servidos e com maior dinâmica demográfica
5. Reforçar a oferta pública de equipamentos e serviços de Cuidados Primários e Continuados, tendo em atenção o perfil de contextos epidemiológicos locais e a mobilidade por transportes públicos ao alcance dos potenciais utentes, prevendo a hipótese de introdução de unidades móveis de saúde em contextos de urbanização dispersa e de baixa densidade, ou ainda em áreas demograficamente envelhecidas e/ou com problemas sociais e de saúde específicos (T.P, SIDA, p.ex.)
6. Promover a multifuncionalidade e a polivalência dos equipamentos com especial enfoque para os educativos, procurando que compatibilizem a sua função principal de ensino dos jovens, com a promoção da aprendizagem ao longo da vida e as actividades comunitárias

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Desenvolver estudos de caracterização que permitam identificar as necessidades de reforço da rede de equipamentos e de espaços verdes de utilização colectiva de proximidade, em coerência com as dinâmicas demográficas previstas para os respectivos concelhos	PDM CSM	CM	CCDRLVT
2. Definir os critérios e parâmetros que assegurem a adequada programação de espaços a afectar a equipamentos e de espaços verdes de utilização colectiva de proximidade nas novas áreas urbanas, privilegiando sempre a multifuncionalidade e a polivalência dos equipamentos no que concerne aos dirigidos à infância e juventude	PMOT	CM	CCDRLVT

D.2. Estimular a vida de proximidade

D.2.2 Promoção de uma Cidade Potenciadora de Vida Activa e Saudável

Normas Conexas: B.2.2 / B.2.3 / D.4.1

Problemática

- Crescente incidência de doenças, como a obesidade, a diabetes e a hipertensão, agravadas pelo aumento do sedentarismo e por alteração nos hábitos e ritmos alimentares, com manifestas consequências para a sanidade e qualidade de vida das populações, o absentismo ao trabalho e o aumento da despesa pública
- Escassez de espaços flexíveis e polyvalentes destinados à prática informal de actividades desportivas, num contexto de crescente consciencialização da importância da motricidade e do consequente aumento das procuras de práticas físicas individuais, como o *jogging*, o *circuito de manutenção* e o ciclismo, e de manutenção de elevadas procuras de práticas de jogos colectivos, como o futebol de 5, desenquadradas de qualquer clube e competição
- Capitação de área desportiva inferior aos *standards* de outras metrópoles europeias e aquém das recomendações da União Europeia

Orientações

1. Disponibilizar equipamentos que garantam a satisfação das procuras actuais e futuras de prática desportiva formal e informal, como acção de uma política de promoção do “Desporto para Todos” e vector fundamental para o incremento da qualidade de vida e promoção da saúde das populações
2. Modernizar os espaços desportivos formais existentes na AML, bem como reforçar a oferta, privilegiando a sua multifuncionalidade e uma maior abertura às populações locais através do estabelecimento de parcerias público-privado.
3. Promover a ampliação da oferta de equipamentos desportivos para a prática informal e de proximidade, que respondam às carências conhecidas e evidenciadas nos estudos de caracterização e programação municipal a realizar, mormente circuitos de *jogging*, circuitos de manutenção, ciclovias, polidesportivos ao ar livre e “Quintais Desportivos”
4. Programar a criação de áreas verdes vocacionadas para o recreio e desporto informal, concedendo especial prioridade às áreas urbanas densas e pior servidas, articulando estes investimentos com o objectivo de valorização funcional da Rede Ecológica Metropolitana
5. Enquadrar e ordenar, de uma forma global e integrada, a oferta de equipamentos desportivos especiais, fomentando a sua articulação com a valorização da paisagem, do ambiente e do turismo

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Realizar estudos de inventariação e diagnóstico das redes de equipamentos desportivos e fixar os critérios de programação que permitam definir um adequado dimensionamento e tipologia em função das dinâmicas demográficas metropolitanas e concelhias verificadas e alcançar os parâmetros de capitação de área desportiva recomendados pela UE	PMOT CS	CM	CCDRLVT SEJD/IDP
2. No âmbito das operações de requalificação e expansão urbana prever a criação de equipamentos desportivos de base, de uso e fruição comuns, adequados à prática de actividades físicas e desportivas, bem como ao lazer e ao recreio (seguros e limpos)	PMOT	CM	CCDRLVT SEJD/IDP

D.2. Estimular a vida de proximidade

D.2.3 Revitalização das Concentrações Comerciais Tradicionais

Normas Conexas: B.1.1 / B.1.2 / D.4.2

Problemática

- Alteração significativa da geografia comercial da AML em resultado da emergência de novas formas comerciais (grandes superfícies comerciais ou conjuntos comerciais com elevada atractividade), tendencialmente localizados nas franjas urbanas ou em áreas periféricas, dependentes do transporte individual, com a consequente perda de vitalidade dos espaços urbanos centrais

Orientações

1. Dinamizar os espaços urbanos centrais, onde ocorrem elevadas densidades comerciais, para que se constituam como âncoras metropolitanas de emprego, mormente nos sectores do comércio e dos serviços, e como pólos de competitividade e inovação suficientemente atractivos para o consumo e os lazeres das famílias
2. Promover a modernização e qualificação do aparelho comercial existentes nas áreas urbanas centrais, pela atracção de formas comerciais inovadoras, pela implementação de processos de gestão integrada favorecedoras da afirmação do conceito de “centro comercial a céu aberto”, pela melhoria das condições de conforto e segurança, pelo desenvolvimento de formas expositivas dos produtos mais actualizadas e sugestivas, de modo a dar maior sustentabilidade e competitividade à oferta comercial das áreas urbanas centrais
3. Melhorar as condições de acessibilidade por transporte público, de mobilidade pedonal e de estacionamento nas áreas urbanas consolidadas com grande densidade comercial, de modo a facilitar o acesso e a incrementar a motivação da deslocação à população metropolitana
4. Incentivar a revitalização das concentrações comerciais tradicionais, nomeadamente através de discriminação positiva em taxas ou através de contrapartidas contratualizadas no âmbito do licenciamento de Grandes Superfícies Comerciais orientadas para programas de revitalização urbanística e animação cultural

Directrizes e Medidas

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Integrar disposições que concorram para que os espaços urbanos consolidados disponham de uma estrutura comercial diversificada e atractiva, revitalizadora da vivência das áreas centrais da cidade, impulsionadora da competitividade regional e contributiva para a melhoria do quadro de vida de proximidade	PMOT	CM	CCDRLVT MEID/DGAE SRU
2. Privilegiar a localização das actividades comerciais em espaços que promovam a regeneração e a revitalização dos tecidos urbanos consolidados e a geração de dinâmicas de revitalização dos centros históricos e cívicos	PMOT	CM	CCDRLVT DGAE (MEID)
3. Identificar as áreas urbanas consolidadas com maior densidade comercial e onde a intensificação de formas comerciais inovadoras e competitivas pode ser um factor de dinamização e reforço do sistema urbano	PMOT	CM	CCDRLVT DGAE (MEID)
4. Identificar áreas urbanas predominantemente residenciais onde se verifiquem níveis de oferta comercial insatisfatórios tendo em vista a implementação de estratégias de reforço do comércio de proximidade	PMOT	CM	CCDRLVT DGAE (MEID)
5. Integrar disposições que permitam a instalação de conjuntos comerciais nas áreas urbanas centrais e consolidadas, no âmbito de operações de renovação e revitalização urbanística de espaços obsoletos e desqualificados	PMOT	CM	CCDRLVT DGAE (MEID)

D.2. Estimular a vida de proximidade

D.2.4 Respostas Inovadoras e Integradas de Inclusão Social

Normas Conexas: D.1.1 / D.1.2 / D.1.3

Problemática

- Existência de áreas urbanas caracterizadas pela exclusão social e territorial, na sua maioria localizadas em bairros de habitação social ou de génese ilegal, destacando-se, de entre os inúmeros problemas que as afectam, a menor capacitação das populações, a concentração de grupos vulneráveis, a deficiente dotação de infra-estruturas de dinamização de processos de desenvolvimento social, cultural e económico, a falta de equipamentos de proximidade e significativas bolsas de pobreza

Orientações

1. Desenvolver operações integradas de desenvolvimento urbano e comunitário em bairros com grande vulnerabilidade social, que contenham projectos inovadores, com impacte estrutural e de capacitação dos indivíduos e das suas associações, com forte participação dos actores locais e centrados na durabilidade dos resultados e dos efeitos
2. Conferir prioridade aos bairros com grande vulnerabilidade social na modernização e reforço da oferta de equipamentos e serviços de proximidade, mormente nos domínios do ensino, da saúde, do apoio social, do desporto e da cultura
3. Promover, em bairros com grande vulnerabilidade social, projectos inovadores de dinamização do emprego e do empreendedorismo, recorrendo a acções específicas de qualificação profissional, e de apoio técnico e financeiro (microcrédito) à criação de microempresas
4. Criar condições físicas e organizacionais para que os estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao secundário, localizados em bairros com maior vulnerabilidade social, possam dinamizar projectos que promovam a diversidade cultural, o desporto e a info-inclusão
5. Apoiar as organizações locais para que estas possam contribuir para a capacitação dos indivíduos e das famílias, para a dinamização socio-cultural e para a promoção de uma cidadania participada
6. Alargar a oferta de equipamentos de apoio aos imigrantes e apoiar a criação e dinamização de projectos inovadores promovidos por associações de imigrantes que favoreçam a integração no mercado de emprego, a interculturalidade e a diversidade

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar áreas urbanas com vulnerabilidade socioeconómica crítica a conceder prioridade no desenvolvimento de projectos de inovação e inclusão social	PMOT CSM Promoção	CM MTSS	CCDRLVT IPSS

D.3. Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

D.3.1 Equidade no Acesso e Participação nas Actividades Culturais e do Conhecimento

Normas Conexas: B.1.1 / D.2.4

Problemática

- Subsistência de algumas debilidades quanto à equidade no acesso e participação nas actividades culturais e do conhecimento, limitando o seu papel enquanto factor de coesão social
- Insuficiente articulação entre as estruturas culturais e o sistema escolar “universal”, entre as artes e o ensino, condicionando a sua regular fruição por crianças e jovens estudantes
- Aparecimento de novos públicos, com maiores graus de exigência

Orientações

1. Assumir a cultura e o acesso ao conhecimento como vectores decisivos para garantir o desenvolvimento sustentável da AML e para melhorar o bem-estar das populações
2. Assegurar um progressivo reconhecimento da dimensão estratégica da cultura enquanto instrumento de coesão territorial e social das comunidades autóctones e das comunidades migrantes
3. Assegurar o reconhecimento do papel que as actividades artísticas e culturais podem e devem assumir no processo de afirmação das identidades locais e regional
4. Reforçar a centralidade atribuída ao *Touring Cultural* destacando identidade e visibilidade

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Integrar disposições que permitam articular objectivos de desenvolvimento cultural e de coesão social	PMOT	CM	CCDRLVT
2. Estimular e apoiar projectos que fomentem o aparecimento de novas dinâmicas de produção e procura	Incentivos Parcerias	MC CM	
3. Apostar na promoção de grandes eventos, com reflexos na alavancagem do tecido artístico e na produção cultural, bem como na atracção de turistas, sobretudo no subsector do património cultural e artístico	Promoção Parcerias	MC	JM
4. Promover uma maior articulação e concertação entre as autarquias, de modo a promover/realizar eventos com escala e dimensão nacional e internacional, criando verdadeiras redes de excelência	Articulação	MC	JM CM
5. Criar uma base de dados, com informação de: a) Eventos, promovendo uma melhor gestão e articulação/concertação entre as autarquias para a sua promoção b) Equipamentos que permita equacionar o melhor espaço para acolher eventos/espectáculos de diferente natureza e escala	Criação de base de dados	MC	JM CM
6. Apoiar iniciativas de valorização e animação artística e cultural, com grande qualidade e regularidade, aproveitando o recente aparecimento de novos públicos, com maiores graus de exigência	Incentivos	MC	JM
7. Desenvolver acções de promoção das TIC, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis (idosos e deficientes, por exemplo).	Projecto / Obra	CM IPSS	UMIC MCT

D.3. Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

D.3.2 Salvaguarda e Valorização do Património Histórico-Cultural Construído

Normas Conexas: A.3.1 / A.4.3. / D.4.1 / D.4.2

Problemática

- Insuficiente articulação e integração das políticas culturais públicas nas restantes políticas, dificultando, por exemplo, a inclusão dos valores patrimoniais classificados nas intervenções integradas de regeneração urbana dos centros históricos
- Insuficiências na adequação da regulação dos usos nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, limitando estratégias e objectivos integrados de salvaguarda e valorização do património
- Necessidade de prevenir potenciais riscos de perda irreversível de valores patrimoniais singulares, nomeadamente por desconhecimento ou abandono dos mesmos
- Inexistência de uma inventariação actualizada, sistemática e georeferenciada dos valores e bens patrimoniais existentes na AML

Orientações

1. Assumir o património histórico-cultural como vector decisivo para o aumento da competitividade da AML e para garantir o seu desenvolvimento sustentável
2. Desenvolver a capacidade de acção e de intervenção, quer da Administração Central quer da Administração Local, na área patrimonial, mediante um conhecimento aprofundado dos diferentes elementos em causa
3. Aumentar a intervenção e pró-actividade das autarquias no âmbito das políticas culturais, gerando articulações e relações de proximidade com os agentes culturais e, simultaneamente, diversificando e aumentando as fontes e meios de apoio financeiro à cultura
4. Definir uma estratégia regional para a conservação dos valores patrimoniais classificados da AML

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Assegurar a inclusão de medidas de protecção e salvaguarda dos valores patrimoniais classificados ou em vias de classificação, nos termos da Lei vigente	PMOT POPA	CM IGESPAR	CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
2. Assegurar a identificação e registo das zonas de protecção (gerais e especiais) ao património classificado ou em vias de classificação, nos termos da Lei vigente	PMOT	CM	CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
3. Assegurar que os espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público apresentem usos que concorram para a viabilidade das estratégias e dos objectivos integrados de salvaguarda e valorização patrimonial	PMOT	CM	CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
4. Assegurar as condições para a criação de equipamentos na envolvente do património classificado, para acolhimento dos turistas/visitantes (estacionamento, transportes públicos, espaços de repouso,...).	PMOT	CM	CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
5. Assegurar a possibilidade de refuncionalização de espaços no interior de alguns valores patrimoniais singulares, potenciando o seu reaproveitamento e reutilização com outros fins, garantindo elevados padrões de qualidade arquitectónica e integração do mobiliário com respeito pela traça	PMOT	CM	CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
6. Garantir a inventariação, pela Administração Local e Central, dos	Base de dados	CM	CCDRLVT IGESPAR

valores e bens culturais e patrimoniais através da criação de uma base de dados georeferenciada do património cultural da AML			DG Artes, JM DRCLVT
7. Incluir uma Carta de Património Municipal que contemple a inventariação dos elementos e valores patrimoniais e culturais concelhios e as respectivas medidas de protecção e/ou valorização, a fornecer pelas entidades competentes	PDM	CM	JM CCDRLVT IGESPAR DG Artes DRCLVT
8. Criar sistemas de incentivos que concorram para a recuperação de imóveis e sítios de especial interesse patrimonial e cultural, nomeadamente através da previsão de mecanismos de perequação que discriminem positivamente este tipo de intervenções no âmbito da realização de operações urbanísticas	Incentivos PMOT RM	MC CM	IGESPAR CM, JM DG Artes DRCLVT
9. Apoiar financeiramente os municípios de modo a desenvolver competências e a criar estruturas com recursos humanos qualificados direccionadas para o sector cultural e turístico	Apoios / incentivos	JM	MC CM
10. Apoiar a criação de programas e projectos em parceria, bem como acções de divulgação e promoção, centradas na valorização e conservação dos valores patrimoniais	Apoios / incentivos	MC	IGESPAR DG Artes CM, JM DRCLVT

D.3. Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

D.3.3 Salvaguarda e Valorização do Património Imaterial

Normas Conexas: A.4.4 / C.3.1 / C.3.3

Problemática

- Fraco reconhecimento da componente imaterial do património cultural como garante da preservação da memória colectiva no presente e para as futuras gerações
- Insuficiente promoção da memória colectiva e do património imaterial como repositórios de uma enorme criatividade intrínseca e capacidade de articulação com a expressão cultural contemporânea, por parte de artistas e criadores e também por parte dos demais cidadãos
- Potenciais riscos de perda irreversível de valores patrimoniais singulares, nomeadamente por ausência de documentação, registo e divulgação junto das populações

Orientações

1. Promover o conhecimento, a recolha e a documentação de práticas e expressões culturais tradicionais e estabelecer um arquivo multimédia de património imaterial oriundo da AML, permitindo o acesso, o estudo e a divulgação destes conteúdos
2. Valorizar, em termos de investimento público, os vários domínios do património imaterial, como as tradições e expressões orais, a língua, as artes do espectáculo, as práticas sociais, rituais e eventos festivos, os conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e as aptidões ligadas ao artesanato tradicional
3. Estimular junto das novas gerações o reconhecimento do sentido de pertença identitária conferido pelo imaginário colectivo, possibilitando a (re)descoberta de valores tradicionais de artes e ofícios e a possibilidade da sua apropriação e reinvenção
4. Reconhecer o potencial económico de uma eficaz estratégia de reinterpretação dos traços da memória colectiva em produtos de consumo com design e funcionalidade contemporâneos

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Criar linhas de apoio financeiro a empresas e entidades cuja missão contemple a preservação, a divulgação, o registo, a documentação e a edição, em suportes próprios, de elementos marcantes da memória colectiva	Apoio / incentivos	MC	JM DRCLVT
2. Promover a criação de um arquivo multimédia de património imaterial da AML, enquanto ferramenta de investigação e de consulta por parte dos cidadãos	Registo	MC	JM DRCLVT
3. Apoiar e promover a realização de eventos populares de matriz tradicional nos quais se promovam as expressões culturais mais tradicionais, como a música, a narração de contos, o artesanato ou as danças populares, integrando comunidades migrantes e propiciando trocas de experiências	Apoio / incentivos	MC	JM DRCLVT
4. Promover a criação de fundos de apoio a associações e empresas que se associem a produtores com o objectivo de estimular e comercializar a actividade de artesãos, músicos, dançarinos, contadores de histórias, bordadeiras, entre outros, estimulando também a sua reinterpretação em novos formatos e funcionalidades	Apoio / incentivos	MC	JM DRCLVT
5. Criar pólos museológicos estruturados em rede, designadamente nos domínios identitários da arqueologia industrial e pré-industrial, das actividades rurais e marítimo-fluviais, bem como dos ofícios tradicionais	Apoio / Incentivos	MC	JM DRCLV Privados

D.4. Melhorar a qualidade paisagística e ambiental dos espaços habitados

D.4.1 Valorização da Arquitectura e do Ambiente Urbano

Normas Conexas: B.2.2 / B.2.3 / D.2.1 / D.2.2 / D.4.2

Problemática

- Acentuado desordenamento e desqualificação urbanística e paisagística, diversidade morfológica e tipológica de áreas urbanizadas, nem todas de qualidade mínima
- Insuficiências na localização dos equipamentos colectivos e no desenho dos espaços públicos, seu nível de conforto e segurança e sua integração com o tecido urbano envolvente
- Relevância da qualidade dos edifícios e dos espaços públicos para o bem-estar das populações e para um desenvolvimento sustentável do território e salvaguarda da paisagem

Orientações

1. Valorizar o planeamento de pormenor enquanto agente essencial para o desenvolvimento de um ambiente construído com qualidade
2. Reconhecer o interesse público da arquitectura, como um direito de todos, não um privilégio de alguns, e como elemento determinante na construção da paisagem, não se limitando a edifícios excepcionais
3. Acautelar que os edifícios públicos sejam exemplares na qualidade arquitectónica, no enquadramento urbanístico e na qualidade construtiva, respeitando os princípios da sustentabilidade e as recomendações sobre a acessibilidade
4. Defender edifícios contemporâneos de elevado valor artístico que se constituem como património para as gerações vindouras
5. Divulgar e premiar as boas práticas que envolvem a disciplina da arquitectura, independentemente do seu carácter público ou privado
6. Afirmar os equipamentos colectivos como estruturadores do espaço urbano, ao nível funcional e simbólico
7. Considerar a conservação da biodiversidade, as normas de segurança e de saúde e o enquadramento paisagísticos como critérios a atender na estruturação e gestão das redes de espaços verdes urbanos

Directrizes e Medidas

	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Desenvolver critérios que permitam que nos projectos de loteamento e operações urbanísticas de impacte semelhante a qualidade das intervenções, o bom desenho do espaço público e a integração com o tecido urbano envolvente seja assegurada	PMOT UE RM	CM	DGOTDU CCDRLVT
2. Definir critérios que garantam aos equipamentos colectivos um papel central na composição dos espaços urbanos de modo a gerar contextos urbanísticos e de mobilidade que promovam a segurança e o conforto dos utilizadores e não constituam uma sobrecarga incompatível para as infra-estruturas ou serviços	PMOT UE RM	CM	CCDRLVT
3. Prever e concretizar, na envolvente imediata dos equipamentos colectivos, os acessos viários e pedonais e as actividades necessárias/ complementares a cada um dos equipamentos	Projecto / obra	CM	
4. Desenvolver critérios de dimensionamento, localização e concepção para os espaços verdes e de utilização colectiva que assegurem o seu usufruto efectivo pelas populações enquanto espaços de estadia, recreio e lazer e a sua adequação às condições edafo-climáticas	PMOT RMUE	CM	CCDRLVT

D.4. Melhorar a qualidade paisagística e ambiental dos espaços habitados

D.4.2 Qualificação Urbana dos Centros Cívicos e Históricos

Normas Conexas: B.1.1 / B.1.2 / D.2.3 / D.3.2 / D.4.1

Problemática

- Envelhecimento populacional e perda de vitalidade social dos centros cívicos e históricos, no crescimento do número de alojamentos vagos ou desocupados e no aumento de edificado degradado e devoluto
- Declínio das funções tradicionais dos centros históricos e cívicos, nomeadamente das funções comerciais e de serviços e resistência à promoção de projectos inovadores associados ao turismo e às indústrias criativas

Orientações

1. Promover a dinamização funcional dos centros históricos e cívicos da AML através da definição e implementação de uma estratégia integrada que consolide estes espaços como âncoras do desenvolvimento do Turismo Cultural na AML
2. Promover a revitalização das funções residenciais nos centros históricos e cívicos, dinamizando operações de renovação e de reabilitação do edificado e estimulando o mercado de arrendamento
3. Desenvolver operações de reabilitação urbana nos centros históricos e cívicos da AML dirigidas à reabilitação do edificado e à qualificação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e de utilização colectiva
4. Promover a aquisição e a reabilitação de alojamentos nos centros históricos e cívicos de forma a integrarem bolsas de arrendamento público de âmbito municipal destinadas a jovens, estudantes estrangeiros e a agregados familiares socialmente desfavorecidos e a respostas de emergência para situações pontuais de carência económica

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Identificar e delimitar os centros históricos e cívicos (espaços centrais) das Aglomerações Urbanas Estruturadoras da AML e outros núcleos com evidente relevância histórica e patrimonial a sujeitar a operações de reabilitação urbana	PDM PORL-PRU	CM	CCDRLVT EMGPP IGESPAR

D.4. Melhorar a qualidade paisagística e ambiental dos espaços habitados

D.4.3 Valorização da Paisagem

Normas Conexas: A.4.2 / A.4.3 / A.4.4 / B.2.1 / B.2.3 / B.3.1 / B.3.2 / C.1.4 / C.3.1 / C.3.2 / C.3.4 / D.3.2 / D.4.1

Problemática

- Paisagem como componente essencial do ambiente humano e expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade, constituindo um dos recursos e valor patrimonial mais significativo na AML
- Aceleração da transformação das paisagens por via da evolução das técnicas de produção agrícola, florestal, piscícola, industrial e mineira e do desenvolvimento urbano
- Risco de simplificação e homogeneização das paisagens rurais por via da especialização e intensificação da produção agrícola e de degradação do património cultural rural por abandono e estagnação económica

Orientações

1. Sensibilizar e envolver a sociedade civil, as organizações privadas e as autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações
2. Incrementar o conhecimento e políticas de gestão, protecção e ordenamento da paisagem
3. Preservar as paisagens portadoras de valores culturais associados à exploração de recursos do solo e do mar e salvaguardar o património arquitectónico rural
4. Contrariar a fragmentação das unidades culturais e das estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico, tais como: unidades compartimentadas com sebes ou muros tradicionais, em pedra seca, acidentes naturais; culturas em socalcos; vales abertos e encaixados com elevada qualidade visual; margens de linhas de água, barragem e albufeiras, e faixas ripícolas, etc
5. Melhorar a qualidade paisagística no interior dos sistemas com funções de recreio e de enquadramento paisagístico
6. Acautelar o adequado enquadramento paisagístico das construções em espaço rural

Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Caracterizar as paisagens na área de intervenção e envolvente, avaliando os impactos nos valores em presença e programando medidas e soluções integradas do ponto de vista paisagístico	PMOT	CM	CCDRLVT
2. Promover o estudo das paisagens identificadas no PROTAML, identificando valores e desenvolvendo orientações quanto aos modelos de ocupação urbanística, implantação de grandes infra-estruturas e equipamentos, em particular nas áreas não incluídas em perímetros urbanos ou quando a sua localização assim o justifique	PMOT	CM	CCDRLVT
3. Promover estudos paisagísticos que demonstrem a minimização dos impactes e assegurem a integração na paisagem envolvente, das propostas de ocupação edificadas, dentro e fora de perímetros urbanos com área de intervenção superior a 10 ha, na Paisagem Litoral Atlântico Norte	PMOT	CM	CCDRLVT
4. Na Paisagem Várzea e Vulções de Loures, elaborar propostas e atribuir usos que valorizem e qualifiquem os espaços com maiores valores paisagísticos na sua área de influência	PMOT	CM	CCDRLVT
5. Desenvolver critérios para as construções em espaço rural que garantam a adequada localização, orientação e adaptação à topografia, privilegiando a aglomeração em conjuntos construídos	PMOT	CM	CCDRLVT

e salvaguardando a sua integração com a envolvente			
6. Identificar, em estudos de caracterização, os elementos construtivos tradicionais de apoio à actividade agrícola e florestal, tais como eiras, poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra e inibir a sua demolição	PMOT	CM	MADRP CCDRLVT
7. Assegurar que a recuperação e modernização das construções rurais tradicionais não provoquem a sua descaracterização morfológica e estrutural	PMOT	CM	CCDRLVT
8. Valorizar a integração de acções que promovam a recuperação das construções rurais tradicionais e dos elementos construtivos de apoio à actividade agrícola e florestal e/ou a demolição ou modificação de edificações que não se integram de forma harmoniosa no meio natural e nas construções existentes	PRODER	MADRP	CM

3. Normas Específicas por Unidade Territorial

As Unidades Territoriais correspondem a espaços que, à escala regional, evidenciam características e vocações específicas em termos de ocupação e utilização do solo e, por isso, merecem uma focagem normativa particular complementar aos princípios e preceitos gerais estabelecidos para todo o território da Área Metropolitana de Lisboa.

Neste sentido, as Normas Específicas por Unidade Territorial complementam e especificam e concretizam as Normas por Domínio, explicitando o perfil de cada Unidade Territorial, o modo de concretização territorial do Sistema Urbano e as opções estratégicas, identificando preocupações específicas de ordenamento do território.

Adicionalmente, as sub-Unidades Territoriais correspondem a espaços relativamente aos quais se reconhece a necessidade de intervenções integradas de ordenamento e gestão territorial que permitam concretizar objectivos específicos e resolver problemas estruturantes. Neste sentido, são identificados para cada uma dessas sub-Unidades os objectivos programáticos essenciais que devem fundar as respectivas opções de planeamento integradas.

UT1. Estuário do Tejo			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Assumir a elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo como sede privilegiada de discussão das opções de ordenamento e gestão territorial, integradas e sustentáveis, promovendo uma participação e concertação alargada	POE Tejo	ARHT	ERIP ERAE
2. Realizar um levantamento exaustivo das actividades existentes no Estuário e do seu valor económico	POE Tejo	ARHT	ERIP ERAE
3. Estabelecer critérios regionais para a localização otimizada das infra-estruturas essenciais para as actividades económicas suportadas pelo estuário numa óptica de desenvolvimento sustentável	Estudo	CCDRLVT	ARHT APL DGPA TdP, IH IPTM
4. Promover o planeamento integrado do estuário e suas orlas	POE Tejo	ARHT	ERIP ERAE
5. Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas, de grande importância para a manutenção do funcionamento e produtividade do ecossistema estuarino.	POE Tejo	ARHT	CM ICNB
6. Garantir as condições adequadas para uma eficaz resposta ao risco sísmico e à susceptibilidade à inundação por tsunami	PMOT POE Tejo	CM ARHT	ERIP ERAE
7. Estimular e apoiar o desenvolvimento de actividades associadas � náutica de recreio	PMOT POE Tejo	CM ARHT	APL

UT2. Lisboa Cidade			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Promover o desenvolvimento com base nas seguintes acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A criação de condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional b) O aumento da oferta pública de habitação a custos controlados, acessível a estratos populacionais mais jovens c) A criação e qualificação de habitação para estudantes universitários d) O controlo e a inversão dos processos de degradação física e funcional do parque edificado e) O aproveitamento de espaços devolutos e obsoletos, para executar intervenções de qualificação e regeneração, numa lógica de modernização e valorização da cidade f) A criação de espaços públicos qualificados g) A implantação de actividades inovadoras e de qualidade, com relevo para as actividades criativas h) A dinamização do comércio, dos serviços financeiros e às empresas, das actividades culturais, do ensino superior, ciência e desenvolvimento i) A dotação de mais e melhores equipamentos de proximidade, nomeadamente de apoio à população idosa e à população jovem j) A reabilitação de construções degradadas com valor patrimonial (arquitectónico e urbanístico) para fins de aproveitamento turístico (unidades hoteleiras de charme) k) O estímulo e apoio a processos de regeneração funcional e infra-estrutural l) A requalificação do património histórico e monumental m) A criação e qualificação de percursos urbanos pedestres e cicláveis 	PMOT	CM	ERIP ERAE
<p>2. Estruturar a coroa urbana exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais adjacentes através, designadamente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reforço das acessibilidades locais e metropolitanas b) Qualificação e revitalização dos núcleos degradados c) Criação e valorização do espaço público associado à implementação da EEM 	PMOT	CM	ERIP ERAE

<p>3. Na deslocalização e desactivação de grandes equipamentos e de infra-estruturas de transporte, avaliar o papel que esses espaços podem assumir:</p> <p>i. Na criação de situações de desafogo urbano e de qualificação do tecido urbano envolvente, garantindo o adequado planeamento urbano</p> <p>ii. No desenvolvimento de novas centralidades que constituam oportunidade para reorganizar e ordenar novos pólos de emprego e os fluxos de tráfego por estes gerados</p>	PMOT	CM	ERIP ERAE
<p>4. Considerar a elevada susceptibilidade sísmica e a possibilidade de inundação por tsunamis, bem como a ocorrência de situações com relevante potencial de instabilidade de vertentes e de ocorrência de cheias</p>	PMOT	CM	ERIP ERAE
<p>5. Valorizar e promover a Zona de Belém (que integra dois Monumentos classificados pela UNESCO como Património da Humanidade: Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém) como o espaço de referência cultural, turística e patrimonial da AML, com capacidade para responder à crescente procura e projectar internacionalmente a imagem do país e da região</p>	Estudo Obra	CM	IGESPAR
<p>6. Intensificar o processo de modernização e afirmação da actividade portuária, de modo a incrementar as suas três áreas de negócio: contentores, graneis alimentares e cruzeiros</p>	Estudo Obra	APL	CM
<p>7. Promover a elaboração de um estudo intermunicipal que identifique e pondere as várias soluções de uso e ocupação da área afectada ao Aeroporto da Portela, avaliando os impactes da deslocalização da infra-estrutura aeroportuária e propondo uma estratégia de intervenção coerente com os objectivos do PROTAML</p>	Estudo	CM Loures CM Lisboa	CCDRLVT MEI

UT3. Espaço Urbano Norte e Poente			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Privilegiar o desenvolvimento urbano da AML-Norte, sob os princípios de reabilitação urbana, de compactação e de fortalecimento das aglomerações urbanas estruturadoras, garantindo-lhe limites coerentes e estáveis	PMOT	CM	ERIP ERAE
2. Definir, através de UOPG, as formas de estruturação urbana, promovendo a articulação dos tecidos, salvaguardando os valores naturais e culturais, criando remates urbanos coerentes e estáveis e integrando as Áreas e Corredores da REM com funções de desafio e quebra do contínuo urbano	PMOT	CM	ERIP ERAE
3. Aproveitar as áreas industriais desactivadas/abandonadas, para fomentar a criação de pólos culturais alternativos	PMOT	CM	ERIP ERAE
4. Avaliar e contextualizar os espaços agricultados, especialmente os de elevado potencial produtivo, ou potencialmente agricultáveis, bem como os espaços florestais, no processo de ordenamento urbano	PMOT	CM	ERIP ERAE
5. Concluir os processos de reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal	PMOT Loteamento	CM	ERIP
6. Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana (pe. no Eixo Cascais-Algés)	PMOT	CM	ERIP ERAE
7. Desenvolver pólos estruturantes no sector Noroeste (Terrugem / Montelavar / Pêro Pinheiro / Sabugo) e na área mais densa do sector central desta Unidade (Casal Cambra – Caneças – Dona Maria)	PMOT	CM	ERIP ERAE
8. Promover as áreas de actividades económicas estruturantes como motores de desenvolvimento, nomeadamente: <ol style="list-style-type: none"> i. O Pólo de Serviços, Investigação e Desenvolvimento do Tagus Park, Lagoas Park e Quinta da Fonte, entre outras ii. As áreas industriais, de armazenagem e logística de Terrugem / Pêro Pinheiro / Sabugo e de Mem Martins, em articulação entre si iii. A centralidade de Alverca / Bobadela em articulação com a área de actividades do MARL e com a Plataforma Logística de Lisboa Norte como espaços privilegiados para a implantação de actividades ligadas à indústria e logística iv. As grandes concentrações de serviços de Miraflores-Carnaxide-Linda-a-Velha, Alfragide-EN 117-Serra de Carnaxide e Mem-Martins-Abrunheira 	PMOT	CM	ERIP ERAE
9. Ordenar e estruturar o território da área intersticial dos eixos consolidados de Cascais e Sintra, implementando uma rede viária estruturante e disciplinando os diversos usos e ocupações do solo, garantindo a articulação funcional entre esses eixos	PMOT	CM	ERIP ERAE

10. Libertar os espaços ribeirinhos das ocupações pesadas com edificação contínua e promover a criação de corredores ecológicos de ligação ao interior e de espaços de recreio e lazer no eixo Sacavém – Vila Franca de Xira	PMOT	CM	ERIP ERAE
11. Aproveitar o impulso gerado pela criação de uma nova centralidade na Venda Nova-Falagueira para encetar processos de regeneração urbanística e revitalização funcional da envolvente	PMOT	CM	ERIP ERAE
12. Promover a qualificação urbanística, resolvendo as carências de espaço público e de equipamentos e criando factores de identidade e centralidade urbana, em particular nos eixos Amadora-Sintra e Sacavém-Vila Franca de Xira	PMOT	CM	ERIP ERAE
13. Assegurar a valorização e preservação de alguns valores ecológicos singulares, como o Sítio Classificado Granha dos Serrões e Negrais e o Monumento Natural de Carenque	PMOT	CM	ICNB
14. Considerar a elevada susceptibilidade à ocorrência de cheias rápidas, em particular nas bacias hidrográficas das ribeiras das Vinhas, Laje e Barcarena, e dos rios Jamor, Trancão, Silveira e Grande da Pipa, à ocorrência de situações com relevante potencial de instabilidade de vertentes, a elevada susceptibilidade a incêndios florestais e ainda a existência de estabelecimentos industriais perigosos	PMOT	CM	ERIP ERAE
15. Impedir a ocupação urbana nas áreas de risco das costeiras de Loures e de Odivelas, relocando pessoas e actividades e promovendo a sua consolidação e renaturalização	PMOT Prog.Realoj.	CM IHRU	ERIP ERAE

UT3A. Sintra / Terrugem / Pêro Pinheiro / Sabugo			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado e a estruturação urbanística deste território, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A revitalização funcional dos pólos especializados industriais de Sabugo – Pêro Pinheiro – Terrugem b) O reforço das articulações físicas e funcionais com as Aglomerações de Sintra e Algueirão – Mem Martins c) A qualificação e recuperação paisagística das áreas de recursos geológicos explorados e em exploração e os espaços industriais associados à transformação d) O aproveitamento das áreas industriais desactivadas / abandonadas na área de Montelavar / Pêro Pinheiro, associadas à extracção e transformação da Pedra Natural, fomentando a criação de pólos culturais alternativos e) A eficaz coabitação de valores patrimoniais relevantes com usos de solo diferenciados e, por vezes, de difícil compatibilização (industriais, habitacionais, logísticos, agrícolas) 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT3B. Serra da Carregueira			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A definição de limites estáveis para a serra da Carregueira, tendo por base a Área Estruturante Secundária delimitada na REM e a sua salvaguarda segundo o conceito de Parque Florestal b) A componente turística hoteleira associada à salvaguarda e gestão ambiental do Parque Florestal, com a respectiva dotação de equipamentos de suporte, assumindo-se como um espaço referencial de fruição, recreio e lazer bem como destinado ao turismo de saúde e bem-estar c) A atribuição do papel de âncora ao Parque Florestal no processo de estruturação de áreas urbanas fragmentadas e de reconversão urbanística das AUGI que marcam presença nesta sub-unidade d) A recuperação do Aqueduto das Águas Livres 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT3C. Caneças / Casal de Cambra / Famões			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A regeneração e estruturação urbanística, incluindo a compactação urbana e integração de áreas vitais para as funções ecológicas e remates urbanos nos processos de urbanização, em curso ou a desenvolver b) A criação de condições favoráveis à reabilitação do parque habitacional c) A reconversão urbanística das AUGI d) A recuperação, preservação e valorização dos recursos patrimoniais relevantes, em particular do Aqueduto das Águas Livres e) A infraestruturização e dotação de equipamentos de proximidade f) A qualificação dos espaços públicos e ampliação dos espaços verdes de enquadramento e lazer e de utilização colectiva g) A dinamização do comércio tradicional 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT3D. Carriche / Prior Velho / Unhos			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A regeneração e estruturação urbanística articulada com o projecto em curso do Alto do Lumiar b) A reconversão urbanística das AUGI c) O reordenamento das actividades económicas em articulação com o futuro programa de ocupação do espaço do Aeroporto da Portela h) A infra-estruturização e dotação de equipamentos de proximidade d) A qualificação dos espaços públicos e ampliação dos espaços verdes de enquadramento e lazer e de utilização colectiva e) A integração das áreas de várzea, enquanto áreas não urbanizáveis, nas soluções urbanísticas globais e desenvolver 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT3E. Várzea de Loures-Vialonga			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A definição de limites coerentes e estáveis para a várzea, suas encostas e respectiva área de protecção no seu topo, incluindo-as na Estrutura Ecológica Municipal e mantendo-as como área livre de ocupação edificada b) A manutenção das funções e actividades agrícolas dominantes e a integridade do aproveitamento hidroagrícola, promovendo a respectiva função produtiva, assim como das manchas de produção hortícola adjacentes, desenvolvendo medidas e acções que contribuam para a salvaguarda do aproveitamento hidroagrícola da Várzea de Loures c) A manutenção das funções hidrológicas fundamentais na gestão dos riscos e dos recursos hídricos locais e regionais e a implementação de mecanismos para monitorizar e obviar os riscos de cheia, contribuindo para a optimização da drenagem da Várzea no seu conjunto d) O apoio e desenvolvimento de intervenções conducentes à promoção das actividades agro-florestais, à diversificação das actividades rurais e à valorização e fruição paisagística e) O tratamento das encostas de modo a evitar incêndios e a contribuir para a sua estabilidade face aos processos de erosão normal e antrópica f) Elaborar proposta e atribuir usos que valorizem e qualifiquem os espaços com maiores valores paisagísticos na sua área de influência 	PMOT	CM	

UT4. Parque Natural Sintra-Cascais			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Adequar a regulação urbanística e ambiental incidente sobre este território de modo a garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e uma integração harmoniosa das actividades humanas com a natureza, considerando a necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Estruturar os núcleos urbanos e conter a expansão das áreas urbanas existentes, em especial na zona litoral b) Estruturar os aglomerados rurais e conter a edificação dispersa c) Promover a reconversão urbanística das AUGI d) Preservar e valorizar o espaço florestal e natural da Serra de Sintra, garantindo as respectivas funções previstas no âmbito do PROFAML e) Estudar, delimitar e manter as funções dos mosaicos agro-florestais e controlar as transformações da paisagem e do parcelamento agro-florestal f) Definir critérios para as construções que garantam a compatibilidade com o meio arquitectónico histórico e a adequada integração com a paisagem g) Limitar a possibilidade de instalação de actividades poluidoras ou com impactes negativos significativos nos valores a salvaguardar 	PMOT POPNSC	CM ICNB	ERIP ERAE
<p>2. Configurar e estruturar a ocupação urbana do eixo Colares / Magoito, assegurando o predomínio das funções e características que derivam da sua integração numa área classificada, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Salvaguarda das áreas naturais mais importantes b) Definição de critérios de integração ambiental e paisagística da ocupação edificada c) Salvaguarda das áreas agrícolas vitícolas DOC de Colares e da região Saloia e fomento do enoturismo nessas áreas 	PMOT	CM	ERIP ERAE
<p>3. Prosseguir e consolidar a valorização integrada do espaço classificado pela UNESCO como Paisagem Cultural/Património da Humanidade, identificando o espaço e respectiva zona de protecção</p>	PMOT POPNSC	CM ICNB	
<p>4. Desenvolver as actividades turismo de saúde e bem-estar e de turismo da natureza, este último no Parque Natural de Sintra-Cascais, suportadas pela execução do Programa de Visitação e Comunicação</p>	PMOT PVC	CM ICNB	
<p>5. Equacionar a ampliação do Parque Natural até aos limites da Unidade Territorial</p>	Estudo	ICNB	

UT5. Lezíria do Tejo			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Promover a manutenção da Lezíria do Tejo, como área de excelência para o desenvolvimento da agricultura metropolitana, garantindo:</p> <p>a) A preservação e expansão das áreas de produção hortícola, florícola, hortofrutícola e culturas energéticas</p> <p>b) A integridade do aproveitamento hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira e a sua função produtiva</p> <p>c) A adopção dos planos de acção na Zona Vulnerável do Tejo aos Nitratos</p>	PMOT PAZTN	CM DRAPLVT	
<p>2. Garantir a manutenção das características da paisagem e fomentar o seu aproveitamento para o lazer e recreio no rio Tejo, compatível com os valores ecológicos em presença</p>	PAZTN	DRAPLVT	CM
<p>3. Promover a manutenção da Lezíria do Tejo, como área de excelência para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano, garantindo o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos do Corredor Estruturante Primário do Tejo, bem como dos Corredores Estruturantes Secundários dos seus principais afluentes</p>	PAZTN	DRAPLVT	

UT6. Norte Agro-florestal				
Directrizes e Medidas		Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1.	Promover a valorização da Unidade enquanto espaço multifuncional, onde coexistem diversas valências e recursos com elevado potencial de afirmação	PMOT	CM	
2.	Promover a produção agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável deste território, assegurando: <ul style="list-style-type: none"> a) A integridade das manchas de produção frutícola, hortícola e vitícola, dos sistemas agrícolas de policultura dos concelhos de Mafra e Sintra e das áreas abrangidas pelo projecto de aproveitamento hidroagrícola do Rio Grande da Pipa, salvaguardando a sua função agrícola de potencial desenvolvimento de regadio b) A salvaguarda das áreas florestais das sub-regiões homogéneas de Mafra e da Região Saloia identificadas no PROFAML, promovendo as funções nele previstas c) A possibilidade de criação de unidades turísticas em espaço rural como complemento à actividade agrícola, tirando partido do património natural e construído d) A definição de condições para a modernização e ampliação das unidades de pecuária intensiva 	PMOT	CM	ERIP ERAE
3.	Reforçar o papel estruturante de alguns pequenos centros no espaço rural, promovendo a sua qualificação e ancorando, por exemplo, algumas iniciativas associadas ao enoturismo, ao turismo ecológico e ao turismo de natureza	PMOT	CM	
4.	Controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e os espaços rurais envolventes, concentrando as dinâmicas de crescimento nas aglomerações urbanas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro e reforçando a protecção das áreas de interesse agrícola e florestal e de conservação da natureza e da biodiversidade	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT6A. Eixo Mafra-Ericeira			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A valorização dos espaços urbanos consolidados b) A estruturação das áreas fragmentadas entre Ericeira e Mafra, garantindo a descontinuidade urbana através da manutenção de espaços de transição, e o contraste e alternância livres de edificação com usos florestal, agrícola ou natural (corredores ecológicos do litoral e do interior); c) A restrição da ocupação do litoral aos núcleos urbanos existentes 	PMOT	CM	ERIP ERAE
<p>2. Potenciar o papel do turismo neste Eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Intensificando as complementaridades com o Eixo Lisboa-Cascais-Sintra no desenvolvimento de circuitos e rotas turísticas b) Desenvolvendo acções conducentes ao aumento do tempo de estada média de turistas no Eixo, mediante uma maior articulação entre a actividade turística e as funções tradicionais da pesca e da agricultura 	Estudos	CM	

UT6B. Área Florestal Tapada de Mafra e Envoltente			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A preservação e consolidação das áreas florestais, incluindo e envolvendo a mata de Mafra e a sua articulação com as subunidades 6A e 6C b) O desenvolvimento das actividades de turismo da natureza associadas à observação da flora e fauna selvagens e ao recreio e lazer e ainda turismo cultural associado ao Palácio Nacional de Mafra c) Valorizar e preservar os factores distintivos da atractividade turística da Tapada de Mafra/Palácio Nacional e da sua candidatura a Património da Humanidade 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT6C. Eixo Malveira - Venda do Pinheiro			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A estruturação urbana, concretizando a sua função de centro de apoio funcional à área rural envolvente e de articulação da AML com Torres Vedras b) A definição de limites estáveis, a sul e a nascente, para a Área Estruturante Secundária incluída na REM c) A descontinuidade urbana entre Venda do Pinheiro e Lousa, garantindo a manutenção de espaços de transição, contraste e alternância livres de edificação com usos florestal, agrícola ou natural 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT6D. Parque dos Vulcões			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover a elaboração de um estudo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Pondere a delimitação de um Parque Natural intermunicipal enquanto intervenção-âncora para o desenvolvimento e afirmação das actividades de lazer e recreio neste território b) Equacione a sua classificação como Área Protegida c) Apresente uma estratégia territorial de ordenamento e gestão deste território d) Identifique um conjunto de actividades de lazer e recreio 	Estudo	CM	CCDRLVT ICNB TdP

UT7. Arco Ribeirinho Sul			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Afirmar as aglomerações de Almada, Seixal e Barreiro como centralidades supra-municipais complementares a Lisboa no âmbito da Península de Setúbal, suportadas num quadro de acessibilidades internas e externas de qualidade	PMOT	CM	
2. Qualificar o eixo Almada-Corroios-Fogueteiro, incluindo a extensão a ponte da Auto-estrada, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas mais degradadas	PMOT	CM	ERIP ERAE
3. Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística do sub-sistema urbano Almada / Montijo e do interior dos concelhos de Almada e Seixal, assim como as relações com os territórios envolventes, através: <ul style="list-style-type: none"> a) Do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas b) Da qualificação dos núcleos degradado c) Da dotação de equipamentos e infra-estruturas estruturantes d) Da criação e valorização de espaço público associado à implementação da EEM 	PMOT	CM	ERIP ERAE
4. Promover esta Unidade como área privilegiada para a regeneração urbana da AML-Sul, garantindo-lhe limites coerentes e estáveis e direccionando as dinâmicas de urbanização e edificação resultantes da implantação do NAL para a revitalização das aglomerações urbanas estruturadoras	PMOT	CM	
5. Definir, através de UOPG, as formas de estruturação urbana, promovendo a articulação dos tecidos e salvaguardando os valores naturais e culturais, criando remates urbanos coerentes e estáveis e integrando as Áreas e Corredores da EEM com funções de desafogo e quebra do contínuo urbano	PMOT	CM	ERIP ERAE
6. Reconverter as áreas industriais obsoletas ou abandonadas, integrando-as em projectos de requalificação global das áreas ribeirinhas, assegurando a descontaminação de solos e privilegiando a sua utilização para a instalação de novas actividades económicas em sectores inovadores e/ou induzidas pelo NAL	PMOT PARS	CM ParPública	ERIP ERAE Privados
7. Reforçar a centralidade atribuída ao Turismo Cultural no contexto das prioridades estratégicas para o desenvolvimento dos municípios que compõem o Arco Ribeirinho Sul, assumindo os recursos patrimoniais e culturais e as indústrias criativas como vectores estratégicos	Estudo	CM	

<p>8. Assumir estes “novos” espaços/pólos culturais alternativos como potenciais âncoras turísticas municipais, integrando-os nas estratégias de desenvolvimento da actividade e, consequentemente, contribuindo para um acréscimo no número de turistas e visitantes e do tempo de estadia nos municípios do Arco Ribeirinho Sul</p>	<p>Estudo</p>	<p>CM</p>	
<p>9. Assegurar a concretização de um parque apoiado no Corredor Estruturante Secundário associado à Ribeira de Coina, com ligação ao Tejo através da Praia de Alburrica e ao Parque Natural da Arrábida através da Vala Real</p>	<p>PDM</p>	<p>CM</p>	<p>ERIP ERAE</p>
<p>10. Na faixa atlântica garantir:</p> <p>e) A melhoria dos equipamentos e infra-estruturas, potenciando o seu desenvolvimento e garantindo padrões de elevada qualidade ambiental e a salvaguarda dos recursos naturais existentes</p> <p>f) A protecção da paisagem local, em particular a arriba fóssil da Costa de Caparica e as formações dunares, garantindo que os desenvolvimentos turísticos ou urbanos na sua envolvente não põem em causa a sua integridade e coerência</p> <p>g) A salvaguarda das áreas de produção hortícola das Terras da Costa da Caparica</p> <p>h) A salvaguarda das pessoas e dos bens face ao risco de erosão do litoral e ao recuo da linha de costa, interditando a construção de novas edificações nas zonas perigosas e nas faixas adjacentes e equacionando a realocação de estruturas e infra-estruturas quando as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral determinem a demolição das actuais</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	<p>ERIP ERAE</p>
<p>11. Salvaguardar as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário, promovendo a sua consolidação e a reabilitação física e funcional das margens para o recreio e lazer</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	<p>ERIP ERAE</p>
<p>12. Concluir os processos de reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal</p>	<p>PP Loteamento</p>	<p>CM</p>	
<p>13. Salvaguardar as áreas de produção hortícola dos concelhos de Alcochete e Montijo e valorizar os seus produtos</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	<p>AL</p>
<p>14. Promover o ordenamento integrado no extremo oriental desta Unidade – Atalaia / Passil, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial produtivo</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	
<p>15. Salvaguardar as unidades de produção pecuária de leite do concelho da Moita</p>	<p>PMOT</p>	<p>CM</p>	<p>AL</p>
<p>16. Promover o saneamento ambiental das unidades de produção pecuária intensiva (leite e suinicultura) dos concelhos da Moita e do Montijo e a sua compatibilização com outros usos e definir</p>	<p>ENEAPAI</p>	<p>MADRP / MAOT</p>	

as condições para a sua modernização/ampliação futuras, de forma a garantir o cumprimento das normas em vigor			
17. Assumir estes “novos” espaços/pólos culturais alternativos como potenciais âncoras turísticas municipais, integrando-os nas estratégias de desenvolvimento da actividade e, consequentemente, contribuindo para um acréscimo no número de turistas e visitantes e do tempo de estadia nos municípios do Arco Ribeirinho Sul	Estudo	CM	

UT8. Área Central da Península de Setúbal			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>1. Promover Esquemas de Ordenamento do Território, coerentes e sustentáveis, articulados / concertados com os municípios que garantam uma estruturação integrada da Unidade, assegurando:</p> <p>a) A recuperação de áreas com ecossistemas mais sensíveis, deixando livre de ocupação edificadas áreas significativas e importantes para a preservação do aquífero</p> <p>b) A concretização de um parque apoiado no Corredor Estruturante Secundário associado à Ribeira de Coina, com ligação ao Tejo através da Praia de Alburrica e ao Parque Natural da Arrábida através da Vala Real</p> <p>c) A qualificação do espaço urbano, garantindo a estruturação das acessibilidades (internas e externas) e a dotação de equipamentos colectivos de proximidade e de escala metropolitana</p> <p>d) A delimitação e consolidação dos aglomerados urbanos estruturadores Pinhal Novo e Quinta do Conde, garantindo a manutenção de espaços de transição, contraste e alternância livres de edificação com usos florestal, agrícola ou natural</p> <p>e) O eficaz ordenamento do corredor Pinhal Novo – Palmela, nomeadamente nos espaços consignados à indústria e à armazenagem</p> <p>f) A estruturação da ocupação fragmentada e dispersa, considerando as dinâmicas de urbanização e edificação previsíveis resultantes da implantação das novas acessibilidades</p> <p>g) A salvaguarda das áreas agrícolas e florestais de grande valor ambiental e produtivo</p> <p>h) A valorização, a promoção e a protecção do relevante património natural e histórico-cultural existente</p>	PDM	CM	ERIP ERAE
2. Desenvolver e executar um programa de investimentos públicos que assegure a concretização dos objectivos estabelecidos pelo Esquemas de Ordenamento e a sua monitorização	PAT	CCDRLVT CM	ERIP
3. Salvaguardar os reursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água, acautelando a sua vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT9. Arrábida-Espichel / Matas de Sesimbra			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Concentrar as dinâmicas de crescimento urbanístico na aglomeração Sesimbra / Santana, reforçando a protecção das áreas de interesse agrícola e florestal e de conservação da natureza e da biodiversidade e garantindo a sua articulação física e funcional com Palmela e Setúbal	PMOT	CM	ERIP ERAE
2. Salvaguardar a Arrábida / Espichel como paisagens e zonas únicas, preservando as áreas florestais identificadas no contexto do PROFAML e promovendo as funções nele previstas	PMOT	CM	ERIP ERAE
3. Assegurar a manutenção da ligação entre as Matas de Sesimbra e o Parque Natural da Arrábida salvaguardando o corredor ecológico entre o Alto das Vinhas e Maçã, bem como o vale da Ribeira da Apostiça e seus afluentes	PMOT	CM	ERIP ERAE
4. Desenvolver as actividades de turismo da natureza, no Parque Natural da Arrábida suportadas pela execução do Programa de Visitação e Comunicação	PVC	ICNB	CM
5. Desenvolver uma intervenção integrada para o sector sudoeste do concelho de Sesimbra qualificando este espaço, com os seguintes objectivos específicos: <ul style="list-style-type: none"> a. Definir um espaço urbano multipolar de baixa densidade, com uma base de economia residencial: turismo, habitações secundárias, habitação permanente e serviços correlativos b. Definir e salvaguardar os espaços da REM c. Estabelecer e apoiar a manutenção de pequenas parcelas de produção agrícola tradicional de qualidade d. Recuperar dimensões formais e funcionais da cultura material laboral 	PMOT POPNA	CM ICNB	
6. Assegurar a concretização de um parque apoiado no Corredor Estruturante Secundário associado à Ribeira de Coima, com ligação ao Tejo através da Praia de Alburrica e ao Parque Natural da Arrábida através da Vala Real	PDM	CM	ERIP ERAE
7. Promover a estruturação de alguns perímetros turísticos, respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos em presença	PMOT	CM	ERIP ERAE
8. Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água, acautelando a sua vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT9A. Sesimbra / Santana			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A estruturação e consolidação do sistema Sesimbra/Santana/Lagoa de Albufeira como área urbana ligada ao turismo, recreio e lazer, garantindo que a ocupação turística seja consentânea com o interesse paisagístico, ecológico e patrimonial b) A articulação ecológica e funcional com as áreas envolventes integrando a REM c) A manutenção dos valores naturais e paisagístico que conferem a este território uma elevada procura em termos de turismo, recreio, lazer e segunda residência d) A promoção de padrões de elevada qualidade ao edificado nas áreas urbanas e nos núcleos rurais e) A melhoria da infra-estruturação e da qualificação de alguns espaços no interior da aglomeração 	PMOT RM	CM	ERIP ERAE

UT9B. Terras de Azeitão			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais, agrícolas ou florestais com interesse paisagístico b) A salvaguarda e apoio do desenvolvimento da actividade agrícola com base nas suas especificidades produtivas, garantindo a manutenção dos padrões paisagísticos existentes e promovendo e valorizando os seus produtos mais conceituados (queijo e vinho) c) O seu fortalecimento como pólo de turismo rural e da natureza associado aos valores culturais e paisagísticos presentes neste território e no Parque Natural da Arrábida 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT9C. Matas de Sesimbra e Seixal			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A predominância das áreas e funções florestais, não devendo a sua área ser inferior a 80% do território actualmente ocupado com floresta (POS PROT 2007), aferida ao concelho b) A definição de áreas contínuas, conectadas e com expressão territorial significativa destinadas à conservação da natureza e da biodiversidade, através das quais seja possível assegurar o estado favorável de conservação das espécies e habitats identificados no PSRN2000 para o Sítio Fernão Ferro – Lagoas de Albufeira e Arrábida - Espichel c) A avaliação da capacidade de carga construtiva e populacional considerando as infra-estruturas e equipamentos existentes e previstos, com particular incidência nas acessibilidades d) a recuperação, manutenção ou requalificação dos ecossistemas associados à Lagoa de Albufeira e suas margens, bem como às faixas litorais e) a ligação ecológica entre as Matas de Sesimbra e o Estuário do Tejo através da salvaguarda de um corredor com expressão territorial significativa, definido ao longo da Vala Real / Ribeira de Coina f) a manutenção dos valores paisagísticos e elevados padrões de qualidade do edificado g) a estruturação e reconversão de áreas degradadas ou de génese ilegal 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT10. Setúbal - Palmela			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Reforçar e dinamizar Setúbal / Palmela como pólo estruturador da Península de Setúbal, promovendo a instalação de equipamentos de nível supra-municipal	PMOT	CM	ERIP ERAE
2. Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística do Sistema Setúbal – Palmela, assim como as relações com os territórios envolventes, através: a) Do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas b) Da qualificação dos núcleos degradados c) Da criação e da valorização de espaço público associado à implementação da REM	PMOT	CM	ERIP ERAE
3. Afirmar Setúbal / Palmela como centralidade estruturadora das dinâmicas turísticas envolventes, garantindo a valorização do património histórico-cultural, a promoção de mais eventos culturais e a qualificação dos serviços turísticos	PMOT	CM	ERIP ERAE
4. Perspectivar e acautelar as necessidades de espaços industriais qualificados, face aos fenómenos de relocalização que se observam no interior da Península de Setúbal	PMOT	CM	ERIP ERAE
5. Aproveitar áreas industriais desactivadas ou abandonadas para, em articulação com o futuro pólo de ciência e tecnologia de Setúbal: a) Fomentar a criação de pólos culturais alternativos b) Gerar novas centralidades cultural e criativas	PMOT	CM	
6. Avaliar e contextualizar os espaços agricultados ou potencialmente agricultáveis, bem como os espaços florestais e naturais, no processo de ordenamento urbano	PMOT	CM	ERIP ERAE
7. Intensificar o processo de modernização e afirmação da actividade portuária, de modo a incrementar as suas áreas de negócio: contentores e cruzeiros	Estudo Obra	APSS	
8. Reforçar o papel do Instituto Politécnico de Setúbal na afirmação e consolidação das actividades associadas a clusters estratégicos, nomeadamente, o Cluster do Mar, fomentando a I&D e qualificando e capacitando os recursos humanos	Estudo	ERIP	
9. Salvaguardar os reursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água, acautelando a sua vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT11. Nascente Agro-Florestal			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1. Controlar a urbanização e a edificação resultantes da implantação das infra-estruturas previstas neste território, reforçando a protecção das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e da biodiversidade e direccionando as procuras urbanísticas de proximidade ao NAL para as aglomerações urbanas de Pegões e Poceirão	PMOT	CM	ERIP ERAE
2. Controlar o povoamento disperso, a partir da compactação de alguns pequenos núcleos (Foros do Trapo, Faias, Lagameças e Algeruz)	PMOT	CM	ERIP ERAE
3. Promover a adequada expansão urbana do Poceirão, face à necessidade de apoiar a plataforma logística e atrair e fixar populações dispersas pela Unidade	PMOT	CM	ERIP ERAE
4. Assegurar a preservação das áreas de produção agrícola, em particular a vinícola	PMOT	CM	ERIP ERAE
5. Preservar e valorizar as áreas florestais em especial de montado, conjugando a excelência dos produtos e serviços com a conservação da natureza e da biodiversidade e a preservação da paisagem	PMOT	CM	ERIP ERAE
6. Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água, acautelando a sua vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT11A. Agrícola Interior			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>Promover o ordenamento integrado deste território assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A salvaguarda das áreas de produção agrícola b) A afirmação da actividade turística na base económica local (agroturismo, enoturismo e turismo em meio rural) c) a gestão sustentável de sistemas agrícolas policulturais, fomentando o uso dos respectivos solos numa perspectiva económica, paisagística e ambiental d) a estruturação do povoamento disperso em torno de núcleos existentes como Foros do Trapo e Faias a Norte, Lagameças e Algeruz a Sul, além de Poceirão e Pegões e) a utilização e reconversão para fins turísticos e residenciais de alguns elementos patrimoniais de elevado valor histórico-arquitectónico 	PMOT	CM	ERIP ERAE

UT11B. Novo Aeroporto de Lisboa			
Directrizes e Medidas	Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
<p>No planeamento, concepção e construção do NAL, acautelar as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Adopção de um modelo de ocupação territorial em que todos os usos directos e complementares associados ao NAL se localizem dentro deste perímetro b) Adopção de soluções técnicas que considerem a funcionalidade ecológica das linhas de água envolventes e a compatibilização de usos com a qualidade e produtividade do aquífero da margem esquerda do Tejo c) Durante a fase de construção, acautelar a concentração de estaleiros e locais de alojamento da mão de obra em zonas que não ponham em causa a salvaguarda dos valores ambientais a preservar d) Promover um programa de compensação ambiental ambicioso, que assegure a conservação das áreas naturais mais importantes da envolvente do NAL, nomeadamente das áreas do CTA não afectadas pela construção de infra-estruturas 	Projecto / obra	NAER	APA ICNB CCDRLVT ARHT CM

UT12. Estuário do Sado				
Directrizes e Medidas		Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1.	Enquadrar e valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar	PMOT	CM	
2.	Estimular e apoiar o desenvolvimento de actividades associadas à náutica de recreio	PMOT	CM	APSS
3.	Promover um levantamento exaustivo das actividades existentes no Estuário e do seu valor económico, com vista ao planeamento integrado do Estuário e suas orlas	PORNES	ICNB	ARH
4.	Estabelecer critérios regionais para a localização otimizada das infra-estruturas essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário numa óptica de desenvolvimento sustentável	Estudo	CCDRLVT	ARH APSS DGPA TdP, IH IPTM

UT13. Faixa Marítima				
Directrizes e Medidas		Instrumento de aplicação	Entidade Responsável	Entidades Participantes
1.	Aprofundar o conhecimento em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade referente ao espaço da faixa marítima	Estudo	ARH	
2.	Garantir a preservação e recuperação de recursos e ecossistemas ameaçados	Estudo	ARH	
3.	Estabelecer critérios regionais para a localização otimizada das infra-estruturas essenciais para as actividades económicas suportadas pela faixa marítima numa óptica de desenvolvimento sustentável e referenciar os potenciais usos alternativos nas actividades associadas à economia do mar, avaliando incompatibilidades e exclusividades	Estudo	CCDRLVT	ARH APSS DGPA TdP, IH IPTM
4.	Promover o planeamento integrado da faixa marítima e suas orlas, tendo em consideração os estudos e critérios regionais elaborados	POEM	INAG	ERIP ERAE

Capítulo IV – Sistemas de Monitorização e Avaliação

1. ESTRUTURA DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E GESTÃO
2. SISTEMA DE INDICADORES

1. Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão

A implementação do PROT AML justifica a criação de mecanismos institucionais para a sua monitorização, avaliação e gestão, alicerçados nos princípios de boa governança definidos na Estratégia Regional Lisboa 2020, e apoiados por um Observatório Regional e o correspondente Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Regional.

1.1. Princípios

Princípio de coordenação: As dificuldades de articulação entre o importante número de entidades públicas com actuação na Área Metropolitana de Lisboa, identificadas na Estratégia Regional Lisboa 2020, devem ser ultrapassadas por uma coordenação de base territorial participada pelas entidades que tutelam os diferentes sectores de intervenção pública, de modo a assegurar uma maior coerência, consistência e complementaridade das acções levadas a cabo.

Princípio de participação: A participação cidadã e a cooperação entre particulares e entidades públicas e privadas deverá ser encorajada no âmbito da implementação do PROT AML, de modo a promover uma maior mobilização do tecido social regional na prossecução dos objectivos comuns.

1.2. Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão

O acompanhamento e avaliação da concretização das propostas do PROT AML, tanto ao nível do Modelo Territorial e das Opções Estratégicas, como das Normas Orientadoras e do Programa de Execução, justificam a existência de uma Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG PROTAML).

A Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão é uma estrutura de geometria variável que permitirá articular diferentes serviços das Administrações Central e Local e actores regionais, apoiando-se num Observatório do PROTAML que irá monitorizar os indicadores de realização e resultado.

A Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão, bem como os indicadores de monitorização, devem contribuir para aferir a concretização das estratégias e propostas do plano e apoiar a elaboração do Relatório de Estado de Ordenamento do Território (REOT) ao nível regional, fomentando a sua elaboração ao nível municipal traduzindo, assim, a execução dos respectivos Instrumentos de Gestão Territorial.

1.2.1. Missão e Atribuições

A EMAG do PROT AML visa assegurar a sua execução em condições de alcançar os objectivos e resultados previstos no Plano, num processo de participação e concertação estratégica de base territorial entre as administrações central e local e os agentes associativos, económicos, sociais e culturais regionais, visando designadamente:

- Recolher, tratar e divulgar a informação sobre a evolução do território metropolitano e de realização do Plano;
- Analisar eventuais desvios e adoptar medidas correctoras;

- Proceder ao preenchimento de lacunas, à interpretação de dúvidas e à revisão dos preceitos e soluções, com observância do enquadramento legal;
- Dinamizar as relações entre a comunidade e as instituições regionais e locais e a administração central.

1.2.2. Órgãos

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento (CA PROTAML) da execução do Plano, de natureza consultiva, será constituída com base na Comissão Consultiva (CC), com eventuais ajustamentos, e será presidida pela DGOTDU.

A Comissão de Acompanhamento tem como atribuições:

- Apreciar e aprovar os programas e relatórios da estrutura de monitorização e de gestão;
- Emitir pareceres e recomendações específicas;
- Apreciar as orientações e decisões da gestão.

A Comissão de Acompanhamento reunirá ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando a evolução da execução do PROT AML o justifique.

Estrutura de Gestão

A Estrutura de Gestão será constituída por um Núcleo Base, integrado pela CC DR LVT e pela Junta Metropolitana de Lisboa e, caso se venha a revelar oportuno, por Comissões Temáticas, de geometria variável, integradas pelas entidades do Núcleo Base e por outras entidades (designadamente da Administração Central) com competências relacionadas com os respectivos temas.

Caberá à Estrutura de Gestão:

- Apreciar a evolução da execução do PROT e propor medidas de optimização;
- Definir o preenchimento de lacunas e proceder a interpretações que clarifiquem normas de execução do Plano;
- Emitir parecer sobre a coerência entre os planos de desenvolvimento e ordenamento de nível sub-regional e respectivos projectos de investimento e as orientações e normas do PROT AML.

Observatório

A monitorização do Plano implica a criação de um Observatório responsável pela informação relevante para a avaliação da política de ordenamento da AML.

Ao Observatório da AML incumbe assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação de carácter estatístico, técnico e científico relevante para a elaboração de Relatórios Periódicos e Documentos Intercalares ou Específicos de avaliação e monitorização das dinâmicas de organização e transformação do território regional e das práticas de gestão territorial.

O Observatório assegura a monitorização do território regional com base em:

- (i) estatísticas resultantes da produção de indicadores de realização, de resultados, de eficiência e de eficácia;
- (ii) informação estatística e cartográfica regional específica sobre as dinâmicas de ocupação do solo.

O Observatório é um órgão permanente que funciona no seio da CCDR LVT; está integrado no Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo e insere-se numa Rede de Pontos Focais representados pela DGOTDU (SNIT), IGP (SNIG) e INE (Estatísticas nacionais/regionais). O Observatório da AML integra também a rede de Observatórios Regionais de Ordenamento do Território, articula-se com o Observatório OT/U, com o Observatório do OVT e com o Observatório das Dinâmicas Regionais.

O Observatório da AML terá de reavaliar as metas relativas aos indicadores cujo ponto de partida é o CENSO de 2001. Acresce que será da responsabilidade do Observatório a selecção dos indicadores e metas que constituirão o sistema de informação final.

1.2.3. Regulamento da EMAG

A organização e funcionamento da EMAG serão definidos em Regulamento a elaborar pela CCDRLVT e pela Junta Metropolitana de Lisboa, no qual serão explicitadas, nomeadamente, a composição, competências e forma de funcionamento de cada um dos órgãos acima referidos e as relações hierárquicas e funcionais entre esses órgãos.

2. Indicadores-chave

A necessidade de monitorizar determinada realidade e/ou fenómeno, de definir objectivos e metas a alcançar e de acompanhar os resultados atingidos ou a atingir, tem criado a oportunidade e a necessidade de se equacionarem sistemas de indicadores específicos adaptados às respectivas realidades, que se pretendem conhecer e acompanhar.

A diversidade de dados sobre a AML, e a quantidade de entidades que intervêm territorialmente, obriga a uma selecção criteriosa dos indicadores, cujo objectivo seja a correcta monitorização e avaliação da implementação do Plano.

Tendo por base as funções do PROTAML, do Objectivo Geral e dos Domínios de Implementação estabelecidos na Visão Estratégica, foi criado um sistema de indicadores, ancorado num Sistema de Informação Geográfica que, de forma clara, permitirá:

- Analisar as tendências e interpretar a informação dentro de uma estrutura coerente;
- Avaliar a execução do Plano monitorizando o comportamento dos indicadores;
- Comunicar e divulgar a implementação do Plano e seus resultados junto dos actores de desenvolvimento.

Pretende-se que os indicadores seleccionados reflectam os direccionadores chave (*drivers*) das estratégias do Plano, se baseiem em dados válidos, sejam facilmente compreendidos, relevantes, mensuráveis, actualizáveis, criem *empowerment* nos actores de desenvolvimento, conduzam a acções positivas e sejam comparáveis, no tempo e no espaço geográfico.

Numa segunda fase, este sistema de indicadores deverá articular-se com o sistema de informação regional. Este modelo integrador de informação deverá tratar de forma global os indicadores definidos para todos os programas/ planos/ estudos/projectos, bem como apoiar a monitorização de todos os Observatório criados ou a criar, como foi descrito no ponto anterior.

O sistema global de indicadores é apresentado em relatório individual, sendo apresentados de seguida apenas os indicadores-chave, considerados mais relevantes para monitorizar e acompanhar a implementação da visão estratégica que se propõe para a Área Metropolitana de Lisboa, que responde a três imperativos hoje consensuais no conceito abrangente de desenvolvimento Sustentável: **competitividade, sustentabilidade ambiental e equidade.**

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	INDICADOR	META	SITUAÇÃO DE PARTIDA	FONTE DE INFORMAÇÃO
A – Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo	Número de Passageiros aéreos movimentados	19 Milhões pax (2020)	12 Milhões pax (2006)	NAER
	Quota de mercado da ferrovia nas deslocações de média e longa distância, nas ligações externas	16% (2020) 31% (2030)	11% (2003)	RAVE
	Investimento em I&D em função do PIB	3 % (2020)	1,17 % (2005)	INE
	Emprego gerado pelas actividades criativas e culturais	55.455 (2020)	39.611 (2006)	MTSS, CAE rev2
	Dormidas de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros	16,8 Milhões (2020)	8,4 Milhões (2008)	INE/TP
	Campos de Golfe certificados pela ISO 14001	10 (2020)	1 (2008)	CNIG
	Agregados domésticos privados com ligação à Internet	80% (2020)	40% (2009)	INE

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	INDICADOR	META	SITUAÇÃO DE PARTIDA	FONTE DE INFORMAÇÃO
B – Polinucleação e Compactação	População que trabalha / estuda no concelho de residência	75 % (2021)	56.3 % (2001)	INE Censos
	População nas aglomerações urbanas estruturadoras	Crescimento (2021)	A avaliar (Censos 2011)	INE PROT AML
	Densidade populacional nas freguesias das UT urbanas	Aumento do nº de freguesias (2020)	88 Freguesias Densidade > 4000 hab/ Km2 (2001 ³⁴)	INE
	Áreas edificadas fragmentadas	Menor de 18 529 Ha (2020)	18 529 Ha (2009)	PROT AML
	Passageiros / km em Transporte Público	34% Quota de pkm em TP (2015)	29% Quota de pkm em TC (2007)	APA
	Tempos médios de deslocação entre pólos urbanos sedes de concelho em transporte público	79 Minutos (2020)	88 Minutos (2007)	Horários operadores de transportes
	População utilizadora de Transporte Público	52% (2021)	32.1% (2001)	INE Censos
C – Sustentabilidade e sintonia com a natureza	Área afectada à ERPVA que mantém ocupações do solo favoráveis à conservação da natureza e biodiversidade ³⁵	≥ 95 000 Ha (2020)	95 000 Ha (2009)	PROT AML
	Áreas de pedreiras recuperadas (PARP aprovado)	80% (2020)	0 (2009)	CCDRLVT DRLVT-MEI

³⁴ Os valores em que a situação de partida se refere a 2001, provenientes do INE, deverão ser reavaliados em 2011

³⁵ ERPVA – Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, Subclasses dos POS07: Povoamentos florestais de sobreiro e /ou azinheira; Matos; Povoamentos florestais; Áreas húmidas e sapais; Dunas; Áreas agrícolas em baixa aluvionar

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	INDICADOR	META	SITUAÇÃO DE PARTIDA	FONTE DE INFORMAÇÃO
C – Sustentabilidade e sintonia com a natureza	Produtividade dos sistemas de produção no sector vegetal	Índice referente à AML crescer acima do índice referente ao Continente (2020)	1,63 (AML) 1,53 (Continente) (Triénio 04-05-06)	INE
	População residente nas áreas de risco identificadas (inundação por cheia rápida e instabilidade das vertentes)	< 67 500 (2020)	75 000 (2001)	PROT (base INE, Censos)
	Intensidade em Energia Final	<137,4 Tep/M€ (2020)	137,4 Tep/M€ (2006)	INE
	Renováveis no Consumo de Energia Final	31,00% (2020)	10,04% (2008)	INE
	Emissão de gases com efeito de estufa do sector dos transportes	- 8% (2013) - 20% (2020)	A avaliar (2007)	APA
	Cumprimento dos valores limite dos poluentes particulares PM10 e dióxido de azoto (NO2)	Sim (2015)	149 Excedências ao VL diário de PM10; 49 µg/m3 – valor da média anual de PM10 (2007) 75 µg/m3 – valor da média anual de NO2 (2007)	CCDRLVT
	Recolha separativa de resíduos	20%-30% (2020)	10%-15% (2009)	Sistemas de Gestão de RSU
	Perdas de água	≤ 20 % (2020)	24% (2008)	CM EGAASAR
	Reutilização da água residual tratada	≥11% (2020)	8% (2008)	CM EGAASAR

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	INDICADOR	META	SITUAÇÃO DE PARTIDA	FONTE DE INFORMAÇÃO
	População exposta a cada uma das gamas de valores de ruído ambiente exterior (RGR)	Decréscimo de população exposta a valores de ruído ambiente exterior em violação aos limites legais estipulados para 2015 e 2020	A avaliar (2012)	APA CM
D – Dinâmica da Qualificação Territorial e Coesão Social	Alojamentos familiares não clássicos (Barracas)	0 (2020)	7076 (2001)	INE
	População beneficiada por projectos de regeneração urbana	400 000 (2020)	0 (2007)	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais / PORL / Municípios
	Reabilitação do parque edificado	>0.2 (2020)	0.2 (2008)	INE
	Cobertura em creches	35% (2020)	20,3% (2007)	MTSS – Carta Social INE
	Cobertura de equipamentos destinados a idosos	35% (2020)	9,6% (2007)	MTSS – Carta Social INE
	Visitantes de museus	7 750 000 (2020)	5 982 210 (2008)	INE
	População beneficiária do RSI	2% (2020)	2,9% (2008)	INE
	Índice de Privação Sócio Material ³⁶ (IPSM)	Diminuir nº Concelhos com IPSM > 0 (2020)	9 Concelhos com IPSM > 0 (2001)	INE IEFP

Quadro 6 – Indicadores-Chave do PROTAML

³⁶ Índice de Privação Sócio Material – Este índice foi construído de acordo com o método utilizado por Carstairs e Morris (1991). Foram definidas áreas de privação a partir das variáveis seleccionadas e recolhidas no INE (Censo 2001), relativas aos Alojamentos Sobrelotados e à População Empregada no Grupo Profissional nº 9 – Trabalhadores não Qualificados, juntamente com a Taxa de Desemprego em 2008 recolhida no IEFP (Estatísticas Mensais 2008). As variáveis foram estandardizadas (método de z-score), tendo como efeito que, cada variável tem a mesma influência no resultado final. O resultado da privação é a soma das variáveis, depois de estandardizadas

Anexo I – Fichas de Caracterização das Áreas Primárias da REM

Arrábida-Espichel, Caparica-Albufeira

Localização

Integra parcialmente os concelhos de Almada, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Palmela.

Situação legal

Integra o Parque Natural da Arrábida, incluindo o Parque Marinho, e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. A área que não está integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas está contida no perímetro dos Sítios da Rede Natura Arrábida-Espichel e Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira. Integra ainda as ZPE do Cabo Espichel e da Lagoa Pequena e o Sítio Classificado da Gruta do Zambujal.

Tipo de habitats

Falésias costeiras marinhas, praias, maquis, garrigues, pastagens, florestas caducifólias, perenifólias, áreas agrícolas e zonas húmidas.

Principais valores naturais

A área Arrábida-Espichel engloba 37 habitats do Anexo I da Directiva Habitats (DL 140/99 de 24 de Abril), 10 dos quais prioritários e 14 espécies do Anexo II, das quais 3 prioritárias. Inclui várias espécies de plantas raras e muito sensíveis. Quanto à fauna destacam-se as aves rupícolas das falésias costeiras e arribas interiores, de elevado valor de conservação. Para a ZPE do Cabo Espichel são referenciadas 14 espécies incluídas no Anexo I da Directiva Aves e outras 30 espécies migradoras de ocorrência regular. Alguns troços da falésia são também importantes para a nidificação de aves marinhas. Entre a classe dos mamíferos destacam-se os morcegos, estando referenciadas várias espécies com elevado estatuto de ameaça. Destaca-se ainda a comunidade de fauna e flora marinhas. A área Caparica-Albufeira inclui 32 habitats classificados, 11 dos quais prioritários. Inclui vários biótopos e espécies de plantas raras, nomeadamente em turfeiras. Do ponto de vista da fauna destaca-se a avifauna florestal e as espécies associadas às zonas húmidas, nomeadamente as que frequentam a Lagoa de Albufeira.

Sintra-Mafra

Localização

Integra parcialmente os concelhos de Mafra, Sintra e Cascais .

Situação legal

Integra o Parque Natural de Sintra-Cascais e o Sítio da Rede Natura Sintra-Cascais

Tipo de habitats

Complexos dunares, praias, falésias, maciços montanhosos .

Principais valores naturais

Inclui 34 habitats do anexo I da Directiva Habitats, 10 dos quais prioritários, e 13 espécies de Flora do Anexo II, uma delas prioritária. Em termos faunísticos destacam-se espécies de aves rupícolas, aves marinhas, e limícolas. Destaca-se ainda a presença do lagarto-de-água *Lacerta schreiberi* e de uma colónia de criação do morcego-de-ferradura-mediterrânico *Rhinolophus euryale*, espécies ameaçadas da fauna portuguesa e presentes no Anexo II da Directiva Habitats.

Estuário do Tejo

Localização

Integra parcialmente os concelhos de Vila Franca de Xira, Loures, Alcochete, Montijo e Moita

Situação legal

Inclui a Reserva Natural do Estuário do Tejo, ZPE e SIC do Estuário do Tejo

Tipo de habitats

Estuário, sedimentos intertidais, sapal, salinas, áreas agrícolas e pastoris, charnecas, zonas húmidas de água doce e montados .

Principais valores naturais

Estão referenciados 19 habitats do Anexo I da Directiva Habitats, um deles prioritário. Entre os habitats estuarinos destacam-se os extensos sapais, áreas de sedimento intertidal, caniçais, salinas e, entre os terrestres, os montados e lagoas temporárias. É uma das maiores zonas húmidas da Europa, desempenhando um papel de grande relevância internacional na conservação de aves aquáticas, como área de invernada, nidificação ou paragem migratória. Das cerca de 200 espécies de ocorrência regular, 46 estão incluídas no Anexo I da Directiva Aves (DL 140/99 de 24 de Abril), das quais 28 são aves aquáticas. Entre os mamíferos destacam-se 10 espécies que integram os anexos da Directiva Habitats, com destaque para as espécies de morcegos. É de realçar também a importância do estuário para a comunidade íctica, tendo sido referenciadas um total de 101 espécies, embora apenas 40 apresentem uma ocorrência regular, incluindo várias migradoras e ameaçadas. Este estuário desempenha ainda uma importante função de *nursery* para algumas espécies com interesse comercial.

Estuário do Sado

Localização

Integra parcialmente os concelhos de Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal e Grândola

Situação legal

Integra a Reserva Natural do Estuário do Sado, ZPE e Sítio do Estuário do Sado

Tipo de habitats

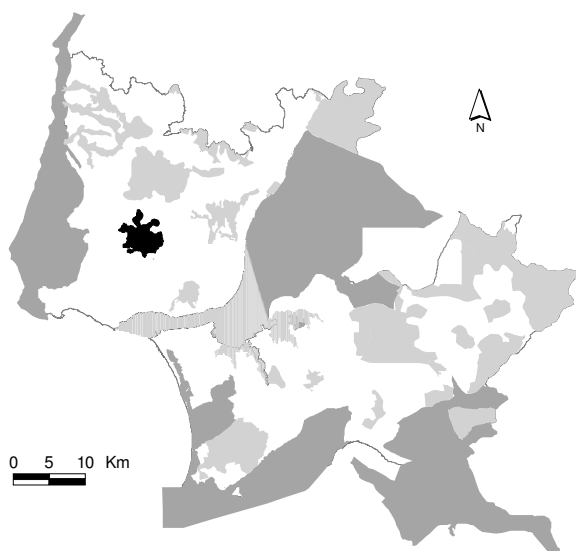
Estuário, troços de rio, bancos de vasa e areia, praias e dunas costeiras, lagoas de água doce, caniçais, matos, montados, áreas agrícolas e florestais .

Principais valores naturais

Estão referenciados 37 habitats classificados pela Directiva Habitats, incluindo 8 prioritários, e a presença de 9 espécies de plantas do Anexo I da Directiva, das quais 4 prioritárias. É uma importante zona húmida no contexto nacional e europeu, que inclui relevantes manchas de sapal e outros habitats estuarinos, bem como extensos complexos paleo-dunares onde ocorrem várias espécies de plantas raras e ameaçadas. Do ponto de vista faunístico destaca-se a comunidade de aves aquáticas, que conta com 16 espécies de aves incluídas no Anexo I da Directiva Aves, das quais 10 são aquáticas, enquanto que as restantes 6 têm ainda, também, alguma associação com os meios aquáticos. No que diz respeito aos mamíferos, é de realçar a população residente de roaz-corvineiro *Tursiops truncatus* e ainda uma espécie de morcego e alguns carnívoros. A ictiofauna dos cursos de água doce conta com algumas espécies com elevado estatuto de ameaça. A ictiofauna estuarina reveste-se de grande importância, incluindo várias espécies migradoras e ameaçadas.

Anexo II – Fichas de Caracterização das Áreas Secundárias da REM

Serra da Carregueira



Localização
Concelho de Sintra, sensivelmente entre as povoações de Almagem do Bispo e Belas

Estatuto legal
Não tem

Figura 23 - Serra da Carregueira

Valores naturais

Esta área apresenta uma notável riqueza ecológica, derivada da sua diversidade ambiental, elevado grau de conservação dos seus valores ecológicos mais relevantes e situação biogeográfica. Os valores de flora e vegetação que apresenta, para além de importância regional, têm também relevância a nível nacional e comunitário. Por este motivo a Serra da Carregueira integrou o sítio proposto da Rede Natura Ericeira-Praia de Vide, ao abrigo da Directiva Habitats, que acabou, contudo, por não ser designado. A Serra da Carregueira possui ainda uma importância estratégica fundamental, ao estabelecer a continuidade ecológica entre a área designada por Vulcões de Mafra, Sintra e Loures e a área ecológica de relevância regional já no perímetro urbano mais denso de Lisboa, a Serra de Carnaxide.

Para além das espécies incluídas nos Anexos II e IV da Directiva Habitats, ocorrem nesta área espécies de elevado valor para a conservação, como *Utricularia vulgaris*, *Pinguicula lusitanica*, *Triglochin laxiflora*, *Serratula estremadurensis* (endémica dos calcários Sintranos) ou *Agrostis juressi*, planta muito rara em Portugal.

Habitats

Código	Habitat
*5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
5330	Matos termo-mediterrânicos pré-desérticos
6210	Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>)
*6220	Subestepes de gramíneas e anuais de <i>Thero-Brachypodietea</i>
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica

*8240	Lajes calcárias
8310	Grutas não exploradas pelo turismo
*91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)
9240	Carvalhais de <i>Quercus faginea</i> subs. <i>broteroi</i>
9230	Carvalhais de <i>Quercus robur</i> e/ou <i>Q. pyrenaica</i>
9330	Sobreirais

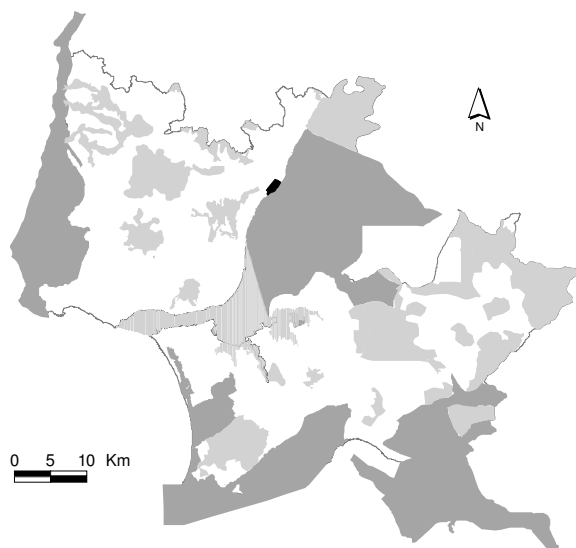
Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Juncus valvatus</i>
B-II	<i>Leuzea longifolia</i>
B-II	<i>Ionopsidium acaule</i>
B-II	<i>Arabis sadina</i>
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-II	<i>Salix salvifolia</i> subs. <i>australis</i>
B-IV	<i>Thymus villosus</i> subs. <i>villosus</i>
Fauna	
Anexo	Espécie
A-I	<i>Lullula arborea</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus hipposideros</i>

Conflitos e ameaças

A matriz urbana densa onde se localiza tem, nos últimos anos, continuado a evidenciar algum crescimento, nomeadamente para dentro do perímetro da Serra; os projectos de urbanização planeados para a mesma área tornam-na num património particularmente ameaçado.

Salinas de Alverca e do Forte da Casa



Localização

Estes dois complexos de salinas localizam-se no concelho de Vila Franca de Xira, entre a linha de caminho-de-ferro e a margem do estuário, confinando com a localidade de Póvoa de Santa Iria

Estatuto legal

As salinas de Alverca foram designadas como IBA (*Important Bird Area*, pela *BirdLife International*); esta classificação, contudo, não representa qualquer estatuto de protecção legal

Figura 24 – Salinas de Alverca e do Forte da Casa

Valores naturais

A área inclui os complexos de salinas de Alverca e Forte da Casa. Entre estes dois complexos localizam-se terrenos agrícolas de exploração extensiva; incluem-se ainda sistemas de valas de drenagem e a ribeira da Verdelha, onde se encontram manchas de vegetação ripícola bem desenvolvida.

Estas salinas são um local de nidificação de aves aquáticas importante no contexto do Estuário do Tejo, nomeadamente para várias espécies incluídas no Anexo I da Directiva Aves, e outras com elevado estatuto de protecção a nível nacional, derivado da sua raridade em termos de população invernante ou nidificante. Destaca-se o Perna-longa *Himantopus himantopus*, que pode apresentar nas salinas de Alverca uma proporção muito significativa do seu efectivo nidificante a nível do estuário do Tejo, tendo já ascendido a algumas centenas, e o alfaiate, *Recurvirostra avosetta*, espécie cujos locais de nidificação são escassos a nível nacional e que já nidificou nas salinas. De realçar ainda a população nidificante do pato-de-bico-vermelho *Netta rufina*, que não está abrangido pela Directiva Aves mas é uma espécie bastante rara como nidificante em Portugal.

Durante o Inverno e épocas migratórias, as salinas constituem ainda um habitat relevante de repouso e alimentação para um elevado número de espécies, incluindo-se várias com elevado estatuto de protecção.

Espécies

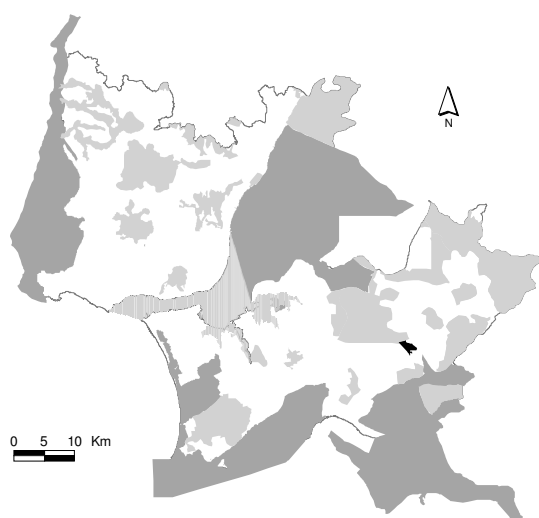
Fauna	
Anexo	Espécie
A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Phoenicopterus ruber</i>
A-I	<i>Circus aeruginosus</i>
A-I	<i>Himantopus himantopus</i>
A-I	<i>Recurvirostra avosetta</i>
A-I	<i>Glareola pratincola</i>

Conflitos e ameaças

As salinas encontram-se abandonadas há várias décadas, no que diz respeito à produção de sal, pelo que os níveis de água são, em grande medida, condicionados pelo regime de pluviosidade. Por este motivo, a importância das salinas como habitat apresenta alguma irregularidade, que flutua mediante as condições de pluviosidade. A sua estrutura apresenta assim um estado de degradação considerável e a vegetação halofítica invadiu, parcialmente, o interior de alguns dos tanques.

Nos últimos anos ocorreu a destruição de um tanque devido à construção de uma ETAR e outro dos tanques encontra-se parcialmente aterrado, motivado pela deposição de entulho. A expansão urbano-industrial e a poluição de linhas de água persistem como principais ameaças à conservação desta área.

Lagoas do Poceirão



Localização

Situam-se no concelho de Palmela, nas imediações da povoação do Poceirão

Estatuto legal

Não tem

Figura 25 – Lagoas do Poceirão

Valores naturais

A paisagem é dominada por matos e matagais, ocorrendo um elevado número de charcos temporários. Estão também presentes vários elementos de flora reliquia, que correspondem a populações de espécies de climas mais atlânticos o que, na região de Lisboa com clima de tendência fortemente mediterrânico, é um factor notável. As comunidades vegetais associadas às zonas húmidas apresentam um bom estado de conservação e são habitat para a ocorrência de espécies raras e ameaçadas, como *Myosotis sicula*, ou *Hyacinthoides vicentina*.

Estes habitats possuem também importância regional para a comunidade de anfíbios, nomeadamente a nível da disponibilidade de locais de postura e abrigo para os estados larvares. Assumem ainda alguma importância como locais de refúgio durante o Inverno para algumas espécies de aves.

Habitats

Código	Habitat
*3170	Charcos temporários mediterrânicos
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes</i> spp.

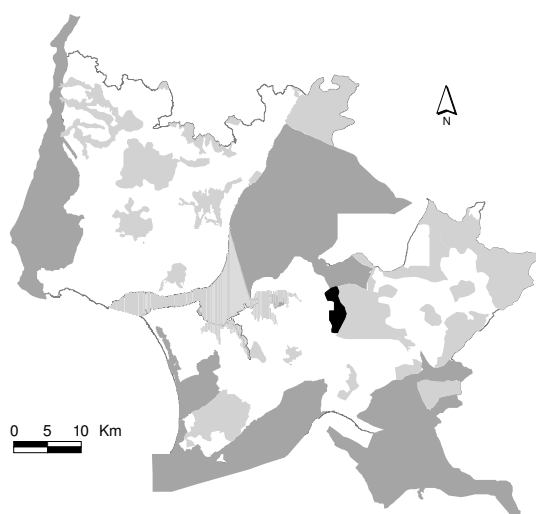
Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Hyacinthoides vicentina</i>

Conflitos e ameaças

Estes matos higrófilos estendiam-se outrora por áreas vastas, que têm vindo a ser progressivamente eliminadas. Os principais conflitos prendem-se com o desenvolvimento de infra-estruturas, desmatização, hortofruticultura, agricultura de sequeiro e pastagens.

Terra dos Caramelos



Localização

Situa-se nos concelhos de Alcochete e Palmela e marginalmente no concelho do Montijo, entre as povoações de Pinhal Novo e Alcochete

Estatuto legal

Não tem

Figura 26 – Terra dos Caramelos

Valores naturais

Originalmente esta área era ocupada por extensas charnecas, mas a actividade agrícola e a ocupação humana em geral reduziram-nas de forma substancial. Contudo, actualmente ainda persiste uma área importante, do ponto de vista da conservação da natureza, ocupada por charcos, lagoas temporárias e comunidades arbustivas. As zonas húmidas sobre terrenos argilo-arenosos, a par da forte acidez e prolongada hidratação dos solos, favorecem a presença de várias espécies ameaçadas e com elevado grau de exigência ecológica, como *Erica erigena*, *E. lusitanica*, *Molinia coerulea* ou *Pinguicula lusitanica*.

Os charcos e lagoas temporárias da área possuem também importância regional para a comunidade de anfíbios, nomeadamente a nível da disponibilidade de locais de postura e abrigo para os estados larvares. Assumem ainda alguma importância como locais de refúgio durante o Inverno para algumas espécies de aves.

Habitats

Código	Habitat
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
4030	Charnecas secas europeias
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

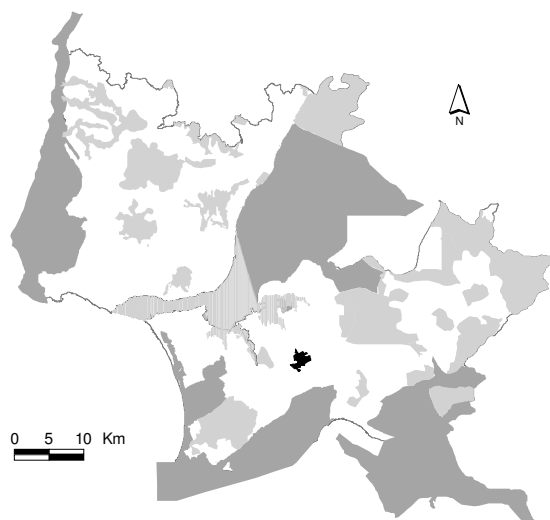
Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Hyacinthoides vicentina</i>
Fauna	
A-I	<i>Pluvialis apricaria</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, desmatagem, agricultura intensiva, sobrepastoreio, drenagem de terrenos, artificialização de linhas de água e limpeza da vegetação das suas margens, estabelecimento e exploração de pedreiras e areiros e depósito de entulhos.

Pinhais da Marquesa e Formas



Localização

Situam-se na área central da Península de Setúbal, concelho de Palmela, na zona central do triângulo Moita – Pinhal Novo – Quinta do Anjo

Estatuto legal

Não tem

Figura 27 – Pinhas da Marquesa e Formas

Valores naturais

Estas três manchas de pinhal são testemunho de uma área mais extensa que progressivamente foi sendo ocupada por equipamentos industriais e pela expansão urbana e agrícola. Os principais valores naturais localizam-se no estrato arbustivo no sub-coberto dos pinhais, destacando-se a presença de *Armeria rouyana*, espécie prioritária da Directiva Habitats, que é endémica de Portugal e que apresenta nestes pinhais a sua população mais importante. De referir ainda a presença de *Juniperus navicularis* e a ocorrência provável de *Armeria pinifolia*. Revestem-se ainda de grande importância neste território os complexos paleo-dunares e as lagoas temporárias.

Habitats

Código	Habitat
2250*	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes</i> spp.
4030	Charnecas secas europeias

Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Armeria rouyana</i> *

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, abertura de novos caminhos, desmatamento, hortofruticultura, drenagem de terrenos, sobrepastoreio, poluição de linhas de água, limpeza de ribeiras e suas margens e estabelecimento de pedreiras e areiros.

Esteiros do Seixal e Coina

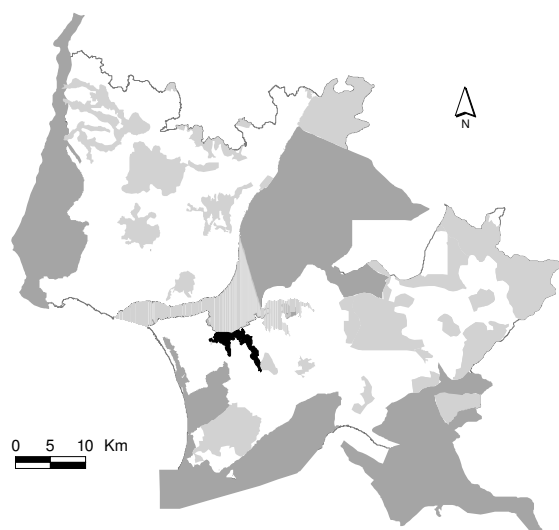


Figura 28 – Esteiros do Seixal e Coina

Localização

São os esteiros do estuário do Tejo que se situam no concelho do Seixal, mais especificamente entre a Ponta dos Corvos, Corroios, Amora, Arrentela, Seixal e Coina

Estatuto legal

Não tem

Valores naturais

Esta área estuarina inclui zonas de sapal, salinas e sedimentos entre-marés, habitats de alimentação e repouso fundamentais para várias espécies de aves aquáticas protegidas ao abrigo da Directiva Aves, bem como para várias espécies de peixes e invertebrados estuarinos, servindo de suporte a toda a teia trófica estuarina. Esta área complementa e propicia uma continuidade da ZPE do Estuário do Tejo e da RNET, incluídas na Área Primária do Estuário do Tejo.

Habitats

Código	Habitat
1130	Estuários
1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré
1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais de zonas lodosas e arenosas
1320	Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)
1410	Prados salgados mediterrânicos (<i>Juncetalia maritimī</i>)

1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornetea fruticosi</i>)
1430	Matos halonitrófilos (<i>Pegano-Salsoletea</i>)

Espécies

Fauna	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Alosa alosa</i>
B-II	<i>Alosa fallax</i>
B-II	<i>Lampetra fluviatilis</i>
B-II	<i>Petromyzon marinus</i>
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Plegadis falcinellus</i>
A-I	<i>Platalea leucorodia</i>
A-I	<i>Phoenicopterus ruber</i>
A-I	<i>Circus aeruginosus</i>
A-I	<i>Pandion haliaetus</i>
A-I	<i>Falco peregrinus</i>
A-I	<i>Himantopus himantopus</i>
A-I	<i>Recurvirostra avosetta</i>
A-I	<i>Glareola pratincola</i>
A-I	<i>Charadrius alexandrinus</i>
A-I	<i>Pluvialis squatarola</i>
A-I	<i>Calidris alpina</i>
A-I	<i>Limosa limosa</i>
B-II	<i>Lutra lutra</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, abertura de novos caminhos, desmatção, hortofruticultura, drenagem de terrenos, sobrepastoreio, poluição de linhas de água, limpeza de ribeiras e suas margens e estabelecimento de pedreiras e areeiros.

Esteiros da Moita e Baía de Sarilhos

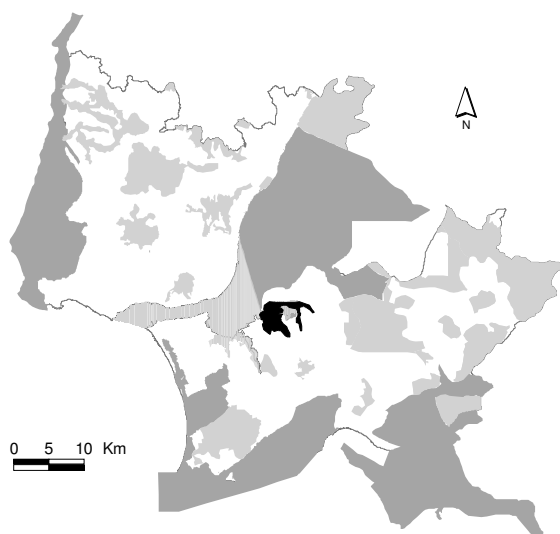


Figura 29 – Esteiros da Moita e Baía de Sarilhos

Localização

São os esteiros do Estuário do Tejo que se desenvolvem nas imediações de Alhos Vedros, Moita e Gaio-Rosário, e Baía de Sarilhos, delimitada por Sarilhos Pequenos, Sarilhos Grandes e Montijo

Estatuto legal

Não tem

Valores naturais

Esta área estuarina inclui áreas de sapal, salinas e sedimentos entre-marés, habitats de alimentação e repouso fundamentais para várias espécies de aves aquáticas protegidas ao abrigo da Directiva Aves, bem como para várias espécies de peixes e invertebrados estuarinos, servindo de suporte a toda a teia trófica estuarina. Esta área complementa e propicia uma continuidade da ZPE do Estuário do Tejo e da RNET, incluídas na Área Primária do Estuário do Tejo.

Habitats

Código	Habitat
1130	Estuários
1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré
1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais de zonas lodosas e arenosas
1320	Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)
1410	Prados salgados mediterrânicos (<i>Juncetalia maritim</i>)
1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocometea fruticosi</i>)
1430	Matos halonitrófilos (<i>Pegano-Salsoletea</i>)

Espécies

Fauna	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Alosa alosa</i>
B-II	<i>Alosa fallax</i>
B-II	<i>Lampetra fluviatilis</i>
B-II	<i>Petromyzon marinus</i>
A-I	<i>Egretta garzetta</i>

A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Plegadis falcinellus</i>
A-I	<i>Platalea leucorodia</i>
A-I	<i>Phoenicopterus ruber</i>
A-I	<i>Circus aeruginosus</i>
A-I	<i>Pandion haliaetus</i>
A-I	<i>Falco peregrinus</i>
A-I	<i>Himantopus himantopus</i>
A-I	<i>Recurvirostra avosetta</i>
A-I	<i>Glareola pratincola</i>
A-I	<i>Charadrius alexandrinus</i>
A-I	<i>Pluvialis squatarola</i>
A-I	<i>Calidris alpina</i>
A-I	<i>Limosa limosa</i>
A-I	<i>Tringa totanus</i>
B-II	<i>Lutra lutra</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a pressão urbanística, urbanização desregrada e dispersa, implantação de zonas industriais e de equipamento, drenagem com o objectivo de reconversão das zonas de sapal e sedimentos entre-marés e poluição das linhas de água.

Tapada e Vales de Mafra

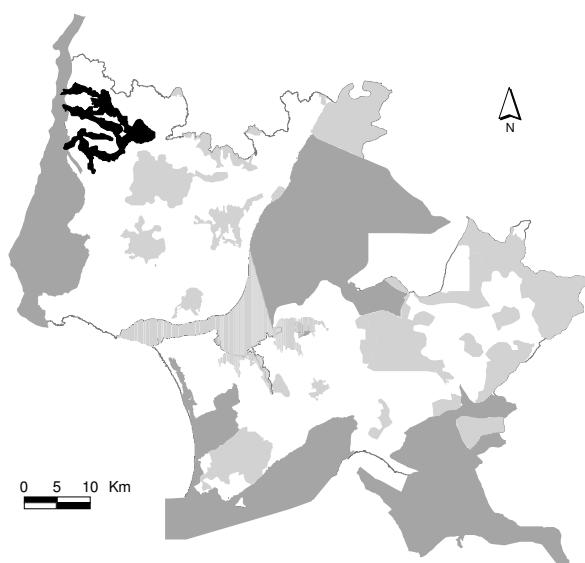


Figura 30 – Tapada e Vales de Mafra

Localização

Os vales de Mafra situam-se no concelho com o mesmo nome, especificamente nas bacias do rio Lizandro, encosta sul do Rio Safarujó, rio do Cuco, ribeiras de Santo Isidro, do Sobral, da Picanceira e da Carrasqueira; os cursos de água derivam da Tapada de Mafra

Estatuto legal

Não tem

Valores naturais

Os principais valores naturais estão associados a comunidades vegetais de elevado valor ecológico, como redutos de carvalhais e outras formações boscosas, manchas de vegetação ripícola bem conservada e comunidades arbustivas associadas ao subcoberto de eucalipto e pinheiro sobre arenitos ácidos, onde ocorre a espécie rara *Drosophyllum lusitanicum*. A orientação dos vales e a forte pendente das vertentes potencia a ocorrência de espécies que beneficiam da humidade proveniente do mar. Relativamente aos valores faunísticos, destaca-se a presença do lagarto-de-água, espécie incluída nos Anexos II e IV da Directiva Habitats, algumas espécies de aves rupícolas com distribuição restrita, como o Bufo-real *Bubo bubo*, e a Águia de Bonelli, que nidifica na Tapada de Mafra, um dos escassos locais de nidificação na AML.

Habitats

Código	Habitat
4030	Charnecas secas europeias
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6210	Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco - Brometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas)
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>

Espécies

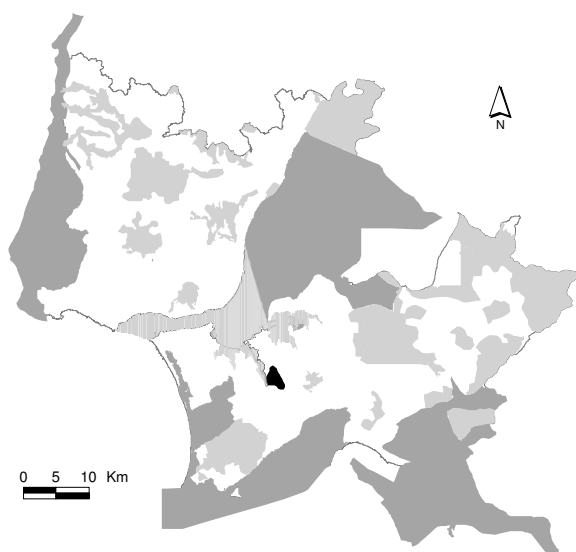
Flora	
Anexo	Espécie
B-V	<i>Ulex densus</i>
B-II	<i>Silene longicilla</i>
B-V	<i>Ruscus aculeatus</i>
Fauna	
B-II	<i>Chondrostoma lusitanicum</i>

B-IV	<i>Triturus marmoratus</i>
B-IV	<i>Pelobates cultripipes</i>
B-II, IV	<i>Discoglossus galganoi</i>
B-IV	<i>Alytes obstetricans</i>
B-V	<i>Rana perezi</i>
B-IV	<i>Hyla meridionalis</i>
B-II	<i>Lacerta schreiberi</i>
B-IV	<i>Coluber hippocrepis</i>
B-II, IV	<i>Mauremys leprosa</i>
A-I	<i>Hieraaetus fasciatus*</i>
A-I	<i>Circaetus gallicus</i>
A-I	<i>Bubo bubo</i>
A-I	<i>Caprimulgus europaeus</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-V	<i>Genetta genetta</i>
B-V	<i>Herpestes ichneumon</i>
B-V	<i>Mustela putorius</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, abertura de novos caminhos e desmatamento de subcoberto, incêndios florestais, regularização e limpeza de linhas de água, produção de hortofrutícolas em grande extensão e florestação de grandes manchas de eucalipto ou outras espécies exóticas.

Mata Nacional da Machada



Localização

Situa-se no concelho do Barreiro, entre as povoações de Coima, Palhais e Santo António da Charneca

Estatuto legal

Mata Nacional sob gestão da Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Figura 31 – Mata Nacional da Machada

Valores naturais

Os principais valores naturais desta área dizem respeito principalmente à flora e vegetação, nomeadamente às comunidades arbustivas associadas a areias podzolizadas e arenitos ácidos, onde estão presentes espécies dos Anexos II e IV da Directiva Habitats. Em locais onde a água subterrânea aflora à superfície, são ocupados por matos húmidos de *Erica ciliaris*, *Ulex minor* onde ocorrem espécies raras e como *Erica erigena*, *Euphorbia uliginosa* e *Cheirolophus uliginosus*. Nesta área são também relevantes as formações de *Juniperus navicularis* e matos xerófilos sobre areias secas.

Habitats

Código	Habitat
1320	Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)
1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornetea fruticosi</i>)
*2250	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavenduletalia</i>
*4020	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5330	Matos termo-mediterrânicos pré-desérticos
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Sobreirais

Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-IV	<i>Thymus villosus</i> subsp. <i>villosus</i>

B-IV	<i>Thymus capitellatus</i>
------	----------------------------

Conflitos e ameaças

Desmatamento frequente do subcoberto florestal e avanço de espécies exóticas com potencial invasor (*Acacia* spp. e *Hakea sericea*).

Parque Florestal de Monsanto

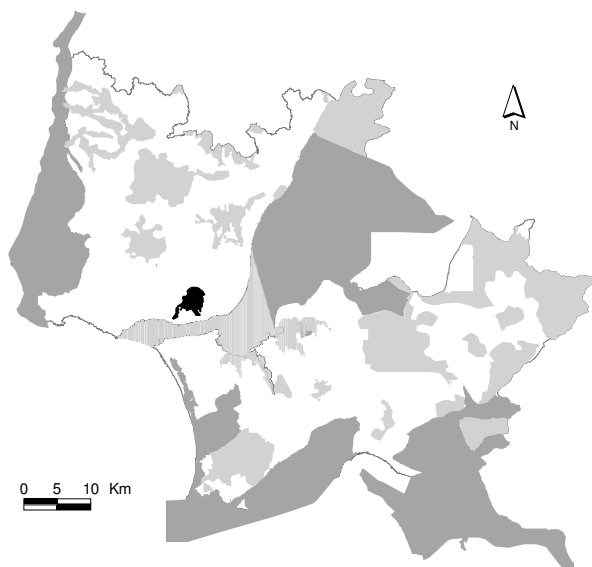


Figura 32 – Parque Florestal de Monsanto

Localização

Situa-se na serra de Monsanto, integrando sete freguesias do Concelho de Lisboa: Benfica, S. Domingos de Benfica, Campolide, Santa Maria de Belém, São Francisco Xavier, Ajuda e Alcântara

Estatuto legal

Gerido pela Câmara Municipal de Lisboa, sob Regime Florestal

Valores naturais

Consiste num núcleo de biodiversidade no contexto de uma zona densamente edificada, que inclui manchas de carvalho bem conservadas e em recuperação. Embora seja considerável a percentagem de área ocupada por vegetação sinantrópica, subsistem algumas áreas onde ocorrem formações boscosas com quercíneas. No subcoberto da enorme mancha florestal os matagais de aroeira (*Pistacia lentiscus*) e medronheiro (*Arbutus unedo*) apresentam-se também muito desenvolvidos. Associada aos basaltos ocorre muito pontualmente *Jonopsidium acaule*, espécie prioritária do Anexo II da directiva Habitats.

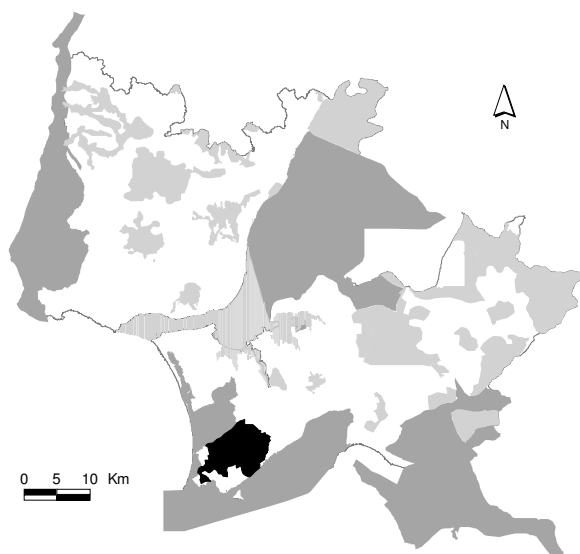
Espécies

Flora	
B-II	<i>Jonopsidium acaule</i>
Fauna	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são os incêndios, perturbação e pisoteio.

Pinhais de Sesimbra



Localização

Situam-se no concelho de Sesimbra, na área compreendida entre a Lagoa de Albufeira, a Aldeia do Meco, Zambujal, Alto das Vinhas e a Quinta do Conde, adjacentes a oeste e a sul ao Sítio da Rede Natura Arrábida-Espichel

Estatuto legal

Não tem

Figura 33 – Pinhais de Sesimbra

Valores naturais

Área dominada por povoamentos de pinheiro (*Pinus pinaster*) sobre areias dunares, arenitos e depósitos de aluvião. O subcoberto é muito rico em comunidades arbustivas, sendo de destacar as formações dominadas por *Juniperus navicularis* e os matos húmidos, ambos habitats prioritários da Directiva Habitats. A riqueza biológica da área está também relacionada com a presença de charcos temporários, com uma vegetação muito específica e de elevado valor de conservação, e com manchas bem conservadas de salgueirais e outra vegetação ripícola em áreas contíguas à Lagoa de Albufeira.

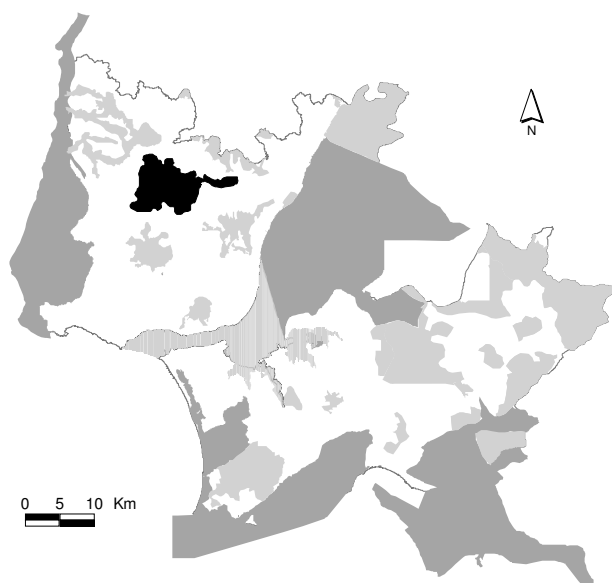
Habitats

Código	Habitat
2230	Dunas com prados de <i>Malcomietalia</i>
*2250	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavanduetalia</i>
*4020	Chamecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Chamecas secas europeias
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a urbanização e os incêndios florestais.

Vulcões de Mafra, Sintra e Loures



Localização

Situam-se nos concelhos de Mafra, Loures e Sintra; esta região tem por limites aproximados a Malveira, Igreja Nova, Almargem do Bispo e Lousa/Fanhões

Estatuto legal

Não tem

Figura 34 – Vulcões de Mafra, Sintra e Loures

Valores naturais

Englobam os mais representativos cones e agulhas vulcânicas da AML. Os cones vulcânicos elevam-se a grandes cotas altimétricas, gerando ambientes microclimáticos específicos. Apresentam grande densidade de linhas de água, algumas de carácter torrencial e outras permanentes, com galerias ripícolas de freixiais e salgueirais. Evidenciam valores muito diversificados do ponto de vista florístico, integrando vegetação das formações calcárias, matos acidófilos, vegetação típica de zonas húmidas e atlânticas e bosques nos vales profundos, com predominância de carvalhos e loureiros. Ocorrem várias espécies incluídas nos anexos da Directiva Habitats, bem como outras espécies raras e endémicas, onde se destacam *Allium pruinaum* e *Avenula sulcata* subsp. *occidentalis*, que se encontra no seu limite setentrional de distribuição. Encontram-se também várias espécies características de zonas mais húmidas de carácter atlântico, como *Cheirolophus uliginosus*, *Cirsium filipendulum* ou *Erica ciliaris*. Destaca-se ainda a presença de bosques, essencialmente em vales profundos, com uma combinação assinalável de várias espécies de carvalhos, como *Quercus faginea* subsp. *broteroi*, *Q. pyrenaica*, *Q. suber*, *Q. rotundifolia* e algumas formas híbridas, ocorrendo em subcoberto importantes formações de loureiros (*Laurus nobilis*). Do ponto de vista faunístico há a destacar a presença do lagarto-de-água, espécie ibérica endémica. É uma área de grande valor do ponto de vista geológico, integrando dois Sítios Classificados: Campo Lapiás de Negrais e Campo de Lapiás da Granja de Serrões. Esta área integrou o sítio proposto da Rede Natura Ericeira-Praia de Vide, ao abrigo da Directiva Habitats, que acabou, contudo, por não ser designado.

Habitats

Código	Habitat
*4020	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
*6110	Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Allyso-Sedion albi</i>
6210	Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco - Brometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>

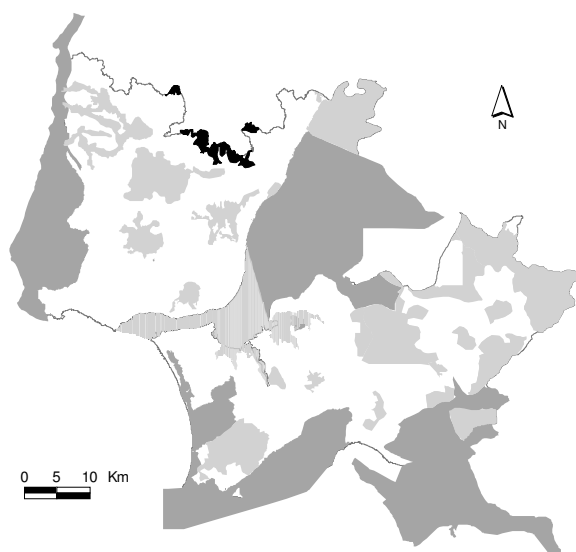
Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Leuzea longifolia</i>
B-IV	<i>Thymus villosus</i> subsp. <i>villosus</i>
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-II	<i>Armeria pseudarmeria</i>
Fauna	
B-II	<i>Lacerta schreiberi</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, estabelecimento e exploração de pedreiras e areiros, abertura de novos caminhos, queima de relvados espontâneos e matos, desmatização, agricultura de sequeiro e pastagens, hortofruticultura, sobrepastoreio, poluição e eutrofização de solos e aquíferos.

Matos de Almeirinhos, Bucelas e Arruda dos Vinhos



Localização

Situam-se no extremo norte da AML e integram três Concelhos: Mafra, Loures e Vila Franca de Xira. As localizações aproximadas destas três manchas são, respectivamente, 1) entre S. Sebastião, Bispeira e Aldeia da Serra; 2) uma mancha de maior dimensão, entre Sapataria, Vila de Canas, Ribeira, Bucelas e Vila de Rei; e 3) a última na proximidade de Arruda dos Vinhos

Estatuto legal

Não tem

Figura 35 – Matos de Almeirinhos, Bucelas e Arruda dos Vinhos

Valores naturais

É uma área caracterizada pela grande extensão de matos e imponentes afloramentos de rocha calcária, onde ocorrem prados de *Brachypodium phoenicoides* (importantes habitats de orquídeas) e manchas de dimensão considerável de bosque de *Quercus faginea*.

Nos afloramentos calcários ocorrem importantes núcleos do raríssimo *Senecio lagascanus* subsp. *lusitanicus*, planta endémica do oeste calcário português.

Habitats

Código	Habitat
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
*6110	Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Allyso-Sedion albi</i>
6210	Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (importantes habitats de orquídeas)
*6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>

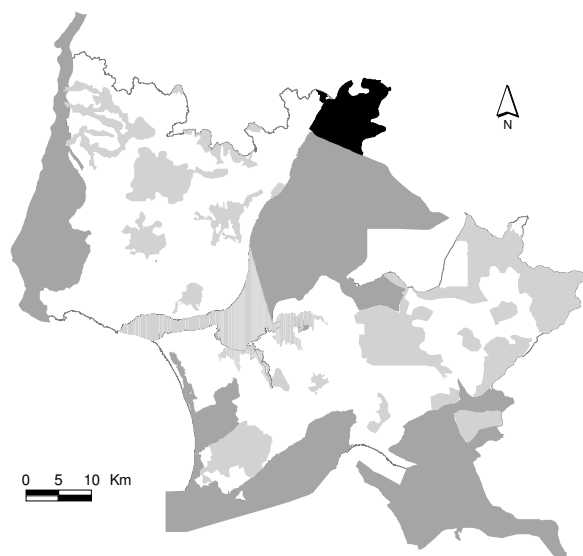
Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Arabis sadina</i>
B-II	<i>Iberis procumbens</i> subsp. <i>microcarpa</i>
B-II	<i>Jonopsidium acaule</i>
B-II	<i>Narcissus calcicola</i>
B-II	<i>Silene longicilia</i>
B-IV	<i>Senecio lagascanus</i> subsp. <i>lusitanicus</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbana e o estabelecimento e exploração de pedreiras.

Lezíria do Tejo



Localização

Corresponde ao extremo norte da várzea do estuário do Tejo pertencente à AML, adjacente à Área Primária do Estuário do Tejo. Localiza-se na margem esquerda do estuário, entre o limite da ZPE e o limite do concelho de Vila Franca de Xira.

Estatuto legal

Não tem

Figura 36 – Lezíria do Tejo

Valores naturais

É caracterizada por uma extensa área agrícola, associada a uma rede de canais de água. As margens das valas de drenagem e solos aluvionares, não ocupados por uso agrícola, correspondem a áreas onde se estabeleceu uma vegetação ripícola dominada por formações arbóreas de salgueiro-branco (*Salix neotricha*) e choupo-negro (*Populus nigra*). Inclui também áreas de sedimentos entre-marés e arrozais, habitats de alimentação e repouso fundamentais para várias espécies de aves aquáticas, protegidas ao abrigo da Directiva Aves. Esta área complementa e propicia uma continuidade da ZPE do Estuário do Tejo, incluída na Área Primária do Estuário do Tejo.

Habitats

Código	Habitat
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

Espécies

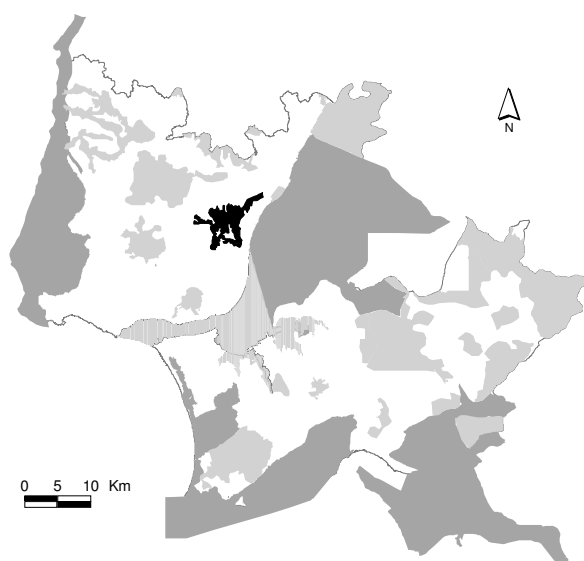
Fauna	
Anexo	Espécie
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Platalea leucorodia</i>
A-I	<i>Phoenicopterus roseus</i>
A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Plegadis falcinellus</i>
A-I	<i>Platalea leucorodia</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Circus aeruginosus</i>
A-I	<i>Circus cyaneus</i>
A-I	<i>Circus pygargus</i>
A-I	<i>Hieraaetus pennatus</i>
A-I	<i>Falco peregrinus</i>
A-I*	<i>Tetrax tetrax</i>
A-I	<i>Himantopus himantopus</i>
A-I	<i>Recurvirostra avosetta</i>
A-I	<i>Glareola pratincola</i>
A-I	<i>Pluvialis apricaria</i>
A-I	<i>Philomachus pugnax</i>
A-I	<i>Limosa limosa</i>
A-I	<i>Sterna sandvicensis</i>
A-I	<i>Sterna albifrons</i>
A-I	<i>Chlidonias hybrida</i>

A-I	<i>Asio flammeus</i>
A-I	<i>Alcedo atthis</i>
A-I	<i>Melanocorypha calandra</i>
A-I	<i>Calandrella brachydactyla</i>
B-II	<i>Lutra lutra</i>
B-IV	<i>Myotis daubentonii</i>
B-IV	<i>Pipistrellus</i> sp.
B-IV	<i>Eptesicus serotinus</i>

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a limpeza da vegetação palustre de valas de irrigação e linhas de água, aumento do grau de intensificação agrícola, alteração das práticas agrícolas, intensificação da prática cinegética e/ou piscatória, desenvolvimento de infra-estruturas viárias, alteração da estrutura das edificações tradicionais, expansão urbano-industrial e a perturbação relacionada com actividades recreativas.

Várzea de Loures e Vialonga



Localização

Localiza-se na margem direita do Estuário do Tejo, na zona central do concelho de Loures, estendendo-se até ao limite sudoeste do concelho de Vila Franca de Xira.

Estatuto legal

Não tem

Figura 37 – Várzea de Loures e Vialonga

Valores naturais

É uma paisagem caracterizada pela presença de uma área agrícola extensa nos terrenos aluvionares do rio Trancão, sobre a influência da entrada de águas salobras provenientes do Estuário do Tejo. As vertentes rochosas que acompanham o curso de água são ocupadas por matagais densos de carrasco (*Quercus coccifera*) e zambujeiro (*Olea europea* var. *sylvestris*). Inclui também áreas de caniçal e sedimentos entre-marés, habitats importantes para várias espécies de aves aquáticas, protegidas ao abrigo da Directiva Aves.

Habitats

Código	Habitat
1430	Matos halonitrófilos (<i>Pegano-Salsoletea</i>)
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)

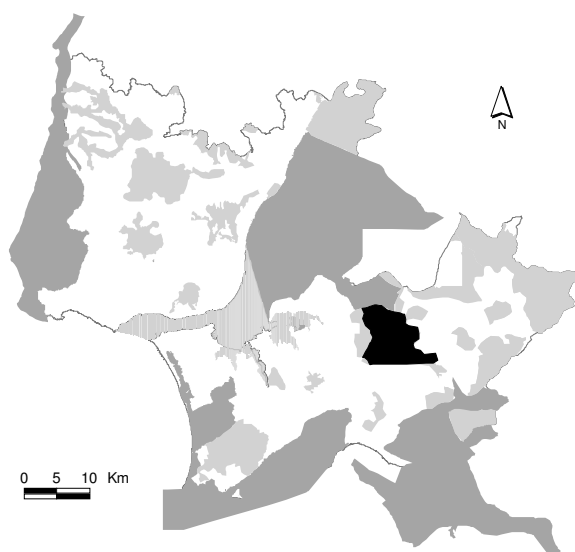
Espécies

Fauna	
Anexo	Espécie
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ardea purpurea</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Circus aeruginosus</i>
A-I	<i>Falco peregrinus</i>
A-I	<i>Larus melanocephalus</i>
A-I	<i>Alcedo atthis</i>
B-IV	<i>Pipistrellus</i> sp.

Conflitos e ameaças

Os principais conflitos e ameaças são a expansão urbano-industrial, poluição das linhas de água, degradação das galerias ripícolas e limpeza da vegetação palustre de valas e linhas de água, perturbação relacionada com actividades recreativas motorizadas e o corte de bosquetes e manchas florestais. A impermeabilização devida à expansão urbana e presença de infra-estruturas promove o desequilíbrio do sistema hidrológico, provocando consequências muito negativas sobre os valores naturais e o ordenamento do território.

Montados de Rio Frio



Localização

Situam-se nos concelhos de Palmela e Alcochete, entre o limite da ZPE do Estuário do Tejo, a norte, o Montijo, a oeste, o Pinhal Novo e o Poceirão, a sul, e Pegões, a leste.

Estatuto legal

Não tem

Figura 38 – Montados de Rio Frio

Valores naturais

Incluem uma extensa área de montado de sobreiro sobre areias e solos derivados de arenitos e conglomerados. O subcoberto é dominado por matos esclerófilos acidófilos. Nalguns locais, devido à impermeabilidade dos solos, ocorre uma vegetação típica de charcos temporários, com presença de espécies higrófilas raras.

Habitats

Código	Habitat
2250*	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>E. tetralix</i>
4030	Charnechas secas europeias
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

Espécies

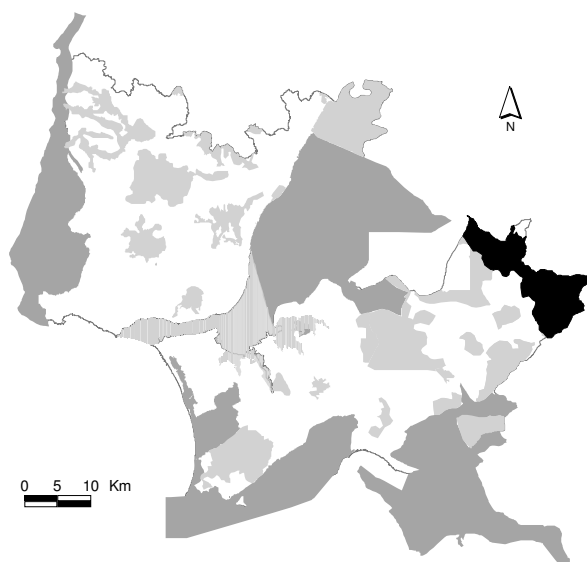
Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Armeria royana</i>
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-II	<i>Hyacinthoides vicentina</i>
B-II	<i>Salix salvifolia</i> subsp. <i>australis</i>
B-IV	<i>Thymus capitellatus</i>

Fauna	
Anexo	Espécie
B-IV	<i>Alytes cisternasii</i>
B-II,IV	<i>Discoglossus galganoi</i>
B-IV	<i>Pelobates cultripes</i>
B-IV	<i>Bufo calamita</i>
B-IV	<i>Podarcis hispanica</i>
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Pernis apivorus</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Milvus migrans</i>
A-I	<i>Circaetus gallicus</i>
A-I	<i>Hieraaetus pennatus</i>
A-I	<i>Burhinus oedichnemus</i>
A-I	<i>Pluvialis apricaria</i>
A-I	<i>Caprimulgus europaeus</i>
A-I	<i>Alcedo atthis</i>
A-I	<i>Galerida theklae</i>
A-I	<i>Lullula arborea</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus hipposideros</i>
B-II,IV	<i>Myotis bechsteinii</i>
B-II,IV	<i>Myotis myotis</i>
B-II,IV	<i>Myotis mystacinus</i>
B-IV	<i>Myotis nattereri</i>
B-IV	<i>Pipistrellus sp.</i>
B-IV	<i>Hypsugo savii</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus noctula</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus lasiopterus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus auritus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus austriacus</i>
B-IV	<i>Eptesicus serotinus</i>
B-II,IV	<i>Miniopterus schreibersi</i>
B-II,IV	<i>Microtus cabrerai</i>
B-II,IV	<i>Lutra lutra</i>

Conflitos e ameaças

Aumento da área agrícola e área de pastagens no subcoberto do montado, desmatção frequente das comunidades arbustivas que ocorrem no subcoberto e sobrepastoreio por bovinos.

Montados de Santo Estêvão



Localização

Situam-se no concelho do Montijo, no extremo noroeste da AML, ao longo da ribeira de Canha.

Estatuto legal

Não tem

Figura 39 – Montados de Santo Estêvão

Valores naturais

É uma área caracterizada por um mosaico de montados, povoamentos de pinheiro e eucalipto e áreas de arrozal de grande extensão. São também relevantes as formações arbustivas dominadas por matos esclerófilos acidófilos sobre solos derivados de areias, arenitos e conglomerados. Pontualmente, ocorrem comunidades de espécies higrófilas, arbustivas e herbáceas, associadas a solos com encharcamento temporário.

Habitats

Código	Habitat
2250*	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>E. tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

Espécies

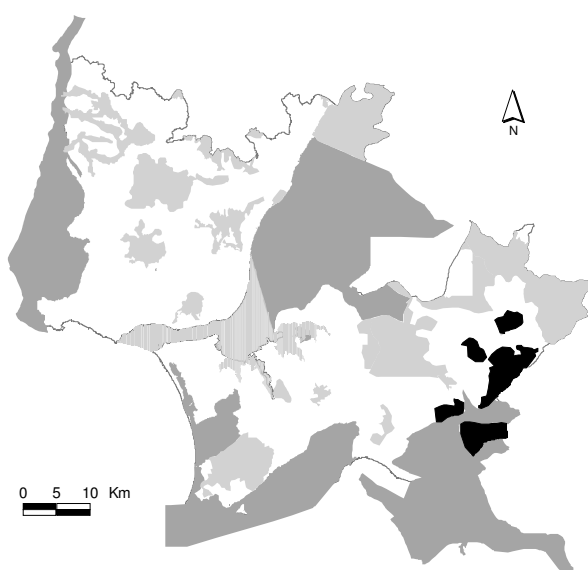
Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Armeria rouyana</i>
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-II	<i>Hyacinthoides vicentina</i>
B-II	<i>Salix salvifolia</i> subsp. <i>australis</i>
B-IV	<i>Thymus capitellatus</i>
Fauna	
Anexo	Espécie
B-IV	<i>Alytes cisternasii</i>
B-II,IV	<i>Discoglossus galganoi</i>
B-IV	<i>Pelobates cultripes</i>
B-IV	<i>Bufo calamita</i>
B-IV	<i>Podarcis hispanica</i>
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Milvus migrans</i>
A-I	<i>Circaetus gallicus</i>
A-I	<i>Hieraaetus pennatus</i>
A-I	<i>Burhinus oedicephalus</i>
A-I	<i>Caprimulgus europaeus</i>
A-I	<i>Galerida theklae</i>
A-I	<i>Lullula arborea</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus hipposideros</i>
B-II,IV	<i>Myotis bechsteinii</i>
B-II,IV	<i>Myotis myotis</i>
B-II,IV	<i>Myotis mystacinus</i>
B-IV	<i>Myotis nattereri</i>
B-IV	<i>Pipistrellus</i> sp.
B-IV	<i>Hypsugo savii</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus noctula</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus lasiopterus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus auritus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus austriacus</i>
B-IV	<i>Eptesicus serotinus</i>
B-II,IV	<i>Miniopterus schreibersi</i>

B-II,IV	<i>Microtus cabreræ</i>
B-II,IV	<i>Lutra lutra</i>

Conflitos e ameaças

Aumento da área agrícola e área de pastagens no subcoberto de montado, desmatção frequente dos subcobertos florestais, sobrepastoreio e aumento da área ocupada por povoamentos florestais de eucalipto.

Montados da Águas de Moura



Localização

Situam-se no limite leste do concelho de Palmela, sobrepondo ainda, em pequena extensão, uma parte do concelho de Setúbal.

Estatuto legal

Não tem

Figura 40 – Montados de Água Moura

Valores naturais

Incluem uma vasta área de montado de sobre, em mosaico com povoamentos de pinheiro-manso e áreas de agricultura intensiva. Geologicamente, fazem parte da formação da Marateca, que se caracteriza por solos de origem aluvionar, derivados de areias podzolizadas e arenitos do Miocénico. A ocorrência pontual de depressões húmidas, com encharcamento sazonal, acresce valor biológico a estas áreas.

Habitats

Código	Habitat
2250*	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.
2260	Dunas com vegetação esclerofila da <i>Cisto-Lavanduletalia</i>
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>E. tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias

6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

Espécies

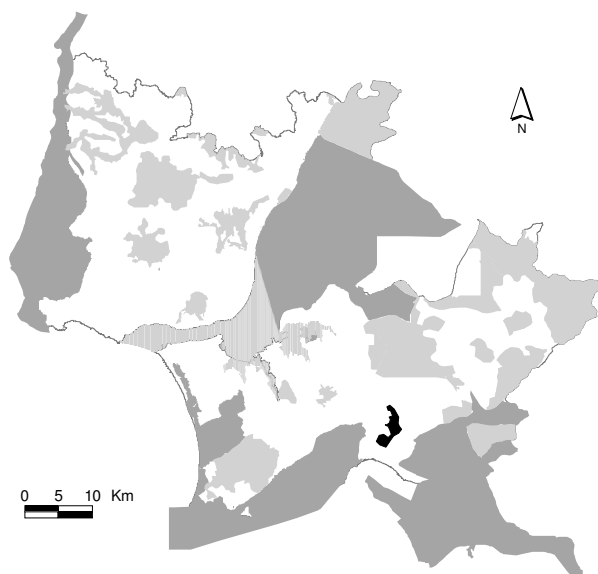
Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Armeria rouyana</i>
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-II	<i>Salix salvifolia</i> subps. <i>australis</i>
B-II	<i>Santolina impressa</i>
B-IV	<i>Thymus capitellatus</i>
Fauna	
Anexo	Espécie
B-IV	<i>Alytes cisternasii</i>
B-II,IV	<i>Discoglossus galganoi</i>
B-IV	<i>Pelobates cultripes</i>
B-IV	<i>Bufo calamita</i>
B-IV	<i>Podarcis hispanica</i>
A-I	<i>Egretta garzetta</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Milvus migrans</i>
A-I	<i>Circaetus gallicus</i>
A-I	<i>Hieraaetus pennatus</i>
A-I	<i>Burhinus oediconemus</i>
A-I	<i>Caprimulgus europaeus</i>
A-I	<i>Galerida theklae</i>
A-I	<i>Lullula arborea</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus hipposideros</i>
B-II,IV	<i>Myotis bechsteinii</i>
B-II,IV	<i>Myotis myotis</i>
B-II,IV	<i>Myotis mystacinus</i>
B-IV	<i>Myotis nattereri</i>
B-IV	<i>Pipistrellus</i> sp.
B-IV	<i>Hypsugo savii</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus noctula</i>

B-II,IV	<i>Nyctalus lasiopterus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus auritus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus austriacus</i>
B-IV	<i>Eptesicus serotinus</i>
B-II,IV	<i>Miniopterus schreibersi</i>
B-II,IV	<i>Microtus cabreræ</i>
B-II,IV	<i>Lutra lutra</i>

Conflitos e ameaças

Aumento da área agrícola e área de pastagens no subcoberto de montado, sobrepastoreio e aumento da área ocupada por povoamentos florestais de eucalipto.

Montados de Palmela



Localização

Distribuem-se entre o limite sul do concelho de Palmela e o limite norte do concelho de Setúbal.

Estatuto legal

Não tem

Figura 41 – Montados de Palmela

Valores naturais

Esta área é caracterizada por manchas de montado de sobre, em mosaico com áreas agrícolas e povoamentos de pinheiro manso. O subcoberto é essencialmente herbáceo, mas nalguns locais ocorre um estrato arbustivo bem desenvolvido, que ocupa solos derivados de arenitos.

Habitats

Código	Habitat
4030	Charnechas secas europeias
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene

Espécies

Flora	
Anexo	Espécie
B-II	<i>Euphorbia transtagana</i>
B-IV	<i>Thymus capitellatus</i>
Fauna	
Anexo	Espécie
B-IV	<i>Pelobates cultripes</i>
B-IV	<i>Bufo calamita</i>
B-IV	<i>Podarcis hispanica</i>
A-I	<i>Ciconia ciconia</i>
A-I	<i>Elanus caeruleus</i>
A-I	<i>Milvus migrans</i>
A-I	<i>Circaetus gallicus</i>
A-I	<i>Hieraaetus pennatus</i>
A-I	<i>Burhinus oedicephalus</i>
A-I	<i>Caprimulgus europaeus</i>
A-I	<i>Galerida theklae</i>
A-I	<i>Lullula arborea</i>
A-I	<i>Sylvia undata</i>
B-II,IV	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>
B-II,IV	<i>Myotis bechsteinii</i>
B-II,IV	<i>Myotis myotis</i>
B-II,IV	<i>Myotis mystacinus</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus noctula</i>
B-II,IV	<i>Nyctalus lasiopterus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus auritus</i>
B-II,IV	<i>Plecotus austriacus</i>

Conflitos e ameaças

Aumento da área agrícola e área de pastagens no subcoberto de montado, e sobrepastoreio.



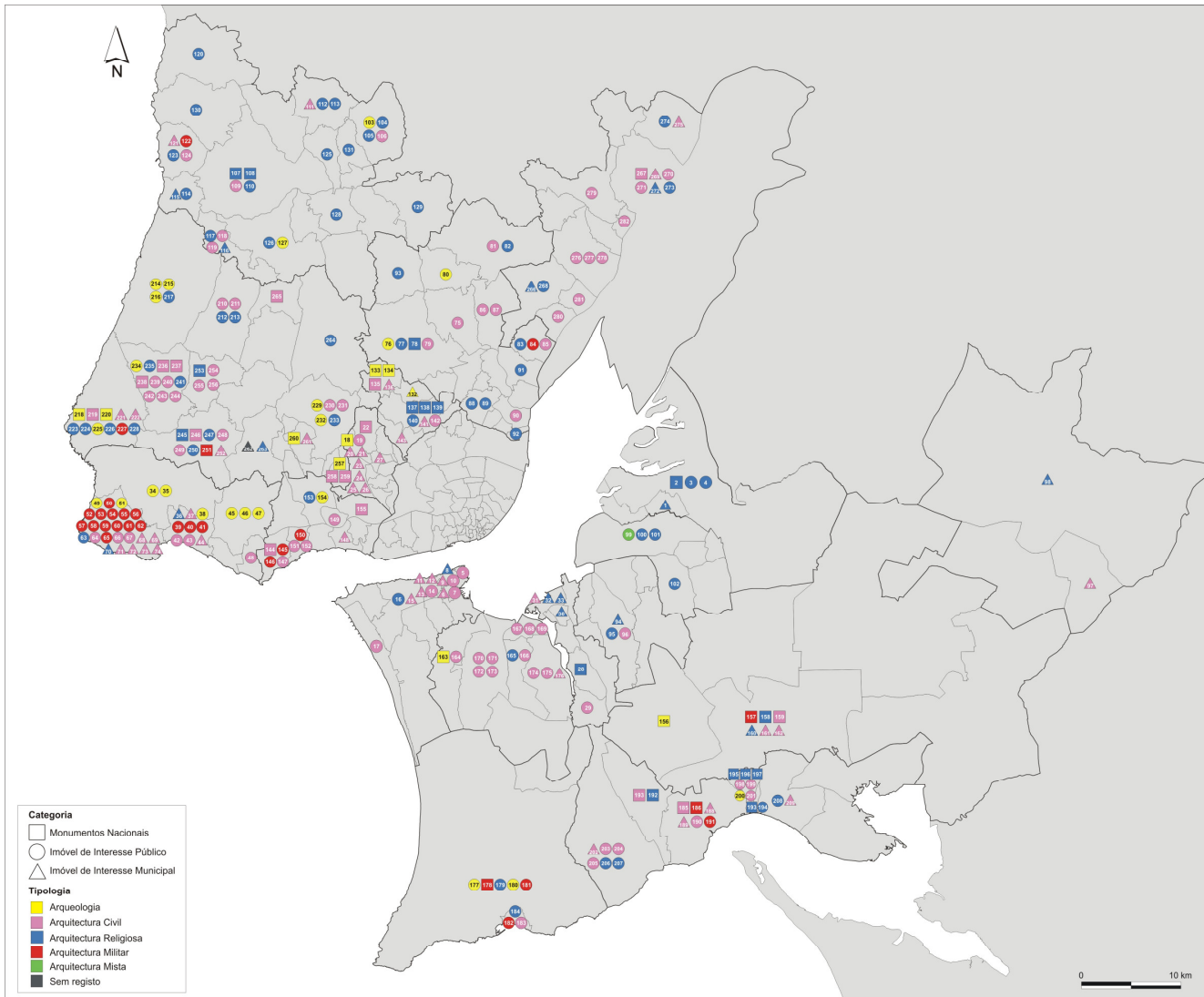


Figura 42 – Carta do Património – AML (por freguesia)

1. Pórtico do Antigo do antigo Convento de São Francisco	96. Pelourinho de Alhos Vedros	190. Forte de Santiago do Outão
2. Igreja Matriz de Alcochete / Igreja de São João Baptista	97. Fontanário de Pegões Velhos	191. Palácio e Quinta da Bacalhoa em Vila Fresca de Azeitão/Palácio dos Albuquerque; Quinta do Bacalho
3. Capela de Nossa Senhora da Vila / Antiga Capela do Espírito Santo	98. Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira/Igreja Paroquial de São Sebastião de Canha	192. Cruz das Vendas/Cruz das Vendas (Azeitão)
4. Igreja da Misericórdia de Alcochete	99. Casa da Quinta do Pátio de Água e Ermida de Santo António/Casa da Quinta de Santo António	193. Portal da Gafaria
5. Fábrica Românica de Salga de Cavalhas / Cavalhas - Largo Alfredo Dinis	100. Igreja Matriz do Monte/Igreja do Espírito Santo100. Igreja Matriz do Monte/Igreja do Espírito Santo	194. Igreja de Santa Maria da Graça/Sé de Setúbal
6. Nora de ferro, situada nos terrenos da Escola Preparatória da Cova da Piedade	101. Igreja da Misericórdia do Monte	195. Igreja do antigo Mosteiro de Jesus e claustru, incluindo a primitiva casa do Capítulo/Convento de Jesus de Setúbal
7. Fábrica de Moagem do Caramujo (antiga)	102. Igreja de São Jorge e Ermida de Nossa Senhora da Piedade	196. Igreja de São Julião de Setúbal
8. Edifício da antiga Igreja de São Sebastião	103. Povoação da Serra do Socorro e Capela de Nossa Senhora do Socorro (parte superior da Serra do Socorro)	197. Cruzeiro de Setúbal/Cruzeiro do Largo de Jesus
9. Quinta de São Francisco de Borja	104. Igreja de Nossa Senhora da Encarnação/Antiga Lobagueira dos Lobatos	198. Edifício do "Grande Salão Recreio do Povo"
10. Palácio da Cereja	105. Ermida de Nossa Senhora do Codegal	199. Aqueduto de Setúbal/Aqueduto dos Arcos; Aqueduto da Estrada dos Arcos
11. Quinta de São Miguel	106. Pelourinho de Enxara dos Cavaleiros	200. Fábrica Romana de Salga, nas caves do edifício na Travessa de Frei Gaspar, nº 10/Fábrica Romana de Salga, em Setúbal
12. Quinta de Santo António ou da Bela Vista	107. Convento e Basílica de Matra/Palácio Nacional de Matra/Museu de Escultura Comparata	201. Escadaria que dá acesso ao atiro superior da Misericórdia
13. Quinta de Santa Rita, incluindo a Casa de Fresco e o poço	108. Igreja de Santo André	202. Fontanário em Vila Nogueira de Azeitão/Chafariz dos Fasmados
14. Quinta de São Lourenço	109. Pelourinho de Mafra	203. Palácio dos Duques de Aveiro/Paço dos Duques de Aveiro
15. Solar da Quinta de Nossa Senhora da Conceição, incluindo o celeiro, o pombal, a nora e o jardim	110. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, paroquial de Enxara do Bispo (Mafra)	204. Palácio da Quinta das Torres/Quinta das Torres
16. Capela de São Tomás de Aquino / Ermida de São Tomás de Aquino	111. Solar da Quinta do Pato/Quinta da Família Pato e Cunha/Quinta do Pato	205. Pelourinho de Vila Nogueira de Azeitão/Pelourinho de Azeitão
17. Pelourinho de Almada	112. Capela de Santa Cristina e Cruzeiro adjacente	206. Conventinho da Arrábida e Mata de Carvalhos
18. Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã ou Careneque // Grutas artificiais de Careneque Necrópole de Careneque	113. Igreja de São Pedro de Ginhões	207. Igreja de São Lourenço
19. Aqueduto da Gafaria	114. Ermida de São Julião (Carvoeira, Matra)	208. Igreja Paroquial de São Sebastião/Igreja do antigo Convento de São Domingos, incluindo parte do claustro anexo a Igreja
20. Fachada da Casa do Infanzado / Palácio da Porcalhota	115. Igreja de Nossa Senhora do El-Rei/ Igreja de Nossa Senhora do Porto	209. Casa de Boage
21. Fachada de Moradia Neo-Romântica na Amadora	116. Capela do Espírito Santo (Cheleiros, Mafra)	210. Fonte de Amêlis/Fonte dos Mouros
22. Aqueduto das águas Livres, seus afluente e correlacionados	117. Igreja Paroquial de Cheleiros	211. Fonte de Gabriela/Fonte Velha
23. Ponte Filipina de Careneque de Baixo	118. Pelourinho de Cheleiros/Pelourinho de Cheleiros (fragmentos dispersos)	212. Igreja de São João Dopoldo, incluindo o respectivo adro/Igreja Matriz de Terrugem
24. Recreios da Amadora (fachada)	119. Ponte antiga em Cheleiros	213. Capela de São Sebastião
25. Casa Agrigó Gomes / Centro Ciência Viva da Amadora	120. Portal manuelino da antiga Capela do Espírito Santo de Alcaíça Grande	214. Calçada e ponte romanas e azenhas na Catribana
26. Parque Delfino Olisiponenses	121. Edifício na Praça da República/edifício onde funcionou o Café Arcadas	215. Huílas de S. Miguel em Odrinhas/Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas
27. Casal da Falagueira de Cima (Casa da Ordem de Malta) e Azenha	122. Zona envolvente do Forte de Mifre/Forte de São Pedro	216. Conjunto Megalítico de Barreira/Minéras da Barreira
28. Portico da antiga Igreja de Palhas / Portico manuelino da Igreja de Nossa Senhora de Palhas	123. Igreja de São Pedro, paroquial da Ericeira	217. Igreja Matriz de São João das Lampas, incluindo o respectivo adro/Igreja de São João Baptista
29. Real Fábrica de Candeias	124. Pelourinho da Ericeira	218. Monumento pré-histórico da Praia das Maças
30. Convento da Madre de Deus da Verdereira	125. Igreja matriz de São Silvestre do Gradil/Igreja de São Silvestre	219. Pelourinho de Colares
31. Edifício dos Paços do Concelho do Barreiro	126. Pórtico da torre sineira, pórtico da galilé e pia baptismal da Igreja Nova de Mafra	220. Anta de Adrenunes
32. Portal Manuelino da Ermida de São Sebastião	127. Penedo de Lovim	221. Quinta de Vale de Marinha
33. Igreja da Misericórdia do Barreiro	128. Igreja de São Miguel de Alcaíça	222. Conjunto formado pela Casa dos Latetas/Vila Cosme
34. "Vila" romana do Alto do Cidreira	129. Igreja de São Miguel e Cruzeiro do Adro	223. Capela de Santo António/Capela de Nossa Senhora das Mercês
35. Cemitério Visigótico de Alcolido/Cemitério do Alto da Peça	130. Igreja de Santo Isidoro de Mafra	224. Capela da Misericórdia de Colares/Antiga Capela da Família Melo e Castro
36. Capela de Nossa Senhora do Livramento, incluindo fontanário fronteiro e o cruzeiro	131. Igreja de Vila Franca do Rosário	225. Vila romana de Santo André de Almogademe
37. Edifício na Avenida das Acácias, nº 34/Vila Ralph	132. Povoação Fortificada da Serra da Amoreira	226. Santuário da Peninha/Capela de Nossa Senhora da Penha e dependências
38. Grutas artificiais de Alapraa/Necrópole Neolítica de Alapraa	133. Dólmen das Pedras Grande	227. Forte da Roca
39. Forte de Santo António da Barra/Forte Velho	134. Dólmen conhecido por "Dólmen do Silo das Batalhas"	228. Convento da Santa Ana da Ordem do Carmo/Convento de Sant' Ana da Ordem do Carmo e respectiva cerca
40. Forte de São Teodósio/Forte da Cadaveira	135. Aqueduto das Águas Livres, seus afluente e correlacionados	229. Ruínas da antiga barragem romana donde parte um aqüeduto para Olisipo
41. Forte de São Pedro/Forte da Poça	136. Conjunto das cinco fontes de Caneças (Fontainhas, Pissarras, Passarinhos, Castelo de Vide e Castanheiros)	230. Casa e Quinta do Bonjardim
42. Edifício da antiga garagem, cocheira e cavalariagem da casa de António Santos Jorge/Cocheiras de Santos Jorge	137. Memorial de Odivelas	231. Quinta do Senhor da Serra/Quinta do Marquês; Quinta dos Marqueses de Belas; Paço Real de Belas
43. Edifício na Rua Engenheiro Álvaro Pedro de Sousa/Casal de Monserrate Primitiva casa do Engenheiro Álvaro de Sousa	138. Mosteiro de Odivelas/Mosteiro de S. Dinis	232. Monumento megalítico do Peço Longo/Monumento megalítico de D. Maria
44. Ponte Filipina de São Pedro do Estoril	139. Igreja da Póvoa de Santo Adrião	233. Pórtico manuelino da Igreja Matriz de Belas/Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
45. Vila romana de Outeiro de Poimã	140. Igreja do Santíssimo Nome de Jesus, Matriz de Odivelas	234. Necrópole pré-histórica do vale de São Martinho
46. "Vila" romana de Mira	141. Palácio na Rua Dr. Alexandre Braga e logradouro	235. Capela de São Mamede de Janas
47. "Vila" romana de Freixia	142. Patrão do Senhor Roubado	236. Palácio Nacional de Sintra/Palácio da Vila
48. Quinta do Barão, incluindo o solar, jardins e adega	143. Imóvel conhecido como "Velho Mirante"	237. Antigo repuxo da Vila de Sintra/Antigo repuxo manuelino da Vila de Sintra
49. Gruta do Pote Velho	144. Palácio do Marquês de Palmela, Jardim, Casa de Pesca e Cascata/Palácio e Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal	238. Quinta da Penha Verde/Solar da Quinta da Penha Verde
50. Forte Novo (tropa de muralha)	145. Torre de São Lourenço/Torre do Bugio; Fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca	239. Palácio da Regaleira/Quinta da Regaleira, incluindo o palácio, capela, torres, complexo subterrâneo, jardim
51. Estação lusitana-romana dos Casais Velhos/Ruínas dos Casais Velhos	146. Forte de São Julião da Barra	240. Palácio da Quinta do Relógio
52. Forte do Guincho/Forte das Velas	147. Pelourinho de Oeiras/Pelourinho da Vila de Oeiras	241. Convento dos Capuchos
53. Forte de Nossa Senhora da Guia	148. Ponte do século XVII sobre o Rio Jamor	242. Palácio de Monserrate, mata e jardins
54. Forte de Oitavos/Forte de São Jorge; Núcleo Museológico do Forte de S. Jorge dos Olivares	149. Casa de D. Miguel/Via Caetã; Edifício em Queijas	243. Palácio de Seteais construções e terreno vedado, jardins, terraços e Quinta
55. Troço ainda existentes da antiga muralha da vila de Cascais	150. Forte de São Bruno, em Cascais	244. Pelourinho de Sintra
56. Vigia do Facho	151. Jardins, esculturas e duas salas com pintura decorativa, no antigo Paço Real de Cascais	245. Igreja da Penha Longa
57. Base da muralha que ligava os dois baluartes da Praia da Ribeira	152. Fornos de Cal (conjunto de S)	246. Palácio Nacional da Pena
58. Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais	153. Capela de Nossa Senhora da Conceição/Quinta de Sinel de Cordes; Quinta de Nossa Senhora da Conceição	247. Capela de São Lázaro
59. Batería Alta ao norte da Praia da Água Doce/Bateria da Alta; Hotel do Guincho	154. Estação Eneolítica de Leceia	248. Palácio e Quinta do Ramalhão/Paço Real do Ramalhão; Colégio de São José das Irmãs Dominicanas Portuguesas
60. Cortinas de Aliradores	155. Aqueduto das Águas Livres, seus afluente e correlacionados	249. Chafet da Condessa de Edla/Chalé da Condessa
61. Forte de Crismina/Bateria de Crismina	156. Grutas da Cúmia do Anjo/Grutas do Casal do Parto Covas da Moura	250. Sítio de Santa Eufémia da Serra, incluindo a ermida de Santa Eufémia/Conjunto Monumental de Santa Eufémia
62. Forte de Nossa Senhora da Conceição (restos das muralhas)	157. Castelo de Palmela	251. Castelo dos Mouros e sistema
63. Capela de Nossa Senhora da Nazaré	158. Igreja de Santiago de Palmela	252. Fonte de São Pedro de Penaferrim/Fonte de São Pedro de Sintra
64. Mareógrafo de Cascais	159. Pelourinho de Palmela	253. Igreja de Santa Maria
65. Forte de Santa Marta	160. Capela de São João Baptista/Capela de Malta; Capela de Rodos	254. Casa do Cipreste, incluindo a cerca
66. Edifício dos antigos Paços do Concelho	161. Casa-Teatro São João (Palmela)/Biblioteca Municipal de Palmela	255. Quinta dos Ribeiros/Quinta da Torre dos Ribeiros
67. Palácio dos Condes de Castro Guimarães/Torre de São Sebastião	162. Chafariz D. Maria I	256. Quinta de São Sebastião, Capela, Casa e mais edifícios de apoio
68. Casa Lencastre/Casa Monteiro; Casa dos Pelicanos; Albergaria dos Pelicanos	163. Orlana romana da Quinta do Rouxinol/Núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal	257. Antas de Belas/Anta do Monte Abraão; Monte Abraão; Anta da Estria; Anta do Senhor da Serra
69. Palácio dos Duques de Loulé ou Casa Loulé/Hotel Albatroz	164. Monumento de Corroios/Núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal; Moínho do Castelo	258. Palácio Nacional de Queluz e jardins
70. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (Cascais)	165. Igreja Paroquial de Arrentela/Igreja de Nossa Senhora da Consolação	259. Palacete Pombal/Palacete dos Condes de Almeida Araújo, pavilhão das cocheiras e jardim anexo-
71. Casa Sommer, incluindo as cocheiras	166. Moínho do Brenyer	260. Anta de Aguialva
72. Palácio dos Condes da Guarda, actual edifício dos Paços do Concelho	167. Residência da Quinta da Trindade/Ecomuseu Municipal do Seixal	261. Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo/Quinta da Fidalga
73. Casa dos Almadas/Casa D. Nuno	168. Moínho Novo dos Paulistas	262. Recinto da Feira das Mercês e Muro de Derrete e imóveis que fazem parte do "espaço social" envolvente
74. Casa de Santa Maria, na Travessa Visconde da Luz	169. Moínho Velho dos Paulistas	263. Igreja de Nossa Senhora de Belém/Igreja Matriz de Rio de Moura
75. Palácio da Mira, incluindo a antiga igreja, o chafariz monumental, o aqueduto, o pombal e o portão	170. Moínho da Passagem	264. Igreja de Almarginh do Bisporigeira de São Pedro
76. Estação paleolítica do Casal do Monte	171. Moínho da Torre	265. Aqueduto das Águas Livres, seus afluente e correlacionados
77. Igreja de Santa Maria, matriz de Loures/Igreja de Santa Maria	172. Moínho do Capitão	266. Capela de Santa Eulália (Ruínas)
78. Cruzeiro de Loures	173. Moínho do Galvão	267. Pelourinho de Vila Franca de Xira
79. Palácio e Quinta do Correi-Mor	174. Moínho do Zemoito/Moínho do Zemoito	268. Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Vialonga, elementos de talha, pintura sobre tela, azulejos e imagens
80. Monumento Megalítico de Casalinhos	175. Moínho da Quinta da Palmeira	269. Palácio do Farrobo (restos)
81. Casa Medieval da Torre de Cima	176. Lagar de Azeite do Pinhalzinho, na Quinta do Pinhalzinho	270. Marco de Légua (restos em depósito na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)/Marco da V Légua
82. Igreja de Nossa Senhora da Purificação, matriz de Bucelas/Igreja de Nossa Senhora da Purificação	177. Estação arqueológica da Lapa do Fumo/Lapa do Fumo	271. Pelourinho de Povos do Ribatejo/Pelourinho de Povos
83. Igreja Matriz de Santa Inês de Azóia, incluindo o recheio	178. Castelo de Sesimbra	272. Igreja do Martír Santo São Sebastião/Núcleo Museológico de Arte Sacra do Museu Municipal de Vila Franca de Xira
84. Castelo de Prescouço/Castelo de Prescouço; Galeria Municipal do Castelo de Prescouço	179. Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do Cabo. Casa dos Cários e Terreiro no Cabo Espichel	273. Casa da Quinta de Santo António, incluindo o convento, igreja, pequena capela, tanque e muros azulejados
85. Quinta de Valflores/Quinta das Amoreiras; Palácio e Quinta de Valflores	180. Monumento megalítico da Rocha do Casal do Meio	274. Igreja Matriz de Castanheira do Ribatejo/Igreja de São Bartolomeu
86. Quinta das Maduras/Antiga Quinta das Tinhozeiras	181. Forte do Cavalão/Forte de São Teodósio	275. Pórtico das Azeiras, na Quinta das Azeiras
87. Quinta da Abelheira	182. Forte de Santiago	276. Marco da VI Légua/Marco de Légua, EN 10-1ª, Km. 16,850
88. Capela de Nossa Senhora da Vitória	183. Pelourinho de Sesimbra	277. Marco de Légua, EN 10-1ª, Km. 29,270/Marco da VI Légua
89. Igreja de Santiago	184. Capela do Espírito Santo dos Mareantes	278. Pelourinho de Aveiro do Ribatejo
90. Casa da Quinta da Francelha de Cima	185. Pelourinho de Setúbal	279. Quinta do Bulhaco/Quinta do Bulhaco
91. Igreja de São João Baptista	186. Castelo de São Filipe/Fortaleza de São Filipe	280. Quinta e Palácio de Nossa Senhora da Piedade, todos os elementos que se encontram intramuros e a igreja
92. Capela de Nossa Senhora da Quinta do Candeeiro	187. Quinta do Estival	281. Dos Obaleiros lajeado em EN 10, ao Km 13,895
93. Igreja Paroquial de São Pedro da Lousa	188. Casa das Quatro Cabeças/Edifício das Quatro Cabeças do Troino	282. Pelourinho de Alhandra
94. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros	189. Chafariz da Praça Teófilo Braga	
95. Capela da Igreja Matriz de Alhos Vedros/Igreja de São Lourenço		

Quadro 7 – Legenda de Carta do Património – AML

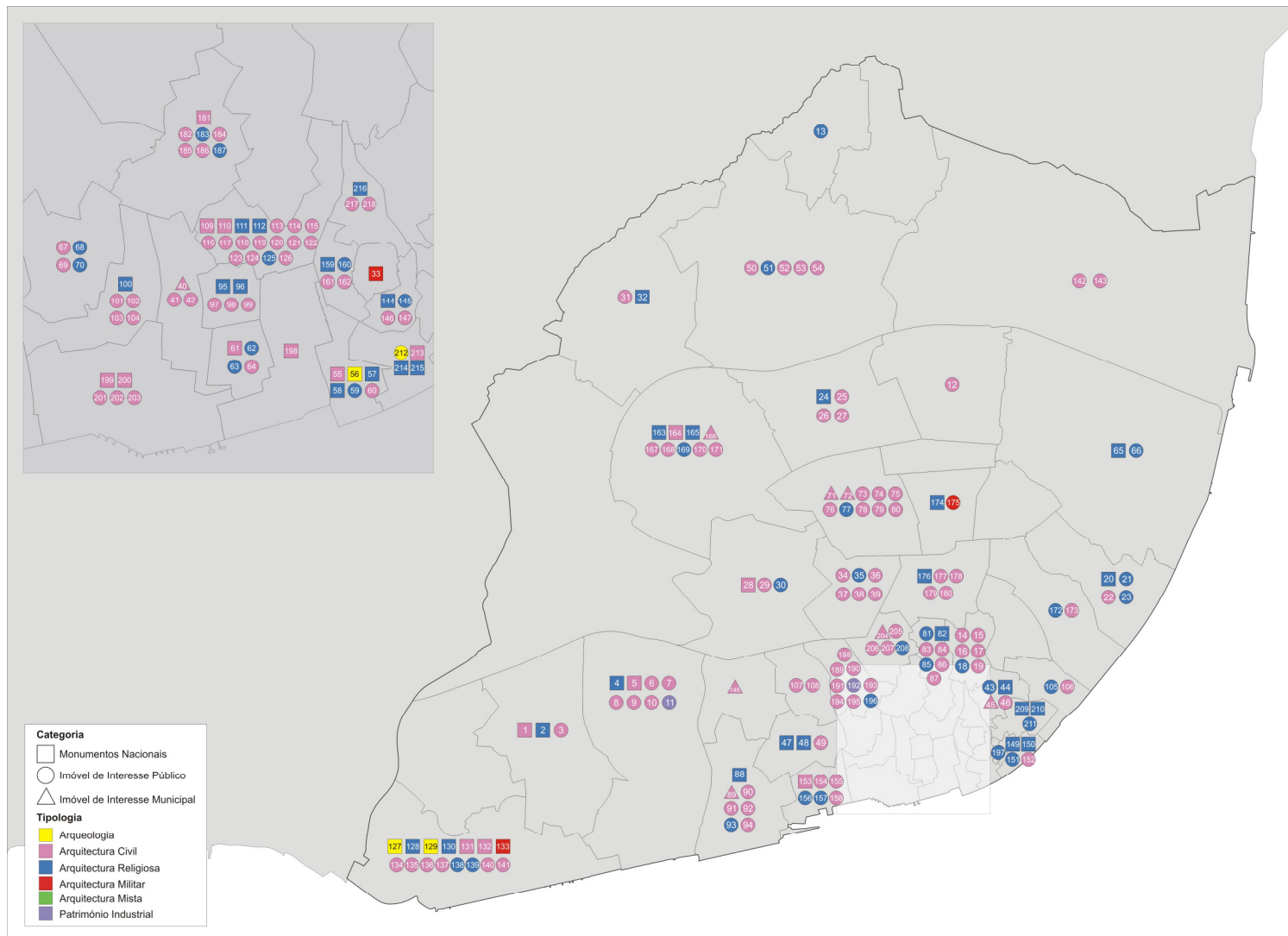


Figura 43 – Carta do Património – Lisboa (por freguesia)

1. Palácio Nacional da Ajuda / Paço da Ajuda
2. Igreja da Memória / Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José
3. Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico)
4. Capela de Santo Amaro
5. Palácio Vale Têr / Pastana Palace Hotel
6. Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros)
7. Palácio da Ega / Sítio Pompeia; Arquivo Histórico Ultramarino ou do Ultramar; Palácio do Pátio do Saládamo
8. Palácio Burnay / Palácio dos Patriarcas Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
9. Edifício da Escola Industrial do Marquês de Pombal / Escola Secundária de Fonseca Benevides
10. Quinta das Águas / Quinta de Diogo de Mendonça; Quinta do Visconde da Junqueira; Quinta do Professor Lopo de Carvalho; Quinta dos Côrte-Real
11. Standard Eléctrica / Standard Eléctrica Sociedade Anónima Portuguesa; Orquestra Metropolitana de Lisboa (proprietário actual)
12. Salão da Quinta dos Lagares / FEI-Ris (anexo e quinta)
13. Igreja de Nossa Senhora da Encarnação
14. Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego
15. Edifício na Avenida Almirante Reis, n.º 1 a 1C
16. Edifício na Avenida Almirante Reis, n.º 74B
17. Edifício na Avenida Almirante Reis, n.º 2 a 2K
18. Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Anjos / Igreja dos Anjos
19. Campo dos Martíres da Pátria / Campo Santana
20. Igreja da Madre de Deus
21. Convento do Beato António / Convento de S. Bento de Xabregas
22. Palácio de Xabregas / Palácio dos Marquês de Oñate; Palácio dos Melos
23. Igreja e antigo Convento do Grilo / Igreja e Antigo Convento dos Grilos
24. Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo; Recolhimento do Grilo
25. Cruzeiro das Laranjeiras
26. Palácio do Conde de Vimioso
27. Casa da Quinta da Pimenta / Casa da Madre Paula; Palácio Galvão Mexia; Museu da Cidade
28. Edifício na Rua Ocidental ao Campo Grande, 101-103 / Primitiva Casa de Joaquim Pires Mendes; Casa de Joaquim Pires Mendes
29. Aqueduto das Águas Livres, seus afluente e correlacionados
30. Escadaria do antigo Colégio Jesuítas em Campolide / Edifício onde esteve instalado o Batalhão de Caçadores n.º 5
31. Capela do antigo edifício do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus/Capela junto ao edifício do Batalhão de Caçadores n.º 5
32. Quinta do Bom Nome / Quinta do Sarmento
33. Igreja de Nossa Senhora da Luz / Capela - Mor e Sepultura da Infanta D. Maria, Filha do rei D. Manuel I
34. Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa
35. Palácio dos Condes de Retonrio
36. Igreja do Convento de Santa Marta
37. Edifício na Rua de Santa Marta, n.ºs 19 a 19 B
38. Edifício na Avenida da Liberdade, n.ºs 226 a 228 / Palacete Conceição e Silva
39. "Diário de Notícias" - Edifício-Sede do Jornal
40. Restaurante Tavares / Salão de Chá - Restaurante Tavares; Restaurante Tavares Rico
41. Palácio Lusoarab
42. Palácio do Barão de Quintela e Conde de Faro
43. Capela de Nossa Senhora do Monte
44. Convento da Graça
45. Edifício na Rua da Senhora do Monte, nº46, incluindo o jardim
46. Vila Berta
47. Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro / Antigo Convento de São Bento da Saúde; Antigo Palácio das Cortes; Assembleia da República; Palácio da Assembleia Nacional
48. Basílica da Estrela / Basílica do Coração de Jesus
49. Casa de António Sérgio
50. Palácio do Monteiro-Mor / Museu Nacional do Traje
51. Capela de São Sebastião
52. Conjunto do Paço do Lumiar / Conjunto que integra a Quinta dos Azulejos, a Quinta das Hortências, a Quinta do Marquês de Angeja, a Quinta do Monteiro-Mor e a Capela de São Sebastião
53. Quinta Alegre (palácio, jardins, construções e elementos decorativos) / Palácio do Marquês do Alegrete
54. Quinta dos Azulejos
55. Praça do Comércio
56. Lápides das Pedras Negras
57. Igreja da Conceição Velha
58. Igreja da Madalena (Portal) / Portal principal da Igreja da Madalena
59. Capela de São Roque - no antigo Arsenal da Marinha
60. Café Martinho da Arcada
61. Teatro Nacional de São Carlos
62. Igreja de Nossa Senhora dos Mártires
63. Convento de São Francisco da Cidade
64. Edifício na Rua Garrett, onde se encontra instalada a Casa Gardênia
65. Portal e gálio da Igreja de Chelas / Antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas
66. Capela do Anjo dos Velhos / Capela da Mensão de Santa Maria de Marvila; Capela do Antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição; Igreja Paroquial de Santo Agostinho de Marvila
67. Igreja das Mercês, paroquia / Igreja Paroquial das Mercês; Igreja de Nossa Senhora de Jesus
68. Igreja de Nossa Senhora das Mercês/Igreja do Convento de Jesus

68. Edifício na Rua Cecilio de Sousa, n.º 52
69. Capela do Convento dos Cardeais / Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Cardeais; Convento dos Cardeais
70. Palácio Cabral
71. Edifício na Avenida da República, nº 23 / Prédio de Gaveto entre a Avenida da República, nº. 23 e a Avenida João Crisóstomo, nº 19
72. Edifício sito na Avenida da República, nº97 a nº97-C
73. Edifício na Avenida da República, n.º 87
74. Edifício na Avenida da República, n.ºs 38 a 38A, e na Avenida Visconde de Valmor, n.º 22
75. Prédio na Avenida da República, n.ºs 38 a 38A, e na Avenida Visconde de Valmor, n.º 22
76. Prédio na Avenida da República, nº89 a nº89A
77. Igreja de Nossa Senhora de Fátima / Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima
78. Edifício na Avenida de Berna, 111-A, a Avenida da República
79. Igreja de Nossa Senhora de Fátima / Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima
80. Edifício na Avenida 5 de Outubro, nº 36-40
81. Edifício na Avenida da República, onde se encontra a Pastelaria Versalles
82. Morada António Bravo / Prédio de Félix Ribeiro Lopes
83. Convento da Encarnação / Recolhimento da Encarnação
84. Capela do Paço da Bemposta
85. Edifício na Rua de São Lázaro, n.ºs 150 a 154
86. Edifício no Campo dos Mártires da Pátria, n.º 22 a 24
87. Convento e Colégio de Santo António-o-Novo / Edifício principal do Hospital de São José
88. Edifício na Rua do Arco da Graça, n.ºs 39 a 43
89. Coliseu dos Recreios e edifício da Sociedade de Geografia
90. Túmulo da Rainha D. Mariana Vitória, na Igreja de São Francisco de Paula
91. Edifício do Teatro Casa da Comédia
92. Palacete dos Viscondes e Condes dos Olivais e Penha - Longa / Palacete da Lapa
93. Chafariz das Janelas Verdes
94. Palácio do Conde de Obidos / Palácio onde está instalada a Cruz Vermelha Portuguesa
95. Igreja de São Francisco de Paula
96. Conjunto do Palácio das Necessidades / Convento de São Filipe de Néri (antigo)
97. Igreja de São Roque
98. Igreja do Convento do Carmo / Igreja do Carmo; Museu Arqueológico do Carmo; Ruínas do Carmo
99. Teatro Ginásio (fachada) / Fachada da Rua Nova da Trindade, nº 5 a 5G
100. Casa do Ferreira das Taboas
101. Edifício na Rua Garrett, onde se encontra instalado o café A Brasileira, também denominado "Brasileira do Chiado"
102. Igreja de Santa Catarina / Igreja dos Paulistas; Igreja de São Paulo da Serra de Ossa
103. Edifício na Travessa André Valentim
104. Palácio dos Condes de Mesquita / Palácio Mesquita; Quinta do Armeiro-Mor
105. Palácio Pombal, Largo e Chafariz fronteiro
106. Antigo edifício do jornal "O Século" / Palácio dos Viscondes de Langada
107. Igreja de Nossa Senhora da Portuñcula, do Convento dos Barbadinhos / Igreja do Convento dos Barbadinhos
108. Palácio Palha (conjunto), Vanzeller ou Panças / Palácio Van Zeller; Palácio Panças
109. Edifício do antigo Jardim Cinema, nomeadamente a zona do monumental salão de jogos, na Avenida Álvares Cabral, 33 a 37
110. Edifício e estabelecimento da Panificação Mecânica
111. Ascensor da Glória e meio urbano que o envolve
112. Palácio dos Condes de Almeida / Palácio da Independência e padrões comemorativos da conjura de 1640
113. Igreja de Santo António-o-Novo (capela do hospital)
114. Igreja de São Domingos
115. Casa-Teatro Primitiva
116. Teatro Eden / Eden-Teatro
117. Palácio Foz / Palácio Castelo Melhor
118. Hotel Avenida Palace
119. Edifício na Rua do Benfornoso, n.ºs 101 a 103
120. Garagem Liz
121. Chafariz do Desterro / Chafariz do Intendente
122. Edifício da Fiação de Caminhos de Ferro do Rossio / Fiação do Rossio
123. Baixa Pombalina / Baixa
124. Teatro Nacional de D. Maria II
125. Edifício na Rua da Palma, n.º 1 a 15
126. Edifício na Rua da Palma, n.º 17 a 19
127. Capela de Nossa Senhora da Saúde / Capela de São Sebastião da Mouraria
128. Edifícios (2) na Calçada do Desterro, n.ºs 13 a 13-A / Conjunto de dois edifícios situados na Calçada do Desterro, no Pátio da Rica, 11 - D, e na Calçada do Desterro, 13 a 13 - R
129. Lápide do Deus Esculápio
130. Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos
131. Estátuas Lustranas de Montalegre
132. Capela de São Jerónimo / Ermida de São Jerónimo; Ermida do Restelo
133. Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria / Cordoaria Nacional; Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira; Real Cordoaria da Junqueira/Núcleo do Museu da Marinha
134. Paçoiminho da Lisboa
135. Torre de São Vicente de Belém / Torre de Belém; Torre de São Vicente a Par de Belém
136. Centro Cultural de Belém
137. Central Tejo / Museu da Electricidade
138. Palácio Nacional de Belém e todo o conjunto intramuros, nomeadamente o Palácio, os jardins e outras dependências, bem como o Jardim Botânico Tropical, ex - Jardim - Museu Agrícola Tropical
139. Edifício na Rua de Pedrouços, n.º 84 a 88A
140. Capela do Santo Cristo / Ermida do Santo Cristo
141. Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso (conjunto) / Convento Dominicano de Nossa Senhora do Bom Sucesso

140. Palacete na Rua de Pedrouços / Vila Garcia
141. Casa Nobre de Lázaro Leião Aranha, incluindo jardins / Casa Nobre de de Lázaro Leião; Casa e jardins de Lázaro Leião; Quinta de Lázaro Leião
142. Casa da Fonte do Anjo / Quinta da Bica; Quinta da Fonte; Quinta da Fonte do Anjo; Capela da Quinta da Fonte do Anjo
143. Conjunto da Praça da Viscondessa dos Olivais
144. Igreja de Santa Luzia (sepulturas)
145. Igreja Paroquial de Santiago / Igreja de Santiago de Alfama
146. Palácio Azurara / Museu - Escola de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo
147. Palácio Belmonte / Pátio de D. Fradique (de Cima)
148. Prédio na Rua Sarinva de Carvalho, nº242 a nº246 / Prédio de "A Tentador"
149. Igreja de Santo Estêvão
150. Portal da Capela e Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Casa de Despacho e demais dependências da antiga confraria
151. Edifício da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, a Casa de Despacho e demais dependências da antiga confraria e Portal da Capela // Ermida do Espírito Santo
152. Museu Militar / Museu de Artilharia; Arsenal Real do Exército
153. Chafariz da Esperança
154. Museu Nacional de Arte Antiga / Museu das Janelas Verdes; Palácio Alvor
155. Edifício na Rua das Janelas Verdes, n.ºs 70 a 78
156. Convento das Trinas do Mocambo
157. Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo / Convento das Bernardas do Mocambo
158. Cinema "Cinearte" / Companhia de Teatro "A Barraca"
159. Paços de São Cristóvão (Portal lateral) / Paço a par de São Cristóvão
160. Igreja de São Cristóvão, paroquia
161. Casa de João das Regras
162. Palácio do Marquês de Tanco
163. Túmulo de D. João das Regras, na Igreja de São Domingos de Benfca
164. Palácio dos Marquês de Fronteira
165. Capela dos Castro / Capela de Corpus Christi
166. Edifício na Quinta das Rosas
167. Quinta da Alfaroqueira
168. Palácio e Jardim do Conde de Faro (conjunto intramuros)
169. Igreja de São Domingos de Benfca
170. Bairro Grandela
171. Quinta do Beau-Séjour / Quinta das Campainhas / Quinta das Campainhas; Palácio do Beau-Séjour
172. Convento de Santo-o-Novo
173. Forte de Santa Apolónia / Bateria de Santa Apolónia; Bateria do Manique
174. Padrão do Campo Pequeno
175. Praça de Touros do Campo Pequeno
176. Cruzeiro de Arnós
177. Moradia na Avenida Fontes Pereira de Melo, incluindo as áreas do antigo jardim, anexo residencial e garagem/Actual sede social do Metropolitano de Lisboa
178. Cinema Tivoli
179. Edifício na Praça Duque de Saldanha, n.º 12
180. Cinema Império / Cines-Teatro Império
181. Ascensor do Lavra e meio urbano que o envolve / Ascensor do Lavra
182. Teatro Capitólio / Teatro Capitólio, no Parque Mayer
183. Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de sistema revestida a azulejo existente num dos pórticos do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambris de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre / Igreja do antigo Convento dos Capuchos
184. Edifício do antigo Hotel Vitória / Hotel Vitória
185. Edifício na Rua de São José / Prédio na Rua de São José
186. Conjunto de edifícios na Rua de São José (e jardins)
187. Conjunto formado pela Igreja de São José dos Carpinheiros e edifícios anexas // Igreja de São José dos Carpinheiros
188. Palácio Palmela, incluindo o jardim-terrace
189. Edifício de Miguel Ventura Terra, na Rua Alexandre Herculano, nº57
190. Picadeiro do Antigo Colégio dos Nobres
191. Palácio Bramão / Palácio César; Palácio Rebelo de Andrade
192. Edifício da Antiga Fábrica dos Tecidos de Seta / Fundação Arquip Szwarcz-Vieira da Silva
193. Garagem Auto-Palace
194. Edifício na Travessa da Fábrica das Sedas
195. Real Fábrica das Sedas
196. Sinagoga Portuguesa Shaaré Tikvah
197. Igreja de São Miguel / Igreja de São Miguel de Alfama
198. Elevador do Carmo ou de Santa Justa / Elevador de Santa Justa
199. Ascensor da Rica e meio urbano que o envolve
200. Palácio que pertenceu aos Almadas, Provedores da Casa da Índia, ou Palácio Almada-Carvalhais
201. Palácio Velada-Azambuja / Palácio dos Condes de Azambuja
202. Palácio das Chagas (dois tectos) / Palácio Sandomil
203. Edifício dos Banhos de São Paulo / Sede da Ordem dos Arquitectos; Banhos de São Paulo
204. Conjunto de edifícios no Largo de São Sebastião da Pedreira
205. Casa Ventura Terra / Palácio Mendonça
206. Casa de Artur Prat / Sede da Ordem dos Engenheiros
207. Casa de Malhães / Casa - Museu Dr. Amadeu Gonçalves
208. Igreja de São Sebastião da Pedreira, matriz / Igreja Matriz de São Sebastião da Pedreira
209. Igreja de São Vicente de Fora / Museu do Patriarcado - Mosteiro de São Vicente de Fora
210. Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional
211. Paço de São Vicente (não abrangia e cerca) / Mosteiro de São Vicente
212. Ruínas do Teatro Romano / Museu do Teatro Romano
213. Casa dos Ricis / Casa de Brás de Albuquerque
214. Sé de Lisboa / Sé Catedral de Lisboa; Igreja de Santa Maria Maior
215. Igreja de Santo António de Lisboa e sacristia / Igreja de Santo António à Sé
216. Igreja do Menino de Deus
217. Colégio dos Meninos Orfãos / Recolhimento do Amparo
218. Edifício na Rua do Benfornoso, n.º 244

Quadro 8 – Legenda de Carta do Património – Lisboa

Anexo IV – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo

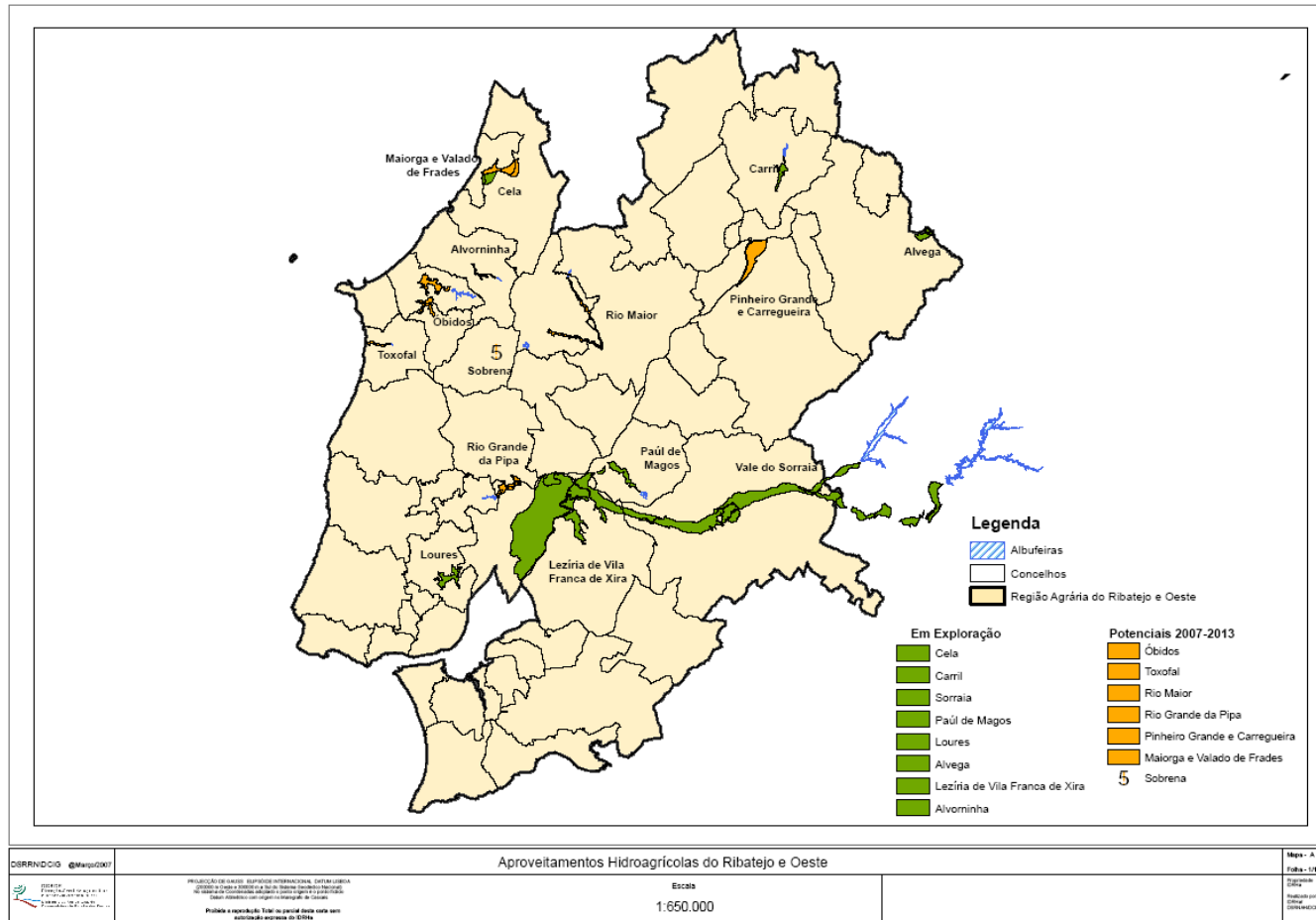


Figura 44 – Aproveitamentos Hidroagrícolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do
Plano Regional de Ordenamento do Território
da Área Metropolitana de Lisboa

Relatório Ambiental

Estudo realizado para a CCDR LVT

- Junho de 2010 -

Relatório FUNDECPS nº 09/09

Ficha técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa técnica

Gustavo Vicente

Bernardo Rodrigues Augusto

Constança Belchior

Selma Uamusse van Nespen

Rute Martins

Paulo Castro Santos

Sofia Frade

Joana Lima

Índice de Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
AV	Alta Velocidade
AVF	Alta Velocidade Ferroviária
C&T	Ciência e Tecnologia
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CRM	Citizen Relationship Management
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
DOP/IGP	Denominações de Origem Protegida/Indicações Geográficas
DPH	Domínio Público Hídrico
EMPVA	Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
FCD	Factor Crítico para a Decisão
FER	Fontes de Energia Renovável
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&D	Investigação & Desenvolvimento
I&DT	Investigação & Desenvolvimento Tecnológico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IST	Instituto Superior Técnico
LA	Linhas de Acção
NAL	Novo Aeroporto de Lisboa
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAC	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PPar	Planos e Programas para a Melhoria da Qualidade do Ar
PROF-AML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REM	Rede Ecológica Metropolitana
REN	Reserva Ecológica Nacional
REPRU	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TP	Transporte Público
TPSP	Transporte Público em Sítio Próprio
TER	Turismo em Espaço Rural
TI	Transporte Individual
TMCD	Transporte Marítimo de Curta Distância
TTT	Terceira Travessia sobre o Tejo
UNL	Universidade Nova de Lisboa
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZER	Zona de Emissões Reduzidas
ZPE	Zona de Protecção Especial

Índice

1	Introdução.....	1
2	Objectivo e Metodologia da AA.....	3
3	Factores Críticos para a Decisão.....	6
3.1	Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	6
3.2	Questões Estratégicas (QE).....	6
3.3	Questões Ambientais (QA).....	9
3.4	Factores Críticos para a Decisão (FCD).....	10
4	Objecto de Avaliação.....	13
5	Análise e Avaliação Estratégica.....	26
5.1	Governança e Competitividade.....	26
5.1.1	Análise Tendencial.....	26
5.1.2	Avaliação.....	38
5.1.3	Directrizes para seguimento.....	58
5.2	População e Coesão Social.....	61
5.2.1	Análise Tendencial.....	61
5.2.2	Avaliação.....	72
5.2.3	Directrizes para seguimento.....	84
5.3	Mobilidade.....	86
5.3.1	Análise Tendencial.....	86
5.3.2	Avaliação.....	99
5.3.3	Directrizes de seguimento.....	113
5.4	Estruturação e Requalificação Territorial.....	117
5.4.1	Análise Tendencial.....	117
5.4.2	Avaliação.....	162
5.4.3	Directrizes para seguimento.....	197
5.5	Energia e Alterações Climáticas.....	204
5.5.1	Análise Tendencial.....	204
5.5.2	Avaliação.....	216

5.5.3	Directrizes para seguimento.....	230
5.6	Estrutura e Funcionalidade Ecológica	232
5.6.1	Análise Tendencial	232
5.6.2	Avaliação	243
5.6.3	Directrizes de seguimento	263
6	Aspectos particulares da AAE.....	267
6.1	Avaliação das opções estratégicas por Unidade Territorial.....	267
6.2	Evolução da integração da componente ambiental e de sustentabilidade no processo de elaboração do Plano.....	273
7	Conclusões	283

Índice de Figuras

Figura 1 – Área territorial de intervenção do PROTAML.....	13
Figura 2 – Cenários seleccionados.....	16
Figura 3 – Relação entre os FCD e os eixos estratégicos.....	18
Figura 4 – Esquema global do Modelo Territorial	20
Figura 5 – Indicadores de inovação empresarial 2004-2006.....	29
Figura 6 – Produtividade do Emprego (VAB por emprego em milhares de euros)..	30
Figura 7 – Disparidade do Produto interno bruto por habitante a preços correntes	31
Figura 8 – Dormidas turísticas na AML entre 2000 e 2007	33
Figura 9 – Estimativa de dormidas por NUTSII (em milhares) em 2007,	34
Figura 10 – Indicadores de governação para a sustentabilidade.....	35
Figura 11 – Peso da população estrangeira na população residente total, 2001....	64
Figura 12 – População estrangeira consoante o local de residência	64
Figura 13 – Estrutura etária do País, da Península de Setúbal e da Grande Lisboa em relação à AML (2001)	65
Figura 14 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	66
Figura 15 – Taxa de desemprego total (esquerda) e Taxa de desemprego de longa duração (direita)	66
Figura 16 – Proporção de beneficiários do subsídio de desemprego na população residente.....	67
Figura 17 – Número de estabelecimentos e pessoas por actividades recreativas, culturais e desportivas na AML inscritas segundo o código 92 – CAE	70
Figura 18 – Indicadores de vida cultural	71
Figura 19 – Evolução do peso das deslocações pendulares por modo de transporte.	89
Figura 20 – Variação do Peso das deslocações em TI na AML no período 1991-2001.	90
Figura 21 – Modo dominante nas deslocações pendulares na AML em 2001.....	91
Figura 22 – Evolução das viagens internas, para Lisboa e para outros Concelhos .	91
Figura 23 – Variação do peso das deslocações para outro concelho entre 1991 e 2001 na AML	92
Figura 24 – Linhas de Desejo de mobilidade pendular em 2001.....	94
Figura 25 – Rede de TP por operador na AML	95
Figura 26 – Oferta de TP (nº total de lugares) na AML	95
Figura 27 – Centralidades Urbanas Motrizes (2009).....	120
Figura 28 – Taxa de variação de população da AML, 1991-2001	122
Figura 29 – Variação da População por Lugar (1991-2001).....	123

Figura 30 – Ocupação Urbana do Solo (1990 e 2000)	124
Figura 31 – Variação da ocupação do solo em Portugal, 1985-2000	125
Figura 32 – Variação dos Padrões de Ocupação do Solo na AML, 1995-2007	126
Figura 33 – Centros urbanos polivalentes.....	127
Figura 34 – Quantificação das áreas (em hectares) de AUGI por concelho da AML	127
Figura 35 – Localização das AUGI na AML	128
Figura 36 – Variação do número de alojamentos familiares não clássicos, 1991-2001	129
Figura 37 – Variação da proporção de alojamentos familiares vagos, 1991-2001	130
Figura 38 – Consumo de água por habitante	137
Figura 39 – Evolução da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais na Região de Lisboa e respectivas sub-regiões no período 1998-2006..	138
Figura 40 – Fontes de Poluição, constantes do Registo EPER 2004, situadas na AML, por concelho.....	142
Figura 41 – Vulnerabilidade à contaminação de aquíferos na AML.....	145
Figura 42 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos na Região de Lisboa no período 2002-2005.....	146
Figura 43 – Evolução da recolha selectiva na Região de Lisboa no período 2002-2005	147
Figura 44 – Delimitação das zonas e aglomerações da RLVT	148
Figura 45 – Mapa da rede de monitorização da qualidade do ar (estações em funcionamento em 2007) nas aglomerações da região de Lisboa e Vale do Tejo ..	149
Figura 46 – Situação face à legislação das partículas PM10 (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)	150
Figura 47 – Situação face à legislação do NO2 (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)	150
Figura 48 – Distribuição das emissões de NOx (ton/ano) do transporte rodoviário nos concelhos da AML em 2005 (Fonte: Inventário de Emissões Atmosféricas da CCDR-LVT para o ano de 2005).....	151
Figura 49 – Intensidade Sísmica máxima na AML	154
Figura 50 – Perigos Naturais na Área Metropolitana de Lisboa	154
Figura 51 – Áreas de instabilidade de vertentes na AML	155
Figura 52 – Número de estabelecimentos industriais com Relatório de Segurança por concelho em Portugal continental em 2003.....	156

Figura 53 – Localização dos Estabelecimentos Seveso relativamente à ocupação actual do solo na AML.	156
Figura 54 – Áreas ambientalmente sensíveis e estabelecimentos Seveso	157
Figura 55 – Zonas de recarga de aquíferos subterrâneos e Estabelecimentos Seveso na AML	158
Figura 56 – Evolução do PIB, População e Consumo Energético de 2002 a 2007 na AML.....	206
Figura 57 – Utilização de energia eléctrica por sector para o ano 2008 (per capita)	207
Figura 58 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	208
Figura 59 – Consumo de energia eléctrica para iluminação nas vias e edifícios públicos	209
Figura 60 – Emissões de GEE <i>per capita</i> na Europa e em Portugal em 1990 e 2006	209
Figura 61 – Emissões de Gases com Efeito de Estufa para o ano 2006 (gCO ₂ /hab.ano).....	210
Figura 62 – Evolução histórica da energia eléctrica produzida a partir de FER (GWh)	211
Figura 63 – Evolução histórica da potência instalada total de FER (exclui a energia fotovoltaica) em Portugal e nos distritos de Lisboa e Setúbal de 2000 a 2008.....	212
Figura 64 – Áreas sujeitas a inundação na AML para cheias com período de retorno entre 10 e 100 anos	213
Figura 65 – Risco de erosão costeira na AML	214
Figura 66 – Susceptibilidade de incêndio florestal na AML.....	236
Figura 67 – Áreas ardidas na AML entre 1990 e 2008 (Fonte: ANF e PROF-AML).237	
Figura 68 – Evolução do número de dormidas em espaço rural na NUTS II Lisboa no período de 2004 a 2007	240

Índice de Quadros

Quadro 1 – Relevância do QRE por FCD	7
Quadro 2 – Relevância do QRE por FCD (Continuação).....	8
Quadro 3 – Tradução das QA relevantes para o PROT-AML	9
Quadro 4 – QA relevantes por FCD.....	9
Quadro 5 – Objectivos e critérios de avaliação dos FCD.....	10
Quadro 6 – Objecto de avaliação da AAE.....	19
Quadro 7 – Opções estratégicas para as Unidades Territoriais do PROT-AML	21
Quadro 8 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção	27
Quadro 9 – Despesa per capita em I&DT no PIB.....	28
Quadro 10 – Indicadores de I&DT	28
Quadro 11 – Variação da população residente por nível de ensino atingido	28
Quadro 12 – Emprego por sector de actividade económica na AML	31
Quadro 13 – Produtividade do Emprego (VAB por emprego em 1000 euros) por actividade económica.....	32
Quadro 14 – Margem bruta total por superfície agrícola utilizada (€/ha)	33
Quadro 15 – Análise SWOT ao FCD#1 Governação e competitividade.....	37
Quadro 16 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Governação e Competitividade	38
Quadro 17 – Avaliação do FCD#1 por domínio de intervenção.....	57
Quadro 18 – Directrizes para seguimento para o FCD#1	58
Quadro 19 – Relevância dos FCD#2 e respectivos critérios por Linhas de Acção... ..	62
Quadro 20 – População residente (N.º) por local de residência entre 1991 e 2008 ..	63
Quadro 21 – Componentes do crescimento populacional 1991 – 2001.....	63
Quadro 22 – Valores Unitários (euros/m ²) de Avaliação Bancária de Habitação por Natureza dos Alojamentos – nos 2 ^{os} Trimestres de 2008 e de 2009	64
Quadro 23 – Indicadores de Qualidade de Vida	65
Quadro 24 – Agrupamentos de centros de saúde	68
Quadro 25 – Análise SWOT ao FCD#2 População e Coesão Social.....	71
Quadro 26 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD População e Coesão Social	72
Quadro 27 – Avaliação do FCD#2 por domínio de intervenção.....	83
Quadro 28 – Directrizes para seguimento para o FCD#2	84
Quadro 29 – Relevância do FCD#3 e respectivos critérios por Linhas de Acção	87
Quadro 30 – Número e repartição modal dos movimentos pendulares dos residentes activos AML.....	88
Quadro 31 – Relações funcionais entre os concelhos da AML.....	93

Quadro 32 – Passageiros transportados por empresa de 2004 a 2006 (10 ³)	96
Quadro 33 – Passageiros e coeficiente de utilização de autocarros, na região de Lisboa.....	96
Quadro 34 – Análise SWOT ao FCD#3 Mobilidade.....	98
Quadro 35 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Mobilidade ..	99
Quadro 36 – Avaliação do FCD#3 Mobilidade por domínio de intervenção	112
Quadro 37 – Directrizes para seguimento para o FCD#3 Mobilidade.....	113
Quadro 38 – Relevância do FCD#4 e respectivos critérios por Linhas de Acção ...	118
Quadro 39 – Nível hierárquico de Centralidades Motrizes na AML.....	120
Quadro 40 – Ocupação Urbana do Solo (1990 e 2000).....	124
Quadro 41 – Projectos e parcerias aprovados no âmbito do concurso Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana (REPRU)	131
Quadro 42 – Importância de cada pressão relativamente às massas de água superficiais na AML abrangidas pela RH4 e RH 5	134
Quadro 43 – Percentagem de amostras em falta e respectiva percentagem de incumprimento relativamente ao controlo da qualidade da água para abastecimento	136
Quadro 44 – RSU encaminhados para aterro na AML e nível de sobreutilização dos aterros.....	140
Quadro 45 – Número de explorações e efectivos na bovinicultura na AML.....	140
Quadro 46 – Número de explorações e efectivos na suinicultura na AML.....	141
Quadro 47 – Número de explorações e efectivos na avicultura na AML	141
Quadro 48 – Campos de Golfe na AML, 2008.....	143
Quadro 49 – Destino final dos resíduos sólidos urbanos no ano de 2005 (em toneladas e %)	147
Quadro 50 – Análise SWOT ao FCD#4 Estruturação Territorial	160
Quadro 51 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Estruturação e Requalificação Territorial	162
Quadro 52 – Avaliação do FCD#4 por domínio de intervenção.....	196
Quadro 53 – Directrizes para seguimento para o FCD#4	197
Quadro 54 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção	205
Quadro 55 – Consumo de energia eléctrica por sector de actividade (milhares de kWh).....	207
Quadro 56 – Percentagem de energia a partir de FER no consumo bruto de energia primária.....	211
Quadro 57 – Análise SWOT ao FCD#5 Energia e Alterações Climáticas	215
Quadro 58 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Energia e Alterações Climáticas	216

Quadro 59 – Avaliação do FCD#5 por domínio de intervenção.....	229
Quadro 60 – Directrizes para seguimento para o FCD#5	230
Quadro 61 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção	233
Quadro 62 – Análise SWOT ao FCD#6 Estrutura e Funcionalidade Ecológica	242
Quadro 63 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica	243
Quadro 64 – Avaliação do FCD#6 por domínio de intervenção.....	262
Quadro 65 – Directrizes para seguimento para o FCD#6	263
Quadro 66 – Opções estratégicas para as Unidades Territoriais do PROT-AML e sua interpretação pela AAE	268
Quadro 67 – Alterações do Plano motivadas pela AAE entre as versões de Julho e Dezembro de 2009	274
Quadro 68 – Alterações do Plano motivadas pela AAE entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio de 2010	279
Quadro 69 – Quinze áreas críticas identificadas durante a AAE.....	294

1 Introdução

O presente documento constitui o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental (AA) relativa à alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML).

A alteração do PROT-AML encontra-se sujeita a um processo de AA de acordo com o Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro - com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro -, e subsidiariamente com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do plano a avaliar, neste caso a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do âmbito e alcance da AA, consulta de entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AA, preparação do Relatório Ambiental e respectivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

A identificação dos Factores Críticos para a Decisão (FCD) foi objecto de um primeiro relatório preparado em Dezembro de 2008 e submetido formalmente a 11 de Março de 2009¹, estabelecendo a estrutura fundamental da AA do PROT-AML.

Em Julho de 2009 foi apresentado à CCDR-LVT um relatório preliminar de avaliação de opções (Relatório de Avaliação das Opções Estratégicas) para orientação da equipa de elaboração do plano. Essa primeira avaliação constituiu um contributo da AAE para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na discussão das opções de desenvolvimento que suportam estrategicamente o PROT-AML, já incorporando a análise aos contributos efectuados pelas entidades consultadas sobre o Relatório dos FCD.

A equipa do plano internalizou alguns dos resultados da avaliação de opções estratégicas e, introduziu e/ou redefiniu várias orientações estratégicas constantes no Modelo Territorial e/ou Normas Orientadoras de modo a reduzir, ou mesmo evitar, alguns dos riscos potenciais considerados mais relevantes nessa fase de avaliação preliminar. Dos resultados desse processo dá-se conta no Capítulo 6 do presente relatório.

O presente RA inclui a avaliação do PROT-AML, reflectindo as alterações entretanto efectuadas no PROT-AML em função dos resultados preliminares da avaliação das opções estratégicas e da primeira avaliação do modelo territorial apresentada em

¹ Tendo sido objecto de consulta às entidades que, "em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano", conforme estipulado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

Dezembro de 2009. Pretende-se que os resultados finais da AAE que agora se apresentam constituam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento, com vista à produção da versão final do PROT-AML, salientando-se o papel de facilitador que a AAE desempenhou neste processo através do alerta para situações de risco e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

Este RA destina-se a consulta institucional, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

O Relatório Ambiental está organizado de maneira a proporcionar uma leitura rápida, ou detalhada, conforme solicitações institucionais. Uma leitura rápida é possível se, depois de atender aos cap. 2, 3 para perceber a metodologia e âmbito, e ao cap. 4 para perceber o objecto de avaliação, se ler no cap. 5, na avaliação segundo cada um dos Factores Críticos para a Decisão, sobretudo os sumários de análise tendencial e SWOT, a matriz de avaliação inicial e as directrizes de seguimento. O cap. 7 sumariza as principais conclusões da AAE.

Assinala-se no subcapítulo 6.2 uma apreciação da evolução do PROT e AAE enquanto processos iterativos e simultâneos observando as alterações registadas no PROT e na AAE em dois períodos distintos. Esta apreciação é complementar à avaliação realizada, não a substitui, e pretende apenas registar o papel facilitador da AAE ao longo da elaboração do PROTAML.

2 Objectivo e Metodologia da AA

A AA da alteração do PROT-AML baseia-se na metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolvida por Partidário (2007)² segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspectos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do plano. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho e no Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à concepção do PROT-AML, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

O objectivo da AAE é avaliar de que forma as propostas estratégicas da alteração do PROT-AML respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos na região, e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro. Para assegurar este objectivo a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas actividades fundamentais adiante descritas.

1. **Focalização** – identificação, justificação e apresentação dos **Factores Críticos para a Decisão** (FCD) relevantes que permitem a focalização estratégica da avaliação em temas integradores cruciais.

Os FCD reflectem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos factores fundamentais a ser considerados no processo de decisão, na concepção das opções estratégicas do plano e das acções que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende no futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais e ainda as conclusões do estudo do LNEC sobre a AAE da localização do Novo Aeroporto de Lisboa;
- Questões Estratégicas do PROT-AML (QE), que configuram a conjuntura estratégica, objectivos e linhas de força que orientam o PROT-AML;

² PARTIDÁRIO, M.R. (2007). "Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas", 1ª ed. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

- Questões Ambientais (QA), incluindo as que são legalmente definidas no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

Estes FCD deverão ser objecto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, compete à entidade responsável pelo plano "determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental", e de acordo com o nº3 do citado artigo "a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental". Apesar de a legislação só exigir a consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE), recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. Análise de tendências - corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico a desenvolver pela equipa do PROT - AML. Esta análise de tendência é feita sobre os critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerandos relevantes como âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Neste contexto é fundamental a análise desenvolvida pela equipa do PROT-AML que irá informar esta análise de tendências na AAE.

3. Avaliação de impactes de natureza estratégica – baseia-se na análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD. Desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

3.1 Avaliação estratégica das oportunidades e riscos decorrentes das **opções estratégicas**, deduzidas a partir da interpretação dos domínios estratégicos e linhas de acção, que consubstanciam o futuro desejável ambicionado para a região, face aos FCD; As opções estratégicas por unidade territorial, formalmente apresentadas apenas na versão do PROT de Maio de 2010, serão apreciadas exclusivamente em relação à forma como são endereçadas pelo normativo do PROT, em capítulo separado.

3.2 Avaliação estratégica de oportunidades e riscos do **modelo territorial** do PROT-AML, que se encontra concretizado nas normas orientadoras, face aos FCD.

4. Directrizes para planeamento, gestão e monitorização – constituem as bases para um programa de seguimento do PROT-AML, incluindo um quadro de governação institucional, indicativo dos níveis de responsabilidade institucional no

seguimento do plano. As directrizes devem ser complementares às normas orientadoras do PROT-AML.

5. **Relatório Ambiental** – apresenta os resultados finais da AA, sendo sujeito a consulta das ERAE e do público.

6. **Declaração Ambiental** – documento que dá conta dos resultados finais da AA após a aprovação do PROT-AML, incluindo a integração dos resultados da consulta pública, sendo entregue, juntamente com o relatório final do PROT-AML, à Agência Portuguesa de Ambiente.

3 Factores Críticos para a Decisão

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica (QE, QA e QRE).

3.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, planos e programas que enquadram estrategicamente o PROT-AML, e para o qual estabelecem objectivos e/ou metas de sustentabilidade. Os **Quadro 1 e 2** apresentam a lista dos instrumentos de planeamento identificados, e sua relação de relevância com os FCD preconizados.

3.2 Questões Estratégicas (QE)

A identificação das questões estratégicas (QE) resultou do cruzamento entre os eixos estratégicos e as linhas mestras de ordenamento considerados prioritários no âmbito da alteração do PROT-AML, tal como apresentados de seguida:

- Impulsionar a globalização e a internacionalização regional;
- Apostar na Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT);
- Promover a sustentabilidade (no sentido da civilização pós-carbono);
- Reforçar a coesão social e a governabilidade;
- Privilegiar a polarização/concentração/polinucleação/compactação;
- Recentrar a AML em torno do Estuário do Tejo;
- Reformular as mobilidades;
- Reordenar e requalificar as periferias.

Quadro 1 – Relevância do QRE por FCD

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes																				
	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário	Política Europeia de Transportes 2010	Combating Climate Change ³	QREN 2007 – 2013, POR Lisboa, POT Potencial Humano, POT Valorização Territorial	ENDS	PNPOT	PEASAR II	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013	Recomendações do Estudo do LNEC para a Localização do NAL no CTA	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	Estratégia Nacional para as Florestas	Estratégia Nacional para a Energia	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	Programa Nacional para as Alterações Climáticas	Estratégia Nacional para o Mar	Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional	Plano Operacional Pescas 2007-2013	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agro-Industriais 2007 - 2013	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	Orientações Estratégicas para o sector Marítimo - Portuário
Governança e Competitividade	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓
População e Coesão Social	✓			✓	✓	✓		✓		✓				✓		✓		✓		✓	
Mobilidade	✓	✓		✓	✓	✓			✓				✓	✓	✓	✓					✓
Estruturação e Requalificação Territorial	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓		✓			✓	✓		✓	✓		✓	✓
Energia e Alterações Climáticas	✓		✓	✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		
Estrutura e Funcionalidade Ecológica	✓			✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	

³ Política energética e de combate às alterações climáticas da União europeia (EC, 2008. *Combating Climate Change: The EU leads the way*. European Commission, Directorate-General for Communication Publications, Brussels)

Quadro 2 – Relevância do QRE por FCD (Continuação)

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes																			
	Plano Estratégico Nacional para o Turismo	Plano Nacional da Água 2002 - 2012	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	Directiva Quadro da Água	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 - 2013	Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais	Plano Nacional da Saúde	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 - 2016	Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário	Programa Portugal Logístico	Plano Nacional de Reformas 2008 - 2010	Plano Sectorial Rede Natura 2000	Planos de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste, Tejo e do Sado	Estratégia Lisboa 2020	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa	Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas ⁴	Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo	Planos de Ordenamento da Orla Costeira ⁵	Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal	Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social
Governança e Competitividade	✓	✓				✓				✓				✓	✓		✓	✓	✓	
População e Coesão Social	✓					✓	✓				✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mobilidade									✓					✓			✓		✓	
Estruturação e Requalificação Territorial	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Energia e Alterações Climáticas		✓		✓	✓					✓			✓	✓						
Estrutura e Funcionalidade Ecológica		✓	✓	✓		✓						✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		

⁴ Inclui os Planos de Ordenamento do Parque Nacional da Serra de Aires e Candeeiros, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil, Parque Natural de Sintra/Cascais, Parque Natural da Arrábida, Reserva Natural do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Sado.

⁵ Inclui os Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alboça/Mafra, Sintra/Sado e Cidadela/São Julião da Barra.

3.3 Questões Ambientais (QA)

Os FCD identificados asseguram o tratamento das QA exigidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. O **Quadro 3** apresenta essa correspondência, recorrendo a uma tradução interpretada das QA tendo em conta o âmbito de aplicação territorial e escala de análise do PROT-AML (**Quadro 4**).

Quadro 3 – Tradução das QA relevantes para o PROT-AML

QA definidas legalmente	QA relevantes para o PROT-AML
População Saúde humana	População e saúde
Património cultural Paisagem	Património cultural e paisagem
Água	Recursos hídricos
Factores climáticos Bens materiais Atmosfera	Energia e alterações climáticas
Biodiversidade Fauna Flora	Recursos agro-florestais e biodiversidade
Atmosfera População	Ar e ruído
Solo Paisagem Bens materiais	Protecção do solo

Quadro 4 – QA relevantes por FCD

FCD	QA relevantes para o PROT-AML
Governança e Competitividade	População e saúde Energia e alterações climáticas
População e Coesão Social	População e saúde Património cultural e paisagem
Mobilidade	Energia e alterações climáticas Ar e ruído Protecção do solo
Estruturação e Requalificação Territorial	População e saúde Património cultural e paisagem Protecção do solo Ar e ruído Recursos hídricos
Energia e Alterações Climáticas	Energia e alterações climáticas Recursos hídricos
Estrutura e Funcionalidade Ecológica	Recursos hídricos Biodiversidade Protecção do solo Património cultural e paisagem

3.4 Factores Críticos para a Decisão (FCD)

O **Quadro 5** apresenta os FCD e os respectivos critérios de avaliação, já reajustados em relação ao Relatório de Factores Críticos, em função da análise realizada e dos comentários recebidos. De notar que os FCD procuram sobretudo apontar para aspectos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para a AAE e opções de desenvolvimento do PROT-AML.

Quadro 5 – Objectivos e critérios de avaliação dos FCD

FCD #1 Governação e Competitividade	
Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da alteração do PROT-AML na estrutura de governo, de decisão e na articulação institucional na Região, nas questões relacionadas com a criação e utilização de conhecimento, bem como nos padrões de especialização produtiva regional, nas condições de atractividade territorial à fixação destas actividades, e nas estratégias de articulação dos agentes tendo presente a afirmação internacional da região.	
Critérios	
I&DT	Avaliação do potencial de produção e utilização do conhecimento para a inovação tecnológica
Atractividade Empresarial	Avaliação da capacidade de atracção de novos investimentos e do potencial de internacionalização do tecido económico existente
Dinâmica Económica	Avaliação da dinâmica e competitividade sectorial, tendo em conta o potencial económico dos recursos existentes
Governação	Avaliação dos modelos de gestão estratégica, tendo em conta a articulação de competências, a cultura de decisão e o envolvimento das partes interessadas
FCD #2 População e Coesão Social	
Atende aos aspectos relacionados com a dinâmica demográfica, natural e migratória, com a coesão social, as tensões e desafios da multiculturalidade, bem como com a criação de elevados padrões de qualidade de vida em termos de saúde, habitação e lazer como elementos de uma identidade regional.	
Critérios	
Dinâmica demográfica	Avaliação da dinâmica demográfica, tendo em conta a evolução da imigração e as tendências de envelhecimento populacional
Inclusão social	Avaliação das estratégias de redução da pobreza, promoção da equidade social e integração cultural
Património Cultural	Avaliação das estratégias de dinamização cultural, tendo em conta o potencial multicultural da região e capacidade de oferta de produtos de lazer associados

FCD #3 Mobilidade	
Aborda a dinâmica de fluxos de pessoas e bens a nível regional, nacional e internacional, os padrões sustentáveis de mobilidade e a gestão integrada do sistema de transportes numa perspectiva de sustentabilidade e internacionalização da Região.	
Critérios	
Mobilidade urbana	Avaliação do potencial de transferência modal para transportes colectivos e de optimização do sistema urbano de transportes, tendo em conta a redução das distâncias casa/trabalho e empresa
Promoção de transportes sustentáveis	Avaliação do potencial de transição para modos de transporte menos intensivos do ponto de vista energético. Avaliação dos modelos de gestão integrada das acessibilidades, interfaces modais e da articulação das grandes infra-estruturas de transportes
FCD #4 Estruturação e Requalificação Territorial	
Dirige-se à estruturação do sistema territorial regional, polarizado pelo estuário do Tejo, considerando questões relacionadas com a coesão territorial assim como a requalificação e revitalização dos núcleos urbanos e suas periferias, atendendo igualmente a aspectos de qualidade física do ambiente.	
Critérios	
Estruturação e coesão territorial	Avaliação dos padrões de ocupação urbana tendo por base o paradigma do policentrismo e da polinucleação
Revitalização urbana	Avaliação das estratégias de requalificação urbana, particularmente no que se referem à revitalização dos centros urbanos e qualificação das periferias
Qualidade Ambiental e Riscos	Avaliação das estratégias de gestão ambiental e das necessidades de qualificação ambiental e de prevenção dos riscos naturais e tecnológicos
FCD #5 Energia e Alterações Climáticas	
Aborda a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis, como factor de competitividade e de sustentabilidade regional, tendo como linha de força principal as iniciativas de adaptação e mitigação das alterações climáticas	
Critérios	
Eficiência Energética	Avaliação do potencial de promoção da eficiência energética, tanto ao nível tecnológico como ao nível comportamental
Emissões de GEE	Avaliação dos padrões de evolução das emissões e capacidade de sequestro de carbono
Aproveitamento de fontes de energia renovável	Avaliação do potencial de aproveitamento das fontes endógenas de energia renovável, em linha com a transição para uma <i>civilização pós-carbono</i>
Vulnerabilidade Territorial	Avaliação da vulnerabilidade à ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos e das estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas

FCD #6 Estrutura e Funcionalidade Ecológica

Compreende a estrutura ecológica regional os valores naturais e as funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas, bem como a gestão integrada destes recursos, vistos segundo as perspectivas de conectividade, compromissos e valor acrescentado em termos de competitividade.

Critérios	
Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Avaliação dos corredores ecológicos, tendo em conta a manutenção da conectividade entre ecossistemas e salvaguarda da paisagem natural
Integridade dos valores ecológicos	Avaliação da capacidade de protecção e salvaguarda de áreas com interesse ecológico, particularmente no que respeita à promoção da biodiversidade
Valorização das áreas naturais e agro-florestais	Avaliação do potencial de valorização dos serviços dos ecossistemas em áreas naturais (classificadas ou não) e agro-florestais de elevado valor ecológico.

4 Objecto de Avaliação

A alteração do PROT-AML, em vigor desde Abril de 2002, foi determinada pela mudança de localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) da Ota, na margem Norte do Tejo, para o Campo de Tiro de Alcochete, na Península de Setúbal. Simultaneamente, a decisão de um conjunto de outros grandes investimentos, com particular incidência na Península de Setúbal, reforçou os fundamentos e urgência da alteração do PROT-AML. A revisão do PROT AML justifica-se assim pelas seguintes razões:

- Mudança do NAL para o CTA;
- Projecto de Alta Velocidade;
- Plataformas Logísticas;
- 3ª Travessia do Tejo (Chelas-Barreiro);
- Regeneração do Arco Ribeirinho Sul;
- Globalização e Internacionalização;
- Reforço da sustentabilidade;
- Aprovação PNPOT / QREN /ENDS.

O PROT-AML abrange as NUT III Grande Lisboa e Península de Setúbal, incluindo os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira, integrando nesse território uma população de 2,75 milhões de habitantes distribuídos por uma superfície de 2944 km² (**Figura 1**).



Figura 1 – Área territorial de intervenção do PROTAML

A AML caracteriza-se por uma centralidade administrativa derivada da inclusão da capital nacional no seu território, e pela dinâmica social, económica e cultural que fazem dela a região com os melhores indicadores de desempenho nestas áreas em Portugal.

O território da AML faz parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que abrange as NUT III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo. Na lógica de integração da AML com o espaço envolvente, a alteração do PROT-AML obedece à articulação com o PROT-OVT, quer no que respeita às novas propostas formuladas ao nível sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa, quer no quadro estratégico integrado definido pelo Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo 2000-2010, e pela Estratégia de Lisboa 2020, para o conjunto da região. Está ainda articulado com o PROT para a Região do Alentejo em fase final de elaboração.

As dinâmicas territoriais registadas desde a publicação do PROT-AML em 2002 foram consideradas nesta alteração, nomeadamente no que concerne à compactação de algumas áreas urbanas menos consolidadas e à afirmação de um conjunto de pólos que robusteceram o potencial policêntrico da AML. Em contrapartida não foi possível sustentar, em várias frentes, tanto na Península de Setúbal como na Grande Lisboa, o processo de fragmentação e dispersão urbanas, não obstante algumas acções de sucesso por parte das autarquias municipais. O automóvel individual, em correlação com o expressivo crescimento das infra-estruturas rodoviárias, foi o principal suporte deste dinamismo.

Por outro lado, apesar dos esforços conjuntos do Estado e das Autarquias, ainda persistem importantes nucleações de alojamentos precários ou muito degradados, assim como áreas de habitação social em processo de declínio.

As áreas industriais desactivadas têm uma forte representação na AML, com particular expressão na Península de Setúbal, de Almada a Alcochete e no concelho de Setúbal, bem como no eixo Sacavém – Vila Franca de Xira, no concelho da Amadora e em situações pontuais de outros concelhos da Grande Lisboa, casos de Oeiras, Odivelas, Loures e Lisboa. Entre 2002 e 2009 a situação da maior parte destes “pousios industriais” não se alterou significativamente, não se tendo operado um processo mimético relativamente à zona de intervenção, do que levou, a partir dos anos 90, à realização do Parque das Nações, na zona oriental de Lisboa.

No que respeita à Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA), apesar de algumas acções “erosivas”, o modelo de 2002 permanece válido e a sua consolidação exequível, constituindo este um objectivo maior do PROT-AML, tanto para a Península de Setúbal, como para a Grande Lisboa.

A expansão urbanística e a intrusão menos cuidada de infra-estruturas, sobretudo as rodoviárias em áreas rurais, exerceram uma forte pressão no sector agro-florestal, para o qual se propunha estrategicamente a sua estabilização no PROT-AML de 2002.

De salientar, no entanto, que apesar do efeito se ter traduzido nalgum enfraquecimento do sector e desvalorização paisagística, mantiveram-se consolidadas vastas áreas com elevada rendibilidade das actividades agrícolas e florestais que contribuíram para a salvaguarda da protecção e valorização ambiental da região, nomeadamente na sustentabilidade do património e recursos naturais (paisagem, água, solo, biodiversidade). Daí a necessidade de intervenção em várias frentes, de modo a acautelar as várias dimensões (económica, social, cultural e ambiental) do ainda rico património de espaços agrícolas e florestais.

A agricultura na AML não constitui apenas uma reserva estratégica para o seu abastecimento, mas dá também um importante contributo para a economia regional e nacional.

Foi no domínio dos Transportes e Logística que o PROT 2002 menos resistiu às transformações estruturais que entretanto se verificaram na AML. Por um lado, porque se geraram várias disfunções com a excessiva expansão do uso do transporte individual, induzidas pela convergência de diversos factores - oferta de infra-estruturas rodoviárias, modelo de ocupação e de urbanização, dispersão de actividades económicas, e alterações nos valores sociais e culturais. Por outro lado, a ausência de uma visão e de uma *praxis* no que concerne ao sistema de transportes na AML, nomeadamente a inexistência de uma entidade metropolitana de transportes e a incontrolada dispersão das actividades logísticas por todo o território, foi determinante para a desvalorização económica, urbanística e ambiental da AML.

Neste contexto territorial, a reflexão que levou à construção de uma Visão Estratégica para a AML baseou-se no desenvolvimento de Cenários contrastados da evolução da Região, organizados em torno de um número restrito de Incertezas Cruciais (forte incerteza, forte potencial explicativo da evolução futura da AML e relativamente independentes umas das outras) e de configurações contrastadas que pudessem revestir a resolução dessas incertezas no longo prazo (2020). Este exercício originou a selecção de 3 combinações possíveis (Continuidade, Adaptação e Antecipação) que exploram de forma útil o espaço dos "Possíveis Futuros" da AML, conforme apresentado na **Figura 2**.

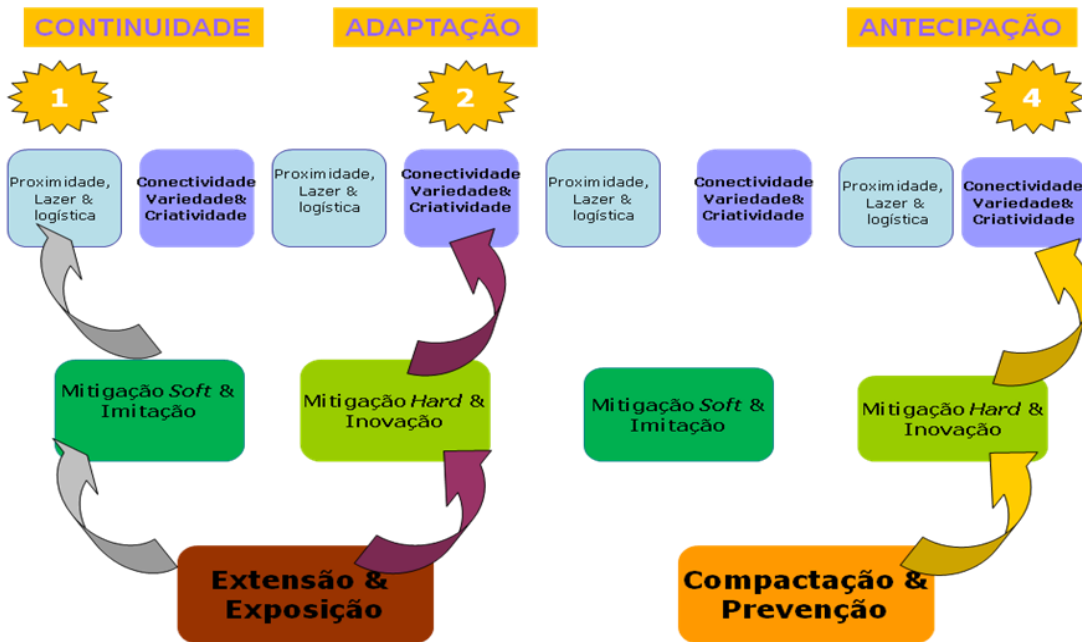


Figura 2 – Cenários seleccionados

Foi considerado o cenário Antecipação na elaboração da Visão para a AML:

“No horizonte de 2020 a AML transformar-se-á numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidades europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atractiva pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócioterritorial, a valorização da diversidade étnica e cultural, a competitividade internacional e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região.” (Estratégia Regional Lisboa 2020⁶)

Consideraram-se cinco Eixos para implementação da Visão:

1. Conectividade, Competitividade E Cosmopolitismo
2. Polinucleação e Compactação
3. Sustentabilidade Ambiental e Sintonia com a Natureza
4. Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social
5. Governabilidade e Governação

Para quatro dos cinco Eixos estratégicos foram definidas Linhas de Acção (LA), organizadas em quatro domínios de intervenção, adoptados pela AAE como incorporando as estratégias fundamentais, ainda que implícitas, para o

⁶ CCDR-LVT (2007). *Lisboa 2020: uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. CCDR-LVT, Lisboa.

desenvolvimento territorial da AML (**Quadro 6**). As estratégias foram sendo interpretadas pela AAE através do modelo territorial definido e do normativo por domínio de acção e unidade territorial ao longo do processo de planeamento e avaliação ao longo do processo de revisão do Plano.

Na versão do PROT de Maio de 2010 surgem agora, formalmente definidas, as opções estratégicas por unidade territorial que estiveram implicitamente presentes à elaboração do modelo territorial. Esta formulação formal e organizada de estratégias por unidade territorial teria sido muito útil à AAE desde o início do processo, possibilitando a sua integração no objecto de avaliação da AAE desde o início, já que expressava de forma clara as intenções estratégicas para a AML que seriam exploradas através das linhas de acção. A sua disponibilização recente não serviu o propósito da 2ª fase da AAE sobre avaliação de opções estratégicas concluída em Julho de 2009, ou mesmo a subsequente avaliação do modelo territorial do PROT cuja primeira versão foi concluída em Dezembro de 2009. Registe-se aliás que, apesar da sua designação como opções estratégicas, a sua formulação de facto refere-se a objectivos estratégicos mais do que a opções no sentido formal do termo⁷, e por isso não poderiam ser adoptadas como opções alternativas. Em todo o caso seriam a clara expressão de objectivos estratégicos para a região. E porque a versão final do PROT as apresenta de modo formal, a AAE não pode deixar de as reconhecer no objecto de avaliação (**Quadro 7**). O seu tratamento na avaliação será contudo diferenciado (ver Metodologia e Cap. 6.1)

O esquema de modelo territorial para a AML em 2010 traduz um conjunto de ajustamentos ao modelo de 2002, determinados pelas dinâmicas territoriais que se observaram no presente decénio e pelas alterações que são expectáveis na sequência da decisão sobre a localização do NAL e das novas acessibilidades terrestres, rodoviárias e ferroviárias, incluindo a nova travessia do Tejo entre Lisboa e o Barreiro (**Figura 4**). O modelo territorial expressa a espacialização dos eixos estratégicos e das respectivas Linhas de Acção do PROT.

O objecto de avaliação da presente AAE consistiu assim na avaliação das opções estratégicas, numa primeira fase, e na avaliação do modelo territorial, expresso no normativo por domínio sectorial e por unidade territorial. Por razões que se prenderam com o calendário inicial do processo de revisão, não foi considerado oportuno avaliar os cenários desenvolvidos.

⁷ "Opção" pode ser definido como "escolha entre duas ou mais possibilidades", de acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia de Ciências de Lisboa, editado pela Verbo.

Os FCD, que estruturam a presente AAE, relacionam-se com os cinco eixos estratégicos do PROTAML conforme se apresenta na **Figura 3**.

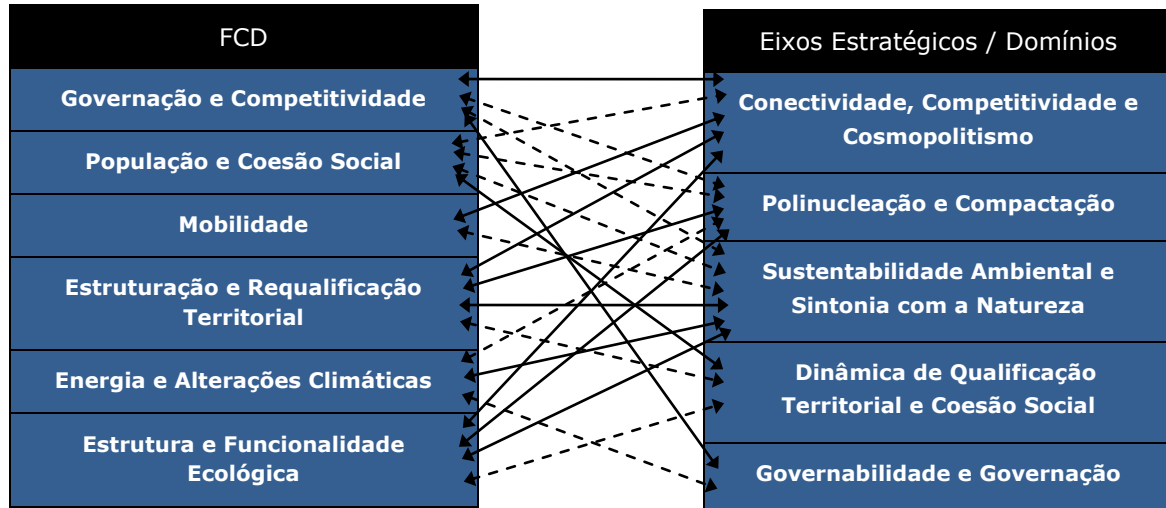


Figura 3 – Relação entre os FCD e os eixos estratégicos

Quadro 6 – Objecto de avaliação da AAE

Domínios de intervenção	Linhas de Acção	
<p>A. Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo</p>	A.1	Melhorar as ligações supra-regionais e internacionais
	A.2	Fixar e expandir as actividades intensivas em conhecimento e criatividade
	A.3	Consolidar a AML como destino turístico
	A.4	Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas
	A.5	Modernizar a base industrial e os serviços
<p>B. Polinucleação e compactação</p>	B.1	Dinamizar o modelo policêntrico
	B.2	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	B.3	Racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais
	B.4	Reforçar a conectividade regional
<p>C. Sustentabilidade Ambiental e Sintonia com a Natureza</p>	C.1	Garantir o funcionamento da REM
	C.2	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	C.3	Utilizar e valorizar os recursos numa óptica de sustentabilidade
	C.4	Evitar e mitigar riscos
	C.5	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	C.6	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	C.7	Melhorar o saneamento ambiental da região
<p>D. Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social</p>	D.1	Melhorar as condições e acesso à habitação
	D.2	Estimular a vida de proximidade
	D.3	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
	D.4	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados

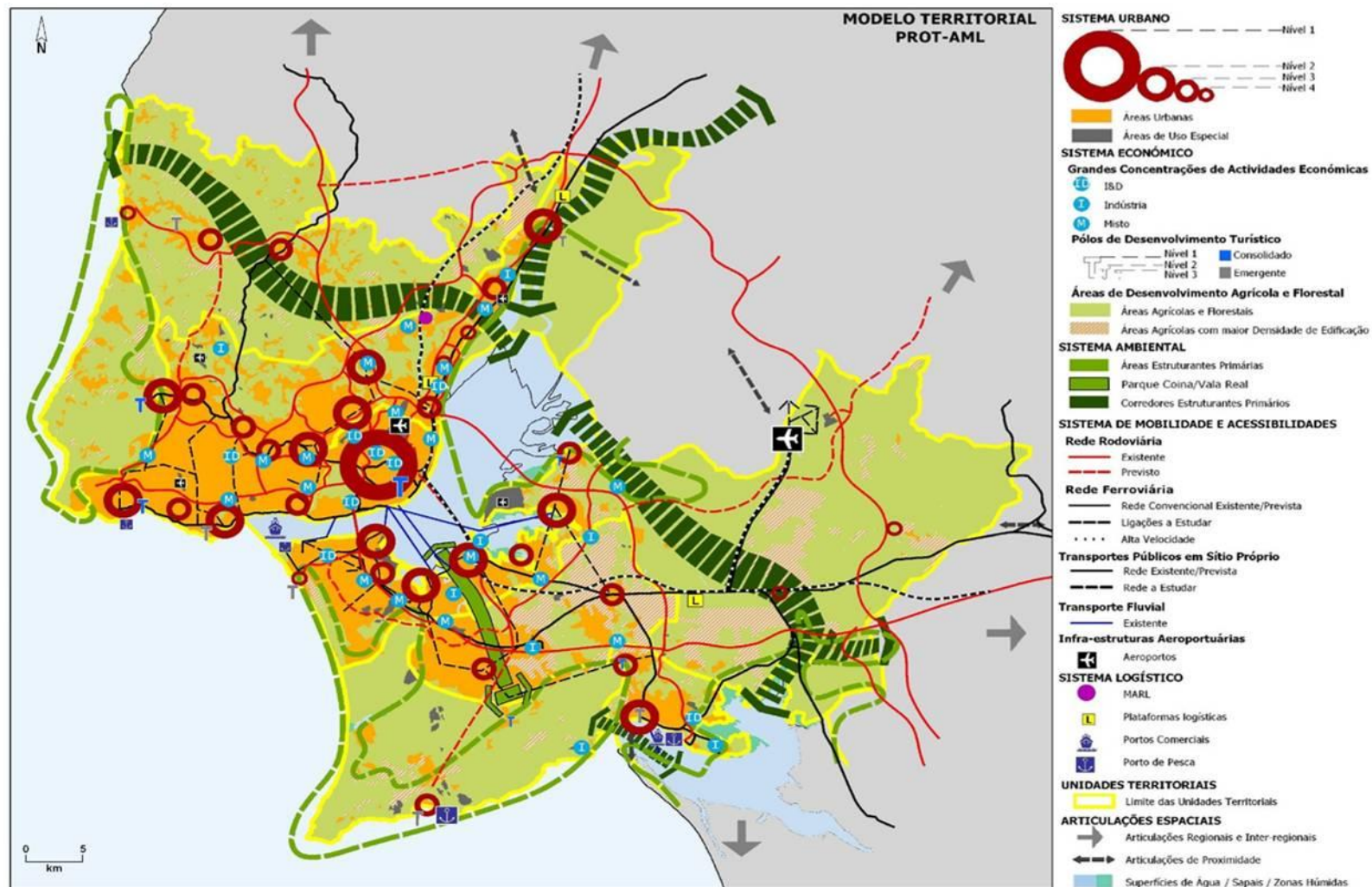


Figura 4 – Esquema global do Modelo Territorial

Quadro 7 – Opções estratégicas para as Unidades Territoriais do PROT-AML

UT	Opções Estratégicas
<p>1 – Estuário do Tejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como princípio a preservação da sustentabilidade; • Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar; • Assegurar a concretização dos objectivos estratégicos no projecto “Arco Ribeirinho Sul”, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística; • Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas; • Promover um ordenamento territorial das margens do estuário adequado ao risco sísmico e à susceptibilidade à inundação por tsunami
<p>2 – Lisboa Cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o protagonismo internacional de Lisboa e os seus factores de atractividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura; • Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um factor de competitividade; • Revitalizar funcional e demograficamente a Cidade de Lisboa, atraindo novos segmentos populacionais; • Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado; • Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a intermodalidade; • Concretizar o conceito “Lisboa, Cidade de Bairros” promovendo a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, a valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade; • Intensificar o processo de modernização e afirmação da actividade portuária; • Aumentar a resiliência ao risco sísmico.
<p>3 – Espaço Urbano Norte e Poente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as aglomerações urbanas estruturadoras; • Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com ligações de transporte público em sítio próprio; • Consolidar as principais áreas de concentração de actividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de

UT	Opções Estratégicas
	<p>investimento e promoção de inovação na AML;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas; • Ordenar e estruturar o território da área intersticial dos eixos consolidados de Cascais e Sintra; • Contextualizar os espaços agrícolas e florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano; • Estimular o robustecimento do turismo, em especial na dimensão hoteleira e de serviços de apoio. • Assegurar uma ocupação do território adequada à susceptibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos. • Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana.
<p>4 – Parque Natural Sintra - Cascais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das actividades humanas com a natureza; • Valorizar e preservar os factores distintivos da atractividade turística de Sintra; • Identificar e valorizar a Paisagem Cultural de Sintra classificada Património da Humanidade pela UNESCO; • Controlar a transformação da paisagem a do parcelamento agro-florestal; • Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral;
<p>5 – Lezíria do Tejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a manutenção da Lezíria do Tejo, como área de excelência para o desenvolvimento da agricultura metropolitana; • Promover a manutenção da Unidade, como área de excelência para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano; • Assegurar o aproveitamento para o lazer e recreio no rio Tejo, compatível com os valores ecológicos em presença.
<p>6 – Norte Agro-Florestal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a multifuncionalidade, característica desta Unidade, resultante da coexistência de diversas valências e recursos com elevado potencial de afirmação; • Promover a produção agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável; • Controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e conter a edificação dispersa promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais; • Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspectiva de ancorar e controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e os espaços rurais envolventes; • Assegurar a valorização e preservação dos factores distintivos da atractividade

UT	Opções Estratégicas
<p>7 – Arco Ribeirinho Sul</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover esta Unidade Territorial como a área privilegiada para a regeneração urbana da AML-Sul, direccionando as dinâmicas económicas e urbanas resultantes do NAL para a revitalização e regeneração das áreas industriais obsoletas; • Promover a qualificação do território, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas degradadas; • Reconverter as áreas industriais obsoletas ou abandonadas, integrando-as em projectos de requalificação global das áreas ribeirinhas, assegurando a descontaminação de solos e privilegiando a sua utilização para a instalação de novas actividades económicas, em sectores inovadores e com uma posição de relevo no contexto internacional; • Reforçar a centralidade do Turismo Cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico “Sol e Mar”; • Salvaguardar as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário; • Promover a concretização do Parque Coima/Vala Real; • Promover o ordenamento integrado no extremo oriental da Unidade, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial produtivo; • Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor.
<p>8 – Área Central da Península de Setúbal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, nomeadamente Pinhal Novo – Quinta do Conde • Assegurar um eficaz ordenamento do corredor Pinhal Novo – Palmela, incluindo os espaços consignados à indústria e à armazenagem, reforçando a dinâmica das actividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam forte vocação exportadora; • Promover a estruturação da ocupação fragmentada e dispersa através de projectos de grande impacte na qualificação do território; • Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e outros ecossistemas mais sensíveis, de grande valor ambiental e produtivo; • Assegurar a valorização, a promoção e a protecção do relevante património natural e histórico-cultural existente. • Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água.
<p>UT 9 – Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concentrar as dinâmicas de crescimento urbanístico na aglomeração Sesimbra / Santana e núcleos urbanos adjacentes; • Acautelar potenciais estrangimentos e pressões urbanísticas sobre os espaços envolventes/próximos das novas rodovias; • Promover a estruturação dos perímetros turísticos, respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos em presença; • Promover a qualificação e estruturação do sector sudoeste do concelho de Sesimbra; • Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística da Arrábida / Espichel e assegurar a manutenção das ligações dos sistemas ecológicos entre as Matas de Sesimbra e o Parque Natural da Arrábida; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração.

UT	Opções Estratégicas
<p>10 – Setúbal Palmela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística do Sistema Setúbal-Palmela, assim como as relações com os territórios envolventes; • Reforçar e dinamizar Setúbal / Palmela como um dos pólos estruturadores da Península de Setúbal; • Afirmar Setúbal / Palmela como centralidade estruturadora das dinâmicas turísticas envolventes; • Programar adequadamente as necessidades de espaços industriais qualificados, de modo a responder com eficácia aos fenómenos de relocalização que se observam no interior da Península de Setúbal; • Contribuir para a emergência de Setúbal / Palmela como uma importante centralidade cultural/criativa, fomentando a criação de pólos culturais alternativos que aproveitem as áreas industriais desactivadas/abandonadas; • Consolidar e afirmar o protagonismo económico desta Unidade na AML nas actividades associadas a clusters estratégicos, reforçando as infra-estruturas de I&D; • Salvar os espaços agricultados, de elevado potencial produtivo, ou potencialmente agricultáveis, bem como os espaços florestais e naturais; • Intensificar o processo de modernização da actividade portuária; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre exploração.
<p>11 – Nascente Agro-Florestal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar as áreas de montado e de produção agrícola; • Controlar e monitorizar as dinâmicas de urbanização e edificação resultantes da implantação das infra-estruturas previstas neste território; • Conter o povoamento disperso, promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras e nos pequenos núcleos rurais; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre exploração.
<p>12 – Estuário do Sado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como princípio a preservação da sustentabilidade; • Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar; • Salvar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas, de grande importância para a manutenção do funcionamento e produtividade do ecossistema estuarino; • Estimular o desenvolvimento de actividades associadas à náutica de recreio.
<p>13 – Faixa Marítima</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o planeamento e gestão integrada e intersectorial da faixa marítima e suas orlas; • Aprofundar o conhecimento em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade; • Planear o aproveitamento sustentável e a compatibilização de potenciais usos e actividades alternativas associadas à economia do mar;

UT	Opções Estratégicas
	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pela Faixa Marítima sejam tomadas tendo como princípio o desenvolvimento sustentável e o incentivo a uma maior relevância económica, ambiental e social do mar;• Garantir a preservação e recuperação de recursos e ecossistemas ameaçados

5 Análise e Avaliação Estratégica

5.1 Governação e Competitividade

5.1.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD - Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da alteração do PROT-AML na estrutura de governo, de decisão e na articulação institucional na Região, nas questões relacionadas com a criação e utilização de conhecimento, bem como nos padrões de especialização produtiva regional, nas condições de atractividade territorial à fixação destas actividades, e nas estratégias de articulação dos agentes tendo presente a afirmação internacional da região.

Resumo da situação tendencial - No FCD *Governação e competitividade*, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

Investimento crescente em I&D (público e privado)

Aumento moderado do nível médio de qualificação dos residentes (apesar dos valores absolutos baixos)

- Produtividade crescente do emprego (VAB por emprego)
- Boa abertura aos mercados externos (relativamente à média nacional)
- Desequilíbrio intra-regional acentuado na geração de riqueza (mais forte e em crescendo na Grande Lisboa – débil e em retracção na Península de Setúbal)
- Crescimento da procura turística
- Quebra na produtividade do investimento (VAB)
- Decréscimo do emprego e da produtividade no sector primário (fenómeno de terciarização)
- Inadequação dos modelos de governação intra-regional, apesar da aparente sensibilização crescente para as questões da governação

No **Quadro 8** apresenta-se a identificação da relevância do FCD#1 e respectivos critérios por Linhas de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 8 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&D	Atractividade Empresarial	Dinâmica Económica	Governança
A.1	✓	✓	✓	✓
A.2	✓	✓	✓	✓
A.3		✓	✓	✓
A.4		✓	✓	
A.5	✓	✓	✓	✓
B.1	✓	✓		✓
B.2		✓	✓	✓
B.3			✓	✓
B.4		✓	✓	✓
C.1		✓		✓
C.2	✓	✓		✓
C.3		✓	✓	✓
C.4			✓	✓
C.5	✓	✓	✓	
C.6		✓	✓	✓
C.7		✓		✓
D.1			✓	✓
D.2		✓	✓	
D.3			✓	✓
D.4		✓		

I&DT

A AML concentra cerca de metade (49%) da **população empregue em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico** (I&DT) do país observando-se uma tendência de modernização e reforço da competitividade neste sector⁸. A **despesa per capita em I&DT** nesta região é superior ao valor nacional na proporção do PIB (**Quadro 9**) e também no valor médio investido por unidade de investigação.

Quadro 9 – Despesa per capita em I&DT no PIB

	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)
Portugal	0,78	0,77	0,81
AML	1,07	1,10	1,17

(Fonte: INE, Anuários Estatísticos)

Esta dinâmica concentra-se na Grande Lisboa sendo os valores mais baixos na Península de Setúbal (**Quadro 10**) onde também se encontram os níveis mais baixos de **qualificação da população residente**, apesar da tendência observada de aumento do nível médio de formação na AML (**Quadro 11**).

Quadro 10 – Indicadores de I&DT

	Despesa em I&DT	Despesa em I&DT per capita	Despesa Média em I&D por Unidade	Pessoal em I&DT	Diplomados do Ensino Superior em C&T
	2005 (%)	2005 (€)	2005 (10 ³ €)	2005 (%)	2007 (nº / 1000 hab)
Portugal	100	114	551	100	14
AML	54	242	741	49	21
Grande Lisboa	50	-	760	45	24
Península de Setúbal	3	-	541	4	13

(Fonte: INE em Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009)

Quadro 11 – Variação da população residente por nível de ensino atingido

	Variação 2003-2007 (%)						
	Total	Sem Instrução	Básico			Secundário	Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
Portugal	2,9	-28,9	-11,8	1,5	18,7	17,5	28,3
AML	2	-24,6	-19,9	-0,7	11,5	10	16,6

(Fonte: INE em Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009)

⁸ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

No sector privado a AML é a região do país onde as empresas apostam mais em I&D, tendo chegado em 2006 a 44% de **empresas com actividade de I&D (Figura 5)** apresentando desempenhos superiores à média nacional em matéria de inovação e cooperação para a inovação, apesar de contarem com menos financiamento público.

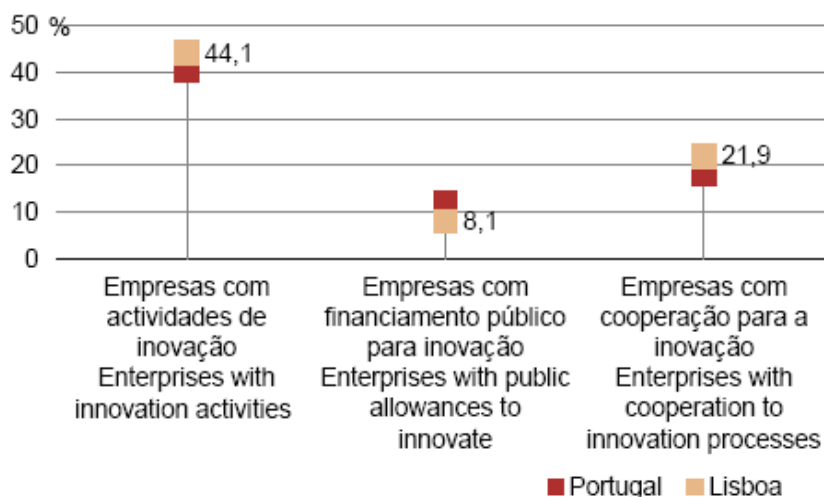


Figura 5 – Indicadores de inovação empresarial 2004-2006

(Fonte: INE, O território: região de Lisboa 2009)

Relativamente a outras regiões da Europa, a AML continua a evidenciar, no entanto, resultados significativamente baixos, observando-se também, apesar da tendência de aumento do **investimento e qualificação na área do I&DT** “a ausência de qualquer empresa com sede em Portugal a figurar no top100 das empresas da União Europeia no domínio da I&D.”⁹

A falta de dados relativamente às **parcerias entre instituições do ensino superior e empresas** não permite aferir sobre os esforços de aproveitamento do potencial de investigação e inovação científica enquanto indicador de capitalização do conhecimento na AML.

⁹ *Third European Report on S&T Indicators, 2003* em CCDD-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

Atractividade Empresarial

A AML acompanha a tendência nacional de aumento da produtividade do emprego, sendo a principal impulsionadora desta evolução, com um **Valor Acrescentado Bruto (VAB) por emprego** sensivelmente 37% superior à média nacional em 2006. Ao nível intra-regional, apesar deste indicador apresentar valores absolutos mais baixos na margem sul do Tejo, os valores observados na Península de Setúbal são ainda assim superiores à média nacional (**Figura 6**).

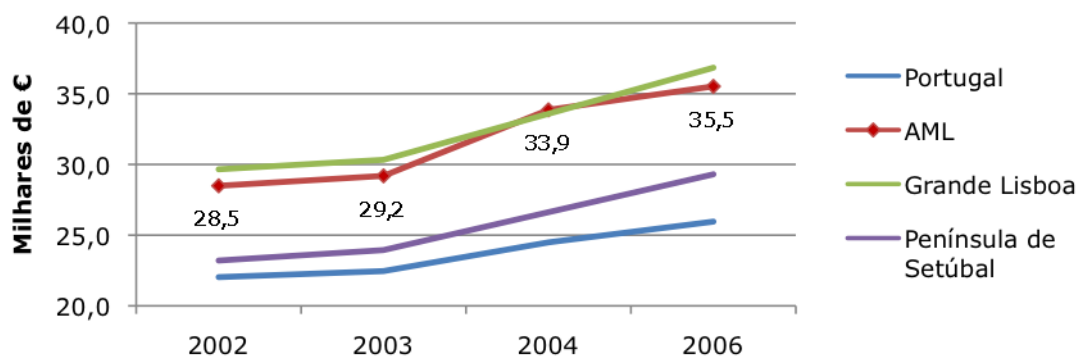


Figura 6 – Produtividade do Emprego (VAB por emprego em milhares de euros)
(Fonte: INE, Anuários Estatísticos)

A queda da **Formação Bruta de Capital Fixo** (de 32% para 21% do VAB entre 2001 e 2005 respectivamente) evidencia uma quebra no investimento produtivo por parte das empresas residentes e da administração pública. Esta tendência pode consubstanciar um risco para a sustentabilidade do crescimento económico regional, e um decréscimo da atractividade empresarial da AML.

Não obstante, a existência de um tecido empresarial com “maior grau de abertura ao mercado externo do que a média nacional” (Diagnóstico Sectorial Preliminar - Economia¹⁰) resulta numa maior atractividade da AML ao **investimento estrangeiro**, correspondendo as empresas controladas por capitais estrangeiros a 13% do emprego total na Grande Lisboa e 7% na Península de Setúbal, neste margem essencialmente associado à indústria automóvel. Para a AML como um todo, este indicador ascende a 12% (Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia¹¹).

Não existem dados compostos sobre o grau de atractividade empresarial para a AML, o que condiciona uma interpretação integrada deste critério, apesar da região surgir num estudo europeu recente como uma das “estrelas emergentes” das regiões europeias¹², em função do seu desenvolvimento dos últimos anos e do seu **potencial de atractividade**.

¹⁰ Versão de 10/02/2009.

¹¹ Versão de 20/01/2009.

¹² CRPM, “Étude sur la construction d’un modèle de développement polycentrique et équilibré du territoire européen” (citado em CCDRLVT, 2008, « A Região de Lisboa e Vale do Tejo em números »)

Dinâmica Económica

Em termos de actividade económica global, a AML responde por 37% do **PIB** de Portugal - o que é significativo tendo em conta que a região concentra 28% da população nacional numa área correspondente a apenas 3% do território continental. A riqueza produzida por habitante é assim na AML cerca de 40% superior à média nacional, sendo a Grande Lisboa a grande impulsionadora deste facto, na medida em que esta sub-região é responsável por 86% do **PIB da AML** (correspondente a 31% do total nacional). Em contrapartida, a Península de Setúbal é responsável por apenas 14% do PIB da AML, tendo apresentado inclusivamente uma tendência negativa entre 2001 e 2007 (**Figura 7**).

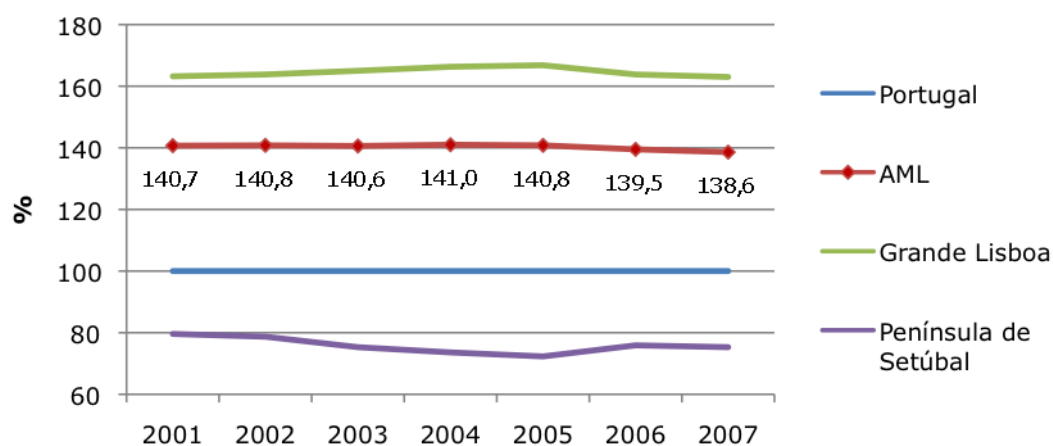


Figura 7 – Disparidade do Produto interno bruto por habitante a preços correntes

(Índice - Base 2000 - %; Portugal = 100%)
(Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa)

Tendencialmente, o sector terciário tem vindo a ocupar o lugar do sector secundário, em termos de emprego (**Quadro 12**) e de capacidade de criação de valor (**Quadro 13**). Apesar de representar menos de 2% do emprego total na AML, o sector primário observou uma tendência crescente de **população empregue** entre 2004 e 2007.

Quadro 12 – Emprego por sector de actividade económica na AML

Sector	Emprego em % do total de emprego			
	2004	2005	2006	2007
Primário CAE: A - B	0,9%	0,8%	1,1%	1,2%
Secundário CAE: C - F	22,4%	22,3%	22,0%	21,7%
Terciário CAE: G - Q	76,7%	76,9%	76,9%	77,2%

(Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa)

É também de assinalar o maior dinamismo económico dos concelhos da Margem Sul, com **taxas de criação de empresas** mais elevadas que na Grande Lisboa, com destaque para as empresas do sector de serviços¹³. Observa-se que, entre 2003 e 2006, os valores mais altos de produtividade regional estavam associados às actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, como aliás se verifica a nível nacional (**Quadro 13**). No entanto, na margem Sul prevalece a dependência do sector industrial, ainda muito relevante em alguns concelhos, destacando-se também o peso económico da vinha, em particular no concelho de Palmela.

Quadro 13 – Produtividade do Emprego (VAB por emprego em 1000 euros) por actividade económica

Actividade Económica	Produtividade (VAB/Emprego) (x 1000€)					
	Portugal			AML		
	2003	2004	2006	2003	2004	2006
Total	22,5	24,5	26,0	29,2	33,9	35,5
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	8,7	6,4	6,2	22,8	12,6	17,1
Indústria, incluindo energia	22,4	23,3	24,8	32,6	36,9	38,3
Construção	16,4	15,9	16,8	20,1	21,2	22,6
Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração transportes e comunicações	23,5	22,7	23,1	30,1	29,4	29,1
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	49,3	67,9	71,4	47,3	66,2	70,9
Outras actividades de serviços	23,5	26,7	28,6	23,8	27,4	29,0

(Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa)

Apesar da tendência de redução da **produtividade do sector primário**, a agricultura configura uma actividade mais rentável na AML do que no país, em valor médio (**Quadro 13**) confirmando o potencial agrícola que lhe é reconhecido, como constata o Diagnóstico Sectorial da equipa agro-florestal¹⁴ do PROT-AML, que refere como ponto forte os “níveis de competitividade e rendimento agrícolas relativamente elevados”, e como oportunidade as “potencialidades para uma produção com qualidade e diferenciação” na AML (versão 14/04/2009). Apesar deste potencial, a margem bruta total por SAU decresceu entre 2003 e 2007 (**Quadro 14**). Esta tendência, segundo a equipa sectorial da Agricultura do

¹³ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

¹⁴ Versão de 14/04/2009.

PROTAML poderá ser consequência “das acentuadas quebras ocorridas nos preços e ajudas agrícolas decorrentes da Reforma da PAC de 2003”¹⁵, o que terá contribuído para o “abandono crescente das actividades de produção agro-florestal mais extensivas” (Diagnóstico Sectorial - Agro-florestal¹⁶).

Quadro 14 – Margem bruta total por superfície agrícola utilizada (€/ha)

	2003	2005	2007
Portugal	749	733	623
AML	1.752	1.682	1.644

(Fonte: INE – Anuários estatísticos da Região de Lisboa)

O turismo na AML exhibe um potencial de desenvolvimento “ainda bem longe de se considerar esgotado”, como reconhecido no Diagnóstico Sectorial do Turismo¹⁷. A **Figura 8** reflecte esse potencial, revelando uma tendência crescente entre 2000 e 2007 de **procura turística** na AML, como se pode observar pelo número de dormidas neste período em estabelecimentos hoteleiros.

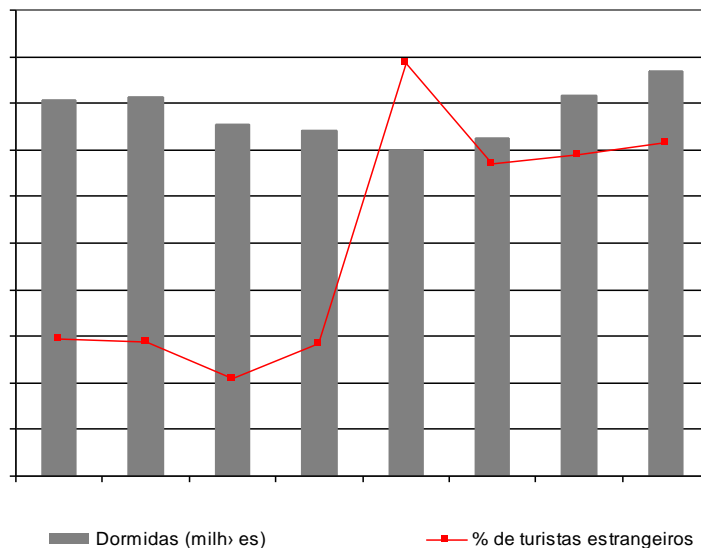


Figura 8 – Dormidas turísticas na AML entre 2000 e 2007

(Fonte: INE - Retirado de Diagnóstico Sectorial Preliminar – Turismo – 06/02/2009)

¹⁵ Segundo os *Comentários da Equipa de Agricultura e Florestas ao texto, de Julho de 2009, da Avaliação Ambiental Estratégica* (24/09/2009).

¹⁶ Versão de 14/04/2009.

¹⁷ Versão de 06/02/2009.

Do total de dormidas na AML, a Grande Lisboa é responsável por mais de 90% da procura turística registada na AML. Segundo o diagnóstico sectorial do turismo¹⁸, realizado no âmbito dos trabalhos de alteração do PROT-AML, esta assimetria poderá ser atenuada pela requalificação dos municípios da Península de Setúbal, que beneficiará da proximidade relativamente ao NAL. O mesmo diagnóstico salienta ainda que, face aos recursos ambientais existentes na AML, nomeadamente os relacionados com os estuários do Tejo e do Sado “justificam uma clara aposta no seu aproveitamento para o turismo e lazer, nomeadamente o centrado nas actividades de recreio e turismo náutico e na visitação e lazer activos na natureza”. O Turismo em Espaço Rural (TER) é um sector em crescendo de procura, como provam os 33% de crescimento nas dormidas entre 2006 e 2007 ao nível nacional, embora na AML o crescimento tenha sido mais reduzido (16,5%), reflectindo a fraca expressão da região face ao contexto nacional (apenas 25 unidades correspondentes a 5,9% da oferta nacional), como representado na **Figura 9**, o que revela um potencial de crescimento por explorar, embora dependente da preservação e valorização dos recursos ambientais atrás referidos.

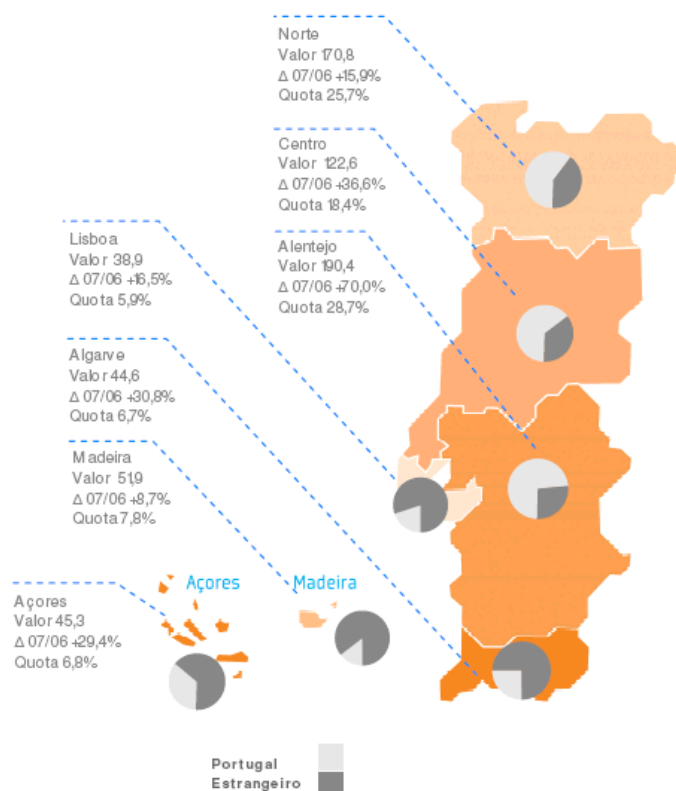


Figura 9 – Estimativa de dormidas por NUTSII (em milhares) em 2007, (Saldo percentual de dormidas entre 2006 e 2007 e quota de mercado no contexto nacional)

(Fonte: Turismo de Portugal, Relatório TER 2007)

¹⁸ Versão de 06/02/2009.

Governança

Dada a inexistência de informação sistematizada relativa a indicadores de governança, desenvolveu-se um pequeno inquérito junto das câmaras municipais que compõem a AML, com o intuito de caracterizar as tendências actuais dos municípios no que concerne ao:

- Desenvolvimento de orçamentos participativos;
- Estabelecimento de serviços de atendimento concentrados (sob a forma de balcões únicos);
- Desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade (ou equivalentes).

A **Figura 10** apresenta os resultados dessa análise, que abrangeu a totalidade dos 18 municípios da AML.

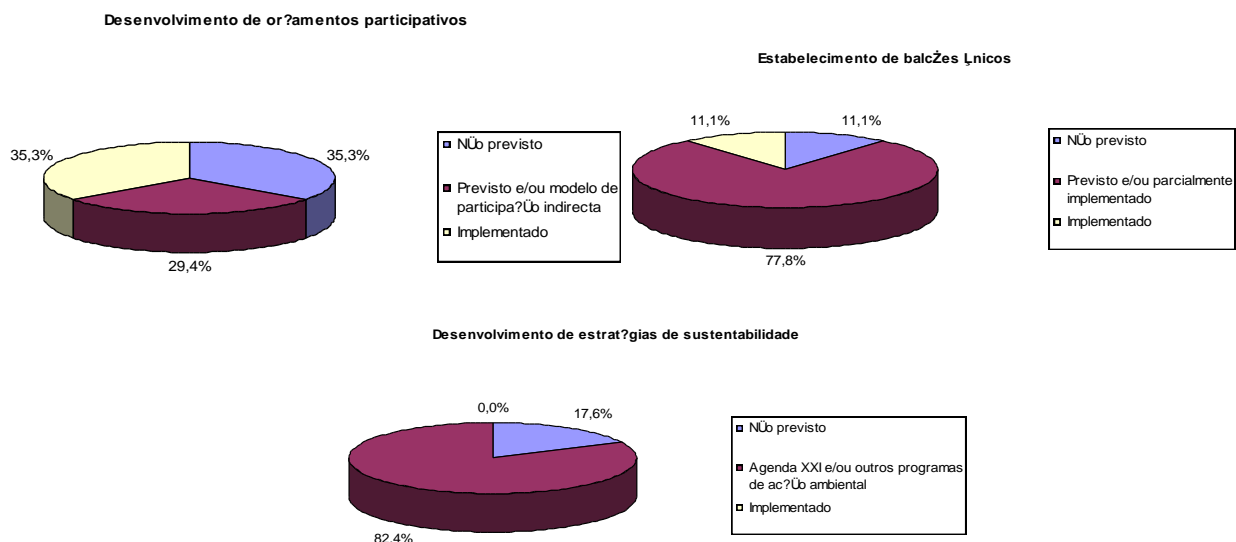


Figura 10 – Indicadores de governança para a sustentabilidade

(Fonte: AAE)

O desenvolvimento de **orçamentos participativos** é já uma realidade para diversos municípios (com destaque para Palmela que os faz há cerca de 6 anos), tendo sido identificados diversos casos em que, não havendo uma participação directa dos cidadãos no desenvolvimento dos orçamentos municipais, a contribuição dos cidadãos e/ou outros agentes é tida em consideração (participação indirecta) através do estabelecimento, por exemplo, de fóruns prévios de auscultação à população (e.g. Almada).

A implementação de **balcões únicos de atendimento** está prevista para a grande maioria dos municípios que ainda os não adoptaram, existindo diversas câmaras que se encontram em fase de transição para esse modelo, tendo concentrado fisicamente já diversos serviços municipais ou lançado programas virtuais de atendimento único aos cidadãos – como é exemplo o projecto *Citizen Relationship Management* (CRM), dinamizado pela Câmara de Cascais.

As **estratégias de sustentabilidade** não foram adoptadas por nenhum município da AML que, na sua maioria, apenas desenvolveram ou se encontram a desenvolver Agendas XXI locais ou outro tipo de programas de acção ambiental sem um enquadramento estratégico evidente.

Globalmente, os resultados do inquérito indiciam uma fase de transição no domínio da governação para a sustentabilidade na AML, na medida em que grande parte dos municípios tem a intenção de desenvolver e implementar um conjunto de instrumentos que conduzem potencialmente a um melhor desempenho de governação. Estes resultados atestam de certo modo a tendência identificada na Estratégia Lisboa 2020¹⁹ sobre a crescente “sensibilização para as questões da governabilidade e governância dos territórios e do ambiente”, não deixando a mesma de alertar para a ameaça decorrente das “dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na região”. Na base desta ameaça estão diversas dificuldades de articulação intra-regional e modelos de governação inadequados, como reconhecido nos *workshops* organizados pela equipa da AAE junto das Câmaras Municipais que integram a AML e as entidades presentes na Comissão Consultiva do PROT, que salientaram um conjunto vasto de preocupações neste domínio, das quais se destacam as seguintes²⁰:

- Insuficiente valorização da participação pública, e aposta na capacitação institucional, coordenação e parcerias públicas;
- Complexidade institucional para a participação e representatividade;
- Falta de integração das redes de comunicação interdepartamentais;
- Falta de articulação das políticas ao nível central, regional e local;
- Articulação insuficiente entre as autarquias e a Administração central, nomeadamente entre a CCDR-LVT e as Câmaras Municipais;
- Falta de abordagem biunívoca – “top-down”, “bottom-up”;
- Falta de vontade política para alterar PDM’s no seu ciclo de planeamento regular.

¹⁹ CCDRLVT (2007). Lisboa 2020 : uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa. CCDRLVT, Lisboa.

²⁰ Retirado do relatório sobre os “Resultados dos *workshops* temáticos”, apresentado pela equipa da AAE em Abril de 2009.

Análise SWOT

O **Quadro 15** apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para FCD#1, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 15 – Análise SWOT ao FCD#1 Governação e competitividade

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - AML concentra 49% da população nacional empregue em I&DT - Grande peso do sector primário relativamente ao resto do país - Existência de recursos ambientais com potencial significativo de valorização (nomeadamente os associados aos Estuários do Tejo e Sado) 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de investimento privado em I&D no contexto internacional - Baixos níveis de qualificação da população residente (especialmente na Península de Setúbal) - Grande assimetria na geração de riqueza entre a Grande Lisboa e Península de Setúbal (menos produtiva) - Desequilíbrios intra-regionais ao nível da governação
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Potencial de atractividade económica (e.g. turística) por explorar 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de articulação das políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na AML - Emprego na Península de Setúbal e dependente do sector industrial - Terciarização económica com conseqüente abandono do sector primário e secundário

5.1.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD Governação e Competitividade.

Quadro 16 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Governação e Competitividade

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
A.1	<p>+</p> <p>Valorização de actividades de I&DT no contexto da implantação de grandes infra-estruturas de transportes (NAL, AVF)</p>	<p>++</p> <p>Melhor fruição com os mercados externos</p>	<p>+</p> <p>Melhoria dos níveis de mobilidade logística e turística</p>	<p>+ -</p> <p>Melhoria da gestão aeroportuária (maior capacidade de acolhimento e melhor tecnologia do NAL) e controlo da dispersão urbanística</p> <p>Eventuais conflitos, entre níveis regional e municipal, em decisões que incidem sobre o território metropolitano</p>
A.2	<p>+</p> <p>Valorização de actividades de I&DT no domínio da saúde e indústrias criativas</p>	<p>+</p> <p>Atracção de novos activos profissionais qualificados</p>	<p>+</p> <p>Dinamização económica dos <i>clusters</i> da saúde e indústrias criativas</p>	<p>+</p> <p>Promoção de parcerias público-privadas</p>
A.3	<p>0</p>	<p>+</p> <p>Aumento da atractividade para a implantação de novas iniciativas</p>	<p>+</p> <p>Dinamização do sector turístico</p>	<p>-</p> <p>Não se prevê a revisão em baixa dos limiares de capacidade de</p>

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
		turísticas		alojamento. Ausentes critérios de cumulatividade para a delimitação de AVT e localização de NDT
A.4	0	+	+ -	0
		Estímulo à implantação de actividades económicas diferenciadoras	Dinamização das marcas turísticas de base territorial e marítima Ausência de estratégias para a valorização de sinergias entre diversas actividades/produtos	
A.5	+	+	+	+
	Valorização de actividades de I&DT decorrentes da aposta na modernização industrial, redes de conectividade digital e TIC	Aumento da atractividade para a instalação de novas iniciativas industriais e de serviços	Dinamização do sector logístico-industrial	Dinamização de modelos de cooperação público-privada e melhoria da eficiência na prestação de serviços à população e às empresas e ordenamento da logística
B.1	+	+	0	+ -
	Consolidação da rede do Sistema Científico e Tecnológico e promoção do conhecimento científico	Melhoria das condições de acolhimento empresarial		Melhoria dos processos de ordenamento metropolitano Contradição estratégica no papel estruturador atribuído à cidade de Lisboa

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
B.2	0	<p>+ -</p> <p>Concentração das centralidades económicas (melhor ordenamento das actividades económicas)</p> <p>Ausência de orientações de promoção do emparcelamento fundiário como factor de atractividade agrícola</p>	<p>+</p> <p>Melhor ordenamento das actividades económicas</p>	<p>+ -</p> <p>Melhor gestão infra-estrutural (concentração de recursos)</p> <p>Ausência de orientações efectivas de combate às novas áreas de ocupação ilegal</p>
B.3	0	0	<p>-</p> <p>Estagnação das actividades dependentes do meio rural</p>	<p>-</p> <p>Ausência de um modelo específico para o desenvolvimento rural (conflitos de planeamento/gestão)</p>
B.4	0	<p>++</p> <p>Geração de novos espaços de oportunidade económica</p>	<p>++</p> <p>Geração de novas dinâmicas económicas (atenuação das assimetrias entre Grande Lisboa e Península de Setúbal)</p>	<p>+ -</p> <p>Promoção da articulação entre diferentes escalas de planeamento dos transportes (AMT)</p> <p>Aposta na expansão do sistema rodoviário promove aumento da pressão urbanística nas suas envolventes</p>

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
C.1	0	+ - Promoção da atractividade paisagística do território Ausência de critérios de sustentabilidade urbana para a edificação nas Áreas Vitais (perda de atractividade dos espaços urbanos)	0	- Ausência de orientações para um diálogo eficaz entre a escala regional e municipal de planeamento
C.2	+ Promoção da investigação e conhecimento sobre o solo e biodiversidade	+ Salvaguarda da atractividade paisagística do território (potencial turístico)	0	+ - Promoção do envolvimento das comunidades locais e parcerias público-privadas Indefinição ao nível dos critérios de condicionamento do uso nas zonas sujeitas a uma maior pressão urbanística
C.3	0	+ - Promoção das actividades de exploração consolidadas Ausência de estratégias de valorização florestal associadas ao sequestro de carbono	+ Consolidação das actividades de exploração dos recursos naturais	- Ausência de orientações para a gestão de incompatibilidades potenciais entre actividades de exploração

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
C.4	0	0	+ - Acção preventiva sobre a implantação de actividades em zonas de risco Insuficiência de estratégias de adaptação às alterações climáticas (sustentabilidade económica)	+ - Contenção da actividade humana em zonas de risco Insuficiência de estratégias de adaptação às alterações climáticas (conflitos ao nível da gestão territorial)
C.5	+ Promoção da sustentabilidade energética enquanto alavanca de inovação	+ Aumento da atractividade a empresas do ramo da sustentabilidade energética	++ Geração de novos mercados de produção e serviços energéticos (redução da vulnerabilidade económica à crise energética)	0
C.6	0	+ Definição de critérios de valorização de pólos de atracção empresarial	+ Reforço das condições de expansão dos transportes colectivos	+ Melhoria das condições de gestão das acessibilidades
C.7	0	+ Aumento da atractividade para acolhimento empresarial (qualificação dos espaços infra-	0	+ - Promoção da cooperação intermunicipal na gestão de redes infraestruturais

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
		estruturados)		Ausência de directrizes para a minimização das perdas de água na rede (conflitos de gestão a prazo)
D.1	0	0	+	+
			Valorização dos mercados de arrendamento	Promoção da monitorização e estabelecimento de mecanismos de incentivo à reabilitação habitacional
D.2	0	+	+	0
		Aumento da atractividade para o desenvolvimento de iniciativas de comércio tradicional	Dinamização do comércio tradicional	
D.3	0	0	+	-
			Dinamização do <i>touring</i> cultural (turismo)	Sobrecarga das responsabilidades da Administração Pública (modelo conservacionista para a cultura)
D.4	0	+ -	0	0
		Aumento da atractividade dos espaços habitados Ausência de critérios para o		

LA	FCD#1 Governação e competitividade			
	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governação
		estabelecimento de espaços de acolhimento empresarial em meio urbano		

Inovação & Desenvolvimento Tecnológico

As LA do PROTAML levantam diversas oportunidades em matéria de inovação e desenvolvimento tecnológico, principalmente a estratégia em fixar e expandir actividades intensivas em conhecimento e criatividade (A.2), com destaque para a dinamização dos *clusters* da saúde e indústrias criativas - promovendo a valorização dos activos profissionais associados a estes sectores -, para a aposta em modelos de parceria entre os centros de investigação e as empresas - numa lógica de redes de conhecimento que contribui directamente para a inovação e o desenvolvimento tecnológico -, e para a proposta de criação da Agência Regional de Desenvolvimento Tecnológico, com vista a apoiar a inovação de base tecnológica em PME's e serviços.

De forma indirecta, existem outras LA que podem contribuir para a valorização de actividades de I&DT em diferentes domínios, nomeadamente os associados à:

- Implantação de novas infra-estruturas de transportes (Novo Aeroporto de Lisboa, linha de Alta Velocidade Ferroviária) e reforço do sector marítimo-portuário (A.1);
- Aposta na modernização dos processos transformadores, nomeadamente os associados à indústria ferroviária e exploração de energias renováveis, e na promoção de TIC (A.5);
- Promoção da investigação e conhecimento sobre o solo e biodiversidade (C.2);
- Promoção da sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade, com destaque para a eficiência energética dos edifícios e valorização energética dos resíduos (C.5).

O reforço das centralidades urbanas, no contexto do modelo policêntrico de desenvolvimento (B.1), constitui uma oportunidade para robustecer a capacidade de produção dos pólos de especialização científica e tecnológica, nomeadamente através da consolidação da rede do Sistema Científico e Tecnológico, particularmente o Tagus Park, o Lispolis, o Madan Park e o futuro pólo tecnológico de Setúbal, e do desenvolvimento de uma rede de equipamentos de promoção e difusão do conhecimento científico.

Atractividade empresarial

A implantação de novas infra-estruturas de transportes, nomeadamente o NAL e AVF (A.1), promovem uma melhoria das condições de fruição com os mercados externos, constituindo por isso uma oportunidade para reforçar as condições de atractividade da AML à instalação de empresas internacionais. No mesmo contexto dos transportes, mas à escala interna, o reforço da conectividade regional (B.4) contribui para a geração de novos espaços de oportunidade de acolhimento de actividades económicas (e.g. Pinhal Novo), e para a melhoria das condições de mobilidade das empresas instaladas na AML. Estas duas LA contribuem cumulativamente para atenuar a assimetria económica existente entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, promovendo o aumento da atractividade empresarial desta última, face à influência privilegiada que as novas infra-estruturas de transportes proporcionarão à margem Sul do Tejo.

A estratégia de expansão de actividades intensivas em conhecimento e criatividade (A.2) constitui uma dupla oportunidade, na medida em que promove o aumento dos níveis de qualificação profissional, por via do reforço das redes de investigação e sua interligação com o sector privado, e gera oportunidades de atracção de novos activos profissionais qualificados, particularmente nos *clusters* da saúde e indústrias criativas, apostas estratégicas do PROTAML. No mesmo contexto sectorial, as LA do PROTAML podem gerar, de forma indirecta, outras oportunidades, nomeadamente:

- O aumento da atractividade para a implantação de novas iniciativas turísticas, decorrente da estratégia de consolidação da AML como destino turístico (A.3), incluindo o TER (C.3) e o turismo de natureza (A.4);
- O estímulo à implantação de actividades económicas diferenciadoras (nomeadamente agrícolas, florestais, turísticas e de exploração marinha), por via da promoção estratégica de produtos e marcas de base territorial e marítima (A.4);
- O aumento da atractividade para a instalação de novas iniciativas industriais e de serviços, decorrente da aposta na modernização do sector logístico e dos transportes e no desenvolvimento infraestrutural de redes de conectividade digital e TIC (A.5);
- A valorização de actividades de exploração sustentável dos recursos naturais (C.3);
- O aumento da atractividade a empresas do ramo da energia e sustentabilidade assente na aposta estratégica na sustentabilidade energética enquanto alavanca de inovação e competitividade (C.5);
- O estímulo ao desenvolvimento do sector do comércio tradicional (D.2).

A dinamização de um modelo urbano policêntrico (B.1), a estratégia de contenção da expansão urbana (B.2), nomeadamente através das orientações de concentração de centralidades económicas, e a definição de critérios de localização de novos pólos de atracção em função das acessibilidades (C.6), contribuem para um melhor ordenamento das actividades económicas e, conseqüentemente, para melhorar as condições de acolhimento empresarial. No contexto da contenção da expansão urbana (B.2), salienta-se no entanto a ausência de orientações de promoção do emparcelamento fundiário como factor de atractividade dos solos para as explorações agrícolas de maior escala.

As estratégias de concretização da REM (C.1) e salvaguarda do sistema hídrico (C.2) contribuem para a salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos e, desse modo, para a atractividade do próprio território, nomeadamente em termos turísticos. No entanto, no caso concreto de implantação das Áreas Vitais (C.1), a ausência de critérios que suportem de forma sustentável as possibilidades de edificação nestas áreas (e.g. manutenção do contínuo ecológico, lógica de proximidade a serviços e espaços públicos de fruição, promoção de espaços de desafogo, aumento dos níveis de permeabilização do território, manutenção dos espaços naturais não edificados, contrariar a cumulatividade dos impactes negativos do alastramento da urbanização, adaptação às alterações climáticas), pode configurar um risco de agravamento da fragmentação urbana e desqualificação ambiental do território metropolitano, dirimindo a capacidade de utilização destes espaços para funções de consolidação do continuum ecológico, qualidade paisagística e de fruição urbana, com reflexos a longo prazo ao nível da atractividade do território para efeitos de instalação de actividades económicas e atracção de massa crítica. A política europeia sobre ambiente urbano²¹ é clara relativamente ao papel que as autoridades regionais e locais devem ter na implementação de medidas que favoreçam a sustentabilidade urbana, salientando que “a gestão integrada do ambiente urbano deverá favorecer as políticas sustentáveis de utilização dos solos que evitem a dispersão urbana e reduzem a impermeabilização dos solos, nomeadamente a promoção da biodiversidade urbana e a sensibilização dos cidadãos urbanos”, questões relevantes na implementação das áreas vitais e que deviam suscitar critérios de implementação convergentes à escala metropolitana.

No contexto da aposta na valorização sustentável dos recursos agro-florestais (C.3), salienta-se a ausência de estratégias de valorização florestal associada ao sequestro de carbono, nomeadamente no âmbito dos mercados voluntários de carbono, configurando um risco de subaproveitamento económico e, conseqüentemente, de capacidade de

²¹ CCE (2006). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano {SEC (2006) 16}

atração de novos investimentos nesta área, que são convergentes com as metas definidas pelo próprio PNAC de redução das emissões de carbono.

A aposta em melhorar o saneamento ambiental da região (C.7) contribui para a qualificação dos espaços infraestruturados e, por via disso, melhorar as condições de acolhimento e atractividade empresarial.

A estratégia do PROTAML de valorização e qualificação do ambiente urbano (D.4), apesar de contribuir para o aumento dos níveis de atractividade dos espaços habitados, não apresenta critérios concretos para a definição e tipificação de espaços de acolhimento empresarial em meio urbano, aumentando a discricionariedade de gestão ao nível da integração das funções económicas e residenciais, que têm assumido uma segregação crescente, e que configuram um risco de degradação da vocação multifuncional dos espaços urbanos.

Dinâmica económica

As LA do PROTAML reflectem um conjunto de apostas estratégicas sectoriais, que configuram oportunidades de dinamização económica nos seguintes domínios:

- *Clusters* da saúde e indústrias criativas (A.2);
- Sector turístico (A.3), incluindo as actividades de TER (C.3), as marcas turísticas de base territorial (A.4) e o *touring* cultural (D.3);
- Indústria naval (A.4);
- Sector logístico-industrial (A.5);
- Sustentabilidade energética, incluindo a exploração das Fontes de Energia Renovável (FER), tecnologias mais eficientes e valorização energética de resíduos (C.5);
- Comércio tradicional (D.2);
- Redes de Transportes Colectivos (C.6).

No contexto destas oportunidades salienta-se a aposta na geração de novos mercados de produção e serviços no domínio da sustentabilidade energética (C.5), que pode contribuir para a redução, a prazo, da vulnerabilidade económica à crise mundial energética, em sintonia com as estratégias nacionais e europeias em matéria de eficiência energética e

exploração de energias renováveis (das quais se destacam a Estratégia de Lisboa 2020²² e a Política Europeia para as Alterações Climáticas²³).

A implantação das novas grandes infra-estruturas de transportes, nomeadamente o NAL e a AVF, a par do reforço do sistema marítimo-portuário (A.1), contribuem directamente para melhorar os níveis de mobilidade logística e turística, constituindo uma oportunidade para a expansão destes sectores – em convergência com as Orientações Estratégicas para o sector marítimo-portuário nacional. No contexto da mobilidade, o reforço da conectividade regional (B.4), contribui também para gerar novas dinâmicas económicas, nomeadamente ao nível dos circuitos de distribuição comercial, podendo ainda servir, como anteriormente referido, para atenuar as assimetrias existentes entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, através, não só da concretização das grandes infra-estruturas, mas também da expansão da rede ferroviária do Metro Sul do Tejo.

A aposta estratégica na dinamização da oferta de arrendamento (D.1), configura uma oportunidade para revitalizar um sector que apresenta ainda uma expressão pouco relevante no mercado habitacional, e que se pode constituir uma alternativa ao sector de compra e venda, nomeadamente no contexto de crise em que se encontra actualmente este sector.

A estratégia de concentração das actividades económicas (B.2) pode contribuir para dinamizar *clusters* de especialização económica, embora o PROTAML não apresente directrizes específicas que concretizem territorialmente estas orientações.

A opção em estabilizar as áreas rurais (B.3), a par da estratégia de contenção do alastramento da urbanização (B.2) e da estratégia de valorização sustentável dos recursos naturais (C.3), configura uma oportunidade para a consolidação das actividades de exploração dos recursos naturais. No entanto, o aumento da pressão urbanística sobre os espaços rurais e naturais nas zonas de influência das novas infra-estruturas de transporte, nomeadamente o NAL e a AVF (A.1), apesar das fortes medidas de contenção da procura urbanística e do alastramento da ocupação territorial previstas neste PROT, constitui um risco à sustentabilidade do sector agro-florestal e dos recursos naturais envolventes, atenuando as oportunidades geradas pela aposta estratégica de valorização deste tipo de recursos. Com efeito, as opções económicas do PROTAML estão fortemente centradas no sector secundário e terciário, nos quais a promoção dos *clusters* da saúde e indústrias criativas (A.2), do turismo (A.3) ou da indústria dos transportes e serviços (A.5), são apenas exemplos. Estas apostas dão-se com menor ênfase no sector primário, embora neste aspecto o PROT tenha reconhecidamente melhorado em relação a versões

²² CCDR-LVT (2007). *Lisboa 2020: uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. CCDR-LVT, Lisboa.

²³ *Combating Climate Change – The EU Leads the Way*.

anteriores. No entanto não existe uma estratégia clara para a dinamização da competitividade dos espaços rurais, nomeadamente em relação a outras áreas congéneres ibéricas e europeias. Chama-se a atenção para a importância estratégica da economia rural, expressa não apenas nas actividades agrícolas e florestais, mas na exploração de sinergias entre múltiplas actividades que são compatíveis em contextos tradicionalmente designados como agro-florestais, e que carecem de urgente ordenamento integrado de âmbito sectorial no sentido da criação de um *cluster* baseado na economia rural. Este risco é ainda mais significativo face à incerteza vivida no sector alimentar a nível mundial e não apenas europeu, e à falta de autonomia do país ao nível da produção primária. Registe-se as orientações das Nações Unidas em matéria de economia verde (*green economy*) que vêm claramente neste sentido. A nível nacional, nomeadamente a ENDS²⁴, estabelece como meta para 2010 a inversão, em termos reais, da tendência de decréscimo do VAB da agricultura, e o próprio PENDER²⁵, estabelece como meta o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal. A ausência de uma forte orientação estratégica, apoiada em incentivos claros, para a reconversão de áreas urbanas fragmentadas com aptidão agrícola impõe, na prática, uma limitação estratégica ao crescimento de áreas rurais, principalmente aquelas que se encontram em unidades territoriais em processo acelerado de transformação urbana. Este processo contribui para acentuar o cerco urbano aos espaços agro-florestais, condenando a prazo as explorações agrícolas que aí subsistem a perderem a sua rentabilidade económica. A produção alimentar é um claro desafio no futuro da humanidade e os princípios de proximidade vão aplicar-se muito em breve já que toda a dinâmica global se encontra, neste campo, a ser fortemente questionada.

A estratégia de promoção de produtos de base territorial (A.4) revela-se um pouco limitada, nomeadamente na abordagem que faz às marcas turísticas reconhecidas, uma vez que aposta apenas nos produtos consolidados turisticamente (como são Lisboa cidade ou os eixos Estoril/ cascais e Sintra), ignorando o potencial estratégico de outros eixos emergentes (*e.g.* Lezíria, Palmela) enquanto marcas turísticas a explorar. Complementarmente, as pescas e aquicultura poderiam ser consideradas estrategicamente como produtos de diferenciação territorial, nomeadamente na vertente de ligação às tradições gastronómicas, factor que não é devidamente promovido pelo PROTAML.

A estratégia de prevenção e mitigação de riscos (C.4) contribui de uma maneira geral para impedir o desenvolvimento de actividades económicas em zonas de risco. No

²⁴ Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

²⁵ Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013.

entanto, mesmo tendo em conta que o PROTAML não tem um efeito vinculativo no sector privado, salienta-se a ausência de orientações estratégicas para a sensibilização das actividades económicas para a gestão de riscos, particularmente em relação às medidas de adaptação às alterações climáticas, que podem pôr em causa a sustentabilidade a prazo das actividades existentes (e.g. pesca) e/ou de implantação potencial.

Governança

A implantação do NAL (A.1) configura uma oportunidade para, de uma forma geral, melhorar o modelo de governança associado à gestão aeroportuária, dada a maior capacidade de acolhimento e melhores condições tecnológicas do NAL e dos benefícios decorrentes da sua própria localização, reduzindo os conflitos urbanos inerentes ao aeroporto da Portela (e.g. gestão de tráfego, ruído, poluição do ar). No mesmo contexto, salienta-se a importância da directriz estabelecida para a UT11 (Nascente Agro-Florestal) de direccionar as procuras urbanísticas de proximidade ao NAL para as aglomerações urbanas de Pegões e Poceirão, reforçando a protecção das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e da biodiversidade, contribuindo para uma melhor gestão estratégica do território em termos de controlo da urbanização resultante da implantação do NAL e, por via disso, da manutenção da sua componente ecológica e rural característica.

O PROT refere a necessidade de manter a reserva de espaço portuário na zona da Trafaria (A1.3) o que determina um conflito potencial por eventuais incompatibilidades com as intenções estratégicas municipais, e os usos pretendidos pelo município de Almada para a freguesia da Trafaria. Trata-se em todo o caso de uma área de risco e que deve ser reanalisada face aos novos desafios e urgências determinados nomeadamente pelas alterações climáticas, exigindo soluções que devem ser equacionadas num quadro mais estratégico, a uma escala geográfica e temporal mais alargada. A situação deverá ser acutelada já em sede do Plano Nacional Marítimo - Portuário e sua Avaliação Ambiental, por forma a antecipar a resolução deste conflito numa área do território metropolitano, previamente à sua efectividade enquanto proposta de projecto de desenvolvimento.

A promoção de parcerias entre os sectores públicos e privado subjacente às estratégias de promoção da articulação entre empresas e universidades (A.2), promoção de parcerias público-privadas no contexto da qualificação dos sistemas naturais (C.2), e de fomento da articulação entre a administração pública e as empresas ao nível da prestação de serviços à população (A.5) contribui para dinamizar modelos de cooperação público-privada, numa lógica de co-responsabilização e convergência de interesses que em tudo beneficia os modelos de gestão administrativa, em muitos casos demasiado dependentes dos serviços concentrados do Estado. A estratégia de promoção do envolvimento das comunidades locais nos projectos de reabilitação das linhas de água (C.2) configura também uma oportunidade de dinamização dos processos de participação pública e envolvimento de agentes locais.

A estratégia de consolidação e expansão do sector turístico (A.3) pode configurar um risco de governabilidade estratégica do território, na medida em que o PROTAML define Limiares de Capacidade de Alojamento (LCA) a serem revistos quinquenalmente, mas apenas para manter ou aumentar os valores absolutos das LCA, não permitindo reavaliações em baixa sempre que a sustentabilidade do território seja posta em causa pelos efeitos cumulativos dos estabelecimentos turísticos, nomeadamente fora dos perímetros urbanos (Núcleos de Desenvolvimento Turístico). No contexto da mesma estratégia (A.3), a ausência de critérios para a delimitação de áreas de vocação turística (AVT), tendo em conta efeitos potenciais de cumulatividade de projectos turísticos, bem como para a localização dos respectivos NDT, tendo em conta aspectos de inserção territorial e paisagística e de qualidade urbanística e ambiental, aumenta o risco de implantação discricionária, podendo contribuir para a geração de incompatibilidades territoriais, com efeito ao nível do desenvolvimento sustentável do território.

A aposta no desenvolvimento das redes de conectividade digital e a promoção das TIC (A.5), na lógica de produção de conhecimento e acesso à informação e da melhoria da eficiência dos serviços prestados à população, constitui uma oportunidade importante no domínio da gestão territorial.

O ordenamento da logística (A.5), a dinamização de um modelo urbano policêntrico (B.1) e a estratégia de contenção da dispersão urbana (B.2), incluindo em espaço rural (B.3), contribuem de forma cumulativa para a melhoria dos processos de planeamento e gestão, na medida em que concorrem para uma optimização de recursos e melhor fruição dos sistemas de gestão infra-estrutural.

A definição de um modelo policêntrico (B.1), associado à estratégia de contenção do alastramento da urbanização (B.2) e às orientações para o ordenamento do espaço rural (B.3) pode contribuir ainda para reduzir a discricionariedade do poder local em matéria de ordenamento do território, orientando os instrumentos municipais de programação da urbanização numa lógica metropolitana integradora e não de forma casuística. Existe no entanto um risco associado à contenção do alastramento da urbanização (B.2), na medida em que não são avançadas estratégias, nomeadamente no âmbito de uma política de solos, para a resolução efectiva do problema de origem da ocupação ilegal, com vista à eliminação dos casos existentes e controle e fiscalização eficaz.

No contexto específico da manutenção de Lisboa como centro metropolitano (B.1), a intenção expressa no PROT-AML de revitalizar demograficamente a cidade vai entrar em forte competição com a aposta no Espaço Urbano Norte e Poente (UT3), o que eventualmente pode gerar uma oportunidade de dinâmica positiva. Face ao efeito de suburbanização que se tem observado na AML nas últimas décadas, com consequências

evidentes nas perdas populacionais verificadas no município de Lisboa, a política de policentrismo, sem dúvida relevante, deve ser acompanhada por apostas mais fortes, em sede de plano director municipal, de incentivo à reconversão de Lisboa como centro de forte atractividade e competitividade em relação a outros centros polarizadores da AML.

O risco contudo é que esta situação venha a agravar a tendência de terciarização da cidade, e consequentemente reduzir ainda mais o papel estruturador que Lisboa deve desempenhar no sistema urbano metropolitano, contribuindo inclusivamente para perpetuar os fluxos de tráfego de entrada e saída da cidade, com consequências ao nível da governabilidade do território de Lisboa e coroa envolvente. A solução contudo passa por controlar o fenómeno de suburbanização, assegurando que todos os centros polarizadores, incluindo Lisboa, se transformam, por via dos instrumentos apropriados, em centros aglomeradores de população residente e actividades económicas de elevado dinamismo.

Relativamente à estratégia para os espaços rurais (B.3) já foi argumentada no critério anterior a ausência de uma estratégia de valorização efectiva do mundo rural. O PROTAML tem exactamente a responsabilidade de abrir o leque de oportunidades, numa óptica integrada, com vista às funções económicas sociais e culturais cruciais, passando pelo seu valor identitário no contexto metropolitano, que estes espaços vão representar no futuro, face às orientações internacionais já referidas. Estas perspectivas exigem regras, e formas de governação destes espaços, distintas, contrariando perspectivas ainda prevaletentes de que as áreas rurais, em contextos urbanos e metropolitanos, são espaços apenas expectantes de ocupação urbana, ou de privilégio como espaços naturais que urge preservar. O próprio Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal reconhece a importância estratégica de se valorizar a ruralidade em contexto metropolitano, nomeadamente ao nível do uso do solo, articulação funcional com aglomerados urbanos, requalificação urbanística/paisagística das "aldeias", valorização das relações de vizinhança, promoção de novas funções económicas e *marketing* territorial (eixo estratégico 1). Este é um dos grandes desafios estratégicos da AML, e uma das grandes oportunidades de futuro da AML passa pela valorização, e não apenas manutenção, do seu *cluster* rural.

A estratégia de reforço da conectividade regional (B.4) configura um conjunto de oportunidades significativas. Desde logo, a oportunidade decorrente da operacionalização efectiva da Autoridade Metropolitana de Transportes, que permitirá melhorar substancialmente a articulação entre diferentes escalas de planeamento ao nível dos transportes, nomeadamente entre a escala nacional e a municipal, mas também ao nível inter-municipal e inter-regional. A redução de assimetrias intra-regionais em termos de

acessibilidades constitui outro contributo positivo desta estratégia, assim como a geração de medidas conducentes à redução do peso do Transporte Individual (TI), nomeadamente através da aposta nos Transportes Públicos em Sítio Próprio (TPSP), na rede ferroviária e na promoção da intermodalidade, com efeitos acrescidos ao nível da gestão de tráfego e factores ambientais. Na mesma linha, a aposta em soluções potenciadoras de uma mobilidade sustentável (C.6), nomeadamente a promoção da atractividade dos Transportes Públicos (TP) e as restrições ao TI, contribuem para reduzir o recurso ao TI e, conseqüentemente, para uma melhor gestão da mobilidade.

No contexto da mesma LA (B.4) deve no entanto salientar-se o risco de se negligenciar o efeito negativo que a expansão do sistema rodoviário tem sobre a dispersão urbana, podendo contribuir para aumentar a pressão urbanística nas suas envolventes e desse modo “irrigar” áreas desocupadas, se não forem asseguradas medidas concretas que contrariem esse efeito, principalmente na margem Sul, para onde está previsto um aumento significativo de rodovias.

No que à REM (C.1) diz respeito, permanecem ausentes do PROTAML as orientações de gestão adaptativa necessárias para a manutenção a prazo de um diálogo institucional eficaz entre as autoridades municipais e a CCDR ao nível da implementação municipal da REM, como foi vastamente reconhecido no *workshop* realizado a 6 de Abril na CCDR-LVT sobre este tema específico²⁶, pese embora se reconheça os esforços de concertação levados a cabo pela CCDR no estabelecimento de parâmetros de implementação da REM que assegurem alguma flexibilidade dos municípios face a compromissos de edificação anteriormente assumidos. No entanto, a ausência de critérios explícitos associados a objectivos de qualidade coloca em risco o seguimento de uma racionalidade de planeamento eficaz na definição destas áreas a nível municipal, tendo em vista objectivos de sustentabilidade, tal como definem as orientações europeias.

Relativamente à estratégia de salvaguarda dos sistemas naturais (C.2), salientam-se as oportunidades criadas pelas directrizes específicas de interdição da edificação em zonas sensíveis sobre-ocupadas (e.g. litoral), embora o PROTAML nem sempre seja claro em relação às condicionantes de edificação noutras áreas (e.g. orla estuarina), uma vez que não identifica os critérios e a amplitude desse condicionamento. No mesmo contexto, alerta-se ainda para a necessidade de se considerarem as disponibilidades de água futuras face à procura expectável urbana e turística preconizada para a AML, e ao efeito acrescido provocado pelas alterações climáticas, de modo a evitar a prazo a geração de conflitos ao nível do abastecimento de água. O conjunto significativo de grandes infra-estruturas previstas, particularmente na Península de Setúbal, irá aumentar os níveis de

²⁶ Conforme consta do relatório da AAE relativo aos Resultados dos *Workshops* Temáticos, entregue à CCDR-LVT em 22 de Abril de 2009.

impermeabilização do solo e, conseqüentemente, afectar a capacidade de recarga dos aquíferos. Nesta matéria, o PROTAML apresenta objectivos de salvaguarda, mas não concretiza operacionalmente as condicionantes necessárias à sustentabilidade hídrica do território, nomeadamente nas áreas sujeitas a uma maior pressão urbanística.

Ao nível da valorização sustentável dos recursos naturais (C.3), salienta-se a ausência de orientações estratégicas para a gestão de incompatibilidades potenciais entre actividades de exploração (e.g. turismo náutico *versus* transporte fluvial) e promoção de sinergias sectoriais (e.g. TER *versus* agricultura biológica), o que pode configurar um risco ao nível da gestão e ordenamento de actividades com efeitos perversos para os próprios agentes económicos.

A estratégia de prevenção e mitigação de riscos (C.4) contribui para robustecer o sistema de socorro e alerta e conter a actividade humana em zonas actuais de risco e/ou perigosidade elevada, no entanto, são insuficientes as orientações estratégicas específicas de adaptação às alterações climáticas, o que configura um risco de aumento da vulnerabilidade da gestão territorial aos fenómenos meteorológicos extremos, que se esperam vir a ocorrer mais frequentemente e com efeitos mais devastadores.

A estratégia de melhoria do saneamento ambiental da região (C.7) pode gerar várias oportunidades de optimização infra-estrutural e articulação intermunicipal, por via do fomento da cooperação na gestão das redes de abastecimento e tratamento de águas, resíduos e ambiente sonoro, pese embora o PROTAML não apresente orientações mais efectivas para a minimização das perdas de água na rede, que atingem os 30% nalguns concelhos da AML, com conseqüências ao nível da gestão infra-estrutural a prazo do abastecimento de água. Esta é uma questão reconhecidamente relevante, em linha com as orientações do próprio PNUEA²⁷, que prevê que até 2015 se atinja uma eficiência de 80% na utilização da água para consumo urbano.

A estratégia de melhoria das condições de acesso à habitação (D.1) contribui para melhorar os processos de decisão relativos à reabilitação do parque habitacional e oferta de alojamentos para arrendamento, por via da promoção dos processos de monitorização e o estabelecimento de mecanismos de incentivo aos privados.

A estratégia de valorização do património e criação artística e cultural (D.3) reflecte-se num conjunto de directrizes que acentuam o conservacionismo em matéria de cultura, sobrecarregando as responsabilidades da Administração Pública (central e municipal), e descurando as oportunidades de promoção privada ou em parceria público-privada de iniciativas culturais e actividades económicas subsidiárias.

²⁷ Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.

O quadro seguinte apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.
Quadro 17.

Quadro 17 – Avaliação do FCD#1 por domínio de intervenção

Critérios de avaliação	I&DT	Atractividade empresarial	Dinâmica económica	Governança
Domínios				
Conectividade, competitividade e cosmopolitismo	↗	↑	↗	↗ ↘
Polinucleação e compactação	⇒	↗	↗ ↘	↘
Sustentabilidade e sintonia com a natureza	↗	↗	↗	↗ ↘
Coesão social e qualificação	⇒	↗ ↘	↗	↗ ↘

Legenda:

- ↑ Oportunidades significativas
- ↗ Oportunidades
- ↓ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.1.3 Directrizes para seguimento

Apresenta-se no **Quadro 18** as directrizes de seguimento para o FCD Governação e Competitividade, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 18 – Directrizes para seguimento para o FCD#1

FCD#1 GOVERNAÇÃO E COMPETITIVIDADE
Directrizes para planeamento e gestão
Estabelecer critérios para a implantação de actividades económicas na REM que constituam uma mais-valia ambiental
Criar uma plataforma de diálogo entre as autoridades municipais e a CCDR-LVT com vista a dirimir conflitos de implementação das orientações do PROT, designadamente em área de REM
Criar condições de diálogo entre as autoridades municipais e a CCDR-LVT e/ou outras autoridades sectoriais com vista a dirimir conflitos causados por intenções incompatíveis para uma mesma área do território metropolitano.
Promover o potencial paisagístico e de fruição dos espaços urbanos enquanto factor de atractividade do território para a instalação de actividades económicas e atracção de massa crítica
Clarificar as condições em que as actividades de exploração de recursos naturais e paisagísticos se podem desenvolver cumulativamente
Definir critérios de sustentabilidade para a delimitação das AVT e localização das NDT, tendo em conta a capacidade de carga territorial respectiva e aspectos de inserção paisagística e qualidade ambiental de projectos turísticos
Definir critérios de integração de actividades económicas em espaços urbanos com funções eminentemente residenciais, numa lógica de valorização da vocação multifuncional deste tipo de espaços
Dar prioridade à revitalização da função habitacional de Lisboa, promovendo mecanismos de licenciamento e incentivos que assegurem o preenchimento da oferta habitacional de Lisboa em preterição da expansão da oferta nas suas envolventes
Clarificar as condicionantes de ocupação e critérios de qualidade de edificação na orla costeira e possibilidades de valorização económica
Desenvolver e implementar mecanismos que impeçam o aparecimento de novos clandestinos e assegurem a demolição das edificações ilegais
Promover uma estratégia global e integrada para os espaços rurais da AML, que valorizem e incentivem sinergias multi-sectoriais, no quadro de uma civilização pós-carbono e que atenda aos desafios da produção alimentar e às soluções de proximidade face aos mercados consumidores
Promover actividades associadas aos mercados voluntários de carbono, numa lógica de valorização dos recursos agro-florestais
Promover a identidade rural da AML através da requalificação urbanística e paisagística das “aldeias”, da valorização das relações de vizinhança e do fomento da economia rural, atraindo novas funções económicas e promovendo o <i>marketing</i> territorial

FCD#1 GOVERNAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Desenvolver e implementar mecanismos de promoção do emparcelamento fundiário enquanto factor de atractividade para a exploração agrícola

Promover a reconversão de solo urbano em rural nas áreas com aptidão agrícola que foram cerceadas pela expansão de áreas urbanas fragmentadas, promovendo a demolição numa lógica de renovação territorial e de adaptação às alterações climáticas

Promover as pescas e a aquicultura enquanto produtos de diferenciação territorial, nomeadamente na vertente de ligação às tradições gastronómicas e ao turismo de pesca

Promover o desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas no território da AML, envolvendo as populações e as actividades económicas

Desenvolver medidas de prevenção e minimização das perdas de água na rede de abastecimento

Promover as indústrias criativas, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas na dinamização cultural e criação artística

Promover o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade regional, municipais e de Agendas 21 locais

Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais

Directrizes para monitorização

Monitorizar a pressão urbanística sobre os espaços com aptidão agro-florestal

Monitorizar a eficácia da REM na salvaguarda e valorização económica dos recursos naturais e paisagísticos

Monitorizar a adopção e a eficácia de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas no território da AML, designadamente através dos IGT municipais

Fiscalizar a ocupação urbana ilegal

Monitorizar a capacidade de carga turística nas Áreas de Vocação Turística (AVT) definidas localmente

Monitorizar as perdas de água na rede de abastecimento

Monitorizar a ocorrência e eficácia das parcerias entre instituições do ensino superior e as empresas

Monitorizar os níveis de atractividade empresarial (com recurso a índices agregados)

Monitorizar a relação entre a CCDR-LVT e os municípios e a eficácia de plataformas colaborativas

Monitorizar a participação dos cidadãos e a eficácia dos processos de envolvimento

Monitorizar o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade regional, municipal e de Agendas 21 local

Promover o levantamento e monitorizar as unidades de alojamento de Turismo no Espaço Rural em funcionamento e respectiva associação a produtos agrícolas e florestais

Monitorizar o desenvolvimento e fortalecimento dos espaços rurais da AML enquanto espaços de vocação e dinâmica própria e competitiva face aos congéneres ibéricos e europeus

Directrizes de governança

CCDR-LVT

Assegurar que os critérios de interpretação do PROT à escala municipal, são claros para as C.M. monitorizando e garantindo a correcta implementação das estratégias regionais ao nível local e promovendo parcerias

Promover a implementação de estratégias para a competitividade e sustentabilidade nos Municípios da AML e para as alterações climáticas

FCD# 1 GOVERNAÇÃO E COMPETITIVIDADE

<p>Câmaras Municipais</p>	<p>Articular as acções de planeamento e gestão municipal com as estratégias regionais em matéria de OT e de alterações climáticas</p> <p>Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada ao nível local</p> <p>Desenvolver modelos colaborativos inter-municipais favoráveis à implementação eficaz de projectos conjuntos estruturadores do território metropolitano e que fortaleçam a sua atractividade</p>
<p>Organismos sectoriais da Administração Pública (e.g.</p>	<p>Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização da informação relacionada com as suas áreas de competência</p> <p>Desenvolver estratégias sectoriais conducentes à resolução de problemáticas prevalentes na AML e que dependem de uma política concertada a nível nacional (e.g. política de solos, estratégia para os espaços rurais)</p>
<p>População em geral</p>	<p>Participar nos processos de consulta pública no âmbito das acções estratégicas de planeamento e avaliação ambiental</p> <p>Ter iniciativas individuais proactivas de adaptação e mitigação das alterações climáticas</p> <p>Ter iniciativas individuais e comunitárias em relação à valorização ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais</p>

5.2 População e Coesão Social

5.2.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD: Atender aos aspectos relacionados com a dinâmica demográfica, natural e migratória, com a coesão social, as tensões e desafios da multiculturalidade, bem como com a criação de elevados padrões de qualidade de vida em termos de saúde, habitação e lazer como elementos de uma identidade regional.

Resumo da situação tendencial - No FCD *População e Coesão Social*, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

- Crescimento demográfico, embora largamente superior na Península de Setúbal
- Envelhecimento populacional em toda a AML
- Aumento do desemprego, sobretudo na Península de Setúbal
- Aumento da pobreza
- Crescente insuficiência de equipamentos de proximidade
- Segurança mais precária, com o agravar de situações de marginalidade
- Património rico e diversificado mas baixo investimento público

No **Quadro 19** apresenta-se a identificação da relevância do FCD#2 e respectivos critérios por Linhas de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 19 – Relevância dos FCD#2 e respectivos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#2 População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
A.1	✓		
A.2	✓		✓
A.3	✓	✓	✓
A.4		✓	✓
A.5	✓	✓	✓
B.1	✓	✓	✓
B.2	✓	✓	
B.3	✓	✓	
B.4	✓	✓	
C.1	✓	✓	
C.2	✓	✓	
C.3	✓	✓	
C.4	✓	✓	✓
C.5	✓	✓	
C.6	✓	✓	
C.7	✓	✓	
D.1	✓	✓	✓
D.2	✓	✓	✓
D.3	✓	✓	✓
D.4	✓	✓	✓

Dinâmica Demográfica

Entre 2001 e 2008, a população residente na AML cresceu cerca de 5%, enquanto o total nacional cresceu apenas cerca de 3% (**Quadro 20**). Esta tendência pode revelar a continuidade do saldo migratório positivo não só de migrantes nacionais mas também de população estrangeira. Verifica-se ainda uma tendência de crescimento natural ligeiramente positiva devido ao aumento da esperança média de vida (**Quadro 21**).

Quadro 20 – População residente (N.º) por local de residência entre 1991 e 2008

	População residente (N.º) em 1991	População residente (N.º) em 2001	População residente (N.º) em 2008	Variação de população residente entre 1991 e 2001 (%)	Variação de população residente entre 2001 e 2008 (%)
Grande Lisboa	1 917 746	1 962 535	2 029 458	2.34	3.41
Península de Setúbal	656 505	724 337	789 975	10.33	9.06
AML	2 574 251	2 686 872	2 819 433	4.37	5.18
País	9 965 315	10 329 340	10 627 250	3.65	2.88

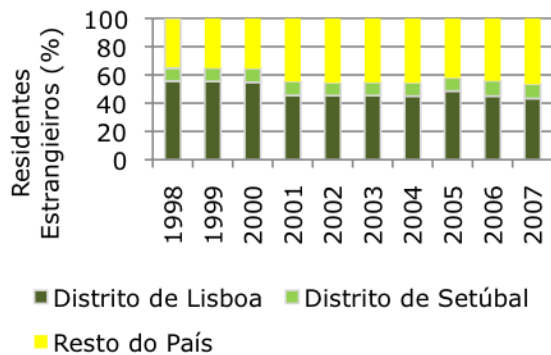
(Fonte: INE)

Quadro 21 – Componentes do crescimento populacional 1991 – 2001

	Taxa de Saldo Migratório	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Efectivo
Grande Lisboa	1,5	1,2	2,7
Península de Setúbal	8,0	1,7	9,7
AML	3,2	1,3	4,6
País	2,9	1,2	4,1

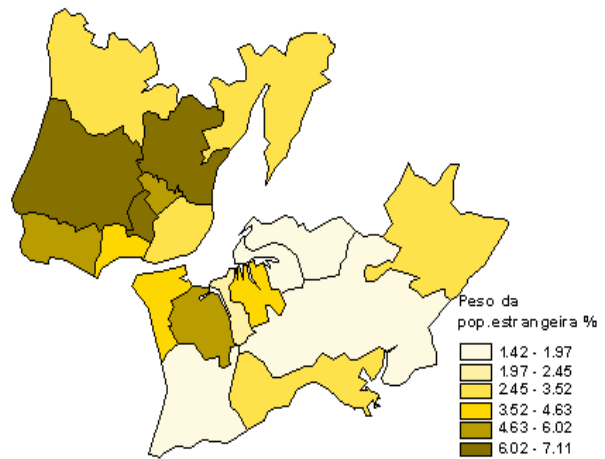
(Fonte: INE em Diagnóstico Sectorial Preliminar – Demografia – 31/01/2009)

Em 2001 mais de metade da população estrangeira residente em Portugal (55,3%) encontrava-se na AML (**Figura 11**), sobretudo concentrados nos concelhos da margem Norte (**Figura 12**). Não tendo sido possível ter acesso a dados referentes à **variação do número de nacionalidades residentes na Região**, fica o registo de que duas vagas recentes de imigração distintas podem ser identificadas. A primeira ocorreu durante a década de 90, por cidadãos oriundos maioritariamente dos PALOP e tendo Amadora, Seixal e Sintra como concelhos de destino. Uma segunda vaga de emigração ocorreu entre 2002 e 2007, desta feita por cidadãos na sua grande maioria com origem na China, Brasil e em países da Europa de Leste. A distribuição pela AML destas populações foi generalizada.



Fonte: Diagnóstico Sectorial Preliminar – Demografia – 30/01/2009.

Figura 11 – Peso da população estrangeira na população residente total, 2001



Fonte: Diagnóstico Sectorial Preliminar – Demografia – 30/01/2009.

Figura 12 – População estrangeira consoante o local de residência

Apesar da Grande Lisboa se manter como a maior concentração populacional da Região (cerca de 72%), é na Península de Setúbal que se observa uma tendência de crescimento populacional mais acentuada (**Quadro 21**), em parte devido ao valor da habitação (**Quadro 22**) que é aqui inferior ao da Grande Lisboa e em grande parte potenciado pela população migrante (**Quadro 21**). Sendo a AML a maior bacia de emprego nacional, pela análise da **estrutura etária da Região** compreende-se a concentração de população em idade activa também acima da média nacional (**Figura 13**). Estes valores vêm compensar a tendência generalizada de envelhecimento populacional, resultando em índices de dependência inferiores aos nacionais.

Quadro 22 – Valores Unitários (euros/m²) de Avaliação Bancária de Habitação por Natureza dos Alojamentos – nos 2^{os} Trimestres de 2008 e de 2009

Unidade: euros	Média Global (1)	
	2º Trimestre de 2008	2º Trimestre de 2009
Grande Lisboa	1509	1498
Península de Setúbal	1249	1245
Continente	1186	1168

(Fonte: Estatísticas da Construção e Habitação 2008 em INE)

Corresponde à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

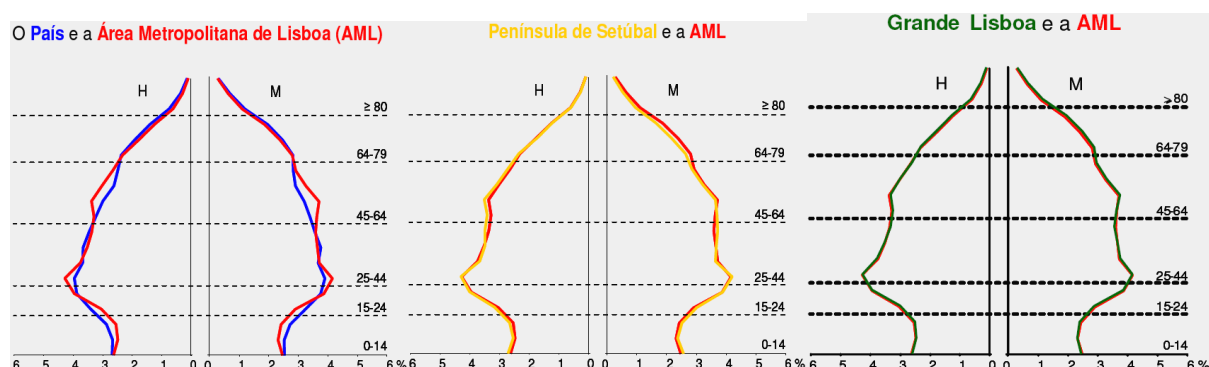


Figura 13 – Estrutura etária do País, da Península de Setúbal e da Grande Lisboa em relação à AML (2001)

(Fonte: Diagnóstico Sectorial Preliminar – Demografia – 30/01/2009)

Inclusão Social

Segundo os diagnósticos sectoriais do PROT-AML²⁸, a qualidade de vida dos residentes da Região está acima da média nacional, nomeadamente devido a factores como o bem-estar material (**Quadro 23**). A Grande Lisboa destaca-se em relação ao bem-estar material relativamente à Península de Setúbal, sendo a situação mais crítica na Península de Setúbal no que respeita à estabilidade do trabalho, com uma maior taxa de desemprego, mesmo em relação à média nacional. No que respeita à segurança, Lisboa apresenta a mais alta taxa de criminalidade, logo seguida da Península de Setúbal, situação que torna a AML bastante mais crítica em relação à situação nacional.

Quadro 23 – Indicadores de Qualidade de Vida

Tema	Descrição	Ano	Portugal	AML	Grande Lisboa	Península de Setúbal
Bem-Estar Material	PIB <i>per capita</i> (1000 €)	2006	14,7	20,5	24,3	10,7
	Poder de Compra <i>per capita</i> (€)	2005	100	137,3	145,6	115,7
Estabilidade do Trabalho	Taxa de Desemprego em Sentido Lato (%)	2001	6,7	7,5	7	8,9
	Beneficiários do Subsídio de Desemprego na População Residente (%)	2007	4,5	4	3,8	4,4
Segurança	Taxa de Criminalidade (%)	2006	37,8	47,2	48,5	43,7

(Fonte: INE em Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009)

²⁸ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

Tem-se observado uma tendência crescente das situações de maior carência evidenciada pelo aumento da **proporção de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) (Figura 14)** que mais do que duplicou entre 2005 e 2007 (variação na ordem dos 130%) representando cerca de 2,5% da população residente na AML.

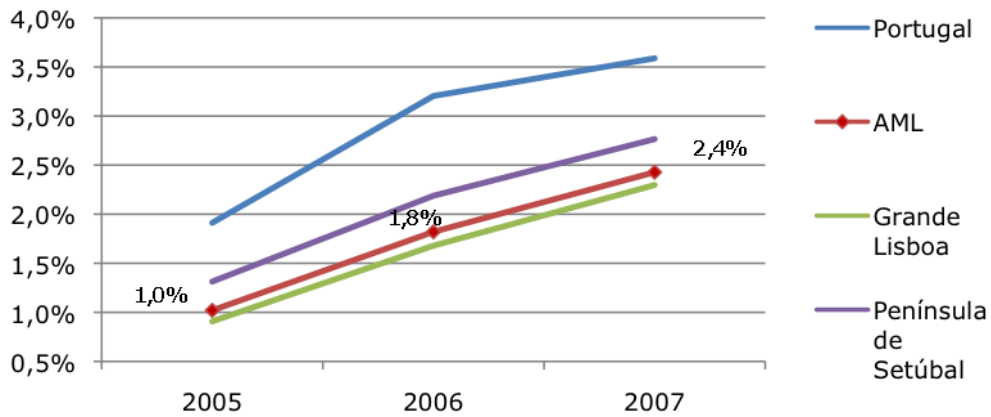


Figura 14 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

(Fonte: INE - Anuários Estatísticos)

Esta situação é coerente com a tendência crescente da taxa de desemprego (**Figura 15**) que aumentou cerca de 30% entre 2002 e 2007 e principalmente de desemprego de longa duração que, apesar de assistir a uma taxa de crescimento menor que a nacional, ainda assim aumentou cerca de 55% no mesmo período.

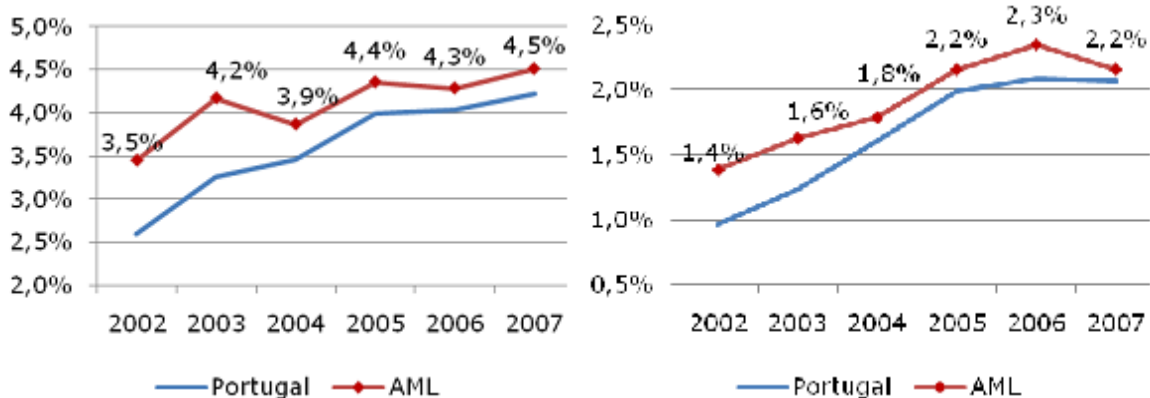


Figura 15 – Taxa de desemprego total (esquerda) e Taxa de desemprego de longa duração (direita)

(Fonte: INE – Anuários Estatísticos)

Observando a distribuição da proporção de beneficiários do subsídio de desemprego na população residente (**Figura 16**), conclui-se que esta situação é particularmente gravosa na Península de Setúbal onde este valor tem sido superior ou igual ao observado a nível

nacional, apesar de se observar uma tendência de ligeira redução a todas as escalas analisadas.

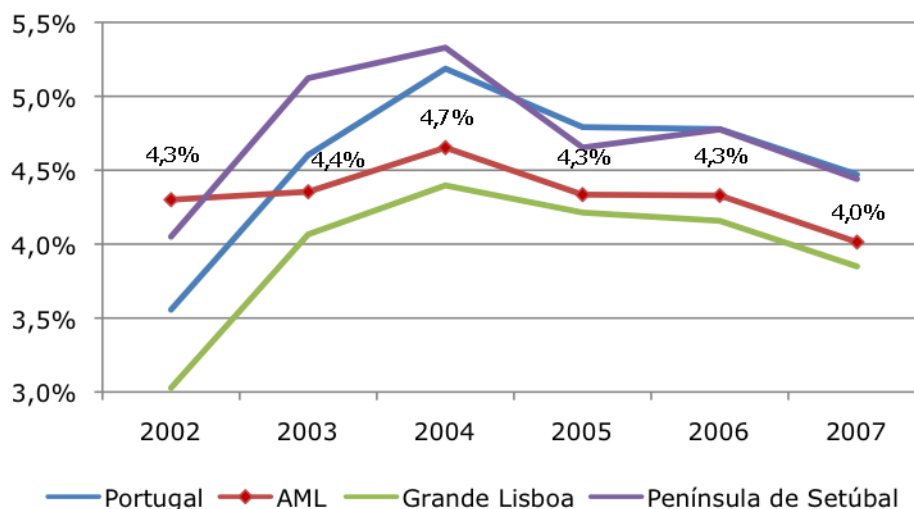


Figura 16 – Proporção de beneficiários do subsídio de desemprego na população residente

(Fonte: INE – Anuários Estatísticos)

É por isso premente a conclusão a que chega o diagnóstico sectorial do PROT-AML²⁹ ao referir uma tendência de precariedade do emprego e ameaça de desemprego e do agravar de situações de marginalidade.

Ao nível dos equipamentos, e a partir das conclusões produzidas pelos diagnósticos sectoriais elaborados no âmbito dos trabalhos de alteração do PROT-AML³⁰, as principais carências sentem-se ao nível dos equipamentos colectivos de proximidade (equipamentos de saúde e de ensino e formação profissional e equipamentos desportivos e sociais), afectando as populações mais vulneráveis e/ou expostas à exclusão social. Observa-se, no entanto, uma tendência de reforço da **rede de equipamentos de ensino**, nomeadamente de ensino pré-escolar.

Outras tendências relevantes para este critério de avaliação, no âmbito deste FCD, que não foi possível analisar em mais profundidade por insuficiência de dados, são:

- Degradação do parque habitacional dos bairros sociais e dos centros históricos, também eles crescentemente desertificados.
- Fracos investimentos das famílias na frequência do ensino, para além da escolaridade obrigatória.

²⁹ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

³⁰ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Estratégico (Final Preliminar) – Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos – 06/02/2009

- Agravamento das situações de pobreza e de exclusão social, decorrente do actual ciclo macroeconómico recessivo internacional, com impactes directos no aumento das barreiras à acessibilidade de determinados equipamentos colectivos, designadamente, ao nível de equipamentos de saúde.

A criação de agrupamentos de centros de saúde (ACES)³¹ tem como missão a garantia de prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica.

Para a região da AML estão propostos 16 ACES distribuídos pelas sub-regiões estatísticas Grande Lisboa e Península de Setúbal (**Quadro 24**). A população abrangida por cada ACES tem relação com a densidade populacional e outros factores demográficos, sendo maior em meios de maior densidade e menor em zonas de menor densidade. Contudo, o atraso na implementação efectiva destes ACES tem sido apontado como a maior lacuna da reforma dos cuidados primários.

Quadro 24 – Agrupamentos de centros de saúde

Local de residência	Densidade Populacional (N.º / km ²) 2008	Proposta ACES (Maio 2009)
Grande Lisboa	1475	12
Península de Setúbal	505	4
Continente	113,9	68

(Fonte: ACES em ARSLVT - Ministério da Saúde e INE)

Por outro lado, identificam-se também tendências positivas:

- Aumento da oferta de ensino pré-escolar e melhorias dos equipamentos escolares.
- Próficuo e intensivo ciclo de evolução da cobertura da Região em diferentes tipologias de equipamentos colectivos.
- Fluxos imigratórios crescentes, com relevância demográfica, económica, social e cultural.

³¹ Serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que agrupam um ou mais centros de saúde.

Património Cultural

A oferta cultural é considerada um dos pilares da qualidade de vida. A AML concentra condições para que este seja um factor de competitividade real face a outras regiões nacionais e internacionais. Para tal contribui, em grande parte, a multiculturalidade trazida pela população imigrante mas também os elementos patrimoniais materiais e imateriais culturais, e equipamentos de lazer que se encontram na Região.

A AML possui um rico património histórico, cultural e natural que valorizam a sua atractividade internacional e também a sua identidade.

Os eixos Estoril/Cascais/Sintra e Sintra/Mafra são referidos pelos diagnósticos sectoriais do PROT-AML como polarizante de deslocações turísticas pelo seu património natural e histórico construído mas também pela oferta de equipamentos de lazer “que permitem a realização de um vasto leque de eventos de natureza artística, cultural e desportiva, que atrai muitos visitantes, ao longo de todo o ano”³².

No entanto, identifica-se uma tendência de “degradação do património histórico, arquitectónico e cultural”³³ que poderá a longo prazo materializar a perda de uma grande mais-valia económica mas também social e identitária da Região.

Seria relevante ter uma noção dos meios financeiros especificamente destinados à recuperação do património, nomeadamente construído. Para tal, seria importante aferir o esforço realizado em termos de manutenção e recuperação dos elementos que compõem o rico património da Região, assim como da sua valorização e potenciação dos valores culturais que representam.

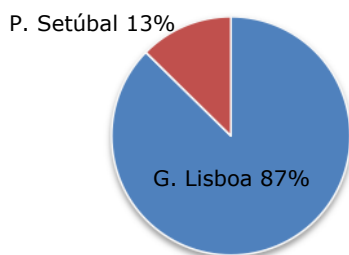
Como medida de dinâmica cultural da Região em geral, mas também como indicador dos níveis de integração e intervenção activa na sociedade, torna-se relevante aferir da **variação do número de associações culturais e número de associados**. A informação que se conseguiu como aproximação encontra-se na **Figura 17**.

A partir dos dados produzidos pelos diagnósticos sectoriais elaborados no âmbito dos trabalhos de alteração do PROT-AML³⁴, existe uma grande disparidade entre a Península de Setúbal e a Grande Lisboa no que toca ao número de estabelecimentos e pessoas por actividades recreativas, culturais e desportivas inscritas no CAE segundo o código 92.

³² CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Estratégico – Versão “Draft” – Turismo e Lazer – 06/02/2009

³⁴ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Estratégico “Cultura” – Anexos (Final Preliminar) – 05/03/2009

Número de estabelecimentos com actividades recreativas, culturais e desportivas



Número de pessoas por actividades recreativas, culturais e desportivas na AML

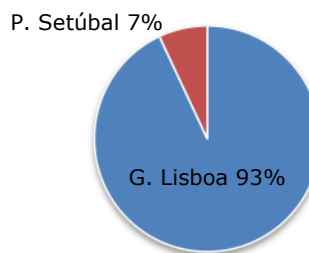


Figura 17 – Número de estabelecimentos e pessoas por actividades recreativas, culturais e desportivas na AML inscritas segundo o código 92 – CAE

(Fonte: Diagnóstico Sectorial final Preliminar – Cultura – 05/03/2009)

Segundo os estudos de diagnóstico do PROT-AML, “a vida social e cultural aparenta ser substancialmente mais dinâmica”³⁵ na AML, facto comprovado pela posição da AML relativamente à média nacional nos indicadores de vida cultural seleccionados (**Figura 18**). A Grande Lisboa destaca-se sempre pela positiva, em relação à Península de Setúbal ou mesmo à média nacional, excepto na despesa municipal neste sector onde apresenta o valor *per capita* mais baixo no período analisado (**Figura 18**). Esta dicotomia entre um **valor de investimento público** reduzido combinado com os valores mais elevados de frequência de actividades culturais poderá reflectir a forte presença do sector privado na oferta cultural da AML. No entanto, observam-se “fortes assimetrias ao nível da cobertura territorial da rede de equipamentos culturais de proximidade”³⁶ o que, aliado à redução do poder de compra sentido a nível nacional, potencia a tendência nacional de redução da procura cultural.

³⁵ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Economia – 20/01/2009

³⁶ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Estratégico (Final Preliminar) – Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos – 06/02/2009

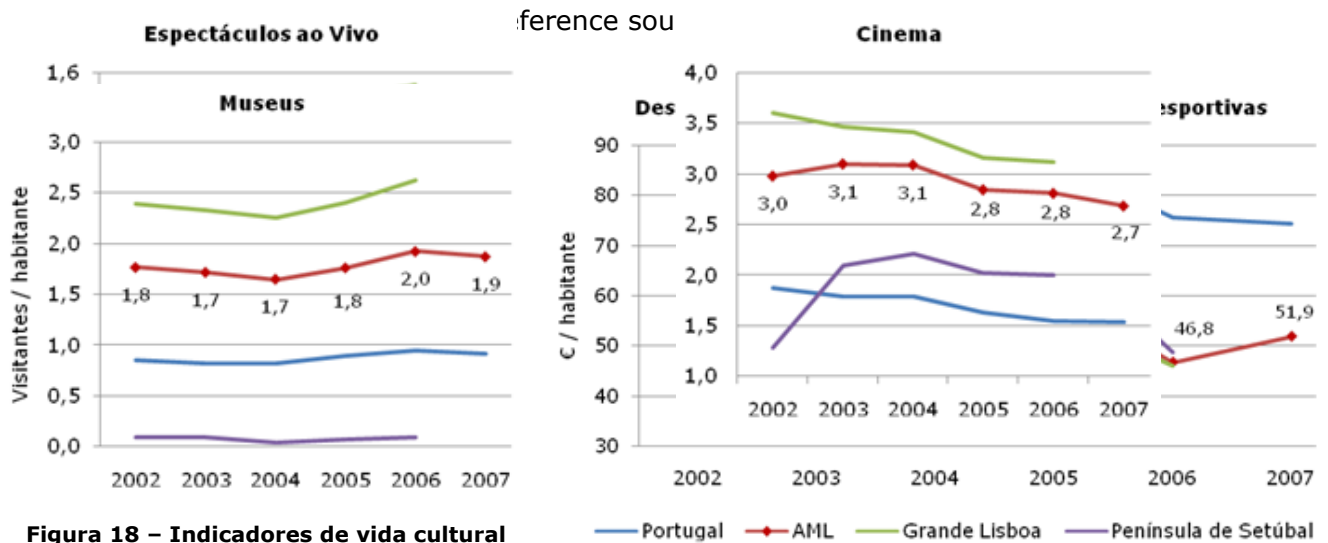


Figura 18 – Indicadores de vida cultural

(Fonte: INE – Anuários Estatísticos)

Análise SWOT

O **Quadro 25** apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para FCD#2 População e Coesão Social, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 25 – Análise SWOT ao FCD#2 População e Coesão Social

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da esperança média de vida - Património rico e diversificado 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficientes equipamentos de proximidade - Aumento do desemprego - Segurança precária - Aceleração do processo de envelhecimento
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Políticas pró-natalistas - Boa imagem da AML - Mercado de emprego e salários competitivos - Diferenciação de produtos regionais - Implementação de medidas de apoio à construção sustentável - Novos projectos estruturantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de conhecimento e capital humano para o estrangeiro - Tendência de fixação e expansão de actividades especificamente na Grande Lisboa

5.2.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD População e Coesão Social.

Quadro 26 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD População e Coesão Social

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
A.1	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Condições favoráveis à fixação de actividades económicas e reforço do sector marítimo-portuário</p>	0	0
A.2	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Condições favoráveis à fixação de actividades económicas e de I&D que contribuem para a atractividade regional e fixação populacional. Dinamização do sector da saúde de forma a articular com os cuidados pós-hospitalares</p>	0	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Promoção da adequação de espaços e equipamentos desactivados como objecto de requalificação para fins culturais</p>
A.3	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Condições favoráveis à fixação de actividades económicas que contribui para a atractividade regional e fixação populacional</p>	+ –	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Estratégia de valorização de zonas turísticas potenciais na Península de Setúbal é ainda insuficiente para diminuir o desequilíbrio entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal</p>

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
A.4	0	+	+ -
		Envolvimento de comunidades locais em várias actividades associadas à natureza, turismo, produtos regionais	Promoção da identidade cultural relacionada com os Descobrimentos e os Oceanos Estratégia de valorização de zonas turísticas dentro da Grande Lisboa e associadas ao NAL e TGV deixando para trás as zonas potenciais da Península de Setúbal Orientações insuficientes de divulgação, inovação e diferenciação de novos produtos
A.5	+	+	+
	Promoção do empreendedorismo e serviços às populações	Estratégias que podem estimular os processos sociais	Uso de tecnologias de informação e comunicação para divulgação/informação
B.1	+	+	+ -
	Centralidade em equipamentos, serviços e actividades económicas Orientações para o aumento da vitalidade social da cidade de Lisboa	Reforço de equipamentos sociais	Estratégia para divulgação de eventos e actividades culturais contudo não apresenta critérios Insuficiência de orientações para a potenciação de marcas turísticas emergentes
B.2	+	+	0
	Estratégia de compactação através da	Promoção da reconversão urbanística das áreas	

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
	hierarquização urbana Condições favoráveis à fixação de actividades económicas e por sua vez aumento da atractividade regional	urbanas desqualificadas e do acesso a equipamentos de proximidade	
B.3	0	+ - Incentivos insuficientes para a reconversão do solo urbano para solo rural	0
B.4	+	+	0
	Favorece melhores condições de vida logo promove a fixação populacional	Condições favoráveis ao acesso de equipamentos e serviços sociais de proximidade	
C.1	+	+ - Se for bem sucedido cria bem-estar e integração social pois reduz os riscos inerentes a uma má adequação dos sistemas ecológicos à edificação e por sua vez à população	0
	Cria atractividade e fixação de pessoas através da relação ambiente-sociedade, tanto a nível de funções ecológicas como paisagísticas		
C.2	+	+ - Estratégia de envolvimento da população em projectos de índole ambiental Se for bem sucedido cria bem-estar e integração	0
	Cria atractividade e fixação de pessoas através da minimização de riscos naturais que se repercute na segurança de pessoas		

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
	e bens e através da relação ambiente-sociedade	social, designadamente através da criação de actividades ligadas à natureza	
C.3	+ Cria atractividade e fixação de pessoas e actividades económicas que envolvem as comunidades locais	+ - Turismo em espaço rural, se bem sucedido, i.e. enquadrado com as comunidades locais, cria bem-estar e integração social	0
C.4	+ Cria atractividade e fixação de pessoas através da minimização de riscos e salvaguarda de pessoas e bens	+ - Se for bem sucedido cria bem-estar e integração social devido à orientação para as boas práticas ambientais	+ - Estratégia não explícita de medidas de adaptação às alterações climáticas e salvaguarda de património existente
C.5	+ Cria atractividade e fixação de pessoas designadamente através da construção sustentável	+ - Se for bem sucedido cria bem-estar e integração social	0
C.6	+ Cria atractividade e fixação de pessoas através da melhoria da mobilidade e equipamentos de proximidade, principalmente para áreas rurais	+ - Se for bem sucedido cria bem-estar e integração social no que toca aos serviços e equipamentos de proximidade	0

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
C.7	<p>+</p> <p>Privilegia o ambiente regional e por sua vez valoriza-o, tornando-se atractivo para a fixação de pessoas</p>	<p>+ -</p> <p>Se for bem sucedido cria bem-estar e integração social</p>	<p>0</p>
D.1	<p>++</p> <p>Dinamização e diversificação de processos sociais, como a melhoria de acessos à habitação, tornam-se um atractivo para a região</p>	<p>+</p> <p>Estratégia de realojamento para acabar com habitações precárias Reforço estratégico de apoio à geração de actividades económicas</p>	<p>+</p> <p>Política de monitorização contínua do estado actual dos edifícios</p>
D.2	<p>++</p> <p>Criação e melhoria de condições de vida e consequentemente atractividade regional</p>	<p>+</p> <p>Estratégia para a multifuncionalidade dos espaços centrais e para o papel dos equipamentos sociais de proximidade</p>	<p>+</p> <p>Importante ênfase para o desporto Estratégia para a dinamização sócio-cultural induzida por organizações locais</p>
D.3	<p>+ -</p> <p>Estratégia de aumento de dinâmica cultural, mas muito ligada a grandes eventos, limitada em relação ao património imaterial e ao seu potencial demográfico</p>	<p>+ -</p> <p>Estratégia de promoção das TIC nas zonas e camadas sociais mais vulneráveis Insuficiência de orientações de apoio ao acesso por parte de grupos sociais carenciados e com dificuldades financeiras, a actividades culturais</p>	<p>++</p> <p>Articulação com o turismo e cultura de comunidade de forma a criar atractividade local e por sua vez estimular projectos na área cultural</p>

LA	FCD População e Coesão Social		
	Dinâmica Demográfica	Inclusão Social	Património Cultural
D.4	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Estratégia para melhoria dos padrões de qualidade dos edifícios e espaços públicos</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aumento da atractividade dos espaços habitados de forma a criar melhores condições de vida</p>	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Estratégia de preservação e reabilitação do património edificado com valor artístico contudo não concretiza critérios para tal</p>

Dinâmica Demográfica

As LA do PROTAML criam diversas oportunidades em matéria de dinâmica demográfica, nomeadamente, e com maior importância, as estratégias de intensificação dos processos de inclusão social (D.1) e estímulo à vida de proximidade (D.2), fundamentalmente pela dinamização de processos sociais através da reabilitação do parque habitacional e por sua vez a criação e melhoria de condições de vida promotoras da fixação de populações e consequente crescimento demográfico. Destacam-se em particular as estratégias do PROTAML relativas ao empreendedorismo e serviços às populações e ao emprego, os reforços das centralidades através da promoção de equipamentos, a programação da urbanização e o desenvolvimento de actividades económicas, promotoras de uma cultura de comunidade.

Saliente-se no contexto da B.2, e também da UT11 e UT8, a estratégia específica para controlar/limitar o crescimento urbano motivado pelo NAL que terá que ser suportada por todos os mecanismos possíveis de eficácia, já que a pressão que irá existir naquele território determina um risco muito significativo e um grande potencial para a ocorrência de fenómenos de cumulatividade. O inevitável crescimento demográfico decorrente da fixação de actividades relacionadas com o NAL, na ausência de fortes mecanismos de controlo territorial, pode vir a determinar uma degradação da qualidade de vida, e da atractividade desse território, tendo em conta critérios de qualidade ambiental e social, bem como de um futuro sustentável da região. Prevê-se que os concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela sejam aqueles que registem um maior crescimento demográfico relacionado com a implementação do NAL, e no futuro com a Plataforma Logística do Poceirão³⁷. Estas preocupações específicas far-se-ão sentir de forma mais relevante na unidade territorial referente à zona Nascente Agro-Florestal (UT11) assim como indirectamente na UT8 (Área Central da Península de Setúbal).

Destacam-se outras LA que podem contribuir para a dinamização demográfica em diferentes domínios, nomeadamente os associados à:

- Criação de condições favoráveis à fixação de actividades económicas (A.2, A.3 e A.5) inerentes à implantação de novas infra-estruturas de transporte como o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) e a linha de Alta Velocidade Ferroviária (AVF) e o reforço do sector marítimo-portuário (A.1 e B.4). Estas condições favoráveis poderão passar pela reconversão de áreas obsoletas ou abandonadas como é referido na unidade territorial referente ao Arco Ribeirinho Sul.

³⁷ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Demografia – Perspectivas demográficas para a AML (versão Abril 2010)

- Estratégia de compactação através da hierarquização urbana (B.2) e centralidade em equipamentos, serviços e actividades económicas e as orientações para o aumento da vitalidade social da cidade de Lisboa (B.1 e UT2 – Lisboa), preconizando uma melhoria da acessibilidade a equipamentos de saúde, diminuindo o tempo de deslocação. Para mais, os centros distribuídos hierarquicamente oferecem um conjunto de serviços e bens em função da dimensão territorial e do volume da população, sendo por isso uma oportunidade para a dinâmica demográfica.
- Criação de atractividade regional através da geração de condições infra-estruturantes de qualidade ambiental (C.1, C.2 e C.7), o que passa pelo envolvimento activo das comunidades locais no que concerne à temática recursos naturais e seus usos sustentáveis (C.3 e C.5), da minimização de riscos que possam pôr em causa populações (C.2 e C.4) e da melhoria da mobilidade com acesso aos equipamentos de proximidade, de uma forma sustentável (C.6).
- Estratégia de melhoria dos padrões de qualidade ambiental e paisagístico dos edifícios e espaços públicos habitados (D.4).

Saliente-se ainda contudo que a LA D.3 contem em si um potencial de dinamização demográfica que não está suficientemente explorado no PROTAML, já que poderia estar mais potenciado a nível de soluções de bairro, ligado ao conceito de cultura de comunidade (criação de ateliers criativos, actividades de tempos livres, entre outros).

Inclusão Social

A consolidação do turismo na região e o desenvolvimento económico associado a produtos inovadores e de marca (A.3 e A.4) pode constituir uma oportunidade para a inclusão social desde que possua essa intenção clara. No entanto, as estratégias prevaletentes no PROTAML (A.3 e A.4) não são ainda indicativas de uma política clara de inclusão social, não possuindo critérios expressivos, designadamente ao nível da preferência pela produção de emprego local, que garantam esse pressuposto, podendo constituir riscos significativos de geração de desigualdades sociais, o que poderá contrariar, e assim pôr em risco, a estratégia de inclusão social do PROTAML.

A estratégia de empreendedorismo ligada às TIC (A.5.3) pode igualmente conciliar a inclusão social, desde que seja efectivamente orientada nesse sentido, isto é, caso concretize uma estratégia clara preconizadora de boa acessibilidade a zonas geográficas mais remotas e a populações mais idosas. De igual modo estratégias ligadas à promoção de actividades tradicionais e culturais (A.4.1, A.5.4, B.3, C.3, D.3) poderão explorar e

ligar-se à estratégia de empreendedorismo referida, proporcionando um aumento da atractividade local.

A noção de que é necessário compactar e conter a expansão urbanística (B.2) surge como uma oportunidade para a inclusão social pois promove a reconversão urbanística das áreas urbanas desqualificadas, diminuindo o elevado número de parques habitacionais degradados e aumentando a atractividade destes espaços habitados (D.4). Para mais, a criação de condições favoráveis ao acesso equitativo de equipamentos e serviços sociais de proximidade (B.4) e a estratégia de aplicação a estes equipamentos de critérios de sustentabilidade (A.5) surgem como oportunidades, tal como é referido no critério de avaliação "Mobilidade Urbana". Apesar de na B2.1 ser considerado o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, considera-se, ainda, insuficiente a aplicação desta directriz para incentivar (para além dos mecanismos legais) à reconversão do solo urbano em solo rural (B.3) podendo pôr em causa a boa aplicação do domínio compactação e polinucleação em termos de inclusão social. Estas orientações referidas anteriormente estão contextualizadas, por exemplo, nas unidades territoriais referentes ao Arco Ribeirinho Sul e à Área Central da Península de Setúbal. Na primeira UT é referida a necessidade de articular interna, funcional e urbanisticamente o sub-sistema urbano Almada/Montijo assim como as relações com os territórios envolventes, através do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas e da qualificação dos núcleos degradados. Na segunda UT é referida a necessidade de desocupar zonas edificadas que são significativas para a preservação do aquífero.

No domínio da sustentabilidade e sintonia com a natureza (C), de uma forma geral as LA criam oportunidades para aspectos de integração e bem-estar social caso estas sejam bem sucedidas na forma como irão ser implementadas.

Em relação ao domínio Integração Social e Qualificação, as estratégias relativas à dinamização dos equipamentos de proximidade (D.2) e intensificação dos processos de inclusão social (D.1) configuram oportunidades na medida em que promovem o conceito de proximidade a equipamentos, serviços e actividades e por sua vez aumentam a qualidade de vida da população. A promoção das TIC nas zonas e camadas sociais mais vulneráveis (D.3) configura uma oportunidade para combater a info-exclusão. Ressalve-se no entanto que a valorização do património e criação artística e cultural poderiam igualmente configurar oportunidade de inclusão social embora essa oportunidade não esteja reconhecidas no PROTAML. É necessário melhorar o apoio à geração de actividades económicas e empreendedorismo com este objectivo específico, tal como é referido na unidade territorial Área Central da Península de Setúbal "qualificação do

espaço urbano, garantindo a estruturação das acessibilidades e a dotação de equipamentos colectivos de proximidade”.

Património Cultural

Existem algumas LA do domínio Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo que configuram oportunidades para a valorização do património histórico, arquitectónico e cultural, como a fixação e expansão de actividades relativas ao conhecimento e criatividade e a utilização de espaços e equipamentos desactivados e cuja reabilitação é para fins culturais (A.2), consolidação da AML como destino turístico (A.3), a promoção de produtos e marcas de base territorial bem como a promoção da identidade cultural associada aos Descobrimentos e Oceanos (A.4) e o uso de tecnologias de informação e comunicação para divulgação/informação (A.5). Porém, existem algumas tendências que se poderão tornar potenciais ausências de oportunidades para a região como as assimetrias existentes entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal (B.1 e A.3) com a valorização maioritária de zonas turísticas na Grande Lisboa e nas envolventes ao NAL e TGV (A.4), sem o necessário aproveitamento de novas e potenciais marcas na Península de Setúbal como a Lezíria, o eixo Azeitão-Arrábida, o património natural do Sado e o Cabo Espichel. A unidade territorial Setúbal-Palmela contraria contudo esta tendência, já que para esta unidade é apresentada como orientação, a afirmação deste eixo como centralidade de dinâmicas turísticas com o garante da valorização do património histórico-cultural e a promoção de eventos culturais.

Por outro lado a consolidação da AML como destino turístico (A.3) traz associada a necessidade de um grande número de novas intervenções, sendo menos prevacente, nas estratégias apresentadas, a valorização do património existente enquanto equipamentos e infra-estruturas de suporte, exceptuando talvez a componente visitação. As estratégias neste domínio não explicitam medidas de salvaguarda do património existente em zona de risco (C.4).

Não obstante, a estratégia de estabilizar e valorizar as áreas rurais (B.3) configura oportunidades indirectas na medida em que pode contribuir para a valorização económica sustentável dos recursos naturais e culturais associados.

A estratégia de promoção de criação artística e cultural (D.3) configura uma oportunidade muito importante para o património cultural, na medida em que contribui para a atractividade regional e por sua vez para o aparecimento de novos públicos (mais exigentes), e da integração em políticas de regeneração urbana, através de ligações ao turismo e cultura de comunidade. Esta estratégia é reforçada na unidade territorial Arco

Ribeirinho Sul (UT7) que apresenta como orientação a articulação entre o turismo e os novos espaços/pólos culturais alternativos e o reforço do turismo cultural nas estratégias de desenvolvimento dos municípios desta unidade territorial.

A estratégia de estímulo à vida de proximidade (D.2) dá uma importante ênfase a vários tipos de equipamento e cria oportunidades ao referenciar e valorizar o comércio tradicional. Acresce ainda que a estratégia de intensificação dos processos de inclusão social (D.1) gera oportunidades pelo facto de apresentar uma política de monitorização contínua do estado actual dos edifícios, incentivando à preservação e restauração dos mesmos, o que também é reforçado pela estratégia de melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados (D.4).

A especificação destes critérios é fundamental no sentido de estabelecer a revitalização do parque habitacional, nomeadamente em bairros históricos. Do mesmo modo, a revitalização de áreas obsoletas poderá acolher a criação e fixação de actividades económicas, designadamente actividades criativas em sectores inovadores. A importância desta estratégia é realçada na unidade territorial Setúbal-Palmela (UT10), onde a orientação se dirige ao aproveitamento de áreas industriais obsoletas para desenvolvimento de pólos culturais e criativos.

O **Quadro 27** apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.

Quadro 27 – Avaliação do FCD#2 por domínio de intervenção

Critérios de avaliação	Dinâmica demográfica	Inclusão social	Património cultural
Domínios			
Conectividade, competitividade e cosmopolitismo	↗	↗	↗↘
Polinucleação e compactação	↗	↗	↗↘
Sustentabilidade e sintonia com a natureza	↗	↗↘	⇒
Coesão social e qualificação	↗	↗↘	↗

Legenda:

- ↑ Oportunidades significativas
- ↗ Oportunidades
- ↓ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.2.3 Directrizes para seguimento

Apresenta-se no **Quadro 28** as directrizes de seguimento para o FCD População e Coesão Social, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 28 – Directrizes para seguimento para o FCD#2

FCD#2 POPULAÇÃO E COESÃO SOCIAL
Directrizes para planeamento e gestão
Promover a fixação e geração de actividades económicas inovadoras que contribuam para a atractividade regional e fixação populacional
Promover a articulação entre as iniciativas turísticas e as identidades locais, através do envolvimento das comunidades nos projectos turísticos
Promover potenciais marcas, produtos e zonas turísticas na Península de Setúbal no sentido de minimizar a grande discrepância com a Grande Lisboa
Estabelecer critérios para controlar/limitar o crescimento urbano e minimizar os riscos associados a este e à procura turística nas zonas envolventes ao NAL e AVF
Promover acções que conduzam à fixação de serviços, equipamentos e actividades económicas numa perspectiva de centralidade e compactação e através de uma lógica de rede e regional
Desenvolver iniciativas e dinâmicas que promovam a ocupação de habitação e do espaço público em áreas centrais
Promover uma oferta consolidada de espaços urbanos apoiados em equipamentos
Promover acções e dinâmicas que divulguem eventos e actividades culturais
Desenvolver mecanismos de incentivo à reconversão de solo urbano em solo rural
Definir estratégias específicas, através de política de solos, para resolver o excesso de fogos não ocupados
Promover mecanismos atractivos de fixação populacional através da minimização de riscos, melhoria da mobilidade e equipamentos de proximidade, relação ambiente-sociedade e construção sustentável por exemplo
Estabelecer medidas de salvaguarda e protecção de zonas/património já existentes
Desenvolver medidas de reabilitação do parque habitacional por forma a aumentar a atractividade regional
Estabelecer medidas dinamizadoras de espaços centrais multifuncionais e de equipamentos sociais de proximidade, dando especial ênfase aos equipamentos de saúde
Estabelecer critérios para implementação de medidas de preservação do património edificado com valor artístico com vista a aumentar a atractividade regional
Directrizes para monitorização
Monitorizar a implementação de empreendimentos turísticos no sentido de assegurar a boa integração com a envolvente regional e as comunidades locais
Monitorizar os efeitos das estratégias de contenção da dispersão urbana na Região

FCD#2 POPULAÇÃO E COESÃO SOCIAL

Monitorizar os efeitos dos critérios de reconversão urbanística de áreas urbanas desqualificadas

Monitorizar os efeitos das estratégias de resolução do excesso de fogos não ocupados

Monitorizar a variação da população exposta a condições ambientais degradadas enquanto indicador de inclusão/exclusão social fundamental para a coesão territorial da AML

Monitorizar os efeitos das estratégias de equilíbrio entre a Península de Setúbal e a Grande Lisboa de forma a diminuírem o desequilíbrio existente

Monitorizar os efeitos da estratégia de aumento de superfícies comerciais de forma a verificar que estes não estão a aumentar a descontinuidade na caracterização cultural da AML

Monitorizar os efeitos da exposição a riscos naturais no património localizado em zonas sujeitas a este tipo de riscos

Directrizes de governança

CCDR-LVT	<p>Estabelecer orientações regionais para a promoção de uma cultura de proximidade</p> <p>Monitorizar as necessidades regionais de qualificação humana (a todos os níveis) e emprego junto das entidades competentes (Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, IIEFP, Câmaras Municipais, Institutos Politécnicos, etc.)</p> <p>Promover a criação e o desenvolvimento de redes sociais visando a criação de sinergias, intra-municipais, de dinâmica e apoio social</p>
Municípios	<p>Manter actualizada a relação entre as necessidades de empregabilidade e a integração sócio-profissional das comunidades locais</p> <p>Articular as acções de planeamento e gestão municipal com as estratégias regionais em matéria de inclusão social</p>
População em geral	<p>Participar nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento</p> <p>Participar em redes sociais</p>

5.3 Mobilidade

5.3.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD: Abordar a dinâmica de fluxos de pessoas e bens a nível regional, nacional e internacional, os padrões sustentáveis de mobilidade e a gestão integrada do sistema de transportes numa perspectiva de sustentabilidade e internacionalização da Região.

Resumo da situação tendencial - No FCD *Mobilidade*, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

- Tendência de aumento do tráfego na rede viária da Região;
- Tendência de inversão na escolha modal, com os modos de deslocação a pé e em TP a perderem quota de mercado para o TI;
- Comboio conseguiu manter o seu nível de procura, tendo-se mesmo verificado um aumento de quota nas deslocações pendulares dos residentes na Margem Sul, impulsionada pela entrada em serviço do eixo rodoviário Norte-Sul;
- Aumento das deslocações casa - trabalho em TI, o que indicia maior distância entre local de trabalho e residência

No **Quadro 29** identifica-se a relevância do FCD#3 e respectivos critérios, por Linha de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 29 – Relevância do FCD#3 e respectivos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#3 Mobilidade	
	Mobilidade urbana	Promoção de transportes sustentáveis
A.1	✓	✓
A.2	✓	
A.3	✓	✓
A.4		
A.5	✓	✓
B.1	✓	✓
B.2	✓	✓
B.3	✓	
B.4	✓	✓
C.1		
C.2		
C.3		
C.4		
C.5		
C.6	✓	✓
C.7		
D.1		
D.2	✓	✓
D.3		
D.4	✓	✓

Mobilidade urbana

A mobilidade, como factor de coesão territorial, tem relevantes e evidentes reflexos ao nível da competitividade da economia local e regional, assumindo um papel de igual importância do ponto de vista energético e ambiental.

A tendência actual de **repartição modal** revela que os **padrões de atractividade** da rede de transportes públicos na realização de movimentos pendulares na Região tem vindo a cair, tendo-se verificado entre 1991 e 2001 uma inversão na escolha modal, com os modos de deslocação a pé e em TP (Transporte Público) – especialmente, o Autocarro – a perderem quota de mercado para o TI (transporte individual), o qual por sua vez é fundamentalmente utilizado com um ocupante único. A perda de peso registada nas deslocações a pé evidencia, fundamentalmente, um maior afastamento entre o local de residência e de trabalho ou estudo, obrigando à necessidade de recorrer a modos motorizados para a realização destas deslocações³⁸ (**Figura 23**).

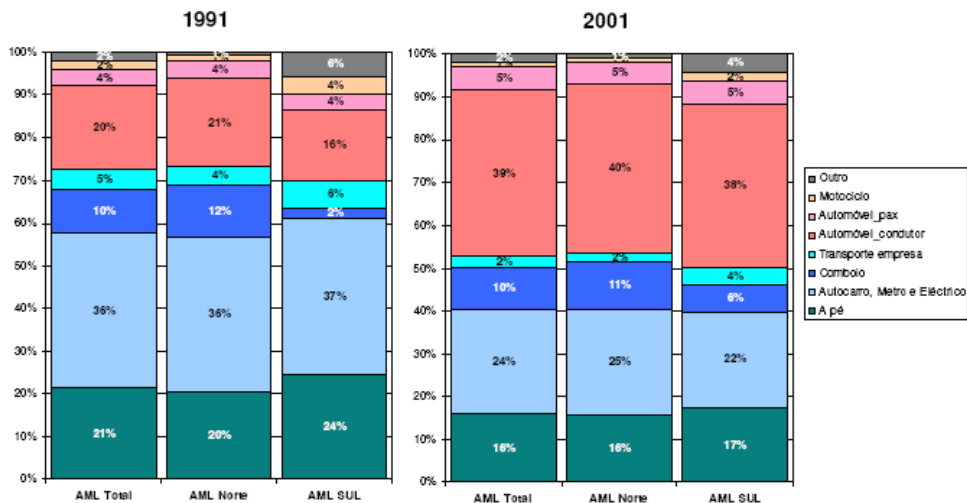
Tal pode ser igualmente evidenciado (**Quadro 30**) pelo facto de, apesar deste número particular de viagens entre os residentes activos ter aumentado cerca de 5,8% entre 1991 e 2001, no mesmo período o TP caiu cerca de 15% como modo elegido para este tipo de deslocações.

Quadro 30 – Número e repartição modal dos movimentos pendulares dos residentes activos AML

	1991	2001	Δ[%]
Movimentos pendulares em TP [%]	51	36	-15
Movimentos pendulares [n.º]	1.305.256	1.381.003	5,8

(Fonte: INE, Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: 1991-2001, 2003)

³⁸ Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade, 25 de Março de 2009,



Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001

Figura 19 – Evolução do peso das deslocações pendulares por modo de transporte.

(Fonte: CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Os dados demonstram que o comboio conseguiu conter, contudo, o seu nível de procura, tendo-se mesmo registado um aumento de quota nas deslocações pendulares dos residentes na margem sul, impulsionada pela entrada em serviço do eixo ferroviário Norte-Sul.

De salientar ainda que o aumento de passageiros do comboio na margem Sul foi acompanhado de uma perda de quota de mercado dos Outros modos (que integram os barcos), donde se infere a dificuldade do TP em competir com o TI na captação de nova procura.

O aumento de peso do TI foi generalizado em todo o território metropolitano (**Figura 20**), passando de valores que eram inferiores a 30% na maioria das freguesias, para valores superiores a 40% de quota de mercado, registando-se contudo que foram as zonas mais periféricas da AML aquelas que registaram maiores ganhos dessa quota de mercado (CCDR-LVT, 2009).

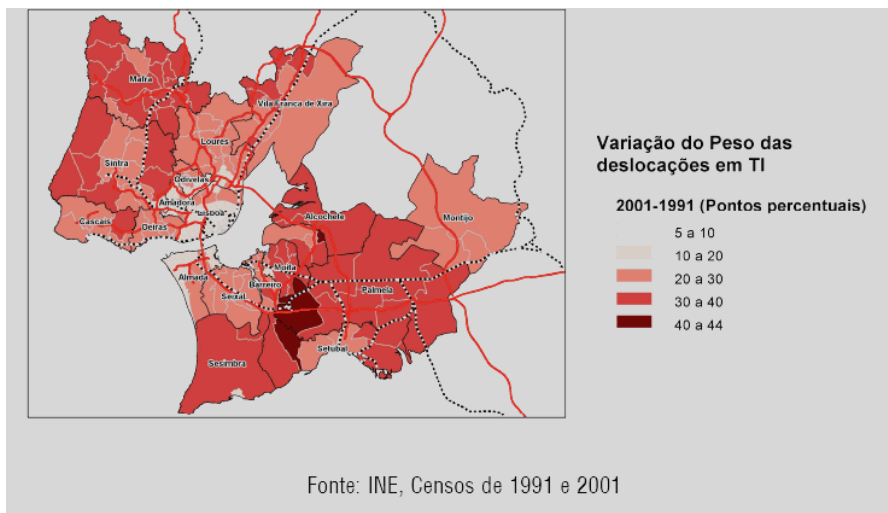


Figura 20 – Varição do Peso das deslocações em TI na AML no período 1991-2001.

(Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

O relatório sectorial de Mobilidade do PROT-AML, aponta diversos factores para o aumento verificado do peso das viagens em TI – alteração das relações funcionais, aumento das distâncias a percorrer, melhoria das condições de vida e facilitação do acesso ao automóvel privado – salientando igualmente a atribuição de veículos e ou o pagamento das despesas com o automóvel por parte das empresas, como uma das razões desta alteração (e.g. no caso de Oeiras, 22% dos não residentes que se deslocam para o concelho têm um ou mais veículos pagos pela empresa). Todos estes factores contribuíram para que em 2001 a utilização do TI fosse o modo mais usado nas deslocações casa-trabalho na quase generalidade das freguesias da AML.

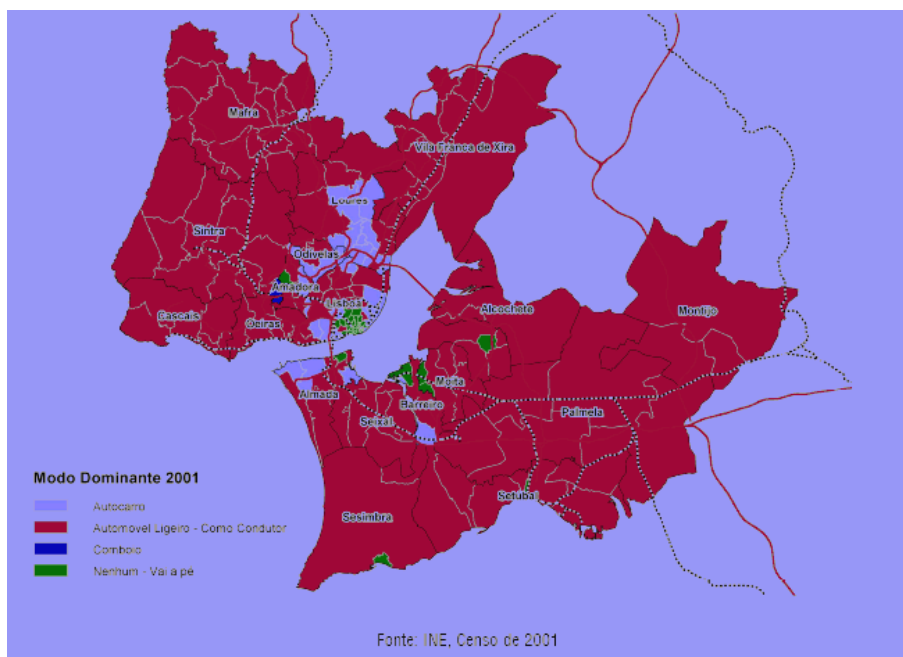
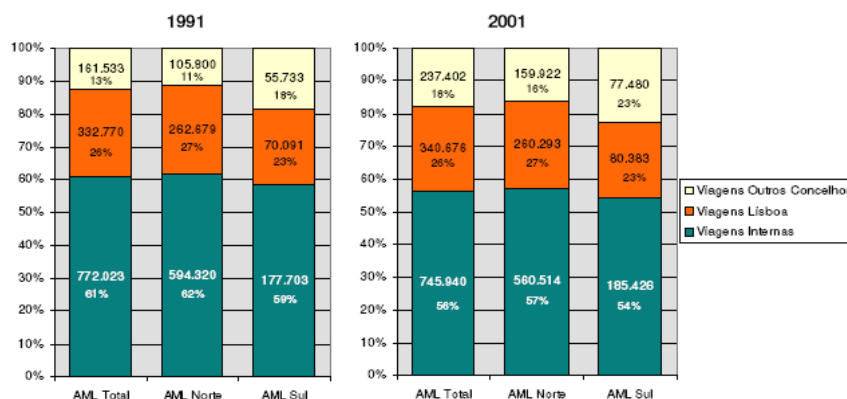


Figura 21 – Modo dominante nas deslocações pendulares na AML em 2001

(Fonte: INE, Censos de 2001 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Outra das tendências observadas no período 1991-2001, prende-se com a alteração das relações funcionais entre os concelhos da AML, onde se destaca, no conjunto, a perda de peso das viagens interconcelhias a favor essencialmente das viagens para outros concelhos que não Lisboa.



Fonte: INE, Censo de 1991 e 2001

Figura 22 – Evolução das viagens internas, para Lisboa e para outros Concelhos

(Fonte: INE, Censos de 2001 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Efectivamente, ainda que no total da AML as deslocações pendulares com destino a Lisboa tenham aumentado em valor absoluto, o seu peso relativo manteve-se, registando-se sobretudo um aumento, quer em peso relativo, quer em valor absoluto, das deslocações para outros concelhos que não o de residência ou Lisboa, comprovando-se desta forma a tendência para um funcionamento mais polinucleado da AML (CCDR-LVT, 2009) (**Figura 23 e Quadro 31**).

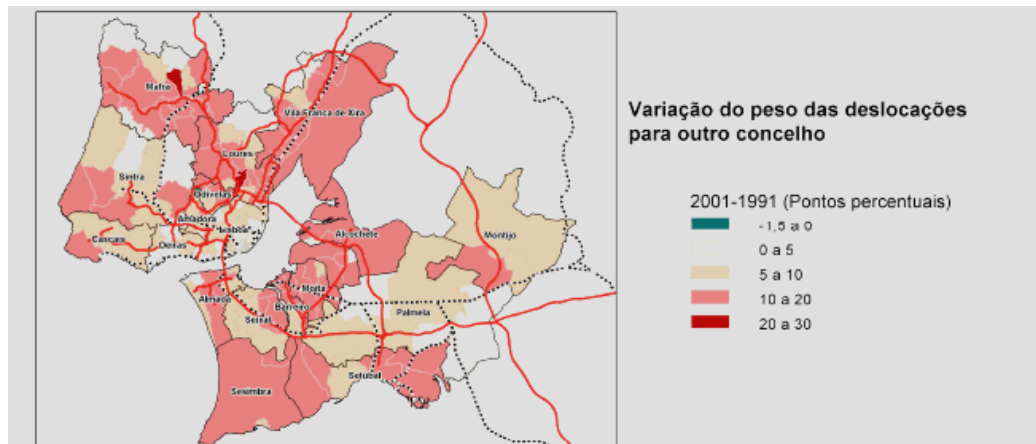


Figura 23 – Variação do peso das deslocações para outro concelho entre 1991 e 2001 na AML

(Fonte: INE, Censos de 2001 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Em 2001, destacavam-se, pelo seu peso, as relações com Lisboa a partir de (CCDR-LVT, 2009):

- Sintra, onde 60 mil pessoas se deslocam para trabalhar ou estudar em Lisboa (cerca de 18% do total de fluxos interconcelhios com destino a Lisboa);
- Loures e Amadora, ambos os concelhos com valores na ordem das 40 mil pessoas;
- Oeiras e Odivelas, com valores da ordem das 35 mil pessoas;
- Almada, Seixal e Cascais, com valores na ordem das 15 mil pessoas.

Quadro 31 – Relações funcionais entre os concelhos da AML

Concelho	Total de deslocações			Deslocações internas		Deslocações interconcelhais		Principal fluxo de saída do Concelho		Principal fluxo de entrada no Concelho		Deslocações com:	
	Origem Saídas	Destino Entradas	Salidas - Entradas	N.º	% Conc.	Gera-das	Atraí-das	N.º	Destino	N.º	Origem	Destino Lisboa	Origem Lisboa
Amadora	88.549	54.468	-34.081	32.237	36%	56.312	22.231	40.858	Lisboa	9.257	Sintra	40.858	4.248
Ázambuja	7.903	7.414	-489	6.193	78%	1.710	1.221	944	Lisboa	534	V. F. Xira	944	165
Cascais	86.004	66.867	-19.137	49.712	58%	36.292	17.155	23.099	Lisboa	7.102	Sintra	23.099	2.036
Lisboa	256.348	566.474	310.126	224.854	88%	31.494	341.620	6.972	Oeiras	60.403	Sintra	224.854	224.854
Loures	101.045	69.127	-31.918	45.440	45%	55.605	23.667	43.865	Lisboa	5.660	Lisboa	43.865	5.660
Maifá	25.937	21.132	-4.805	18.420	71%	7.517	2.712	3.397	Lisboa	865	Sintra	3.397	313
Odivelas	70.830	34.241	-36.589	26.580	38%	44.250	7.661	34.191	Lisboa	1.960	Loures	34.191	1.686
Oeiras	83.636	70.626	-13.010	34.789	42%	48.849	35.839	35.499	Lisboa	9.716	Sintra	35.499	6.972
Sintra	190.048	118.586	-71.460	95.106	50%	94.942	23.482	60.403	Lisboa	5.192	Amadora	60.403	4.032
V. F. Xira	61.621	40.706	-20.913	33.376	54%	28.245	7.332	18.961	Lisboa	2.458	Loures	18.961	1.418
Alcochete	6.109	4.488	-1.621	3.101	51%	3.008	1.367	1.340	Montijo	740	Montijo	977	54
Almada	76.209	62.326	-13.883	40.282	53%	35.927	22.044	25.999	Lisboa	10.524	Seixal	25.999	2.667
Barreiro	35.872	25.362	-10.510	17.246	48%	18.626	8.116	11.031	Lisboa	4.551	Moita	11.031	264
Moita	30.783	15.701	-15.082	12.771	41%	18.012	2.930	7.104	Lisboa	1.329	Barreiro	7.104	94
Montijo	17.676	16.750	-926	12.061	68%	5.615	4.689	2.388	Lisboa	1.340	Alcochete	2.388	195
Palmela	25.177	26.035	858	14.984	60%	10.193	11.051	4.313	Setúbal	4.116	Setúbal	2.526	258
Seixal	76.039	42.275	-33.764	33.911	45%	42.126	8.364	23.248	Lisboa	3.089	Almada	23.248	527
Sesimbra	17.415	12.640	-4.575	10.643	61%	6.772	2.197	2.800	Lisboa	695	Seixal	2.800	109
Setúbal	52.414	54.193	1.779	40.427	77%	11.987	13.766	4.308	Lisboa	4.313	Palmela	4.308	734
AML	1.309.617	1.309.617	0	752.133	57%	557.484	557.484	360.740				566.474	256.348
Margem Norte	971.923	1.049.647	77.724	566.707	58%	405.216	482.940	266.209				486.091	251.406
Margem Sul	337.694	259.970	-77.724	185.426	55%	152.268	74.544	82.531				80.383	4.942

Fonte: INE, Censos de 2001

(Fonte: INE, Censos de 2001 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Apesar da dominância das relações funcionais com Lisboa, verifica-se a estruturação de alguns eixos transversais de mobilidade com expressão visível, como sejam:

- O poliedro formado pelos concelhos de Oeiras, Amadora, Sintra e Cascais, e
- As ligações Loures - Odivelas, Almada - Seixal, Barreiro - Moita e Setúbal - Palmela.

Este facto aponta para a necessidade de se vir a estabelecer uma rede de mobilidade na AML que não esteja centrada em Lisboa, como actualmente se verifica (**Figura 24**).

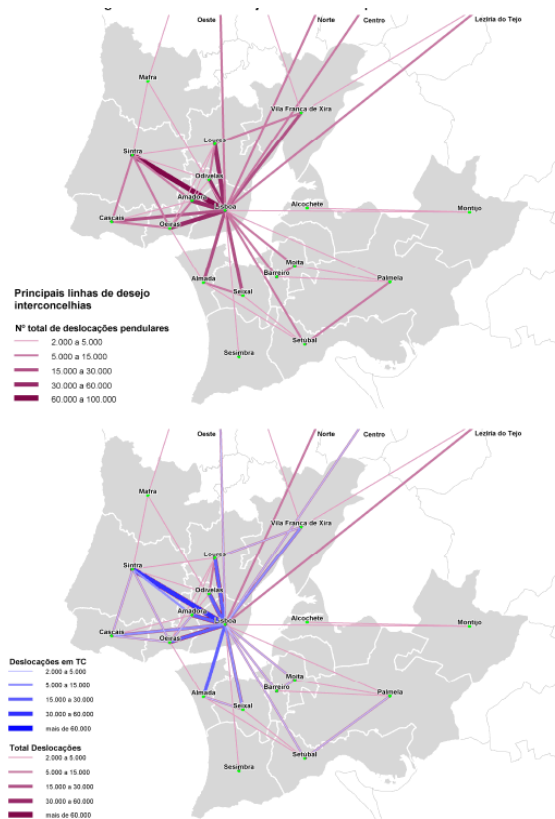


Figura 24 – Linhas de Desejo de mobilidade pendular em 2001

(Fonte: CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Promoção transportes sustentáveis

A AML exhibe um padrão de mobilidade altamente dependente do automóvel, nomeadamente pelo contínuo aumento nacional da taxa de motorização (com um crescimento médio anual de 5,5% entre 1987 e 1997, muito acima da média europeia de 1,1% no mesmo período), em muito beneficiado pela aposta no reforço das infra-estruturas viárias e crescentes sinais de fragilidade dos serviços de transporte público.

A oferta de transportes colectivos metropolitana é assegurada pelos modos de transporte ferroviário pesado (CP, Fertagus e Metropolitano de Lisboa (ML), ferroviário ligeiro (MST e rede de eléctricos da Carris), Fluvial (Transtejo) e Rodoviário (onde se registam vários operadores, destacando-se a Carris como operador urbano da cidade de Lisboa (**Figura 25**).

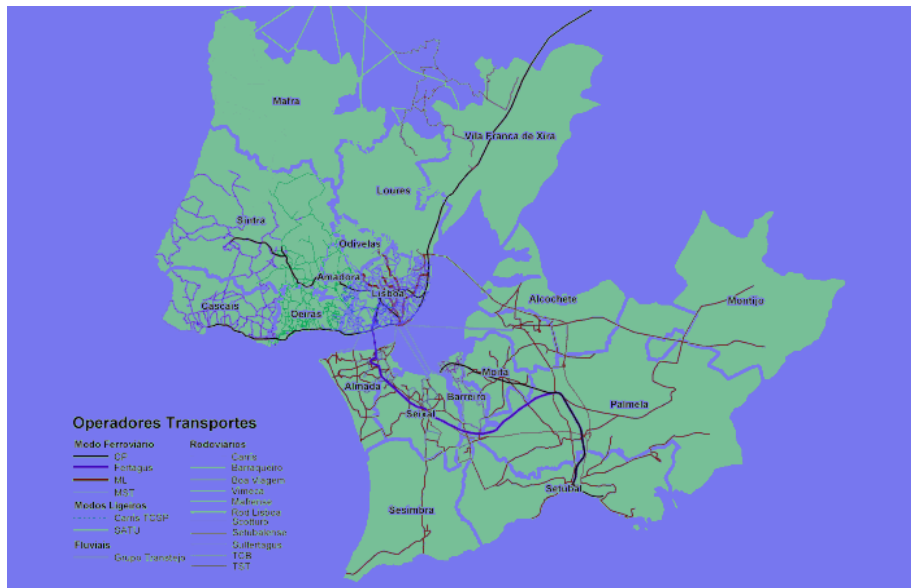


Figura 25 – Rede de TP por operador na AML

Fonte: CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009

Em termos de lugares oferecidos domina o modo ferroviário (sobretudo através das linhas de Sintra e Cascais), destacando-se ainda a oferta assegurada pelas linhas do ML e travessias fluviais do Tejo (através das ligações Cacilhas Cais do Sodré e Barreiro – Terreiro do Paço (**Figura 26 e Quadro 32**)).

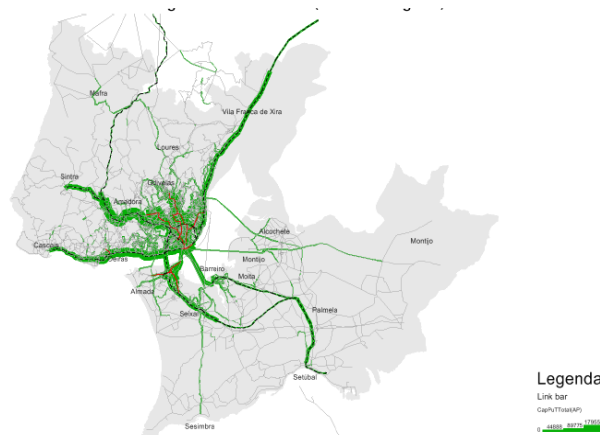


Figura 26 – Oferta de TP (nº total de lugares) na AML

(Fonte: CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

Quadro 32 – Passageiros transportados por empresa de 2004 a 2006 (10³)

Empresa	2004	2005	2006	Variação 2004-2006	% Operador
Metropolitano	179.650	185.444	168.887	-6,0%	24%
Carris	256.607	240.758	234.895	-8,5%	33%
CP Lisboa	99.891	96.335	96.993	-2,9%	14%
Grupo Transtejo	31.204	29.691	28.563	-8,5%	4%
Fertagus	18.952	20.600	21.400	12,9%	3%
TST	88.893	85.612	82.701	-7,0%	12%
Rodoviária de Lisboa	73.073	69.931	69.920	-4,3%	10%
Total	748.270	728.371	703.359	-6,0%	100%

Fonte: IMTT, Transporte de Passageiros 1997- 2006

(Fonte: IMTT, Transporte de Passageiros 1997-2006 in CCDR-LVT, Diagnóstico Síntese Preliminar de Transportes, Acessibilidades e Mobilidade do PROT-AML, 25 de Março de 2009)

A evolução da procura nas principais empresas de transporte público metropolitano é marcada, com excepção da Fertagus, pela perda de passageiros, destacando-se a Carris e o Metropolitano como os operadores que anualmente transportam os maiores volumes de passageiros.

Genericamente as taxas de ocupação dos operadores públicos de transportes são relativamente baixas no conjunto do seu período de operação (cerca de 22%), o que se traduz em dificuldades de sustentabilidade do sistema de transportes urbano (CCDR-LVT, 2009).

O TP em modo rodoviário tem vindo a sofrer uma diminuição contínua, observando-se que o número de passageiros de Lisboa que utilizam os autocarros diminuiu quase 15%, entre 1999 e 2002, (**Quadro 33**). O mesmo padrão de decréscimo é assim assumido pelo coeficiente de utilização deste modo de TP, revelando um crescente **desfasamento entre oferta e procura** demonstrado pela diminuição da relação entre passageiros transportados e lugares oferecidos.

Quadro 33 – Passageiros e coeficiente de utilização de autocarros, na região de Lisboa

	1999	2000	2001	2002
Passageiros [103]	329243	303326	290373	280548
Coeficiente de utilização	27	26	25	24

(Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2003)

As orientações estratégicas para o sector ferroviário para 2015³⁹ apontam para a realização de investimentos importantes na melhoria do sistema ferroviário da AML

³⁹ Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, MOPTC – Secretaria de Estado dos Transportes, Versão para Consulta, Outubro de 2006 - disponível em <http://www.moptc.pt/cs2.asp?idcat=1051>

(CCDR-LVT, 2009), o que complementado com a construção da 3ª Travessia do Tejo em Lisboa (TTT), facilitará a articulação entre a margem norte e sul do Tejo, reduzindo substancialmente alguns tempos de viagem, o que irá reforçar a atractividade do TP em relação ao TI nos principais eixos de deslocação pendular a Lisboa, motivando uma tendência expectável de aumento dos passageiros transportados em TP⁴⁰.

Estes projectos aumentarão muito as solicitações sobre a linha de Cintura, a qual poderá vir a registar alguns problemas de capacidade, designadamente nalguns pontos críticos como a estação de Campolide (CCDR-LVT, 2009).

Outras soluções sustentáveis de mobilidade existem e podem ser implementadas no território regional, nomeadamente no que diz respeito a modos suaves de transporte. No entanto, a falta de elementos caracterizadores da **rede pedonal e de ciclovias** impede a sua análise. O mesmo acontece com a **variação do número de veículos eléctricos e híbridos em circulação**, como forma de aferir da tendência de diminuição da responsabilidade do sector dos transportes na emissão de gases com efeito de estufa

O nível de integração entre as acessibilidades e as interfaces modais, assim como a articulação das grandes infra-estruturas de transporte assume uma importância vital no desempenho no sistema. Apesar de não se encontrarem disponíveis dados referentes a **medidas e mecanismos de intermodalidade**, uma análise sobre a **bilhética, funcionamentos dos interfaces, conectividade regional** e outros aspectos semelhantes como a **proporção de corredores BUS**, seria sem dúvida um passo importante garantir a disponibilidade desta informação de base para aferir das qualidades e lacunas dos serviços prestados.

⁴⁰ Modernização da linha de Cascais; Conclusão da quadruplicação da linha de Cintura; Modernização da linha Barreiro – Pinhal Novo, Setúbal; Conclusão da quadruplicação da linha de Sintra até ao Cacém; construção de ligação ferroviária Convencional ao NAL.

Análise SWOT

O **Quadro 34** – Análise SWOT ao FCD#3 Mobilidade apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para o FCD#3, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 34 – Análise SWOT ao FCD#3 Mobilidade

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Razoável oferta metropolitana de transportes colectivos quando comparada com outras regiões do País; - Boa rede de infra-estruturas rodoviárias 	<p>Dispersão e incoerência das medidas tomadas pelos múltiplos agentes públicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, com desadequação da oferta e da procura, insuficiência e má qualidade na intermodalidade, inadequação dos sistemas de informação e de bilhética; - Supremacia da utilização do TI face ao TP com reduzida atractividade do TP na captação de novos passageiros. - Baixas taxas de ocupação dos operadores públicos; <p>Aumento do tráfego na rede viária da Região</p> <p>Falta de um Plano Metropolitano de Mobilidade e Transportes de Lisboa (PMMTL) e de uma Autoridade Metropolitana com atribuições aos níveis estratégico e tático;</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos previstos na modernização e ampliação da rede ferroviária pesada e ligeira; - Novo paradigma energético e de mobilidade associado à eficiência energética - Instalação de sistemas inteligentes de transportes. - Actuação conjugada entre Governo (fiscalidade e grandes infra-estruturas), Municípios (usos do solo, estacionamento, modos suaves) e Autoridade Metropolitana (redes TP e regimes de preço na mobilidade); - Regulação favorecendo a inovação nas opções de mobilidade e as soluções / modos intermédios com maior uso dos preços como instrumento de gestão da procura; - Sensibilização dos utilizadores para a adopção de modos suaves de mobilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do tráfego rodoviário à escala regional decorrente de novas infra-estruturas de transporte e logística, contribuindo para o agravamento da qualidade do ar e ruído; - Sobre-saturação da Linha de Cintura; - Não articulação dos vários projectos de TPSP.

5.3.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD Mobilidade

Quadro 35 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Mobilidade

LA	FCD Mobilidade	
	Mobilidade Urbana	Promoção de Transportes Sustentáveis
A.1	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Melhoria da oferta de TP com aumento potencial da atractividade dos modos mais sustentáveis e redução das emissões com melhoria da qualidade do ar (AVF e rede ferroviária convencional)</p> <p>Plataforma rodoviária na TTT poderá configurar risco de incentivo ao uso de TI caso não sejam adoptadas políticas fortes de dissuasão do seu uso.</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Diminuição das deslocações de longa distância em TI; transferência do modo aéreo para modo ferroviário</p> <p>AVF e plataforma ferroviária da TTT poderão potenciar a redução do peso do TI</p> <p>Promoção de elevados níveis de articulação entre o sistema portuário e o sistema logístico, designadamente o ferroviário</p> <p>Promoção do transporte fluvial de mercadorias e reforço do transporte fluvial de passageiros</p> <p>Potencial conflito entre por incompatibilidades de usos municipais e regionais para uma mesma área do território metropolitano</p>
A.2	<p style="text-align: center;">—</p> <p>Ampliação de pólos e parques tecnológicos em áreas actualmente sem uma oferta de TP adequada</p>	<p style="text-align: center;">0</p>
A.3	<p style="text-align: center;">—</p> <p>Definições de Zonas de Especial Interesse Turístico não contemplam</p>	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Potenciação pela AVF da mobilidade turística para a AML</p>

LA	FCD Mobilidade	
	Mobilidade Urbana	Promoção de Transportes Sustentáveis
	explicitamente soluções de mobilidade sustentável, em termos de melhoria das conduções de circulação e a promoção de modos ligeiros de TP.	NDT em meio rural não contemplam garantia de oferta de TP.
A.4	0	0
A.5	+	+
	Ligação das plataformas logísticas aos diferentes modos de transporte e aposta na indústria dos transportes	Promoção da ligação das plataformas logísticas aos diferentes modos de transporte visando a eficiência e sustentabilidade Aposta na indústria de transportes cria oportunidade para teste de novas soluções de mobilidade sustentável. AVF pode potenciar níveis de mobilidade logística
B.1	+	+
	Localização de equipamentos de nível supra municipal em áreas bem servidas por transportes públicos	Maior adequação da rede de TP à procura
B.2	++	+
	Reconversão urbanística cria condições para a transferência modal do TI para TP. Incentivo à mobilidade ligeira nas áreas residenciais. Programação da urbanização com avaliação obrigatória de impactes no sistema de mobilidade	Adequação do sistema de transportes colectivos à procura existente, resultante da reconversão urbanística. Incentivo a modos suaves de mobilidade nas áreas residenciais.

LA	FCD Mobilidade	
	Mobilidade Urbana	Promoção de Transportes Sustentáveis
	Qualificação e reforço funcional dos pólos especializados da AML reduzem potencialmente recurso ao TI.	
B.3	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Estabilização e contenção da edificação dispersa reduzem novas necessidades de transporte</p> <p>Intenção de garantir nas áreas rurais padrões de oferta adaptados às necessidades da população, com níveis sustentáveis de financiamento público.</p>	0
B.4	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Reforço do planeamento estratégico do sistema de transportes e aumento da coordenação entre actores (AMTL; PDU; POT; PMM)</p> <p>O fecho da malha rodoviária regional e plataforma rodoviária da TTT poderá induzir ao crescimento de TI, caso não sejam acautelados os investimentos em TP nestes novos eixos e uma gestão da procura baseada no preço.</p>	<p style="text-align: center;">++</p> <p>Melhor funcionamento do sistema de transportes regional (Investimentos na ferrovia convencional com o fecho da linha de Cintura; investimentos na Linha de Cascais e NAL e Arco Ribeirinho Sul)</p> <p>Melhor intermodalidade entre modos de TP facilitam transferência modal de TI para TP.</p> <p>Aposta no desenvolvimento de ligações transversais de TPSP</p> <p>Aposta no transporte fluvial e reforço da rede do ML e MST</p>
C.1	0	0

LA	FCD Mobilidade	
	Mobilidade Urbana	Promoção de Transportes Sustentáveis
C.2	0	0
C.3	0	0
C.4	0	0
C.5	0	0
C.6	<p>++</p> <p>Potenciação de transferência modal para TP, aumento de modos suaves de mobilidade; Melhoria da integração intra e intermodal; Operacionalização da AMTL; Localização de pólos de atracção em zonas obrigatoriamente servidas por TP; Planos de Mobilidade nas Empresas; Restrições ao uso de TI</p>	<p>++</p> <p>Promoção de soluções de mobilidade sustentável através da flexibilização da operação/exploração dos modos tradicionais de TP; Promoção de soluções intermédias de transporte (incremento das taxas de ocupação, carpooling e carsharing) promove melhor repartição modal e um melhor funcionamento do sistema de transportes na AML.</p>
C.7	0	0
D.1	0	0

LA	FCD Mobilidade	
	Mobilidade Urbana	Promoção de Transportes Sustentáveis
D.2	<p style="text-align: center;">++</p> <p>Redução tendencial das necessidades de transporte; Investimento sustentado nos modos suaves de mobilidade.</p>	<p style="text-align: center;">++</p> <p>Promoção de soluções intermédias de transporte, numa óptica de optimização do TI (incremento das taxas de ocupação, carpooling ou carsharing). Aumento de ciclovias, corredores dedicados para carros eléctricos, BUS e veículos com elevada taxa de ocupação</p>
D.3	0	0
D.4	<p style="text-align: center;">—</p> <p>Qualificação do espaço público nos centros históricos não privilegia explicitamente o ordenamento do estacionamento e incentivo à mobilidade pedonal e ciclável apesar da norma sobre mobilidade</p>	<p style="text-align: center;">—</p> <p>Não é privilegiado explicitamente o incentivo à mobilidade pedonal e ciclável nos centros históricos, apesar da norma sobre mobilidade</p>

Mobilidade Urbana

No que diz respeito ao domínio referente à Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo verifica-se que o investimento na AVF (A.1) e investimentos conexos na rede ferroviária convencional poderão conduzir a uma melhoria da oferta de TP, motivando um aumento potencial da atractividade dos modos mais sustentáveis, com transferência modal do TI para TP, deste modo contribuindo para a inversão da tendência contrária verificada nos últimos anos. A implantação da TTT, na sua vertente ferroviária, no corredor Chelas/Barreiro contribuirá também para uma maior transferência modal de TI para TP, sobretudo nas deslocações pendulares provenientes da Margem Sul, o que configura uma oportunidade não só de melhoria da mobilidade urbana mas também na qualidade do ar da cidade de Lisboa. As soluções de acessibilidade ao NAL em modo ferroviário, a partir da zona ocidental Norte da AML (e.g. Sintra, Cascais e Oeiras) mostram-se, segundo a equipa de transportes do PROT-AML, suficientes para assegurar a competitividade deste modo em relação ao TI. Contudo, afigura-se especialmente crítico assegurar o reforço da capacidade da Linha de Cintura de modo a ser devidamente acautelado o não surgimento de problemas de sobrecarga e estrangulamento do sistemas de logística e de transportes, evitando repercussões negativas na qualidade de serviço e consequente redução de atractividade do TP.

Dever-se-ão igualmente equacionar os riscos decorrentes da implantação, numa 2ª fase, da plataforma rodoviária da TTT, devendo apenas enveredar-se por esta opção quando, e se, as acessibilidades rodoviárias ao NAL se mostrarem insuficientes para a procura verificada.

De registar igualmente a oportunidade que a AVF criará na potenciação dos padrões de mobilidade turística e logística na Região.

A ampliação de pólos e parques tecnológicos (A.2) em áreas actualmente sem uma oferta de TP adequada (e.g. Tagus Park e Campus de Sintra da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica) poderá configurar um risco de continuação da dominância do TI relativamente ao TP. A proposta de Plano propõe estudar o desenvolvimento de lógicas de serviços diametrais ferroviários e corredores transversais em TPSP para estas zonas. No entanto, caso estes estudos não se concretizem em soluções de curto prazo, de carácter mais ou menos temporário, por exemplo através do reforço do TP em modo rodoviário, manter-se-á a dependência do acesso a estes pólos apenas em TI. Designadamente a proposta de Modelo Territorial para a *UT 3- Espaço Urbano Norte e Poente*, não promove explicitamente a promoção da garantia de padrões de mobilidade sustentável, no acesso a estes equipamentos de I&D.

No que diz respeito à consolidação da AML como destino turístico constitui um risco em termos de mobilidade a intenção de o Modelo Territorial não determinar, de forma explícita ao nível das normas orientadoras, a obrigatoriedade de desenvolver um programa de acção que promova as condições de circulação nas Zonas Especiais de Interesse Turístico, nomeadamente em termos de promoção do modo pedonal e dos modos ligeiros de transporte público.

O Modelo Territorial ao promover a ligação das plataformas logísticas aos diferentes modos de transporte, visando a eficiência e a sustentabilidade (A.5) configura uma oportunidade de promoção do transporte sustentável de mercadorias à escala regional, igualmente com reflexos positivos em termos de energia e ambiente. A aposta na indústria dos transportes poderá igualmente configurar uma oportunidade no que diz respeito a este critério, ao potenciar condições de contexto favoráveis à aplicação de soluções inovadoras de mobilidade à escala regional (e.g. rede de abastecimento de carros eléctricos), através do desenvolvimento de projectos demonstrativos e de teste de mercado.

No que diz respeito ao domínio B (Polinucleação e Compactação) verificam-se como geradoras de oportunidades as orientações que podem configurar potencialmente uma melhoria da oferta e qualidade do TP, promovendo a transferência modal do TI para estes modos, contrariando a tendência actual. É o caso das orientações respeitantes a uma melhor localização de equipamentos em função das redes de TP (B.1), nomeadamente no que diz respeito ao privilegiar a localização de equipamentos de educação, saúde e I&D nas centralidades de nível 2 e 3, bem como os investimentos previstos no sistema ferroviário (fecho do anel ferroviário e embebedimento da Linha de Cascais na Linha de Cintura) e a reconversão urbanística das áreas urbanas desqualificadas.

Do mesmo modo, a aposta na racionalização e contenção da expansão urbana (B.2) e da estabilização e contenção da edificação dispersa em meio rural (B.3) podem conduzir a uma redução potencial das necessidades de transporte com melhoria da eficiência da rede viária existente e condições para um melhor funcionamento do sistema de TP. Afigura-se como positivo do ponto de vista deste critério, a orientação expressa no Modelo Territorial de estabelecimento de modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração privilegiando a reconversão, reestruturação, reabilitação ou requalificação dos espaços edificados já servidos por transportes públicos, o que criará potencialmente condições para uma melhoria dos padrões de mobilidade, com redução da necessidade de recurso ao TI. Como positivo regista-se igualmente a orientação expressa no Modelo Territorial de aumento da dotação de equipamentos e serviços de

proximidade e à estruturação de uma rede de mobilidade eficaz e hierarquizada, o que terá igualmente reflexos positivos nos padrões de mobilidade.

A obrigatoriedade de, na programação de áreas a urbanizar/reconverter/renovar se proceder a uma avaliação dos impactes no sistema de mobilidade e o reforço da articulação das áreas de localização de actividades económicas (existentes e novas) na AML com a rede de acessibilidades e transportes públicos, revelam-se igualmente como positivas.

A intenção expressa no Modelo Territorial de assegurar o acesso ao transporte colectivo nas áreas rurais, garantindo padrões de oferta adaptados às necessidades da população, com níveis sustentáveis de financiamento público, poderá configurar uma oportunidade de redução da utilização de TI.

O reforço da conectividade regional presente no Modelo Territorial (B.4) ao assentar no desenvolvimento de mecanismos de concertação entre as diferentes entidades promotoras de transportes colectivos nas áreas rurais e na fixação de obrigações mínimas de serviço público para estas áreas constituem igualmente oportunidades na óptica deste critério.

A orientação de adopção de medidas conducentes ao incentivo da mobilidade ligeira nas áreas residenciais (B.4) contribuirá para uma maior adesão aos modos suaves de mobilidade e para uma melhoria da qualidade ambiental em zonas residenciais.

O reforço da operacionalização da AMTL (B.4) representará um aspecto positivo no funcionamento mais eficiente do sistema de transportes, com uma melhor articulação modal, contribuindo para padrões de mobilidade mais sustentável a nível regional. Igualmente importante afigura-se a orientação dada de desenvolvimento de instrumentos de planeamento estratégico e operacional de âmbito metropolitano (Plano de Deslocações Urbanas e Plano Operacional de Transportes, bem como as orientações para a escala local conducentes à obrigatoriedade de desenvolvimento pelos Municípios de Planos Municipais de Mobilidade (B.4.1).

A ligação rodoviária prevista na TTT (B.4) poderá, no entanto, induzir uma maior pressão sobre o sistema viário da cidade de Lisboa, reduzindo a desejada transferência modal de TI para TP a nível regional, e com reflexos negativos na qualidade do ar da cidade de Lisboa, caso não sejam adoptados instrumentos de gestão da procura, nomeadamente baseados no preço. O reforço da conectividade intra-regional (B.4) consubstanciado no fecho da malha rodoviária regional⁴¹ poderá induzir igualmente ao crescimento do tráfego

⁴¹ fecho da CRIL, construção do IC32/CRIPS que possibilitará a amarração do Arco Ribeirinho Sul; construção do IC30 entre Ranholas e Alcabideche

rodoviário baseado em TI, caso não sejam acautelados os investimentos no reforço das interfaces e da intermodalidade com o TP nestes novos eixos.

No que diz respeito às prioridades de investimento nos sistemas ferroviários, previstas no PROT (B.4.2.) configuram oportunidades as directrizes relacionadas com o fecho do anel ferroviário metropolitano e a modernização da Linha de Cascais. Considera-se crítico neste domínio a aplicação efectiva da intenção de salvaguarda da compatibilização entre a operação ferroviária de passageiros com a de mercadorias sobre a linha de Cintura, de modo a não ser posta em causa o desenvolvimento de novas ofertas e o aumento da fiabilidade dos serviços de passageiros, indispensáveis à promoção do TP, e consequentemente ao reforço da mobilidade a nível regional.

A intenção de desenvolver soluções potenciadoras de uma mobilidade sustentável (C.6)⁴² configura uma oportunidade de melhoria dos padrões de mobilidade na AML, promovendo uma melhor repartição modal com redução das necessidades de transporte em TI com reflexos na transferência modal para TP e no descongestionamento de rede viária. Como oportunidades especialmente positivas destacam-se as directrizes que vão no sentido de exigir a elaboração de planos de deslocações para empresas com mais de 100 trabalhadores (e/ou Planos de Mobilidade para centros empresariais ou parques industriais com mais de 500 trabalhadores) e de garantia de acessibilidade em TP dos Pólos de Atracção, o que contribuirá igualmente para uma redução do uso do TI.

A aposta feita no Modelo Territorial à implementação de restrições ao uso de transporte individual através da utilização do preço como primeiro instrumento da procura mediante a negociação de portagens urbanas e/ou portagens variáveis, Vias de Alta Ocupação e Zonas de Emissões Reduzidas, configuram igualmente uma oportunidade de melhoria da mobilidade na AML.

De salientar que o estímulo à vida de proximidade (D.2)⁴³ configura uma redução tendencial das necessidades de transporte, contribuindo a longo prazo para a inversão da tendência verificada nos últimos anos de aumento das deslocações casa-trabalho em TI, o que conjuntamente com o investimento sustentado nos modos suaves de mobilidade, trará reflexos positivos ao nível da repartição modal. De salientar, contudo que a qualificação urbana dos centros históricos e cívicos da AML (D.4) através da aposta no desenvolvimento de projectos de qualificação do espaço público não contempla

⁴² Promoção dos modos suaves de mobilidade; implementação de políticas de restrição ao uso do transporte individual; Desenvolvimento da integração intra e intermodal quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista lógico; melhoramento das condições de operação e exploração e promoção da imagem do transporte colectivo; Operacionalização da AMTL; desenvolvimento do sistema integrado e multimodal de bilhética; ampliação da rede de corredores bus; Localização de pólos de atracção em zonas obrigatoriamente servidas por TC etc.

⁴³ através do alargamento e qualificação da oferta de respostas sociais de proximidade, da promoção de uma cidade potenciadora de vida activa e saudável e da revitalização das concentrações comerciais tradicionais

explicitamente o ordenamento do estacionamento e incentivo à mobilidade pedonal e ciclável, apesar da norma sobre mobilidade, o que representa um risco em termos do agravamento da intensidade de uso do TI.

Promoção de Transportes Sustentáveis

No que diz respeito ao domínio referente à Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo verifica-se que o investimento na AVF (A.1) e investimentos conexos na rede ferroviária convencional, nomeadamente a implementação da plataforma ferroviária na TTT, podem conduzir potencialmente a uma melhoria global da oferta de TP a nível regional e a uma redução do peso do TI. De modo a ser acautelado o predomínio do TP na acessibilidade ao NAL, devem contudo ser privilegiadas políticas fortes ao uso do TP, que deverão passar, entre outras, pela definição de critérios exigentes de acessibilidade ao NAL em TP a partir dos concelhos da Margem Norte da AML situados a maior distância do NAL (Cascais, Oeiras e Sintra), nomeadamente no que diz respeito a tempos máximos de viagem de modo a ser assegurada a segurança e fiabilidade nas ligações a esta nova infra-estrutura, e especialmente a sua atractividade como meio de transporte privilegiado.

A aposta na melhoria das ligações supra-regionais e internacionais (A.1) configura uma oportunidade dado que os investimentos previstos em AVF deverão induzir uma diminuição das deslocações de longa distância com destino à AML em TI, caso sejam garantidas soluções em termos de intermodalidade que promovam a efectiva transferência de TI para TP na utilização deste novo modo de transporte, privilegiando a acessibilidade em TP às estações de AVF. A AVF poderá também incentivar a transferência do modo aéreo para modo ferroviário, o que poderá ter igualmente reflexos positivos na melhoria da sustentabilidade das ligações à AML. As metas definidas de aumento da quota de mercado da ferrovia nas deslocações de média e longa distância, nas ligações externas, para 16% em 2020 e 31% em 2030, afiguram-se igualmente positivas em termos de sustentabilidade global.

A orientação de promoção de elevados níveis de articulação entre o sistema portuário e o sistema logístico, favorecendo modos de transporte mais sustentáveis, designadamente o ferroviário, configuram de igual forma uma oportunidade.

A intenção de ampliação do terminal de Alcântara, poderá configurar um risco de sobrecarga e estrangulamento dos sistemas rodoviários e ferroviários de suporte, nomeadamente da Linha de Cintura, caso as soluções de escoamento de mercadorias a adoptar, resultantes dos estudos propostos no contexto da linha de acção A.1, não sejam implementadas em tempo oportuno, pelo que se reforça a necessidade de se acautelar a

coordenação das acções no tempo de forma adequada, tendo em conta princípios de eficiência e sustentabilidade.

O incentivo à implementação de soluções de transporte fluvial, para o transporte de contentores (nomeadamente em articulação com a constituição e desenvolvimento de plataformas logísticas de apoio ao porto), em linha do que é aliás proposto pelo Plano Estratégico do Porto de Lisboa, configura uma oportunidade de melhoria da logística de mercadorias da AML. O transporte por barcaças, além das grandes vantagens ambientais e energéticas, corresponde também a uma economia geral na cadeia logística se forem atempadamente criadas as condições de enquadramento legal e administrativo adequadas. Neste domínio importa salientar a instalação de novas zonas logísticas em áreas industriais obsoletas (A.1.3) existentes no Arco Ribeirinho Sul, designadamente na zona Norte do Barreiro (Quimiparque), o que permitirá reforçar o carácter multifuncional destas áreas, com reflexos positivos na promoção de uma lógica de funcionamento polinucleado do Porto de Lisboa.

O PROT refere igualmente a necessidade de manter a reserva de espaço portuário na zona da Trafaria, de modo a acautelar eventuais necessidades de expansão do Porto de Lisboa. No entanto tal intenção determina um risco estratégico face ao conflito potencial por eventuais incompatibilidades com as intenções estratégicas municipais, e os usos previstos pelo PDM de Almada para a freguesia da Trafaria. A manter-se esta directriz no PROT, a situação deverá ser re-analisada em sede do Plano Nacional Marítimo - Portuário e sua Avaliação Ambiental.

No que se refere à intenção de definição de Núcleos de Desenvolvimento Turístico em solo rural (A.3), nomeadamente na Península de Setúbal, verifica-se que o Modelo Territorial proposto não acautela devidamente a necessidade de garantir em sede de contratualização e licenciamento a existência de critérios de inserção territorial que contemplem a cobertura destes núcleos nas redes de TP já existentes ou a criar, bem como a promoção dos modos suaves de mobilidade dentro destas áreas, por parte do promotor.

Como oportunidade no que diz respeito a esta LA refira-se o papel de potenciação que a AVF pode ter na melhoria da mobilidade turística para a AML, utilizando um modo ferroviário ambientalmente mais favorável do que os modos predominantes de acesso à AML na actualidade (aéreo e rodoviário).

De referir igualmente que a implementação da AVF pode contribuir para a melhoria da mobilidade logística na Região.

A concentração da actividade logística (A.5) em duas plataformas logísticas (Castanheira do Ribatejo e Poceirão), configura uma oportunidade de racionalização da logística

regional, distribuindo as actividades pelos diferentes nós da rede, indo assim ao encontro do objectivo de desenvolvimento de uma AML polinucleada.

As orientações expressas no Modelo Territorial no que se refere à contenção da expansão urbana (B.2), nomeadamente no que se refere à promoção da estruturação dos espaços urbanos fragmentados da AML, configuram oportunidades na óptica deste critério ao apostarem na introdução, ao nível da programação urbanística, de aspectos relacionados com a definição de uma rede potenciadora de uma mobilidade mais sustentável e com a obrigatoriedade da criação de espaços de circulação pedonal.

No plano do reforço da conectividade intra-regional (B.4) os investimentos na ferrovia convencional com o fecho da linha de Cintura, investimentos na Linha de Cascais e NAL e Arco Ribeirinho Sul, bem como uma aposta mais forte no estabelecimento de ligações transversais em TPSP, melhorarão o funcionamento do sistema de transportes regional, constituindo desta forma uma oportunidade em termos deste critério. A melhoria prevista das condições de funcionamento e aducção às interfaces configuram oportunidades de melhoria da articulação modal, com reforço das condições de promoção da transferência modal de TP para TI. A intenção de aposta no aumento da área de influência das linhas ferroviárias através da implementação de serviços rápidos entre bairros e estações, intenções de investimento no MST e a aposta no estabelecimento de ligações transversais em TPSP, são exemplos de várias orientações com reflexos positivos em termos de oportunidade de melhoria do sistema de ferroviário da Região e que contribuirão igualmente para uma melhor intermodalidade com os outros modos de TP e para a criação de condições facilitadoras da transferência modal de TI para TP.

De referir neste domínio as oportunidades decorrentes da aposta no desenvolvimento dos eixos prioritários de TPSP, nomeadamente a ligação Mafra – Loures – Lisboa (que vai permitir dotar o corredor de expansão urbana da A8 de um modo de transporte público competitivo, assegurando uma maior mobilidade neste eixo e a cobertura de novas actividades polarizadoras (e.g. Novo Hospital Regional de Loures)) e a ligação Algés-Falagueira – Odivelas – Loures. É proposto igualmente o estudo de novos corredores de TPSP, que serão fundamentais para assegurar a promoção de modos de transporte sustentáveis nas unidades Espaço Urbano Norte e Poente (Ligações Paço de Arcos – Tagus Park – Massama/Cacém; ligação Carcavelos/Oeiras – Rio de Mouro; ligação Cascais -Alcabideche/ Sintra, etc.), Arco Ribeirinho Sul e Área Central da Península de Setúbal (Corroios – Vale de Milhaços / Sobreira - Charneca de Caparica; Penalva – Santo António da Charneca – Vale da Amoreira – Lavradio; Alcochete – Montijo – Moita).

No que se refere aos investimentos em outros modos estruturantes de transportes (B.4.5) realça-se como oportunidade a intenção de estudar a introdução de novos serviços de transporte fluvial que explorem ligações entre cais situados na mesma margem (o que reforçará a coesão territorial e a mobilidade no Arco Ribeirinho Sul) e entre pólos actualmente não servidos por este modo de transporte.

A aposta no desenvolvimento potenciador de soluções de mobilidade sustentável (C.6), através da flexibilização da operação/exploração dos modos tradicionais de TP, promovendo uma melhor adequação entre oferta e procura (soluções de transporte a pedido, mini-autocarros expresso, táxis colectivos, etc.) configura uma oportunidade no ponto de vista deste critério de avaliação. Concorrentemente, a orientação de promoção de soluções intermédias de transporte, numa óptica de optimização do TI (incremento das taxas de ocupação, carpooling ou carsharing) constitui igualmente uma oportunidade com reflexos positivos ao nível de uma melhor repartição modal e de um melhor funcionamento do sistema de transportes na AML. De salientar que o aumento de ciclovias, corredores dedicados para carros eléctricos, BUS e veículos com elevada taxa de ocupação, constituirá igualmente uma oportunidade na óptica deste critério.

De realçar na óptica deste critério a aposta no reforço da acessibilidade dos Pólos de Atracção através da elaboração de normas comuns a todos os municípios da AML que definam as condições a observar, na localização de pólos de atracção, baseados em critérios de acessibilidade em transporte público e em modos suaves.

No que diz respeito à melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados (D.4) verifica-se que a qualificação urbana dos centros cívicos e históricos não contemplam explicitamente o incentivo à mobilidade pedonal e ciclável nestas áreas o que na óptica deste critério se apresenta como um risco potencial.

O **Quadro 36** apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.

Quadro 36 – Avaliação do FCD#3 Mobilidade por domínio de intervenção

Critérios de avaliação		Mobilidade urbana	Promoção de transportes sustentáveis
Domínios			
A. Conectividade, competitividade cosmopolitismo	e	↗	↗↗
Polinucleação compactação	e	↗	↑
Sustentabilidade sintonia com a natureza	e	↗	↗
Coesão social qualificação	e	↗↗	↗↗

Legenda:

- ↑ Oportunidades significativas
- ↗ Oportunidades
- ↓ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.3.3 Directrizes de seguimento

Apresenta-se no **Quadro 37** as directrizes de seguimento para o FCD Mobilidade, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 37 – Directrizes para seguimento para o FCD#3 Mobilidade

FCD#3 MOBILIDADE

Directrizes para planeamento e gestão

Garantir tempos de deslocação em TP nas acessibilidades ao NAL, que garantam a segurança, fiabilidade e competitividade deste modo em relação ao TI

Garantir que a acessibilidade em TP ao NAL nos vários modos de transporte, a partir de qualquer concelho da AML, não ultrapassa os dois transbordos (idealmente um)

Garantir o acautelamento de potenciais situações de conflitos entre a implementação de reservas de espaço para grandes infra-estruturas e as intenções previstas em PDM, e a sua resolução, através da identificação de soluções de compromisso que satisfaçam as partes interessadas previamente a fases de discussão e desenvolvimento de projectos.

Promover prioritariamente os investimentos no descongestionamento da Linha de Cintura de modo a garantir níveis adequados de eficiência no sistema ferroviário metropolitano, nomeadamente em termos de acessibilidade ao NAL

Garantir que relativamente à TTT são cumpridas todas as condicionantes expressas na respectiva DIA, com especial destaque para a garantia de que a componente rodoviária deverá incorporar soluções que contribuam para a minimização dos impactes ambientais negativos sobre a qualidade do ar e sobre o ruído, devendo avaliar diversas medidas com este objectivo, designadamente:

- Adopção de um sistema de preços de portagem diferenciados, penalizando o(s) período(s) de maior procura;
- Adopção de um sistema de controlo de velocidade para garantir a estabilidade das correntes de tráfego na gama de velocidades de 50 (sempre que possível) a 80km/hora (máximo);
- Entrada em funcionamento com duas vias de circulação em cada sentido;
- No(s) período(s) de maior procura, reservar uma das vias para veículos com alta ocupação (equivalente à adoptada no programa de execução do plano de melhoria da qualidade do ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo), veículos eléctricos e transportes públicos.

Na programação temporal da fase de obra da TTT, deverá privilegiar-se a construção da componente ferroviária em relação à rodoviária.

Dever-se-á criar condições para que aquando na TTT, o transporte colectivo, nomeadamente em ferrovia convencional, esteja disponível e operacional aquando da entrada em funcionamento da componente rodoviária.

Aumentar a mobilidade e a acessibilidade em TP no interior da AML entre origens e destinos diferentes de Lisboa e que não passem por Lisboa.

Garantir que na localização de equipamentos públicos e privados de ensino, educação e saúde é acutelada a cobertura por redes de TP

FCD#3 MOBILIDADE

Garantir que os PMOT assegurem que todas as operações urbanísticas a desenvolver adotem modelos de planeamento urbanístico baseados no conceito de proximidade de modo a reduzir as necessidades de deslocação.

Garantir em sede de PMOT que os NDT contemplam obrigatoriamente uma oferta adequada de TP a estas áreas, bem como a promoção de modos suaves de mobilidade.

Garantir em sede de PMOT a criação de condições para a aplicação de soluções inovadoras de mobilidade à escala local (e.g. locais para abastecimento de veículos eléctricos, áreas para estacionamento de veículos pertencentes a esquemas de car sharing, etc.).

Submeter o programa de construção de novas vias rodoviárias na AML a uma avaliação dos impactes cumulativos destes investimentos e que pondere igualmente os resultados dos estudos de análise custo-benefício a realizar.

Garantir o investimento na criação de uma oferta competitiva de TP nos novos eixos rodoviários existentes e a criar, conjuntamente com a introdução de medidas complementares que aumentem a eficiência do sistema de transportes (Vias de Alta Ocupação, corredores BUS e veículo eléctrico dedicados, etc.)

Garantir a integração intra e intermodal do ponto de vista: físico (actuando nas interfaces e na adaptação dos veículos), lógico (ao nível dos horários / operação / sistemas de informação ao público) e tarifário (implementando um sistema integrado de bilhética e de tarifário)

Privilegiar o preço como principal instrumento de gestão da procura em relação ao estacionamento e circulação em determinados eixos ou zonas.

Garantir de reforço da operacionalidade da AMTL de modo a assegurar a eficiência do sistema de transportes

Promover a avaliação das fragilidades ao nível do transporte de mercadorias enquanto não estiver assegurada a ligação para Leste de Madrid por ferrovia em bitola standard (sobre a rede da AVF)

Adoptar um quadro legislativo de promoção dos "modos suaves" de mobilidade

Investir na criação de uma rede ciclável intra e intermunicipal, que possa cumprir, não apenas funções de lazer, mas também de transporte

Apoiar projectos à escala dos bairros ou de partes de aglomerado, devidamente enquadrados em Planos de Mobilidade concelhios, promovendo (à escala local) a transferência modal a favor da marcha a pé e dos transportes colectivos, nomeadamente, através de:

Regularização das condições de circulação pedonal (alargamento e protecção de passeios, requalificação do espaço público, pedestrianização, redesenho de intersecções, aumento de tempos de atravessamento, eliminação de barreiras físicas, etc.), para proporcionar melhores condições às deslocações não motorizadas

Ações de gestão da mobilidade local (pedibus, promoção da marcha a pé pela reorganização da rede de equipamentos de proximidade), susceptíveis de promover a redução da mobilidade motorizada

Acalmia de tráfego e redução da circulação automóvel (zonas 30, controlo do acesso e atravessamento de bairros, tarifação do estacionamento/circulação, reforço da fiscalização, etc.), visando reduzir a exposição dos peões aos riscos colocados pelo tráfego automóvel

Melhoria do desempenho operacional dos transportes públicos (reordenamento do trânsito viário, reforço dos eixos de circulação em sítio próprio e da vigilância nos eixos de circulação em sítio banalizado, introdução de semaforização prioritária, reforço da qualidade das paragens e respectivas condições de acesso, etc.), tornando - os mais atractivos

FCD#3 MOBILIDADE

Rede de parques de estacionamento dissuasores

Rede ciclável, incluindo estacionamento próximo dos principais equipamentos

Directrizes para monitorização

Monitorizar a eficácia dos TP na acessibilidade ao NAL

Monitorizar a eficácia dos TP em eixos - piloto indicadores da acessibilidade na AML, bem como a transferência modal TI para TP, por forma a permitir actuação no sentido da melhoria de eficácia.

Reforçar a monitorização do nº de passageiros transportados por modo de transporte e por eixo de modo a permitir a definição de planos de acção com vista à promoção de modos sustentáveis e à introdução de restrições ao uso do TI nesses eixos

Monitorizar a eficácia das medidas e mecanismos de intermodalidade (bilhética; funcionamentos dos interfaces, níveis de conectividade regional em TP)

Monitorizar a implementação de iniciativas de mobilidade sustentável ao nível local (redes pedonais, ciclovias, corredores bus, vias de alta ocupação, vias para veículos eléctricos)

Monitorizar a integração das orientações estratégicas regionais nas políticas, planos e programas municipais

Monitorizar a eficácia das estratégias de melhoria da articulação entre as acessibilidades rodo-ferroviárias e fluviais e as plataformas logísticas da AML e o sistema marítimo-portuário regional, previstos no PROT-AML

Monitorizar a evolução urbana do espaço envolvente a às plataformas logísticas

Monitorizar a relação custo - benefício dos investimentos em infraestruturas de transporte previstos no PROT-AML

Monitorizar a capacidade da Linha de Cintura em termos de tráfego de passageiros e mercadorias expectáveis, tal como previstos no PROT-AML

Directrizes de governança

<p>CCDR-LVT</p>	<p>Monitorizar da evolução regional da mobilidade (conjuntamente com a AMTL, as Câmaras Municipais, IMTT, CCDR confinantes, DGOTDU, e TP.)</p> <p>Incentivar a aplicação de modelos territoriais de mobilidade sustentável na Região</p> <p>Incentivar a adopção de boas práticas em matéria de planeamento territorial e transportes nos municípios da AML.</p>
<p>Câmaras municipais</p>	<p>Promover a proximidade funcional e incentivar modelos territoriais de maior mobilidade</p> <p>Sensibilizar os actores municipais (empresas, escolas, instituições, cidadãos) e criar incentivos locais para a adopção de padrões sustentáveis de mobilidade no seu território.</p> <p>Promover a realização de projectos demonstrativos em matéria do incentivo à utilização de modos inovadores de mobilidade (e.g. veículos eléctricos) no seu território.</p> <p>Discriminar positivamente os utilizadores concelhios de TP e modos suaves de mobilidade.</p>

FCD#3 MOBILIDADE	
	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da rede viária municipal nos seus vários modos.
IMTT	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento dos transportes terrestres nacionais</p> <p>Definir critérios para a internalização de políticas de mobilidade sustentável e disseminação de boas práticas neste domínio à escala municipal.</p> <p>Promover critérios e guias de boas práticas para a eficiente integração dos transportes terrestres nos instrumentos de gestão territorial, atendendo a preocupações de eficiência energética, ambientais e de sustentabilidade</p>
Operadores de Transportes	<p>Colaborar no âmbito da AMTL na articulação e coordenação e implementação de soluções conducentes a uma melhor integração intra e inter modal do ponto de vista físico, lógico tarifário.</p> <p>Promover, em articulação com as entidades públicas, o investimento na introdução de frotas mais eco-eficientes.</p>
População em geral	Contribuir individualmente para uma maior utilização de TP e para a adopção de padrões de mobilidade mais sustentáveis.

5.4 Estruturação e Requalificação Territorial

5.4.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD: Aferir da estruturação do sistema territorial regional, polarizado pelo estuário do Tejo, considerando questões relacionadas com a coesão territorial assim como a requalificação e revitalização dos núcleos urbanos e suas periferias, atendendo igualmente a aspectos de qualidade física do ambiente.

Resumo da situação tendencial – No FCD Estruturação e Requalificação Territorial, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

- Perda da população nas áreas centrais da AML e crescente fenómeno de suburbanização;
- Aumento de expansão urbana com crescimento urbano fragmentado;
- Agravamento da pressão urbanística nas zonas costeiras e áreas de sensibilidade ambiental e paisagística;
- Aumento das áreas de território artificializado;
- Aumento de iniciativas e projectos de revitalização e regeneração urbana;
- Qualificação de áreas ribeirinhas no interior de malhas urbanas;
- Reestruturação no Arco Ribeirinho Sul - emergência de novas centralidades e processos de renovação e valorização urbanística;
- Pressões crescentes sobre os sistemas hídricos, aumento expectável do consumo e variabilidade introduzida pelas alterações climáticas;
- Aumento da produção de resíduos urbanos na Região;
- Evolução crescente da recolha selectiva na Região, a ritmo inferior à média nacional;
- Aumento do tráfego rodoviário e consequente degradação de qualidade do ar.
- Pressões crescentes sobre os sistemas hídricos motivadas pelo aumento expectável do consumo e pela variabilidade introduzida pelas alterações climáticas;
- Aumento da produção de resíduos urbanos na Região;
- Evolução crescente da recolha selectiva na Região, com ritmo inferior à média nacional;
- Aumento do tráfego rodoviário, fruto das acessibilidades previstas, poderá conduzir a um aumento da degradação da qualidade do ar.

No **Quadro 38** apresenta-se a identificação da relevância do FCD#4 e respectivos critérios por Linhas de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 38 – Relevância do FCD#4 e respectivos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#4 Estruturação e requalificação territorial		
	Estruturação e coesão territorial	Revitalização urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
A.1	✓		✓
A.2	✓	✓	✓
A.3	✓	✓	✓
A.4			✓
A.5	✓	✓	✓
B.1	✓	✓	✓
B.2	✓	✓	✓
B.3	✓		✓
B.4	✓	✓	✓
C.1	✓		✓
C.2	✓	✓	✓
C.3			✓
C.4	✓		✓
C.5		✓	✓
C.6	✓	✓	✓
C.7	✓	✓	✓
D.1	✓	✓	✓
D.2	✓	✓	✓
D.3			
D.4	✓	✓	✓

Estruturação e coesão territorial

A rede de cidades da região de Lisboa e as dinâmicas de localização dos residentes traduzem-se num importante conjunto de aglomerações urbanas no centro da AML (Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa) que beneficiam da proximidade geográfica para uma forte integração funcional, verificando-se elevados movimentos pendulares entre si.

Neste contexto geográfico, Lisboa domina claramente o ranking do **índice de centralidades dos centros urbanos** da AML, mas verifica-se que se acentuou o processo de desertificação da cidade e o crescimento da periferia, numa tendência clara de suburbanização. O forte crescimento dos centros urbanos de Sintra, Sesimbra, Seixal, Alcochete ou Mafra revela a preferência que justifica a deslocação de outros concelhos, particularmente Lisboa, para estas novas zonas residenciais e fenómenos como o afastamento entre o local de residência e o local de trabalho, a importância dos trabalhadores do sector terciário, a estrutura da família, revelam também a importância da classe média no movimento de saída do centro para a periferia.

O segundo nível de hierarquia de centralidade encontra-se assim em Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Montijo, Odivelas, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Destaca-se Setúbal como a grande centralidade do extremo sul da AML que, beneficiando de boas acessibilidades com Lisboa e com o sul do país, e se impõe pela população e diversidade funcional, com destaque para o emprego. O forte crescimento de Setúbal deu origem igualmente a uma enorme mancha urbanizada monofuncional formada fundamentalmente por edificações de génese ilegal (Fernão Ferro, Quinta do Conde direcção de Azeitão, Pinhal Novo).

Tendo em conta o potencial populacional e de emprego, a robustez no domínio do comércio e serviços bem como o grau de acessibilidade, evidenciam-se um conjunto de Centralidades Motrizes Polivalentes da AML - que apresentam uma grande atractividade e capacidade de polarização do espaço urbano - ilustradas pela **Figura 27** e que seguem a hierarquização sistematizada pelo **Quadro 39**.

Quadro 39 – Nível hierárquico de Centralidades Motrizes na AML

Nível hierárquico	Centralidade Motriz
1º	Lisboa
2º	Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Montijo, Odivelas, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira
3º	Alcochete, Algés, Algueirão-Mem Martin, Aqualva/Cacém, Alverca, Amora, Baixa da Banheira, Cacém-Aqualva, Mafra, Moita, Oeiras, Palmela, Pinhal Novo, Queluz, Sacavém, Sesimbra,
4º	Costa da Caparica, Ericeira, Pegões, Póvoa de Sta Iria, Sta Iria de Azóia,

(Fonte: Diagnóstico Estratégico Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, 2009)

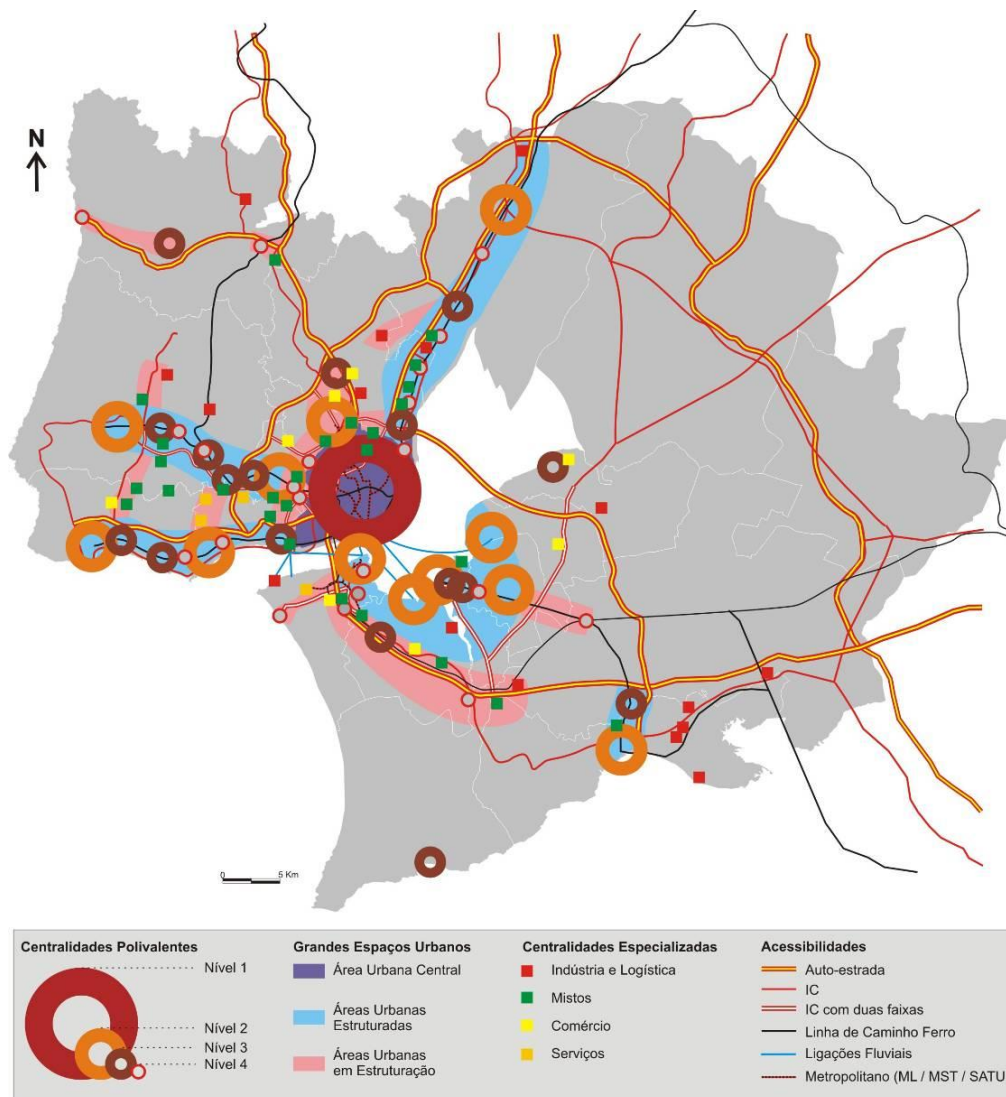


Figura 27 – Centralidades Urbanas Motrizes (2009)

(Fonte: Diagnóstico Estratégico Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, 2009)

A nível funcional reconhece-se ainda como *Centralidades Motrizes Especializadas* as aglomerações associadas ao Tagus Park/Campus do IST e Universidade Católica, aglomeração de grandes superfícies comerciais na zona de Alfragide, aglomeração industrial/logística/comercial do eixo Rio de Mouro/Abrunheira, conjunto empresarial AUTOEUROPA e área envolvente, e conjunto empresarial de Carnaxide e aglomerado próximo. Na mesma categoria, mas ainda sem a influência dos citados, encontramos a aglomeração industrial e empresarial de Queluz de Baixo, o complexo empresarial de Lagoas Park e o Campus da UNL de Monte da Caparica.

Em termos de *Centralidades Motrizes Potenciais* distinguem-se aglomerados com trajectória de crescimento por força do investimento em infra-estruturas e equipamentos como o Pinhal Novo, Quinta do Conde/ Fernão Ferro e Vialonga, os projectos de Margueira/Almada Nascente, da QUIMIPARQUE, da área da Siderurgia (Seixal) e ainda a Parede e Carnaxide.

Embora o conceito de centralidade esteja muitas vezes directamente relacionada com a sua dimensão existem algumas excepções na AML como é o caso dos aglomerados Agualva-Cacém, Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Amora e Seixal onde o crescimento populacional, como consequência da suburbanização em relação à capital não se fez acompanhar da desejada descentralização de funções da mesma. Assim, e nesta perspectiva, existem centralidades urbanas fruto da suburbanização que não estão devidamente preparadas para atender às necessidades da população residente já que o modelo de desenvolvimento territorial não tem acompanhado o crescimento das mesmas.

No período entre 1991-2001, a AML sofreu uma perda de população nas suas áreas centrais e um aumento nos seus concelhos mais periféricos como Mafra, Vila Franca de Xira, Azambuja, Setúbal, Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Montijo e Alcochete (**Figura 28**). Assistiu-se como referido anteriormente, ao fenómeno de suburbanização com deslocação das primeiras residências para zonas menos urbanizadas, beneficiando das boas e crescentes acessibilidades aos grandes centros, impondo alguma pressão de urbanidade nestes concelhos limítrofes tidos tradicionalmente como rurais. O sector imobiliário, nomeadamente a oferta imobiliária foi e é importante para o forte aumento de novos residentes.

De destacar, como referido anteriormente a propósito das centralidades, o elevado ritmo de crescimento populacional de Setúbal (**Figura 28, Figura 29**) afirmando-se como o segundo pólo populacional da AML. No extremo, e em termos de dinâmica populacional Lisboa encontra-se, como uma perda acentuada de cerca de 16,1%. Lisboa cidade, perde portanto população mas aumenta a sua importância como centralidade Metropolitana.

Recentemente, verifica-se a entrada selectiva de novos residentes para o centro em freguesias como Ajuda, Alcântara, Alvalade, Santos, Baixa, Encarnação, Charneca do Lumiar, Lumiar, dando origem à introdução de uma nova dinâmica de centralidades: o fenómeno da pós-suburbanização associado à gentrificação. O processo de gentrificação caracteriza-se pela recuperação de zonas degradadas no centro da cidade e pela mudança dos residentes tradicionais dos bairros e chegada de novos moradores com características diferentes. Este fenómeno revela a importância dos estilos de vida como elemento importante na transformação das centralidades e pode indicar uma nova tendência em relação ao movimento populacional interno da AML.

O surgimento desta nova tendência é ainda pouco expressivo e marginal, sendo sobreposto pela tendência de saída de população de Lisboa.

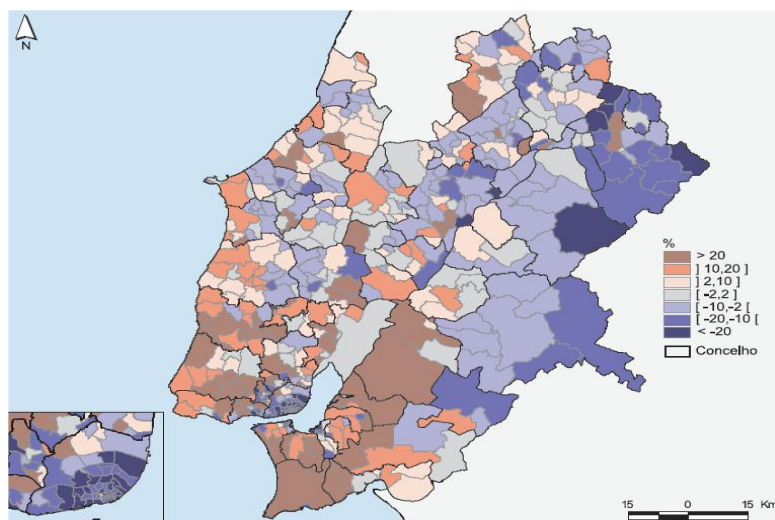


Figura 28 – Taxa de variação de população da AML, 1991-2001

(Fonte: INE, Revista de Estudos Regionais, 2001)

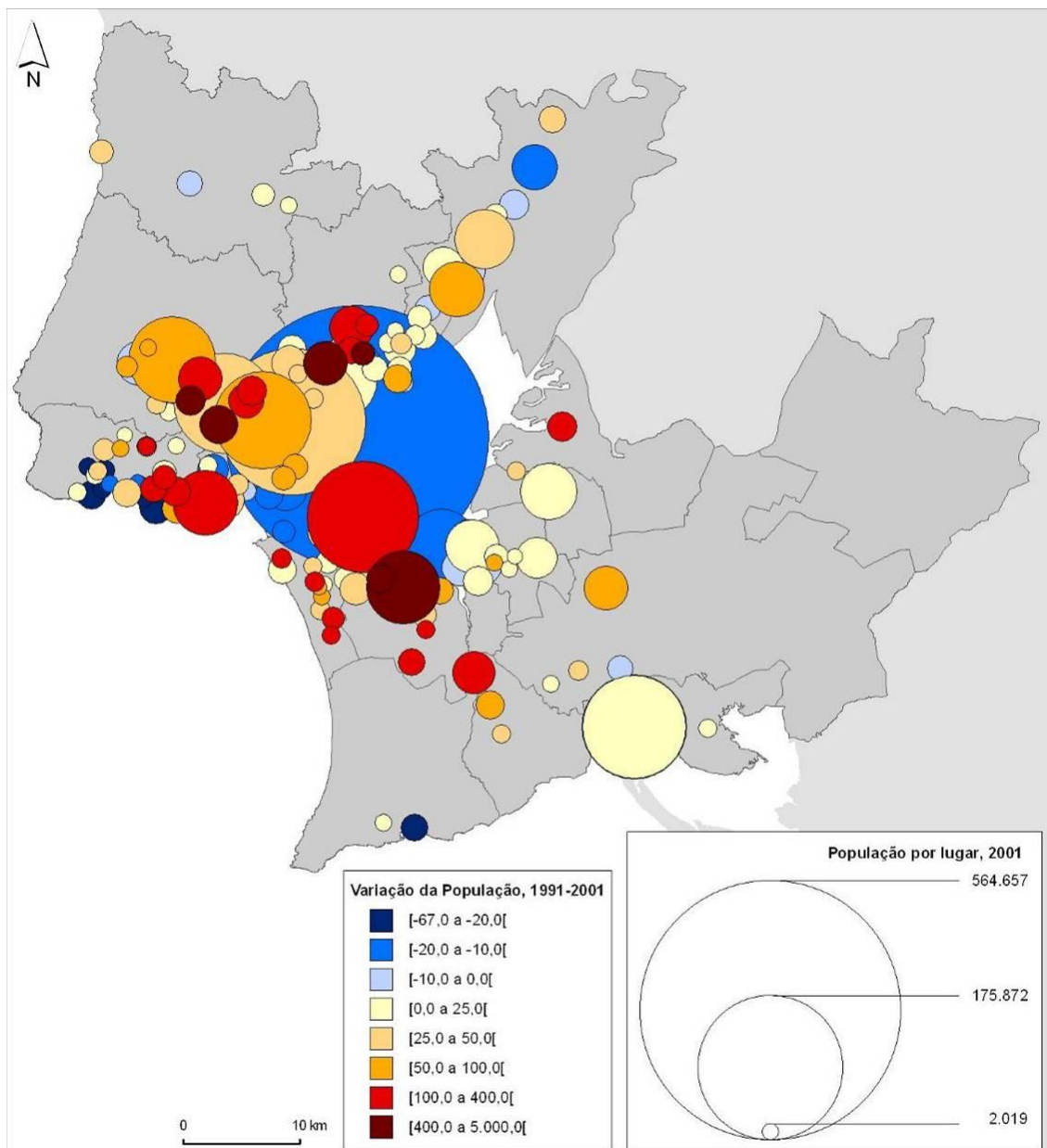


Figura 29 – Variação da População por Lugar (1991-2001)

(Fonte: Diagnóstico Estratégico Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, 2009)

Com o aumento da densidade populacional na AML a tendência em relação à ocupação do solo por **áreas edificadas/ impermeabilizadas** é também crescente neste território, como se pode observar através da **Figura 31** que relaciona a ocupação urbana do solo em 1990 com a de 2000.

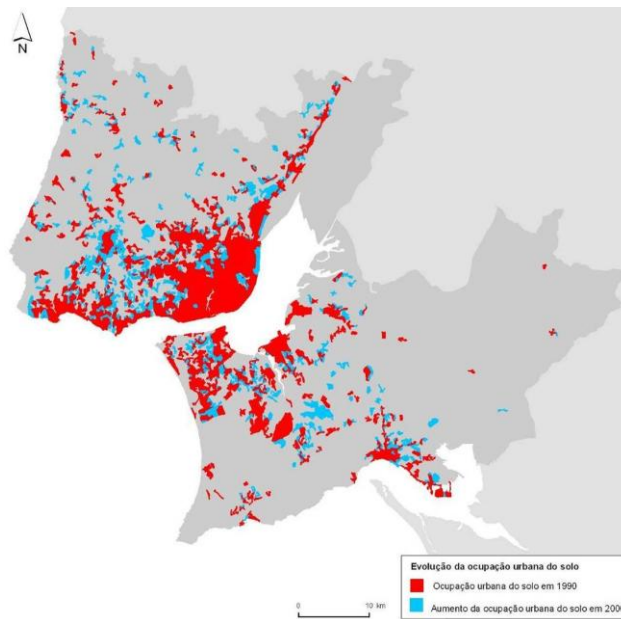


Figura 30 – Ocupação Urbana do Solo (1990 e 2000)

(Fonte: IGP, 1990 e 2000)

A ocupação urbana referida diz respeito não só à expansão do tecido edificado mas também às infra-estruturas associadas (**Quadro 40**).

Quadro 40 – Ocupação Urbana do Solo (1990 e 2000)

Categorias de Espaço Edificado	Área km ²	
	1990	2000
Tecido Urbano Contínuo	40,8	46,6
Tecido Urbano Descontínuo	247,6	332,7
Áreas em Construção	4,1	12,4
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	48,5	73,2
Equipamentos Desportivos e de Lazer	9,9	19,9
Zonas Portuárias e Aeroportuárias	17,7	18,6
Espaços Verdes Urbanos	12,9	13,0
TOTAL	381,5	516,4

(Fonte IGP, 1990 e 2000)

A edificação dispersa e de baixa densidade em contextos predominantemente agro-florestais constitui uma tendência da AML associada ao fenómeno da suburbanização, e é fortemente impulsionada pelo transporte individual, pelo dinâmico mercado imobiliário

em espaço rural, vocacionado para a oferta de habitações destinadas a segunda residência, que gradualmente passam a primeira. Este fenómeno revela o desejo de tipologias de habitação unifamiliar, que elevados custos fundiários na área central da AML tornam inacessíveis, originando o desenvolvimento descontínuo dos espaços urbanos e a afectação de extensas áreas com elevado valor ambiental e económico, agrícola e florestal, a usos residenciais (são os casos de Mafra, Sintra, Loures, Alcochete, Montijo, Palmela e Sesimbra)

Na Península de Setúbal, este fenómeno assume menor incidência, embora a crescente integração deste território no contexto metropolitano, impulsionado pelas travessias do Tejo e pelo NAL, poderá fazer aumentar a pressão edificatória sobre as áreas rurais, tanto com fins claramente residenciais, como enquadrados em projectos imobiliários de Turismo Residencial.

Durante o período entre 1985 e 2000 no território português ocorreu um crescimento de 37%, em área, de territórios artificializados (**Figura 31**). Todas as demais classes de ocupação do solo revelam um decréscimo de área.

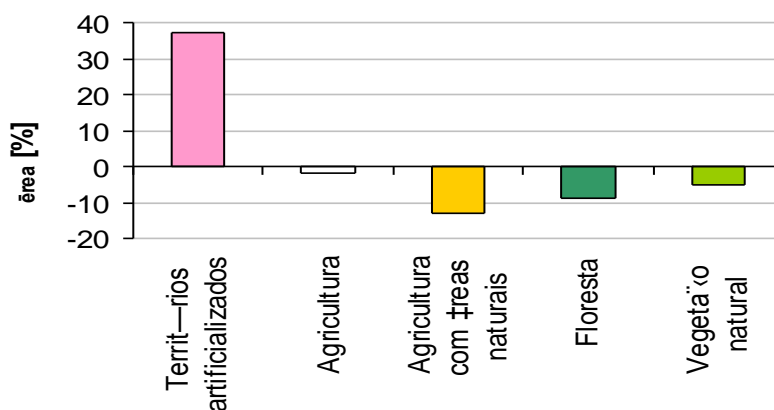


Figura 31 – Variação da ocupação do solo em Portugal, 1985-2000

(Fonte: IA, Alterações da Ocupação do Solo em Portugal 1985-2000)

No contexto da AML em igual período de tempo denota-se que a **evolução dos padrões de uso do solo** na AML sofreu um crescimento de quase 55%, em área, de territórios artificializados, o que originou igualmente o crescimento de áreas industriais e infra-estruturas, em 45% e 50% respectivamente (**Figura 32**).

A floresta e os espaços agrícolas são os principais afectados pelo aumento dos espaços artificializados com decréscimos na ordem dos 12% e 36% respectivamente. Contudo é de notar a ocorrência de um ligeiro aumento em relação às áreas silvestres como se pode verificar da observação da **Figura 32**.

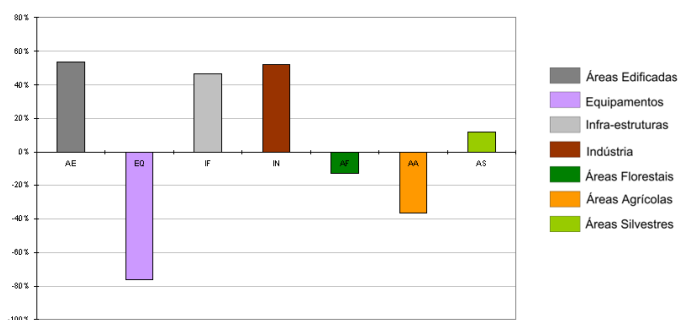


Figura 32 – Variação dos Padrões de Ocupação do Solo na AML, 1995-2007

(Fonte: PROTAML – Equipa Sectorial de POS/EMPVA, 2009)

Não se encontraram nesta altura disponíveis dados referentes ao nível de **execução dos perímetros urbanos**. No entanto, é de admitir que muitos dos perímetros urbanos denotam um baixo grau de execução, e que o investimento privado se disperse por todo o território.

Como referido anteriormente ao longo do período entre 1990 e 2000 houve uma tendência para o aumento do tecido urbano descontínuo causado, segundo o diagnóstico do PROT-AML, pela implementação casuística, carecendo de visão estratégica e integradora (operações de loteamento avulsas, legais e ilegais). Daqui resultou a ocorrência de áreas fragmentadas e de edificação dispersa.

As áreas de ocupação dispersa são áreas onde a estrutura agrícola é ainda evidente mas onde a ocorrência de edifícios isolados ou em pequenos grupos, constitui já um padrão importante ou dominante da paisagem, alterando a sua identidade cultural e paisagística (**Figura 33**).

As áreas desestruturadas ou fragmentadas correspondem ao tecido urbano descontínuo acima referido, e resultam do alastramento não programado, espacialmente descontínuo e fortemente desarticulado dos espaços urbanos consolidados, normalmente associados a uma baixa qualidade ambiental, onde se localizam actualmente a maior partes dos aglomerados habitacionais que compõe as Áreas Urbanas de Génese Ilegal na AML, quer na Margem Sul, quer na Margem Norte, como se pode verificar pela Figura 6. A distribuição espacial das AUGI é condicionada não só pela proximidade e acesso à capital bem como pela disponibilidade de terrenos rústicos a baixos custos (Costa, 2008). Deste modo, e como se pode verificar pelas **Figura 34** e **Figura 35**, os concelhos com maior

expressão em termos de área coberta em AUGI são Seixal, Almada, Loures, Sintra, Odivelas, Cascais e Palmela.

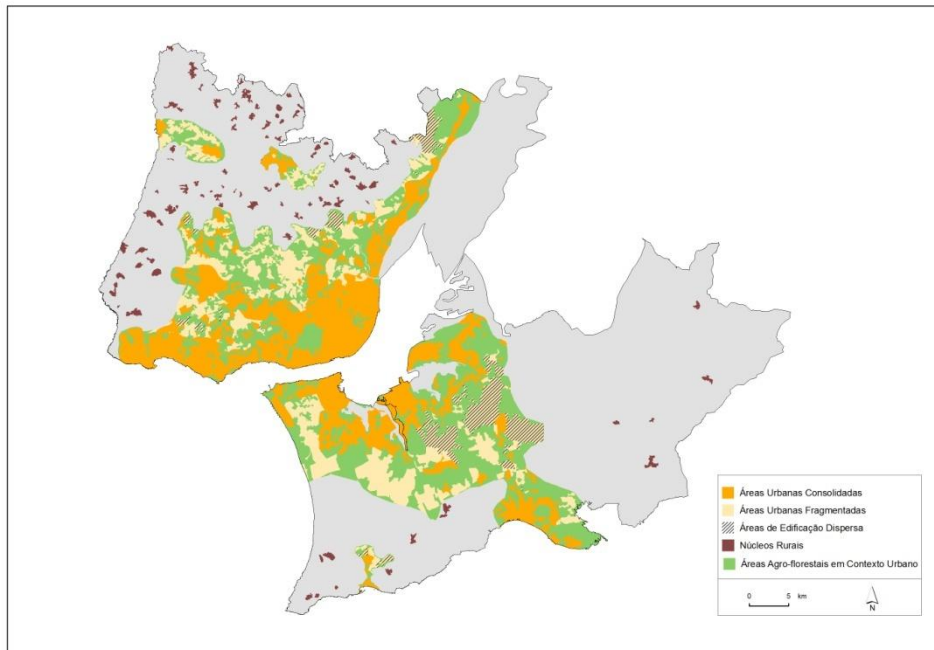


Figura 33 – Centros urbanos polivalentes

(Fonte: Relatório PROT-AML, Novembro 2009)

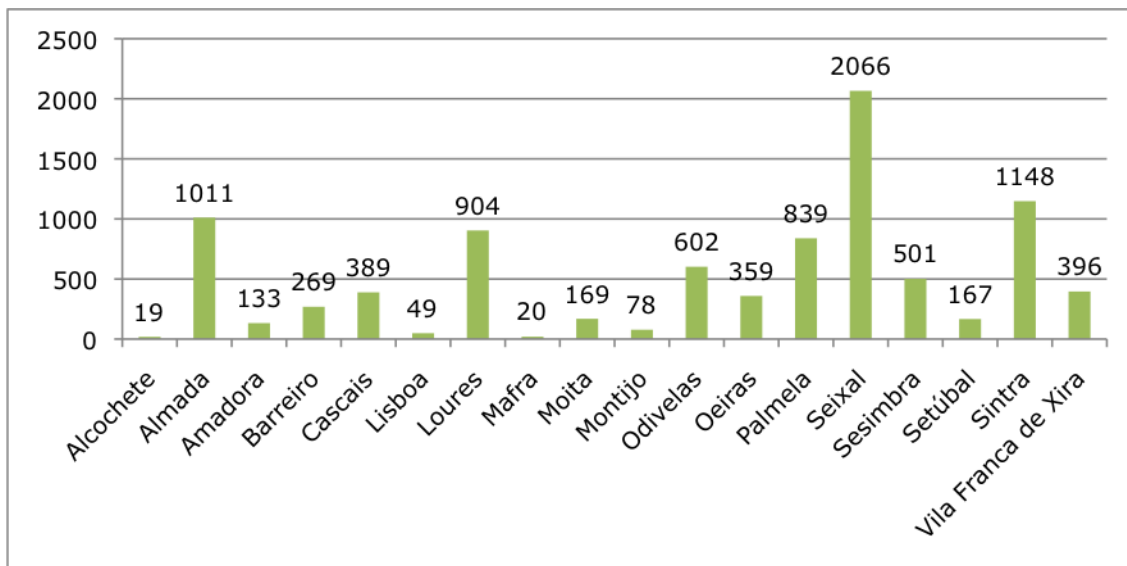


Figura 34 – Quantificação das áreas (em hectares) de AUGI por concelho da AML

(Fonte: Costa, 2008)

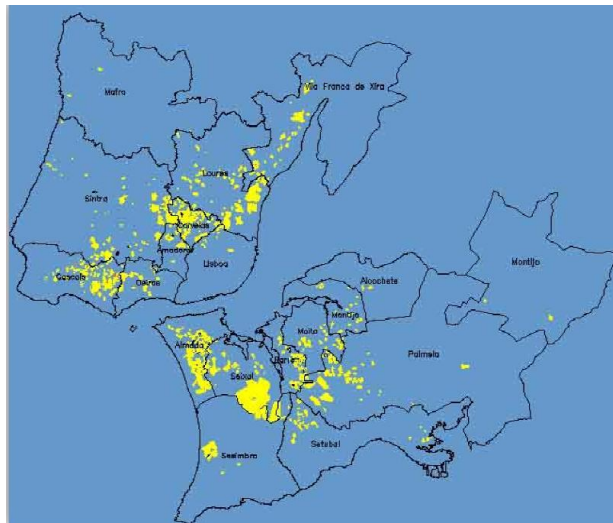


Figura 35 – Localização das AUGI na AML

(Lobo, 2007 in Costa, 2008)

Na Margem Norte a problemática das AUGI desenvolve-se numa coroa em volta de Lisboa nomeadamente em Vila Franca de Xira (Quinta da Coutada, Fonte Santa) em direcção a Loures (Portela da Azóia, Camarate, São João da Talha), passando por Odivelas (Caneças e Pontinha), bem como Amadora (Brandoa) e também numa zona interior do concelho de Cascais (S.D. Rana) prolongando-se até entrar no concelho de Sintra, a Norte (Casal de Cambra, Vale de Moura).

Na margem Sul do Tejo a maior expressão de AUGI situa-se no concelho de Almada numa faixa paralela ao mar (Charneca) e no Seixal (Fernão Ferro), é de notar igualmente com forte presença em Sesimbra (Lagoa de Albufeira), Palmela (Quinta da Marquesa) e Barreiro (Coína) (Costa, 2008).

Algumas áreas de génese ilegal estão recuperadas ou em vias de recuperação, passando por processos de infra-estruturação e de consolidação e densificação, como em Famões, Casal Cambra, Idanha-Belas-D.Maria-Caneças.

Ainda assim, e focando apenas numa parte do problema constituído pelos alojamentos familiares não clássicos (**Figura 36**), verifica-se uma forte dicotomia regional em termos de pressão por parte deste tipo de ocupação. A Península de Setúbal, ao contrário da zona norte da região onde houve uma regressão, viu aumentar em mais do dobro o número de alojamentos familiares não clássicos no último período inter-censitário. Este valor é altamente impulsionado pelo acréscimo verificado em concelhos como Almada onde o número de alojamentos desta tipologia triplicou. Outros concelhos da margem sul

são responsáveis pelo pobre desempenho da sub-região, com destaque para o Barreiro e Seixal com aumentos na ordem dos 200% e 150%, respectivamente.

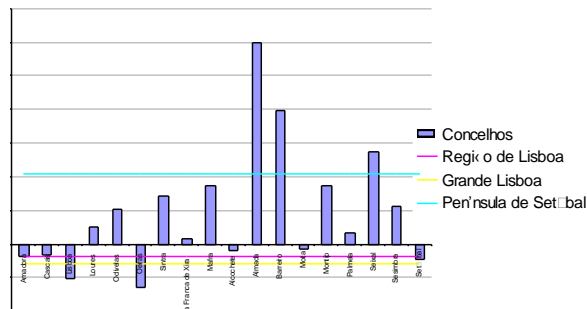


Figura 36 – Variação do número de alojamentos familiares não clássicos, 1991-2001

(Fonte: INE, Censos 1991 e 2001)

No pólo contrário, a sub-região norte teve uma regressão na ordem dos 30%, incitando a média regional para um decréscimo de 18,3%. Aqui há que destacar concelhos com Oeiras e Lisboa onde esta tendência foi mais notória e a diminuição se cifrou nos 62,8% e 50,2%, respectivamente.

Tal como mencionado anteriormente, as áreas agrícolas e florestais têm visto a sua área a diminuir em detrimento do alastramento de zonas impermeáveis. Estes espaços caracterizam-se actualmente pela predominância de sistemas de produção vegetal, animal e florestal, ou seja, de sistemas exclusiva ou predominantemente orientados para a produção de bens alimentares e matérias-primas agrícolas e florestais, onde se verifica uma procura crescente, mas ainda incipiente, em termos de turismo em espaço rural, denotando em qualquer caso um potencial significativo.

No que diz respeito à **multifuncionalidade dos espaços rurais** na AML, a sua expressão económica e territorial actual é portanto ainda muito marginal, com excepção dos sistemas florestais. De acordo com o PROF AML apenas cerca de 18% correspondem a povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva, sendo a restante área florestal orientada para a multifuncionalidade dos espaços rurais incluindo funções de protecção, silvo-pastorícia, caça e pesca nas áreas interiores.

Revitalização urbana

A variação da proporção de **alojamentos familiares vagos** (**Figura 37**) predomina em concelhos onde existe um parque habitacional mais antigo ou onde se regista um maior dinamismo de construção e expansão demográfica induzido por novas acessibilidades.

A importância crescente dos alojamentos vagos entre 1991 e 2001 poderá estar associada a situações de degradação e abandono do edificado, evidenciando uma dinâmica urbanística apoiada num excesso de solo urbanizável e construção nova, de primeira e de segunda habitação.

A Península de Setúbal assume valores altos com uma variação de proporção de fogos vagos de 25,3% entre 1991 e 2001. Não é assim de estranhar que os concelhos onde esta realidade é mais notória se situem na zona sul da Região, sendo de destacar os casos de Sesimbra e Barreiro com variações de 100% e 72%, respectivamente. Na área da Grande Lisboa há a realçar os concelhos de Lisboa (53,2%) e Amadora (36,4%) (**Figura 37**).

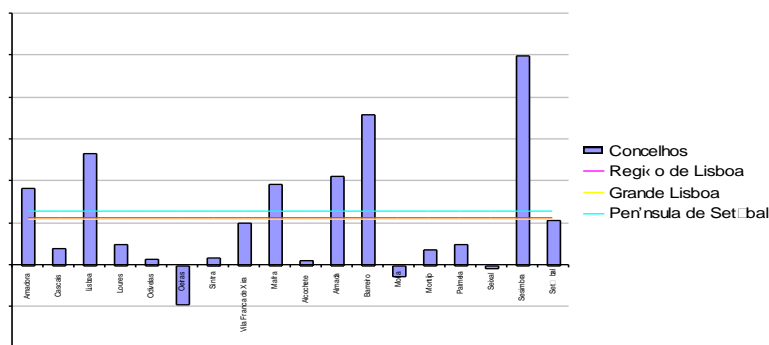


Figura 37 – Variação da proporção de alojamentos familiares vagos, 1991-2001

(Fonte: INE, Censos 1991 e 2001)

Os processos de renovação e revitalização urbana que têm ocorrido na AML estão essencialmente associados à necessidade de reverter a desertificação dos centros históricos e das áreas ligadas às zonas portuárias, onde existe possibilidade de um reencontro da cidade com o rio. A regeneração progressiva de sectores do centro histórico, implica processos de modernização da infra-estrutura, de actualização da oferta de bens e serviços e reabilitação/reconstrução de edificações, com um peso crescente da função residencial.

Relativamente a **projectos de revitalização e regeneração urbana**, os dados que permitem esta análise centram-se sobretudo na identificação de estratégias de requalificação urbana e de iniciativas de **reabilitação do parque edificado**, particularmente no que se referem à revitalização dos centros urbanos e qualificação de áreas urbanas periféricas.

No âmbito da Política de Cidades POLIS XXI, foram aprovados mais de 20 projectos de Regeneração Urbana, oito deles em concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Estes projectos contam com uma comparticipação europeia de 97 milhões de euros (dos 156 milhões previstos na sua execução), por via do QREN 2007-2013. Trata-se, na maioria dos casos, de programas de requalificação de centros históricos degradados, ou (o que sucede em vários concelhos da AML) de revitalização de frentes ribeirinhas, dando novo uso a espaços abandonados e valorizando a proximidade da água, para benefício das populações (**Quadro 41**).

Quadro 41 – Projectos e parcerias aprovados no âmbito do concurso Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana (REPRU)

Promotor	Designação	Investimento Elegível	FEDER
Município de Vila Franca de Xira	Requalificação Ribeirinha da Cidade de Vila Franca de Xira	10,000,000.00 €	3,500,000.00 €
Câmara Municipal de Setúbal	PIVZRS – Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal	8,350,000.00 €	2,475,000.00 €
Município do Seixal	Acção Integrada de Regeneração e Valorização da Frente Ribeirinha Seixal-Arrentela	9,559,121.00 €	3,500,000.00 €
Município de Almada	Revitalização de Almada Velha – Cais do Ginjal: Cultura Lazer Turismo	3,138,850.00 €	1,439,945.00 €
Câmara Municipal de Sesimbra	Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra	6,604,400.00 €	3,302,200.00 €
Município da Moita	Consolidação da Valorização Integrada da Zona Ribeirinha – Da Caldeira da Moita até à Praia do Rosário	3,661,250.00 €	1,830,625.00 €
TOTAL		41,313,621.00 €	16,047,770.00 €

Promotor	Designação	Investimento Elegível	FEDER
Município da Amadora	Zambujal Melhora	2,791,654.15 €	1,395,827.08 €
Município de Almada	Almada Poente - Regeneração para uma Nova Centralidade	7,768,570.00 €	3,500,000.00 €
TOTAL		10,560,224.15 €	4,895,827.08 €

(Fonte: PRO Lisboa, Agosto 2008)

Importa referir ainda alguns dos projectos de revitalização urbana que têm ocorrido paralelamente aos anteriores e que revelam uma preocupação de revitalização dos espaços urbanos.

Nos últimos 10 anos, tem-se verificado o esforço conjugado dos autarcas, administrações portuárias e do Governo, alicerçado no incentivo de programas estatais, enquadrados no QCA III, como o Programa Polis e o Valtejo¹, para levarem a cabo vários planos e projectos municipais centrados nas frentes costeiras e ribeirinhas que vão mudando toda a paisagem urbana das frentes de água. São exemplos:

Almada - *Plano de Urbanização da Frente Ribeirinha Nascente*, que abrange 115 ha de Cacilhas ao Arsenal do Alfeite, incluindo a área dos antigos Estaleiros da Lisnave (55 ha, terraplano sobre o rio).

Barreiro - *Quimiparque* - Pólo de Desenvolvimento Económico e Emprego ser um *brownfield* expectante que envolve uma área de aproximadamente 234ha, território este com capacidade de criar um novo impulso na região da AML.

Cascais - A futura *Cidadela de Cascais*, com uma área bruta de construção de aproximadamente 16.000m²

Lisboa - *Cais do Sodré* - Aproveitamento para funções desportivas e comerciais em articulação com o interface intermodal do Cais do Sodré que estabelece a ligação entre as duas margens do estuário do Tejo contribuindo para uma melhor acessibilidade ao centro da cidade e a esta zona, requalificando mais uma praça virada ao rio - o Cais do Sodré. Destaque desta área instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima, importante projecto âncora com uma dimensão de pesquisa científica.

Loures - Parque do Oriente. No seguimento da malha urbana existente no Parque das Nações, irá nascer na freguesia de Santa Iria de Azóia, mais precisamente junto ao Tejo, no final do IC2, o Parque do Oriente. Esta estruturação territorial, tem por base o desenvolvimento do parque urbano municipal

Oeiras - Forte de S. Julião da Barra - Praia de Santo Amaro.

Registe-se ainda a necessidade de intervenções integradas bem delimitadas, nas unidades e subunidades, em áreas muito carentes de regeneração e reabilitação urbana e ambiental do Arco Ribeirinho Sul, como a Siderurgia e o Quimiparque.

As operações de requalificação verificam-se sobretudo nos concelhos da Margem Sul, o que é significativo para a valorização desses concelhos, bem como para a redução das disparidades a nível dos concelhos das duas margens.

Qualidade Ambiental e Riscos

As águas superficiais e as águas subterrâneas da AML, que se insere maioritariamente na Região Hidrográfica (RH) 5 (Tejo), RH 4 (Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste) nos concelhos de Mafra, Sintra e Cascais e em menor extensão na RH6 (Rio Sado) dependendo do tipo de uso ou de actividades exercidas, são afectadas por pressões diferentes, onde se destaca:

- Captação e consumo de água;
- Poluição Difusa;
- Poluição Pontual.

No **Quadro 42** apresenta-se uma análise das pressões sobre a água superficial na AML tendo como base a identificação das pressões nas massas de água da RH4 e RH5 realizada pela ARH Tejo (2009).

Quadro 42 – Importância de cada pressão relativamente às massas de água superficiais na AML abrangidas pela RH4 e RH 5

Pressões	RH4			RH5		
	Muito importante	Importante	Menos importante	Muito importante	Importante	Menos importante
Captação	Abastecimento público					
	Agricultura					
	Indústrias	-	-	-		
Poluição Tópica	Águas Residuais Urbanas					
	Instalações PCIP					
	Indústria Transformadora					
	Indústria Extractiva					
	Aterros sanitários (RSU)					
	Aquacultura					
	Pecuária	-	-	-		
Poluição Difusa	Agricultura					
	Golfe	-	-	-		
	Fontes difusas urbanas/áreas artificiais					

(Fonte: Elaboração própria a partir de ARH Tejo, 2009)

As massas de água da AML sofrem **pressões muito importantes decorrentes dos consumos de água com origem nas indústrias** situadas na Região. A indústria transformadora⁴⁴ apresenta grandes necessidades de abastecimento de água destacando-se a Siderurgia Nacional S.A. no Seixal com um consumo de 2,2 milhões de m³/ano provenientes do Sistema Aquífero Tejo-Sado (água subterrânea), a fábrica de cerveja em Vila Franca de Xira com um consumo superior a 1 milhão de m³/ano, e ainda a produção de águas minerais e bebidas e refinação de óleos alimentares em Lisboa, todas com consumos individuais superiores a 1 milhão de m³/ano. A indústria ligada à produção de energia eléctrica apresenta igualmente grandes necessidades de água para refrigeração como, por exemplo, a Central Termoeléctrica do Barreiro, que vai ser substituída pela Central de Cogeração do Barreiro, a gás natural, onde se prevê um consumo de 78 milhões m³/ano (ARH Tejo, 2009). Não foi possível reunir até à data informação sobre as tendências de evolução da captação com origem nas indústrias.

As outras duas pressões mais importantes em termos de captação dizem respeito ao abastecimento público e à agricultura.

No que diz respeito às **pressões originadas pela captação de água para abastecimento público** verifica-se que as pressões de captação no que diz respeito aos recursos superficiais, se situam no exterior da AML, dado que a água utilizada na Margem Norte é quase na sua totalidade proveniente de água superficial da Barragem de Castelo do Bode, à excepção de algumas captações subterrâneas localizadas nas nascentes dos Olhos de Água do rio Alviela, nas Lezírias e nos poços de Ota e Alenquer (ARH Tejo, 2009) (**Figura 38**). Os cursos de água da AML não são aproveitados para abastecimento de água (à excepção da sub-bacia da Ribeira das Vinhas, concelho de Cascais), devido à dimensão das sub-bacias e à baixa qualidade das suas águas⁴⁵.

Na margem Sul a água é proveniente de captações subterrâneas próprias, geridas localmente, inseridas no sistema aquífero do Tejo-Sado Margem esquerda, o que motiva pressões sobre as massas de água subterrânea, de magnitude desconhecida.

Em termos de qualidade da água para consumo humano⁴⁶ a AML apresentava em 2007 uma situação positiva, com quase todos os concelhos a apresentarem uma percentagem de análises em incumprimento ao valor paramétrico abaixo dos 1% (**Quadro 43**), com

⁴⁴ Que agrega a indústria alimentar, indústria do papel, indústria química e indústria metalúrgica

⁴⁵ Relatório de Alteração do PROT-AML, CCDR-LVT, 8 de Junho de 2009

⁴⁶ Este indicador corresponde ao desempenho dos municípios relativamente às análises regulamentares à água distribuída, isto é, se são realizadas todas as análises obrigatórias pelo Decreto-Lei nº243/2001 de 5 de Setembro e destas, quais as que cumprem o valor paramétrico.

excepção dos concelhos de Moita, Palmela, Montijo e Setúbal, onde a qualidade de água distribuída foi classificada como mediana (percentagem de incumprimentos superior a 1%) (CCDR-LVT, 2009).

Quadro 43 – Percentagem de amostras em falta e respectiva percentagem de incumprimento relativamente ao controlo da qualidade da água para abastecimento

Concelho	Total (%)	
	Análises em falta	Análises em violação do VP ⁴⁷
Amadora	0,1	0,74
Cascais	0	0,05
Lisboa	0	0,35
Loures	0	0,56
Mafra	0	0,28
Odivelas	0	0,88
Oeiras	0,27	0,79
Sintra	0	0,39
Vila Franca de Xira	0	0,22
Alcochete	0	0,43
Almada	0	0,41
Barreiro	0,08	0,59
Moita	0	1,33
Montijo	0	2,25
Palmela	0	1,68
Seixal	0	0,06
Sesimbra	0	0
Setúbal	0	1,54

(Fonte: IRAR, 2008 in CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos –03/03/2009)

Na **Figura 38** apresentam-se as capitações de água por habitante para a AML (2007).

⁴⁷ Valor paramétrico

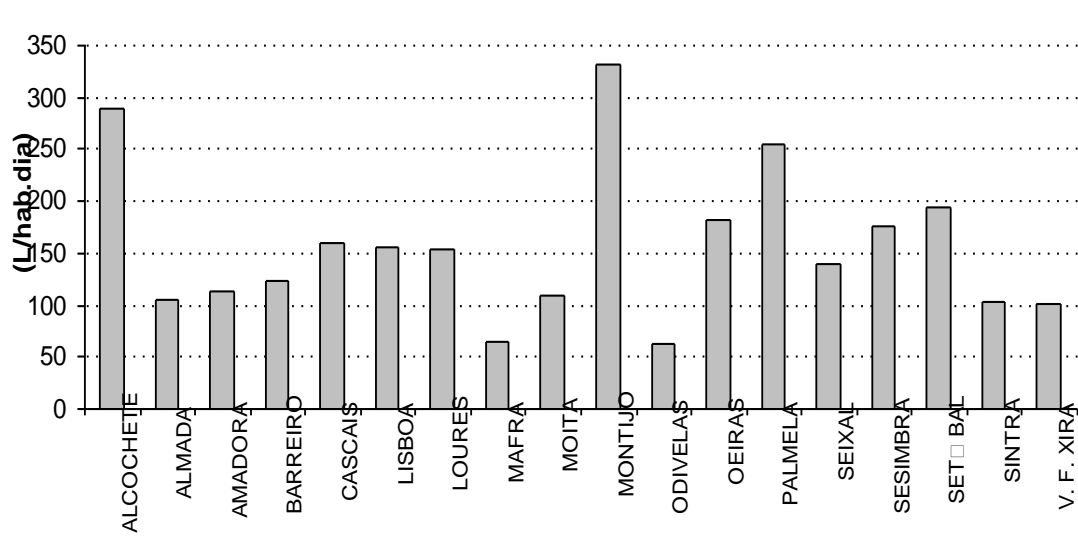


Figura 38 – Consumo de água por habitante

(Fonte: Fonte: INE, 2007 in CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos –03/03/2009)

As captações de água variam bastante na AML, sendo o consumo médio diário superior na margem sul, quando comparado com os valores registados na margem norte. Segundo o INE, os concelhos de Alcochete, Montijo, Palmela foram aqueles onde se registaram captações mais elevadas, com valores superiores a 250 L/hab.dia. Por outro lado, nos concelhos de Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira, Sintra e Amadora registaram-se consumos médios diários iguais ou inferiores a 100 L/hab.dia, valores muito baixos, tendo em conta a natureza urbana destes concelhos, pelo que se admite que não traduzam a realidade (CCDR-LVT, 2009).

Em 2006, o volume de água fornecido ao sector doméstico traduziu-se numa captação de 137 l/hab.dia para o Continente, valor inferior aos valores registados na AML, que segundo o INE (2007) se situou nos 155 l/hab.dia e segundo as entidades gestoras nos 187 l/hab.dia⁴⁸. Apesar de não se encontrarem disponíveis, à data, dados de tendência relativamente à evolução deste indicador na AML e considerando que entre 2005 e 2006, o fornecimento de água ao sector doméstico no Continente aumentou cerca de 6,6%, (APA, 2008) e que as previsões de crescimento demográfico para a AML se possam situar, num cenário extremo nos 36%⁴⁹ (mais um milhão de habitantes), é expectável assumir, que se verifique no horizonte do Plano, um aumento da pressão de captação sobre os recursos hídricos regionais nomeadamente no que se refere à captação de águas subterrâneas no aquífero Tejo/Sado – Margem Esquerda.

⁴⁸ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos –03/03/2009

⁴⁹ Documento interno “Perspectivas Demográficas para a AML”, CCDR-LVT, 2009

No que diz respeito à população servida por sistemas públicos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, tem vindo a verificar-se uma evolução positiva na taxa de atendimento na Região de Lisboa (e respectivas sub-regiões) nos últimos anos.

Actualmente, verifica-se que a taxa de atendimento média do serviço público de abastecimento de água é cerca de 95 %, encontrando-se acima do valor médio nacional, que é de 93 % (CCDR-LVT, 2009).

Na AML a **população servida com sistemas de recolha e drenagem de águas residuais** rondava os 91% em 2007, valor sensivelmente acima dos 90% definidos pelo PEAASAR II, enquanto que a população servida por sistemas de tratamento era de cerca de 75%, valor ainda distante dos 90% definidos pelo referido plano. Nos últimos anos tem-se assistido a um investimento considerável na cobertura por sistemas de tratamento de água, o que resultou numa melhoria significativa deste indicador (**Figura 39**).

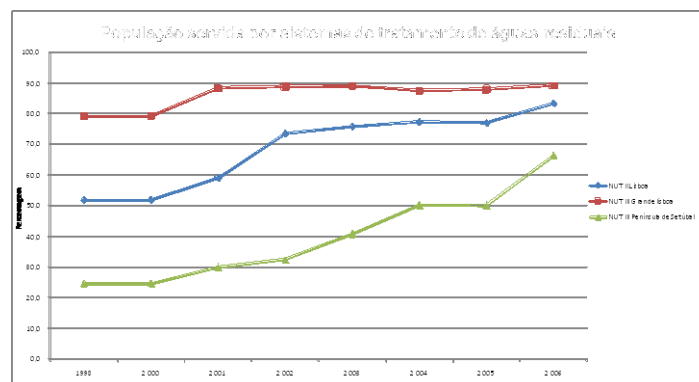


Figura 39 – Evolução da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais na Região de Lisboa e respectivas sub-regiões no período 1998-2006

(Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa)

De acordo com o INE, nos concelhos da Amadora, Cascais, Oeiras e Lisboa, a taxa de atendimento, tanto para os sistemas de recolha e drenagem como para o tratamento em ETAR foi de 100 %. Por outro lado, os concelhos de Vila Franca de Xira e Moita embora tenham apresentado níveis de atendimento para a recolha e drenagem entre 83 e 89 %, respectivamente, apenas 3 e 8 % da população se encontram ligadas a estações de tratamento. No geral, o diagnóstico sectorial realizado no âmbito da alteração do PROT-AML, concluiu que nos concelhos da margem norte as taxas de atendimento, tanto para a recolha e drenagem como para a ligação a ETAR, são superiores aos concelhos da península de Setúbal (CCDR-LVT, 2009).

A AML é caracterizada ao nível da agricultura por diversos sistemas de culturas que têm diferentes necessidades de rega. Em termos de **pressões nas massas de água decorrentes da captação proveniente da actividade agrícola** destaca-se o contributo da quase totalidade das culturas como, por exemplo, a fruticultura, horticultura, culturas industriais e floricultura. As pressões nas massas de água são provenientes não só da captação de água mas também do uso de grandes concentrações de pesticidas e nitratos que são lixiviados para os cursos de água e aquíferos. A superfície agrícola utilizada (SAU) na AML corresponde a uma área de 91 900 ha da qual 26% é superfície regada (SR) correspondendo a uma área 23 900 ha⁵⁰, dos quais se destacam os 14120 ha⁵¹ de regadio pertencentes aos aproveitamentos hidroagrícolas da Várzea de Loures e da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. Os quantitativos envolvidos e a tendência de evolução do mesmo, são, à data, desconhecidas.

No que diz respeito às pressões decorrentes da poluição tóxica verifica-se que as pressões mais importantes dizem respeito à Indústria Transformadora e aos Aterros Sanitários e Pecuárias, logo seguido pela poluição originária nas Industriais PCIP⁵².

A **poluição originada pela Indústria Transformadora (Não PCIP)** (alimentação, química e metalurgia de base) apresenta um perigo para as massas de água da AML não pela quantidade de poluentes mas pela natureza dos poluentes como, por exemplo, a indústria automóvel com a utilização de metais pesados. Na AML as sub-bacias Trancão, Vala do Carregado, estuário do Tejo e troço principal do rio Tejo são exemplos de massas de água que sofrem grandes pressões devido a este tipo de poluição. Não se encontram disponíveis dados de tendência sobre a evolução da poluição originária deste tipo de fontes.

Outra fonte de pressão das massas de água da AML diz respeito aos **aterros em exploração destinados a resíduos urbanos e industriais**. Na AML existem três empresas responsáveis pela gestão dos RSU onde as percentagens de RSU encaminhados para aterros são apresentadas no **Quadro 44**.

⁵⁰ Estudos de Caracterização e Diagnóstico sobre Agricultura e Florestas do PROT-AML, 11/03/2009.

⁵¹ 700 correspondentes ao Aproveitamento Hidroagrícola da Várzea de Loures e 13420 correspondentes ao Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira

⁵² As instalações de PCIP estão contempladas no Diploma PCIP correspondente ao Decreto-Lei nº173/2008 de 26 de Agosto com o objectivo de prevenir, controlar e estabelecer medidas para evitar focos de poluição.

Quadro 44 – RSU encaminhados para aterro na AML e nível de sobreutilização dos aterros.

Entidade Gestora de RSU	Percentagem de RSU para aterro	Taxa de utilização dos aterros
Valorsul	31 %	125 %
Amarsul	90 %	150 %
Tratolixo	Não disponível	Não disponível

(Fonte: ARH, 2009)

Em termos de **lixeiros, aterros e aterros selados** existe um perigo real de contaminação das águas tanto subterrâneas como superficiais devido à produção de lixiviados não só devido às características químicas dos resíduos mas também devido a uma sobrelocação dos aterros. Na AML pode-se identificar como exemplos destes aterros selados o aterro sanitário de Vale do Forno no concelho de Lisboa, o aterro sanitário de Beirolas e de Santa Iria de Azóia no concelho de Loures, o aterro sanitário de Mato da Cruz no concelho de Vila Franca de Xira e ainda o aterro sanitário de Carenque no concelho da Amadora. Existe pelo menos uma situação referenciada de contaminação ambiental, resultante de uma gestão inadequada deste tipo de infra-estruturas, referente ao aterro de Trajouce, da responsabilidade da Tratolixo⁵³.

Outra das pressões consideradas muito importante na afectação da qualidade das massas de água na AML diz respeito à **existência de explorações agro-pecuárias**, o que é especialmente relevante nos Concelhos da Moita, Palmela, Montijo, Alcochete e Mafra (**Quadro 45, Quadro 46, Quadro 47**).

Quadro 45 – Número de explorações e efectivos na bovinicultura na AML

Bovinicultura		
Concelho	Número de explorações	Efectivos por concelho
Moita	14	5 730
Palmela	16	2 270
Montijo	5	1 640

⁵³ Jornal Público, 27/03/2009

Quadro 46 – Número de explorações e efectivos na suinicultura na AML

Suinicultura		
Concelho	Número de explorações	Efectivos por concelho
Alcochete	72	36 600
Montijo	196	98 800
Palmela	294	115 100
Mafra	56	39 000

Quadro 47 – Número de explorações e efectivos na avicultura na AML

Avicultura				
Concelho	Número de Galinhas Poedeiras/Reprodutoras	Frangos	Perus	Total
Mafra	10000	315 000	13 000	338 000

Estes três tipos de exploração representam uma parte considerável das pressões exercidas nas massas de água da AML devido aos efluentes excessivamente ricos em nitratos. Não se encontra disponível, à data, informação de tendência relativamente à evolução do nº de explorações agro-pecuárias na AML.

Apesar da obrigação de licenciamento ambiental, onde é exigido valores limites de emissão de poluentes com recurso às melhores técnicas disponíveis, as indústrias abrangidas pelo Regime PCIP exercem pressões nas massas de água. No caso da AML existem instalações PCIP em todos os concelhos, à excepção de Odivelas. Na **Figura 40** apresentam-se as fontes de poluição, constantes do Registo EPER 2004 (AEA, 2004), por tipologia de emissão, para a AML.

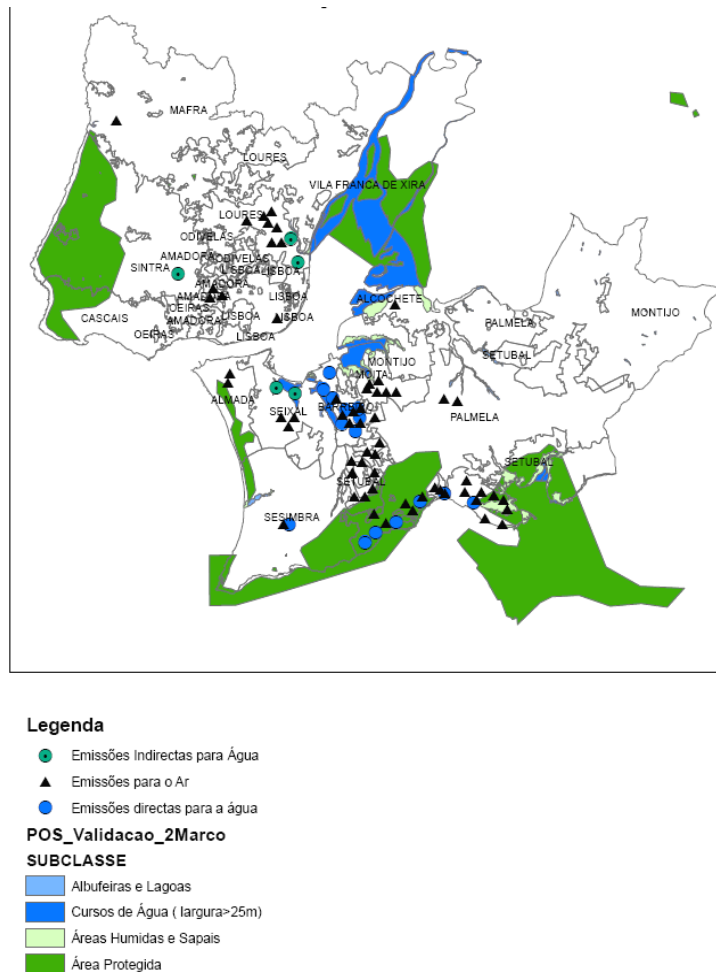


Figura 40 – Fontes de Poluição, constantes do Registo EPER 2004, situadas na AML, por concelho.

(Fonte: AEA, 2004)

(Nota: Dados de base referentes às instalações PCIP existentes no Registo EPER 2004, para Portugal, obtidos on-line em Junho de 2009 no sítio <http://eper.ec.europa.eu/eper/>. Representação esquemática ao nível do concelho (dados não georreferenciados))

De notar a concentração elevada de fontes de poluição PCIP na Península de Setúbal (Barreiro, Setúbal), com predominância para as indústrias localizadas na margem norte do Estuário do Sado.

Como menos importantes em termos de pressão sobre as massas de água da AML, são consideradas as aquaculturas e a indústria extractiva.

A aquacultura é considerada um sector estratégico pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) no seu Plano Estratégico Nacional para as Pescas (PEN) e representa 3% da produção nacional de pescado. Apesar das condições de água salgada e salobras serem ideais na AML à sua existência, esta tem vindo a reduzir-se, com apenas 3 das 13 aquaculturas localizadas no eixo Alcochete/Seixal ainda

em exploração. A actividade dos estabelecimentos aquícolas pode ser causadora de problemas da qualidade da água, designadamente o enriquecimento de nutrientes

No que diz respeito à poluição a partir de fontes difusas, salientam-se os contributos da agricultura e golfe, sendo o primeiro sector apontado como pressão importante e o segundo como menos importante.

Devido às necessidades de rega os **campos de golfe são considerados susceptíveis de criar pressões** nas massas de água existentes. Na AML existe um total de 12 campos como se pode verificar no **Quadro 48**.

Quadro 48 – Campos de Golfe na AML, 2008

Designação	Concelho
Aroeira I	Almada
Aroeira II	Almada
Quinta da Marinha Oitavos	Cascais
Quinta da Marinha	Cascais
Golfe do Estoril	Cascais
Clube de Golfe do Paço do Lumiar	Lisboa
Quinta do Peru	Sesimbra
Belas Clube Campo	Sintra
Lisbon Sports Club	Sintra
Penha Longa Atlântico	Sintra
Penha Longa Mosteiro	Sintra
Pestana Beloura Golfe Resort	Sintra

(Fonte: ARH Tejo, 2009)

Os quantitativos e origens de água para rega referentes à operação destes campos não se encontram disponíveis.

No que diz respeito à contaminação de aquíferos e cursos de água verifica-se que devido ao poder filtrante dos aquíferos porosos que dominam na AML e apesar das suas características auto-depuradoras, as águas subterrâneas, uma vez contaminadas, podem gerar processos praticamente irreversíveis, pelo que a sua descontaminação se torna muito difícil **Figura 41**. A AML possui dois sistemas aquíferos: O28 (Pisões-Atrozela) e T3 (Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda). A norte do Rio Tejo destaca-se o pequeno

sistema aquífero cársico de Pisões-Atrozela, com uma forma alongada e estreita e uma área de 22 km², que se estende ao longo dos flancos sul e leste do maciço eruptivo de Sintra. As águas deste aquífero apresentam uma qualidade fraca, quer para o abastecimento quer para o regadio (CCDR-LVT, 2009).

A maior parte da Península de Setúbal assenta sobre o maior e mais importante sistema aquífero português (T3). Este sistema ocupa a Bacia Terciária do Tejo e do Sado, numa área aproximada de 8550 km² e inclui um sistema multicamada, constituído por depósitos terciários, sobreposto por unidades hidrogeológicas quaternárias. É a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura.

Entre as potenciais ameaças de poluição à água subterrânea encontram-se: a deposição de resíduos industriais sólidos e líquidos ou de produtos que podem ser dissolvidos e arrastados por águas de infiltração em terrenos permeáveis; a deposição de dejectos animais resultantes de actividades agro-pecuárias; a construção incorrecta de fossas sépticas; a utilização de herbicidas e fungicidas; e a sobre-exploração dos aquíferos em zonas sensíveis (CCDR-LVT, 2009). No entanto, destaca-se a poluição produzida por nitratos de origem agrícola, quase sempre associada à agricultura intensiva e ao uso excessivo de fertilizantes.

A contaminação das águas superficiais pode ter várias origens. Tomando como referência o tipo de substâncias poluentes, os riscos de contaminação nas águas superficiais podem genericamente ser divididos nas seguintes categorias: nutrientes provenientes de fontes tóxicas e difusas, metais pesados e outras substâncias perigosas, micro poluentes orgânicos, radioactividade, salinização (PNA, 2001 in CCDR-LVT, 2009).

No que respeita à carga doméstica gerada, as zonas de maior pressão seguem o padrão das densidades populacionais. Neste contexto, a AML apresenta uma das situações mais desfavorável do país, com especial incidência no estuário do Tejo e no rio Trancão (PNA, 2001 in CCDR-LVT, 2009). A carga industrial é igualmente assinalável, com repercussão em ambas as margens do rio Tejo. As cargas poluentes de origem difusa (em que são consideradas as actividades agrícola, pecuária e florestal) têm uma maior expressão nos cursos de água da Península de Setúbal (CCDR-LVT, 2009).

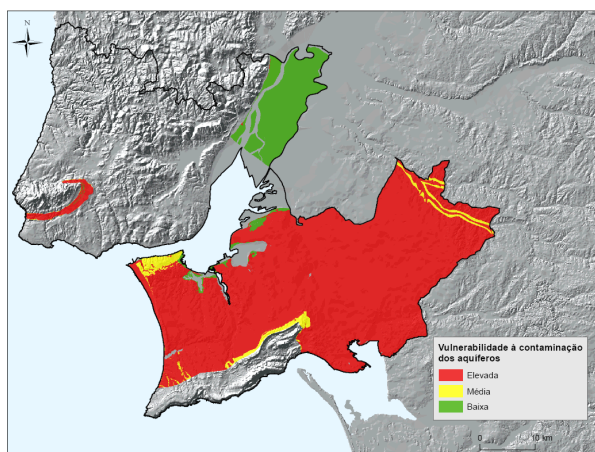


Figura 41 – Vulnerabilidade à contaminação de aquíferos na AML

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil –27/01/2009)

Seria igualmente importante ter informação sobre a relação entre padrões de ocupação do território face às disponibilidades hídricas existentes vs projecções das necessidades futuras de água. No entanto, a inexistência de informação, inviabiliza à data uma análise sobre esta temática.

Resíduos

No que diz respeito à **população servida por sistemas públicos de recolha e tratamento de resíduos** verifica-se que o nível de cobertura da população foi de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa verificada na última década, em que o valor era de cerca de 46% (CCDR-LVT, 2009). Este nível de cobertura permitiu atingir, em 2001, a meta de 100% prevista no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos. Tendo em conta o crescente esgotamento dos sistemas o diagnóstico sectorial realizado aponta para a necessidade de perspectivar investimentos conducentes à sua ampliação (CCDR-LVT, 2009).

Em termos quantitativos, a **produção de resíduos urbanos e equiparados**, terá ascendido a cerca de 1.371.339t no ano de 2007, o que reportando à população residente na AML (de cerca de 2,8 milhões de habitantes) corresponde a uma capitação de aproximadamente 1,22 kg/hab.dia (CCDR-LVT, 2009), valor este abaixo da capitação para o Continente, que se situou em 1,27 kg/hab.dia (APA, 2009) e igualmente do valor de cerca de 1.39 kg/hab.dia⁵⁴ para a UE27 (Eurostat, 2006). De salientar que a Região de Lisboa foi responsável em 2007 por cerca de 30% do total de resíduos urbanos (4.641.103 t) produzidos em Portugal Continental. De referir igualmente que no período

⁵⁴ Cálculos próprios considerando uma capitação para a UE27 de 500 kg/hab.ano. Fonte: Eurostat (2006).

entre 2002 e 2005, se verificou um aumento da produção de resíduos na Região de Lisboa, tendência essa maioritariamente resultante do aumento de produção na Grande Lisboa, dado que a Península de Setúbal, apresentou uma tendência de estabilização da produção no período mencionado (**Figura 42**). Relativamente a estimativas de evolução futura de produção de resíduos urbanos, os vários cenários definidos pelo PERSU II indicam uma diminuição pouco expressiva no quantitativo de resíduos para o Continente, no horizonte de 2016, não se encontrando contudo disponíveis dados desagregados para a NUT II Região de Lisboa.

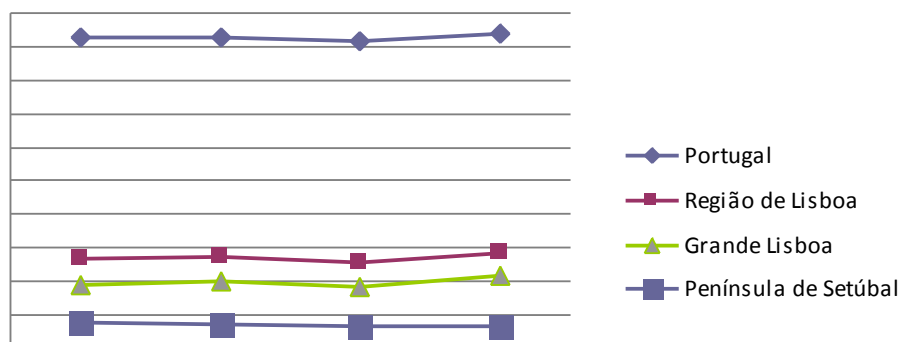


Figura 42 – Evolução dos resíduos urbanos recolhidos na Região de Lisboa no período 2002-2005

(Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais)

Em termos quantitativos, a produção de resíduos provenientes de recolha selectiva terá ascendido a cerca 110 500 t no ano de 2006, sendo cerca de 88.000t provenientes da recolha no ecoponto e cerca de 22 000t obtidos em recolha porta-a-porta. Lisboa foi o concelho que mais recicláveis produziu, seguindo-se Sintra. Por outro lado, Alcochete é o concelho que produz menos resíduos recicláveis (CCDR-LVT, 2009).

Verifica-se relativamente às capitações das diferentes fileiras de recolha selectiva geradas por concelho, que as maiores capitações em 2007 foram registadas nos concelhos de Lisboa e Oeiras. Por outro lado, o município onde se verificou uma menor capitação de recicláveis é Sesimbra, facto que pode ser explicado pela elevada dispersão de população por todo o concelho, o que dificulta a criação de um sistema de recolha eficiente de recicláveis (CCDR-LVT-2009).

Verifica-se igualmente que apenas na margem norte estão implementados alguns sistemas de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis.

Comparativamente com a proporção de **resíduos sólidos urbanos recolhidos selectivamente** em Portugal (6%), os valores registados na AML, com excepção dos concelhos de Moita, Palmela e Sesimbra, encontram-se acima da média nacional. No contexto da AML, os municípios de Oeiras e Lisboa foram os que obtiveram melhores

taxas de reciclagem (CCDR-LVT, 2009). De referir que no período 2002-2005, os quantitativos de recolha selectiva na Região de Lisboa (e respectivas sub-regiões) apresentaram uma tendência de evolução crescente (**Figura 43**), embora a um ritmo de crescimento bastante inferior ao verificado a nível nacional.

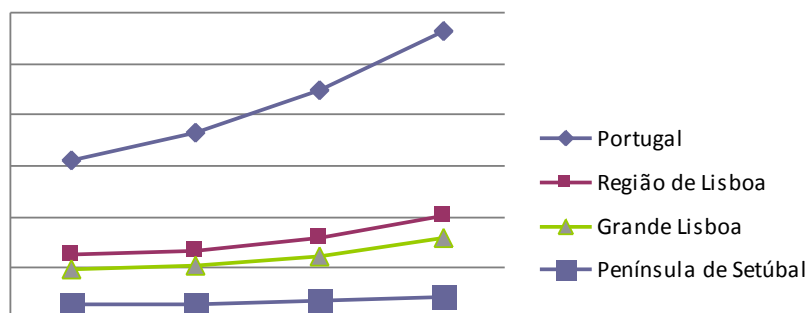


Figura 43 – Evolução da recolha selectiva na Região de Lisboa no período 2002-2005

(Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais)

No que se refere à **valorização e destino final de resíduos** na Região de Lisboa, verifica-se (**Quadro 49**) que a maioria dos resíduos é já incinerada (42,7%) apesar de se verificar que 40,4% são ainda depositadas nos aterros sanitários dos diversos sistemas multimunicipais (Valorsul, Amarsul e AMTRES), o que do ponto de vista da hierarquia de gestão de resíduos se releva pouco adequado.

Quadro 49 – Destino final dos resíduos sólidos urbanos no ano de 2005 (em toneladas e %)

Destino Final	Região de Lisboa	Portugal	Unidade
Aterro	518 899	2 838 373	t
	40,4	65,4	%
Incineração com valorização energética	548 202	93 710	t
	42,7	21,6	%
Valorização Orgânica	113 395	310 433	t
	8,8	7,2	%
Recolha Selectiva	103 657	250 911	t
	8,1	5,8	%
Total	1 284 153	4 336 819	t

(Fonte: CCDR-LVT, Lisboa 2020 Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa, 2007)

Estes resultados apontam para que se torna necessário desenvolver acções no sentido de se reduzir a fracção encaminhada para aterro, possibilitando um destino final que maximize a valorização.

Qualidade do ar

A Área Metropolitana de Lisboa encontra-se abrangida para efeitos de avaliação e gestão da qualidade do ar pelas aglomerações⁵⁵ da Área Metropolitana de Lisboa Norte (AMLNorte), Área Metropolitana de Lisboa Sul (AMLSul) e Setúbal e duas zonas, Vale do Tejo e Oeste e Península de Setúbal/Alcácer do Sal, sendo esta última, uma zona de intervenção mista da CCDR-LVT e da CCDR-Alentejo (Figura 27) (CCDR-LVT, 2009).

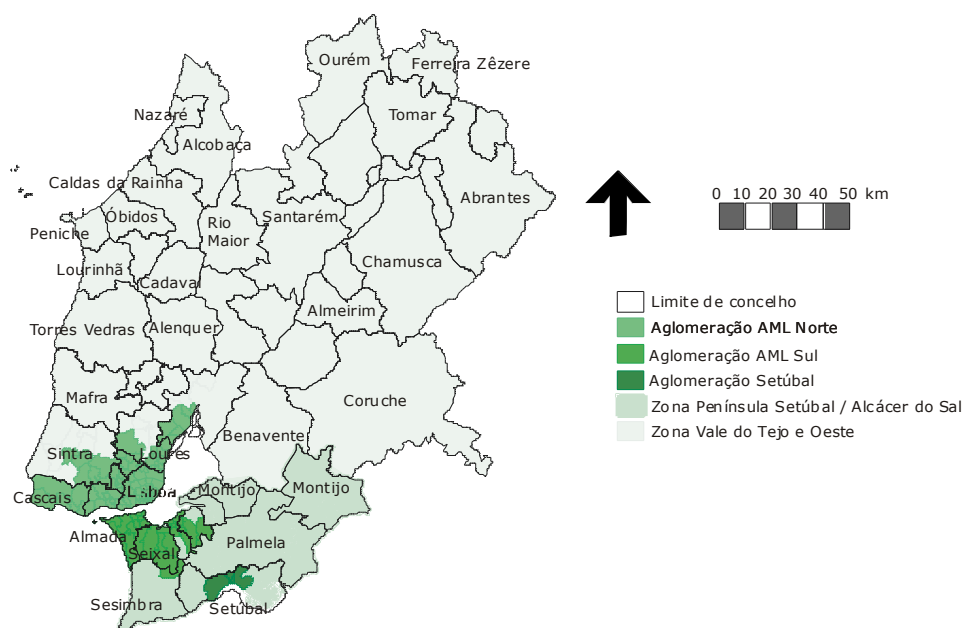


Figura 44 – Delimitação das zonas e aglomerações da RLVT

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Qualidade do Ar –03/03/2009)

Nas estações da RMQA da CCDR-LVT localizadas na AML (**Figura 45**) são continuamente medidas as concentrações dos poluentes CO, NO_x (NO e NO₂), SO₂, O₃, compostos orgânicos voláteis (BTX) e partículas PM₁₀ e PM_{2.5} (CCDR-LVT, 2009).

⁵⁵ Segundo o Decreto-Lei n.º 276/99 define-se uma zona como sendo uma área geográfica de características homogêneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional e uma aglomeração como uma zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250 000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50 000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km²

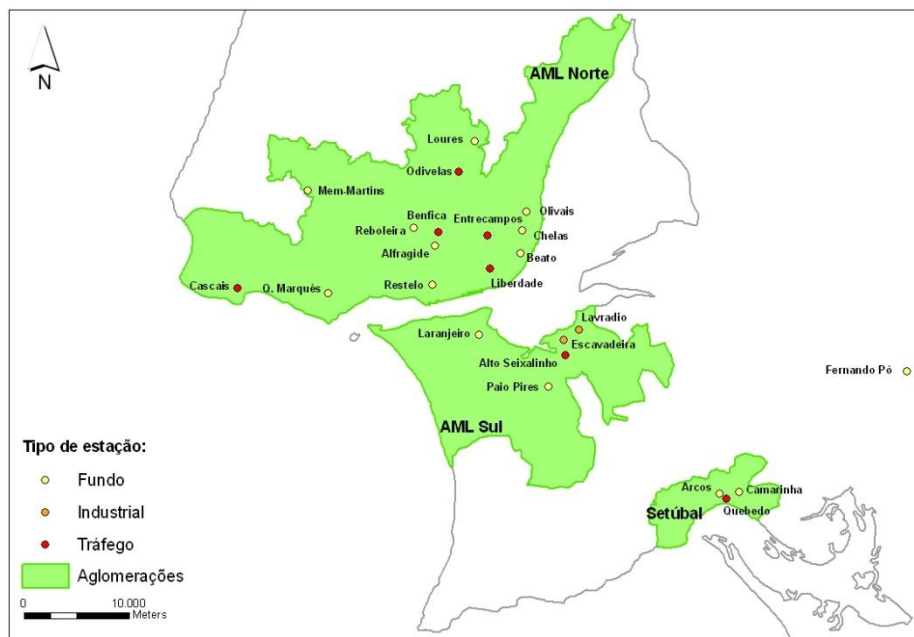


Figura 45 – Mapa da rede de monitorização da qualidade do ar (estações em funcionamento em 2007) nas aglomerações da região de Lisboa e Vale do Tejo

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Qualidade do Ar –03/03/2009)

A qualidade do ar ambiente nas três aglomerações da AML tem apresentado, desde 2001, concentrações genericamente elevadas de partículas PM_{10} ⁵⁶ e, pontualmente, de NO_2 , sobretudo na cidade de Lisboa (**Figura 46, Figura 47**). Note-se que, enquanto que para o NO_2 o valor limite só entra em cumprimento em 2010, para as PM_{10} os valores limite estão em vigor desde 2005, tendo já terminado o período ao qual era aplicável uma margem de tolerância (CCDR-LVT, 2009).

As excedências aos valores limite de protecção da saúde humana para as partículas PM_{10} (valor limite diário e anual) têm sido observadas em todas as aglomerações e em várias estações, com alguma predominância nas estações de tráfego. A situação mais grave tem sido registada na estação de monitorização da Av. da Liberdade, onde o valor limite diário ($50 \mu g/m^3$) chegou a ser superado mais de 180 dias em 2005, situando-se nos últimos anos em algumas dezenas de dias acima do permitido na legislação (são apenas permitidas 35 excedências no ano) (CCDR-LVT, 2009).

⁵⁶ Fracção PM_{10} - partículas com diâmetro aerodinâmico equivalente inferior a $10 \mu m$)

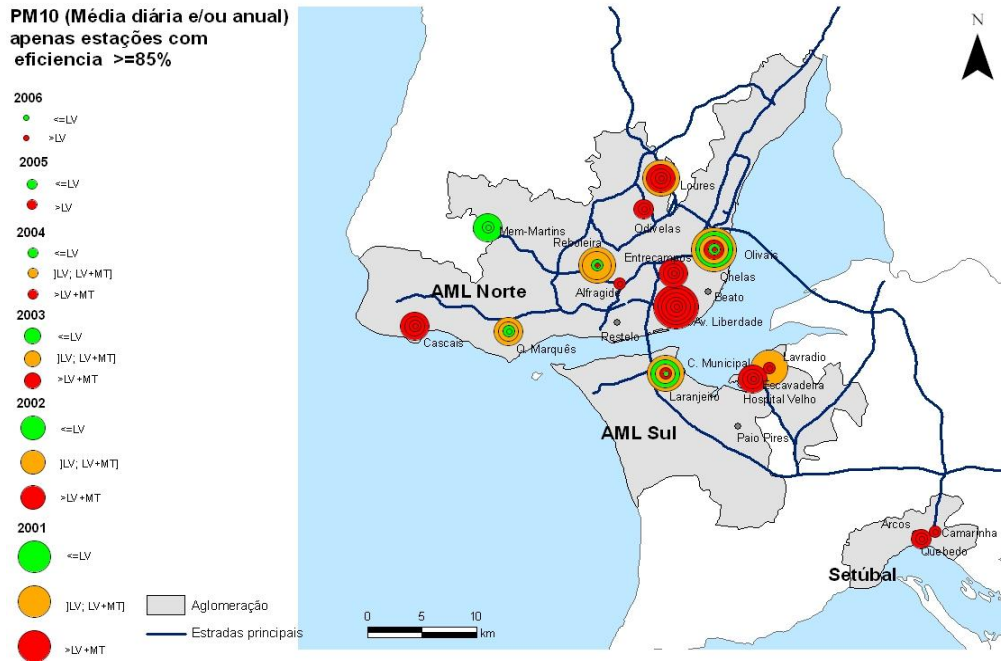


Figura 46 – Situação face à legislação das partículas PM10 (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Qualidade do Ar –03/03/2009)

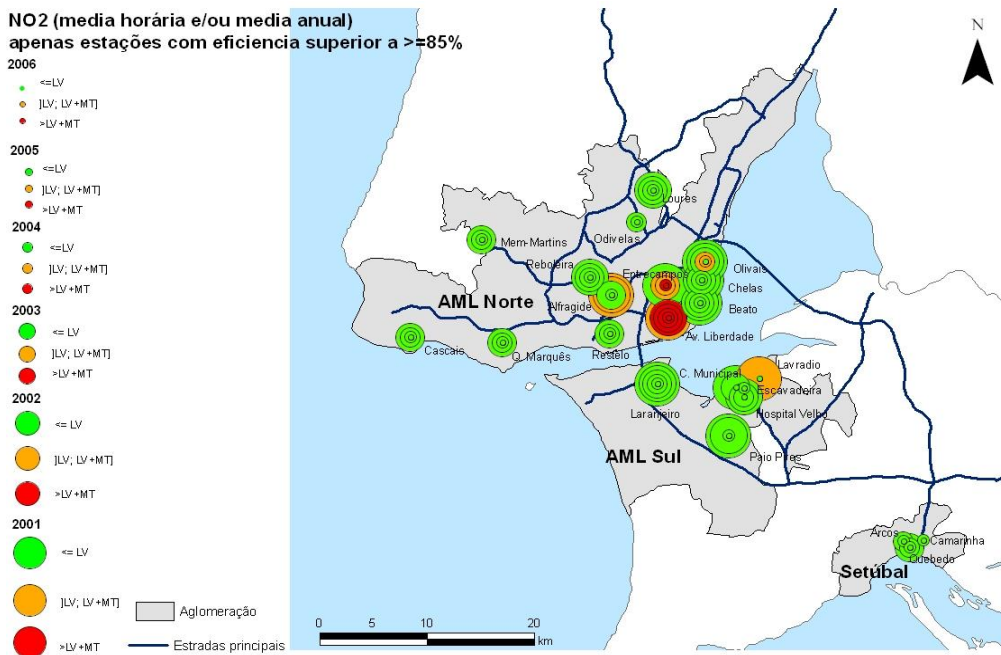


Figura 47 – Situação face à legislação do NO2 (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Qualidade do Ar – 03/03/2009)

No que diz respeito ao NO₂, verifica-se que a situação foi globalmente positiva na AML, no período 2001-2006, apenas tendo registado um agravamento da situação relativamente a este poluente na cidade de Lisboa no período considerado, em virtude do aumento do tráfego rodoviário na capital.

No que concerne ao O₃ têm sido registadas excedências aos objectivos a longo prazo (para cumprimento em 2020) e ao limiar de informação ao público, em praticamente em todas as estações com medições deste poluente e em todas as aglomerações (CCDR-LVT, 2009).

Relativamente ao SO₂, no período 2001-2007, verificaram-se também algumas situações de excedências aos valores limite legislados na AML Sul. Estas excedências registaram-se nas estações localizadas no concelho do Barreiro tendo como origem as emissões das unidades industriais aí localizadas. Nos anos de 2003 e 2007 observaram-se episódios de poluição particularmente graves para este poluente, tendo sido mesmo ultrapassado o limiar de alerta à população fixado para este poluente (CCDR-LVT, 2009).

Apesar das situações de excedência observadas nos últimos anos, a par da redução das emissões dos poluentes atmosféricos analisados, tem-se verificado igualmente uma redução das concentrações dos poluentes monitorizados, sobretudo dos valores máximos (CCDR-LVT, 2009).

A análise detalhada dos dados da RMQA, o inventário de emissões atmosféricas na RLVT e diversos estudos realizados nos últimos anos permitiram concluir que os níveis mais elevados de partículas PM₁₀ e de NO₂ são essencialmente consequência das elevadas emissões associadas à circulação do tráfego automóvel (**Figura 48**), resultando igualmente de condições meteorológicas muito particulares, as quais entre outros efeitos induzem o transporte de poeiras de desertos norte-africanos com alguma frequência. Para além desta fonte de partículas, as concentrações destes poluentes sofrem ainda a influência de outras fontes naturais como os incêndios florestais (CCDR-LVT, 2009).

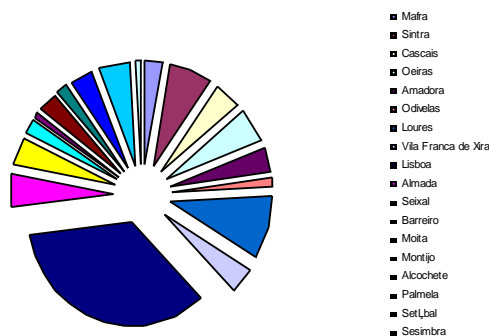


Figura 48 – Distribuição das emissões de NO_x (ton/ano) do transporte rodoviário nos concelhos da AML em 2005 (Fonte: Inventário de Emissões Atmosféricas da CCDR-LVT para o ano de 2005)

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Qualidade do Ar –03/03/2009)

Influência dos novos projectos estruturantes na qualidade do ar e ruído

O território da AML será nos próximos anos alvo de **investimentos estruturantes em matéria de infra-estruturas de transportes**, que incluem a construção de um aeroporto internacional na zona do Campo de Tiro de Alcochete (NAL), a construção da Terceira Travessia do Tejo em Lisboa (TTT), contemplando a AVF e linhas convencionais de bitola ibérica (entre outros investimentos ferroviários) e igualmente a construção de uma plataforma logística multimodal na zona de Poceirão.

É expectável que a qualidade do ar na envolvente do aeroporto sofra uma degradação visível, não existindo contudo informações disponíveis que permitam quantificar a magnitude desse impacte na qualidade do ar à escala sub-regional e regional. A previsível fixação de actividades económicas na área envolvente à infra-estrutura aeronáutica e o aumento da acessibilidade rodoviária, poderão induzir previsivelmente uma tendência de aumento do tráfego rodoviário o que conduzirá a uma degradação expectável da qualidade do ar à escala sub-regional (LNEC, 2008). Caso não seja controlada a expansão urbanística induzida pelo aeroporto esse aumento de tráfego rodoviário será ainda mais intenso e conseqüentemente a degradação da qualidade do ar.

Relativamente ao ruído verifica-se que se poderá assistir a uma tendência de degradação da qualidade do ambiente acústico nos eixos de aproximação e descolagem do NAL, podendo-se assumir igualmente que existirá uma degradação da qualidade do ambiente acústico à escala sub-regional, pelos mesmos motivos já apontados relativamente á qualidade do ar (aumento do tráfego rodoviário e fixação de pólos logísticos e industriais).

O eventual encerramento do aeroporto da Portela poderá determinar uma melhoria da qualidade do ar na cidade de Lisboa e a uma redução dos níveis de ruído ambiente. Esta tendência poderá ser contudo contrariada pela influência da TTT nos tráfegos médios diários em TI afluentes a Lisboa e conseqüente maior emissão de poluentes atmosféricos com degradação da qualidade do ar. O EIA da TTT⁵⁷ refere mesmo que “a qualidade do ar na região, e sobretudo em Lisboa, será agravada pelo presente projecto, contrariando os objectivos dos PPar⁵⁸”.

A melhoria global do sistema ferroviário regional motivada pelos investimentos na AVF virá a ter, até certo ponto, reflexos positivos numa alteração da repartição modal a favor

⁵⁷ Estudo de Impacte Ambiental relativo à Ligação Ferroviária de Alta Velocidade Lisboa/Madrid, subtroço Lisboa/Moita, via Terceira Travessia do Tejo (TTT) no corredor Chelas Barreiro, Modos Ferroviário e Rodoviário, Estudo Prévio, Ambi&Veritas, 2008.

⁵⁸ Planos e Programas para a Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

do modo ferroviário e numa consequente melhoria da qualidade ambiental a nível regional.

No que diz respeito à localização de fontes de poluição, incluindo parques industriais devolutos (passivo ambiental), seria importante ter mais informação sobre estas temáticas. No entanto, a indisponibilidade de dados a este respeito impossibilita que seja feita uma análise a este nível.

Riscos Naturais e Tecnológicos

O território abrangido pelo PROT-AML encontra-se exposto a um leque variado de perigos, que incluem (CCDR-LVT, 2009):

- Perigos naturais, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações);
- Perigos tecnológicos, que potenciam acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da actividade humana (e.g., potencial de acidentes industriais, potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas);
- Perigos ambientais, em que se combinam os resultados de acções continuadas da actividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g., incêndios florestais, contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos).
- A AML situa-se nas zonas de maior intensidade sísmica de Portugal continental

(

- **Figura 49).** Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da AML é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco,

associada à grande concentração de população, de infra-estruturas e de actividades económicas.

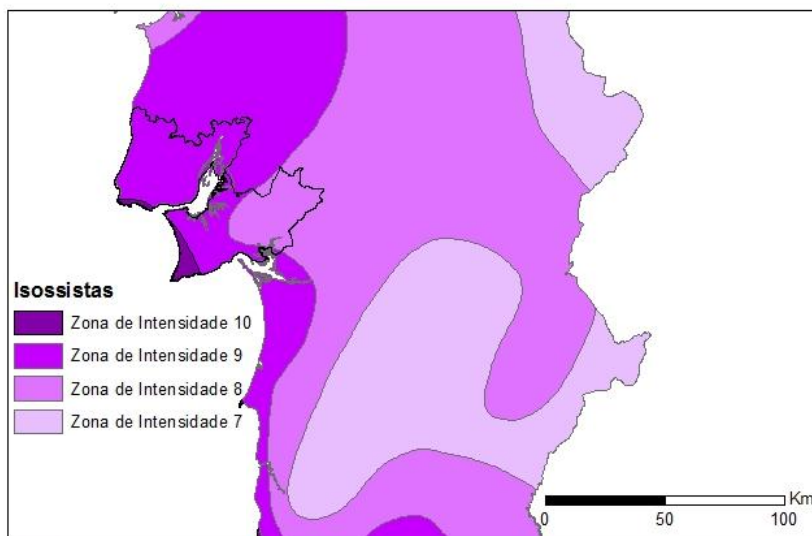


Figura 49 – Intensidade Sísmica máxima na AML

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil –27/01/2009)

A faixa costeira da AML é muito susceptível à **ocorrência de inundações devidas a maremotos (Figura 50)**, particularmente nos troços de costa baixa arenosa e nos estuários (CCDR-LVT, 2009). Em situação particularmente desfavorável encontram-se Setúbal, Sesimbra, Costa da Caparica, Lisboa e Costa do Estoril. Na área da Trafaria a extensão da área inundável é superior a 1 km, deixando antever uma devastação extensiva (CCDR-LVT, 2009).

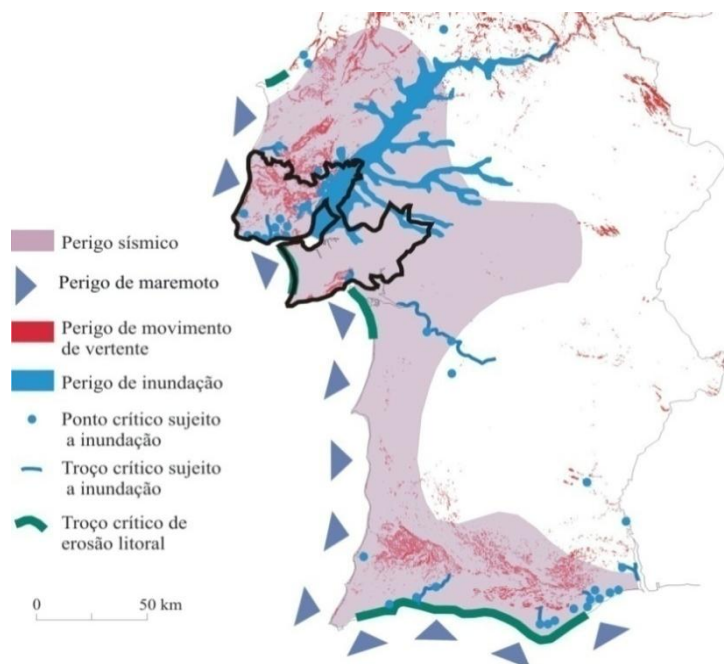


Figura 50 – Perigos Naturais na Área Metropolitana de Lisboa

(Fonte: PNPOT; Zêzere et al., 2007 in CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil – 27/01/2009)

As áreas susceptíveis à **instabilidade de vertentes na AML encontram-se essencialmente no sector NW da AML** e no sector Sul, correspondente à Cadeia da Arrábida (**Figura 51**). Estas áreas distribuem-se pelos terrenos da Orla Sedimentar Ocidental, especialmente nas formações detríticas do Jurássico superior e do Cretácico (antigo Belasiano) (CCDR-LVT, 2009).

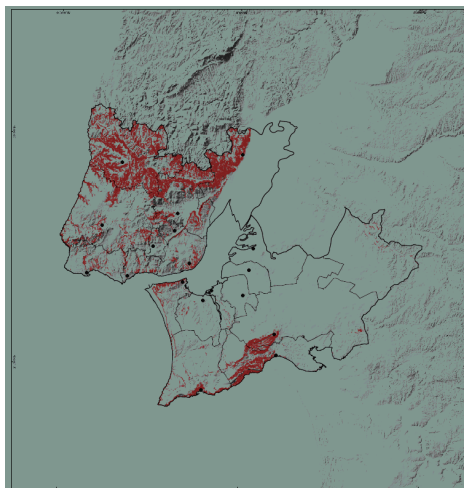


Figura 51 – Áreas de instabilidade de vertentes na AML

(Fonte: CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil –27/01/2009)

A AML é a região do país onde se assiste à maior concentração de **estabelecimento industriais com potencial para gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas**⁵⁹ (**Figura 52**), sendo de destacar os estabelecimentos de produtos químicos e de combustíveis (CCDR-LVT, 2009).

⁵⁹ De acordo com o Decreto-Lei 254/2007, de 12 de Julho, considera-se “Acidente grave envolvendo substâncias perigosas” um acontecimento, designadamente uma emissão, um incêndio ou uma explosão de graves proporções, resultante do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial, que provoque um perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana, no interior ou no exterior do estabelecimento, ou para o ambiente, que envolva uma ou mais substâncias perigosas. De acordo com o referido Decreto-Lei, estes estabelecimentos industriais estão obrigados ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança.

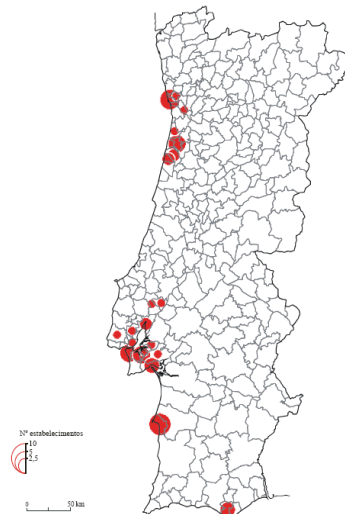


Figura 52 – Número de estabelecimentos industriais com Relatório de Segurança por concelho em Portugal continental em 2003

(Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e PNPOT in CCDD-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil –27/01/2009)

Apresentam-se de seguida a localização dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de Julho na AML, em relação à área edificada actual (2007) (**Figura 53**), áreas ambientalmente sensíveis (linhas de água, zonas de cheia, áreas ecologicamente sensíveis e áreas protegidas) (**Figura 54**) e zonas de recarga de aquíferos (**Figura 55**).

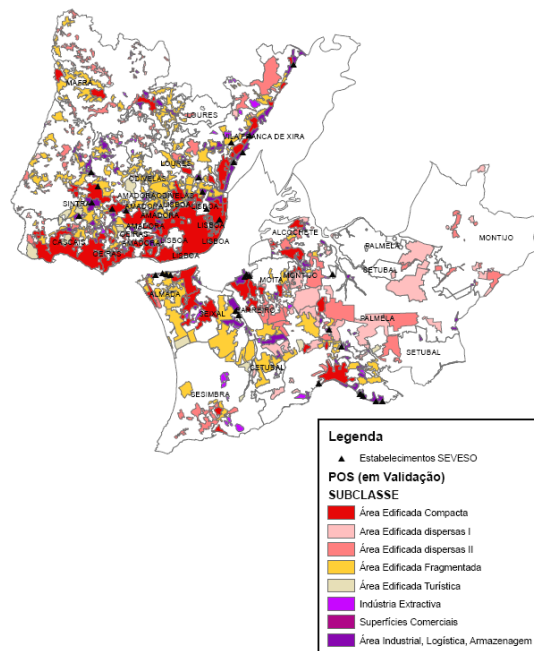


Figura 53 – Localização dos Estabelecimentos Seveso relativamente à ocupação actual do solo na AML.

(Fonte: Equipa de Padrões de Ocupação do Solo, 3 de Abril de 2009 e Equipa Riscos)

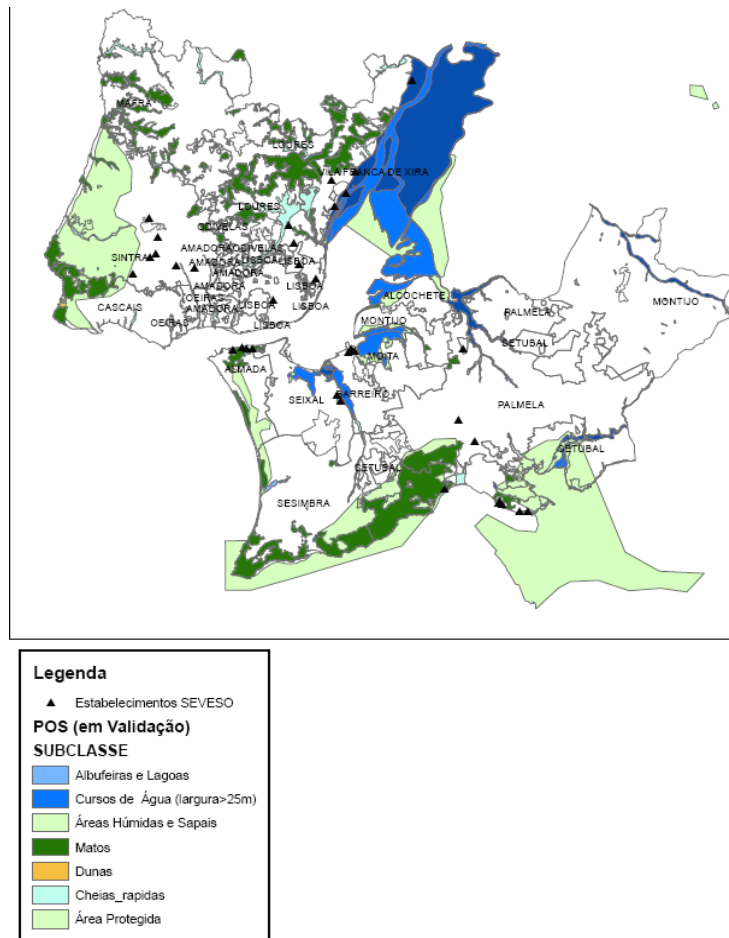


Figura 54 – Áreas ambientalmente sensíveis e estabelecimentos Seveso

(Fonte: Equipa de Padrões de Ocupação do Solo, 3 de Abril de 2009 e Equipa Riscos)

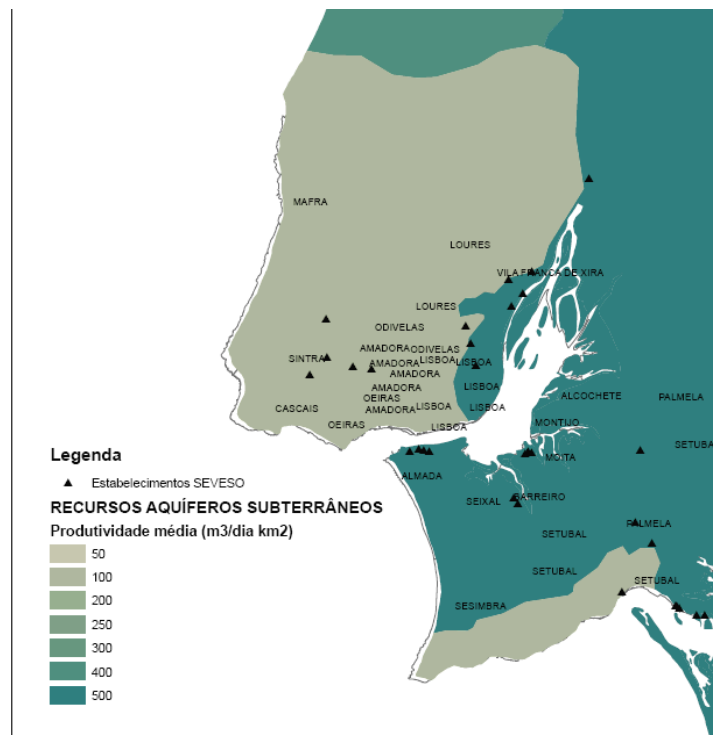


Figura 55 – Zonas de recarga de aquíferos subterrâneos e Estabelecimentos Seveso na AML

(Fonte: Equipa de Padrões de Ocupação do Solo, 3 de Abril de 2009 e Equipa Riscos. Padrões de Ocupação do Solo em validação)

Verifica-se que a generalidade dos estabelecimentos perigosos situados na AML se encontram localizados em áreas urbanas consolidadas, de elevada densidade populacional. De salientar que tanto na Margem Norte (sobretudo no concelho de Sintra) como na Margem Sul, os estabelecimentos perigosos encontram-se na proximidade de áreas sujeitas a forte pressão urbana, correspondendo a áreas edificadas fragmentadas e não estruturadas e espaços vazios em construção, o que contribui para o aumento do risco de consequências gravosas sobre pessoas e bens em caso de acidente. De salientar igualmente que alguns estabelecimentos (e.g. Concelho de Sintra) encontram-se na proximidade de áreas edificadas turísticas.

No que diz respeito à afectação potencial de áreas ambientalmente sensíveis, verifica-se que a maior parte dos estabelecimentos se situa na proximidade de zonas de grande sensibilidade ambiental (Estuários do Tejo e Sado e respectivas zonas húmidas) o que representa um risco de contaminação ambiental acrescido em caso de acidente.

O nível de proximidade e concentração deste tipo de estabelecimentos na AML (e.g. Trafaria; Barreiro; zona de Sintra; Mitrena, etc.) contribuem por si para um aumento da probabilidade e possibilidade de ocorrência de acidentes graves envolvendo substâncias

perigosas, o chamado “efeito dominó”, o que deverá obrigar a um especial cuidado na gestão do risco de acidentes graves nessas zonas.

De salientar especialmente o facto da maior parte destes estabelecimentos se encontrarem situados em zonas em que os aquíferos subterrâneos apresentam uma produtividade média mais elevada, sobretudo na margem norte do Estuário do Tejo e na Margem Sul (Sistema Aquífero Tejo-Sado/Margem Esquerda) (**Figura 55**), o que poderá ser gravoso em termos de contaminação dos recursos hídricos subterrâneos regionais.

No que se refere ao potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas verifica-se que o território da AML é atravessado por um conjunto de infra-estruturas que apresentam riscos de contaminação ambiental, nomeadamente o oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras (na AML as áreas directamente afectadas por um eventual acidente neste Oleoduto localizam-se no concelho do Montijo) e o gasoduto em alta pressão, ao longo do qual se processa o transporte de gás natural em estado gasoso (CCDR-LVT, 2009).

A ocorrência de acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas é susceptível de provocar efeitos negativos para a população e para o ambiente, devido ao derrame, emissão, incêndio ou explosão de substâncias ou preparações, caracterizadas por elevada inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioactividade (CCDR-LVT, 2009).

De acordo com as estatísticas publicadas pelo INE, o trânsito rodoviário de mercadorias perigosas em Portugal constitui cerca de 10 % da totalidade de mercadorias transportadas. Pese embora este valor, não existem vias dedicadas para este tipo de transportes na AML, nem controlo sobre a adequação do transporte de materiais perigosos em função de densidades de tráfego ou horários preferenciais de circulação (CCDR-LVT, 2009).

Análise SWOT

O **Quadro 50** apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para FCD#4, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 50 – Análise SWOT ao FCD#4 Estruturação Territorial

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Compactação urbana - Localização de equipamentos e das principais infra-estruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa - Qualificação das áreas ribeirinhas no interior das malhas urbanas - Aumento do número projectos de reabilitação urbana - Uma das regiões do País melhor servidas por infra-estruturas de gestão da água e resíduos - Taxa de recolha selectiva mais elevada que a média nacional - Tendência de redução das concentrações dos poluentes monitorizados em termos de qualidade do ar, sobretudo dos valores máximos - A maior parte da Península de Setúbal assenta sobre o maior e mais importante sistema aquífero português 	<ul style="list-style-type: none"> - Desordenamento e desqualificação urbanística - Degradação do parque habitacional - AUGI'S e indústrias obsoletas - Expansão urbana e fragmentação territorial - Aumento das áreas artificializadas - Pressão urbanística sobre áreas sensíveis - Assimetria na qualidade da água para consumo humano entre a Margem Norte e Sul, com qualidade da água mediana na generalidade da Península de Setúbal - Assimetria na cobertura por sistemas de tratamento de águas residuais com Península de Setúbal a apresentar situação mais deficitária - Poluição provocada por explorações agro - pecuárias em alguns concelhos da AML - Linhas de água e estuários apresentam uma qualidade da água fraca - Aumento da produção de resíduos urbanos - Concentrações elevadas de partículas PM10 a nível regional e fraca qualidade do ar na zona industrial do Barreiro e em Lisboa (Av. Liberdade designadamente). - Localização de Estabelecimentos Seveso na proximidade de áreas densamente povoadas e ambientalmente sensíveis. - Risco sísmico e susceptibilidade à ocorrência de inundações, agravadas com maior ocorrência de precipitações concentradas e aumento de área impermeabilizada. - Aumento da poluição difusa caso não se controle a edificação dispersa, especialmente na Península de Setúbal; - Esgotamento dos aterros em exploração poderá induzir problemas de qualidade ambiental;

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de novos projectos estruturantes - Novo Aeroporto de Lisboa, Projecto de Alta Velocidade ou a Nova Travessia do Tejo - Compactação das áreas urbanas centrais - Preenchimento dos vazios urbanos por usos essenciais à estruturação dos territórios envolventes - Aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente - Áreas industriais com potencial para requalificação e novas utilizações - Reestruturação no Arco Ribeirinho Sul - emergência de novas centralidades e processos de renovação e valorização urbanística - Potencial de afirmação da cidade – região - Aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente - Construção da TTT e do NAL - Novas áreas de expansão habitacional antecipadamente planeadas Compactação das áreas urbanas centrais - Preenchimento dos vazios urbanos por usos essenciais à estruturação dos territórios envolventes - Melhoria geral da qualidade ambiental devido ao conjunto de investimentos previstos em matéria de gestão da água e resíduos. - Alterações climáticas e mudança de paradigma tecnológico na mobilidade poderá induzir melhoria da qualidade do ar - Requalificação urbana e reabilitação de parques industriais obsoletos poderão conduzir a uma relocalização de actividades com reflexos na melhoria da qualidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação desregrada dos loteamentos turísticos – residências - Pressão urbana nas margens do Rio Tejo - Disseminação desregrada dos loteamentos turísticos – residências - Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas, destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza -Agravamento da pressão urbanística nas zonas costeiras e áreas de sensibilidade ambiental e paisagística - Ocupação de áreas vitais para uso edificado não estruturado - Aumento do tráfego rodoviário fruto das acessibilidades previstas poderão conduzir a degradação da qualidade do ar e ruído. -Áreas costeiras densamente povoadas vulneráveis a fenómenos extremos associados a alterações climáticas;

5.4.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD Estruturação e Requalificação Territorial.

Quadro 51 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Estruturação e Requalificação Territorial

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
A.1	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Emergência de novas centralidades e redução das disparidades do espaço metropolitano</p> <p>Estratégia territorial para a implantação das novas infra-estruturas</p> <p>Riscos de equilíbrio em áreas agrícolas e florestais devido à expansão</p>	<p>0</p>	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Modelo Territorial para a envolvente do NAL tem em conta riscos para a qualidade ambiental, mas mantém-se algum risco na implementação.</p> <p>AVF pode contribuir para a reabilitação e reconversão de áreas industriais obsoletas na frente ribeirinha sul.</p> <p>Redução de emissões poluentes para o ar decorrentes do incentivo ao TMCD</p> <p>Aumento do tráfego rodoviário e das necessidades de transporte de mercadorias por via rodoviária; Aumento de tráfego aeronáutico sobre a ZPE do Estuário do Tejo (ar e ruído)</p> <p>TMCD poderá induzir pressões suplementares sobre a qualidade da água do Estuário do Tejo</p>

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
A.2	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aumento dos níveis de qualificação/atracção profissional e de população residente qualificada</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Oportunidade de reconversão de espaços e equipamentos desactivados</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Fixação de actividades de perfil produtivo mais eco-eficiente com potenciação da reconversão de áreas urbanas degradadas e industriais obsoletas;</p>
A.3	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Oportunidade de potenciar as áreas rurais como áreas vocacionadas para o turismo (AVT) Definição de critérios de implementação municipal de NDT</p> <p>Estratégia de planeamento face à oferta turística prevista para a AML, mas riscos de excesso de carga territorial</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Reconversão de áreas degradadas e industriais em frente ribeirinhas poderá induzir melhoria da qualidade urbana e maior pressão para a requalificação de zonas urbanas degradadas Melhoria das condições de atractividade e visitabilidade das ZEIT</p>	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Maior pressão para a requalificação de zonas urbanas degradadas, espaços verdes e reconversão de áreas industriais com melhoria do ambiente urbano;</p> <p>Definição de critérios ambientais de licenciamento mais exigentes para o golfe</p> <p>Náutica de recreio pode comprometer a melhoria da qualidade da água dos estuários,</p> <p>Risco de aumento das necessidades hídricas e degradação da qualidade ambiental motivados pelo desenvolvimento turístico (turismo residencial).</p>
A.4	0	0	+

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
			Salvaguarda das áreas agrícolas e florestais pode contribuir para a manutenção dos serviços dos ecossistemas relacionados com a função de recarga de aquíferos e depuração destas zonas.
A.5	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Melhoria da rede das centralidades emergentes através da aposta de actividades de I&DT e sector logístico - industrial;</p> <p>Consolidar áreas urbanas com excesso de oferta de alojamento e espaços urbanizados (entre plataformas)</p>	0	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Articulação das plataformas logísticas com modos de transporte e com outras indústrias e actividades económicas poderá levar a contenção no crescimento do tráfego rodoviário de mercadorias.</p> <p>Modelo territorial não acautela explicitamente os riscos ambientais decorrentes da implementação das plataformas logísticas</p>
B.1	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Reforço e promoção dos equipamentos demonstrando uma aposta estratégica no policentrismo</p> <p>Melhoria dos processos de ordenamento</p>	0	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Centralidades e políticas de proximidade suscitam maior utilização do TP e melhor qualidade ambiental</p>

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
B.2	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Racionalização e contenção da expansão urbana através da concentração das centralidades económicas</p> <p>Limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos</p> <p>Identificação de Remates Urbanos</p> <p>Inexistência de normas específicas de resolução às áreas de ocupação ilegal</p> <p>Risco de ocupação na envolvente de linhas AVF para além das áreas definidas</p>	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Promoção das áreas empresariais existentes</p> <p>Definição de critérios para novas áreas urbanas</p> <p>Inexistência de normas específicas de combate às áreas de ocupação ilegal</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Racionalização e contenção da expansão urbana diminuem necessidades de transporte, menores emissões de GEE e consumo energético;</p> <p>Reversão de solo potencia recarga de aquíferos;</p> <p>Reconversão urbanística reduz poluição difusa</p> <p>Relocalização e reordenamento das actividades industriais reduz passivo ambiental;</p>
B.3	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Estabelecimento de critérios específicos para a identificação e delimitação de aglomerados rurais e condicionamento da edificação em solo rural (redução da fragmentação)</p> <p>Critérios para identificar, estruturar e regrar áreas de edificação dispersa</p>	<p style="text-align: center;">0</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Melhoria das taxas de cobertura em matéria de saneamento básico nos pequenos aglomerados;</p> <p>Redução dos custos de infra-estruturação de sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais; prevenção e controle de poluição das actividades agro-pecuárias</p>
B.4	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Estratégia clara de transferência inter-modal TI</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Avaliação de soluções para a problemática da</p>	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Maior eficiência energético-ambiental do sistema</p>

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
	para TP e de rede de interface metropolitana Melhoria da mobilidade e acessibilidades promovendo o policentrismo	mobilidade em territórios de ocupação ilegal Aposta nos modos suaves de mobilidade Rede articulada Aumento da atractividade de espaços existentes	devido a articulação de políticas, planeamento e gestão propostas; Intervenções adicionais rodoviárias, em particular TTT, podem induzir aumento do TI.
C.1	+ - Definição de critérios de implementação dos corredores da REM Critérios insuficientes para valorização das AV	+ - Inclusão de espaços verdes em meio urbano através da EEU embora sem assegurar soluções de vizinhança e proximidade. Critérios ausentes e risco de perda de atractividade	+ Melhoria das funções de suporte dos ecossistemas naturais em termos de manutenção da qualidade ambiental.
C.2	+ Condicionamento da ocupação edificada na zona costeira e frentes ribeirinhas Recuperação de áreas degradadas nos sistemas naturais sensíveis Reconversão funcional de frentes estuarinas e ribeirinhas	+ A renaturalização e valorização das linhas de água em meio urbano concorrem para revitalização urbana Valorização, requalificação e condicionamento à edificação nas frentes ribeirinhas e zonas costeiras	+ - Promoção do controlo e tratamento das águas residuais urbanas, industriais e pluviais. Gestão e protecção do recurso solo Protecção e valorização das águas estuarinas e recuperação ambiental e funcional das orlas. Elevada qualidade urbanística e ambiental nas intervenções urbanas no Litoral. Prevista realocação programada de ocupações indevidas do DPH

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
			Inexistência de orientações explícitas que promovam o reordenamento e a realocação de usos agrícolas conflituosos em áreas de DPH
C.3	0	0	<p>+ –</p> <p>Reordenamento rural induz protecção dos recursos hídricos subterrâneos.</p> <p>Modos de produção ambientalmente sustentáveis configuram melhoria da qualidade da água; Recuperação de áreas de passivo ambiental; Promoção do turismo de natureza.</p> <p>Instalação de estufas pode promover contaminação de solos e pressão sobre recursos hídricos.</p> <p>Ausência de estratégia para as áreas de sequestro de CO2.</p> <p>Ausência de critérios ambientais e energéticos no licenciamento de projectos</p> <p>Aquicultura nos estuários configura risco potencial de afectação da qualidade da água.</p>
C.4	+ –	0	+ –

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
	<p>Identificação e delimitação de zonas perigosas</p> <p>Restrições e regulação da edificação em áreas de risco medidas de protecção estrutural e não estrutural</p> <p>Planos de emergência e socorro e sistemas de alerta</p> <p>Ausência de mecanismos e de responsabilização de danos materiais</p> <p>Insuficientes orientações relativas à adaptação territorial às alterações climáticas</p>		<p>Identificação e delimitação de zonas perigosas;</p> <p>Ausência de directrizes específicas relativas à prevenção de acidentes graves e empreendimentos Seveso.</p> <p>Autorização de construção de imóveis em zonas inundáveis não atribui responsabilidade e quem constrói em caso da ocorrência de danos materiais</p>
C.5	0	<p>+</p> <p>Incentivo à aplicação de medidas de eficiência energética no edificado</p>	<p>+ -</p> <p>Gestão eficiente da procura eléctrica, aproveitamento de FER, e valorização energética local de biomassa</p> <p>Não diminuição da pegada carbónica do sector da construção na AML</p>
C.6	<p>+</p> <p>Boas soluções de mobilidade sustentável e de acessibilidades impulsionam pólos de atracção promovendo melhoria da estruturação e coesão territorial</p>	<p>+</p> <p>Boas soluções de mobilidade sustentável e de acessibilidades impulsionam pólos de atracção promovendo a revitalização urbana de áreas vulneráveis</p>	<p>+</p> <p>Melhoria da qualidade do ar por redução da intensidade energética nos transportes com redução da exposição a substâncias perigosas;</p>

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
C.7	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Melhoria da estruturação e coesão territorial através da articulação dos IGT Expansão urbana programada</p>	<p style="text-align: center;">0</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Redução da quantidade e perigosidade dos resíduos produzidos contribuem para a adopção de padrões de consumo e produção sustentável. Redução de quantidade de água captada e de reutilização de águas residuais tratadas contribuem para a gestão sustentável da água à escala regional e para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.</p>
D.1	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Estratégia de inclusão social Oferta de habitação a custos controlados Estratégia insuficiente de resolução de fogos vagos</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Promoção da reabilitação do parque habitacional privado e Oferta de habitação a custos controlados</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Reabilitação do parque habitacional promove redução potencial da pegada carbónica do edificado.</p>
D.2	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Lógica de proximidade – comércio tradicional Dotar a AML de uma rede de equipamentos desportivos e de lazer apoiando o policentrismo e redução de diferenciação entre áreas dentro da</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Dinamização das centralidades dos espaços urbanos com elevada densidade comercial</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Redução das necessidades de transporte potencia melhoria da qualidade do ar. Investimento sustentado nos modos suaves de mobilidade trará reflexos positivos ao nível dos índices de</p>

LA	FCD Estruturação e Requalificação Territorial		
	Estruturação e Coesão Territorial	Revitalização Urbana	Qualidade Ambiental e Riscos
	AML		qualidade do ar.
D.3	0	0	0
D.4	<p>+</p> <p>Melhoria do ambiente urbano e dos níveis de atractividade e qualidade de vida urbana e redução dos alojamentos vagos</p> <p>Valorização do edificado nos espaços urbanos e rurais</p>	<p>+ -</p> <p>Promoção da revitalização e da qualificação urbanística e ambiental dinamizando operações de renovação e de reabilitação do edificado e estimulando o mercado de arrendamento.</p> <p>Estratégia para melhoria dos padrões de qualidade dos edifícios e espaços públicos mas não refere critérios de qualidade para concretizá-la</p>	<p>+</p> <p>Melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados; Qualificação urbanística e ambiental dos centros históricos induzirá melhorias nos índices de qualidade do ar e níveis de ruído.</p>

Estruturação e Coesão Territorial

As linhas de acção do PROTAML criam importantes oportunidades para a melhoria da Estruturação e Coesão Territorial da AML, oportunidades essas criadas pelo desenvolvimento de grandes projectos que irão determinar forte impacto no território metropolitano, designadamente NAL, AVF e TTT (A.1). Estes projectos reforçam a integração da AML nos sistemas territoriais nacional, ibérico e europeu, designadamente potenciando um sistema urbano com desenvolvimento mais compacto, que contrarie o padrão extensivo e fragmentado que tem caracterizado a AML. A emergência de novas centralidades (ex: região de Alcochete, Arco Ribeirinho Sul) e a redução das disparidades do espaço metropolitano protagonizam algumas destas mudanças estruturais, sendo importante que se verifique um adequado reforço de integração de áreas, como a Península de Setúbal, no sistema de acessibilidades e de logística da AML, reforço este bem acautelado pelo estudo de melhoria das acessibilidades e de um modelo de gestão integrado de articulação entre os portos de Lisboa e Setúbal (A.1.3).

No que concerne à estratégia da estruturação territorial para o NAL e sua envolvente, esta apresenta boas oportunidades. Não só estão identificadas directrizes de planeamento e construção para usos directos associados ao NAL - nomeadamente através da adopção de um modelo de ocupação territorial (UT11- NAL) - como orientações e directrizes para usos complementares do NAL. O controlo da urbanização e edificação é previsto e acautelado por directrizes específicas, direccionando as expectativas de construção e maiores pressões urbanísticas para as aglomerações urbanas de Pegões e Poceirão (UT11 Nascente Agro-Florestal), sem esquecer a protecção das áreas de interesse agrícola, de conservação da natureza e de biodiversidade. Paralelamente, ao nível da AML - Sul, nomeadamente no que diz respeito à UT 7 - Arco Ribeirinho estão colocadas expectativas no que diz respeito à revitalização das aglomerações urbanas estruturadoras e reconversão de áreas industriais obsoletas, definindo o PROT directrizes que apoiam estas expectativas nomeadamente assegurando a descontaminação de solos como resultado das dinâmicas de urbanização, edificação e introdução de novas actividades económicas induzidas pelo NAL. Não obstante as oportunidades apresentadas, é fundamental atender ao risco do crescimento e à vaga de urbanização e edificação do território, que possa pôr em causa as áreas agrícolas não só do Nascente - agro-florestal (devidamente acauteladas como já foi referido anteriormente) como da Lezíria do Tejo, áreas naturais e zonas particularmente sensíveis do ponto de vista ambiental e de recursos hídricos da Península de Setúbal. Ao nível da produção agrícola (A.4.2) está patente a oportunidade de preservação do uso agrícola nos solos com capacidade produtiva, onde se efectuarem investimentos significativos abrindo uma oportunidade para a salvaguarda destes espaços. Mas se as pressões

decorrentes das acções de ordenamento e processos de urbanização, e respectivos efeitos induzidos, não forem devidamente equacionadas e controladas, podem não só pôr em causa o equilíbrio das actividades de agricultura e regadio predominantes nestas unidades, mas ainda determinar a degradação sucessiva, por processos de cumulatividade, de uma área fundamental para a sustentabilidade da AML, designadamente ao nível do equilíbrio ambiental, incluindo as suas vertentes ecológica, social e cultural, e bem assim a identidade e distinção da própria AML.

Relativamente ao AVF, as normas orientadoras atendem sobretudo à lógica de conectividade supra-regional de transportes (A.1.2), não abordando especificamente as problemáticas de ordenamento territorial e pressões urbanísticas inerentes. A implementação destas infra-estruturas pode gerar um aumento de pressão urbanística na envolvente das estações da linha AVF, nomeadamente na implementação da estação de interface no Poceirão situação esta que configura um risco ao nível da definição específica de perímetros de expansão e níveis de utilização, devendo definir-se, e respeitar-se, uma capacidade de carga para essa área, a qual deverá ser preferencialmente analisada em sede de avaliação ambiental de planos e de avaliação de impacte ambiental.

Em suma, muito embora existam orientações dadas no sentido da racionalização e contenção da expansão da urbanização (B.2.1) onde estas infra-estruturas (NAL, TTT, AVF) se enquadram, importa sublinhar que as dinâmicas que serão potenciadas pelas mesmas promovem a alteração da estabilidade dos padrões de ocupação de solo, com aumento das áreas artificializadas e a perda de áreas agrícolas ou florestais devido ao alastramento das áreas urbanas consolidadas para espaços agrícolas e florestais contíguos. Este é para a AAE um dos riscos mais críticos do PROTAML, pelo que deverá prevalecer o máximo rigor no cumprimento das orientações do PROTAML, nomeadamente no que diz respeito ao NAL e na sua transposição para o ordenamento municipal, já que subsistem riscos de evolução para uma ocupação desestruturada, pelo que se deve tornar vinculativo ao nível municipal as orientações que resultam aliás do estudo do LNEC sobre a localização do NAL.

As orientações dadas relativamente à fixação e expansão de actividades intensivas em conhecimento e criatividade (A.2.1.,A.2.2, A.2.3) permitem esperar um aumento dos níveis de qualificação/atracção profissional na área de investigação e inovação bem como um aumento de população residente com a redução de disparidade do espaço metropolitano. Contudo existe o risco destas actividades virem a motivar a dispersão e fragmentação do tecido urbano, sendo importante acautelar esta situação.

As orientações e directrizes para consolidação da AML como destino turístico (A.3) apostam nas Zonas de Especial Interesse Turístico (ZEIT) (A.3.1), o que constitui uma oportunidade para a promoção e aumento do dinamismo económico. O planeamento adequado dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) com base também nos Planos de Urbanização ou de Pormenor e a definição de critérios de localização dos NDT, sob o princípio da concentração e nucleação dos empreendimentos turísticos, concorrem para uma adequada estruturação territorial, nomeadamente em zonas em que se prevê uma crescente necessidade destes serviços, como por exemplo na Península de Setúbal, devido à construção do NAL (A.3.3). No entanto, não se verificam preocupações no sentido de acautelar os processos cumulativos que os NDT poderão ter no território, nomeadamente ao nível das Áreas de Vocação Turística, o que poderá constituir um risco (e.g. o volume de camas estabelecida para a implantação destas áreas não permite a prever do excesso de carga territorial que possa ocorrer (A.3.3)). Ainda no domínio do turismo, Lisboa e a AML estão posicionadas como um dos dez principais destinos mundiais para o turismo de negócios e existe actualmente uma oportunidade aberta com a construção do centro de congressos (A.3.4). Assim deverá atender-se – aquando da sua implementação ao nível local –  s tensões territoriais inerentes à sua localização e implantação, designadamente em termos de sobrecarga urbana, acessibilidades e alojamento hoteleiros.

  criação de programas de requalificação e valorização das frentes ribeirinhas, estão geralmente associadas a reabilitação de áreas abandonadas ou degradadas, o que constitui uma oportunidade   efectiva valorização das frentes ribeirinhas, numa perspectiva de usufruto para o lazer de residentes e turistas bem como de valorização do ambiente urbano, importantes na estruturação do território (A.3.2 e C.2.2). Ao nível da garantia dos sistemas naturais (C.2), a estruturação territorial está bem acautelada através de medidas que visam restringir a edificação nos 500 m da orla costeira fora de perímetros urbanos, bem como em orlas estuarinas (C.2.3, C.2.5). Deste modo   fomentada a ocupação urbana em forma de “cunha” (estreitar a proximidade da costa e alargar para o interior). Nesta LA está também patente a preocupação de identificar as frentes estuarinas com usos obsoletos e edificação degradada promovendo a sua recuperação ambiental e reconversão funcional.

Ao nível da modernização da base industrial e de serviç os (A.5), as orientações e directrizes propostas também poderão configurar uma oportunidade para a melhoria do funcionamento em rede das centralidades emergentes e para a distribuição das actividades pelos diferentes nós em rede, em função do desenvolvimento e decorrentes

também do desenvolvimento infra-estrutural de redes de conectividade digital e TIC. Outras oportunidades a nível territorial são também trazidas pela promoção de estudos de ordenamento monitorização territorial das plataformas logísticas e implantação das plataformas inter-modais, fundamentais para o bom funcionamento destas áreas e para a consolidação das áreas urbanizadas entre plataformas (A.5.1).

No domínio da polinucleação e compactação (B) o PROTAML apresenta estratégias de forte oportunidade, havendo uma preocupação em impedir a continuidade de áreas dispersas, de remediar e conter o desordenamento urbano, controlar a fragmentação do território e aumentar o conceito de proximidade a nível de infra-estruturas, contribuindo também para fortalecer o conceito de cultura de comunidade, nomeadamente através de equipamentos de proximidade. A estratégia de compactação está focada na especialização de pólos de desenvolvimento económico, hierarquização urbana e a estratégia da centralidade na localização de equipamentos (B.1, B.1.2). Na D.2 esta abordagem volta a estar patente, no entanto a estratégia de inclusão social baseia-se na revitalização das concentrações comerciais tradicionais (D.2.3) e na proximidade e equidade ao acesso a equipamentos, não tendo sido acautelada uma resposta territorial para as áreas urbanas críticas. A lógica de proximidade é estabelecida também através da dotação na AML de uma rede de equipamentos desportivos e de lazer e espaços públicos verdes, apoiando o policentrismo e redução de diferenciação entre áreas dentro da AML (D.2.1).

O reforço das centralidades urbanas de hierarquia superior, no contexto do modelo policêntrico de desenvolvimento (B.1), constitui uma oportunidade para robustecer a capacidade de produção dos pólos de especialização científica e tecnológica, nomeadamente através da oferta de ensino politécnico e da consolidação da rede do Sistema Científico e Tecnológico nas aglomerações urbanas de nível 2. Na generalidade as directrizes apontam para a uma oportunidade na melhoria dos processos de planeamento o que potencia a concentração, reduzindo a ameaça de agravamento da fragmentação.

Ao analisar as directrizes é possível verificar que a estruturação das áreas urbanas fragmentadas, incluindo as AUGI, é assumida em B.2.2, sendo que as orientações de B.2.3 constituem também uma oportunidade de estruturação e contenção já que incidem ao nível da programação da urbanização. No entanto, a inexistência de políticas públicas ao nível do investimento local dirigidas à eficaz consolidação dos espaços urbanos actualmente fragmentados constitui um risco do Plano.

Relativamente à reconversão de AUGI, o seu tratamento encontra-se acautelado através de intervenções integradas de planeamento (B.2.2) sendo especificamente propostas

medidas de reconversão nomeadamente nas unidades territoriais UT7 Arco Ribeirinho e UT3B Serra Carregueira e UT3C Caneças/Casal de Cambra/Famões, as quais, como já foi referido aquando da análise tendencial, estão já em vias de reconversão.

Relativamente às áreas de ocupação ilegal em B.4.3 promove-se enquanto orientação o desenvolvimento de estudos de viabilidade física e socio-económica, o que constitui uma oportunidade, por exemplo o estabelecimento da Ligação Fogueteiro – Pinhal dos Frades – Quinta do Conde – Penalva com o objectivo de estruturar o território envolvente a este eixo. A promoção da estruturação e reconversão de áreas degradadas ou de ocupação ilegal está também contemplada nas medidas relativas às unidades territoriais (UT9C Matas de Sesimbra e Seixal) acautelando o ressurgimento de novas ocupações ilegais nestas áreas. Destaca-se ainda, a intenção expressa em D.1 de prevenir o aparecimento e recrudescência de focos de barracas através da adopção de mecanismos de fiscalização e de resposta rápida, contudo esta estratégia fica mais fragilizada por se tratar de uma orientação e não de uma directriz.

É de notar contudo que seria mais importante o PROTAML adoptar uma estratégia global para a problemática das ocupações ilegais, incluindo as AUGI, tal como aliás resultou dos workshops temáticos conduzidos no âmbito da AAE do PROTAML em Março de 2009. Note-se o caso da UT 8 onde a agricultura se encontra ameaçada pelo avanço urbanístico a partir do Pinhal Novo, bem como por loteamentos de natureza ilegal, situação identificada como problemática pelo PROTAML, mas para a qual não são avançadas directrizes que a possam resolver.

Muito importantes são as orientações que visam contrariar a tendência de alastramento da urbanização evidente na AML (B.2.1), e que o PROT remete para a legislação em vigor (Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 de Maio). A estratégia de compactação feita através da hierarquização urbana, a aposta na racionalização e contenção da expansão urbana através do estabelecimento de modelos de uso e ocupação do solo que promovem a concentração da edificação nos aglomerados existentes são fundamentais para este efeito. Está patente também a oportunidade de estabelecer limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos, nomeadamente na UT2 (Lisboa - Cidade) e UT3 (Espaço Urbano Norte e Ponte) onde a estruturação urbana, articulação dos tecidos urbanos e criação de remates são salvaguardados. É igualmente contemplada nas directrizes a aposta da reversão de solo urbano em solo rural com incentivo à reconversão (B.2.1) contribuindo para a redução de áreas naturais impermeabilizadas, com reflexo positivo na estruturação territorial.

Ao nível da estratégia de compactação, ocorre ainda um risco potencial de não resolução da questão crítica dos fogos vagos e devolutos, em edifícios novos ou degradados, e que

se apresenta como uma problemática em todo o território da AML (D.1.2 e D.1.4). O PROT não espelha orientações e directrizes específicas que auxiliem os municípios a resolver este problema de forma consistente, tornando a estratégia para a compactação frágil neste aspecto. A única orientação apresentada cinge-se ao realojamento, em alojamentos familiares vagos, das famílias residentes em barracas (D.1.1), o que de um ponto de vista de inclusão social é uma oportunidade. No entanto não faz associar à resolução do excesso de fogos vagos e devolutos o problema da carência habitacional que abrange outras classes sociais, nem estabelece uma relação directa com os fogos com necessidade de reabilitação. É um facto que muito dos fogos em excesso é um problema de gestão imobiliária de iniciativa privada, mas o PROT deveria avançar uma estratégia de política de solos e recomendação de adopção de mecanismos por parte dos municípios, incluindo agravamentos fiscais, criação de incentivos à reabilitação, entre outros, que sirvam o propósito de resolver um dos problemas de ordenamento territorial mais graves da AML. Deste modo considera-se que as orientações e directrizes estabelecidas pelo PROT AML são susceptíveis de determinar riscos potenciais no que respeita à não resolução do problema crítico dos fogos vagos e devolutos, incluindo o edificado degradado, deste modo contribuindo para o aumento dos impactes cumulativos em matéria de ocupação territorial, desenvolvimento de mais infra-estruturas que se podem tornar obsoletas por não utilização (a repetir-se o padrão de não ocupação de fogos) e ainda o consumo desnecessários de recursos naturais (designadamente solo, mas também recursos materiais utilizados na construção civil de novos edifícios não necessários).

No âmbito da B.3 estão reflectidas directrizes com a orientação de qualificação dos sistemas ambientais dos pequenos aglomerados populacionais o que reforçará as condições de atractividade populacional destas áreas. O condicionamento de novas edificações isoladas em solo rural para fins habitacionais dos agricultores em zonas rurais e a intenção de identificar e relocalizar ou legalizar as edificações existentes não licenciadas em espaço rural, onde funcionam actividades industriais e agro-pecuárias, poderá contribuir para a redução ou para a contenção da fragmentação, com reflexos ao nível do controlo edificação dispersa (B.3.1, B.3.3). Refere-se como exemplo a UT4 (Parque Natural Sintra-Cascais) cujas normas específicas estão orientadas no sentido de estruturar os aglomerados rurais e de conter a edificação dispersa.

Em B.3.3, estão definidas orientações e directrizes para a resolução da edificação dispersa. Contudo uma das directrizes (B.3.3, ponto 1, alínea c) pode vir a suscitar riscos significativos potencialmente resultantes da possibilidade de redução da dimensão mínima de 4 hectares até aos 2 hectares para edificação em áreas agrícolas, florestais e

naturais de pequena propriedade, determinando impactes cumulativos. Embora seja compreensível a razoabilidade da directriz no sentido de possibilitar a viabilidade das pequenas propriedades, o facto é que a disposição tal como formulada deixa ao livre arbítrio de quem a julgue o considerar ou não intenções singulares como compatíveis, ou não, com a estratégia e o modelo territorial do PROTAML e a promoção ou não de edificação dispersa. Este tipo de intervenção em áreas de pequena propriedade deveria ser previamente objecto de abordagem integrada que esclarecesse a possibilidade de sub-divisão em função do contexto específico de cada área

No domínio B estão também plasmados contributos para a promoção das actividades rurais inovadoras através do fomento da multifuncionalidade nestes espaços (B.3), sustentando os espaços rurais enquanto suporte biofísico para o desenvolvimento do sector primário com reflexos na promoção do turismo em espaço rural, conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais (C.3) e aposta na pluralidade das fontes energéticas (C.5).

Ao nível do B.4 existe uma estratégia clara de transferência modal de TI para TP e da criação de rede de interface metropolitana, fomentando a melhoria das acessibilidades e a estruturação territorial na AML. A articulação de políticas, entre as políticas de transportes, de ambiente e de ordenamento do território clarificando a obrigatoriedade do desenvolvimento de planos de mobilidade/deslocações urbanas de âmbito municipal (B.4.1), estabelece oportunidades relevantes a nível da melhoria da articulação da conectividade a diferentes escalas (municipal, inter-municipal, regional e inter-regional e nacional) promovendo a redução de assimetrias. Contudo o investimento em novas infra-estruturas pode induzir a um aumento da dispersão territorial se não forem tomadas medidas de contenção territorial suficientemente persuasivas. As ligações vitais preconizadas entre Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal podem constituir um risco para o aumento da pressão urbanística nestas zonas, pelo que devem ser atendidas medidas vinculativas para controlar o alastramento do crescimento em Palmela, Setúbal, Seixal e Sesimbra.

Ao nível da mobilidade sustentável em C.6 são definidas directrizes que constituem boas soluções de mobilidade e acessibilidade nomeadamente através da elaboração de normas comuns a todos os municípios da AML que definam as condições a observar na localização de pólos de atracção, baseadas em critérios de acessibilidade em transporte colectivo. Em C.7 estão também presentes medidas de articulação inter-municipal com vista ao melhoramento do sistema de saneamento ambiental da região.

No domínio da Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza (C) existem ainda oportunidades ao nível da promoção da criação de áreas protegidas de âmbito regional,

municipal e local e directrizes que definem regras de uso e ocupação do solo (C.1). Todo o domínio C dá enfoque ao uso e valorização dos recursos naturais numa óptica de sustentabilidade, em C.2 a garantia da protecção dos sistemas naturais contribui para limitar a dispersão urbana, reduzindo a pressão urbanística nas áreas de reconhecido de valor natural.

Em C1 as áreas vitais (AV) constituem um mecanismo importante para assegurar a existência e viabilidade destes espaços críticos em meio urbano, mas verifica-se que se equacionam possibilidades de edificação significativas nestas áreas. O PROT remete a programação destas AV para PMOT, sem definir critérios para a determinação do espaço edificável (nomeadamente a forma como será distribuído na AV e o tipo de edificação ou equipamentos), o que poderá pôr em causa os objectivos de desfogo e sustentabilidade urbana. Do ponto de vista da estruturação territorial, as AV são cruciais como tampão à edificação contínua, ao mesmo tempo que podem funcionar como inibidoras de dispersão e fragmentação urbana, contribuindo para a requalificação do espaço público e a melhoria de atractividade dos territórios urbanos, designadamente em zonas de periferia urbana. Assim, a explicitação de critérios no PROTAML para demarcar as funcionalidades das AV à escala do PDM é importante para que se possa instrumentalizar estas áreas de forma positiva na estruturação e requalificação dos territórios, minimizando os riscos de perda, ou de fragmentação, destes territórios, e sejam potenciados incentivos para melhoria da qualidade do ambiente urbano através de processos urbanísticos de qualidade.

A identificação e delimitação de zonas perigosas bem como as restrições e regulação da edificação em áreas de risco como medidas de protecção estrutural e não estrutural, e planos de emergência e socorro e sistemas de alerta, constituem importantes contributos em C.4, contudo há uma ausência de mecanismos e de responsabilização por danos materiais, o que seguramente faria aumentar a atenção e controlo sobre estas situações de risco.

Em D.1 a estratégia de inclusão social promove a estruturação e coesão territorial nomeadamente, através da criação de programas de habitação locais para a AML, criação de bolsas de alojamento público municipal para arrendamento/aquisição, preferencialmente através da aquisição de imóveis devolutos disponíveis no mercado e ainda promoção da requalificação do parque habitacional.

Em D.4, a melhoria da qualidade dos espaços habitados, através da valorização dos Planos de Pormenor, padrões de qualidade dos edifícios bem como a qualificação urbanística, através de projectos de qualificação do espaço público constituem uma oportunidade na estruturação territorial.

Revitalização Urbana

O PROTAML cria oportunidades importantes para a revitalização urbana. Das linhas de acção preconizadas pelo plano é possível destacar contributos que impulsionam a concretização de projectos de revitalização e regeneração urbana em centros urbanos, áreas ribeirinhas, áreas de interesse e áreas críticas (A.3, B.1, B.3, D.1, D.2, D.4) através da definição de princípios e critérios de regeneração (B.1.2).

O facto de em termos operativos, para o curto e médio prazo, serem privilegiadas as operações de regeneração e de reabilitação urbana, tendo em conta a sua necessidade e o seu potencial para o desenvolvimento económico, social e urbanístico da AML, constitui uma oportunidade relevante, no entanto seria importante o PROTAML estabelecer critérios de prioridade para operações de regeneração e reabilitação urbana, tal como a referência em D.4.2 à prioridade sobre os centros cívicos e históricos, ao invés de remeter os critérios e as prioridades de regeneração urbana para PMOT (B.1.1 e D.1.4). Este tipo de critérios mais alargados permitiria justificar, desde já as áreas de intervenção identificadas como as Unidades Territoriais 2 (Lisboa cidade), 8 (Área Central da Península de Setúbal), 10 (Setúbal – Palmela), 3B (Serra da Carregueira), 3C (Caneças/ Casal de Cambra/ Famões), 3D (Carriche/Prior Velho/Unhos), 7 (Arco Ribeirinho Sul) e outras áreas com necessidades que ainda não estão contempladas por normas específicas. Ao nível dos incentivos à requalificação urbana verifica-se como oportunidade a estratégia A.3. que visa a aprovação de um sistema de incentivos para a reconversão de património arquitectónico de interesse municipal ou de edifícios situados em ZEIT bem como a D.1.4 que promove incentivos para a reabilitação do parque habitacional privado, utilizando os vários programas e mecanismos financeiros previstos na legislação. No entanto considera-se que pode constituir um risco o facto de estes incentivos não virem a ter força suficiente na implementação do PROT pela ausência de directrizes específicas, já que a única directriz só manda identificar as áreas em causa. O mesmo se passa em relação a outras orientações igualmente importantes de promoção da reabilitação urbana no sentido da melhoria da qualidade do ambiente urbano através de processos urbanísticos de qualidade bem como a simplificação dos processos de candidatura a estes incentivos.

Uma clara oportunidade é a aposta na reconversão de áreas industriais desactivadas/abandonadas e degradadas, quer seja através implantação da TTT no corredor Chelas/Barreiro que irá reconverter a área Quimiparque/Barreiro ou nas UT7 Arco Ribeirinho Sul e UT10 Setúbal-Palmela através da instalação de actividades económicas e criação de pólos culturais.

Outra das directrizes que concorre para a ocupação de espaços desactivados é a A.2.3 que promove a fixação e criação de pólos culturais em espaços e equipamentos desactivados que se assumam como âncoras turísticas municipais

Sendo o desenvolvimento cultural e o património factores cruciais para a vitalidade das cidades e para o seu desempenho económico é de salientar a aposta no desenvolvimento de programas de acções integradas com vista à melhoria das condições de atractividade e visitabilidade das ZEIT (A.3.1), contudo constitui um risco a ausência de critérios ao nível das directrizes para uma implantação destes programas de acção de acordo com critérios ambientais.

Subjacentes à polinucleação e compactação encontram-se as estratégias que contribuem para oportunidades de revitalização urbana, nomeadamente a promoção da reconversão urbanística das áreas urbanas desqualificadas através do aumento da dotação de equipamentos de proximidade, da intensificação das funções urbanas geradoras de tecidos funcionalmente diversificados, do reforço e qualificação das infra-estruturas (de saúde, cívicas e criminais) (B.2).

A situação grave que se verifica na área metropolitana de Lisboa relativamente ao consumo acelerado de solo com novas edificações e infra-estruturas, em paralelo com o crescimento do número de fogos vagos, determina esta situação como urgente do ponto de vista da cumulatividade dos impactes negativos da urbanização na AML nas últimas décadas. Este facto exigiria do PROTAML uma política regional de solos e estratégias claras que assegurem o cumprimento da importante política de polinucleação e compactação, o que exige uma aposta nos processos de revitalização, requalificação e regeneração urbanas, mormente em áreas degradadas e em soluções pragmáticas para resolver o problema dos fogos vagos. Em síntese o PROT deve determinar como estratégia clara a prioridade à ocupação de áreas existentes em alternativa à urbanização extensiva e ao consumo desnecessário de recursos e infra-estruturas. Em geral a estratégia do PROTAML é adequada e importante, mas ainda que se trate de um problema de difícil solução não deixa de ser um problema e não pode ser adiado. O PROT deveria ser mais afirmativo sobre acções concretas para as preocupações que enuncia, sob a forma de orientações e diretrizes, ainda que devam ser protagonizadas a níveis subsequentes de intervenção territorial (e.g. agravamentos fiscais a devolutos, incentivos a realojamento e reabilitação, etc.). Assim o PROT pode induzir riscos potenciais no que respeita à estratégia para os fogos em excesso e melhoria dos padrões de qualidade dos edifícios e espaços públicos (D.4) por insuficiente clarificação de estratégia e de critérios de qualidade, não necessariamente normativos, tais como os que constam do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação para a realizar.

O PROTAML cria fortes oportunidades a aposta na estruturação das áreas urbanas fragmentadas (B.2.2), através da dotação de uma rede viária devidamente hierarquizada, criação de circulação pedonal, dotação de equipamentos e harmonização espacial dos usos e das actividades, como é evidente nas normas específicas da UT3 (Espaço Urbano Norte e Poente), UT8 (Área Central da Península de Setúbal) e UT10 (Setúbal-Palmela) onde se promove a qualificação urbanística, resolvendo as carências de espaço público e de equipamentos, criando factores de identidade e centralidade urbana.

No âmbito da revitalização urbana a questão das AUGI revela-se importante na medida em que é necessário garantir a sua execução (B.2) bem como inviabilizar a ocorrência de novas áreas de ocupação ilegal. O Plano estabelece que estas áreas sejam abrangidas em intervenções integradas de planeamento e na promoção da estruturação e reconversão de áreas degradadas ou de ocupação ilegal, como é o caso das unidades territoriais na UT3 Espaço Urbano Norte e Poente, UT4 Parque Natural de Sintra Cascais e UT9C Matas de Sesimbra e Seixal.

No entanto, apesar destas normas, verifica-se que a estratégia do PROTAML para as áreas de ocupação ilegal se baseia sobretudo na reconversão de AUGI acautelando apenas a requalificação de áreas de ocupação ilegal em algumas normas territoriais nomeadamente na UT3C Matas de Sesimbra e Seixal e UT7 Arco Ribeirinho Sul e tendo como meta para 2020 a erradicação dos alojamentos familiares não clássicos. Subsiste deste modo a falta de directrizes que impeçam a manutenção de outras áreas de ocupação ilegal.

Relativamente a novas áreas de ocupação ilegal, destaca-se a intenção expressa em D.1 de prevenir o aparecimento e recrudescência de focos de barracas através da adopção de mecanismos de fiscalização e de resposta rápida, contudo esta estratégia fica mais fragilizada devido à ausência do carácter normativo da orientação.

No que diz respeito aos pequenos aglomerados denota-se em B.3 um enfoque em medidas de qualificação habitacional, ambiental, patrimonial e paisagística que contribuem em grande medida para a revitalização urbana destes espaços. Salienta-se que na UT 4 a revitalização está ancorada em critérios tipológicos que entram em linha de conta com a arquitectura dos núcleos rurais, o que permite fazer face à descaracterização urbanística presente actualmente nesta unidade territorial.

Na B.4 o reforço da conectividade regional aposta na promoção e integração dos modos suaves como elementos estruturantes dos centros urbanos, também a C.6 foca a questão da mobilidade mais sustentável com a integração intra e intermodal, em ambos os casos

concorrendo para a revitalização urbana no sentido em que são promovidos meios de transportes suaves, uma melhor conectividade, redução da utilização do TI. Salienta-se ainda na estratégia B.4 que a regularização das condições de circulação pedonal através do alargamento e protecção de passeios, requalificação do espaço público e eliminação de barreiras físicas concorrem igualmente para requalificação dos centros urbanos sobretudo em novas áreas urbanas.

Constitui uma oportunidade para a revitalização urbana a inclusão e valorização de espaços verdes, linhas de água e formações vegetais ribeirinhas em meio urbano plasmadas em C.1 e C.2.

A implementação da REM determina oportunidades na colmatação das carências em equipamentos e espaços públicos (C.1.1) bem como enquanto restrição à ocupação edificada dos solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana (C.1.5). O princípio subjacente é o de contribuir não só para impedir a degradação em meio urbano destes espaços mas também para condicionar a ocupação e tornar mais atractivos os centros urbanos.

Ao nível das áreas vitais (C.1) equacionam-se possibilidades de edificação significativas nestas áreas, o que não é consensual com a descrição e importância atribuídas pelo próprio PROTAML a estas áreas consideradas decisivas para o conforto e sustentabilidade ambiental das populações que residem na sua proximidade. A sua programação é remetida para PU ou PP, o que faz todo o sentido. Contudo, não se definem ao nível do PROT critérios objectivos que garantam, para as possibilidades de edificação nestas áreas, níveis de conforto e sustentabilidade ambiental. Embora se definam orientações e directrizes gerais de urbanização no Plano (sobretudo em B.2 e D.4), que são igualmente válidas para as AV, e que estão por isso identificadas nas normas conexas, considera-se um risco não explicitar claramente critérios específicos orientadores da edificação para estas áreas (e.g. lógica de proximidade a serviços e espaços públicos de fruição, execução de um bom desenho urbano garantindo qualidade e valorização da imagem urbana e do sentido de lugar, justificação através da caracterização das dinâmicas urbanísticas e carências em equipamentos e espaços públicos na sua área de influência), uma vez que as AV apresentam características que precisamente as diferenciam do restante território urbano e como tal, justificariam essa explicitação a este nível.

Ainda no que concerne o funcionamento dos sistemas naturais salientam-se como oportunidades para a revitalização urbana a criação de programas de reabilitação e requalificação das linhas de água (C.2), a criação de espaços de utilização colectiva nas frentes estuarinas, em particular na interface entre as áreas urbanas e os espaços naturais estuarinos, dando novos usos a espaços abandonados e valorizando a

proximidade da água para benefício das populações e ainda a reabilitação de locais contaminados de acordo com uma estratégia de prioridade.

Na estratégia para o investimento energético (C.5) evidencia-se a aplicação de medidas de eficiência energética no edificado, com a redução de emissões e de consumo que contribuem indirectamente para a revitalização urbana na medida em que promovem a qualificação do edificado e as condições de vivência urbana da AML.

Ao nível da Integração Social e Qualificação constituem oportunidades para a revitalização urbana:

- Promoção da reabilitação do parque habitacional público e privado (D.1);
- Realojamento privilegiando a ocupação de alojamentos familiares vagos (D.1);
- Oferta de habitação a custos controlados e criação de bolsas de alojamento (D.1);
- Revitalização das concentrações comerciais tradicionais (D.2);
- Promoção da revitalização e da qualificação urbanística e ambiental das funções residenciais nos centros históricos e cívicos dinamizando operações de renovação e de reabilitação do edificado e estimulando o mercado de arrendamento (D.4);

A reabilitação do tecido urbano degradado com ênfase no carácter residencial é focada na D.1.2 e D.1.3, tidas como oportunidades criadas, quer seja pela regeneração urbana para conjuntos de habitação social existentes na AML, quer pela criação de bolsas de alojamento público municipal preferencialmente através da aquisição de imóveis devolutos disponíveis no mercado e a sua reabilitação. No entanto acautela-se como potencial risco a ausência de critérios e metas que assegurem a concretização das orientações referidas.

Apesar da orientação D.1 apostar na ocupação dos alojamentos familiares vagos para o realojamento de famílias carenciadas considera-se que esta medida é ainda insuficiente visto que se destina apenas a famílias carenciadas excluindo outras classes sociais e face ao crescimento que se tem verificado deste tipo de alojamentos.

Qualidade Ambiental e Riscos

A melhoria das ligações supra-regionais e internacionais (A.1), materializada nos investimentos no TTT, NAL e Plataformas Logísticas configuram alguns riscos para a Qualidade ambiental e Riscos. Estes investimentos poderão contribuir para uma continuação da tendência de aumento do tráfego rodoviário a nível regional, o que poderá comportar um agravamento da tendência de degradação dos índices de qualidade do ar na Região. O aumento do tráfego aeronáutico sobre a ZPE do Estuário do Tejo, decorrente da instalação do NAL no CTA, poderá contribuir para o aumento das perturbações nesta área, o que contraria o Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo.

Os investimentos previstos no NAL, AVF, Sistema Portuário e Logístico poderão configurar um aumento das necessidades de transporte de mercadorias por via rodoviária, caso a opção pela articulação com o transporte ferroviário de mercadorias e TMCD⁶⁰, com implementação do transporte de mercadorias em barcaças, não seja suficientemente assumida. De referir que a dinamização do transporte fluvial de mercadorias poderá contribuir para a redução das emissões poluentes por unidade de carga transportada, quando comparado com a manutenção ou incremento do transporte rodoviário de mercadorias à escala regional. Contudo, a opção por este modo de transporte, induzirá pressões adicionais sobre a qualidade da água do estuário do Tejo, que deverão ser acauteladas em sede de Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, nomeadamente através da realização dos adequados estudos de capacidade de carga.

O Modelo Territorial proposto para a subunidade⁶¹ correspondente ao NAL, propõe um modelo de ocupação territorial que acautela, em fase de planeamento, concepção e construção do NAL, que os usos directos e complementares associados a esta infra-estrutura se localizem dentro do perímetro definido. Esta orientação permite reduzir os riscos potenciais de afectação da qualidade ambiental motivados por fenómenos de expansão desordenada de actividades logísticas e de serviços na envolvente do NAL. A existência de orientações no sentido da garantia de adopção das soluções técnicas que permitam manter a funcionalidade ecológica das linhas de água e a compatibilização de usos com a qualidade e produtividade do aquífero da margem esquerda do Tejo configuram igualmente oportunidades na óptica deste critério. No que diz respeito à envolvente ao NAL são igualmente acauteladas ao nível da UT 11 – Nascente Agro-Florestal o controle da urbanização e edificação resultantes das infra-estruturas previstas neste território, através do reforço da protecção das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e da biodiversidade, o que permite acautelar os riscos de

⁶⁰ Transporte Marítimo de Curta Distância

⁶¹ Unidade Territorial 11 Nascente Agro-Florestal- Subunidade 11 B – Novo Aeroporto de Lisboa

degradação da qualidade ambiental (e.g. recursos hídricos), decorrentes de uma expansão desordenada de actividades nesta UT. Neste ponto particular afigura-se como especialmente positiva a possibilidade avançada pela Proposta de Plano de promoção de um programa de compensação ambiental que assegure a conservação das áreas naturais mais importantes da envolvente do NAL.

No entanto todas estas oportunidades estratégicas podem ser seriamente comprometidas e transformar-se em riscos graves para a qualidade do ambiente se as orientações do PROT AML não forem escrupulosamente seguidas ao nível municipal e operacional do desenvolvimento de actividades.

De referir igualmente em termos de oportunidades a potenciação da reabilitação e reconversão de áreas industriais obsoletas, tal como a área da Quimiparque/ Barreiro motivada pela implantação da TTT no corredor Chelas/Barreiro.

A intenção de fixar actividades intensivas em conhecimento e criatividade (A.2) configura uma oportunidade de indução da fixação de actividades de perfil produtivo mais eco-eficiente, atraindo indústrias de posição mais elevada na cadeia de valor. Esta fixação poderá potenciar igualmente a reconversão de áreas urbanas degradadas e industriais obsoletas, o que se constitui como um contributo para a valorização territorial destas áreas e para a redução do passivo ambiental existente na Região, com reflexos positivos na qualidade ambiental na AML. Estas oportunidades assumem especial importância nas grandes áreas industriais obsoletas existentes no Arco Ribeirinho Sul (Quimiparque, Siderurgia Nacional e Lisnave) e levantam ao mesmo tempo a necessidade de implementar um programa exigente de descontaminação de solos, que acautele e assegure de forma adequada níveis de qualidade ambiental compatíveis com a salvaguarda da saúde pública, nos usos a definir para estas áreas.

A intenção de consolidar a AML como destino turístico (A.3) através de uma aposta na requalificação urbana e na realização de actividades culturais ao ar livre, poderá contribuir para uma maior pressão para a requalificação de zonas urbanas degradadas e espaços verdes, actualmente com pouca qualidade, nas áreas de vocação turística, o que induzirá uma melhoria da qualidade do ambiente urbano. A aposta na reconversão de áreas industriais devolutas, (actualmente situadas na sua maior parte em frente ribeirinhas) para a instalação de marinas, poderá induzir igualmente uma melhoria da qualidade ambiental. A orientação de incentivar a obtenção de selos e certificação de qualidade e sustentabilidade ambiental, para os empreendimentos turísticos e para os campos de golfe, configuram uma oportunidade de manutenção e mesmo melhoria da qualidade ambiental na região e de promoção da eficiência energética. Igualmente relevante apresenta-se a definição de condições de licenciamento de campos de golfe em

sede de regulamento municipal ou PMOT, que garantam medidas de compensação ambiental, garantias de disponibilidade durável de água, e integração paisagística. As metas para assegurar que 10 campos de golfe da AML do número de campos de se encontrem certificados pela ISO 14001 até 2020, constitui uma oportunidade de melhoria da qualidade ambiental e de diminuição da pressão deste tipo de actividade sobre os recursos hídricos regionais, quer em termos de quantidade, quer em termos de redução da poluição dos aquíferos.

A aposta na náutica de recreio, decorrente da A.3, mormente as orientações expressas no Modelo Territorial, relativamente aos estuários e litoral, poderá comprometer a melhoria da qualidade da água dos estuários, caso não seja acautelada a adopção de boas práticas ambientais na operação das marinas e equipamentos. O desenvolvimento da vocação náutica deverá induzir o desenvolvimento das actividades de reparação e manutenção naval, o que é certamente relevante em termos de dinâmica económica mas poderá igualmente representar um risco de degradação da qualidade da água, com custos de recuperação associados, e de afectação potencial da saúde humana, devido à utilização de agentes anti-incrustantes, com potencial de desregulação endócrina. Neste sentido deverão ser tomadas medidas de controlo e fiscalização da utilização deste tipo de substâncias e de adopção de boas práticas ambientais por este tipo de actividade económica.

No que diz respeito ao modelo de desenvolvimento turístico verifica-se a definição de critérios de implementação municipal dos NDT, com várias preocupações de natureza ambiental e paisagística, nomeadamente através da adopção, ao nível dos planos de pormenor, de critérios e soluções em matéria de ocupação do solo, construção, consumo energético e gestão de resíduos e consumo de água, que assegurem a minimização dos impactes ambientais e paisagísticos, o que acautela devidamente os riscos potenciais para a qualidade ambiental decorrentes da implementação territorial deste tipo de actividades. Contudo, verifica-se uma continuação da aposta no turismo residencial já anteriormente expressa noutras versões do Modelo Territorial, o que poderá representar um risco em termos de aumento das necessidades hídricas. Daí que a expansão das actividades turísticas só deva ser permitida após a realização de estudos de capacidade de carga ao nível regional e municipal, designadamente ao nível do consumo da água.

Os potenciais riscos para a qualidade ambiental decorrentes de um aumento potencial da atractividade turística criada pelas novas acessibilidades inerentes ao NAL e TGV, encontram-se devidamente acauteladas nas orientações expressas para as UT 11 – Nascente Agro-Florestal, UT 10 – Setúbal – Palmela e UT 9 - Arrábida – Espichel/Matas de Sesimbra. No entanto, dada a grande pressão a que os territórios envolventes ao NAL,

AVF e TTT estarão sujeitos nos próximos anos, será necessário em sede de PMOT a transposição das directrizes do PROT AML em critérios e parâmetros exigentes em termos de gestão dos riscos ambientais nestas subunidades.

A aposta na salvaguarda das áreas agrícolas e florestais, no contexto da promoção da inovação e diferenciação de produtos e marcas de base territorial (A.4), essenciais ao desenvolvimento de sistemas de produção certificados, pode contribuir para a manutenção dos serviços dos ecossistemas relacionados com a função de recarga de aquíferos e depuração destas zonas, o que dada a tendência crescente de pressão sobre os recursos hídricos regionais, se afigura de especial importância estratégica para a Região, nomeadamente tendo em conta o quadro de alterações climáticas.

A intenção de modernização da base industrial e de serviços (A.5) através da articulação das plataformas logísticas com os diferentes modos de transporte e com outras indústrias e actividades económicas poderá levar a uma contenção no crescimento do tráfego rodoviário de mercadorias, com reflexos positivos na melhoria da qualidade do ar. Contudo, verifica-se que a inexistência de orientações explícitas no Modelo Territorial que limitem uma proliferação da expansão urbanística nestas zonas bem como da expectável localização de outras actividades logísticas e de serviços nos territórios contíguos a estas infra-estruturas, configuram um risco de afectação da qualidade ambiental (em termos de contaminação dos recursos subterrâneos e superficiais, qualidade do ar e ruído) que deverá ser devidamente acautelado. Neste domínio em particular o PROT apenas propõe a monitorização do desenvolvimento das plataformas logísticas e a evolução do espaço urbano envolvente, em articulação com os municípios, o que se afigura insuficiente face às pressões territoriais em causa.

O desenvolvimento de uma indústria de transportes à escala regional, baseada na I&D de novas soluções de mobilidade, poderá contribuir igualmente para a disponibilização no mercado, de soluções de mobilidade energeticamente eficientes, que poderão contribuir para uma melhoria da qualidade do ar.

No que diz respeito ao domínio B (Polinucleação e Compactação) verifica-se que as oportunidades, na óptica deste critério de avaliação, situam-se ao nível da orientação de localização de equipamentos de nível supra-municipal em áreas bem servidas por transportes públicos (B.1), o que poderá contribuir para uma maior taxa de utilização do TP, contribuindo no nível regional, para um menor consumo energético, melhor qualidade do ar e menor ruído ambiente, quando comparado com um cenário de continuação do predomínio do TI. Verifica-se igualmente a aposta na promoção de uma lógica de rede na localização de equipamentos supra-municipais, serviços e actividades económicas, através da articulação com políticas de promoção da vida de proximidade, o que pode

representar uma oportunidade de diminuição das necessidades de deslocação, com indução do uso do TP e melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Afigura-se igualmente como oportunidade, a aposta na racionalização e contenção da expansão urbana (B.2) através do estabelecimento de modelos de uso e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação nos aglomerados existentes, o que contribuirá potencialmente para a diminuição das necessidades de transporte e para menores emissões de GEE e consumo energético.

A possibilidade de reversão de solo urbano em solo rural, prevista na B.2, ao reduzir a impermeabilização, contribuirá potencialmente para a manutenção e potenciação da recarga de aquíferos, configurando uma oportunidade de protecção dos recursos hídricos regionais.

A intenção de estabelecer limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos, através da promoção de ocupações e usos nas suas zonas envolventes, de espaços de manutenção e valorização dos espaços naturais ou das actividades agrícolas, poderá contribuir para a manutenção de áreas naturais, não impermeabilizadas, com reflexo positivo na qualidade ambiental geral.

A aposta na estruturação das áreas urbanas fragmentadas através da reconversão urbanística das áreas desqualificadas, nomeadamente mediante o reforço das infra-estruturas ambientais existentes, contribuirá positivamente para a redução da poluição difusa com origem em fossas sépticas.

A realocação e reordenamento das actividades industriais propostas contribuem igualmente para a resolução do passivo ambiental existente, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental nestas áreas, nomeadamente no que diz respeito à poluição do solo e das águas. A orientação no sentido dos PMOT assegurarem o incremento da oferta de espaços verdes e de outros espaços de fruição e lazer, permitirá positivamente para uma melhoria da qualidade do ambiente urbano nos aglomerados populacionais da Região. A orientação de adopção de medidas conducentes ao incentivo da mobilidade ligeira nas áreas residenciais contribuirá igualmente para uma maior adesão aos modos suaves de mobilidade e para uma melhoria da qualidade ambiental nestas zonas.

A orientação de qualificação dos sistemas ambientais dos pequenos aglomerados populacionais (B.3), contribuirá para uma melhoria das taxas de cobertura em matéria de saneamento básico, o que reforçará as condições de atractividade populacional destas áreas. A contenção da fragmentação do território nas zonas rurais da AML, nomeadamente na Península de Setúbal, contribuirá positivamente para a redução dos

custos de infra-estruturação em matéria de sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais.

A intenção de identificar e realocar ou legalizar as edificações existentes não licenciadas em espaço rural, onde funcionam actividades industriais e agro-pecuárias (especialmente importante em concelhos como Alcochete, Montijo, Palmela e Mafra) terá reflexos positivos ao nível da prevenção e controle de poluição, com melhoria potencial na qualidade ambiental destas áreas.

A sujeição das operações de construção e reconstrução à necessidade de recorrerem a sistemas independentes e ambientalmente sustentáveis, onde não existam redes de drenagem previamente construídas, constitui uma oportunidade com reflexos positivos na redução da poluição difusa e na sustentabilidade e qualidade dos sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais em áreas rurais de baixa densidade populacional.

A interdição de construção de novas edificações nas áreas de várzea e de lezíria, bem como nas áreas de aproveitamento hidroagrícola, contribuirão para a manutenção do seu papel na drenagem, e amortecimento de cheias e para uma menor vulnerabilidade à ocorrência de cheias e inundações e à afectação da segurança de pessoas e bens nessas situações.

A articulação de políticas, planeamento e gestão, propostas no domínio do sistema de transportes (B.4), nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de planos locais de mobilidade e a orientação de desenvolvimento de legislação que promova a articulação entre políticas de transporte e ordenamento do território, poderão contribuir para uma maior eficiência energético-ambiental do sistema, o que terá reflexos positivos ao nível da qualidade do ar e ruído. O fecho da malha rodoviária regional poderá contribuir igualmente para melhorias na qualidade do ar de alguns aglomerados, devido à diminuição expectável do trânsito de atravessamento norte-sul, que actualmente se verifica nestas localidades. No entanto, o investimento previsto na TTT, com a introdução numa 2ª fase do projecto do modo rodoviário, poderá contribuir para a manutenção da predominância modal do TI sobre o TP, o que juntamente com as intervenções adicionais previstas em matéria de rodovias⁶² poderá conduzir a reflexos negativos em matéria de qualidade do ar. De salientar que a aposta no investimento em modos suaves de mobilidade preconizado pelo Plano no âmbito deste Domínio configura uma melhoria potencial da qualidade do ambiente urbano, com reflexos positivos na qualidade do ar dos aglomerados da Região.

⁶² ER 11-2 – Barreiro – Moita; prolongamento do IC21 a Sesimbra; IC 32 – Funchalinho – Coia; IC11 – Carregado/ Pêro Negro; etc.

A aposta na Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza (LA C) apresenta diversas oportunidades na sua operacionalização, no que diz respeito à Qualidade Ambiental e Riscos, nomeadamente ao apostar na garantia de funcionamento da Rede Ecológica e do sistema hídrico, frente litoral e frentes estuarinas (C.1 e C.2), o que poderá significar uma melhoria das funções de suporte dos ecossistemas naturais, com reflexos positivos ao nível da manutenção da qualidade ambiental regional e da redução dos riscos naturais (nomeadamente em termos de diminuição da vulnerabilidade a cheias e inundações).

Especialmente importante do ponto de vista deste critério apresenta-se a orientação de garantir que os territórios da REM integrem usos e ocupações que privilegiem as funções ecológicas e a sustentabilidade ambiental do sistema urbano. A tónica colocada na consideração dos impactes dos planos, programas e projectos sobre a REM, constitui igualmente uma oportunidade de minimização dos riscos ambientais que decorrem da degradação dos valores e funcionalidade ecológica, nomeadamente em termos de qualidade da água e solo.

No que diz respeito à C.2 verifica-se uma aposta na promoção do controlo e tratamento das águas residuais urbanas, industriais e pluviais o que constitui uma oportunidade em termos da melhoria do estado dos recursos hídricos superficiais e que vai igualmente ter um contributo positivo na redução potencial da contaminação dos aquíferos. Igualmente relevante do ponto de vista da qualidade ambiental são as orientações conducentes à identificação, prevenção da degradação do solo e reabilitação dos solos contaminados ou degradados, que irão ter igualmente reflexos positivos em termos de qualidade da água e de saúde humana. O Modelo Territorial proposto ao apostar no uso sustentável das bacias hidrográficas, na requalificação e valorização das frentes ribeirinhas e no assegurar das condições de escoamento das linhas de água, configura oportunidades ao nível de uma melhor gestão dos riscos naturais em meio urbano, ao reduzir os problemas decorrentes da impermeabilização do solo, do agravamento de cheias, do aumento da erosão e do transporte de sedimentos para os cursos de água.

Relativamente aos estuários e orlas estuarinas as orientações expressas no Modelo Territorial ao apontarem para a valorização e complementaridade dos usos associados aos estuários e frentes estuarinas, nomeadamente através da aposta na recuperação ambiental e reconversão funcional das suas margens, perspectivam uma oportunidade em termos de melhoria da qualidade ambiental no estuário e na sua envolvente.

No que se refere ao domínio C.2 de salientar ainda como oportunidade a aposta na utilização sustentável dos recursos hídricos subterrâneos, evitando situações de sobre-exploração. De salientar neste contexto a importância de manter futuramente na UT8 – Área Central da Península de Setúbal as orientações de promoção de um Esquema de

Ordenamento que garanta a estruturação integrada deste território assegurando a recuperação de áreas com ecossistemas mais sensíveis, deixando livre de ocupação edificada áreas significativas importantes para a preservação do aquífero. Revela-se igualmente importante do ponto de vista estratégico o acautelamento feito na UT7 – Arco Ribeirinho Sul de salvaguarda dos habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas, de grande importância para a manutenção do funcionamento e produtividade do ecossistema estuarino e que configuram consequências importantes em termos da manutenção da qualidade das águas do Estuário do Tejo.

O PROT aposta na conservação dos cursos de água e zonas húmidas, através da promoção do uso sustentável do solo na bacia hidrográfica (C.2.2.), mediante a criação de programas de requalificação e valorização das frentes ribeirinhas, da garantia de condições de escoamento das linhas de água, promoção da utilização de técnicas de bioengenharia na recuperação de leitos e margens, etc. o que configura uma oportunidade de prevenção dos problemas decorrentes da impermeabilização do solo, garantindo a salvaguarda de pessoas e bens e a manutenção das condições necessárias à conservação dos valores naturais e da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos. De salientar ainda, neste contexto, a existência de directrizes específicas conducentes à promoção de projectos intermunicipais que visem a consolidação das funções ecológicas essenciais dos vales fluviais.

No que se refere à protecção do litoral (C.2.5) o Plano assume algumas orientações que configuram oportunidades na óptica deste critério, no que diz respeito nomeadamente à garantia de uma elevada qualidade urbanística e ambiental na ocupação urbana na zona costeira. A existência de um conjunto de orientações e normas⁶³ que garantem a protecção da qualidade ambiental, a minimização dos riscos naturais relacionados com a erosão costeira e com o aumento dos fenómenos climáticos extremos, configuram uma oportunidade de eliminação de situações de risco natural que podem afectar a estabilidade geológica das zonas costeiras e a qualidade ambiental destas áreas, nomeadamente em termos de recursos hídricos subterrâneos. No que diz respeito ainda ao DPH verifica-se a inexistência de orientações explícitas que promovam o reordenamento e a realocação de usos agrícolas conflituosos com estas áreas, o que poderá representar um risco potencial de afectação da qualidade da água nestas zonas e de potenciação de fenómenos de erosão hídrica do solo.

⁶³ Integração nos processos de planeamento da ponderação dos valores, recursos e riscos naturais nas áreas do litoral; interdição de novas edificações fora dos aglomerados urbanos; interdição na zona costeira entre a orla costeira e os 2km da criação de novos aglomerados urbanos; interdição de novas construções em áreas de risco ou vulneráveis a fenómenos de erosão costeira; realocação programada das ocupações indevidas em áreas de Domínio Público Hídrico (DPH) e áreas de risco.

De assinalar a oportunidade de um conjunto de orientações, expressas pela C.3, com reflexos positivos na melhoria da qualidade da água por redução da contaminação por nitratos e pesticidas e redução da poluição de solos⁶⁴. A orientação de redução dos povoamentos florestais com espécies de crescimento rápido, o fomento da plantação de sobreiro e pinheiro manso e a orientação para utilização de espécies mais adaptadas ao ambiente mediterrâneo, poderão contribuir para uma melhor conservação dos recursos hídricos.

Verifica-se contudo que a aposta, ao nível dos sistemas de produção vegetal, na instalação de estufas com elevado investimento por unidade de área, poderá representar um risco para a qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à erosão do solo e contaminação deste recurso por fertilizantes e pesticidas. A existência de orientações explícitas no sentido de se garantir o acautelamento da recolha e triagem de plásticos da agricultura representa uma oportunidade em termos de gestão de resíduos.

De referir que a aposta na produção aquícola em estuários, caso não sejam acauteladas a adopção de boas práticas ambientais na gestão desta actividade e a definição de normas restritas de protecção da qualidade da água, que estejam revertidas em sede de licenciamento, poderão configurar um risco de afectação da qualidade ambiental destes ecossistemas.

A definição de condições e parâmetros de exploração de recursos geológicos permitirá minimizar impactes ambientais da exploração e melhorar a qualidade ambiental, nomeadamente pela redução da intensidade de tráfego, ruído, poeiras e depósitos de escomboreiras, decorrentes deste tipo de actividade. A orientação de recuperação ambiental e paisagística e reconversão do uso do solo para pedreiras, configura igualmente uma oportunidade em termos de recuperação de áreas de passivo ambiental originadas por este sector na AML, nomeadamente no que se refere à UT3A (Sintra/Terrugem/Pêro Pinheiro/Sabugo) e a UT9 (Arrábida-Espichel/Matas de Sesimbra).

De notar a ausência de referência ao potencial de sequestro de CO₂ a nível regional, o que configura um risco de não aproveitamento da função de sumidouro dos espaços florestais regionais. A ausência de uma orientação de estabelecimento de critérios ambientais e energéticos no licenciamento de projectos configura um risco de não incentivo à adopção de boas práticas ambientais por parte das actividades económicas, podendo reflectir-se negativamente na qualidade ambiental.

⁶⁴ Promoção de modos de produção ambientalmente sustentáveis; definição de condições a respeitar na localização de actividades agro-pecuárias e realocização de unidades em conflito; requalificação dos territórios com elevada carga pecuária intensiva, etc.

No que diz respeito à gestão dos riscos naturais e tecnológicos (C.4), o Modelo Territorial proposto configura várias oportunidades nesta temática, que se concretizam pela orientação de identificação e delimitação de zonas perigosas⁶⁵ e por orientações no sentido de garantir que os PMOT contemplem restrições⁶⁶ e regulamentos para a edificação em áreas de risco bem como pela promoção do estudo da implementação de mecanismos de certificação de segurança de imóveis face aos riscos naturais, tecnológicos e ambientais.

As problemáticas associadas ao previsível aumento do nível médio do mar, de acordo com os cenários do IPCC, seu impacte territorial (e.g., identificação e medidas de gestão para áreas potencialmente afectada) encontra-se ausente desta Linha, o que constitui um risco em termos de gestão dos riscos naturais decorrentes das alterações climáticas. De salientar neste domínio a introdução de uma directriz específica (C2.5.14) com vista à identificação de áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista do nível médio das águas do mar e definição de medidas adequadas de adaptação, medida que contudo, se revela insuficiente, face à prioridade que o tema deve merecer. As orientações de autorização de construção de imóveis em zonas inundáveis não atribuem responsabilidades a quem constrói em caso da ocorrência de danos materiais, configurando um risco de atribuição de responsabilidades legais ao Estado, por uma situação em que o proprietário deve ser o único responsável.

De salientar igualmente a ausência de directrizes específicas relativamente à prevenção de acidentes graves nomeadamente no que diz respeito à definição de boas práticas que permitam minimizar o risco nas zonas envolventes de estabelecimentos abrangidos e potenciar a localização futura de novos estabelecimentos. Destaca-se em particular a não adopção de orientações concretas relativamente à garantia de afastamento de novas actividades sensíveis em relação a estabelecimentos Seveso.

O investimento na sustentabilidade energética (C.5), ao definir orientações de gestão eficiente da procura eléctrica, de incentivo à autoprodução energética e de exploração do potencial endógeno renovável, poderá configurar uma redução dos consumos e emissões correspondentes a partir das grandes térmicas com impacte na qualidade do ar à escala regional, o mesmo se verificando ao nível dos investimentos previstos para o aproveitamento de FER. A orientação de promoção da construção sustentável poderá representar oportunidades de melhorias indirectas em termos de qualidade do ar

⁶⁵ Delimitação e cartografia de áreas sujeitas a inundação; zonamento da susceptibilidade sísmica; identificação de zonas de estabilidade de vertentes; identificação e cartografia de estabelecimentos industriais perigosos, locais de manuseamento e armazenagem de substâncias perigosas, gasodutos e oleodutos; inventariação de locais contaminados ou sujeitos a contaminação.

⁶⁶ Interdição de equipamentos nas áreas inundáveis por cheias rápidas e progressivas, áreas inundáveis por tsunami; interdição de construção de novas edificações em leito de cheio em áreas urbanas consolidadas, etc.

ambiente (por redução da pegada carbónica dos materiais utilizados), uso eficiente da água, diminuição da exposição a substâncias perigosas em termos de qualidade do ar interior com reflexos positivos ao nível da saúde ambiental. No entanto, salienta-se que esta orientação encontra-se pouco explícita e pouco desenvolvida, o que pode configurar um risco de aumento da pegada carbónica do parque habitacional da AML.

A orientação de valorização energética local de biomassa expressa na C.5, poderá ter um contributo positivo para a redução de emissões regionais de GEE.

O desenvolvimento de soluções potenciadoras de uma mobilidade sustentável, congregados no C.6⁶⁷, configura um conjunto significativo de oportunidades em termos de redução da intensidade energética nos transportes com reflexos positivos na qualidade do ar e na redução da exposição a substâncias perigosas. Este domínio de acção permite perspectivar o cumprimento dos PPar na Região ao preverem diversos estudos sobre a introdução de uma Zona de Emissões reduzidas (ZER) na cidade de Lisboa, introdução de portagens urbanas e ou negociação de portagens variáveis nos eixos de penetração de Lisboa. Estas acções permitem igualmente contribuir para o cumprimento de diversos Planos e Programas com relevância para o cumprimento das metas em matéria de alterações climáticas (PNAC e Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética). O fomento de soluções intermédias de transporte, ao gerar alternativas à utilização do TI, contribuirá para uma utilização mais racional do TI, com melhoria das taxas de ocupação, o que conduzirá a reduções de emissões por passageiro/km, de magnitude variável consoante o sucesso destas soluções. A promoção de pólos de atracção em núcleos urbanos existentes, bem servidos de TP, promoverá uma redução das necessidades de deslocação em TI, tendo igualmente um contributo positivo para uma melhoria da qualidade do ar.

No que diz respeito à C.7, configura uma oportunidade na óptica deste critério a determinação da obrigatoriedade de realização de projectos e implementação de infraestruturas em áreas de desenvolvimento fora das áreas já dotadas de infraestruturas com base nas definições das medidas de protecção e conservação dos recursos naturais.

Ainda no que diz respeito a este domínio verifica-se que as orientações relativas à redução da quantidade e perigosidade dos resíduos produzidos contribuem positivamente para a adopção de padrões de consumo e produção sustentável. A orientação de redução de quantidade de água captada e de reutilização de águas residuais tratadas contribuem para a gestão sustentável da água à escala regional e para o cumprimento das metas

⁶⁷ Restrições ao uso do TI; adopção de soluções intermédias de transportes; incentivo e apoio a aquisição e renovação de frotas; implementação de novas tecnologias e sistemas inteligentes de transportes.

estabelecidas pelo Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, pelo que constituem igualmente uma oportunidade na óptica deste critério.

De referir igualmente as orientações expressas no Modelo Territorial relativamente à articulação das opções de planeamento municipal com a avaliação e implementação de acções de correcção das características da componente acústica do ambiente, o que constitui uma oportunidade de melhoria da qualidade do ambiente sonoro, especialmente em meio urbano.

O Domínio Coesão Social e Qualificação apresenta na perspectiva deste critério de avaliação oportunidades relacionadas com a diminuição da pegada carbónica do parque habitacional da AML, motivada pelas orientações do Modelo relacionadas com a reabilitação dos parques habitacionais públicos e privados.

A LA relativa à intensificação dos processos de inclusão social, ao definir como aposta o estímulo à vida de proximidade (D.2) configura uma redução tendencial das necessidades de transporte, o que conjuntamente com o investimento sustentado nos modos suaves de mobilidade, trará reflexos positivos ao nível dos índices de qualidade do ar. A melhoria (D.4) da qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados, nomeadamente através da valorização da figura dos PP, padrões de qualidade dos edifícios e a consideração da conservação da biodiversidade como um dos elementos a atender na estruturação e gestão das redes de espaços verdes urbanos, terão reflexos positivos ao nível da qualidade ambiental geral e concretamente em termos de qualidade do ar ambiente, qualidade do ar interior e ruído, e exposição a substâncias perigosas. A qualificação urbana dos centros históricos e cívicos da AML, nomeadamente através da qualificação urbanística e ambiental, desenvolvendo projectos de qualificação do espaço público com ordenamento do estacionamento e incentivo à mobilidade pedonal e ciclável, induzirão igualmente melhorias potenciais nos índices de qualidade do ar e níveis de ruído.

Não se assinalam quaisquer riscos significativos para o critério Qualidade Ambiental e Riscos ao nível da LA D.

O **Quadro 52** apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.

Quadro 52 – Avaliação do FCD#4 por domínio de intervenção

Critérios de avaliação	Estruturação e coesão territorial	Revitalização urbana	Qualidade ambiental e riscos
Domínios			
A. Conectividade, competitividade e cosmopolitismo	↗	↗	↗↘
B. Polinucleação e compactação	↗↘	↗↘	↗
C. Sustentabilidade e sintonia com a natureza	↗↘	↗	↗↘
D. Coesão social e qualificação	↗	↗↘	↗

Legenda:

- ↑ Oportunidades significativas
- ↗ Oportunidades
- ↓ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.4.3 Directrizes para seguimento

Apresenta-se no **Quadro 53** as directrizes de seguimento para o FCD Estruturação e Requalificação Territorial, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 53 – Directrizes para seguimento para o FCD#4

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

Directrizes para planeamento e gestão

Garantir que nos casos em que se coloque a necessidade de redução da dimensão mínima da propriedade de 4 hectares para efeito de edificação, pois tal decisão deve ser previamente justificada através de uma análise integrada de planeamento e avaliação ambiental no seu contexto específico, atendendo aos antecedentes e aos objectivos globais para a área.

Assegurar o cumprimento estrito das normas e directrizes relativas ao modelo de ocupação territorial na área de intervenção e envolvente do NAL, das plataformas logísticas e em redor das estações da linha AVF

Assegurar uma estratégia de desenvolvimento territorial específico para a área de influência do NAL, AVF e TTT, garantindo a não utilização destas áreas para fins especulativos

Assegurar que a redefinição dos perímetros urbanos assentam em critérios programáticos explícitos (que se baseiem por exemplo na capacidade de carga e no funcionamento de redes: energética, transportes, saneamento, etc.)

Assegurar a consolidação das áreas urbanas, evitando novas expansões sem que estejam optimizadas as edificações existentes e não ocupadas (edifícios patrimoniais e industriais sem utilização e fogos vagos) para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e serviços

Garantir o reforço de serviços e actividades económicas, a consolidação, infra-estruturação e dotação de equipamentos de proximidade em áreas suburbanas, particularmente nas novas centralidades

Promover e incentivar as novas tendências associadas à gentrificação e aos novos estilos de vida, que determinam novas procuras designadamente em centros históricos, promovendo a reabilitação e revitalização dessas áreas

Promover a ocupação e requalificação de novas áreas urbanas onde predominem fogos vagos

Definir critérios de prioridade para as acções de reabilitação urbana

Promover a requalificação urbana através da criação de incentivos para a realização de processos urbanísticos de qualidade

Garantir a restrição da ocupação edificada dos solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana, possibilitando apenas a construção de pequenos edifícios de apoio a actividades de recreio e lazer

Assegurar a permeabilidade do território e a adopção de medidas de adaptação territorial de acordo com estratégias municipais de adaptação das vulnerabilidades territoriais às alterações climáticas, em sintonia com a respectiva estratégia regional

Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental, nomeadamente através de uma oferta diferenciada e complementar, enquadrada paisagisticamente com o meio

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

rural envolvente

Evitar a construção de tipologias plurifamiliares nos aglomerados rurais, bem como de NDT que alterem o modelo territorial rural, assegurando a durabilidade da identidade dos espaços rurais da AML

Promover a multifuncionalidade da actividade agro-florestal, orientada para a promoção da economia rural e para a diversidade de actividades, benefícios e agentes, promovendo a figura de empresário rural

Assegurar a reconversão de todas as áreas fragmentadas de ocupação ilegal e áreas degradadas já existentes, garantindo que não surgem novas áreas de ocupação ilegal

Promover a identificação das edificações existentes onde funcionam actividades económicas não licenciadas ou aquelas localizadas em zonas incompatíveis com os usos predominantes

Promover a melhoria da qualidade do ar regional através da implementação de medidas de redução das emissões poluentes provenientes de fontes móveis (e.g. restrição ao uso de TI, reconversão de frotas de TP, incentivo ao uso de modos suaves de mobilidade e adopção de soluções inovadoras de transportes);

Garantir que na renovação de frotas de TP na AML e na implementação de TSCP sejam adoptadas as tecnologias ambiental e energeticamente mais eficientes.

No planeamento, concepção, construção e operação do NAL garantir a adopção das melhores práticas disponíveis em matéria de minimização e compensação dos impactes desta infra-estrutura no ambiente, nomeadamente no que diz respeito à manutenção da qualidade e produtividade do aquífero da margem esquerda do Tejo.

Garantir a adopção de medidas de restrição/ condicionamento do tráfego pesado de mercadorias nas áreas envolventes ao NAL, dotadas de maior sensibilidade ecológica, de modo a minimizar os riscos de afectação da qualidade do ar e da água e de perturbação da biodiversidade nestas áreas.

Reforçar as medidas de minimização de impacte ambiental em sede de AIA de novas infraestruturas rodoviárias na AML de modo a acautelar o aumento cumulativo da fragmentação de habitats, afectação da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído decorrentes do investimento rodoviário previsto.

Definir directrizes de contenção da expansão urbana específicas para as UT da Península de Setúbal que acautelem a manutenção da qualidade ambiental nestes territórios.

Garantir, em sede de POE, a adopção de critérios exigentes de operação em matéria de qualidade ambiental, por parte de portos e marinas, empresas de animação turística e utilizadores de embarcações de recreio, de modo a acautelar a manutenção da qualidade da água dos estuários do Tejo e Sado.

Garantir em sede de POE e licenciamento a adopção de critérios exigentes de preservação da qualidade da água por parte das aquiculturas existentes e a instalar.

Garantir em sede de POE e licenciamento a adopção de critérios exigentes de preservação da qualidade da água por parte dos operadores de TMCD no Estuário do Tejo

Promover a delimitação das unidades industriais perigosas bem como as respectivas distâncias de segurança e eventuais condicionalismos em termos de usos do solo relevantes à escala.

Identificar as zonas de passivo ambiental da região, introduzindo medidas de requalificação dessas zonas, incluindo a desactivação de actividades poluentes de baixo valor acrescentado, a descontaminação de solos ou a exigência de up-grade ambiental de actividades com elevado valor acrescentado

Reforçar a escala de actuação inter-municipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adopção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de estratégias de sustentabilidade à

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

escala local.

Estabelecer ao nível dos PMOT orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade das redes de saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação

Assegurar que o acolhimento de novas actividades económicas é suportado por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU capazes de assegurar a totalidade dos resíduos produzidos

Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores ou áreas de valorização paisagística

Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais, assegurando a internalização dos custos ambientais, bem como a adopção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento industrial

Assegurar a viabilidade ambiental das novas infra-estruturas de internacionalização, nomeadamente ao nível dos seus impactes ambientais cumulativos (e.g. eixos logísticos)

Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adopção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico

Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade do ambiente

Garantir em sede de PMOT a possibilidade de realocação programada de ocupações indevidas do DPH

Promover o desenvolvimento de sistemas de alerta contra cheias

Promover a valorização económica e social dos serviços de sequestro de CO₂ das áreas florestais da AML.

Promover a identificação e delimitação dos locais onde existem problemas graves em termos da diminuição do teor em matéria orgânica e salinização dos solos.

Promover a definição e implementação de uma estratégia regional para a utilização de água residual tratada outros fins que não o consumo humano

Directrizes para monitorização

Monitorizar nos casos em que se coloque a necessidade de redução da dimensão mínima da propriedade de 4 hectares para efeito de edificação, pois tal decisão deve ser previamente justificada através de uma análise integrada de planeamento e avaliação ambiental no seu contexto específico, atendendo aos antecedentes e aos objectivos globais para a área.

Monitorizar a variação das áreas edificadas compactas e áreas edificadas fragmentadas, bem como a variação dos alojamentos familiares não clássicos e as operações de reabilitação urbana em áreas de ocupação ilegal existentes e áreas industriais desactivadas

Monitorizar o processo de reconversão das AUGI e os benefícios ambientais e sociais decorrentes

Monitorizar a eficácia de Programas Locais de Habitação para todos os municípios da AML que identifiquem as necessidades habitacionais

Monitorizar os projectos de reabilitação de parque edificado existente

Monitorizar a ocupação de solos afectos à Estrutura Ecológica Urbana e a satisfação de níveis de conforto e de sustentabilidade urbana, nomeadamente através de soluções de vizinhança e de proximidade, bem como pela

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

integração nas operações urbanísticas.

Monitorar os efeitos de implantação do NAL, AVF e TTT no sistema urbano existente e futuro nomeadamente ao nível de estratégias de polinucleação e contenção da dispersão urbana e do controlo da fragmentação e expansão urbana.

Monitorizar o desenvolvimento das plataformas logísticas e a evolução urbana do espaço envolvente, numa perspectiva de articulação, consolidação e concertação em torno das centralidades existentes.

Monitorizar a pressão urbanística sobre os espaços com aptidão agro-florestal e espaços edificados ao longo da faixa costeira.

Monitorizar a definição de estratégias integradas de desenvolvimento turístico de Lisboa capital, do eixo Estoril/Cascais e da região de Sintra e de outras áreas de vocação turística na Península de Setúbal

Monitorizar os efeitos das estratégias de contenção da dispersão urbana na região e controlar a extensão e dispersão de novas ocupações em espaço urbano e rural.

Monitorizar a capacidade de carga turística nas Áreas de Vocação Turística (AVT) definidas localmente

Monitorizar as iniciativas turísticas em meio rural relativamente à sua viabilidade económica, ambiental e de enquadramento paisagístico com o meio rural envolvente

Monitorizar a identificação de áreas edificadas e ecossistemas que possam estar em risco face à ocorrência de fenómenos climáticos extremos, em particular relacionados com a ocorrência de cheias e com a subida no nível médio das águas do mar

Monitorizar, e manter actualizados, as principais fontes de poluição da Região e as situações de contaminação ambiental passivas

Monitorizar as ocorrências extremas em termos climáticos e os níveis de afectação

Reforçar a rede regional de monitorização da qualidade do ar e proceder à reavaliação da sua configuração assegurando a monitorização efectiva dos impactes dos novos projectos estruturantes (NAL, TTT e AVF) na qualidade do ar regional.

Reforçar a recolha e monitorização, à escala regional e sub-regional, dos indicadores referentes a evolução da gestão de infra-estruturas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais; investimento na gestão integrada da água; investimento na gestão integrada de riscos; investimento na recuperação dos passivos ambientais e gestão de resíduos

Promover a identificação de áreas com solos potencialmente contaminados e a realização de estudos de monitorização ambiental destas áreas.

Estudar a implementação de uma rede de monitorização da qualidade físico-química e biológica da água dos estuários do Tejo e do Sado de modo a assegurar a monitorização ambiental destas áreas.

Melhorar a recolha e monitorização, à escala regional e sub-regional, dos indicadores referentes à Gestão dos Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente:

-N.º de estruturas expostas ao efeito da onda de inundação

-N.º de pessoas vulneráveis a deslizamento de vertentes

-N.º de acidentes com transportes de matérias perigosas

-N.º médio de transportes/ano (rodoviário e ferroviário), por tipo de matéria perigosa

-Número de ocorrências de incêndio industrial

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

- Área ocupada por indústrias em zonas habitacionais
 - Número de simulacros e exercícios efectuados aos Planos de Emergência
 - Extensão de leitos sujeitos a limpeza
 - Perdas patrimoniais originadas por cheias
 - Investimento em regularização de leitos
 - Investimento em estruturas de mitigação de cheias
 - Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho.
 - Área condicionada pela presença destes estabelecimentos (distâncias de segurança preliminares ou pela aplicação dos critérios para a determinação destas distâncias).
- Densidade populacional nas áreas condicionadas.
- Inclusão de indicadores que permitam avaliar a eficácia da implementação dos planos, nomeadamente : - Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho.
- Área condicionada pela presença destes estabelecimentos (distâncias de segurança preliminares ou pela aplicação dos critérios para a determinação destas distâncias).
 - Densidade populacional nas áreas condicionadas.

Directrizes de governança

CCDR-LVT	<p>Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento no âmbito das orientações regionais para o desenvolvimento rural (Câmaras Municipais, CCDR confinantes, DGOTDU, etc.)</p> <p>Incentivar a aplicação de modelos de ordenamento específicos para o solo rural que contrariem os níveis de abandono populacional e o enfraquecimento produtivo deste tipo de espaços.</p> <p>Estabelecer um modelo policêntrico de desenvolvimento regional, incorporando e compatibilizando as políticas e dinâmicas sectoriais com incidência no ordenamento no território da região</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas regionais de OT e monitorizar o seu cumprimento ao nível municipal, nomeadamente ao nível das estratégias de contenção da dispersão urbana.</p> <p>Realizar uma Estratégia Regional de adaptação territorial às alterações climáticas para a AML</p> <p>Desenvolver critérios de expansão/contenção dos perímetros urbanos tendo em conta a valorização de recursos específicos e o reforço das âncoras de desenvolvimento territorial da Região</p> <p>Garantir a melhoria da rede regional de monitorização da qualidade do ar e assegurar a sua divulgação na internet para acesso pelas câmaras municipais e populações</p> <p>Incentivar a adopção de estratégias de sustentabilidade por parte dos municípios da AML</p> <p>Garantir a realização de estudos sobre o passivo ambiental da região e assegurar o desenvolvimento e execução de um Programa com vista</p>
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL	
	<p>à sua requalificação ambiental.</p> <p>Incentivar o relato e comunicação do estado do ambiente e da sustentabilidade por parte dos municípios da AML e garantir a sua articulação com o REA e SIDS.</p> <p>Elaborar um REA regional que agregue e comunique os resultados da monitorização realizada a nível local.</p>
Câmaras municipais	<p>Monitorizar a evolução do consumo e gestão sustentável dos recursos naturais, culturais e económicos da Região em colaboração com as Câmaras Municipais e organismos sectoriais da Administração Pública com responsabilidades estratégicas ao nível da gestão dos diferentes recursos (DRRF, DRAP, ICNB, DGT, ARH, IGESPAR, IMTT, DRE, etc.).</p> <p>Fomentar e apoiar os processos de participação pública e sensibilizar a população para as mais-valias das áreas rurais</p> <p>Realizar uma estratégia municipal de adaptação territorial às alterações climáticas para a AML</p> <p>Articular as acções de planeamento e gestão municipal com as estratégias regiões em matéria de OT.</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento do território municipal, nomeadamente ao nível dos modelos de ordenamento aplicados especificamente ao solo rural.</p> <p>Fomentar a cooperação inter-municipal nas questões que interferem com a coesão territorial entre municípios.</p> <p>Colaborar na identificação dos passivos ambientais existentes no seu território</p> <p>Promover o relato e comunicação do estado do ambiente e da sustentabilidade a nível municipal numa base trienal e garantir a sua articulação com o SIDS e REA.</p> <p>Promover campanhas de sensibilização para a manutenção da qualidade ambiental em meio urbano.</p>
Organismos sectoriais da Administração Pública (APA, ARH, INAG, ICNB, DRRF, DRAP, IGESPAR, IMTT, DRE, DGGE)	<p>Fomentar e apoiar as actividades que potenciem o desenvolvimento territorial policêntrico e controlar a dispersão territorial que gera fragmentação.</p> <p>Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços, desenvolvimento e colaboração na monitorização das componentes ambientais relacionadas com as suas áreas de competência</p> <p>Promover parcerias estratégicas com outros órgãos da Administração Central e Local e sector privado com vista à promoção da qualidade ambiental da Região</p>
DGOTDU	<p>Incentivar a adopção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, população)</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento do território</p>

FCD#4 ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

	<p>nacional, nomeadamente ao nível das estratégias nacionais de ordenamento para o espaço rural</p> <p>Produzir indicadores de caracterização diferenciados para solo rural e solo urbano</p> <p>Estabelecer critérios e guias de boa prática para a articulação entre as diferentes hierarquias de planeamento ao nível da governança e implementação de IGT</p>
<p>População em geral</p>	<p>Integrar Movimentos ou Associações cívicas de defesa da população, do ambiente e de identidades rurais.</p> <p>Participar nas acções conjuntas entre municípios, incentivando à cooperação institucional e ao estabelecimento de parcerias.</p> <p>Participar nos processos de consulta pública no âmbito das acções estratégicas de planeamento e avaliação ambiental</p> <p>Adoptar práticas eco-eficientes em termos de consumo de energia e de utilização dos recursos territoriais.</p> <p>Contribuir para a promoção da qualidade ambiental e valorização dos recursos naturais através da preservação destes recursos e participação em iniciativas públicas e privadas de conservação, valorização e monitorização dos recursos naturais</p> <p>Contribuir para a sensibilização para a valorização e prevenção de resíduos urbanos, incluindo a promoção de iniciativas de redução e a adopção de boas práticas na separação dos resíduos valorizáveis</p>

5.5 Energia e Alterações Climáticas

5.5.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD: Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis, como factor de competitividade e de sustentabilidade regional, tendo como linha de força principal as iniciativas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Resumo da situação tendencial - No FCD *Energia e Alterações Climáticas*, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

- Valores elevados de consumo de energia eléctrica e baixa eficiência energética.
- Diminuição no consumo de combustível.
- Aumento de emissões de GEE derivado de ineficiência energética, embora com diminuição relativamente ao combustível e resíduos em aterro, que diminuem.
- Valor de emissões de CO₂ *per capita* inferiores às médias europeia e nacional.
- Potencial energético endógeno significativo ao nível solar, das ondas, eólico, de biogás e biomassa florestal e agrícola.

No **Quadro 54** apresenta-se a identificação da relevância do FCD#5 e respectivos critérios por Linhas de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 54 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#5 Energia e alterações climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de fontes de energia renovável	Vulnerabilidade Territorial
A.1	✓	✓		✓
A.2				
A.3	✓	✓	✓	✓
A.4		✓		
A.5	✓	✓	✓	✓
B.1		✓		✓
B.2	✓	✓		✓
B.3	✓	✓		✓
B.4	✓	✓		✓
C.1		✓		✓
C.2				✓
C.3		✓	✓	
C.4				✓
C.5	✓	✓	✓	
C.6	✓	✓	✓	
C.7	✓	✓		✓
D.1	✓		✓	
D.2	✓	✓		
D.3				
D.4	✓		✓	

Eficiência energética

Contrariamente às tendências da União Europeia em que a intensidade energética e, consequentemente, a intensidade carbónica das actividades económicas diminuíram, o consumo energético na Área Metropolitana de Lisboa, entre 2002 e 2006 aumentou significativamente em relação ao crescimento populacional e à evolução do PIB, o que indica uma ineficiência energética crescente.

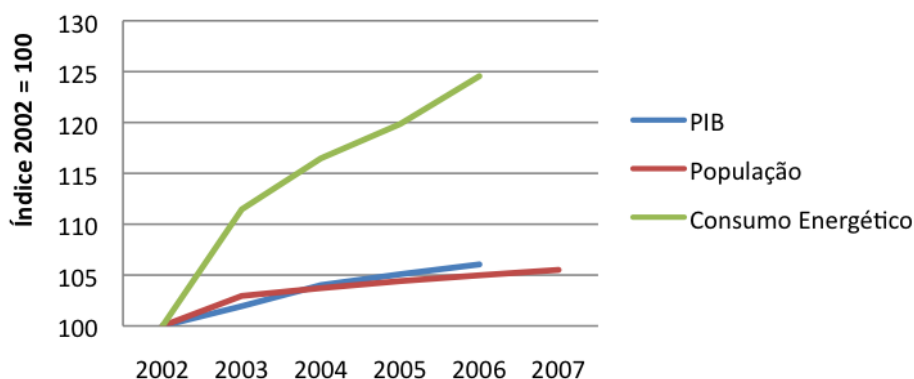


Figura 56 – Evolução do PIB, População e Consumo Energético de 2002 a 2007 na AML

(Fonte: INE 2008)

A Região de Lisboa apresenta valores de **consumo de energia eléctrica** semelhantes às médias nacional e continental, em 2006, para o sector doméstico (2,5 mil kWh), ostentando para a agricultura (10,5 mil kWh) e indústria (211,2 mil kWh) valores bem mais elevados, fruto do peso destes sectores na AML (Quadro 55 – Consumo de energia eléctrica por sector de actividade (milhares de kWh)). O consumo energético aumentou desde 2003 em todos os sectores de actividade, apresentando um aumento dos valores *per capita* de consumo doméstico. Estes consumos não são acompanhados pela evolução do PIB nem tão pouco pela evolução da população (**Figura 56**), o que indicia uma tendência crescente de ineficiência energética.

Quadro 55 – Consumo de energia eléctrica por sector de actividade (milhares de kWh)

	2003				2006			
	Por consumidor			Doméstic o por habitante	Por consumidor			Doméstic o por habitante
	Doméstico	Agricultura	Indústria		Doméstico	Agricultura	Indústria	
Portugal	2,4	5,2	111,5	1,1	2,5	5,6	143,9	1,3
Continente	2,4	5,1	113,2	1,1	2,5	5,6	146,1	1,3
Região de Lisboa	2,3	9,8	168,3	1,1	2,5	10,5	211,2	1,3

(Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região de Lisboa)

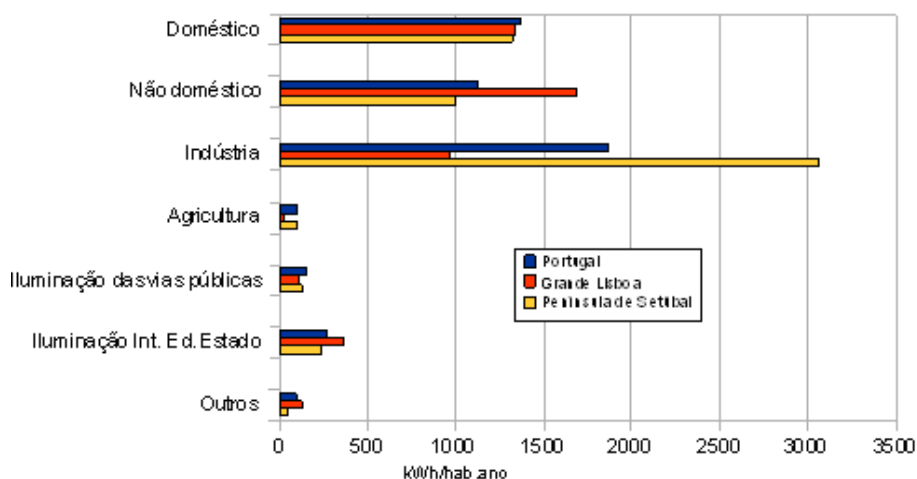


Figura 57 – Utilização de energia eléctrica por sector para o ano 2008 (per capita)

(Fonte: INE 2008, CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Energia – 04/02/2009)

Os valores de **consumo de combustível automóvel por habitante** para a AML evoluíram de forma decrescente, entre 2004 e 2006, acompanhando a tendência a nível nacional (**Figura 58**). Esta redução no consumo prende-se com factores conjunturais associados à crise económica recente, uma vez que, por um lado, as melhorias incrementais de eficiência conseguidas pela indústria automóvel têm vindo a ser contrabalançadas com o aumento de peso, cilindrada e potência do parque automóvel, e por outro, a percentagem de quilómetros percorridos em transportes públicos tem vindo a diminuir, sendo por isso expectável que a tendência de consumo de combustível volte a aumentar assim que a crise económica esteja ultrapassada.

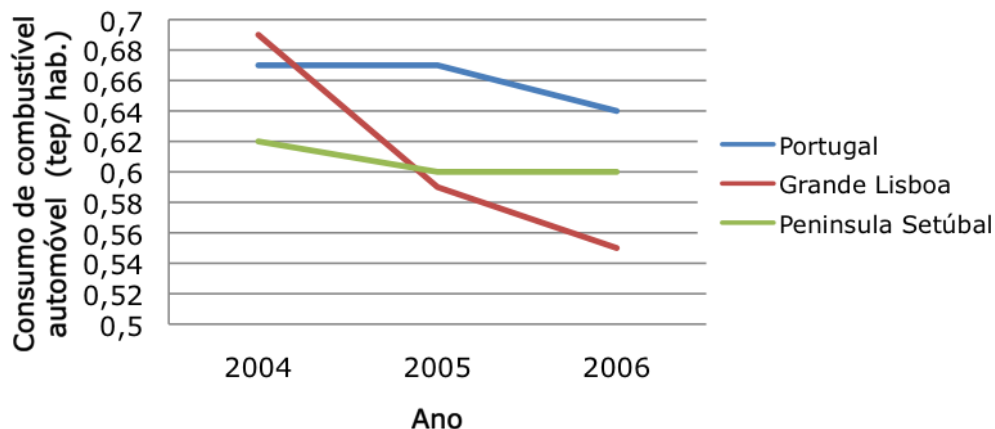


Figura 58 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)

(Fonte: INE 2008)

Por ser uma zona onde o clima é temperado, o **consumo energético para climatização dos edifícios**, deveria ser mais baixo do que nos países do norte da Europa, no entanto e mesmo com gastos superiores, os níveis de conforto térmico são mais baixos, demonstrando a ineficiência do parque edificado.

No que diz respeito à **iluminação pública** (vias e edifícios), constata-se que a utilização de energia eléctrica para este fim tem um peso absoluto significativo, particularmente na Grande Lisboa (**Figura 57**).

Desde 1995 a 2006, o consumo de energia eléctrica para iluminação das vias e edifícios públicos aumentou (**Figura 59**) o que mostra claramente que se caminha para a ineficiência energética nesta matéria. Esta linha de pensamento vai de encontro ao diagnóstico sectorial para a energia (elaborado no âmbito dos trabalhos de alteração do PROTAML), onde se realça a necessidade da implementação progressiva de programas de eficiência energética de iluminação pública à escala municipal.

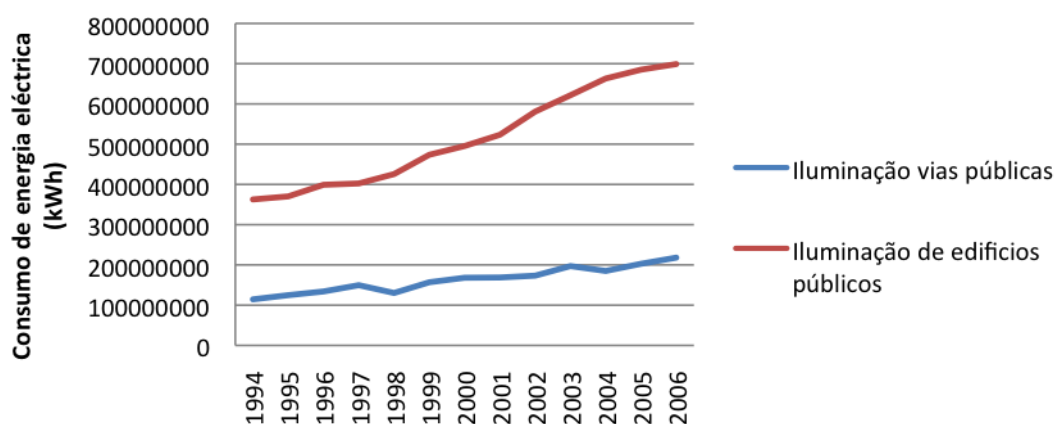


Figura 59 – Consumo de energia eléctrica para iluminação nas vias e edifícios públicos

(Fonte: INE 2008)

Emissões de GEE

Ao nível das **Emissões de Gases com Efeito de Estufa** (GEE), os dados inventariados à escala nacional, nomeadamente no âmbito do PNAC, não se encontram desagregados por regiões, não sendo possível identificar as tendências de evolução destes indicadores (incluindo a capacidade de sequestro de carbono) e, desse modo, avaliar a forma como a AML tem vindo, ou não, a convergir com as directrizes internacionais e nacionais nesta matéria. Em particular, com as orientações do IPCC¹⁷ e do PNAC, mas também com a própria Estratégia de Lisboa 2020, que estabeleceu para este horizonte uma redução de 20% das emissões de GEE no sector dos transportes.

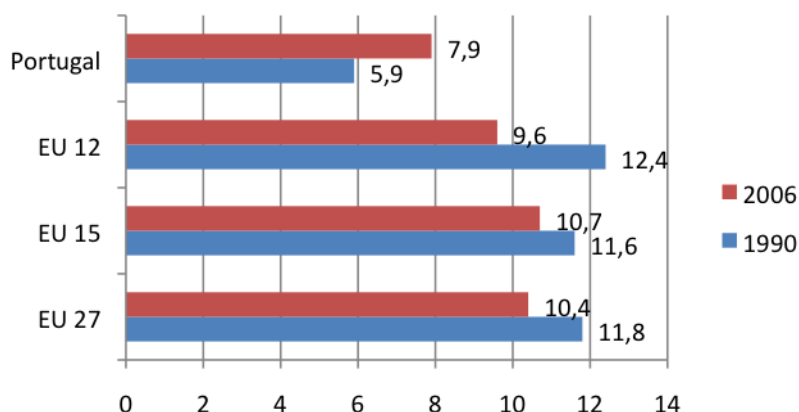


Figura 60 – Emissões de GEE *per capita* na Europa e em Portugal em 1990 e 2006

(Fonte: Relatório "Greenhouse gas emission trends and projections in Europe 2008" EEA, 2008, INE 2008)

¹⁷ Intergovernmental Panel on Climate Change.

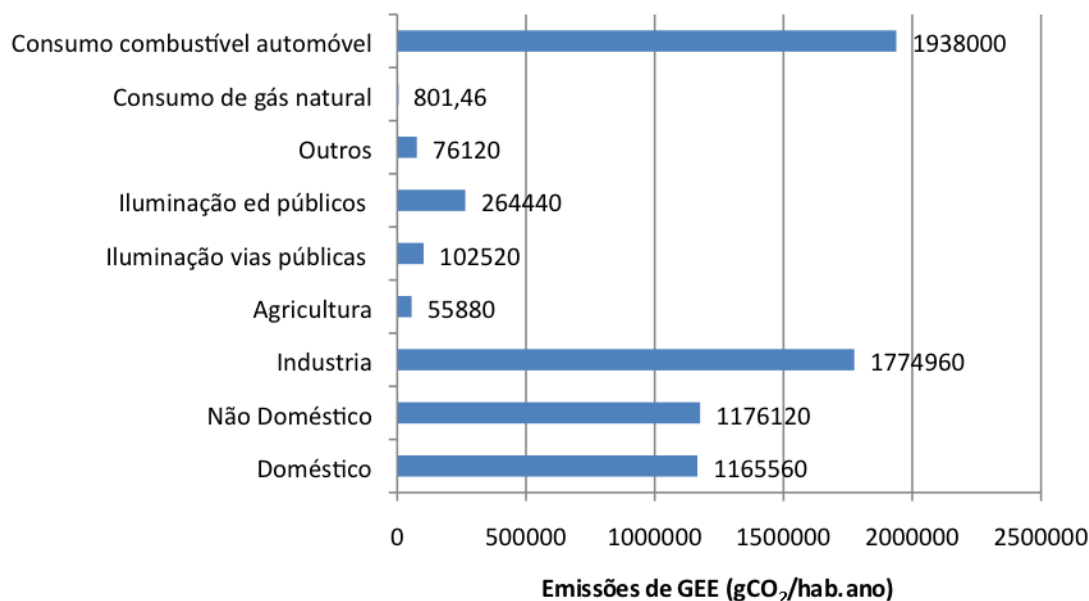


Figura 61 – Emissões de Gases com Efeito de Estufa para o ano 2006 (gCO₂/hab.ano)

(Fonte: Valores calculados a partir de dados de consumo do INE (2008) e factores de emissão (IA, DGEG, 2005))

Na ausência de valores totais de emissões de gases com efeito de estufa, calculou-se um valor aproximado de emissões *per capita*, baseado em valores de consumo nos sectores doméstico, não doméstico, indústria, agricultura, iluminação de vias e edifícios públicos, gás natural, combustível e outros, que ronda as 6,5 toneladas CO₂ equivalente, para o ano de referência de 2006, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (

Figura 61).

A média nacional, segundo a Agência Europeia do Ambiente para o mesmo ano, é de 7,9 toneladas de CO₂ equivalente. No entanto, esta considera as emissões de GEE totais, incluindo o sector dos transportes, não podendo ser feita a comparação relativamente à pegada carbónica por habitante (**Figura 60).**

Tendo em conta que as emissões de gases com efeito de estufa variam proporcionalmente em relação ao consumo de energia e ao consumo de combustível automóvel, pode concluir-se que entre 2003 e 2006 se registaram duas tendências divergentes: por um lado um aumento do consumo de energia eléctrica (**Quadro 55)** e por outro, uma diminuição do consumo de combustível (**Figura 58).**

Relativamente às emissões provenientes da deposição de resíduos em aterro, valores de 2004 e 2005 mostram uma redução na quantidade de resíduos em cerca de 60.000

toneladas, segundo o INE, o que leva a uma diminuição das emissões provenientes deste sector.

Aproveitamento de fontes de energia renovável

O aproveitamento de fontes de energia renovável é fundamental no combate às alterações climáticas e à dependência externa de produção energética, como deixam antever diversos documentos de referência estratégicos, entre os quais a Estratégia Lisboa 2020, que estabelece o aumento da utilização de FER em 20% até 2020 para a região. Na Europa a 27, Portugal é já o 6º país do mundo com maior percentagem de consumo de energia eléctrica com base em FER, a seguir à Noruega, Islândia, Áustria, Suécia e Letónia, graças sobretudo ao potencial hídrico nacional, embora o seu aproveitamento esteja muito dependente das condições climatológicas – como aliás se pode constatar pelas oscilações no consumo anual de FER desde 1990 (**Quadro 56**).

geo/time	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
UE27	4,4	4,5	4,8	5,1	5,1	5,1	5,2	5,4	5,5	5,6	5,8	5,8	5,7	6	6,4	6,7	7,1	7,8
UE15	4,9	5	5,2	5,3	5,3	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,9	5,9	5,8	6,1	6,5	6,7	7,2	8
Portugal	18,7	18,4	15	17,1	17,7	16,2	18,6	17,3	16,1	13,5	15,3	16,1	13,9	16,9	14,7	13,2	17,1	17,6

Quadro 56 – Percentagem de energia a partir de FER no consumo bruto de energia primária

(Fonte: Eurostat)

Analisando os dados ao nível nacional e distrital, constata-se que a produção de energia eléctrica tem aumentado desde 2000, seguindo uma tendência crescente, mesmo com a quebra significativa no ano de 2005 devido às secas sofridas no País e que levaram a uma menor produção de energia de fonte hídrica (**Figura 62**).

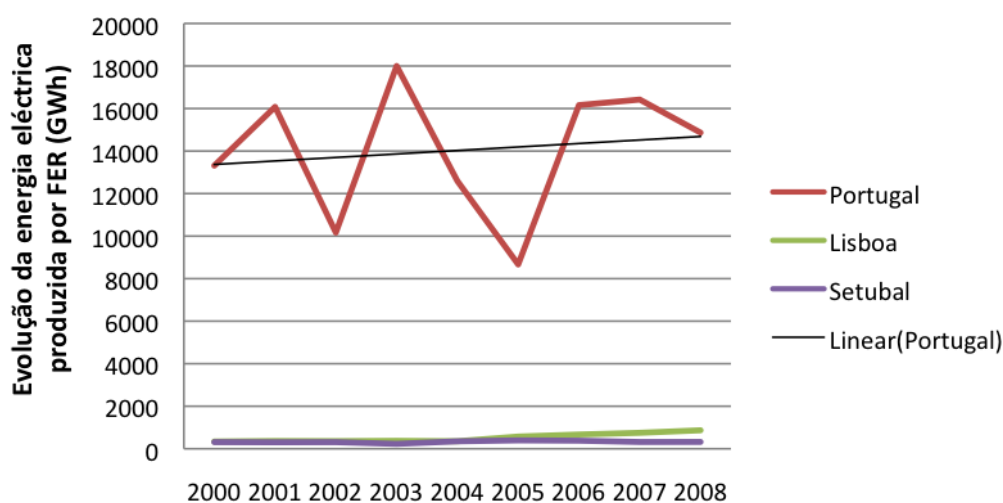


Figura 62 – Evolução histórica da energia eléctrica produzida a partir de FER (GWh)

(Fonte: DGGE: Estatísticas Rápidas, Março 2009)

Pela abundância de recursos naturais, privilegiada localização geográfica, grande potencial energético disponível no que diz respeito ao número médio anual de horas de Sol, ventos dominantes e áreas florestais significativas, constata-se que a AML tem um potencial energético endógeno significativo. Este facto é particularmente visível na energia solar (componente fotovoltaica e térmica), mas também na energia das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e biogás, tal como mencionado no diagnóstico sectorial sobre a energia face às próprias necessidades energéticas (elaborado no âmbito dos trabalhos de alteração do PROTAML).

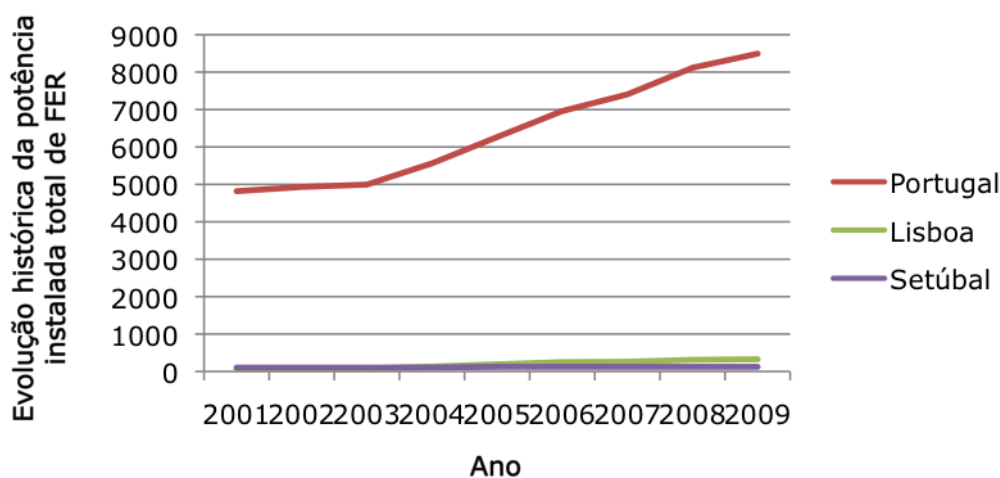


Figura 63 – Evolução histórica da potência instalada total de FER (exclui a energia fotovoltaica) em Portugal e nos distritos de Lisboa e Setúbal de 2000 a 2008

(Fonte: DGGE: Estatísticas Rápidas, Março 2009)

Tendo em conta dados da Direcção Geral de Energia e Geologia, constata-se que desde o ano 2000, a energia produzida a partir de FER e potência instalada têm vindo a aumentar em ambos os distritos, sendo este aumento mais visível em Lisboa do que em Setúbal.

Vulnerabilidade territorial

A redução das consequências potencialmente negativas provenientes dos efeitos dos riscos ambientais está muito relacionada com o nível de conhecimento geomorfológico do território, bem como das suas condições ambientais. Deste modo, é possível assumir acções estratégicas e medidas de ordenamento que limitem ou minimizem os seus custos sociais, ambientais e económicos. É neste âmbito que se pretende analisar a vulnerabilidade aos fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente aqueles que decorrem do aumento expectável do risco de cheia e da ocorrência de períodos de seca, bem como dos riscos relacionados com a orla costeira, no contexto das alterações climáticas.



Figura 64 – Áreas sujeitas a inundações na AML para cheias com período de retorno entre 10 e 100 anos

(Fonte: PROTAML (2001))

Como é possível verificar no cartograma apresentado (**Figura 64**), no território da AML, o concelho que apresenta maior **vulnerabilidade a cheias** é o de Vila Franca de Xira, visto que manifesta maior impermeabilização de áreas susceptíveis a inundações, não se registando zonas de maior risco na Península de Setúbal, com excepção da cidade de Setúbal. A ocorrência de cheias tem consequências conhecidas que vão além dos danos materiais, tais como a interrupção da circulação ferroviária e rodoviária, o alagamento de campos agrícolas e o isolamento de algumas populações, especialmente as ribeirinhas.

Relativamente às cheias rápidas, estas afectam essencialmente as pequenas bacias hidrográficas entre os concelhos de Cascais e Azambuja (e.g. Rio Trancão, Rio Jamor, Ribeira de Barcarena, Ribeira da Laje, Ribeira das Vinhas) e no concelho de Setúbal (Ribeira do Livramento)⁶⁹.

⁶⁹ CCDR-LVT, PROT-AML, Diagnóstico Sectorial Preliminar – Riscos e Protecção Civil –27/01/2009.

As ondas de calor e os períodos de seca, provocados pelas alterações climáticas e combinados com o abandono e a falta de manutenção das florestas, podem criar incêndios cada vez maiores. Com efeito, a **vulnerabilidade a incêndios** na AML não é negligenciável face ao agravamento expectável das ondas de calor e condições de seca, muito embora a região apresente uma susceptibilidade de ocorrência de incêndio florestal média a muito baixa, sendo mais relevante na área da Grande Lisboa do que na Península de Setúbal.⁷⁰

A **vulnerabilidade à erosão costeira** nos troços de litoral da AML corresponde às áreas de costa baixa arenosa. Todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos susceptíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar um risco de erosão elevado, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada. Estas arribas podem estar sujeitas a movimentos de vertente de desabamento e deslizamento, como acontece em vários troços do litoral da Península de Lisboa. Daqui resulta que o litoral da AML apresente um risco de erosão médio-elevado (**Figura 65**).

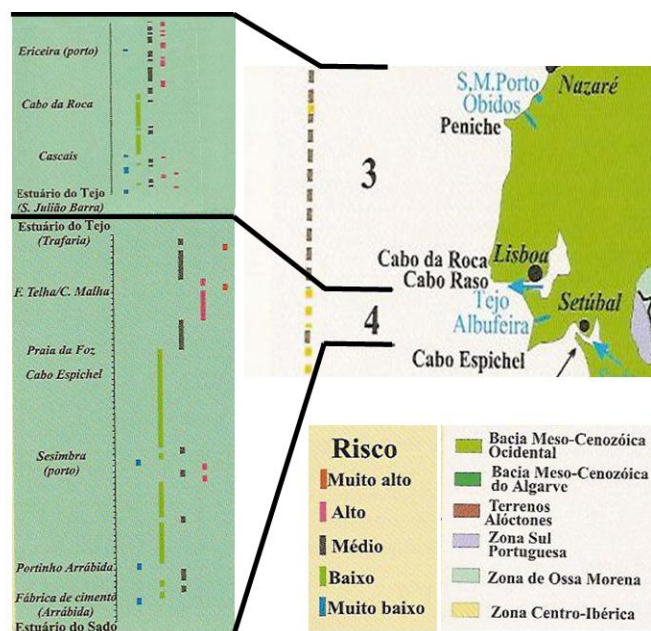


Figura 65 – Risco de erosão costeira na AML
(Fonte: Santos e Miranda, 2006.⁷¹)

A ausência de informação relativamente à **evolução da ocupação em áreas de risco elevado** da AML tem uma importância acrescida, nomeadamente na avaliação das tendências de ocupação face ao agravamento potencial dos riscos de seca, cheias e

⁷⁰ Cfr. Análise tendencial FCD – Estrutura e Funcionalidade Ecológica, Integridade dos valores ecológicos

⁷¹ Santos, F. e Miranda, P. (ed.) (2006). Alterações climáticas em Portugal: Cenários, impactos e medidas de adaptação. Projecto SIAM II, Gradiva, Lisboa.

erosão costeira num contexto praticamente indiscutível de alterações climáticas. Tendo em conta o aumento da frequência dos fenómenos meteorológicos extremos, é importante que as autoridades com responsabilidade nesta área considerem os riscos associados às alterações climáticas como uma variável de decisão a ponderar na localização de equipamentos públicos, actividades económicas e população em geral.

Verifica-se também, que os estudos e **programas de avaliação e gestão das vulnerabilidades às alterações climáticas** são insuficientes, pois para além do que já foi estudado no projecto SIAM (*Scenarios, Impacts, and Adaptation Measures*) ao nível nacional, é necessário que cada região apresente as suas estratégias e planos de acção de mitigação e adaptação. Os sectores estudados no projecto SIAM já são no entanto indicativos daquelas actividades que, no contexto regional, são mais vulneráveis: agricultura, saúde, turismo, energia, florestas e pescas.

Análise SWOT

O **Quadro 57** apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para FCD#5, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 57 – Análise SWOT ao FCD#5 Energia e Alterações Climáticas

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Clima temperado exige um menor esforço energético de climatização - Grande potencial endógeno para a produção de FER (solar, eólica, ondas, biomassa, biogás) 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da Intensidade Energética fruto de um crescimento do consumo de energia superior ao crescimento do PIB - Ineficiência energética do parque edificado - Peso energético da iluminação pública significativo - Ausência de dados sobre as emissões de GEE para a AML - Vulnerabilidade territorial a cheias e erosão costeira
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Implementação progressiva de programas de eficiência energética - Crescimento da produção de FER (potência instalada) 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da tendência de ineficiência energética - Manutenção do crescimento de consumo energético (mais emissões de GEE) - Ausência de programas regionais e medidas de adaptação às alterações climáticas

5.5.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD Energia e Alterações Climáticas.

Quadro 58 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Energia e Alterações Climáticas

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
A.1	<p>+</p> <p>Melhoria da eficiência do sistema intermodal (aeroporto-rede ferroviária)</p>	<p>+ -</p> <p>Melhoria da eficiência do sistema intermodal (maior peso do TP) Maiores necessidades de deslocação de acesso a Lisboa (aumento das emissões de GEE)</p>	<p>0</p>	<p>-</p> <p>Aumento do risco de impermeabilização e redução dos níveis de recarga de aquífero</p>
A.2	<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>
A.3	<p>+</p> <p>Introdução do consumo energético como critério para minimização de impactes e posterior certificação dos empreendimentos turísticos</p>	<p>-</p> <p>Aumento das deslocações (aumento das emissões de GEE)</p>	<p>+ -</p> <p>O aproveitamento de energia de fontes renováveis deveria ser explorado como critério para a minimização de impactes e posterior certificação dos empreendimentos turísticos</p>	<p>+ -</p> <p>Preocupações com o consumo de água em áreas de grande consumo (golfe) Não são referidas limitações a impôr em áreas de risco nem orientações específicas relativas a medidas de adaptação às Alterações climáticas</p>

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
A.4	0	+	0	0
		Manutenção e expansão de áreas florestais com reflexos no potencial de sequestro de carbono		
A.5	+ -	+	+	-
	<p>Maior eficiência do sistema de distribuição logística (menos necessidades energéticas)</p> <p>Ausência de directrizes de incorporação de tecnologias mais eficientes nos processos industriais e nos serviços</p>	<p>Menos emissões de GEE decorrentes de uma maior eficiência do sistema de distribuição logística e aposta nas TIC</p>	<p>Promoção do conhecimento ao nível da incorporação de FER nos transportes</p>	<p>Localização de Plataformas Logísticas (risco de impermeabilização e zonas de risco de cheia)</p>
B.1	0	+	0	+ -
		<p>Redução indirecta das emissões de GEE decorrentes da aposta no policentrismo (optimização das deslocações)</p>		<p>Policentrismo contraria o aumento do alastramento da urbanização no território mas as directrizes são insuficientes para corrigir vulnerabilidades existentes</p>

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
B.2	<p>+</p> <p>Melhor optimização de recursos infraestruturais (maior eficiência energética decorrente do sistema de gestão infraestrutural)</p>	<p>+</p> <p>Contenção das necessidades de deslocação (redução potencial das emissões de GEE) e manutenção dos espaços agrícolas e florestais (sequestro de carbono)</p>	<p>0</p>	<p>+</p> <p>Melhoria dos processos de gestão das vulnerabilidades territoriais em meio urbano</p>
B.3	<p>+</p> <p>Ganhos em termos de eficiência pela optimização das infra-estruturas existentes</p>	<p>+</p> <p>A nucleação do povoamento diminui a necessidade de deslocação</p>	<p>0</p>	<p>+ -</p> <p>Redução da vulnerabilidade territorial das populações isoladas Ausência de directrizes para a diminuição da vulnerabilidade na recuperação de áreas ocupadas</p>
B.4	<p>+</p> <p>Maior eficiência do sistema intermodal (desenvolvimento de novos interfaces de transportes)</p>	<p>+</p> <p>Redução das emissões de GEE decorrente de uma melhor repartição modal TP-TI (principalmente devido à aposta no sistema ferroviário, TPSP e modos suaves)</p>	<p>0</p>	<p>-</p> <p>Aumento do risco de impermeabilização e ocupação de zonas de risco de cheia</p>

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
C.1	0	<p>+</p> <p>Estabilização do potencial de sequestro de carbono nestes espaços</p>	0	<p>+ -</p> <p>Protecção de zonas vulneráveis através da salvaguarda das áreas REM</p> <p>Inexistência de orientações específicas relativas a medidas de adaptação às Alterações climáticas</p>
C.2	0	0	0	<p>+</p> <p>Restrições à criação de obstáculos nos leitos dos cursos de água e limitação da impermeabilização do solo</p> <p>Salvaguarda de zonas sensíveis (Programa de acção para a zona vulnerável do Tejo)</p>
C.3	0	<p>+ -</p> <p>Oportunidade para a promoção de actividades associadas ao sequestro de carbono embora não esteja explícita nas directrizes</p>	<p>-</p> <p>Ausência de orientações estratégicas para o recurso a FER nas iniciativas TER</p>	0

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
		Ausência de orientações relativas à redução de emissões de GEE nas explorações pecuárias		
C.4	0	0	0	+ - Melhoria dos processos de prevenção de riscos em áreas de vulneráveis Perda de oportunidade de especificar orientações de adaptação às alterações climáticas
C.5	+ Promoção da eficiência ao nível da produção eléctrica e da eficiência energética nos edifícios	+ Redução potencial das emissões de GEE associadas à melhoria dos níveis de eficiência energética e ao aumento de produção a partir de FER	+ Promoção das actividades de exploração de FER	0
C.6	+ Redução da intensidade energética no sector dos transportes decorrente de uma melhor repartição modal TP-TI	+ Redução das emissões de GEE decorrentes da promoção dos TP e das restrições ao uso de TI	+ Promoção de veículos amigos do ambiente	0

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
C.7	<p>+</p> <p>Melhoria da eficiência ao nível da gestão da água e resíduos derivados de uma maior economia de escala</p>	<p>+</p> <p>Redução dos resíduos gerados (menos emissões de GEE decorrentes da deposição em aterro e incineração)</p>	<p>0</p>	<p>+</p> <p>Redução da vulnerabilidade à escassez de água</p>
D.1	<p>+ -</p> <p>A eficiência energética poderia surgir como uma das linhas na reabilitação do parque edificado</p>	<p>0</p>	<p>+ -</p> <p>Poderia ser clara a utilização de FER como um dos objectivos da reabilitação do parque edificado</p>	<p>0</p>
D.2	<p>+ -</p> <p>Insuficiência de orientações para a promoção específica da eficiência energética nos equipamentos colectivos</p>	<p>+</p> <p>Redução das emissões de GEE decorrente da promoção dos serviços de proximidade (redução das necessidades de deslocação)</p>	<p>0</p>	<p>0</p>
D.3	<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>
D.4	<p>+ -</p> <p>Papel da arquitectura na eficiência</p>	<p>0</p>	<p>+ -</p> <p>Relação entre a arquitectura</p>	<p>0</p>

LA	FCD Energia e Alterações Climáticas			
	Eficiência Energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável	Vulnerabilidade territorial
	energética dos edifícios pouco claro		sustentável e a utilização de FER nos edifícios não desenvolvida	

Eficiência Energética

A estratégia relativa à implantação de novas infra-estruturas de transportes (A.1), nomeadamente o NAL e a AVF, contribuem para o aumento da eficiência do sistema intermodal, uma vez que estas infra-estruturas estão planeadas em função da articulação entre os sistemas aeroportuário e ferroviário, promovendo assim a atractividade e o recurso ao transporte ferroviário – menos intenso do ponto de vista energético – em detrimento do recurso ao TI – actualmente dominante no acesso ao aeroporto da Portela. Introduce também a componente do transporte de mercadorias, maioritariamente efectuado por modo rodoviário. Na mesma linha, a estratégia de reforço da conectividade intra-regional, particularmente a aposta na intermodalidade (B.4) contribui igualmente para melhorar a eficiência de articulação entre as várias redes de transportes, com ênfase mais uma vez para a aposta no sistema ferroviário.

Outra oportunidade significativa no sector dos transportes é a que decorre da estratégia de aumento da atractividade dos TP e restrição ao TI (C.6), que contribui para uma repartição modal que favoreça tendencialmente os TP e, desse modo, promova a redução da intensidade energética neste sector.

Relativamente às estratégias para o sector turístico (A.3) e mais concretamente para os NDT, a questão do consumo energético como critério que minimize impactes e contribua para a certificação posterior dos empreendimentos constitui uma oportunidade para promoção da eficiência energética.

A aposta estratégica na contenção da dispersão urbana (B.2) e na nucleação de áreas de dispersão urbana (B.3) configuram uma oportunidade importante no sentido de melhorar a optimização dos recursos infra-estruturais, uma vez que a proximidade urbana beneficia de soluções de economia de escala, com ganhos em termos de eficiência energética pela optimização das infra-estruturas existentes.

A estratégia de melhoria do saneamento ambiental da região (C.7), particularmente o fomento da cooperação intermunicipal nas soluções de gestão infra-estrutural, com o intuito de garantir economias de escala, ganhos de produtividade e eficiência dos serviços, contribuem para um aumento dos níveis de eficiência energética respectivos.

No âmbito da estratégia de modernização da base industrial e serviços (A.5) salienta-se a oportunidade criada pelo melhor ordenamento da logística, nomeadamente a ligação das plataformas aos diferentes modos de transporte, que pode contribuir para aumentar a eficiência energética do sistema de distribuição logística. No entanto, na mesma LA, a ausência de directrizes para a incorporação de tecnologias mais eficientes nos processos

industriais e nos serviços constitui uma lacuna na promoção de sistemas mais eficientes do ponto de vista energético.

O investimento na sustentabilidade energética (C.5) contribui para promover a eficiência ao nível da produção eléctrica e gestão energética dos edifícios e iluminação pública, no entanto, as directrizes respectivas deveriam ser ajustadas para incluir explicitamente a reabilitação do parque habitacional (D.1) e os equipamentos colectivos de proximidade (D.2), situação que não é acutelada e que pode configurar uma perda de oportunidade no sentido de melhorar o desempenho energético deste tipo de infra-estruturas.

Na valorização da arquitectura e do ambiente urbano (D.4) poderia ser desenvolvida a orientação relativa à arquitectura sustentável, nomeadamente através do potencial da arquitectura na eficiência energética dos edifícios (eg. arquitectura bioclimática).

Emissões de GEE

A aposta na melhoria das ligações supra-regionais e internacionais, nomeadamente decorrente do NAL e AVF (A.1), contribui indirectamente para reduzir as emissões de GEE, na medida em que privilegia o uso dos TP a eficiência do sistema intermodal e possui preocupações com o transporte de mercadorias. Por outro lado, a maior distância do NAL à cidade de Lisboa - principal destino turístico - contribuirá para maiores necessidades de deslocação e, nesse sentido, para um aumento das emissões de GEE correspondentes. Neste contexto, é importante assegurar a monitorização do balanço das emissões decorrente desta opção, de modo a poder estabelecer as estratégias de seguimento adequadas e convergentes com a redução das emissões de GEE ao nível regional prevista na Estratégia Lisboa 2020⁷², que estabelece como meta a redução em 20% das emissões de GEE provenientes do sector dos transportes até 2020.

No sector dos transportes, salienta-se também a oportunidade criada pelo reforço da conectividade intra-regional, nomeadamente a aposta no sistema ferroviário, nos TPSP (B.4), e pela estratégia de melhoria da atractividade dos TP e restrição ao uso de TI (C.6), que constituem um estímulo à utilização de TP, contribuindo desse modo para a redução das emissões de GEE geradas pelo uso excessivo de TI.

O investimento em modos suaves de mobilidade (B.4) e a promoção de serviços de proximidade (D.2) contribui igualmente para reduzir as emissões de GEE no sector dos transportes, na medida em que fomenta modos alternativos de mobilidade, menos intensos do ponto de vista carbónico, ao mesmo tempo que promove a redução das necessidades de deslocação urbana.

⁷² CCDR-LVT (2007). *Lisboa 2020: uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. CCDR-LVT, Lisboa.

A aposta na produção florestal, com reflexos na manutenção da integridade das áreas florestais e a sua possível expansão (A.4) poderá contribuir para o aumento do potencial de sequestro de carbono. De igual modo o desenvolvimento agrícola, em particular produtos agrícolas com capacidade de retenção de carbono (como por ex. as pastagens) são igualmente favoráveis à mitigação das alterações climáticas.

A estratégia de ordenamento do sector logístico (A.5) pode contribuir para uma redução das emissões de GEE decorrentes de um melhor funcionamento dos sistemas de distribuição e da introdução da componente ferroviária na articulação entre os transportes e as plataformas logísticas. Na mesma linha, a aposta na prestação de serviços aos cidadãos e empresas com base nas TIC e na formação nesta área (A.5.2) contribui indirectamente para a redução das necessidades de deslocação face à oferta de serviços e disponibilidade de informação via *Internet* e, por via disso, para a redução das emissões de GEE respectivas.

A dinamização de um modelo policêntrico (B.1) contribui indirectamente para a redução das emissões de GEE, uma vez que estimula a concentração de actividades económicas e a melhoria do acesso a equipamentos, desse modo optimizando as necessidades de deslocação inter-regionais.

A estratégia de contenção da dispersão urbana (B.2) é favorável à redução potencial das emissões de GEE, na medida em que contribui para a redução a prazo das necessidades de deslocação, aposta na criação de condições para os modos suaves e TP, potencialmente favorecendo a não diminuição de espaços verdes e áreas florestais e agrícolas no território. No caso das estratégias direccionadas para o povoamento rural (B.3), quando articuladas com a adequação dos níveis de serviço de TP nas zonas rurais (B.4.1), constituem uma oportunidade, pois contribuem para a diminuição das carências de TP e desincentivo ao TI, com reflexos na diminuição das emissões de GEE.

A estratégia de implementação da REM (C.1) pode constituir uma oportunidade para estabilizar o potencial de sequestro de carbono dos espaços naturais, embora o PROTAML devesse reforçar a importância deste factor. No âmbito da estratégia de valorização dos recursos naturais (C.3) apesar de indirectamente favorecer a existência de áreas com potencial de sequestro de carbono, poderia haver um maior aprofundamento da questão das actividades associadas ao sequestro de carbono, inclusivamente no contexto de valorização económica e ambiental criada pelos mercados voluntários de carbono. A mesma LA não contempla orientações estratégicas incidentes sobre as emissões de GEE nas actividades de exploração pecuária, que são grandes emissoras de GEE.

A aposta na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade (C.5) constitui uma oportunidade importante ao nível da redução das emissões de GEE,

na medida em que promove o aumento de produção energética a partir de FER e a melhoria da eficiência energética ao nível da gestão da procura eléctrica e nos edifícios.

A estratégia de redução da produção de resíduos gerados (C.7) pode contribuir para a redução de emissões de GEE decorrentes da deposição potencial em aterro ou incineração.

A aposta estratégica no sector turístico, nomeadamente em Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) em solo rural (A.3), configura um risco na medida em que promove o aumento das deslocações e, nesse sentido, o aumento das emissões de GEE correspondentes. Mais concretamente e na Península de Setúbal, para a qual o PROTAML prevê a criação de novas zonas residenciais e turísticas de modo a tirar partido da melhoria das acessibilidades decorrente da construção das novas infra-estruturas de transportes, configura-se um risco de aumento da dispersão urbana e, consequentemente, das necessidades de deslocação. A articulação entre modos de transporte dos turistas, que poderia significar uma menor emissão de GEE, não está contemplada ao nível do turismo de cruzeiros ou na identificação das ZEIT.

Aproveitamento de Fontes de Energia Renovável

A oportunidade mais significativa ao nível do aproveitamento de FER radica na aposta estratégica do PROTAML na sustentabilidade energética enquanto alavanca de inovação e competitividade (C.5), uma vez que contribui para a promoção das actividades de exploração do potencial endógeno de FER, tanto ao nível das actividades de produção energética como ao nível dos mecanismos de autoprodução, nomeadamente em edifícios.

No entanto, e relativamente à aposta no sector turístico (A.3) o aproveitamento das FER poderia surgir como um dos critérios de minimização de impactes e certificação dos empreendimentos, visando a autonomia energética dos mesmos.

A estratégia de modernização industrial e dos serviços (A.5), nomeadamente a aposta na produção de conhecimento sobre o recurso a FER na indústria de transportes, e a estratégia de desenvolvimento de soluções sustentáveis de mobilidade (C.6), através da promoção de veículos mais amigos do ambiente, contribuem para promover a adopção de tecnologias de aproveitamento de FER no sector dos transportes.

No contexto da estratégia de valorização dos recursos naturais (C.3), salienta-se a ausência de orientações estratégicas explícitas para esta estratégia com vista à utilização de FER nas iniciativas de TER, nomeadamente tendo em conta as carências infraestruturais e o potencial de aproveitamento energético em meio rural.

No caso das estratégias que visem a reabilitação do edificado (D.1) ou a valorização da arquitectura e do ambiente urbano (D.4) as directrizes respectivas poderiam ser ajustadas para incluir explicitamente o aproveitamento das FER.

Vulnerabilidade Territorial

A vulnerabilidade territorial está presente em todos os processos de construção e edificação, nomeadamente nas grandes infra-estruturas, referidas no PROT-AML, associadas ao NAL e à AVF (A.1) e conseqüente expansão territorial e acréscimos de intensidades de uso. A falta de uma estratégia do PROT-AML de adaptação às alterações climáticas constitui, logo à partida, um risco para a vulnerabilidade territorial, em particular no que respeita a estes dois projectos de grande impacte ao nível da construção e edificação com fortes implicações de pressão urbanística. Do mesmo modo, e no caso das estratégias incidentes no sistema de transportes com expressão territorial (B.4) também não surge claramente acautelada a vulnerabilidade às alterações climáticas derivadas da localização das infra-estruturas de transporte. A ausência de uma estratégia clara e operativa favorece a potencial ocorrência de situações complicadas a manterem-se as tendências de agravamento dos fenómenos meteorológicos extremos.

Na mesma linha, existem outros grandes empreendimentos críticos, nomeadamente os referenciados na A.5, que promove a concentração de actividade nas Plataformas Logísticas da Castanheira do Ribatejo e do Poceirão apresentando-se, também, como um risco à vulnerabilidade, visto que induz a grandes áreas de impermeabilização. No caso particular da Plataforma Logística da Castanheira do Ribatejo é inclusivamente induzida a ocupação em zona de leito de cheia.

No caso do Turismo (A.3) e apesar da referência às quantidades futuras de água para os campos de golfe, a localização em áreas de risco, como medida específica de adaptação às alterações climáticas, não é tida como critério para as novas áreas/empreendimentos turísticos.

Em B.1 e B.2 as orientações estratégicas induzem ao policentrismo e à racionalização e contenção da expansão urbana, o que potencia a concentração e evita o alastramento da pressão urbanística sobre o território, tornando-se indirectamente favoráveis já que reduz o risco de impermeabilização em áreas sensíveis. No caso da promoção de concentração urbana em áreas já classificadas como vulneráveis, esta situação pode constituir um risco, muito embora a introdução de medidas/práticas construtivas que permitam a adaptação às alterações climáticas criam uma oportunidade para a redução/eliminação da vulnerabilidade nas áreas dispersas. Contudo, não são

mencionadas normas relativas à reconversão de áreas já urbanizadas de forma dispersa em zonas de vulnerabilidade às alterações climáticas.

A referência às AUGI nas intervenções de planeamento (B2.2.3, UT3B, UT3C e UT3D) constitui uma oportunidade para a estruturação de espaços urbanos fragmentados da AML, que podem representar a ocupação de espaços vulneráveis.

Ainda assim, é importante acautelar que nem toda a ocupação clandestina está abrangida na classificação de AUGI. Quando esta ocupação ocorrer em espaços vulneráveis acresce um agravamento do risco. Daí ser importante garantir a reconversão destes espaços. Nesta perspectiva, a ausência de normas que assegurem a reconversão e a prevenção constitui um risco para a vulnerabilidade do território da AML.

No que diz respeito à estabilização e valorização das áreas naturais, a contenção da dispersão urbana contribui para a redução da vulnerabilidade territorial das populações isoladas. A interdição de construção, de novas edificações, nas áreas de várzea e de lezíria, bem como nas áreas de aproveitamento hidroagrícola, irão contribuir para manter o seu papel de drenagem e de amortecimento do efeito de cheias, isto é, para uma menor vulnerabilidade à ocorrência de cheias e inundações, que consequentemente afectam a segurança de pessoas e bens nessas situações (B.3). Menos positiva é a ausência de normas de reconversão das áreas abandonadas ou em uso que apresentem conflitos com estas áreas de risco, o que representa uma falta de oportunidade estratégica do PROT-AML.

Como risco para a vulnerabilidade destaca-se a ausência de orientações específicas de valorização dos recursos ecológicos inseridos na REM, que pode levar ao abandono dos terrenos agro-florestais, aumentando a vulnerabilidade dos mesmos aos incêndios florestais (C.1). Também a ausência de orientações relativas à adaptação a prazo às alterações climáticas (aumento das áreas de risco, critérios de realocação de edificações em risco, etc.) protagonizam um risco para a vulnerabilidade territorial.

Em C.2, é referido o risco de cheias através de directrizes que visam a remoção ou o impedimento de obstáculos nos leitos dos cursos de água e limitam a impermeabilização do solo. Merece destaque a directriz C.2.3.7 que promove a identificação de áreas edificadas e de ecossistemas em risco, devido à subida prevista do nível médio das águas do mar, e a proposta de medidas adequadas de adaptação, promovendo a implementação de um programa de acção para a zona vulnerável do Tejo (C.2.4).

Verifica-se ainda que são insuficientes as directrizes referentes às alterações climáticas, nomeadamente no âmbito da C.4, como por exemplo a necessidade de aumentar áreas permeáveis em áreas urbanas, o que igualmente pode representar um risco estratégico do PROT-AML.

Por fim, a apresentação de directrizes relativas à redução da quantidade de água captada (C.7.3) constitui uma oportunidade na medida em que reduz a vulnerabilidade à escassez de água, situação crítica no contexto das alterações climáticas.

O **Quadro 59** apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.

Quadro 59 – Avaliação do FCD#5 por domínio de intervenção

Critérios de avaliação	Eficiência energética	Emissões de GEE	Aproveitamento de FER	Vulnerabilidade territorial
Domínios				
A. Conectividade, competitividade e cosmopolitismo	↗ ↘	↗ ↘	↗ ↘	↘
B. Polinucleação e compactação	↗	↗	⇒	↗ ↘
C. Sustentabilidade e sintonia com a natureza	↗	↗ ↘	↗	↗ ↘
D. Coesão social e qualificação	↗ ↘	⇒	↗ ↘	⇒

Legenda:

- ↗ Oportunidades significativas
- ↘ Oportunidades
- ↘ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.5.3 Directrizes para seguimento

Apresenta-se no **Quadro 60** as directrizes de seguimento para o FCD Energia e Alterações Climáticas, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 60 – Directrizes para seguimento para o FCD#5

FCD#5 ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Directrizes para planeamento e gestão
<p>Promover a integração de sistemas de gestão da eficiência energética nas actividades agro-florestais, industriais, turísticas, transportes e serviços</p> <p>Estabelecer requisitos para a incorporação de tecnologias mais eco-eficientes nos equipamentos colectivos</p> <p>Promover transportes energeticamente eficientes em geral: municípios, empresas, escolas, cidadãos</p> <p>Assegurar a execução de planos de mobilidade para as zonas rurais e que tenham em conta as características particulares do povoamento</p> <p>Promover actividades que contribuam para aumentar os níveis de sequestro de carbono</p> <p>Promover a integração de sistemas de redução de emissões de GEE nas actividades pecuárias</p> <p>Assegurar a utilização sistemática, ou a adaptação, de soluções de permeabilidade para qualquer ocupação, prevista ou existente, em zonas de infiltração</p> <p>Promover, sempre que possível, a utilização de soluções que aumentem a capacidade de infiltração nos projectos urbanísticos e logístico-industriais</p> <p>Promover mecanismos de incentivo à relocalização de edificações e infra-estruturas existentes em zonas de risco, tendo em conta os efeitos previsíveis das alterações climáticas</p> <p>Promover a adopção de normas legais e definir critérios para a reposição natural de áreas infraestruturadas abandonadas</p> <p>Desenvolver e implementar um programa regional de adaptação territorial às alterações climáticas e incentivar os municípios a desenvolver os seus programas à escala local</p> <p>Promover um estudo de reconhecimento do potencial endógeno de aproveitamento de FER</p>
Directrizes para monitorização
<p>Monitorizar o acréscimo de deslocações decorrentes da aposta estratégica no turismo residencial</p> <p>Monitorizar as emissões de GEE ao nível regional incluindo as decorrentes da produção energética, processos de transformação industrial, actividades pecuárias, transportes e gestão de resíduos</p> <p>Monitorizar os níveis de recarga dos aquíferos como medida de evolução dos níveis de impermeabilização e das condições meteorológicas</p> <p>Monitorização da evolução da ocupação urbana em áreas de risco natural e tecnológico elevado (incluindo edificações isoladas e ocupações ilegais)</p>
Directrizes de governança

FCD#5 ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	
CCDR-LVT	<p>Desenvolver e manter actualizadas as estimativas regionais de emissões de GEE e o potencial de aproveitamento regional de FER, garantindo que a capacidade regional de sequestro de carbono mantém uma tendência crescente, promovendo estratégias e medidas de redução das emissões de GEE, melhoria da eficiência energética e aproveitamento de FER</p> <p>Promover e articular projectos regionais e inter-municipais de adaptação às alterações climáticas</p>
Câmaras Municipais	<p>Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável e o consumo de energia municipal, desenvolvendo e mantendo actualizada uma matriz energética municipal</p> <p>Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente e que a capacidade de sequestro de carbono mantém uma tendência crescente</p> <p>Monitorizar a vulnerabilidade territorial das populações face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas</p>
APA	<p>Manter actualizados e disponíveis os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas e das respectivas metas e objectivos para diferentes prazos e escalas de planeamento</p>
DGEG	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem FER e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos e escalas de planeamento</p>
ANPC	<p>Manter actualizadas as orientações estratégicas para o OT (a diferentes escalas) no âmbito da prevenção e adaptação a situações de emergência decorrentes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos</p>
População em geral	<p>Adoptar hábitos de consumo energético mais eficientes</p> <p>Adoptar comportamentos de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a fenómenos meteorológicos extremos</p>

5.6 Estrutura e Funcionalidade Ecológica

5.6.1 Análise Tendencial

Objectivo do FCD: Compreende a estrutura ecológica regional os valores naturais e as funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas, bem como a gestão integrada destes recursos, vistos segundo as perspectivas de conectividade, compromissos e valor acrescentado em termos de competitividade.

Resumo da situação tendencial - No FCD *Estrutura e Funcionalidade Ecológica*, a situação na AML apresenta as seguintes tendências principais:

- Agravamento da fragmentação ecológica da AML
- Projectos estruturantes na região podem induzir agravamento da fragmentação, ou pelo contrário, inverter a tendência se forem adoptadas medidas eficazes de planeamento e controlo do território regional.
- Grandes pressões sobre habitats naturais devido ao aumento da edificação e da actividade humana em áreas sensíveis, práticas agrícolas e florestais, abandono de actividades agrícolas e pastoris e insuficiente intervenção em áreas aridas.
- Problemas fitossanitários ameaçam a biodiversidade da região.
- Grande potencial de valorização ambiental dos espaços agro-florestais na AML
- Sistemas agro-florestais economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis numa lógica de multifuncionalidade
- Turismo de natureza e em espaço rural incipiente e insuficientemente aproveitado

Identificação da relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção, revelando o que vai ser atendido no objecto de avaliação.

Quadro 61 – Relevância dos FCD e dos critérios por Linhas de Acção

LA	FCD#6 Estrutura e funcionalidade ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização das áreas naturais e agro-florestais
A.1	✓	✓	
A.2			
A.3	✓	✓	✓
A.4	✓	✓	✓
A.5	✓	✓	
B.1	✓	✓	✓
B.2	✓	✓	
B.3	✓	✓	✓
B.4	✓	✓	
C.1	✓	✓	✓
C.2	✓	✓	✓
C.3	✓	✓	✓
C.4	✓	✓	
C.5	✓	✓	✓
C.6	✓		
C.7		✓	✓
D.1			
D.2			✓
D.3			
D.4	✓	✓	✓

Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem

O território da AML tem sido submetido a um conjunto significativo de transformações de uso e ocupação do solo desde a publicação do PROT AML (2002). Apesar de não ter sido possível obter informação que permitisse avaliar concretamente a **variação da área edificada e edificável** dentro da EMPVA nem a **taxa de desafecção da REN, RAN e DPH**, o Diagnóstico Sectorial dos Padrões de Uso e Ocupação do Solo (de 06/02/2009) identifica como principais tendências negativas a dispersão de actividades económicas e o crescimento urbano fragmentado do território, bem como a ocupação de áreas incluídas na EMPVA.

O Diagnóstico Sectorial da Conservação e Biodiversidade (de 15/01/2009) identifica a ocorrência de alterações importantes na ocupação do solo em áreas que integram a Rede Ecológica Metropolitana (REM), e que estas se deram maioritariamente em áreas secundárias e vitais, onde não ocorrem estatutos legais de protecção. As áreas secundárias sofreram alterações sobretudo devido à intensificação das práticas agrícolas, enquanto que nas áreas vitais estas deram-se principalmente devido à ocupação por novas construções com a colmatação de manchas edificadas, sobretudo pelo desenvolvimento suburbano. O preenchimento destas áreas intersticiais consideradas vitais pelo PROT AML tem como resultado uma interrupção e alteração de corredores ecológicos, contribuindo assim para o agravamento da fragmentação ecológica da região. Já as áreas primárias, maioritariamente incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, mantiveram-se relativamente inalteradas.

Relativamente à **fragmentação ecológica**, a situação observada⁷³ é que não existe suficiente conectividade entre áreas protegidas e zonas com outros estatutos de protecção, destacando-se a situação no arco ribeirinho da margem Sul, onde os esteiros e as suas margens começam a ficar isolados e sem áreas livres que assegurem a ligação ao Estuário do Sado ou as conexões ecológicas entre o Estuário do Sado e as Serras da Arrábida e Sesimbra⁷⁴.

De igual modo, o desenvolvimento de novos projectos estruturantes na região (por ex., o Novo Aeroporto de Lisboa) poderá acentuar a tendência de destruição, fragmentação e/ou degradação de áreas naturais e semi-naturais. As medidas compensatórias associadas a estes projectos deverão promover a conservação de áreas de elevado valor ecológico e o aumento de áreas classificadas, o que poderá determinar o fortalecimento da conectividade ecológica e deste modo contrariar a actual tendência de agravamento da fragmentação ecológica.

⁷³ Diagnóstico Sectorial da Conservação e Biodiversidade, de 15/01/2009

⁷⁴ Diagnóstico Sectorial dos Padrões de Uso e Ocupação do Solo, de 06/02/2009

Já com relação à **variação de produtividade dos aquíferos**, não foi possível obter dados concretos para fazer esta avaliação. No entanto, retira-se do Diagnóstico Sectorial de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos (de 03/03/09) que a tendência é para que haja um aumento dos consumos de água potenciado pelos projectos estruturantes previstos para a região, com risco de esgotamento das origens de água subterrâneas e superficiais para abastecimento. No entanto, como tendência positiva, verificou-se no mesmo relatório que se observa cada vez mais uma maior consciencialização das populações para a temática da água, o que será fundamental para contrariar a tendência negativa acima descrita.

Por último, não foi possível encontrar nenhum tipo de **estratégia de protecção e valorização dos cursos de água e ecossistemas associados**. Tais estratégias irão decorrer das orientações expressas na Directiva-Quadro da Água, transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, que estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas no País, nomeadamente através da implementação dos Planos de Gestão da Bacia Hidrográfica que ainda se encontram em elaboração.

Integridade dos valores ecológicos

A alteração expressiva da maior parte dos habitats pela acção humana apresenta uma tendência crescente na AML. Esta realidade tem obviamente repercussões nos **níveis de biodiversidade**, embora não tenha sido possível quantificar essa variação devido à escassez de dados de base sobre as comunidades de flora e fauna da região de uma forma organizada, sobretudo fora do perímetro das Áreas Protegidas⁷⁵.

As maiores pressões sobre a biodiversidade da AML têm sido originadas pelo aumento da edificação e da actividade humana em áreas sensíveis (por ex. habitats costeiros e ribeirinhos), mas são também devidas a determinadas práticas agrícolas e florestais, ou ao abandono de actividades agrícolas e pastoris importantes para a manutenção de alguns habitats ou espécies, e ainda a falta de intervenções de recuperação e subsequente gestão do coberto vegetal de áreas ardidas⁷⁶.

Também a ocorrência de elementos patogénicos e infecciosos, que têm induzido uma degradação importante de determinados ecossistemas e espécies (ex. os montados de sobreiro por infecção do fungo *Phytophthora cinnamomi* ou os pinheiros por infecção através do nemátodo *Bursaphelenchus xylophilus*), e a expansão de espécies de vegetação

⁷⁵ Diagnóstico Sectorial da Conservação e Biodiversidade, de 15/01/2009.

⁷⁶ Diagnóstico Sectorial dos Padrões de Uso e Ocupação do Solo, de 06/02/2009.

infestantes e espécies de animais exóticas constituem uma ameaça significativa relativamente aos níveis de biodiversidade da AML. A sua intensificação ao longo do tempo revela uma tendência preocupante.

Relativamente à **área florestal ardida**, observou-se uma ocorrência regular de incêndios nos últimos anos, essencialmente em áreas florestais e silvestres, que, de acordo com o Diagnóstico Sectorial da Conservação e Biodiversidade (de 15/01/2009), foram potenciados pelo abandono rural e falta de gestão dessas áreas. No entanto, as áreas ardidas que resultaram desses incêndios raramente atingiram os dois mil hectares (cerca de 2% do total dos espaços florestais da AML), o que no contexto nacional, de acordo com o PROF-AML, pode ser considerado baixo. De facto, a região apresenta uma susceptibilidade de ocorrência de incêndio florestal média a muito baixa, sendo mais relevante na área da Grande Lisboa do que na Península de Setúbal⁷⁷ (**Figura 66**).

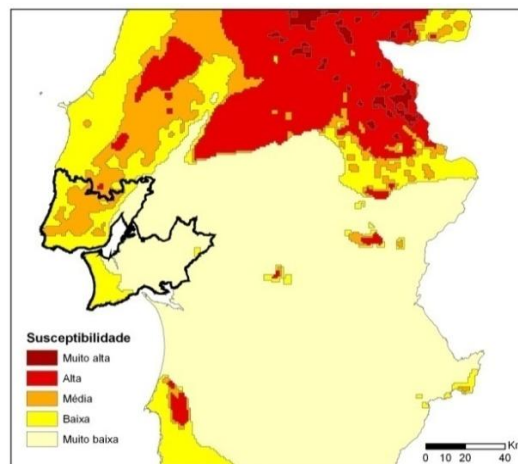


Figura 66 – Susceptibilidade de incêndio florestal na AML

(Fonte: Autoridade Florestal Nacional, retirado do Diagnóstico Sectorial de Riscos e Protecção Civil, de 27/01/2009)

Quando se observa a ocorrência geográfica das áreas ardidas entre 1990 e 2008 (**Figura 67**), verifica-se que um número considerável dessas áreas se encontra em áreas classificadas ou em corredores ecológicos, existindo mesmo várias zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra os incêndios delimitadas ao nível do PROF AML.

⁷⁷ Esta diferença de susceptibilidade aos incêndios florestais entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal deve-se a características locais no terreno, nomeadamente a existência de combustível (coberto vegetal), a existência de boas condições de propagação (e.g. declives contrastados) e a dificuldade de acessos para o

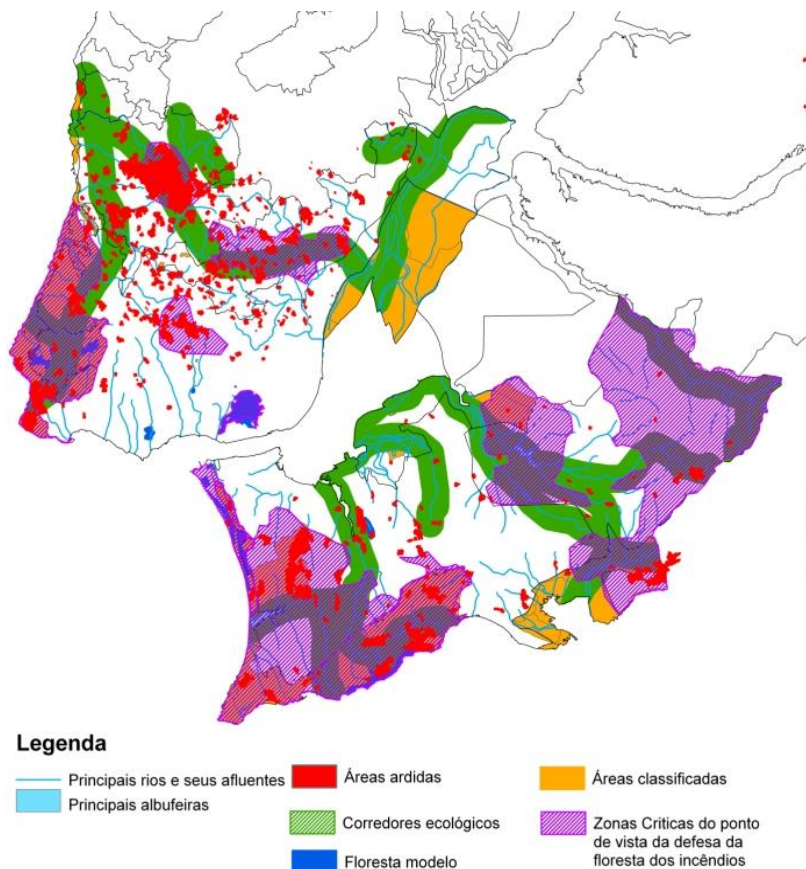


Figura 67 – Áreas ardidas na AML entre 1990 e 2008 (Fonte: ANF e PROF-AML)

Desta forma, apesar dos incêndios florestais não serem o principal factor de risco para a actividade florestal na AML, como noutras zonas do país, continua a ser um importante factor de risco para a integridade da estrutura ecológica da região, sendo inclusivamente considerado no Diagnóstico Sectorial de Riscos e Protecção Civil⁷⁸ que o risco de incêndio que existe para uma superfície considerável da AML não é negligenciável.

⁷⁸ Diagnóstico Sectorial de Riscos e Protecção Civil, de 27/01/2009.

Valorização das áreas naturais e agro-florestais

Quanto à **valorização ambiental dos espaços agro-florestais**, actualmente e de acordo com o Diagnóstico Sectorial da Agricultura e Florestas (de 11/03/2009), os sistemas agro-florestais da região da AML com valor ambiental acrescentado ainda têm uma expressão pouco importante quando comparados com os restantes sistemas, cujo valor predominante é o económico.

De acordo com a mais recente informação estatística disponível⁷⁹, a região tem cerca de 92 mil hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), o que corresponde a cerca de 31% da AML, enquanto que a superfície florestal (SF) atinge à volta de 65 mil hectares, ou seja, cerca de 22 % da área da AML. A superfície agro-florestal representa assim cerca de 53% da área da AML.

A maior parte da SF (84%) encontra-se integrada na superfície agro-florestal (SAF) das explorações agrícolas da AML, ocupando mais de 40% desta, e corresponde no essencial, a 39% de montado de sobro, 22% de pinhal bravo, 18% de eucalipto e 15% de pinhal manso. No entanto, a percentagem de SF integrada em SAF é muito mais significativa na Península de Setúbal (PS) (49%) do que na Grande Lisboa (GL) (22%).

Os sistemas de produção agrícola de maior importância são os de culturas arvenses de regadio, hortícolas, fruteiras e vinhas e de pecuária intensiva, considerados competitivos economicamente, havendo nomeadamente na AML um conjunto diversificado de áreas de produção de qualidade diferenciada reconhecida (DOP/IGP), como, por exemplo, o Queijo de Azeitão, os Vinhos de Colares, o Arroz Carolino das Lezírias do Tejo ou a DOC de Palmela. Seguem-se os sistemas de produção de pecuária extensiva, cuja viabilidade actual depende de apoios directos e, por último e com bastante menor peso económico do que os anteriores, os sistemas de produção ambientalmente orientados, como a produção biológica e actividades de produção integrada de horticultura, vinhas e fruteiras. Já no que diz respeito aos sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais, a sua expressão actual é ainda muito marginal.

Quanto aos sistemas florestais, a situação é um pouco diferente, pois a grande maioria da área florestal da região da AML está predominantemente orientada para outro tipo de funções que apenas de produção. De facto, de acordo com o PROF-AML (citado no Diagnóstico Sectorial da Agricultura e Florestas, de 11/03/2009), apenas cerca de 18% da respectiva área florestal é ocupada por povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva, enquanto que a restante área está orientada para as seguintes funções: protecção;

⁷⁹ RGA-99 e Inventário Florestal Nacional (IFN) 2005/06. Informação retirada do Diagnóstico Sectorial da Agricultura e Florestas, de 11/03/2009 e do PROF-AML.

silvopastorícia, caça e pesca nas áreas interiores; e de recreio, enquadramento e estética de paisagem.

A AML é, deste modo, caracterizada pela predominância de sistemas de produção vegetal, animal e, em menor parte, florestal, que são sistemas exclusiva ou predominantemente orientados para a produção de bens alimentares e matérias-primas agrícolas e florestais.

A evolução futura dos sistemas agro-florestais é complexa e, de acordo com o Diagnóstico Sectorial da Agricultura e Florestas (de 11/03/2009), vai depender de factores externos, em particular da evolução da situação económica internacional, da qual depende a procura de bens alimentares e matérias-primas, e da prioridade que venha a ser atribuída à agricultura e ao mundo rural no contexto das políticas económicas ao nível comunitário.

Desta forma e segundo a mesma fonte, apenas a adopção de uma visão multifuncional das explorações agro-florestais irá permitir que ocorra um aumento da valorização ambiental dos espaços agro-florestais, porque irá promover, entre outros, os sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis, e viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a valorização sustentável dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais.

Caso se adopte essa visão multifuncional, a tendência prevista no mesmo diagnóstico é que ocorra uma expansão de sistemas de agricultura biológica e de culturas energéticas destinadas à produção de biomassa agro-florestal e para sequestro de carbono, e também a de sistemas de agricultura orientados para a conservação da natureza e da biodiversidade, uma vez que apresentam grande potencial para o turismo e lazer.

Contudo, se a evolução futura do enquadramento político, e, em particular, do sistema de preços e apoios públicos privilegiar a monofuncionalidade agrícola e rural, as oportunidades de reestruturação e reconversão dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais na AML serão muito reduzidas, embora isso se vá manifestar de formas diversas nos diferentes concelhos da AML.

A aposta na multifuncionalidade dos espaços agro-florestais será assim determinante para contrariar dinâmicas que representem uma ameaça à valorização ambiental destes espaços, que, de resto, já se verificam actualmente na AML, como o abandono crescente das actividades de produção agro-florestal mais extensivas e a pressão urbanística crescente sobre os solos com aptidão agrícola e florestal.

Relativamente ao **turismo no espaço rural**, actualmente existem 30 estabelecimentos de TER⁸⁰ na AML, repartidos equitativamente entre a margem Norte e Sul da região, sendo Sintra e Setúbal os municípios com maior número de estabelecimentos desta natureza. Os dados obtidos no INE relativos ao número de dormidas em espaço rural⁸¹, entre 2004 e 2007, ao nível da NUTS II – Lisboa, demonstra que tem havido um aumento continuado na procura por este tipo de turismo a partir de 2005 (**Figura 68**). No entanto, apesar desta tendência, o turismo rural, com grande potencial na AML, ainda se encontra incipiente face à superfície considerável de áreas agrícolas, florestais e silvestres na AML e à oportunidade de diversificação de rendimentos que este tipo de serviço pode representar. A expansão do turismo rural enquadra-se, de resto, nos argumentos para uma multifuncionalidade dos espaços agro-florestais discutida anteriormente. Aliás, a escolha estratégica pela monofuncionalidade pode pôr em risco o potencial do TER na AML.

A análise dos investimentos previstos e intenções de investimento em empreendimentos turísticos nos diferentes municípios da AML revela que o TER ainda não configura uma grande aposta estratégica quando comparado com as tipologias de hotel, aldeamentos e apartamentos turísticos. Actualmente existem apenas alguns projectos em apreciação ou licenciados para Loures, Mafra, Vila Franca de Xira, Sintra e Palmela⁸².

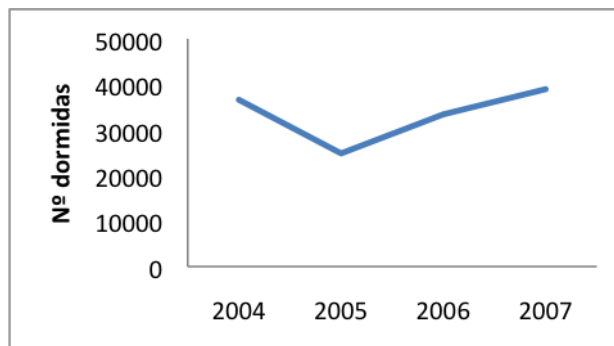


Figura 68 – Evolução do número de dormidas em espaço rural na NUTS II Lisboa no período de 2004 a 2007

(Fonte: INE)

Quanto ao **ecoturismo** na região não se encontraram dados que permitissem fazer uma avaliação sobre a situação deste tipo de turismo na AML, o que indica a sua ainda fraca

⁸⁰ De acordo com os Anexos do Diagnóstico Estratégico do Turismo e Lazer, de 26/07/2009, considerando como TER as seguintes tipologias: Turismo em Espaço Rural, Turismo de Habitação, Casas de Campo e Hotel Rural.

⁸¹ O número de dormidas em espaço rural engloba o número de dormidas em turismo rural, turismo de campo, agro-turismo, turismo de aldeia e hotel rural.

⁸² Análise efectuada de acordo com os Anexos do Diagnóstico Estratégico do Turismo e Lazer, de 26/07/2009, onde se afiguram: 2 projectos de turismo de habitação para Loures; 2 projectos de turismo em espaço rural e 2 hotéis rurais para Mafra; 3 projectos de turismo em espaço rural e 1 de hotel rural para Vila Franca de Xira; 1 projecto de turismo em espaço rural em Sintra; e 1 projecto de eco-hotel, 1 de agro-eco-resort e 1 de enoturismo em Palmela.

expressão na região, apesar do conjunto rico e diversificado de áreas classificadas na região. De facto, de acordo com o Diagnóstico Sectorial do Turismo e Lazer (de 26/07/2009), a **valorização do espaço natural** na AML ainda se encontra aquém do seu potencial, verificando-se nomeadamente um total desaproveitamento das Áreas Protegidas para usufruto e visitação turística por falta de infra-estruturas e equipamentos adequados, pela inexistência de serviços essenciais para os visitantes e turistas, e pelo défice de experiência, *know-how* e capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio, bem como um deficiente aproveitamento das frentes ribeirinhas e das frentes atlânticas, e insuficientes infra-estruturas de apoio e equipamentos para as actividades náuticas de recreio e turísticas nos Estuários do Tejo e do Sado.

Apesar desta realidade, já se encontram propostas no Programa de Visita o e Comunica o na Rede Nacional de áreas Protegidas medidas para melhorar e potenciar a visita o das áreas protegidas da região, onde está prevista a realiza o de um conjunto de interven es para a área correspondente aos Parques Naturais de Sintra-Cascais e Arrábida (parques " ncora"), Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Estuário do Sado (parcialmente) e Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, permitindo assim um aumento deste tipo de turismo na região.

Numa altura em que se verifica ao nível dos mercados emissores um aumento da procura por Ecoturismo e Turismo de Natureza, e uma maior preferência por destinos que adotem práticas e estratégias "amigas" do ambiente, da natureza e das comunidades⁸³, a AML apresenta assim condi es naturais excepcionais para dar resposta a esta procura, pelo que este tipo de turismo deverá tornar-se numa aposta da região.

Relativamente à **influência dos espaços naturais no valor fundiário**, não existem dados disponíveis para avaliar concretamente esta rela o. Esta poderá no entanto vir a ser uma forma de avaliar se o desenvolvimento de novas áreas na AML irá no sentido de assegurar que se crie uma rela o forte entre os espaços urbanos e naturais, prossequindo desta forma a política de salvaguarda ambiental, e de revaloriza o dos espaços naturais.

Com rela o   **pressão urbanística e de procura turística de uso sazonal sobre a orla costeira**, tem-se observado que o Sol, a Praia e o Mar mant m-se como a principal motiva o de viagens para Turismo e Lazer na região. Persiste a procura da faixa litoral para actividades de lazer e recreio, com destaque para o turismo náutico, onde a tendência apontada é para um crescimento de número de praticantes e de viagens associadas à prática da náutica de recreio e também de viagens de cruzeiro, tipo "cruise and stay" (Diagnóstico Sectorial Turismo e Lazer, de 26/07/2009).

⁸³ Diagnóstico Sectorial do Turismo e Lazer, de 26/07/2009.

Finalmente, não foi possível obter dados para avaliar concretamente a **evolução da pressão urbanística na orla costeira** mas, de acordo com o Diagnóstico Sectorial de Padrões de Uso do Solo (de 06/02/2009), esta evolução não é homogénea na AML, verificando-se uma extensa ocupação urbana e edificada significativa na margem norte, enquanto que na margem sul esse fenómeno não é perceptível.

Análise SWOT

O Quadro 62 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial da região da AML para FCD#6, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território regional.

Quadro 62 – Análise SWOT ao FCD#6 Estrutura e Funcionalidade Ecológica

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma EMPVA, que estabelece as bases para a manutenção da funcionalidade ecológica a nível regional - Existência de um conjunto significativo de áreas protegidas e sítios da Rede Natura 2000, englobando as áreas mais importantes e sensíveis a nível internacional e nacional - Características dos sistemas agro-florestais e potencialidade para a multifuncionalidade - Diversidade do sistema natural 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da Fragmentação ecológica - Inexistência de regras claras para a gestão de sítios da rede natura 2000 fora das áreas protegidas - Abandono da actividade rural - Gestão desadequada de áreas ardidadas - Falta de estratégias para protecção e recuperação de cursos de água e ecossistemas associados
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do interesse local e regional para a conservação da funcionalidade ecológica - Novos projectos estruturantes podem ser associados a estratégias de requalificação ambiental de áreas de elevado valor e sensibilidade, nomeadamente através de medidas compensatórias - Aumento da procura por Turismo de Natureza 	<ul style="list-style-type: none"> - Novos projectos estruturantes (aumento da fragmentação e destruição de habitat) - Expansão das áreas edificadas, nomeadamente das áreas com edificação dispersa - Incerteza da evolução das políticas económicas (agricultura) -Expansão de espécies invasoras e elementos patogénicos - Aumento procura por Turismo Náutico (maiores pressões meio aquático e costeiro)

5.6.2 Avaliação

A matriz seguinte sintetiza a avaliação realizada em relação ao FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica.

Quadro 63 – Avaliação de oportunidades e riscos das LA para o FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
A.1	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Risco de agravamento da fragmentação ecológica e paisagística devido aos novos projectos estruturantes</p> <p>Oportunidade de fortalecimento da conectividade ecológica através das medidas compensatórias associadas aos novos projectos</p>	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Risco de destruição de habitats e pressão sobre ecossistemas (directa e induzida) devido aos novos projectos estruturantes</p> <p>Oportunidade de promover a conservação das áreas de elevado valor ecológico através das medidas compensatórias associadas aos novos projectos</p>	0
A.2	0	0	0
A.3	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Acautelamento de critérios ambientais e de enquadramento paisagístico nas apostas estratégicas turísticas (golfe e turismo residencial)</p> <p>Risco de aumento da fragmentação ecológica</p>	<p style="text-align: center;">+ –</p> <p>Definidos critérios para a salvaguarda e recuperação de valores ecológicos nas áreas associadas a algumas apostas estratégicas (golfe e turismo residencial)</p> <p>Aumento da pressão sobre o sistema natural</p>	+

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
	decorrente do impacto cumulativo dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico	decorrente do volume previsto de infra-estruturas de suporte ao turismo (residencial) e do aumento do tráfego náutico	
A.4	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Paisagem e património natural considerados factores de competitividade regional</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta estratégica de salvaguarda de áreas agro-florestais associadas a produtos de qualidade certificada</p> <p>Promoção da limpeza e recuperação dos fundos marinhos da AML</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Salvaguarda das áreas agrícolas e florestais com elevado potencial produtivo</p> <p>Promoção da visitação das áreas protegidas e dinamização da oferta de Turismo de Natureza</p>
A.5	<p style="text-align: center;">—</p> <p>Risco de agravamento da fragmentação ecológica devido à construção de plataformas logísticas e respectivas acessibilidades</p>	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Risco de aumento da pressão sobre o sistema natural devido à construção de plataformas logísticas (infra-estruturas e consequente urbanização da envolvente)</p> <p>Orientações para monitorizar a sua evolução e do espaço urbano envolvente</p>	<p style="text-align: center;">0</p>
B.1	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta estratégica no policentrismo e na consolidação do sistema urbano, em detrimento</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta estratégica no policentrismo potencia a concentração, evitando a ocupação de novas</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta estratégica no policentrismo potencia a concentração e evita o alastramento da pressão</p>

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
	da ocupação de novas áreas	áreas e diminuindo a pressão sobre sistema natural e a REM em particular	urbanística sobre áreas naturais ou agro-florestais com potencial de valorização
B.2	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Incentivo à concentração urbana e das actividades económicas, em detrimento da ocupação de novas áreas com uso dominante agrícola, florestal ou natural</p> <p>Ausência de estratégia geral de reconversão das áreas de ocupação ilegal</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Manutenção ou valorização de áreas naturais e agro-florestais como forma de conter o alastramento da urbanização</p>	<p style="text-align: center;">0</p>
B.3	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Condicionamento da nova edificação isolada em solo rural</p> <p>Promoção da qualificação ambiental e habitacional dos pequenos aglomerados e povoamentos em solo rural</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Definição de condições de estruturação dos pequenos aglomerados e povoamentos em solo rural</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Promoção da qualificação e do desenvolvimento sustentável dos pequenos aglomerados rurais</p>
B.4	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Orientação para a minimização dos efeitos barreira derivados das grandes infra-estruturas de transportes</p> <p>Risco de agravamento da fragmentação ecológica</p>	<p style="text-align: center;">+ -</p> <p>Orientação para a minimização dos efeitos barreira derivados das grandes infra-estruturas de transportes</p> <p>Risco de aumento de destruição de habitats e</p>	<p style="text-align: center;">0</p>

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
	e paisagística devido aos investimentos nas acessibilidades	pressão sobre ecossistemas (directa e induzida) devido aos investimentos nas acessibilidades	
C.1	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Definição de critérios de implementação para a escala municipal dos corredores da REM Ausência de critérios orientadores que assegurem que a edificação nas áreas vitais na EEM não compromete a manutenção do contínuo ecológico em espaço urbano</p>	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Orientações para garantir a salvaguarda e integridade dos valores e funções ecológicas das áreas da REM ao nível dos PMOT Ausência de critérios orientadores das possibilidades de edificação nas áreas vitais na EEM e de mecanismos de substituição que garantam a reposição dos níveis de conforto e de qualificação ambiental equivalente ao que se perde com a edificação</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Incentivo à promoção de usos florestais e agrícolas em áreas REM, compatíveis com a conservação das suas funções ecológicas</p>
C.2	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta na revitalização e recuperação das linhas de água como elementos fundamentais de conectividade Condicionamento da ocupação edificada na orla estuarina e costeira</p>	<p style="text-align: center;">+</p> <p>Aposta na renaturalização e valorização ambiental dos cursos de água e ecossistemas associados Promoção da identificação de ecossistemas em risco devido à subida do nível médio do mar e de medidas de adaptação</p>	<p style="text-align: center;">+ —</p> <p>Aposta em potenciar os usos recreativos e de lazer das linhas de água e espaços naturais estuarinos e costeiros Desconhecimento da capacidade de carga actual dos estuários</p>
C.3	+	+	+

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
	Definição de condições e parâmetros de exploração sustentável de actividades extractivas Definição de critérios de enquadramento paisagístico para turismo em espaço rural	Fomento de sistemas e práticas agrícolas e florestais com funções relevantes na conservação dos recursos naturais e biodiversidade	Promoção do turismo no espaço rural associado e articulado com a actividade agrícola (e.g. enoturismo) Promoção de modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental
C.4	0	0	0
C.5	0	0	+ Aposta no aproveitamento energético dos subprodutos de actividades agrícolas e florestais
C.6	+ Promoção da localização de pólos de atracção em núcleos urbanos existentes	0	0
C.7	0	0	0
D.1	0	0	0

LA	FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica		
	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
D.2	0	0	<p>+</p> <p>Criação de áreas verdes vocacionadas para o desporto e lazer articuladas com a EEM de forma a acrescentar-lhe valor funcional</p>
D.3	0	0	0
D.4	<p>+</p> <p>Definição de medidas que promovem a valorização da paisagem</p>	<p>+</p> <p>Consideração da biodiversidade como um dos critérios a atender na estruturação e gestão das redes de espaços verdes urbanos</p>	<p>+</p> <p>Definição de medidas que promovem a valorização paisagística do espaço rural, aumentando o seu potencial de valorização turística</p>

Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem

As linhas de acção estratégicas do PROTAML criam oportunidades importantes para a manutenção e melhoria da conectividade entre ecossistemas e consequente impedimento do agravamento da tendência para a fragmentação ecológica verificada para a AML. Neste sentido, destacam-se a estratégia de policentrismo, uma vez que promove a consolidação do sistema urbano (B.1), as orientações para contrariar a tendência de alastramento da urbanização e concentrar as actividades económicas (B.2) e a estratégia de estabilização das áreas rurais (B.3). Estas apostas estratégicas incentivam claramente a concentração urbana em detrimento da ocupação de novas áreas, sobretudo quando o uso dominante destas é agrícola, florestal ou natural, promovendo o reforço das aglomerações urbanas estruturantes e a estruturação dos povoamentos rurais.

Salienta-se, contudo, que não se estabelece claramente uma estratégia global de reconversão para as áreas de ocupação ilegal (B.2), estando esta apenas revertida em algumas unidades territoriais (UT3 - Espaço Urbano Norte e Poente, UT7 - Arco Ribeirinho Sul). Desta forma, subsiste o risco de expansão destas edificações, o que irá potenciar a fragmentação ecológica na região, bem como desqualificá-la em termos paisagísticos.

Adicionalmente, esta lógica de compactação e reforço da polinucleação é igualmente reforçada em C.6, através da promoção da localização de pólos de atracção em núcleos urbanos existentes e em D.2, pela directriz que define que sejam integradas disposições para permitir a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante em áreas urbanas centrais e consolidadas.

Esta estratégia, conjuntamente com as restantes orientações da D.2 dirigidas à revitalização das concentrações comerciais tradicionais, promove por isso que as unidades comerciais de grande dimensão não continuem a surgir isoladamente no território, o que representaria um importante risco à fragmentação ecológica da AML. Além do mais, é dada ênfase para que esta instalação se faça em espaços obsoletos e desqualificados, o que promove igualmente uma maior integridade da paisagem.

Define-se igualmente que seja assegurado, ao nível dos PMOT, a preservação de espaços vitais, e que sejam promovidos e implementados corredores verdes aquando da programação dos processos de urbanização (B.2), reflectindo assim uma preocupação na manutenção e no fomento de áreas vitais e corredores verdes, componentes importantes para a manutenção da conectividade ecológica da AML em espaço urbano. Verifica-se no entanto que se prevê a possibilidade de edificação significativa nestas áreas, o que não é consensual com a importância atribuída a estas áreas consideradas decisivas para o conforto e sustentabilidade ambiental das populações que residem na sua proximidade,

de acordo com o próprio PROTAML. Nestas circunstâncias o PROT deixa muito vulnerável a salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem. Subsiste portanto um risco, que se pode expressar cumulativamente, sobre a manutenção do conforto e sustentabilidade ambiental das populações que residem na sua proximidade. No limite estas áreas consideradas vitais poderão ser reduzidas a cerca de 50% da sua área inicial, o que constitui um risco para a manutenção da sustentabilidade urbana pretendida com a sua definição e cumulativamente coloca a prazo o seu desaparecimento, e bem assim o desfogo pretendido e qualidade ambiental urbana associada. Sublinhe-se que o problema crítico aqui não é eventualmente uma área concreta em causa, mas a disponibilidade de uma área vital equivalente no território municipal, em contínuo integrando os espaços edificados, que assegure um conjunto de critérios de conforto, desfogo, permeabilidade, qualidade paisagística, manutenção de elementos naturais, entre outros critérios valorativos da qualidade ambiental, que o PROT deveria deixar claros.

Relativamente à promoção e salvaguarda dos contínuos naturais da AML, destaca-se a definição de critérios de delimitação dos corredores primários e secundários da REM à escala municipal (C.1) e as regras de qualificação do solo nas áreas abrangidas por estes corredores, o que deverá permitir uma efectiva transposição para os PMOT destes elementos críticos para a conectividade ecológica da região e sua consequente implementação.

Salienta-se neste âmbito que, ao nível da definição dos corredores secundários associados a cursos de água, se determina designadamente que o uso e ocupação do solo nestes corredores deve ser mantido e promovido para usos compatíveis com os seus valores e funções ecológicas e paisagísticas, nomeadamente agrícolas, florestais, silvestres ou de estrutura ecológica urbana. Acautela-se assim que estes corredores fiquem livres de edificação para fins que poderiam ameaçar a sua integridade e função (e.g. habitacionais, industriais), o que constitui uma oportunidade para o seu adequado funcionamento enquanto elemento crítico de conectividade ecológica. Esta preocupação é igualmente reforçada em meio urbano, através da definição de corredores vitais (C.1), enquanto espaços em meio urbano associados a linhas de água ou de drenagem natural ainda livres de ocupação edificada, e para os quais se condiciona a ocupação das margens, bem como se determina a identificação dos pontos de estrangulamento e respectivas medidas de requalificação urbanística.

Da mesma forma, salienta-se a aposta na revitalização e recuperação dos cursos de água e suas margens (C.2), bem como na regularização fluvial e na protecção dos leitos de cheia (C.4), nomeadamente através de medidas e intervenções que promovem a

salvaguarda da integridade dos sistemas hídricos e a reabilitação das suas funções ecológicas, sobretudo em áreas urbanas e peri-urbanas. As linhas de água representam elementos fundamentais na garantia da conectividade ecológica na AML, pelo que estas directrizes são fundamentais para assegurar a salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem na região.

A aposta em racionalizar e nuclear a edificação nas áreas rurais (B.3) afigura-se como uma forte oportunidade, uma vez que condiciona a nova edificação isolada em solo rural (i.e. em áreas agro-florestais e de valor natural) para fins habitacionais ou para actividades associadas à valorização dos recursos naturais e paisagísticos. Estas medidas são fundamentais para impedir o aumento desordenado da edificação dispersa em solos com aptidão agrícola ou florestal e, conseqüentemente, o agravamento da fragmentação ecológica actualmente observada para a região.

Ressalta-se, no entanto, que estas oportunidades poderão ficar em parte cerceadas devido ao grande número de camas previstas em empreendimentos turísticos para a região, concretizados em Núcleos de Desenvolvimento Turístico. Uma vez que estes estão destinados a solo rural, os NDT poderão, considerando o seu impacto cumulativo, constituir um risco em termos de fragmentação ecológica, caso não acautelem devidamente esta questão aquando a sua programação, nomeadamente na determinação das Áreas de Vocação Turística.

A aposta estratégica em promover a classificação de Áreas Estruturantes Secundárias como Áreas Protegidas de âmbito regional ou local (C.1), concretizando-se nomeadamente ao nível da UT8 – Área Central da Península de Setúbal, é também um importante contributo para garantir uma melhor consolidação da rede secundária da REM, conferindo-lhe desta forma um papel estratégico ao nível sub-metropolitano. Esta rede é fundamental para potenciar a penetração das estruturas ecológicas em espaço urbano, promovendo conseqüentemente a qualidade ambiental do meio urbano. Uma vez que se encontra actualmente sob grande pressão urbanística e por parte de práticas agrícolas intensivas, o seu fortalecimento ao nível municipal representa desta forma uma importante medida para a salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem.

A referir dentro da lógica da salvaguarda e manutenção da paisagem, destaca-se a aposta em acautelar as áreas com maior interesse paisagístico nas opções futuras de planeamento e gestão dos territórios (C.1), a promoção da salvaguarda das áreas agrícolas e florestais essenciais ao desenvolvimento de produtos agrícolas de qualidade certificada (A.4), bem como a estratégia de valorização da paisagem (D.4), que visa incrementar o conhecimento e políticas de gestão, protecção e ordenamento da paisagem, nomeadamente em espaço rural. Esta última promove designadamente o

estudo das paisagens identificadas na região e a salvaguarda dos valores naturais e culturais que as constituem, bem como o adequado enquadramento paisagístico no desenvolvimento da ocupação urbanística.

As orientações de recuperação e revitalização das linhas de água, das suas margens e frentes ribeirinhas, promovendo-se a requalificação de espaços degradados e o condicionamento da ocupação edificada fora das áreas urbanas na orla estuarina (C.2), bem como os fortes condicionamentos que se estabelecem relativamente à ocupação urbana da zona litoral da AML afiguram-se também como importantes oportunidades de salvaguarda e harmonização paisagística destas zonas. Em particular, destaca-se a determinação geograficamente objectiva das regras de ocupação e uso do solo e a definição de regras de edificação na zona litoral, bem como a previsão de acções de recuperação e protecção para promover a conservação natural de áreas de elevada sensibilidade ecológica nesta zona, como se verifica por exemplo ao nível da norma territorial UT7 – Arco Ribeirinho Sul (área da Costa da Caparica).

Da mesma forma, a aposta em valorizar e explorar os recursos naturais de modo sustentável (C.3), onde se definem condições e parâmetros de exploração sustentável das actividades extractivas, designadamente quanto ao seu enquadramento com a envolvente, configura-se igualmente como uma oportunidade a destacar no âmbito da salvaguarda da paisagem da AML.

Ainda neste sentido, a promoção do aproveitamento da biomassa florestal e agrícola (C.5), com o devido acompanhamento cartográfico das zonas sensíveis onde a remoção desta deverá ser restringida, poderá igualmente constituir uma oportunidade, ainda que indirecta, para promover a qualificação da paisagem em solo rural. Por outro lado, salienta-se ainda nesta linha de acção que a promoção da exploração dos recursos naturais renováveis da região enquanto fonte de energia, embora represente uma oportunidade nítida para diversificar a valorização sustentável dos recursos naturais da região, poderá, no entanto, levantar riscos ao nível da integridade paisagística e da conectividade ecológica da AML, que deverão ser devidamente acautelados não apenas ao nível da energia eólica.

Os riscos que se poderão colocar à salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem decorrem em grande medida da aposta na melhoria das ligações supra-regionais e internacionais (A.1), nomeadamente na construção dos novos projectos estruturantes previstos para a região (NAL e corredor da AVF), bem como da construção das plataformas logísticas e respectivas acessibilidades (A.5) e do reforço da conectividade regional (B.4). Este último prevê designadamente investimentos nas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias no âmbito da melhoria das conexões logísticas (entre Portos,

NAL e plataformas logísticas), que podem por isso contribuir para o agravamento da fragmentação ecológica e paisagística na região, embora se refira, ao nível das orientações, que os efeitos barreira resultantes das grandes infra-estruturas lineares de transportes devem ser minimizados de forma a evitar evitando a fragmentação da rede fundamental de conservação da natureza.

Neste sentido, destaca-se igualmente que se determinou, ao nível da norma territorial específica da UT11 – Nascente Agro-Florestal, uma directriz relativa à contenção da edificação na envolvente do NAL, que direcciona as procuras urbanísticas de proximidade para as aglomerações urbanas de Pegões e Poceirão, o que deverá permitir conter a fragmentação ecológica que tal expansão poderia induzir, sem contudo deixar de requerer uma forte fiscalização e controlo urbanístico.

Por outro lado, os riscos associados à implementação destes projectos estruturantes também poderão ser atenuados se as medidas compensatórias a eles associadas forem estruturadas de maneira a promover a conservação das áreas de elevado valor ecológico e mesmo aumentar as áreas classificadas, o que iria contribuir fortemente para o fortalecimento da conectividade ecológica da região. Esta estratégia é, de resto, verificada em parte ao nível da norma sub-territorial específica UT11B relativa ao NAL, onde se determina a promoção de um programa de compensação ambiental que assegure as áreas naturais mais importantes da sua envolvente, nomeadamente em áreas não afectadas pela construção de infra-estruturas.

Integridade dos valores ecológicos

O PROTAML apresenta um conjunto de estratégias que concretizam oportunidades significativas para a manutenção da integridade dos valores ecológicos da AML. A aposta em consolidar a AML como destino turístico (A.3) revela algumas medidas importantes que são de salientar, nomeadamente ao nível da determinação das condições de licenciamento para os campos de golfe (inclusão de orientações claras para a preservação das espécies protegidas locais na área e sua envolvente, de áreas contínuas de biótopos, da utilização preferencial de espécies autóctones e características na região), bem como de medidas de compensação ambiental para recuperar e/ou reconverter áreas degradadas no local ou na envolvente.

Relativamente ao turismo de natureza residencial, determina-se ao nível das orientações que o planeamento destes conjuntos turísticos (os NDT) deve ser feito de maneira a assegurar a sua sustentabilidade ambiental, social e económica, um adequado enquadramento paisagístico e também contribuir para a estabilização das áreas agrícolas

e florestais, bem como para a conservação da natureza e recuperação dos valores naturais de onde se inserem. Estabelece-se igualmente, em directriz, a necessidade de garantir a área mínima contínua afecta a objectivos de protecção e conservação dos recursos naturais na área de intervenção destes conjuntos, sobretudo quando esta integra áreas REM, bem como o desenvolvimento de Planos de Gestão Ambientais.

No entanto, não se determinam critérios de inserção territorial para o desenvolvimento dos NDT, nem se verificam preocupações no sentido de avaliar o impacto cumulativo que os NDT poderão ter no território, nomeadamente ao nível das Áreas de Vocação Turística, o que poderá constituir um risco para a integridade dos valores ecológicos presentes nestas áreas.

Ao nível da náutica de recreio, o conseqüente incremento da actividade náutica, como resultado da aposta estratégica em consolidar este sector na AML, juntamente com a aposta na dinamização e consolidação do transporte fluvial no Estuário do Tejo (A.1 e B.4), pode constituir um risco em termos da integridade dos valores ecológicos estuarinos, uma vez que o aumento do tráfego náutico deverá ser equacionado de acordo com a capacidade de carga destes ambientes, o seu estado ambiental e a sua fragilidade, não existindo no entanto directrizes no PROT nesse sentido. Esta contextualização seria assim fundamental para assegurar que não se vai acrescentar pressões significativas aos valores ecológicos afectados como resultado destas estratégias, que são inegavelmente importantes para a fruição qualificada desses espaços. Refira-se, no entanto, que ao nível do Estuário do Sado esta questão encontra-se melhor acautelada, pois determina-se que a estratégia de desenvolvimento do terminal fluvial de Setúbal deve ser equacionada no âmbito da estratégia de desenvolvimento do Porto de Setúbal, como também da salvaguarda ambiental do estuário, designadamente o constante do Plano de Acção para a Salvaguarda dos Roazes do Estuário do Sado.

Salienta-se igualmente, que a aposta estratégica em criar um sistema de informação marinho da AML no âmbito da promoção da marca "Oceanos e Descobrimentos" (A.4), poderá constituir um importante instrumento para analisar a capacidade de carga das zonas estuarinas e costeiras. No entanto, a validade deste instrumento para essa finalidade fica dependente da sua efectiva concretização, pelo facto desta directriz se reverter num estudo. A promoção desta marca apresenta outra oportunidade que deve ser destacada e que diz respeito à promoção da limpeza e recuperação dos fundos marinhos da AML, especialmente nas Áreas Protegidas marinhas.

A aposta estratégica na diversidade paisagística e natural (A.4) confere importantes oportunidades para a integridade dos valores ecológicos da AML, uma vez que a assume como factor decisivo para a competitividade da AML e para o seu desenvolvimento

sustentável. Verificam-se assim directrizes que ordenam e regulam os usos e actividades turísticas nas Áreas Protegidas compatibilizando-os com a conservação e valorização da natureza e com a protecção da biodiversidade (como se verifica nas directrizes relativas à UT4 – Parque Natural Sintra-Cascais), e que também promovem parcerias estratégicas com entidades públicas ou privadas destinadas a captar apoios, patrocínios ou financiamentos para a gestão das Áreas Protegidas.

Quanto à necessidade de contrariar a tendência de alastramento da urbanização (B.2), destaca-se a promoção do desenvolvimento urbano assente em princípios de reabilitação urbana, de compactação e de fortalecimento das aglomerações urbanas estruturadoras, garantindo-se entre os aglomerados urbanos espaços de transição livres de edificação com usos florestal, agrícola ou natural. Esta orientação é suportada por directrizes importantes para a salvaguarda da integridade dos valores ecológicos da AML, nomeadamente ao promover a manutenção e valorização dos espaços naturais ou das actividades agrícolas e florestal nos perímetros urbanos como forma de contenção da expansão da urbanização, bem como ao direccionar novas áreas urbanas para áreas de edificação dispersa contíguas aos aglomerados urbanos existentes.

Salienta-se, no entanto, que apesar de se melhor explicitar em B2 as condições em que se deve considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, considera-se que esta directriz ainda carece de mecanismos mais fortes, baseados em incentivos, que favoreçam e estimulem esta reconversão e não definam apenas em que condições esta se pode fazer.

Em relação às apostas estratégicas relacionadas com a implementação e concretização da Rede Ecológica Metropolitana (C.1) são de assinalar várias importantes oportunidades em termos da integridade dos valores ecológicos da AML, destacando-se as seguintes:

- Definem-se directrizes para a transposição e implementação da REM nos PMOT, de maneira a integrá-la na Estrutura Ecológica Municipal, e estabelecendo os critérios e estudos de caracterização necessários para tal;
- Determina-se a necessidade de estabelecer regras de uso e ocupação do solo em todos os sistemas estruturantes da REM, de maneira a que sejam compatíveis com os seus valores e funções ecológicas e paisagísticas;
- Estabelecem-se medidas para assegurar a integridade dos valores ecológicos em áreas RN 2000 que se encontram fora da Rede Nacional de Áreas Protegidas e, por isso, não estão sujeitas a PEOT;
- Promove-se o desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento dos valores naturais da AML

Refere-se, contudo, que apesar de se determinar a realização de estudos de caracterização dos valores naturais da REM (C.1) para efeitos de transposição da REM para EEM, o plano careceria de orientações específicas no sentido de acompanhar a evolução da biodiversidade na região, através da sua monitorização, de maneira a poder verificar se esta está a ser devidamente salvaguardada, como é, de resto, estabelecido na ENCNB, onde se pode ler que o conhecimento e monitorização das espécies, habitats e ecossistemas devem ser promovidos.

Esta monitorização é também essencial para identificar atempadamente ameaças fitossanitárias que venham a surgir, bem como a evolução das que já se verificam actualmente. Salienta-se, portanto, como risco adicional nesta mesma aposta estratégica a ausência de orientações específicas dirigidas ao combate e monitorização das ameaças fitossanitárias actuais (e futuras) na região, que ameaçam a biodiversidade e colocam em causa a sua integridade.

Outro risco significativo a assinalar em matéria de integridade dos valores ecológicos da AML reflecte-se na ausência de orientações claras para impedir que haja uma redução líquida dos valores naturais e da funcionalidade ecológica à escala local e regional. Esta questão é particularmente evidente ao nível das áreas vitais, onde a possibilidade de edificação prevista para estas áreas, consideradas importantes por razões já sublinhadas como decisivas para a sustentabilidade e qualificação ambiental do desenvolvimento e requalificação urbana, não é acompanhada nem por critérios explícitos de qualificação ambiental, nem por mecanismos que garantam a substituição da proporção de área vital que venha a ser edificada por uma área destinada a substituir um nível de qualidade ambiental equivalente. Só deste modo se poderia considerar que o PROT iria assegurar a viabilidade das áreas cuja função definiu como vitais.

Com relação ao sistema hídrico na AML, componente essencial para a integridade dos valores ecológicos da região, referem-se várias estratégias de recuperação e valorização dos cursos de água e ecossistemas associados (C.2) que representam importantes oportunidades, nomeadamente:

- a criação de programas de renaturalização e valorização ambiental e paisagística de linhas de água, leitos e margens;
- a aposta na manutenção do regime natural de caudais;
- o estabelecimento de regras para contrariar a degradação das linhas de água fora dos perímetros urbanos;
- e a manutenção das zonas húmidas existentes, bem como a promoção de acções de recuperação de zonas húmidas degradadas.

A destacar neste sentido são igualmente a aposta na melhoria da qualidade da água, através do investimento no saneamento ambiental da região, de modo a permitir o desenvolvimento sustentável das comunidades aquáticas e ribeirinhas, bem como a promoção de um uso mais racional e eficiente deste importante recurso (C.7).

Da mesma forma e com relação aos estuários e orlas estuarinas (ainda em C.2), define-se uma orientação de promoção da protecção e valorização dos sistemas ecológicos de especial relevância para o funcionamento e produtividade dos sistemas estuarinos e incentiva-se a requalificação das margens e frentes estuarinas, bem como para que se implementem medidas de correcção, minimização e compensação em zonas críticas do ponto de vista da degradação ambiental e destruição de recursos e que se restrinja a ocupação edificada nesta zona, de acordo com critérios definidos.

Ainda contribuem para a integridade dos sistemas hídrico e costeiro as estratégias relativas à mitigação dos riscos (C.4), que incluem medidas importantes como impedimento ou restrições de construção em zonas com risco de inundação (onde se inclui os leitos de cheia) e em zonas costeiras, e obras de correcção torrencial e regularização fluvial.

Estas apostas, conjuntamente com a promoção do conhecimento científico e técnico, sua sistematização e divulgação pública (uma orientação em C.2) deverão permitir o aprofundamento do conhecimento sobre os valores naturais estuarinos e o seu estado, o que terá conseqüentemente reflexos positivos para a sua recuperação e manutenção.

Ainda com relação a oportunidades para a integridade dos valores naturais da AML relativas às apostas estratégicas para os recursos hídricos subterrâneos (C.2), verifica-se que foram estabelecidas importantes directrizes do ponto de vista da integridade dos valores ecológicos, relativas à promoção da recuperação e preservação destes recursos (e.g. através da delimitação de zonas estratégicas de protecção e recarga), e de controlo da poluição difusa.

Já com relação ao litoral, formularam-se diversas estratégias importantes na mesma linha de acção (C.2), inclusivamente suportadas por limites geográficos, numa óptica de gestão integrada da zona costeira, onde se estabelecem as regras de ocupação e uso do solo nesta zona, sendo claramente no sentido de impedir novas edificações na orla costeira de 500m e de restringir e condicionar fortemente a ocupação edificada na zona costeira de 2km. Definem-se igualmente várias directrizes no sentido de promover a preservação, recuperação e protecção de áreas naturais de elevada sensibilidade ecológica, o que são medidas de grande importância para a manutenção da integridade dos valores ecológicos costeiros.

Salienta-se igualmente que as vulnerabilidades às alterações climáticas encontram-se reconhecidas nas directrizes relativas aos estuários e orlas estuarinas e litorais do PROT, onde se determina que se devem identificar as áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista do nível médio do mar e propor medidas adequadas de adaptação, o que representa uma aposta estratégica crítica para a salvaguarda da integridade dos ecossistemas da AML.

Relativamente à opção de utilizar e valorizar os recursos naturais numa óptica de sustentabilidade (C.3), o fomento da conservação e recuperação dos habitats florestais classificados e de sistemas e práticas agrícolas e florestais com funções relevantes na conservação dos recursos naturais e biodiversidade (e.g. fomentar a diversidade florestal, diminuir a extensão dos povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alargar a área sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação da gestão sustentável) representam igualmente oportunidades para a integridade dos valores ecológicos da AML. De destaque neste sentido é também o fomento às zonas de intervenção florestal nas regiões com grande fragmentação da propriedade e que tenham aptidão florestal (A.4), bem como a identificação de zonas sensíveis à remoção de biomassa, onde esta deve ser restringida de forma a não colocar em causa os valores e recursos naturais ali existentes (C.5).

Uma última oportunidade surge com a melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados (D.4), onde a consideração da biodiversidade é tida como um critério a atender na estruturação e gestão das redes de espaços verdes urbanos.

Em matéria de riscos, a implementação de novas grandes infra-estruturas de transporte, nomeadamente o NAL e a AVF (A.1) e as plataformas logísticas (A.5) podem constituir uma ameaça à integridade dos valores ecológicos da AML, pois poderão induzir um aumento da pressão urbanística sobre os espaços naturais e rurais na sua zona de influência.

No entanto, destaca-se neste contexto o estabelecimento de uma directriz específica relativa ao NAL, ao nível da norma territorial específica da UT11 – Nascente Agro-Florestal, que estabelece que a urbanização e edificação resultante das infra-estruturas deverá ser controlada, reforçando a protecção de áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e biodiversidade, o que deverá permitir conter o risco de pressão urbanística nestas áreas.

Da mesma forma, ressalta-se que as orientações dirigidas ao ordenamento da logística (A.5) vão no sentido de racionalizar a utilização das plataformas logísticas, concentrando a actividade logística nas Plataformas Logísticas de Castanheira do Ribatejo e do Poceirão, havendo nomeadamente uma directriz para que se assegure a monitorização

da evolução destas, bem como da evolução urbana do espaço envolvente, o que deverá permitir que o desenvolvimento destas plataformas se faça de maneira concertada e ponderada. Ressalta-se, contudo, que esta orientação de monitorização necessitaria de um maior enquadramento quanto aos seus critérios de execução, nomeadamente quanto à necessidade de assegurar que as áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e da biodiversidade são devidamente salvaguardadas dos potenciais processos de urbanização na envolvente destas infra-estruturas.

Valorização das áreas naturais e agro-florestais

Em termos de valorização de áreas naturais, a criação de condições básicas para o aproveitamento das frentes ribeirinhas e atlânticas representa uma oportunidade, decorrente da aposta em consolidar o turismo náutico e náutica de recreio na AML (A.3), mas também o estabelecimento de uma nova marca para a região, a marca "Oceanos e Descobrimientos" (A.4), cujas orientações e directrizes vão no sentido de conjugar as condições existentes na AML para acolher o Turismo Náutico, mas também de apostar na educação, cultura e sensibilização das populações, empresas e instituições tendo em vista a preservação e valorização dos recursos marinhos e dos espaços costeiros.

É igualmente de destacar como oportunidade, em A.4, a promoção do usufruto de áreas secundárias da REM (nomeadamente através da implementação de condições para a sua visitação), bem como da visitação das áreas protegidas e dinamização da oferta e divulgação de Turismo de Natureza, assegurando o envolvimento das comunidades locais no processo, uma vez que as áreas naturais da região, conjuntamente com a beleza cénica natural, oferecem um enorme potencial de valorização e que até agora se encontrava fortemente negligenciado.

Já ao nível da valorização das áreas agro-florestais (A.4), a aposta em salvaguardar as áreas agrícolas e florestais com elevado potencial produtivo (e.g. as zonas de lezíria) e ao desenvolvimento dos sistemas de produção DOC, DOP e IGP, bem como em promover a competitividade das fileiras estratégicas de produção vegetal, silvícola e pecuária a nível regional (e.g. fileira da cortiça e do pinhão) constituem igualmente oportunidades, pois correspondem a produtos que são, ou podem tornar-se, factores de diferenciação da região e que correspondem igualmente a sistemas de produção agrícola economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis.

Contudo, verifica-se que a aposta em melhorar os povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva (A.4) é feita através da maximização da sua rendibilidade por unidade territorial, o que poderá levantar um risco a nível da sustentabilidade do uso do solo e

dos recursos hídricos e, de resto, contraria as orientações relativas ao recurso solo e florestas em C.3.

A aposta em valorizar áreas naturais é igualmente fortalecida em D.2, onde se verifica uma directriz que identifica a criação de áreas verdes vocacionadas para o recreio e desporto informal (com prioridade para áreas urbanas densas e pior servidas) como uma oportunidade para que esta se faça articuladamente com a implementação da Estrutura Ecológica Municipal. Esta representaria portanto uma forma de valorizar funcionalmente esta estrutura, acrescentando-lhe outras funções que não apenas ecológicas.

Esta lógica verifica-se igualmente em C.1, onde existe um claro incentivo para que se mantenha ou promova usos florestais ou agrícolas compatíveis com a conservação das funções ecológicas e valores naturais em áreas de REM, tanto nas áreas estruturantes (à excepção das áreas classificadas que não permitem usos dessa natureza), como nos corredores. Esta orientação vai no sentido de promover usos alternativos compatíveis com a preservação dos valores ecológicos da região para a REM, pelo que é uma estratégia importante para acrescentar valor a esta estrutura e conferir-lhe uma dimensão mais perceptível aos municípios e população da AML.

Em termos das estratégias para o sistema hídrico e estuarino da AML (C.2), verificam-se orientações no sentido de potenciar os usos recreativos e de lazer das linhas de água (e dos seus leitos e das suas margens) e dos espaços naturais estuarinos e costeiros, favorecendo nomeadamente a sua fruição pela população através da criação de zonas de estadia, corredores para percursos pedonais, cicláveis e equestres, o que representa uma oportunidade de valorização das áreas naturais.

Adicionalmente, estabelecem-se orientações no sentido de potenciar e valorizar a diversidade e complementaridade de usos associados ao estuário e à sua frente ribeirinha, compatibilizando o desenvolvimento das actividades económicas com a protecção dos valores naturais e as actividades de recreio e lazer, tendo em conta a capacidade de carga do meio (C.2).

No entanto, apesar da clara oportunidade que estas orientações representam para a valorização sustentável do estuário do Tejo, considera-se que a sua concretização na prática não está suficientemente reflectida ao nível das directrizes, carecendo nomeadamente de um prévio estabelecimento da capacidade de carga actual do meio como um todo, que deverá considerar os vários usos actuais e previstos para o usufruto do plano de água, bem como os impactos cumulativos que estes podem ter. Sem esta avaliação, que deverá ser objecto do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, existe o risco de que o incremento de actividades no plano de água e nas frentes ribeirinhas se

faça de maneira desarticulada, com uma conseqüente sub-avaliação do impacto da introdução de pressões adicionais.

Ressalta-se contudo que a aposta estratégica no desenvolvimento da aquicultura (C.3) é a única que tem uma orientação que visa assegurar a compatibilidade entre esta actividade e a conservação dos sistemas naturais e que especifica ao nível das directrizes que deve ser elaborada uma carta de potencial para esta actividade, que reflecta as interacções com outros usos e actividades, bem como com a presença de ecossistemas sensíveis e a capacidade de carga dos sistemas ecológicos.

As apostas estratégicas relativas ao sector da pesca (C.3) constituem, de resto, oportunidades importantes para a valorização dos recursos naturais, uma vez que vão no sentido de reforçar a competitividade do sector pesqueiro e a diversificação e inovação da produção, bem como de reanimar a salinicultura (uma actividade com fortes tradições na região), mas são equacionadas num quadro de adequação aos recursos disponíveis.

Como oportunidade adicional para a valorização de áreas naturais marinhas, destaca-se o incentivo para promover o conhecimento da biodiversidade, paisagens e recursos naturais marinhos (A.4).

A promoção da qualificação e do desenvolvimento económico dos pequenos aglomerados rurais (B.3) e do turismo em espaço rural (C.3), onde as orientações são no sentido de potenciar o turismo no espaço rural associado e articulado com a actividade agrícola (e.g. enoturismo), aspecto igualmente revertido nos incentivos previstos para integrar a produção de produtos de qualidade certificada no desenvolvimento de TER (A.4) constituem igualmente oportunidades de valorização dos espaços agro-florestais, pois são opções estratégicas que vão no sentido de sustentar a vitalidade e a multifuncionalidade das áreas rurais. Esta aposta é igualmente consolidada através da valorização paisagística do espaço rural (D.4).

A aposta na multifuncionalidade das áreas rurais é também consolidada através da estratégia de aproveitamento energético dos subprodutos de actividades agrícolas e florestais (C.5), promovendo-se um estudo para a criação de uma rede integrada entre os municípios para a recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal, mas também ao acautelar-se a implantação de unidades de requalificação de resíduos agro-rurais (C.7), o que deverá permitir conferir um valor acrescentado à actividade agro-florestal através de um produto que actualmente não tem uso na AML.

Uma última oportunidade que surge para incrementar a multifuncionalidade das áreas rurais é a aposta estratégica em alargar a área sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação de gestão sustentável (C.3), verificando-se

nomeadamente, ao nível das metas, o objectivo de aumento da área ocupada pela agricultura biológica, o que está alinhado com o previsto pela ENDS, que promove a expansão da agricultura biológica.

O **Quadro 64** apresenta uma síntese de avaliação por domínio de intervenção.

Quadro 64 – Avaliação do FCD#6 por domínio de intervenção

Critérios de avaliação	Salvaguarda dos contínuos naturais e da paisagem	Integridade dos valores ecológicos	Valorização do espaço natural e agro-florestal
Domínios			
Conectividade, competitividade e cosmopolitismo	↗↘	↗↘	↗
Polinucleação e compactação	↗↘	↗↘	↗
Sustentabilidade e sintonia com a natureza	↗↘	↗	↗
Coesão social e qualificação	↗	↗	↗

Legenda:

- ↑ Oportunidades significativas
- ↗ Oportunidades
- ↓ Riscos significativos
- ↘ Riscos
- ⇒ Sem relação

5.6.3 Directrizes de seguimento

Apresenta-se no **Quadro 65** as directrizes de seguimento para o FCD Estrutura e Funcionalidade Ecológica, que constituem oportunidades de reduzir ou mesmo evitar alguns riscos potenciais do Modelo Territorial e/ou Normas, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 65 – Directrizes para seguimento para o FCD#6

FCD#6 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE ECOLÓGICA

Directrizes para planeamento e gestão

Assegurar que a implementação de novas infra-estruturas logísticas e viárias não põe em causa a conservação e conectividade dos valores ecológicos relevantes

Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação

Assegurar que as funções atribuídas às áreas vitais são asseguradas através da sua integração ao nível dos PMOT, garantindo a sua substituição equivalente em termos de áreas que venham a ser edificadas para assegurar os objectivos de conforto ambiental, sustentabilidade urbana e continuum natural.

Assegurar que as medidas de compensação associadas aos projectos estruturantes, nomeadamente o NAL, vão no sentido de promover a conservação das áreas de elevado valor ecológico

Promover a identificação das actividades antrópicas e respectivos impactes negativos no estuário e orla estuarina, bem como as zonas críticas do ponto de vista de degradação ambiental e destruição de recursos naturais

Promover a implementação de medidas de correcção, controlo e minimização dos efeitos das actividades antrópicas no estuário e orla estuarina, bem como a adopção medidas compensatórias para contrabalançar a perda de diversidade biológica e paisagística resultantes

Definir critérios que permitam avaliar a capacidade de carga em áreas naturais, designadamente em áreas de REM, dos ecossistemas estuarinos e costeiros, mesmo tendo em conta apenas usos compatíveis

Assegurar o estabelecimento da capacidade de carga actual dos estuários em sede de POE, que deverá considerar os vários usos actuais e previstos para o usufruto do plano de água, bem como os impactos cumulativos que estes podem ter

Promover a multifuncionalidade da actividade agro-florestal, nomeadamente através da expansão da agricultura biológica e da valorização dos sub-produtos agro-florestais

Promover a identificação das áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista no nível médio das águas do mar

Promover o desenvolvimento de estratégias de adaptação às alterações climáticas ao nível da estrutura ecológica, nomeadamente através da manutenção da resiliência e diversidade dos ecossistemas

Assegurar a implementação de medidas de combate e controle às ameaças fitossanitárias e promover parcerias inter-municipais neste sentido

Promover o desenvolvimento e implementação de estratégias de gestão e recuperação das áreas ardidadas

FCD#6 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE ECOLÓGICA

Promover a limpeza e recuperação dos fundos marinhos e estrutura ecológica associada

Assegurar o desenvolvimento do conhecimento dos valores naturais e agro-florestais da região e a sua disseminação pública, nomeadamente a criação de um sistema de informação ambiental da AML

Promover a articulação e cooperação inter-municipal, de forma a explorar sinergias e melhor assegurar a salvaguarda e recuperação dos valores ecológicos, nomeadamente os cursos de água e suas margens

Assegurar a determinação dos impactes cumulativos dos NDT, em sede de AVT

Garantir a avaliação ambiental, e adequada compensação, de planos e projectos com potenciais efeitos (directos ou indirectos) na REM, impedindo a redução líquida dos valores naturais e da funcionalidade ecológica à escala local e regional

Assegurar a viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas áreas vitais da REM

Garantir que as áreas de Rede Natura 2000, não sujeitas a PEOT, são integradas em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Assegurar a conservação natural de áreas de elevada sensibilidade ecológica no litoral, e orla estuarina nomeadamente através de acções de recuperação e protecção

Incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas para a recuperação e requalificação de áreas degradadas

Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal

Promover o envolvimento da população e agentes locais na monitorização e recuperação dos valores naturais

Directrizes para monitorização

Monitorizar a transposição e implementação da REM ao nível municipal e a estruturação da Estrutura Ecológica Municipal

Monitorizar a preservação dos espaços vitais e a implementação dos corredores verdes em espaço urbano

Monitorizar a integração das áreas vitais na EEM e a manutenção de níveis equivalentes de qualificação ambiental por substituição, no mínimo, da proporção das áreas definidas como vitais no PROT que venham a ser edificadas

Monitorizar a edificação localizada nas margens dos corredores vitais e a implementação de medidas de requalificação urbanística

Monitorizar o uso e ordenamento do solo em áreas REM

Monitorizar a eficácia da REM na salvaguarda e valorização dos recursos naturais e paisagísticos

Monitorizar a evolução da integridade dos valores ecológicos em áreas RN 2000, nomeadamente as que se encontram fora da Rede Nacional de Áreas Protegidas

Monitorizar o estado e recuperação dos cursos de água e ecossistemas associados, bem como das zonas húmidas

Monitorizar o uso e ocupação do solo nos corredores secundários associados a cursos de água

Monitorizar o desenvolvimento de medidas de adaptação para as áreas edificadas e ecossistemas em risco devido à subida prevista no nível médio das águas do mar

Monitorizar a evolução da biodiversidade na região, dando especial atenção às espécies invasoras

FCD#6 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE ECOLÓGICA

- Monitorizar a evolução das ameaças fitossanitárias da região
- Monitorizar a implementação de infra-estruturas de apoio ao turismo e náutica de recreio, bem como o incremento da actividade náutica no estuário
- Monitorizar a salvaguarda das áreas agrícolas e florestais essenciais ao desenvolvimento de produtos agrícolas de qualidade certificada
- Monitorizar as acções de recuperação e protecção para promover a conservação natural de áreas de elevada sensibilidade ecológica no litoral e orla estuarina
- Monitorizar a evolução da edificação nas orlas estuarinas e costeira
- Monitorizar o desenvolvimento dos projectos turísticos, de acordo com as condições ambientais e paisagísticas definidas
- Monitorizar as condições e parâmetros em que se desenvolve a exploração de recursos geológicos
- Monitorizar a estruturação e implementação das medidas compensatórias associadas aos novos projectos estruturantes
- Monitorizar a envolvente do NAL no que respeita à construção de infra-estruturas de apoio e outro edificado

Quadro de governança

CCDR-LVT	<p>Contribuir para a articulação e cooperação institucional, no sentido de promover o conhecimento sobre os valores naturais e agro-florestais da região, sua sistematização e divulgação pública, através nomeadamente de um sistema de informação ambiental regional</p> <p>Assegurar a manutenção da integridade da REM e da funcionalidade ecológica à escala local e regional</p>
ARH	<p>Contribuir para a articulação e cooperação intermunicipal nos processos de decisão relacionados com a gestão dos recursos hídricos e das zonas costeiras e estuarinas</p> <p>Assegurar a manutenção, e mesmo o aumento, da permeabilidade do território, sobretudo em áreas naturalmente sensíveis</p>
ICNB	<p>Estabelecer orientações supra-municipais para a salvaguarda e recuperação ambiental (e.g. limiares de alteração aceitável, capacidade de carga dos ecossistemas) apoiadas em critérios operacionais</p> <p>Incorporar as orientações de desenvolvimento regional nos planos de gestão e ordenamento das áreas classificadas</p> <p>Manter uma base de dados operacional dos sistemas naturais que apoie a realização de estudos de base municipal e regional envolvendo Estruturas Ecológicas regionais e municipais</p>
Câmaras municipais	<p>Assegurar e promover a articulação intermunicipal para efeitos de estruturação e implementação das Estruturas Ecológicas Municipais</p> <p>Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada para a requalificação e recuperação de valores naturais</p> <p>Sensibilizar os agentes locais e a população para a importância da protecção e</p>

FCD#6 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE ECOLÓGICA

	<p>recuperação dos valores naturais, bem como fomentar e apoiar o seu envolvimento activo nestes processos</p> <p>Fomentar e apoiar as actividades que potenciem os valores naturais em espaço rural</p>
População em geral	<p>Participar nos processos de consulta pública no âmbito das acções estratégicas de planeamento e avaliação ambiental</p> <p>Adoptar práticas de utilização e gestão dos recursos naturais que promovam a sua protecção e valorização</p>

6 Aspectos particulares da AAE

6.1 Avaliação das opções estratégicas por Unidade Territorial

A versão do PROTAML agora em discussão apresentou um conjunto de opções estratégicas por unidade territorial que são incluídas nesta versão da AAE como fazendo parte do seu objecto de avaliação. Idealmente estas opções estratégicas teriam sido efectivamente centrais na AAE, no entanto a sua não disponibilidade impediu que fossem consideradas na 2ª fase da AAE, que se debruçou sobre avaliação de opções estratégicas, concluída em Julho de 2009, ou mesmo na avaliação da actual versão do PROT iniciada em Abril de 2010.

No entanto face à relevância das mesmas, procurou-se no fazer uma apreciação rápida da forma como o PROTAML deu sequência às opções estratégicas por UT. Ressalve-se apenas que a formulação das opções estratégicas sugere mais objectivos estratégicos do que opções no sentido formal do termo⁸⁴. São portanto consideradas na AAE não como opções alternativas, mas antes como objectivos estratégicos por unidade territorial.

Verifica-se, tal como apresentado no **Quadro 66**, que todas as opções estratégicas são traduzidas em directrizes ou orientações no normativo do Plano. Ou seja, o PROTAML dá satisfação, na sua totalidade, aos objectivos estratégicos por unidade territorial.

⁸⁴ "Opção" pode ser definido como "escolha entre duas ou mais possibilidades", de acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia de Ciências de Lisboa, editado pela Verbo.

Quadro 66 – Opções estratégicas para as Unidades Territoriais do PROT-AML e sua interpretação pela AAE

UT	Opções Estratégicas	Avaliação
1 – Estuário do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como princípio a preservação da sustentabilidade; • Assegurar a concretização dos objectivos estratégicos no projecto “Arco Ribeirinho Sul”, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística; • Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas; • Promover um ordenamento territorial das margens do estuário adequado ao risco sísmico e à susceptibilidade à inundação por tsunami 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar; 	<p>Acautelado nas Normas por Domínio</p>
2 – Lisboa Cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o protagonismo internacional de Lisboa e os seus factores de atractividade nas áreas dos serviços financeiros e ás empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura; • Revitalizar funcional e demograficamente a Cidade de Lisboa, atraindo novos segmentos populacionais; • Inverter os processos de degrada�o física e funcional do parque edificado; • Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a intermodalidade; • Concretizar o conceito “Lisboa, Cidade de Bairros” promovendo a reabilita�o urbana, a revitaliza�o do comércio tradicional, a valoriza�o do ambiente e do espaço público e a qualifica�o dos equipamentos e dos serviços de proximidade; • Intensificar o processo de moderniza�o e afirma�o da actividade portuária; • Aumentar a resili�ncia ao risco sísmico. 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Inverter os processos de degrada�o física e funcional do parque edificado; • Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a intermodalidade; • Concretizar o conceito “Lisboa, Cidade de Bairros” promovendo a reabilita�o urbana, a revitaliza�o do comércio tradicional, a valoriza�o do ambiente e do espaço público e a qualifica�o dos equipamentos e dos serviços de proximidade; • Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um factor de competitividade; 	<p>Acautelado nas Normas por Domínio</p>
3 – Espaço Urbano Norte e Poente	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compacta�o, reabilita�o, renova�o e regenera�o urbana, fortalecendo as aglomera�es urbanas estruturadoras; • Aprofundar a estrutura�o policêntrica apoiada numa melhor articula�o do sistema ferroviário com liga�es de transporte público em sítio próprio; • Consolidar as principais áreas de concentra�o de actividades como motores de desenvolvimento económico, fixa�o de investimento e promo�o de inova�o na AML; • Concluir a recupera�o das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas; • Ordenar e estruturar o território da área intersticial dos eixos consolidados de Cascais e Sintra; • Estimular o robustecimento do turismo, em especial na dimensão hoteleira e de serviços de apoio. 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>

UT	Opções Estratégicas	Avaliação
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma ocupação do território adequada à susceptibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos. • Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana. • Contextualizar os espaços agrícolas e florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano; 	Acautelado nas Normas por Domínio
4 – Parque Natural Sintra - Cascais	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das actividades humanas com a natureza; • Valorizar e preservar os factores distintivos da atractividade turística de Sintra; • Identificar e valorizar a Paisagem Cultural de Sintra classificada Património da Humanidade pela UNESCO; • Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal; • Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral; 	Acautelado nas normas por UT
5 – Lezíria do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a manutenção da Lezíria do Tejo, como área de excelência para o desenvolvimento da agricultura metropolitana; • Promover a manutenção da Unidade, como área de excelência para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano; • Assegurar o aproveitamento para o lazer e recreio no rio Tejo, compatível com os valores ecológicos em presença. 	Acautelado nas normas por UT
6 – Norte Agro-Florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a multifuncionalidade, característica desta Unidade, resultante da coexistência de diversas valências e recursos com elevado potencial de afirmação; • Promover a produção agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável; • Controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e conter a edificação dispersa promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais; • Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspectiva de ancorar e controlar as pressões urbanísticas sobre o litoral e os espaços rurais envolventes; • Assegurar a valorização e preservação dos factores distintivos da atractividade 	Acautelado nas normas por UT

UT	Opções Estratégicas	Avaliação
7 – Arco Ribeirinho Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Promover esta Unidade Territorial como a área privilegiada para a regeneração urbana da AML-Sul, direccionando as dinâmicas económicas e urbanas resultantes do NAL para a revitalização e regeneração das áreas industriais obsoletas; • Reconverter as áreas industriais obsoletas ou abandonadas, integrando-as em projectos de requalificação global das áreas ribeirinhas, assegurando a descontaminação de solos e privilegiando a sua utilização para a instalação de novas actividades económicas, em sectores inovadores e com uma posição de relevo no contexto internacional; • Reforçar a centralidade do Turismo Cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico “Sol e Mar”; • Salvar as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário; • Promover a concretização do Parque Coima/Vala Real; • Promover o ordenamento integrado no extremo oriental da Unidade, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial produtivo; 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação do território, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas degradadas; • Salvar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor. 	<p>Acautelado nas Normas por Domínio</p>
8 – Área Central da Península de Setúbal	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, nomeadamente Pinhal Novo – Quinta do Conde • Assegurar um eficaz ordenamento do corredor Pinhal Novo – Palmela, incluindo os espaços consignados à indústria e à armazenagem, reforçando a dinâmica das actividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam forte vocação exportadora; • Salvar as áreas agrícolas, florestais e outros ecossistemas mais sensíveis, de grande valor ambiental e produtivo; • Salvar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água. 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a estruturação da ocupação fragmentada e dispersa através de projectos de grande impacto na qualificação do território; • Assegurar a valorização, a promoção e a protecção do relevante património natural e histórico-cultural existente. 	<p>Acautelado nas Normas por Domínio</p>
9 – Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra	<ul style="list-style-type: none"> • Concentrar as dinâmicas de crescimento urbanístico na aglomeração Sesimbra / Santana e núcleos urbanos adjacentes; • Promover a estruturação dos perímetros turísticos, respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos em presença; • Promover a qualificação e estruturação do sector sudoeste do concelho de Sesimbra; • Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística da Arrábida / Espichel e assegurar a manutenção das ligações dos sistemas ecológicos entre as Matas de Sesimbra e o Parque Natural da Arrábida; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração. 	<p>Acautelado nas normas por UT</p>

UT	Opções Estratégicas	Avaliação
	<ul style="list-style-type: none"> • Acautelar potenciais constrangimentos e pressões urbanísticas sobre os espaços envolventes/próximos das novas rodovias; 	Acautelado nas Normas por Domínio
10 – Setúbal Palmela	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística do Sistema Setúbal-Palmela, assim como as relações com os territórios envolventes; • Reforçar e dinamizar Setúbal / Palmela como um dos pólos estruturadores da Península de Setúbal; • Afirmar Setúbal / Palmela como centralidade estruturadora das dinâmicas turísticas envolventes; • Programar adequadamente as necessidades de espaços industriais qualificados, de modo a responder com eficácia aos fenómenos de relocalização que se observam no interior da Península de Setúbal; • Contribuir para a emergência de Setúbal / Palmela como uma importante centralidade cultural/criativa, fomentando a criação de pólos culturais alternativos que aproveitem as áreas industriais desactivadas/abandonadas; • Consolidar e afirmar o protagonismo económico desta Unidade na AML nas actividades associadas a clusters estratégicos, reforçando as infra-estruturas de I&D; • Salvaguardar os espaços agricultados, de elevado potencial produtivo, ou potencialmente agricultáveis, bem como os espaços florestais e naturais; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração. 	Acautelado nas Normas por UT
	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar o processo de modernização da actividade portuária; 	Acautelado nas Normas por Domínio
11 – Nascente Agro-Florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar as áreas de montado e de produção agrícola; • Controlar e monitorizar as dinâmicas de urbanização e edificação resultantes da implantação das infra-estruturas previstas neste território; • Conter o povoamento disperso, promovendo um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras e nos pequenos núcleos rurais; • Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade à poluição e à sobre-exploração. 	Acautelado nas Normas por UT
12 – Estuário do Sado	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pelo Estuário sejam tomadas tendo como principio a preservação da sustentabilidade; • Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades piscatórias, nos processos de ordenamento e desenvolvimento em curso ou a equacionar; • Salvaguardar os habitats naturais da margem do estuário e das baías e esteiros adjacentes, especialmente os sapais e outras zonas húmidas, de grande importância para a manutenção do funcionamento e produtividade do ecossistema estuarino; • Estimular o desenvolvimento de actividades associadas à náutica de recreio. 	Acautelado nas Normas por UT
13 – Faixa Marítima	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o planeamento e gestão integrada e intersectorial da faixa marítima e suas orlas; • Aprofundar o conhecimento em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade; • Planear o aproveitamento sustentável e a compatibilização de potenciais usos e actividades alternativas associadas à economia do mar; • Assegurar que as decisões de localização das infra-estruturas e equipamentos essenciais para as actividades económicas suportadas pela Faixa Marítima sejam tomadas tendo como principio o desenvolvimento sustentável e o incentivo a uma maior relevância económica, ambiental e social do 	Acautelado nas Normas por Domínio



UT	Opções Estratégicas	Avaliação
	mar; • Garantir a preservação e recuperação de recursos e ecossistemas ameaçados	

6.2 Evolução da integração da componente ambiental e de sustentabilidade no processo de elaboração do Plano

Como referido na introdução, o processo de elaboração da AAE manteve uma interacção contínua com o processo de planeamento. Nas três fases fundamentais da AAE foram elaborados relatórios que se debruçavam sobre aspectos documentados do PROTAML. É assim possível assinalar variações no percurso realizado pelo PROTAML e pela AAE ao longo do processo de planeamento. Estas variações permitem uma análise dinâmica do papel desempenhado pela AAE no processo de elaboração das propostas do Plano, ficando assinalados os aspectos onde a AAE mais contribuiu em determinadas estratégias do PROT, organizados por FCD.

O registo desta variação é o objecto do presente sub-capítulo nos dois quadros que se seguem. Não se pretende referir todas as alterações feitas a nível de PROT ou a nível de AAE mas apenas as que são mais significativas do ponto de vista da AAE. Note-se ainda que aqueles aspectos para os quais o PROT não tinha, nem tem um estratégia consistente, não são assinalados nestes quadros, pois não houve alteração. Esses aspectos são apenas reflectidos na avaliação e nas conclusões.

Distinguem-se dois momentos nesta evolução. Um primeiro momento corresponde à evolução entre Julho e Dezembro de 2009, e um segundo momento corresponde à evolução entre Dezembro de 2009 e Maio de 2010.

O **Quadro 67** refere-se à evolução do PROTAML em relação à versão preliminar do modelo e as linhas de acção, incluindo o esboço de normativo por sectores e por unidades territoriais entre a versão de Julho de 2009 e a versão apresentada em Dezembro de 2009. No mesmo quadro apontam-se as principais alterações a nível de AAE entre o Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas da AAE, concluído em Julho de 2009, e a primeira versão do Relatório Ambiental concluído em Dezembro de 2009.

Este quadro apresenta assim os aspectos que foram considerados uma oportunidade (+) e um risco (-) na evolução do PROTAML entre Julho e Dezembro de 2009, na perspectiva da AAE. Este quadro já tinha sido apresentado na versão do Relatório Ambiental de Dezembro de 2009. Neste quadro acrescentou-se agora uma coluna referente à situação em Maio de 2010, ou seja, procura indicar se os aspectos considerados um risco em Dezembro de 2009 foram resolvidos ou se se mantém na versão actual do Plano.

Quadro 67 – Alterações do Plano motivadas pela AAE entre as versões de Julho e Dezembro de 2009

Resumo das alterações do PROTAML entre versões de Julho e Dezembro de 2009	Resumo das alterações do Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas (Julho 2009)	Estado em Maio de 2010 ⁸⁵	FCD
<p>Retirada possibilidade estratégica de concessão conjunta entre o NAL e o aeroporto da Portela</p> <p>Reforço das estratégias de promoção no domínio da I&DT</p> <p>Reforço dos critérios de sustentabilidade de ocupação turística</p> <p>Introdução da aposta estratégica na marca turística Oceanos e Descobrimentos</p> <p>Correcção da contradição estratégica entre as apostas nas grandes superfícies e comércio tradicional</p> <p>Reforço da articulação de competências entre os vários agentes de ordenamento do território</p> <p>Promoção da cooperação inter-municipal na gestão de redes infra-estruturais</p> <p>Promoção da adequação de espaços e equipamentos desactivados como objecto de requalificação para fins culturais</p> <p>Reforço da atractividade regional face a melhores condições para o desenvolvimento de actividades económicas</p> <p>Reforço dos critérios de compatibilização entre actividades de exploração de recursos naturais</p> <p>Promoção da articulação estratégica entre operadores de transportes</p> <p>Definição de critérios para transposição da REM à escala municipal e da estruturação da EEM</p>	<p>+ Eliminação dos riscos de gestão inerentes à viabilização de uma concessão conjunta NAL+Aeroporto da Portela</p> <p>+ Eliminação dos riscos inerentes à ausência de uma estratégia clara para a I&DT</p> <p>+ Redução dos riscos de gestão territorial inerentes às propostas de ocupação turística (sustentabilidade económica a prazo)</p> <p>+ Eliminação dos riscos inerentes às incompatibilidades estratégicas para o sector do comércio</p> <p>+ Eliminação dos riscos inerentes à ausência de estratégias de cooperação intermunicipal na gestão de redes infra-estruturais (economia de escala)</p> <p>+ Eliminação dos riscos inerentes à concentração das responsabilidades de governança territorial na Administração Central</p> <p>+ Reforço das oportunidades inerentes à valorização económica do património natural e pescas</p> <p>+ Redução dos riscos decorrentes dos conflitos territoriais inerentes às incompatibilidades de exploração económica de recursos</p> <p>+ Eliminação dos riscos inerentes ao não envolvimento dos operadores de transportes nas decisões estratégicas de mobilidade regional</p> <p>+ Redução dos riscos inerentes à perspectiva estática de implementação da REM</p>		<p>Governança e competitividade</p>

⁸⁵ ✓ Resolvido X Não resolvido

Resumo das alterações do PROTAML entre versões de Julho e Dezembro de 2009	Resumo das alterações do Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas (Julho 2009)	Estado em Maio de 2010 ⁸⁵	FCD
<p>Promoção da articulação estratégica entre operadores de transportes</p> <p>Reforço dos acessos a serviços e equipamentos de proximidade</p> <p>Reforço de processos sociais como a melhoria de acessos à habitação</p> <p>Reforço dos cuidados pós-hospitalares provocando uma dinamização do sector da saúde</p>	+ Redução dos riscos inerentes ao desequilíbrio entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal		População e Coesão Social
	+ Redução dos riscos inerentes à criação de desigualdades sociais intrínsecas à implementação de turismo		
	+ Reforço das oportunidades relacionadas com a garantia de melhor intermodalidade entre modos de TC		
<p>Promoção da articulação estratégica entre operadores de transportes</p> <p>Introdução de garantia de oferta de TC em meio rural</p> <p>Retirada orientação relacionada com a aposta no ordenamento do estacionamento e incentivo à mobilidade pedonal e ciclável nos centros históricos (antiga orientação da D.4.2 da versão de Julho do PROTAML)</p> <p>Reforço dos acessos a serviços e equipamentos de proximidade</p>	- Inclusão de risco inerente à não existência de critérios de inserção territorial à escala municipal relativamente aos NDT	X	Mobilidade
	- Inclusão de riscos relacionados com a ausência de aposta no ordenamento do estacionamento e incentivo à mobilidade pedonal e ciclável nos centros históricos	X em relação à mobilidade	
	+ Eliminação de risco relacionado com a ausência de prioridade na implementação do Sistema Metropolitano de Transportes		
	+ Eliminação de risco inerente à ausência de aposta na garantia de padrões de oferta de TC em áreas rurais		
<p>Introdução de orientações para conter a urbanização em redor do NAL e para estabelecer medidas de compensação ambiental ambiciosas</p> <p>Reforço estratégico da aposta na construção sustentável e no uso eficiente de água no edificado</p> <p>Reforço estratégico da aposta na reabilitação do parque edificado público e privado</p> <p>Retirada possibilidade de relocalização programada de ocupações indevidas em DPH e em zonas de risco</p>	- Manutenção dos riscos relacionados com a inexistência de directrizes específicas de contenção do crescimento urbano motivado pelo NAL nas UT da Península de Setúbal	✓	Estruturação e requalificação territorial
	- Inclusão de novo risco associado à inexistência da possibilidade de relocalização programada de ocupações indevidas em DPH	✓	
	- Manutenção dos riscos relacionados com a inexistência de medidas suplementares de contenção urbanística na envolvente das plataformas logísticas	✓	

Resumo das alterações do PROTAML entre versões de Julho e Dezembro de 2009	Resumo das alterações do Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas (Julho 2009)	Estado em Maio de 2010 ⁸⁵	FCD
(C2.4.8 da versão de Julho do PROTAML) Promoção do saneamento e compatibilização ambiental da pecuária intensiva Reforço da estruturação dos povoamentos em solo rural Reforçar os processos sociais como a melhoria de acesso a habitação	+ Redução de riscos inerentes à expansão urbanística e de actividades na envolvente do NAL e introdução de oportunidades relacionadas com a compensação ambiental		
	+ Eliminação dos riscos inerentes à ausência de uma lógica de rede na localização de equipamentos supra-municipais, serviços e actividades		
	+ Eliminação dos riscos relacionados com a localização de actividades agro-industriais nos aglomerados rurais		
	+ Eliminação de risco relacionado com abordagem insuficiente do tema construção sustentável e uso eficiente de água no edificado.		
	+ Inclusão de oportunidade de redução de emissões de CO ₂ relacionada com a reabilitação do parque habitacional		
Retirada orientação estratégica de promoção do desempenho energético nos equipamentos colectivos (D.2.1.7 da versão de Junho do PROTAML) Reforço dos critérios de sustentabilidade de ocupação turística Promoção da eficiência energética ao nível da iluminação pública	- Introdução de risco associado à ausência de orientações para a melhoria do desempenho energético nos equipamentos colectivos	X	Energia e alterações climáticas
	+ Redução do risco de vulnerabilidade territorial associada à expansão turística		
	+ Eliminação do risco referente à ausência de orientações para a eficiência energética dos sistemas de iluminação pública		
Valorização estratégica do património natural e pescas enquanto produtos de diferenciação territorial Valorização estratégica da paisagem Promoção do conhecimento sobre os valores naturais da AML (terrestres e marinhos) Definição de critérios para transposição da REM à escala municipal e da estruturação da EEM Reforço estratégico das áreas vitais e	- Introdução de um novo risco associado à ausência de restrição à edificabilidade nos corredores secundários associados a cursos de água	✓	Estrutura e funcionalidade ecológica
	- Introdução de um risco relativo à ausência de orientações para que a promoção dos usos recreativos do plano de água se faça de acordo com as orientações estabelecidas pelo POE Tejo	✓	
	+ Redução de alguns riscos inerentes às propostas de ocupação turística (critérios ambientais e de enquadramento)		

Resumo das alterações do PROTAML entre versões de Julho e Dezembro de 2009	Resumo das alterações do Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas (Julho 2009)	Estado em Maio de 2010 ⁸⁵	FCD
<p>estabelecimento de orientações para a sua protecção</p> <p>Promoção da recuperação e protecção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos</p> <p>Promoção da recuperação das frentes ribeirinhas e orlas estuarinas</p> <p>Reforço estratégico do recurso solo e das zonas húmidas</p> <p>Reforço do condicionamento da urbanização na orla estuarina e litoral</p> <p>Correcção da contradição estratégica entre a aposta na promoção da diversidade florestal e no estabelecimento de espécies puras de crescimento rápido</p> <p>Introdução de orientações para conter a urbanização em redor do NAL e para estabelecer medidas de compensação ambiental ambiciosas</p> <p>Retirada restrição à edificabilidade nos corredores secundários associados a cursos de água (C1.3.6 da versão de 26/11/2009 do PROTAML)</p> <p>Retirada orientação estratégica de promoção de usos recreativos do plano de água de acordo com zonamento e regras a estabelecer em sede de POE Tejo (C2.2.8 da versão de Julho do PROTAML)</p> <p>Reforço das estratégias de valorização e gestão operacional da REM</p> <p>Fomento à intervenção florestal em áreas com grande fragmentação e aptidão florestal</p>	<p>ambiental definidos)</p> <p>+</p> <p>Reforço das oportunidades inerentes à valorização do património natural e paisagem</p> <p>+</p> <p>Redução dos riscos inerentes à transposição e implementação da REM à escala local</p> <p>+</p> <p>Redução dos riscos decorrentes dos conflitos territoriais inerentes às incompatibilidades de exploração de recursos naturais</p> <p>+</p> <p>Introdução de oportunidades relativas à salvaguarda e recuperação dos elementos que compõem e garantem o bom funcionamento do sistema hídrico (superficial e subterrâneo)</p> <p>+</p> <p>Introdução de oportunidades relativas aos ecossistemas em risco devido à subida do nível médio do mar e ao estabelecimento de medidas de adaptação</p> <p>+</p> <p>Diminuição do risco associado à expansão da urbanização em redor do NAL</p> <p>+</p> <p>Introdução de oportunidades relativas à divulgação dos valores naturais da AML</p> <p>+</p> <p>Introdução de oportunidades relativas à conservação do meio marinho</p> <p>+</p> <p>Reforço das oportunidades relativas à salvaguarda de áreas vitais e secundárias como elementos críticos de conectividade ecológica</p> <p>+</p> <p>Redução de risco inerente à ocupação e utilização das frentes estuarinas e costeiras</p>		

No **Quadro 68** apresenta-se o segundo momento desta apreciação da evolução do PROTAML e da AAE entre Dezembro de 2009 e Maio 2010. No fundo corresponde à evolução mais recente do percurso PROTAML e AAE entre a primeira versão do Plano e primeira versão do Relatório Ambiental, em Dezembro de 2009, e as respectivas segundas versões que são agora apresentadas, em Maio de 2010.

O conteúdo deste quadro será à partida diferente do Quadro 67 a menos que tivesse havido alterações no PROT em relação a um aspecto específico. Por exemplo, no caso da eficiência energética dos equipamentos colectivos, assinalada como risco não resolvido no Quadro 67, este risco não aparece no Quadro 68 porque não houve alteração no PROT sobre esta questão. Ou seja, o problema mantém-se.

Pode, deste modo, concluir-se que a AAE desempenhou o seu papel de facilitador, contribuindo para atenuar riscos para o ambiente e sustentabilidade do território da AML decorrentes da proposta de plano, relativamente aos FCD analisados, bem como para a geração de oportunidades significativas em algumas áreas. O processo de AAE contribuiu igualmente para o aperfeiçoamento das normas orientadoras e respectivas directrizes específicas.

Quadro 68 – Alterações do Plano motivadas pela AAE entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio de 2010

Alterações do PROTAML entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio 2010	Resumo das alterações ao Relatório Ambiental (Dezembro 2009)	FCD
Retirada a Linha de Acção: Manutenção de Lisboa como centro metropolitano	- Introdução de risco como resultado de contradição estratégica no papel estruturador atribuído à cidade de Lisboa	Governança e competitividade
<p>Apoiar as organizações locais para que estas possam contribuir para a capacitação dos indivíduos e das famílias, para a dinamização socio-cultural</p> <p>Reforço da estratégia consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e capacitação para o envolvimento nos processos de decisão</p> <p>Estratégia de promoção das TIC, com vista a combater a info-exclusão</p> <p>Criação de condições favoráveis à fixação de actividades económicas</p>	<p>+ Introdução de oportunidade para a dinamização sócio-cultural induzida por organizações locais</p> <p>+ Envolvimento da população em projectos de índole ambiental</p> <p>+ Introdução de estratégia de promoção das TIC nas zonas e camadas sociais mais vulneráveis</p> <p>+ Reforço estratégico de apoio à geração de actividades económicas</p>	População e Coesão Social
<p>Eliminada orientação estratégica relativa às condições associadas à delimitação de ZEIT (A.3.1.2 da versão de Dezembro do PROTAML)</p> <p>Reforço da dinamização do transporte fluvial do Estuário do Tejo</p> <p>Promoção da mobilidade pedonal e ciclável nos centros históricos</p> <p>Reforço estratégico da gestão de actividades económicas e sua relocalização e reordenamento, em coerência com a redefinição dos sistemas viários</p> <p>Reforço estratégico de prioridades de investimento nos sistemas ferroviários</p>	<p>- Introdução de risco devido a ausência de determinação das condições de circulação nas Zonas Especiais de Interesse Turístico</p> <p>- Risco de indução de pressões suplementares sobre a qualidade da água do Estuário do Tejo decorrente do incentivo ao TMCD</p> <p>+ Introdução de oportunidade referente ao reforço do transporte fluvial de mercadorias e passageiros</p> <p>+ Introdução de oportunidade associado à aposta no fecho do anel ferroviário metropolitano e a modernização da Linha de Cascais</p>	Mobilidade

Alterações do PROTAML entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio 2010	Resumo das alterações ao Relatório Ambiental (Dezembro 2009)	FCD
<p>Introdução de estratégia de regeneração urbana para os conjuntos de habitação social na AML</p> <p>Retirada orientação estratégica que determinava a fundamentação ambiental das propostas de delimitação das AVT (A.3.3.4 da versão de Dezembro do PROTAML)</p> <p>Retirada importância estratégica da necessidade de definir critérios de inserção territorial para os NDT (A.3.3.5 da versão de Dezembro do PROTAML)</p> <p>Alteração dos requisitos para a proibição da edificação para fins habitacionais em meio rural</p> <p>Maior permissividade nas regras de construção de edifícios sensíveis em áreas inundáveis por cheias progressivas e rápidas ou tsunamis</p> <p>Reforço estratégico dos programas de reabilitação e requalificação das linhas de água para que integrem também as componentes da despoluição e da desentubagem dos cursos de água</p> <p>Reforço da promoção do policentrismo à escala metropolitana</p> <p>Reforço da estratégia de contenção da edificação dispersa em aglomerações rurais, através da valorização e fortalecimento dos pequenos aglomerados rurais</p> <p>Reforço estratégico da protecção dos aquíferos</p> <p>Maior debilidade na garantia do cumprimento directo de medidas relativas a requalificação urbanística e inclusão social (e.g. ao nível do edificado público degradado, dos incentivos à requalificação urbana, do realojamento com prioridade para os fogos vagos) (passaram de directriz a orientação)</p>	<p>- Introdução de riscos resultantes da alteração da possibilidade de edificação em áreas agrícolas, florestais e naturais</p> <p>+ Introdução de oportunidade nas estratégias para a minimização dos riscos naturais relacionados com a erosão costeira</p> <p>+ Aposta na redução e contenção da fragmentação, com reflexos ao nível do controlo edificação dispersa</p> <p>+ Oportunidade para a reabilitação do tecido urbano e industrial degradado</p> <p>+ Reforço da aposta estratégica no policentrismo</p>	<p>Estruturação e requalificação territorial</p>
Sem alterações significativas		<p>Energia e alterações climáticas</p>

Alterações do PROTAML entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio 2010	Resumo das alterações ao Relatório Ambiental (Dezembro 2009)	FCD
<p>Retirada orientação estratégica que determinava a fundamentação ambiental das propostas de delimitação das AVT (A.3.3.4 da versão de Dezembro do PROTAML)</p> <p>Introdução de orientação estratégica de minimização do efeito barreira decorrente da implementação de novas infra-estruturas lineares de transportes</p> <p>Reforço estratégico da garantia da interligação entre as margens Norte e Sul do rio Tejo das redes de abastecimento de água</p> <p>Acautelamento da salvaguarda ambiental do estuário do Sado, designadamente o constante do Plano de Acção para a Salvaguarda dos Roazes do Estuário do Sado, no âmbito do estudo da relocalização do terminal fluvial de Setúbal</p> <p>Reforço do condicionamento da urbanização no litoral, determinando-se nomeadamente a relocalização programada de ocupações indevidas em DPH e interdição de novas construções em zonas de risco</p> <p>Eliminadas orientações estratégicas para garantir a avaliação ambiental e a adequada compensação de PPP com efeitos potenciais directos ou indirectos na REM e acautelando devidamente os impactos cumulativos, impedindo a redução líquida dos valores naturais e da funcionalidade ecológica à escala local ou regional (C1.1)</p> <p>Introdução de possibilidades significativas de edificação em áreas vitais, com medidas de compensação definidas para situações de impasse na resolução de compromissos existentes</p> <p>Eliminada orientação estratégica que determinava a garantia da viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas Áreas Vitais</p> <p>Reforço estratégico à produção de PAQC através de incentivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de potenciais riscos inerentes à ausência de mecanismos para avaliar o impacto cumulativo da ocupação do solo nas AVT e de critérios de inserção territorial nas propostas de ocupação turística através de NDT <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução de riscos relativos à manutenção do valor ambiental e função das áreas vitais, como resultado das possibilidades de edificação previstas sem critérios orientadores específicos <hr/> <ul style="list-style-type: none"> + Reforço da salvaguarda ambiental do estuário do Sado no âmbito do desenvolvimento do terminal fluvial, atendendo designadamente à população local de roazes <hr/> <ul style="list-style-type: none"> + Introdução de oportunidade relativa à minimização do efeito barreira das grandes infra-estruturas lineares de transportes <hr/> <ul style="list-style-type: none"> + Reforço das oportunidades relativas ao condicionamento da ocupação da zona litoral 	<p>Estrutura e funcionalidade ecológica</p>

Alterações do PROTAML entre as versões de Dezembro de 2009 e Maio 2010	Resumo das alterações ao Relatório Ambiental (Dezembro 2009)	FCD
<p>à sua integração nas iniciativas de desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural</p> <p>Reforço da promoção do envolvimento do público, das instituições e agentes locais na implementação e monitorização dos projectos de reabilitação de linhas de água</p> <p>Reforço estratégico dos corredores vitais e da sua requalificação urbanística</p> <p>Reforço estratégico da necessidade de uma abordagem global aquando a programação das áreas vitais, remetendo-a para PMOT</p> <p>Retirada orientação estratégica de criação de um Sistema de Informação Ambiental da REM (C1.1.6 da versão de Dezembro do PROTAML)</p>	<p>+ Introdução de oportunidades relativas à salvaguarda e recuperação da conectividade hídrica em meio urbano, através dos corredores vitais</p> <hr/> <p>+ Reforço das oportunidades de valorizar PAQC associado ao TER através de incentivos</p>	

7 Conclusões

Tendo por base a avaliação realizada sobre as estratégias apresentadas pelo PROT-AML, expressas no Modelo Territorial e concretizadas nas normas orientadoras gerais, por domínio de intervenção e por unidade territorial, tal como descritas nos capítulos anteriores, procede-se agora às conclusões principais desta AAE. Como já foi referido anteriormente, esta AAE teve três fases primordiais:

1º a focagem da AAE através da identificação de factores críticos para a decisão (FCD), que constituíram os principais pontos focais da AAE, uma vez que identificam os temas estratégicos críticos na AML que podem vir a reflectir o maior ou menor sucesso do PROTAML. Os FCD são estruturados em critérios de avaliação e indicadores orientados para prioridades de sustentabilidade. Os FCD e respectivos critérios e indicadores foram estabelecidos no início da elaboração do PROT com o objectivo de apoiar a elaboração do Plano para atender a estes aspectos reconhecidos como críticos pelo conjunto de entidades públicas que sobre eles se pronunciaram;

2º a avaliação de opções estratégicas, onde se procurou sobretudo avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade das orientações estratégicas e linhas de acção que estavam a ser desenvolvidas pelas equipas sectoriais, não se atendendo ainda à espacialização do modelo territorial; as opções estratégicas que actualmente são apresentadas no PROT por unidade territorial não estavam ainda disponíveis na fase de avaliação de opções da AAE pelo que lamentavelmente não puderam ser consideradas nessa fase;

3º a avaliação do modelo territorial pela forma como expressa as orientações estratégicas e as linhas de acção, ou seja, a expressão das estratégias no modelo territorial, tendo em conta as normas orientadoras gerais, por domínio de intervenção e por unidade territorial propostas, onde se procurou avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade decorrentes das propostas territoriais do modelo.

Saliente-se que a AAE agiu sempre que possível de modo iterativo com a equipa do Plano, com o objectivo de contribuir para afinar, em termos ambientais e de sustentabilidade, as opções estratégicas, as soluções propostas e as directrizes, à medida que iam sendo esboçadas e concretizadas. O papel da AAE foi no sentido de apoiar a equipa do PROTAML de forma consecutiva e contributiva para assegurar o máximo possível de integração ambiental no sentido da sustentabilidade, avaliando

sucessivamente para que, com base nessa avaliação, o Plano pudesse reforçar potenciais oportunidades e abandonar potenciais riscos.

Sublinhe-se que falar de oportunidades e riscos em AAE exige uma interpretação distinta da que é usual em avaliação de impacte ambiental (AIA) de projectos quando se fala de impactes positivos e negativos. Com efeito a avaliação de impactes é sempre subjectiva, mas em AAE o objecto de avaliação é bem menos distinto do que quando, em AIA, se avaliam projectos. A níveis estratégicos a sua subjectividade é bastante maior pois envolve múltiplos actores e diferentes perspetivas, bem como aspectos conjunturais e estratégias emergentes a prazo que não são obviamente conhecidas ou adivinhadas na altura de se realizar a avaliação. Daí que seja necessário fazer uma interpretação diferente do que são riscos e oportunidades. Ou seja, em AAE, em particular quando se fala de riscos, nem sempre isso significa que o Plano esteja a adoptar estratégias erradas. Muitas vezes o Plano está a adoptar as únicas estratégias possíveis, ou as melhores possíveis, contudo as circunstâncias contextuais e conjunturais podem pôr em causa o sucesso dessas estratégias. E essa avaliação, em AAE, é expressa através da indicação de risco. O significado da indicação de risco, nesses casos, não é que o Plano esteja mal e tenha que ser alterado, antes porém significa que o Plano deve acautelar essa situação adoptando medidas acrescidas que reforcem a prevenção, adoptando uma postura cautelosa. Naturalmente que noutros casos a indicação de risco pode efectivamente querer dizer que o Plano deveria ter feito outras escolhas estratégicas que não induzissem situações de risco estratégico. O que se pretende com este esclarecimento é sublinhar que avaliação de estratégias não é o mesmo de avaliação de projectos. Em contexto estratégico as situações são bem mais complexas, envolvem muito mais entidades, objectivos diferenciados e frequentemente contraditórios, bem como múltiplas perspectivas sociais e institucionais. Daí a relevância do Quadro de Governância que a AAE identifica nas directrizes de seguimento, cujo objectivo é mostrar que a responsabilidade de sucesso, ou fracasso de um Plano está seguramente na sua formulação, tanto quanto na sua implementação, e que existem diversos agentes que têm responsabilidade quer na preparação quer na implementação do Plano.

Este Relatório Ambiental reporta sobre os resultados da AAE desenvolvida ao longo do processo de elaboração do PROTAML, e procura fazer reflectir o resultado desse esforço de afinagem mútua, prolongado e iterativo, expresso em oportunidades e riscos potenciais da implementação das estratégias do PROTAML. Durante este

processo houve igualmente a oportunidade de envolver a Comissão de Acompanhamento (CA) e obter a sua perspectiva, sempre que as respectivas entidades o quiseram fazer, e da forma como o quiseram expressar. De um ponto de vista formal, a CA, e as Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica, pronunciaram-se já sobre uma primeira versão do Relatório Ambiental apresentada com a 1ª versão do Plano em Dezembro de 2009. A presente versão do Relatório Ambiental está já ponderada pelas observações recebidas à primeira versão, atendendo igualmente às alterações introduzidas ao Plano na sequência das consultas efectuadas.

Estas conclusões estruturam-se em duas secções. Em primeiro lugar fazem-se considerações gerais sobre a estrutura e o conteúdo do Plano, em particular sobre o Modelo Territorial, as Linhas de Acção e suas orientações estratégicas, e as opções estratégicas agora definidas para as unidades territoriais. Em segundo lugar retoma-se o conjunto de 15 questões críticas já utilizadas na estruturação das conclusões da AAE, as quais decorrem dos temas mais discutidos em reuniões de coordenação, reuniões com as câmaras municipais e com a CA. Sobre estas questões críticas dá-se clara nota do avanço do PROT-AML face aos objectivos pretendidos.

Considerações gerais

O objectivo principal de um PROT é o de estabelecer as orientações e regras de ordenamento do território para IGT de nível hierárquico subsequente. As regras normativas de ordenamento são naturalmente necessárias, sendo sobretudo importante que o PROT estabeleça os critérios de lógica territorial regional que assegure a harmonização dos IGT, designadamente a nível municipal, supra-municipal e infra-municipal.

Conforme citado na Introdução do PROTAML, versão Maio 2010, a proposta de alteração do PROTAML, tendo presente as recomendações do relatório do LNEC que fundamentou a decisão de alteração da localização do NAL, baseia-se em duas opções fundamentais: 1) crescimento urbano polarizado em torno dos aglomerados existentes; 2) alargamento das áreas de protecção integral ou parcial. Em geral pode afirmar-se que o PROT cumpre com estes objectivos, ou opções, mas particularmente com o primeiro, sendo nesse caso muito explícitas as orientações e directrizes formuladas. Já no que respeita ao segundo objectivo, ou opção, as

directrizes e orientações do PROT não são suficientes para se poder afirmar que o PROT promove um alargamento das áreas de protecção integral ou parcial. Existe uma directriz (C.1.3.3) que promove a classificação de áreas estruturantes secundárias como áreas protegidas de âmbito regional ou local, mas que poderá vir a concretizar-se, ou não.

A AAE de um plano fica facilitada quando é clara a estratégia que o plano pretende prosseguir. Por exemplo as opções estratégicas, que surgem agora formalmente nesta versão do PROT por unidade territorial, teriam sido muito úteis se tivessem sido apresentadas de forma organizada no início do processo, pois desse modo poderiam desde logo ter integrado o objecto de avaliação da AAE. Como já referido sua disponibilização recente não serviu as fases anteriores de avaliação. Mas, porque a versão final do PROT as apresenta de modo formal, fez-se uma apreciação muito rápida da forma como o PROTAML deu sequência às opções estratégicas por UT, verificando-se, tal como referido em 6.1, que em geral as opções estratégicas estão expressas através de directrizes ou orientações no normativo do Plano.

As estratégias consideradas na AAE foram assim as mesmas que já tinham sido utilizadas na primeira versão da AAE, ou seja, fez-se uma interpretação das estratégias subjacentes a cada domínio e linhas de acção na versão do PROTAML objecto de análise, verificando-se que nalguns casos se consegue retirar um entendimento claro da estratégia do PROT por sectores, possibilitando uma abordagem construtiva na interpretação do PROT por outros IGT. São os casos por exemplo da estratégia de transportes e da estratégia de policentrismo, esta aliás derivada de uma política nacional. Nos parágrafos que se seguem apresenta-se um breve sumário dos aspectos fundamentais extraídos da avaliação estratégica do PROT-AML, cuja interpretação mais detalhada pode ser encontrada na secção sobre avaliação em cada um dos Factores Críticos para a Decisão.

A nova localização do NAL, o desenvolvimento da AVF, a TTT e o desenvolvimento de todo um conjunto de infra-estruturas associadas são a razão principal para esta revisão do PROT-AML. O Plano aborda de forma directa as questões de ordenamento decorrentes da implantação destas infra-estruturas, adoptando todo um conjunto de orientações e directrizes, quer em termos sectoriais quer por unidade territorial, designadamente a salvaguarda de áreas naturais e agro-florestais e a contenção da expansão urbana aos perímetros de aglomerados existentes, em particular nas UT Nascente Agro-Florestal, Lezíria do Tejo, Agrícola Interior e Novo Aeroporto e em diversas normas dos domínios B e C. Antecedentes

no ordenamento territorial nacional sugerem contudo a possibilidade de subsistir todavia o risco de expansão e ocupação descontrolada se a transposição para os IGT municipais não for suficientemente eficaz. As normas estabelecidas para o efeito podem não ser suficientes para conter perímetros urbanos dos aglomerados urbanos para os quais o crescimento urbano é direccionado, nem sempre sendo evidentes os mecanismos de monitorização, fiscalização e controlo necessários para garantir operacionalmente essa contenção. Por exemplo, não existem indicadores chave de monitorização a nível de governação, gestão fundiária ou licenciamentos municipais para verificar, em particular, processos especulativos ou um possível alastramento territorial indevido motivado pela presença do aeroporto, caso venham a ser levantadas, ou alteradas, as medidas preventivas actualmente em vigor. Considerando a sensibilidade desta situação, seria de todo recomendável que as normas do PROTAML fossem muito claras sobre incentivos associados a tipos de ocupação urbana permitida e não permitida na envolvente do NAL, bem como mecanismos de responsabilização por qualquer violação dessas regras, a partir do momento em que possa ocorrer afectação de espaços naturais, recurso solo, recursos hídricos e paisagem.

O PROTAML apresenta um conjunto de estratégias claras e de grande oportunidade em domínios diversos, que saem em muitos casos reforçadas com a nova versão do PROT de Maio de 2010, como:

- A estratégia de compactação e o policentrismo, com uma preocupação clara de conter a dispersão e recuperar o desordenamento urbanístico que tem caracterizado a AML nas últimas décadas, promovendo a reconversão urbanística e a reabilitação do edificado degradado, sobretudo em áreas industriais, com vantagens claras para a qualidade do ambiente urbano, para a faixa litoral, faixas estuarinas e ribeirinhas;
- O conceito de proximidade, quer em termos infra-estruturais, quer em termos de equipamentos, designadamente de comércio local, desporto, saúde e educação, dando assim resposta a uma estratégia territorial de redução da pobreza na AML;
- Os transportes e a estratégia de transferência modal, clara, do TI para TP, bem como a adopção de modos mais leves e formas mais sustentáveis de assegurar a inter e intra-modalidade regional;
- A sustentabilidade energética, com uma estratégia de aposta nas energias renováveis e numa maior eficiência energética;

- As estratégias ligadas à ID&T, em particular no que respeita aos clusters indústrias criativas e saúde;
- A aposta no turismo, nas suas diversas modalidades, em particular turismo náutico, turismo em espaço rural e turismo natureza.

Outras estratégias configuram simultaneamente oportunidades e riscos, mas carecem de maior especificação. Por exemplo:

- A estratégia de governação. É dado um ênfase muito grande à responsabilização da administração central e da administração local, em situações relacionadas por exemplo com o património cultural e natural, estando o nível regional praticamente ausente dessas responsabilidades, quando um dos problemas detectados, e que carece de abordagem em termos de governação, se prende exactamente com a ligação entre o nível regional e os restantes níveis de decisão, o seu papel de charneira, de orientação e de articulação entre as políticas nacionais e a implementação local;
- A estratégia de inovação e as marcas diferenciadoras. Há uma forte aposta na inovação, nas marcas turísticas reconhecidas existentes (Estoril-Cascais-Sintra), e nos produtos agrícolas de qualidade diferenciada, aliás com normas específicas definidas. Contudo, a estratégia de diferenciação de marcas é pouco explícita para a promoção de marcas emergentes mas com ainda pouca implantação no mercado, sobretudo internacional, descurando a sua relevância para o turismo e para uma economia sustentável. São os casos, por exemplo, de destinos turísticos ancorados no eixo Setúbal-Palmela-Arrábida-Sesimbra, ou em produtos gastronómicos ligados ao peixe (imagem internacional da gastronomia nacional) e à doçaria (como os pastéis de Belém), para citar apenas alguns exemplos, questão esta relevante do ponto de vista do fortalecimento da identidade regional da AML;
- A estratégia para as áreas rurais. Claramente uma das áreas consideradas estratégicas para a AAE, teve uma melhoria significativa no PROTAML ao longo das suas várias versões. Faz-se menção explícita às áreas rurais da AML, nomeadamente na abordagem ao controlo da edificação e nucleação nos espaços rurais, com o fortalecimento dos pequenos aglomerados rurais para oferta de habitação em espaço rural, o que é fundamental para aumentar a atractividade e a fixação de população. Destaque-se ainda a ênfase acrescida sobre a preservação e promoção do uso agrícola nos solos com capacidade produtiva, bem como a valorização da produção de Produtos Agrícolas de Qualidade Certificada (PAQC) através da sua integração nas iniciativas de desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural. Mas face à presença e importância das áreas rurais

no contexto da AML, seria importante que o PROT apresentasse uma estratégia forte, eventualmente no quadro de uma política de solos regional, sobre a competitividade e valorização das áreas rurais, que sublinhasse a importância da economia rural e o seu contributo para a economia municipal e regional pelas suas múltiplas funções, bem como a importância destas áreas na valorização da identidade rural na AML, factor que a distingue no contexto das áreas metropolitanas mundiais. Como referido destacam-se as actividades económicas nomeadamente agro-florestais, onde surgem directrizes no sentido da sua promoção, e o turismo em espaço rural, contudo descolados de uma estratégia global e integrada. É urgente atender à importância estratégica da produção alimentar, hoje tema de debates internacionais promovidos designadamente pelas Nações Unidas no âmbito da economia verde (*green economy*), contrariando a economia global e chamando a atenção para a necessidade de desenvolver soluções de maior proximidade aos mercados consumidores. O potencial da AML é assim de extraordinária importância no contexto nacional, ibérico e mesmo europeu. Saliente igualmente a sua relevância na civilização pós-carbono, em relação aos serviços dos ecossistemas e ao potencial em matéria de medidas de mitigação face às alterações climáticas, através do potencial de sequestro de carbono;

- A estratégia de policentrismo. As orientações e directrizes do PROTAML para controlo da futura fragmentação do território e da dispersão são importantes, mas as estratégias para a correcção e recuperação das situações existentes, em particular referentes às áreas fragmentadas e áreas de ocupação ilegal não AUGI são insuficientes, de onde decorrem graves problemas de qualidade ambiental ao nível dos solos, resíduos e qualidade das águas superficiais e subterrâneas. De igual modo não existem estratégias para a reconversão de solo urbano ou industrial degradado em solo rural (para além das determinações já consignadas nos mecanismos legais) quando haja potencial agrícola e florestal evidente. Um risco significativo com elevada probabilidade de incorrer em processos cumulativos é assinalado na AAE a propósito da possibilidade de redução da dimensão mínima da propriedade de 4 hectares até 2 hectares em contextos de pequena propriedade. Sem prejuízo das razões meritórias que tal directriz pretende salvaguardar, a decisão de admitir tal redução pode incorrer em situações de grande de arbitrariedade sobre a sua justificação e a forma como cumpre, ou altera a estratégia do PROTAML e induz, ou não, o padrão de dispersão que se pretende evitar. O PROTAML deveria ser claro sobre a necessidade de ser previamente justificada essa pretensão, através de uma análise integrada de planeamento e avaliação ambiental no seu contexto

- específico, enquadrada por uma política de solos regional e por estratégias de crescimento regional e municipal, atendendo aos antecedentes e aos objectivos globais para a área, considerando a perspectiva dos vários agentes interessados.
- A estratégia para a inclusão social e redução da pobreza. Embora não se assuma uma estratégia explícita para a inclusão social, existem diversas orientações e estratégias do PROT que têm como preocupação central situações de vulnerabilidade social. Aliás, este constitui um tema que teve melhorias significativas ao longo do desenvolvimento do PROTAML. São os casos de estratégias de regeneração urbana, incluindo a ocupação de fogos vagos preferencialmente por famílias carenciadas, a estratégia de proximidade dos equipamentos colectivos, a estratégia de transportes com a promoção do TP e de uma estratégia de mobilidade mais dirigida aos meios suaves e à intermodalidade, a promoção de projectos inovadores exactamente em bairros de grande vulnerabilidade social, a estratégia de promoção das TIC nas zonas e camadas sociais mais vulneráveis. No entanto subsistem riscos que podem manter desníveis sociais acentuados na AML, estando ausentes critérios expressivos, designadamente ao nível da preferência pela produção de emprego local, critérios de proximidade a nível de equipamentos como saúde e educação, e não apenas desporto ou comércio local, critérios para o envolvimento de grupos sociais mais desfavorecidos em processos participativos, entre outros, que poderão pôr em risco, a estratégia de inclusão social do PROTAML;
 - A estratégia para a resolução dos fogos vagos e devolutos em edifícios novos ou degradados. Trata-se de um problema comum a todo o território da AML, e onde o PROTAML não reflecte uma estratégia global consistente de resolução. O PROT deveria avançar com uma política de solos a nível regional e recomendar a adopção de mecanismos por parte dos municípios com o propósito de resolver um dos problemas de ordenamento territorial mais graves da AML. Subsiste assim um risco potencial de não resolução deste problema responsável por significativos impactes cumulativos em matéria de ocupação territorial, e ainda que possa ter a expectativa que o mercado imobiliário se venha a encarregar de fazer parar este fenómeno, persiste a questão de quem vai resolver, e se responsabilizar, pelo excesso de oferta, pelo excesso de recursos consumidos, e pela desfiguração da paisagem urbana, e espaços públicos associados resultantes da ausência de utilização;
 - A estratégia para os recursos hídricos e para os sistemas de gestão da água e resíduos foi objecto de melhorias significativas. Existe uma aposta estratégica clara do PROT relativamente à gestão, protecção e valorização dos aquíferos, faixas estuarinas e orlas ribeirinhas, bem como dirigida ao reforço das taxas de

cobertura em matéria de saneamento, integração dos sistemas de saneamento na AML, recuperação do solo em particular em zonas industriais obsoletas, prevenção e controlo de poluição agro-pecuária, embora com insuficiente orientação para situações de potencial conflito de uso agrícola em zonas de DPH. Por exemplo a reversão de solo e reconversão urbanística estabelecida para potenciar a recarga de aquíferos, pode reduzir a poluição difusa e o passivo ambiental. Destaque-se a inserção de novas directrizes no sentido de criar programas de reabilitação e requalificação das linhas de água, que integrem também as componentes da despoluição e da desentubagem dos cursos de água, acompanhadas de processos activos de envolvimento e participação dos agentes relevantes. Existem directrizes específicas dirigidas ao uso sustentável do solo na bacia hidrográfica, à criação de programas de requalificação e valorização das frentes ribeirinhas, espaços de utilização colectiva de frentes estuarinas, garantia de condições de escoamento das linhas de água, promoção da utilização de técnicas de bioengenharia na recuperação de leitos e margens, entre outros, o que configura oportunidades de prevenção dos problemas decorrentes da impermeabilização do solo e da ocupação de margens e zonas costeiras, contribuindo para a salvaguarda de pessoas e bens e a manutenção das condições necessárias à conservação dos valores naturais e da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos. De salientar ainda, neste contexto, a existência de directrizes específicas conducentes à promoção de projectos intermunicipais que visem a consolidação das funções ecológicas essenciais dos vales fluviais. No entanto persiste algum risco de aumento de pressão sobre os recursos hídricos derivado de aumento do consumo, bem como uma ausência de estratégia explícita de adopção de medidas claras de adaptação às alterações climáticas;

- A estratégia para a rede ecológica metropolitana, caso em que a estratégia do PROTAML melhorou substancialmente. Existe uma orientação clara no sentido da recuperação de áreas degradadas nos sistemas naturais sensíveis e de renaturalização e valorização das linhas de água, que concorrem para a revitalização urbana. São também explícitos os critérios para a salvaguarda e recuperação de valores ecológicos nas apostas estratégicas do turismo (e.g. golfe). A paisagem e património natural são considerados factores de competitividade regional, salientando-se a salvaguarda de áreas agrícolas e florestais que, embora ainda não assumido, podem vir a estimular a manutenção dos serviços dos ecossistemas. São definidos critérios de transposição da REM para o nível municipal (C.1.1), para permitir ajustes de escala e conteúdo, o que irá contribuir para melhorar as relações entre o nível regional e o nível municipal

na implementação da REM à escala local. Existe um risco relevante de agravamento da fragmentação ecológica e destruição de habitats derivado sobretudo da implementação das grandes infra-estruturas e das plataformas logísticas, como já anteriormente se fez alusão, pese embora orientações que procuram contrariar este risco referentes ao efeito barreira. Por outro lado verifica-se que as áreas consideradas vitais pelo PROTAML, onde se: “reforça a urgência e o carácter crítico destas áreas no sentido de serem encaradas como áreas-chave no modelo urbanístico da AML e decisivas para o conforto e sustentabilidade ambiental das populações que residem na sua proximidade”, ficam depois disponíveis para edificação até cerca de 50% da sua área total. Só que não é claro como é que esta edificação deve ser realizada para assegurar os objectivos primeiros das áreas vitais, ou seja que as populações beneficiem e a qualidade ambiental do território também. O PROT deveria estabelecer critérios objectivos que garantissem os níveis de vivência urbana e desafogo ambiental que justificam a existência das áreas vitais, bem como mecanismos (e.g. manutenção de um continuum ecológico que penetre no centro da operação urbanística, promoção de espaços de desafogo, lógica de proximidade a serviços e espaços públicos de fruição, bom desenho urbano garantindo qualidade e valorização da imagem urbana e do sentido de lugar) para assegurar que as funções esperadas nas áreas vitais venham a ser garantidas. As AV deveriam constituir uma oportunidade para os municípios requalificarem ambientalmente e aumentarem a atractividade dos seus territórios, pelo que o PROT deveria viabilizar, com critérios e mecanismos já referidos, processos de gestão territorial adaptativa, através, por exemplo, da substituição de áreas a edificar por áreas equivalentes que assegurassem os mesmo objectivos de vivência urbana e qualidade ambiental, e que garantissem a integração desejada entre espaços naturais e espaços construídos, no sentido de uma crescente sustentabilidade urbana.

- Quanto à estratégia para a qualidade física do ambiente e energia. A reconversão de áreas degradadas e industriais em frentes ribeirinhas e na faixa litoral contribui para a requalificação de áreas urbanas degradadas. Destaque-se igualmente as directrizes importantes que favorecem o ordenamento das actividades económicas com preocupações ambientais. Em termos de energia, estabelece-se uma estratégia de eficiência energético-ambiental, designadamente ao nível do edificado, e agora também referenciado nas ZEIT e NDT com relevância para a certificação ambiental. Persiste contudo uma ausência de requisitos para adopção de critérios ambientais e energéticos no licenciamento de projectos a nível municipal. A permeabilidade do solo pode

estar em risco designadamente em áreas de ampliação de actividades logísticas e parques tecnológicos, com efeitos ao nível da capacidade de recarga de aquíferos importantes para a sustentabilidade hídrica do território, nomeadamente na Península de Setúbal. Destaca-se uma oportunidade importante resultante da estratégia de transportes que pode conduzir à melhoria da qualidade do ar por redução da intensidade energética nos transportes. No entanto o aumento das emissões por aumento das deslocações na AML pode representar um risco em termos de afectação da qualidade do ar e do ruído. Neste caso merece particular menção o potencial efeito da plataforma rodoviária da TTT no aumento da atractividade do TI, com consequências sobre o território da AML, ao nível designadamente da afectação da qualidade do ar e ruído, e gestão de tráfego, situação sobre a qual o PROTAML se deveria manifestar através de orientações que fossem coerentes com a estratégia de transferência modal de TI para TP.

Finalmente, e face às responsabilidades de um PROT em matéria de ambiente, tal como definido pelo PNPOT e enquadramento legal relevante, pareceu, no contexto da AAE, que deveria ser mais oportuna e sistemática a adopção de razões e critérios ambientais a fortalecer as directrizes estabelecidas no normativo do PROT, já que muitas foram abandonadas na versão do Plano que agora se publica. Considera-se sem dúvida que o PROT adopta estratégias que, de forma directa ou indirecta, contribuem potencialmente para um aumento da qualidade ambiental da AML, pese embora situações que, a concretizarem-se, podem pôr exactamente em causa esse aumento de qualidade ambiental, e a orientação do PROTAML para trajectórias claras de sustentabilidade global.

Quinze perguntas críticas da AAE

Ao desenvolver a AAE identificámos 15 áreas de estratégia sobre as quais, face às características da AML, e das preocupações manifestadas em diversas reuniões, nos pareceu ser importante o PROT ter resposta estratégica. Estas perguntas foram seguidas na avaliação dos vários Factores Críticos de Decisão. Regista-se agora o resultado da avaliação para cada uma destas áreas, em forma de conclusão.

Quadro 69 – Quinze áreas críticas identificadas durante a AAE

Estratégia	Objectivo	Desempenho do PROT
1. Estratégia do PROTAML em relação ao NAL	Como é que a localização do aeroporto pode determinar dinâmicas pretendidas e dinâmicas induzidas?	Directrizes que contrariam o alastramento da urbanização, mas estratégia de controlo e fiscalização nem sempre evidente
2. Estratégia para as áreas dispersas	Como é que o PROTAML vai tratar as áreas dispersas?	Estratégia de mudança para impedir continuidade, embora com risco de impactes cumulativos na eventual redução da dimensão mínima de propriedade para edificação, de 4 hectares até 2 hectares
3. Estratégia para a compactação	Como é que o PROTAML vai tratar a compactação? Qual a política de enchimento do território nos espaços intersticiais? Qual a estratégia de contenção da expansão urbana e de qualificação metropolitana?	Boa estratégia em geral, embora ausência de política de solos a nível regional que equacionasse o problema dos fogos vagos e áreas degradadas, das áreas rurais, das áreas vitais e bem assim na requalificação ambiental do território metropolitano
4. Estratégia para as AUGI	Como é que o PROTAML aborda o tema das AUGI, atendendo da AAE?	Contida em B2, baseia-se sobretudo na reconversão das AUGI existentes, mas não aborda de forma suficiente as áreas de ocupação ilegal não AUGI
5. Estratégia para a identidade da AML	Como é que o PROTAML vai manter, promover a identidade particular da AML?	Estratégia mais clara para áreas urbanas, costeiras e estuarinas. Pouco ambiciosa relativamente a marcas menos tradicionais. Pouco ambiciosa relativamente à

Estratégia	Objectivo	Desempenho do PROT
		identidade rural
6. Estratégia para a mobilidade e a transferência modal	Como é que o PROTAML vai tratar a mudança de hábitos de transporte na AML, aumentar o uso de TP, abandonar o uso de TI, aumentar os modos de transporte leves, melhorar a mobilidade	Boa estratégia em geral fortemente motivadora da intermodalidade, transferência modal de TI para TP, modos suaves e soluções localmente adaptadas
7. Estratégia para a redução de pobreza e âncoras de desenvolvimento	Como é que o PROTAML apostar na criação de riqueza, na localização, e a ligação, entre as actividades económicas, as infra-estruturas, os equipamentos, sem detrimento ambiental e social? Qual a estratégia para a coesão social e a redução da pobreza?	Estratégia para a inclusão social é ancorada nas estratégias de ocupação de fogos em excesso (D1), equipamentos de proximidade, emprego, TIC, projectos inovadores, acessibilidade e TP
8. Estratégia para a água e a paisagem	Prioridade essencial dos objectivos do PROTAML, qual a estratégia relação às águas superficiais e às águas subterrâneas? E em relação à paisagem?	A estratégia reforça a protecção e valorização dos recursos hídricos, preservação do aquífero, ligação dos sistemas de saneamento nas duas margens, mas subsiste problema de capacidade de carga dos recursos hídricos face ao aumento de procura. Paisagem e património natural considerados factores de competitividade regional
9. Estratégia para a REM	Como é que o PROTAML aborda a REM e como integra os resultados das sessões de trabalho da AAE?	São definidos critérios de implementação da REM à escala municipal que melhora um diálogo eficaz entre CCDR e CM. No entanto subsiste problema de cumulatividade na perda de áreas vitais.
10. Estratégia para a revitalização do mundo rural	Prioridade essencial dos objectivos do PROTAML, qual a estratégia em relação à revitalização do mundo rural?	Estratégia clara para racionalização e nucleação de pequenos aglomerados rurais, salvaguarda de áreas florestais e agrícolas com potencial produtivo, PAQC integrado com TER, mas insuficiente ao nível da promoção da competitividade da economia rural

Estratégia	Objectivo	Desempenho do PROT
11. Estratégia para a faixa litoral	Como é que o PROTAML vai tratar a faixa litoral, como se articula com a ENGIZC, o POEM, etc.	Contenção da ocupação na zona costeira, com novas directrizes para consolidar ambientalmente a faixa litoral, ausente contudo uma estratégia para fazer face à eventual, mas expectável, subida do nível do mar.
12. Estratégia para o passivo ambiental	Como é que o PROTAML vai tratar as áreas degradadas? Como vai reconverter as áreas industriais obsoletas? Como vai recuperar as zonas contaminadas? Como vai resolver os focos de poluição?	Reversão de solo e reconversão urbanística potencia recarga de aquíferos, reduz poluição difusa e passivo ambiental. Recuperação de áreas industriais obsoletas.
13. Estratégia para a renaturalização do território	Existirá a prioridade e correspondente estratégia no PROTAML?	Critérios para salvaguarda e recuperação de valores ecológicos, e de áreas florestais e agrícolas com potencial produtivo, mas estratégia insuficiente para a promoção da reconversão de áreas urbanas fragmentadas com potencial agrícola em áreas rurais
14. Estratégia para as alterações climáticas	Como é que o PROTAML assume as necessidades de adopção de medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas?	Estratégia não explícita, a que acresce o risco de aumento de áreas impermeabilizadas
15. Estratégia de ligação com os PDM	Como é que o PROTAML vai comunicar com as câmaras municipais? A escala do PROT confunde-se ou distingue-se da escala do PDM?	Reforço dos critérios orientativos mas subsiste necessidade de melhorar o diálogo institucional entre níveis de planeamento